

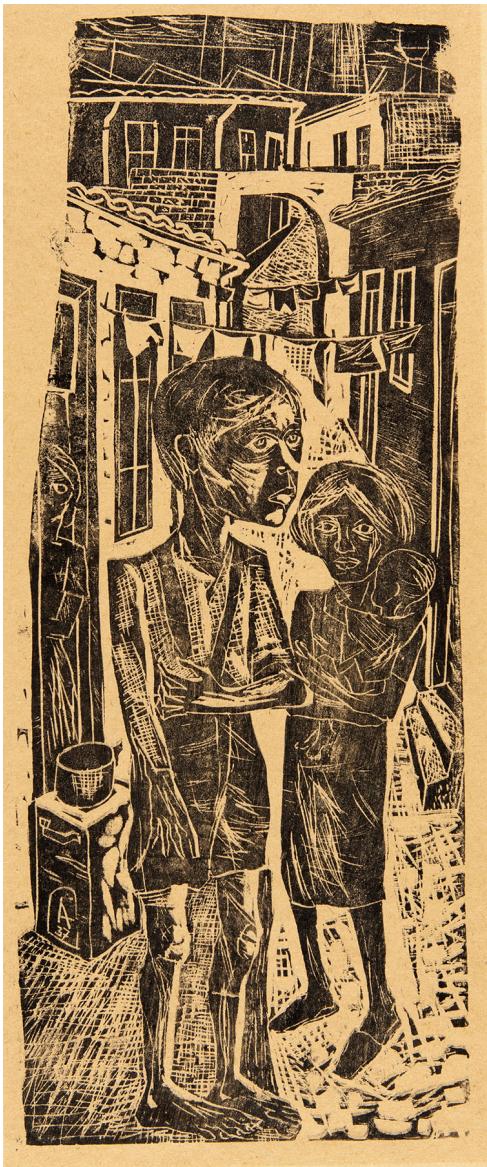


ALEXANDER COUTO ENGLANDER
• BERNARDO RICUPERO • KARIM
HELAYEL • LEONARDO BELINELLI
• RONALDO TADEU DE SOUZA •
THAIS FLORENCIO DE AGUIAR •
PEDRO LUIZ LIMA • JORGE CHALOUB
• ANDRÉ BOTELHO • CAROLINE
TRESOLDI • JAMES N. GREEN •
MARCO ANTONIO PERRUSO •
GUILHERME PESSOA • MÁRIO
AUGUSTO MEDEIROS DA SILVA •
BRENO VIOOTTO PEDROSA • LUIZA
HELENA DAMIANI AGUILAR •
FABRÍCIO SPARVOLI • JOÃO ROBERTO
FARIA • PEDRO B. DE MENESSES
BOLLE • MAURÍCIO COSTA DE
CARVALHO • MARCUS DORES

revista | } REVISTA DO
| } INSTITUTO
| } DE ESTUDOS
} BRASILEIROS
Nº. 89 / DEZ. 2024



SOARES, Luís PEDRO de SOUZA. FREVO – CARNAVAL PERNAMBUCANO, s.d. – guache sobre papel, 25 x 18,3 cm. Coleção Mário de Andrade, Coleção de Artes Visuais, IEB/USP, código MA-0488f



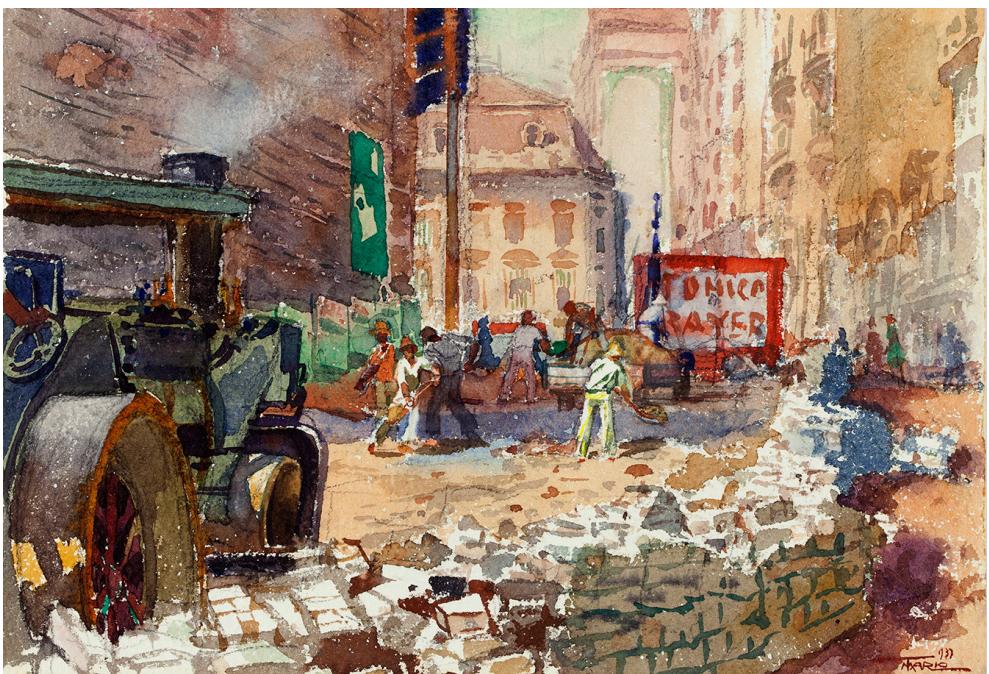
ABRAMO, Lívio. RUA, 1937 – XILOGRAVURA
SOBRE PAPEL, 39,5 x 29,5 CM. Coleção
Mário de Andrade, Coleção de Artes
Visuais, IEB/USP, código MA-0001



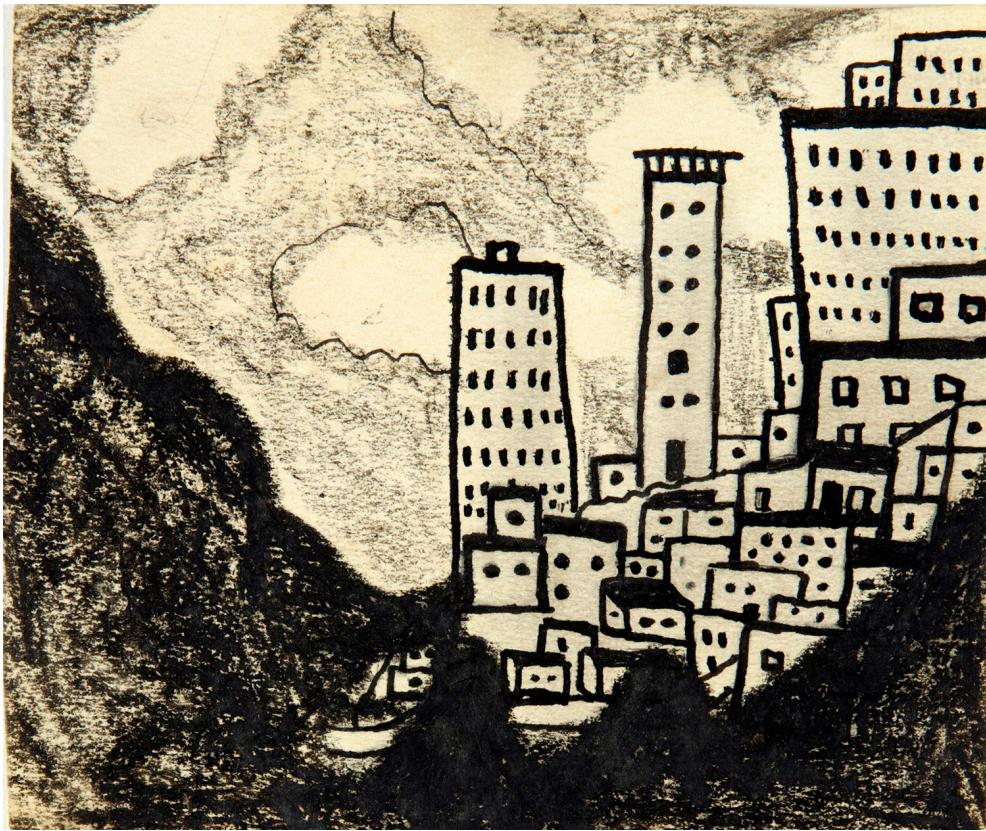
MARTINS, Aldemir. [Retirantes], 1967 –
gravura em metal sobre papel, 24,4 x 12 cm.
Coleção Graciliano Ramos, Coleção de
Artes Visuais, IEB/USP, código GR-0012



BENTO, B. *Dois violeiros*, 1926 - óleo sobre cartão rígido, 35,5 x 46,7 cm. Coleção Mário de Andrade, Coleção de Artes Visuais, IEB/USP, código MA-0110



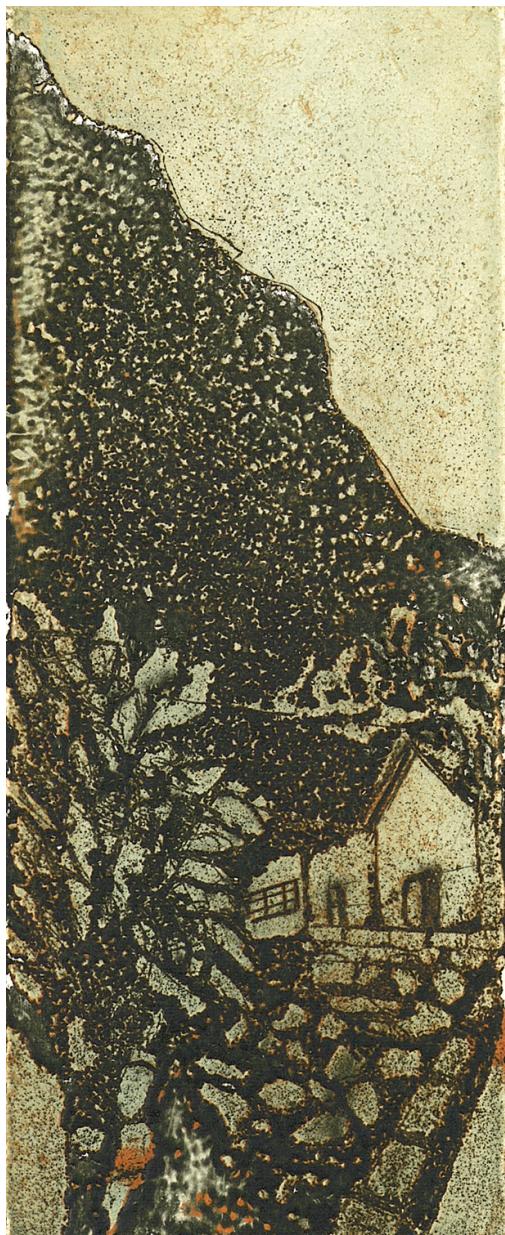
TULLIO, Mário. *Homens consertando a rua*, 1937 – guache sobre papel, 24,5 x 32 cm. Coleção Mário Andrade, Coleção de Artes Visuais, IEB/USP, código MA-0493



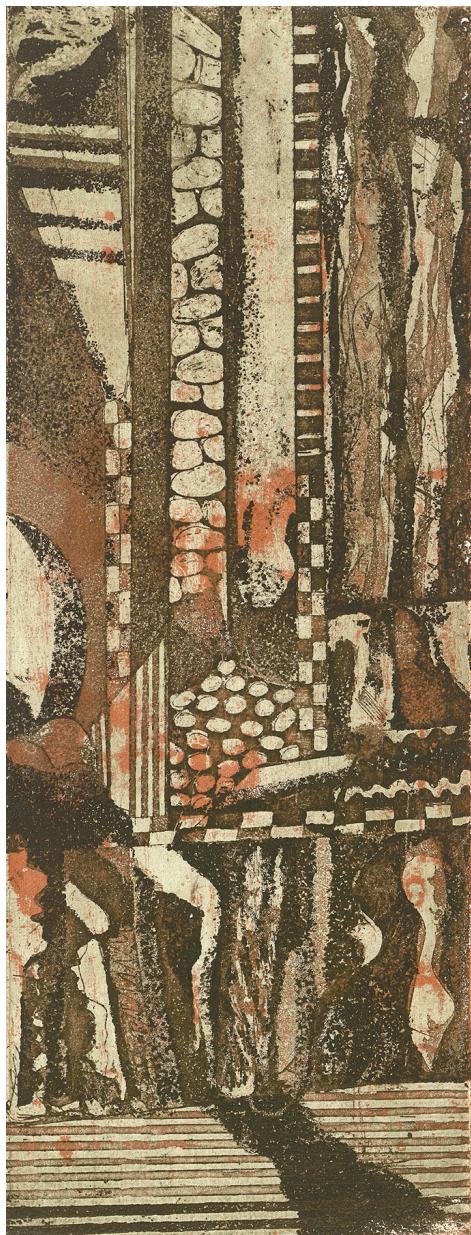
LIMA, ANTÔNIO BENTO DE ARAÚJO. *CIDADE*, s.d. – NANQUIM E CRAYON SOBRE PAPEL, 7,4 x 8,6. Coleção Mário de Andrade, Coleção de Artes Visuais, IEB/USP, código MA-0313



QUITO, MARIANA. *XADREZ*, s.d. – ÁGUA-TINTA, ÁGUA-FORTE E CARBORUNDUM SOBRE PAPEL, 37,5 x 56 cm. Coleção Mariana Quito, Coleção de Artes Visuais, IEB/USP, código MQ-0114



QUITO, MARIANA. SEM TÍTULO, 1980 - GRAVURA EM METAL COLORIDA SOBRE PAPEL - ÁGUA-TINTA, 26,8 x 17,6 CM. Coleção Mariana Quito Coleção de Artes Visuais IEB/USP, código MQ-0014



QUITO, MARIANA. REGISTRO DOS TEMPOS (Nº 20 DO ÁLBUM GRAVURAS DISPERSAS, 1987) - ÁGUA-TINTA E ÁGUA-FORTE SOBRE PAPEL, 50,2 x 35 CM. Coleção Mariana Quito, Coleção de Artes Visuais, IEB/USP, código MQ-0142



PORTINARI, CÂNDIDO TORQUATO. COMPOSIÇÃO (RETIRANTES), 1936 – ÓLEO SOBRE TELA, 73,3 X 59,5 CM. Coleção Mário de Andrade, Coleção de Artes Visuais, IEB/USP, código MA-0382



FIGUEIRA JÚNIOR, JOAQUIM
LOPES. OPERÁRIO, 1944 –
CARVÃO E PASTEL SOBRE PAPEL,
53,5 x 41,6 CM. Coleção
Mário de Andrade, Coleção de Artes
Visuais, IEB/USP, código MA-0220

J. Figueira
Fina
Mário de Andrade
20-6



Universidade de São Paulo

**Prof. Dr. Carlos Gilberto
Carlotti Junior
REITOR**

**Profa. Dra. Maria Arminda do
Nascimento Arruda
VICE-REITORA**



**Profa. Dra. Monica Dantas
DIRETORA**

**Profa. Dra. Luciana Suarez Galvão
VICE-DIRETORA**



Credenciamento e Apoio Financeiro
do: Programa de Apoio às
Publicações Científicas da USP
Comissão de Credenciamento



Instituto de Estudos Brasileiros
Espaço Brasiliense
Av. Prof. Luciano Gualberto, 78
Cidade Universitária, Butantã
05508-010, São Paulo - SP, Brasil
(II) 3091-1149
www.ieb.usp.br

Revista do Instituto de Estudos Brasileiros

ISSN 2316-901X • n. 89, 2024 • dezembro

CONSELHO EDITORIAL: **ANAÏS FLÉCHET** (HISTÓRIA) – UNIVERSITÉ DE VERSAILLES SAINT-QUENTIN-EN-YVELINES (UVSQ) – FRANÇA; **JULIE KLINGER** (GEOGRAFIA) – UNIVERSITY OF DELAWARE (UD) – EUA; **PABLO ROCCA** (LITERATURA) – UNIVERSIDAD DE LA REPÚBLICA (UDELAR) – URUGUAI; **SUSANA SARDÓ** (ANTROPOLOGIA) – UNIVERSIDADE DE AVEIRO (UA) – PORTUGAL.

EDITORES RESPONSÁVEIS **Dulcilia Helena Schroeder Buitoni** (IEB-USP); **Marcos Antonio de Moraes** (IEB-USP); **Stelio Marras** (IEB-USP)

PRODUÇÃO **DIVISÃO DE APOIO E DIVULGAÇÃO** (IEB-USP)

EDITOR-EXECUTIVO **Pedro B. de Meneses Bolle**

DIAGRAMAÇÃO **Flavio Alves Machado**

PREPARAÇÃO E REVISÃO DE TEXTOS **Cleusa Conte Machado**

PROJETO GRÁFICO **Camillo e Tressler Design**

CAPA **Flavio Alves Machado**

CONSELHO CONSULTIVO **ADRIÁN GORELIK** (UNIV. NACIONAL DE QUILMES, BERNAL, AR); **BARBARA WEINSTEIN** (UNIV. DE NOVA IORQUE, NOVA IORQUE, EUA); **CARLOS AUGUSTO CALIL** (UNIV. DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, BR); **CARLOS SANDRONI** (UNIV. FEDERAL DE PERNAMBUCO, RECIFE, BR); **ETTORE FINAZZI-AGRÒ** (UNIV. DE ROMA LA SAPIENZA, ROMA, IT); **FERNANDA AREÁS PEIXOTO** (UNIV. DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, BR); **HELOISA MARIA MURGEL STARLING** (UNIV. FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE, BR); **JOÃO CEZAR DE CASTRO ROCHA** (UNIV. ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO, BR); **JORGE COLI** (UNIV. ESTADUAL DE CAMPINAS, CAMPINAS, BR); **LUIZ FELIPE DE ALENCASTRO** (UWNIV. DE PARIS-SORBONNE, PARIS, FR); **MANUEL VILLAVERDE CABRAL** (UNIV. DE LISBOA, LISBOA, PT); **MARIA CECILIA FRANÇA LOURENÇO** (UNIV. DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, BR); **MARIA LIGIA COELHO PRADO** (UNIV. DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, BR); **MARIA LUCIA BASTOS KERN** (PONTIFÍCIA UNIV. CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL, PORTO ALEGRE, BR); **PETER BURKE** (EMMANUEL COLLEGE CAMBRIDGE, CAMBRIDGE, RU); **REGINA ZILBERMAN** (UNIV. FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, PORTO ALEGRE, BR); **RICARDO AUGUSTO BENZAQUEN DE ARAÚJO** (PONTIFÍCIA UNIV. CATÓLICA DO RIO/ INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE PESQUISAS DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO, BR); **RODOLFO NOGUEIRA COELHO DE SOUZA** (UNIV. DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, BR); **SÉRGIO MICELI** (UNIV. DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, BR); **WALNICE NOGUEIRA GALVÃO** (UNIV. DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, BR)

Capa: HANADA, Tomoo. *Praça da Sé, 1935* – crayon sobre papel, 16,7 x 24,1 cm. Coleção Mário de Andrade, Coleção de Artes Visuais, IEB/USP, código MA-0265

**LEONARDO BELINELLI • BERNARDO RICUPERO •
KARIM HELAYEL•ALEXANDER COUTO ENGLANDER
• RONALDO TADEU DE SOUZA • THAIS FLORENCIO
DE AGUIAR • PEDRO LUIZ LIMA • JORGE CHALOUB •
ANDRÉ BOTELHO•CAROLINE TRESOLDI•JAMES N.
GREEN•MARCO ANTONIO PERRUSO•GUILHERME
PESSOA • MÁRIO AUGUSTO MEDEIROS DA SILVA
• BRENO VIOTTO PEDROSA • LUIZA HELENA
DAMIANI AGUILAR • FABRÍCIO SPARVOLI • JOÃO
ROBERTO FARIA • PEDRO B. DE MENESSES BOLLE •
MAURÍCIO COSTA DE CARVALHO•MARCUS DORES
• LEONARDO BELINELLI • BERNARDO RICUPERO •
KARIM HELAYEL•ALEXANDER COUTO ENGLANDER
• RONALDO TADEU DE SOUZA • THAIS FLORENCIO
DE AGUIAR • PEDRO LUIZ LIMA • JORGE CHALOUB •
ANDRÉ BOTELHO•CAROLINE TRESOLDI•JA
GREEN•MARCO ANTONIO PERRUSO•GUIL
PESSOA • MÁRIO AUGUSTO MEDEIROS D
• BRENO VIOTTO PEDROSA • LUIZA H
DAMIANI AGUILAR • FABRÍCIO SPARVOLI
ROBERTO FARIA • PEDRO B. DE MENESSES
MAURÍCIO COSTA DE CARVALHO•MARCUS
LEONARDO BELINELLI • BERNARDO RIC
KARIM HELAYEL•ALEXANDER COUTO ENG
• RONALDO TADEU DE SOUZA • THAIS FLORENCIO
DE AGUIAR • PEDRO LUIZ LIMA • JORGE CHALOUB
• ANDRÉ BOTELHO • CAROLINE TRESOLDI •**

EDITORIAL • EDITORIAL)

- ei0726 **Brasil-1964, antes e depois**

DOSSIÊ • DOSSIER)

- ei0725 **Pensamento social e político brasileiro pós-1964: atores**

coletivos, instituições e mudança social [*Brazilian social and political thought after 1964: collective actors, institutions and social change* • Alexander Couto Englander • Bernardo Ricupero • Karim Helayel • Leonardo Belinelli

- ei0712 **O “autoritarismo” no pós-1964: as aventuras de um**

conceito? [*“Authoritarianism” after 1964: the adventures of a concept?* • Leonardo Belinelli • Bernardo Ricupero

- ei0724 **A dialética da demofobia em Florestan Fernandes: entre**

democracia forte e autocracia burguesa [*The dialectic of demophobia in Florestan Fernandes: between strong democracy and bourgeois autocracy* • Alexander Couto Englander • Ronaldo Tadeu de Souza • Thais Florencio de Aguiar

- ei0716 **Ainda o conservadorismo popular: variações**

contemporâneas de uma ideia renitente [*Still popular conservatism: contemporary variations of a persistent idea* • Pedro Luiz Lima • Jorge Chaloub

- ei0713 **Democratização da cultura: Heloisa Buarque de Hollanda**

e a crítica brasileira nos anos 1970 [*Democratization of culture: Heloisa Buarque de Hollanda and the Brazilian critique during 1970s* • André Botelho • Caroline Tresoldi

- ei0715 **O Grupo Somos, o jornal Lampião, o movimento LGBTI+**

e a abertura política [*Grupo Somos, Lampião newspaper, LGBTI+ movement and political opening* • James N. Green

- e10720 **Pensamento e ciência social no pós-1964: da crítica classista e afrocentrada do dualismo ao seu resgate**
[*Thought and social science in the post-1964 period: from the classist and afrocentric critique of dualism to its rescue*] •
Marco Antonio Perruso · Guilherme Pessoa
- e10721 **Experiências sociais de ativistas da Associação Cultural do Negro (1954-1976) e a contribuição do associativismo negro paulistano para o pensamento social brasileiro**
[*Social experiences of activists from the Associação Cultural do Negro (1954-1976) and the contribution of Black associations in São Paulo to Brazilian social thought*] • Mário Augusto Medeiros da Silva
- ARTIGOS • ARTICLES**
- e10704 **Themístocles Sávio e o ensino em geografia: um militar da Primeira República escritor de livros didáticos**
[*Themístocles Sávio and teaching geography: military figure of the First Republic and textbook author*] • Breno Viotto Pedrosa
- e10710 **“Um agregado” – um excerto de *Dom Casmurro* em três meios de publicação e suas possíveis leituras** [“Um agregado” – an excerpt of *Dom Casmurro* published in three different media and its different possible meanings] • Luiza Helena Damiani Aguilar
- e10702 **Dois episódios petronianos em “Ci, Mãe do Mato”: um estudo de recepção dos clássicos em *Macunaíma***
[*Two Petronian episodes in “Ci, Mãe do Mato”: a study on classical reception in Macunaíma*] • Fabrício Sparvoli
- e10706 **Mário de Andrade, Alfredo Mesquita e o teatro moderno** [*Mário de Andrade, Alfredo Mesquita and modern theatre*] • João Roberto Faria

CRIAÇÃO · CREATION)

- ei0717 **Acessibilidade e inovação: o IEB Minecraft como ferramenta para exploração de acervos**
[*Accessibility and innovation: IEB Minecraft as a tool for exploring collections* • Pedro B. de Meneses Bolle

- ei0718 **Accessibility and innovation: IEB Minecraft as a tool for collection exploration** [*Acessibilidade e inovação: o IEB Minecraft como ferramenta para exploração de acervos* • Pedro B. de Meneses Bolle

DOCUMENTAÇÃO · DOCUMENTS)

- ei0708 **Incursões no Fundo Milton Santos no acervo do IEB: a fotografia de Adalgisa Umbelina de Almeida Santos** [*Incursions on the Milton Santos Fund in the IEB collection: the photography of Adalgisa Umbelina de Almeida Santos* • Maurício Costa de Carvalho

RESENHAS · BOOK REVIEWS)

- ei0691 **A história do Brasil contada por meio do seu próprio nome**
[*The history of Brazil told through its own name* • Marcus Dores

DI CAVALCANTI, Emiliano.

*O Brasil situado no problema
do mundo* –

nº 12, s.d. – nanquim sobre
papel, 32,3 x 23,2 cm.

Coleção Mário de
Andrade, Coleção de
Artes Visuais,
IEB/USP,
código MA-0200



"*O Brasil situado no
problema do mundo*"

EDITORIAL

EDITORIAL

BRASIL-1964, ANTES E DEPOIS

No rugoso tecido da história brasileira do século XX, friccionaram-se impulsos democráticos e regimes políticos autoritários. O golpe civil-militar de 1964, que instaurou a ditadura alastrada até 1978 (REIS, 2014), observado sob o ângulo de suas raízes e da permanência de alguns de seus valores, segue, depois de 60 anos, demandando novas interpretações e abordagens transversais. Refletir, em território interdisciplinar, sobre os sentidos e consequências de uma “ruptura democrática” oferece importantes elementos para a compreensão da intrincada realidade nacional contemporânea, radicada em profundos desajustes estruturais e tributária de ideários conservadores e, quando pior, reacionários.

Adensando o debate, a *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* apresenta, neste número, o Dossiê “Pensamento social e político brasileiro pós-1964: atores coletivos, instituições e mudança social”, idealizado e levado a termo pelos cientistas sociais Alexander Couto Englander (IESP/UERJ), Bernardo Ricupero (USP), Karim Helayel (UFRJ) e Leonardo Belinelli (UFRRJ). Ambicionou-se, especialmente, “investigar os impactos da ditadura civil-militar inaugurada em 1964 sobre o pensamento social e político brasileiro”, enfatizando continuidades e mudanças. Os organizadores partem do pressuposto de que “as ciências sociais brasileiras, tais como as conhecemos” se desenvolveram em resposta “ao golpe de 1964”. Assim, a noção de “impacto”, enquanto efeito duradouro nos planos social, político, cultural e econômico do país, baliza a visada crítica da Apresentação e dos sete artigos congregados no Dossiê, subscritos por intelectuais com notável atuação no campo universitário brasileiro e internacional.

“Temas e perspectivas plurais”, tendo em seu horizonte “o estilo conservador de nossa modernização”, encadeiam-se nos estudos “O ‘autoritarismo’ no pós-1964: as aventuras de um conceito?”, de Leonardo Belinelli e Bernardo Ricupero; “A dialética da demofobia em Florestan Fernandes: entre democracia forte e autocracia burguesa”, de Alexander Couto Englander, Ronaldo Tadeu de Souza e Thais Florencio de Aguiar; “Ainda o conservadorismo popular: variações contemporâneas de uma ideia renitente”, de Pedro Luiz Lima e Jorge Chaloub; “Democratização da cultura: Heloisa Buarque

de Hollanda e a crítica brasileira nos anos de 1970”, de André Botelho e Caroline Tresoldi; “O Grupo Somos, o jornal *Lampião*, o movimento LGBTI+ e a abertura política”, de James N. Green; “Pensamento e ciência social no pós-1964: da crítica classista e afrocentrada do dualismo ao seu resgate”, de Marco Antonio Perruso e Guilherme Pessoa; e “Experiências sociais de ativistas da Associação Cultural do Negro (1954-1976) e a contribuição do associativismo negro paulistano ao pensamento social brasileiro”, de Mário Augusto Medeiros da Silva. Questões conceituais; retomadas, releituras e emparelhamentos de uma rica bibliografia; abordagens de obras, de personalidades e de atores coletivos; intersecções temáticas (classe, raça e gênero); mapeamentos históricos no compósito terreno dos estudos de sociologia; a recuperação de testemunhos pulsantes etc. – todos esses pontos suscitam renovadas inflexões críticas. Os artigos debruçam-se sobre a nossa (traumática) história, sobre os complexos processos sociológicos, sobre a própria sociologia (suas linhagens, limitações, impasses e potencialidades), sublinhando heranças e persistências que comprovam o quanto o assunto Brasil-1964 mostra-se incontornável para se pensar o nosso presente (e o futuro).

A capa deste número, escolhida pelos organizadores do Dossiê, estampa *Praça da Sé* (1935), crayon sobre papel do artista e escritor japonês radicado em São Paulo Tomoo Handa, desenho salvaguardado no acervo de Mário de Andrade da Coleção de Artes Visuais do IEB/USP. Ao selecioná-la, os organizadores tencionaram, propositivamente, “reforçar a noção de esfera pública codificada pela ideia de praça e pelo fato de a Praça da Sé ter sido *locus*, especificamente, de comícios realizados no processo de redemocratização, que tiveram um importante papel durante o contexto” focalizado nos artigos. “Ou seja, a praça, ainda de acordo com os organizadores, surge como um conceito que nos possibilita chamar a atenção para ela como um espaço que pode contribuir para a solidificação de princípios democráticos ao permitir a realização da ideia de esfera pública”. Colocam-se, assim, forças coletivas em defesa da democracia fazendo frente a ondas autoritárias.

Outros quatro artigos não perdem de vista aspectos do sinuoso percurso histórico brasileiro, iluminando a área de geografia (e de sua transmissão didática) e a dos estudos literários e teatrais, embasados em atuais métodos de análise e interpretação.

“Themístocles Sávio e o ensino em geografia: um militar da Primeira República escritor de livros didáticos”, de Breno Viotto Pedrosa, ao enfocar a produção do autor do *Curso elementar de geografia* (1907), coloca em pauta a formação do campo de estudos de geografia no país, rastreando a sua institucionalização universitária. “‘Um agregado’ – um excerto de *Dom Casmurro* em três meios de publicação e suas possíveis leituras”, de Luiza Helena Damiani Aguilar, no trânsito entre literatura, sociologia dos textos e teoria da recepção, torna patente a diversidade de protocolos de leitura a partir dos diferentes suportes de divulgação (periódico, livro) de um texto literário. “Dois episódios petronianos em ‘Ci, Mãe do Mato’: um estudo de recepção dos clássicos em *Macunaíma*”, de Fabrício Sparvoli, vincula *Satyricon* de Petrônio, prosa satírica do século I d.C., à rapsódia de Mário de Andrade, de 1928, tecendo, de modo produtivo, ligações intertextuais entre “mito ameríndio, literatura clássica e literatura brasileira”. Em “Mário de Andrade, Alfredo Mesquita e o teatro moderno”, João Roberto Gomes Faria, um de nossos mais destacados estudiosos da dramaturgia

brasileira, oferece o programa da peça *Noite de São Paulo* (1936), de Alfredo Mesquita, texto pouco conhecido, inédito em livro, perfazendo, em termos contextuais, substancial recuperação documental das relações de Mário de Andrade com o teatro, expressão artística de pouco relevo no primeiro tempo modernista.

A seção Criação compartilha, em português e em inglês, “Acessibilidade e inovação: o IEB Minecraft como ferramenta para exploração de acervos”, de Pedro B. de Meneses Bolle, editor-executivo da RIEB. O texto expõe o protótipo de videogame de natureza pedagógico-lúdica, recriando o ambiente do IEB e de seus setores (Arquivo, Biblioteca e Coleção de Artes Visuais), que podem produtivamente ser explorados por jovens. O autor participou, em dezembro/24, do evento Games for Change Türkiye Festival, na Bahçeşehir Üniversitesi (BAU), em Istambul, relatando a experiência do Instituto na criação do IEB Minecraft.

Em Documentação, Maurício Costa de Carvalho oferece-nos valiosa matéria arquivística de cunho privado. “Incursões no Fundo Milton Santos no acervo do IEB: a fotografia de Adalgisa Umbelina de Almeida Santos” compartilha o retrato, em estúdio, da mãe do reconhecido mundialmente geógrafo brasileiro, autor de *A natureza do espaço*, bem como outros itens arquivísticos de mesma matriz pessoal. O estudo dessa documentação amplifica o debate em torno dos registros memorialísticos de famílias negras no Brasil.

O livro *A renomeação do Brazil: a construção de uma identidade nacional pela ortografia* (2023), de Thiago do Nascimento Godoy, faz jus à resenha do linguista Marcos Dores, propiciando um fecundo diálogo no plano dos estudos de língua portuguesa sob o prisma histórico.

Os editores agradecem: aos setores de Arquivo e Coleção de Artes Visuais do IEB; aos professores à frente do Dossiê; aos pareceristas convidados; as sugestões da professora Telê Ancona Lopez; a colaboração dos professores Alexandre de Freitas Barbosa e Inês Gouveia; à especialista em artes visuais do IEB, Bianca Dettino; e à competente e colaborativa equipe editorial da RIEB: Pedro Bolle, Cleusa Conte Machado e Flávio Alves Machado.

Marcos Antonio de Moraes¹, Stelio Marras², Dulcilia Helena Schroeder Buitoni³
Editores

¹ Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).

² Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).

³ Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).

REFERÊNCIA

REIS, Daniel Aarão (Coord.). *Modernização, ditadura e democracia (1964-2010)*. Rio de Janeiro: Fundación Mapfre/ Objetiva, 2014. (SCHWARCZ, Lilia Moritz (Dir.). História do Brasil Nação: 1808-2010, v. 5).

SOBRE OS AUTORES

MARCOS ANTONIO DE MORAES é docente do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP).

mamoraes@usp.br

<https://orcid.org/0000-0001-7127-9254>

STELIO MARRAS é docente do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP).

smarras@usp.br

<https://orcid.org/0000-0002-4283-1107>

DULCÍLIA HELENA SCHROEDER BUITONI é professora sênior do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP).

dbuitoni@usp.br

<https://orcid.org/0000-0003-2695-5529>

Recebido em 7 de dezembro de 2024

Aprovado em 10 de dezembro de 2024

MORAES, Marcos Antonio de; MARRAS, Stelio; BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. Editorial – Brasil-1964, antes e depois. *Rev. Inst. Estud. Bras.* (São Paulo), n. 89, 2024, e10726.

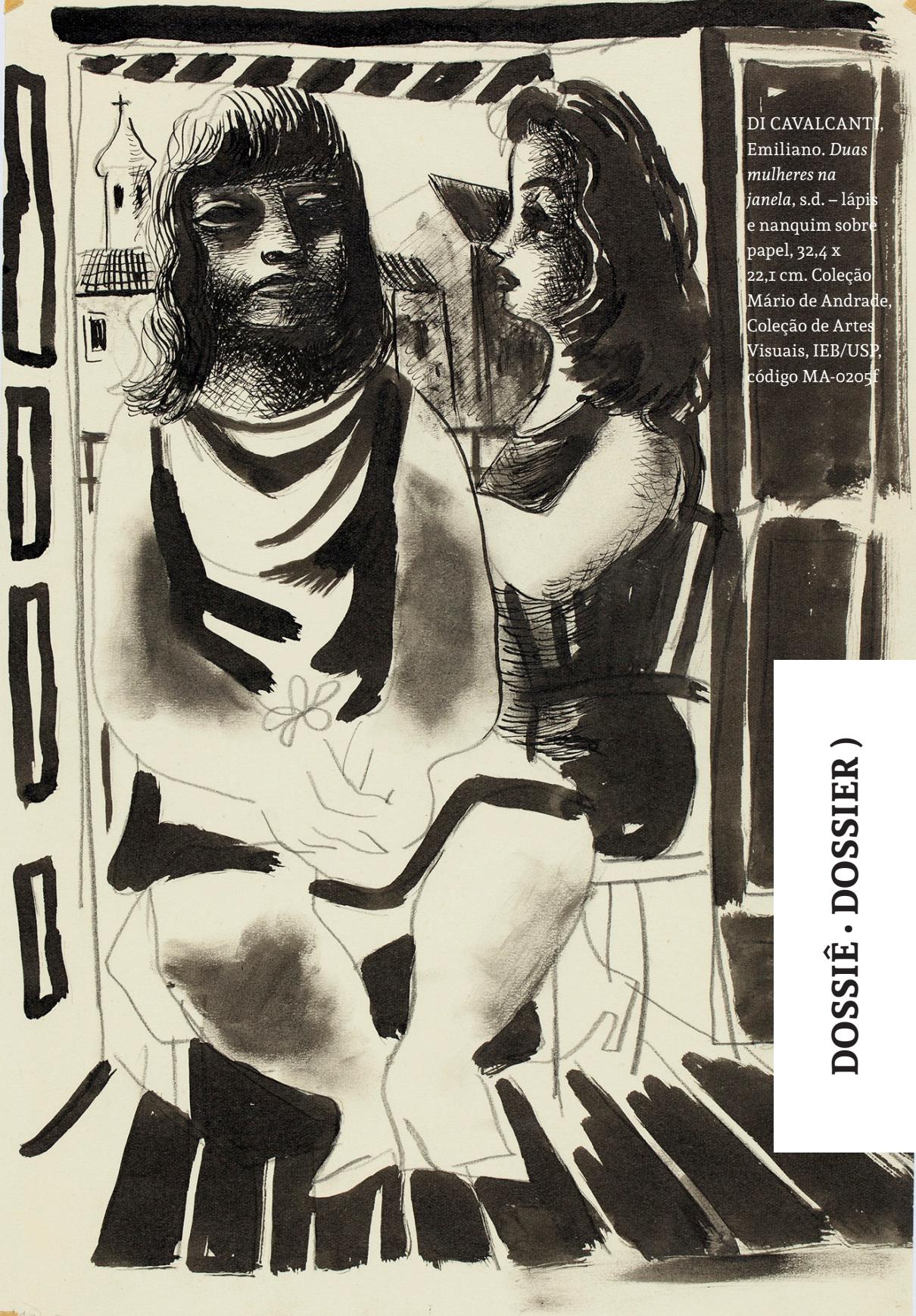


Seção: Editorial

DOI: 10.11606/2316901X.n89.2024.e10726

DOSSIÊ · DOSSIER)

DI CAVALCANTI,
Emiliano. *Duas
mulheres na
janela*, s.d. – lápis
e nanquim sobre
papel, 32,4 x
22,1 cm. Coleção
Mário de Andrade,
Coleção de Artes
Visuais, IEB/USP,
código MA-0205f



Pensamento social e político brasileiro pós-1964: atores coletivos, instituições e mudança social

[*Brazilian social and political thought after 1964:
collective actors, institutions and social change*]

Alexander Couto Englander¹

Bernardo Ricupero²

Karim Helayel³

Leonardo Belinelli⁴

Para Charles Pessanha (*in memoriam*).

RESUMO • Este dossier tem como objetivo investigar os impactos da ditadura civil-militar (1964-1985) sobre o pensamento social e político brasileiro. Através de temas e perspectivas plurais, abrangemos tanto uma discussão densa e renovada sobre o estilo conservador de nossa modernização, quanto debates sobre ações coletivas e transformações culturais que contestam os seus efeitos. • **PALAVRAS-CHAVE** • Pensamento social e político brasileiro; modernização conservadora; mudança social.

ABSTRACT • This dossier aims to investigate the impacts of the civil-military dictatorship (1964-1985) on Brazilian social and political thought. Through plural themes and perspectives, we encompass both the possibility of a dense and renewed discussion about our modernization's conservative style, as well as debates on collective actions and cultural transformations that contest its effects. • **KEYWORDS** • Brazilian social and political thought; conservative modernization; social change.

Recebido em 30 de novembro de 2024

Aprovado em 2 de dezembro de 2024

ENGLANDER, Alexander Couto; RICUPERO, Bernardo; HELAYEL, Karim; BELINELLI; Pensamento social e político brasileiro pós-1964: atores coletivos, instituições e mudança social. *Rev. Inst. Estud. Bras.* (São Paulo), n. 89, 2024, e10725.



Seção: Dossiê

DOI: 10.11606/2316901X.n89.2024.e10725

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil).

² Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).

³ Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil).

⁴ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ, Seropédica, RJ, Brasil).

1964 não pode ser considerado “um raio caído em céu azul”. Antes do golpe civil-militar instaurado havia expectativas de tal desenlace, fosse ele favorável aos setores de direita ou de esquerda. Ainda assim, consumada a ruptura, ela logrou impacto profundo. Tratou-se comumente, já em um primeiro momento, de procurar compreender o que havia ocorrido. Consolidada a ordem social e política emergente, buscou-se compreender e explicar a sua natureza. Tal preocupação comportava uma dupla dimensão: analítica e normativa, teórica e política, que teria afetado especificamente as ciências sociais, das quais muitos de seus pesquisadores eram ou mantinham militância política.

Não constitui exagero afirmar que as ciências sociais brasileiras, tais como as conhecemos, configuraram um produto do golpe de 1964. Por um lado, almejam entender o processo e a ordem por ele inaugurada. Por outro lado, cumpre ressaltar que elas são também beneficiárias de iniciativas do regime, haja vista o sistema de pós-graduação estabelecido no período, cujo marco fundante é a Reforma Universitária de 1968 (BOTELHO; RICUPERO; BRASIL JR., 2018; CUNHA, 1988; MICELI, 1995; MOTTA, 2014). O golpe e a nova ordem que inaugura estimulam mesmo os contornos que assumem no Brasil disciplinas como a ciência política e a sociologia (FORJAZ, 1997; KEINERT; SILVA, 2010; LESSA, 2010)⁵.

Sinal do impacto do pós-1964 nas ciências sociais é, como indica Luiz Werneck Vianna (1997), que a modernização conservadora é seu grande tema, como se percebe em *A economia brasileira: crítica da razão dualista* (1972), de Francisco de Oliveira; *Pouvoir et développement économique: formation et évolution des structures politiques au Brésil* (1976), de Luciano Martins; *A revolução burguesa no Brasil* (1975), de Florestan Fernandes; *São Paulo e o Estado nacional* (1975), de Simon Schwartzman; *Elite and state-building in imperial Brazil* (1974), de José Murilo de Carvalho; *Capitalismo*

5 Exemplo da preocupação com o golpe é a afirmação que abre a tese de Wanderley Guilherme dos Santos (1979, p. V): “a tomada de poder militar em 1964 foi uma surpresa para muitos, um choque para outros e um alívio para aqueles que acreditavam que o presidente João Goulart havia comprometido seriamente seu governo em uma aventura populista de tipo radical”. Nessa referência, o autor de *Quem dará o golpe no Brasil?* convida “aqueles que estão insatisfeitos com suas avaliações anteriores a repensarem a política do período e a buscar uma explicação mais aprofundada para este evento decisivo”.

autoritário e campesinato (1976), de Otávio Velho; *Liberalismo e sindicato no Brasil* (1976), do próprio Werneck Vianna; *The agrarian roots of modernization in Brazil: 1880-1930* (1979), de Elisa Reis. De maneira reveladora, todos esses trabalhos, com exceção dos de Oliveira e de Fernandes, foram originalmente teses de doutorado. Não por acaso, não tratam tanto de 1964, mas de condições prévias que o ajudariam a explicar.

Mas, desde o início da mais recente ascensão da extrema direita no Brasil, questões relativas ao golpe de 1964 passaram a ocupar não apenas reflexões acadêmicas, como também o debate público do país. A instauração da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e a discussão pública sobre seus procedimentos e resultados, com as consequentes responsabilizações institucionais e pessoais de agentes do Estado pelos crimes cometidos durante a ditadura civil-militar, bem como a reação de setores sociais vinculados a tais atores, são exemplos marcantes de como, apesar da implantação do regime democrático-republicano via Carta Constitucional de 1988, existem elementos sociais, políticos, culturais e econômicos que, inaugurados ou reforçados naquela quadra autoritária, persistem no país. Trazer à tona como alguns desses elementos foram interpretados por intelectuais e atores coletivos é o objetivo do presente dossiê, que intitulamos “Pensamento social brasileiro pós-1964: atores coletivos, instituições e mudança social”.

No plano institucional, o impacto do regime ditatorial foi significativo. Para além da passagem de um regime democrático a um autoritário, a ditadura civil-militar de 1964 foi responsável por “completar” a modernização estatal e econômica inaugurada com a chamada Revolução de 1930, o que contrariou as apostas iniciais de diversos setores da esquerda brasileira sobre uma suposta regressão econômica como decorrência necessária do novo quadro político autocrático. Assim, passado o momento inicial, no qual o regime demonstrou que viera para ficar, sua cúpula militar associou um programa econômico industrializante e desigualitário com uma crescente repressão política. Nesse cenário, diversas questões foram postas em debate, entre as quais poderíamos citar: como interpretar o novo capítulo de integração do país à dinâmica capitalista global? Quais eram os impactos do novo estilo de crescimento econômico sobre a sociedade brasileira? Quais categorias seriam adequadas para compreender e explicar o tipo de Estado então estabelecido? Como compreender os vínculos entre as elites estatais e os diversos setores da sociedade? Quais as forças e os limites do regime? Quais atores coletivos poderiam constituir alternativas democratizantes ao processo de modernização conservadora consolidado pela ditadura civil-militar?

Num outro registro, o impacto da ditadura no pensamento político e social brasileiro também não foi desprezível. A própria caracterização do pós-1964 e, numa referência mais ampla, da história brasileira na chave da “modernização conservadora” tem sua história ligada à necessidade de compreender a nova situação. É possível localizar na análise de Barrington Moore Jr. (1966) a respeito da “revolução vinda de cima” a inspiração da caracterização da ordem econômica, social e política que emergiu do golpe como correspondendo a uma modernização conservadora (FICO, 2017; MOTTA, 2014). De maneira significativa, quase paralelamente à formulação do sociólogo norte-americano, ocorria um debate entre cientistas sociais e militantes de esquerda brasileiros a respeito da natureza das

transformações promovidas pela ditadura do país tendo como marco principal a categoria de “revolução burguesa” (RICUPERO, 2024). Boa parte dos participantes na discussão concordavam que o capitalismo se desenvolvia no país sem que houvesse ruptura com formas econômicas e sociais pregressas, presentes principalmente no campo. Essa interpretação se assemelhava, em linhas gerais, com a de Moore Jr. a respeito da “revolução vinda de cima”. Tal afinidade contribuiu para que o termo “modernização conservadora” se generalizasse, já não se referindo apenas a 1964, tornando-se, progressivamente, uma verdadeira chave interpretativa para a história brasileira. Ironicamente, porém, junto com a popularização da análise, a referência à “revolução burguesa” praticamente desapareceu.

Não por acaso, a partir do final dos anos 1960, a combinação problemática entre “modernização” e “modernidade” tornou-se o centro da preocupação da teoria social contemporânea, como exemplifica o trabalho de Moore Jr. No contexto ditatorial, as ciências sociais brasileiras passaram, então, a articular um diálogo crítico com essa produção, ao mesmo tempo que se nutriam do estoque de formulações do ensaísmo brasileiro. Com argumentos variados e categorias distintas – e, muitas vezes, polêmicas entre si – os cientistas sociais brasileiros convergiam na crítica às ideias de unilinearidade do processo social tais como encontradas na “sociologia da modernização” (BRASIL JR., 2013; HELAYEL, 2024), na visão sovietizante do marxismo (BELINELLI, 2019) e mesmo nas primeiras formulações do “desenvolvimentismo”.

Boa parte dos trabalhos de então revelam a tentativa das ciências sociais brasileiras de articular, por um lado, “passado” e “presente”, procurando refletir sobre as possibilidades de democratização da sociedade a partir das formas sociais ensejadas pela configuração própria da sua gênese e de como tais formas se desdobraram. Não à toa, categorias analíticas cruciais como “autocracia”, mobilizada por Fernandes (2005), e “autoritarismo”, utilizada por Cardoso (1975), são forjadas de modo sistemático nos anos 1960 no intuito de qualificar não apenas o regime político atravessado pelo país após o golpe civil-militar de 1964, como também seu projeto de modernização. Ou seja, o sentido assumido pelo processo de modernização na década de 1970 constitui problemática crucial para a intelectualidade do país.

Ora, vale indicar que as diversas perspectivas forjadas nesse contexto não apenas incidiram sobre o debate político do período; assinalam também como diferentes interpretações permitem práticas políticas distintas – mas também, e nem tanto paradoxalmente, similares –, configurando-se como elementos importantes dos repertórios analíticos e estratégicos de diversos grupos que se tornaram forças políticas relevantes no cenário da Nova República, momento em que intelectuais e movimentos sociais se tornaram figuras de proa do Estado brasileiro, contra as quais a extrema direita local se colocou. Por esse ângulo, portanto, percebemos os vínculos entre passado e presente.

De modo geral, após o golpe de 1964, as ciências sociais brasileiras tenderam a conferir ênfase analítica aos limites da ação democratizante dos partidos, sindicatos e movimentos sociais do país. No contexto intelectual dos anos 1960 e 1970, a linha mestra compartilhada pelas distintas interpretações efetuadas no período pode ser sintetizada no que John French (1995) definiu como “consenso corporativista”. Conceitos como “corporativismo”, “populismo”, “estatismo”, “cupulismo” e “ideologia

autoritária de Estado” referem-se a diferentes aspectos de uma sociedade frágil e tutelada pelo Estado, em que a classe trabalhadora era controlada pelas cúpulas sindicais corporativistas e líderes populistas manipulavam as massas populares. Seja a partir de um ponto de vista marxista ou de uma perspectiva liberal-democrática, influenciada pelas experiências traumáticas do golpe de 1964 e do AI-5, a geração de cientistas sociais dos anos 1960 e 1970 direcionou suas diferentes investigações sobre os fatores que impediam que os setores subalternos da sociedade brasileira se transformassem em sujeitos políticos atuantes.

Com a emergência do “novo sindicalismo”, de novos movimentos sociais e da atuação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), uma nova geração de cientistas sociais, a partir dos anos 1980, começou a pensar os setores subalternos da sociedade brasileira como atores políticos ativos. Um livro paradigmático desse momento é *Quando novos personagens entraram em cena* (1988), de Eder Sader, em que o autor enfatiza o caráter de novidade das organizações populares que emergiram no final dos anos 1970, mantendo uma visão pessimista sobre o período do pré-golpe militar. A geração dos anos 1980 também viu emergirem os estudos sobre raça e gênero, com os negros e as mulheres entrando em cena não apenas como objetos de pesquisa, mas como seus autores. Sobre esse ponto, entre outros e outras, podemos destacar os trabalhos de Abílio do Nascimento (1978; 2019), Clóvis Moura (1988; 1994), Elisabeth Souza-Lobo (2021), Florestan Fernandes (2017), Heleith Saffioti (1976) e Lélia Gonzalez (2020; 2022). A partir desses autores e autoras também podemos falar do surgimento de um “pensamento interseccional brasileiro”, pois classe, raça e gênero – embora nem sempre triplamente articulados – passam a compor elementos analíticos transversais para a compreensão tanto de processos de subalternização quanto, por outro lado, das lutas coletivas democratizantes.

Desde o final da década de 1990, novos estudos sobre a classe trabalhadora e os movimentos sociais dos anos 1950 e 1960 têm rompido com o “consenso corporativista”, pois oferecem uma nova perspectiva ao apontar para a capacidade de organização e mobilização dos setores subalternos. Influenciados pela geração anterior, historiadores (FORTES et al., 1999) e cientistas sociais (SANTANA, 2001; CARDOSO, 2019) passaram a olhar não apenas os novos partidos populares, o “novo sindicalismo” e os novos movimentos sociais como sujeitos, mas também os partidos, sindicatos e movimentos sociais do passado. Por um lado, as novas práticas sociais influenciaram o modo como os cientistas sociais pensavam a realidade, por outro lado, um novo modo de pensar permitiu aos pesquisadores perceber aspectos antes negligenciados de nossa história (ENGLANDER, 2022).

Este breve apanhado sobre a produção das ciências sociais brasileiras vinculada ao contexto aberto pelo golpe de 1964 nos permite indicar com mais precisão o objetivo do dossiê. À luz das recentes instabilidades democráticas vividas pelo país e da emergência de novos temas e abordagens, trata-se de estimular novas perspectivas sobre essa produção, repensando seus supostos, suas categorias, seus horizontes políticos e normativos. Repensá-la, como ela mesma fez em relação ao ensaísmo brasileiro e à teoria social contemporânea, é um passo importante, entre outros igualmente necessários, para desvendar os sentidos da truncada mudança social pela qual o país passa.

Pode-se dizer, a partir daí, que os trabalhos que compõem este dossier dividem-se em dois eixos principais: os que procuram indicar como categorias e a própria “forma de pensar” forjadas com a ditadura continuam presentes, e os que indicam como as transformações levadas a cabo depois de 1964 estimularam novos temas, problemas e abordagens. Em poucas palavras, enfatiza-se ora a continuidade, ora a mudança. Na primeira linha, está o artigo de Leonardo Belinelli e Bernardo Ricupero, “O ‘autoritarismo’ no pós-1964: as aventuras de um conceito?”. Partindo da hipótese de que o debate internacional sobre o conceito de autoritarismo foi importante para sua fixação como chave analítica sobre o regime político inaugurado em 1964, os autores examinam, em “O ‘autoritarismo’ no pós-1964: as aventuras de um conceito?”, os usos que dela fizeram intelectuais como Juan Linz, seu formulador, Fernando Henrique Cardoso e Florestan Fernandes. Inspirados em formulações da “história dos conceitos”, em particular na ideia de “conceito básico”, os autores não deixam de assinalar como as questões tratadas naquele período retornam no contexto intelectual e político atual, marcado por ameaças à democracia.

Também conferindo maior ênfase às continuidades, o artigo “A dialética da demofobia em Florestan Fernandes: entre democracia forte e autocracia burguesa”, de Alexander Couto Englander, Ronaldo Tadeu de Souza e Thais Florencio de Aguiar, investiga as transformações do pensamento político sociologicamente orientado de Florestan Fernandes na década de 1970. A partir dos textos sobre o fascismo na América Latina (1971), o modelo autocrático-burguês de transformação capitalista (1973) e o importante curso sobre autoritarismo lecionado na PUC de São Paulo, em 1977, transformado em livro em 1979, são analisadas continuidades e descontinuidades na obra do autor. Nesse movimento de “repetição com diferença” (BOTELHO, 2019, p. 22), o objeto central do estudo são dois temas interligados e ainda pouco explorados da obra de Florestan Fernandes: a emergência de “democracias fortes” nos países de democracia liberal, no “centro” hegemônico do capitalismo, a partir do final da Segunda Guerra Mundial e durante o período mais “quente” da Guerra Fria; e o padrão autocrático-burguês de dominação, consolidado a partir da institucionalização de regimes ditoriais, no contexto do capitalismo dependente e subdesenvolvido latino-americano nas décadas de 1960 e 1970. Dessa forma, a partir de uma análise relacional entre “centro” e “periferia” do capitalismo, busca-se identificar nos textos de Fernandes uma crítica ao paradigma de “democracia demofóbica” (AGUIAR, 2015), que se reconfigura ao longo das décadas e chega até o presente.

Por sua vez, Pedro Luiz Lima e Jorge Chaloub identificam, em “Ainda o conservadorismo popular: variações contemporâneas de uma ideia renitente”, a centralidade da ditadura na visão a respeito do suposto conservadorismo do povo brasileiro, presente em autores tão diversos como André Singer, Lilia Schwarcz e Olavo de Carvalho. Os autores procuram delinejar as variações referentes à ideia de uma suposta tendência conservadora do povo brasileiro, que atravessaria perspectivas tanto distintas quanto influentes no debate público do país na última década. O duo almeja reconstituir analiticamente como as ideias de “povo” e “conservadorismo” aparecem nos trabalhos dos autores pesquisados, argumentando que seria possível, inclusive, delinejar hipóteses consistentes sobre aspectos que permeariam tradições

muito diferentes do pensamento político-social brasileiro, uma vez que a mobilização da noção de “conservadorismo popular” teria sido demasiadamente ampla.

Pode ser identificado com a segunda linha o texto “Democratização da cultura: Heloisa Buarque de Hollanda e a crítica brasileira nos anos 1970”, de André Botelho e Caroline Tresoldi, que indica como a crítica dos anos 1970, de Heloisa Buarque de Hollanda, abre caminho para novas perspectivas e questões para entender a cultura brasileira. Botelho e Tresoldi se concentram na tese de doutorado de Buarque de Hollanda, intitulada *Impressões de viagem: CPC, vanguarda e desbunde (1960/70)*, indicando que esse trabalho constituiria uma espécie de marco na crítica cultural brasileira ao contribuir para a abertura de um novo horizonte de reflexões em torno do processo de democratização da cultura no Brasil. Assim, os autores se debruçam sobre as relações entre cultura e política no país ao longo dos anos 1960 e 1970, efetuando ainda um profícuo corpo a corpo entre *Impressões de viagem* e o clássico texto de Roberto Schwarz, “Cultura e política, 1964-1969”.

Na mesma toada, em “O Grupo Somos, o jornal *Lampião*, o movimento LGBTI+ e a abertura política”, James Green presta atenção ao debate e às tensões no interior do movimento LGBTI+, que emergia na transição do autoritarismo. Lida especialmente com o jornal *Lampião da Esquina* e o Grupo Somos, indicando como no interior deles atuavam tanto militantes identificados com a esquerda organizada como libertários e independentes. Socialistas eram acusados de infiltrar o movimento, ao mesmo tempo que parte da esquerda temia que preocupações com gênero e sexualidade incomodassesem sua base. De maneira sugestiva, críticas como essas reaparecem em nossos dias. O relato de Green guarda especial interesse até em razão da sua experiência de então, militante tanto da Convergência Socialista (CS) como do movimento LGBTI+.

Conjugando questões relativas às continuidades e mudanças, Marco Antonio Perruso e Guilherme Pessoa, em “Pensamento e ciência social no pós-1964: da crítica classista e afrocentrada do dualismo ao seu resgate”, operam em três registros que, articulados, permitem uma olhada de amplo ângulo sobre o desenvolvimento do nosso pensamento social. Em primeiro lugar, retomam o debate entre visões dualistas e antidualistas a respeito da formação nacional presente nas ciências sociais brasileiras do pós-1964, acentuando como a literatura dedicada aos movimentos sociais se consolidou como uma plataforma crítica das então predominantes visões a respeito da “nação” e da sua modernização. Na sequência, realizam uma síntese do que se chama de “pensamento afro-brasileiro” a partir da mesma angulação, mostrando como intelectuais negros inseridos nos associativismos pós-1964 e nos debates sobre a redemocratização retomam, em chaves próprias, aspectos decisivos do debate a respeito dos processos de modernização e democratização da sociedade brasileira. Por fim, chegando aos anos 1990, os autores examinam algumas mudanças políticas e intelectuais que permitiram a consolidação da centralidade das políticas públicas no debate político nacional, a seu ver, uma renovação do paradigma dualista.

No artigo de Mário Augusto Medeiros da Silva, a continuidade entre passado e presente se manifesta como resistência ao racismo e às desigualdades sociais que constituem a modernização conservadora no Brasil. O autor se dedica ao resgate de uma esquecida história cívica (SKOCPOL; LIAZOS; GANZ, 2006) do Brasil: o

associativismo negro, mais especificamente, o associativismo protagonizado por ativistas negras e negros em São Paulo entre os anos 1950 e 1970. Ao mobilizar diferentes teorias da sociologia da memória, Mário elabora uma sensível e sintética exposição das trajetórias de alguns desses destacados ativistas a partir de suas recordações e testemunhos. As biografias selecionadas têm em comum o fato de todos terem pertencido à primeira diretoria da Associação Cultural do Negro, que existiu entre 1954 e 1976, congregando sujeitos com experiências anteriores de associativismo político e cultural negro e jovens que aspiravam encontrar-se com uma organização de seu grupo social. As trajetórias desses sujeitos são estudadas a partir da sugestão de Guerreiro Ramos (1957), da dimensão proteica (em referência ao mito grego de Proteu) do “negro-vida”, que não se deixa imobilizar pelas estereotipias sociais associadas de forma racista e discriminatória a pessoas negras no Brasil. Dessa forma, essa geração intermediária do associativismo negro paulistano contribuiu para moldar aspectos da luta antirracista contemporânea.

Como se vê, retornamos à clássica problemática da modernização conservadora (HELAYEL; BOTELHO, 2024), espécie de moto-contínuo da formação social brasileira, cujos efeitos ainda se fazem sentir em nossos dias. Através de temas e perspectivas plurais, o dossiê aposta tanto na possibilidade de uma discussão densa e renovada sobre o estilo conservador de nossa modernização e seus efeitos restritivos para a democracia no país, como nos debates sobre ações coletivas e transformações culturais que contestam o seu autoritarismo e seus efeitos sobre e na sociedade brasileira, uma tarefa tão triste quanto necessária.

SOBRE OS AUTORES

ALEXANDER COUTO ENGLANDER é pesquisador do Núcleo de Pesquisas e Estudos do Trabalho do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Nupet/IESP-UERJ) e do Grupo de Pesquisa Democracia e Teoria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (GPDET/UFRJ) e autor de *Dilemas da revolução brasileira: democracia contra demofobia* (Appris, 2022) e de *Em busca da nação: ação coletiva nos ensaios de Oliveira Vianna e Caio Prado Jr.* (Dialética, 2022).

alexcoueng@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-6844-8811>

BERNARDO RICUPERO é professor do Departamento de Ciéncia Política da Universidade de São Paulo (DCP/USP), bolsista de produtividade do CNPq (Nível 2), diretor-presidente do Centro de Estudos Contemporâneos (Cedec) e autor de *Entre Ariel, Caliban e Próspero: dilemas da identidade (latino) americana pensados a partir do Brasil* (Alameda, 2024).

bernardor@usp.br

<https://orcid.org/0000-0001-8689-7362>

KARIM HELAYEL é pesquisador de pós-doutorado no Programa de Pós-Graduaçao em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ), com bolsa do CNPq, e autor de *Fernando Henrique Cardoso, um perfil intelectual* (Hucitec, 2024).

khelayel@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-5680-4556>

LEONARDO BELINELLI é professor do Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (DDAS) e do programa de Pós-Graduação em Ciéncias Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), autor de *Os dilemas do patrimonialismo brasileiro: as interpretações de Raymundo Faoro e Simon Schwartzman* (Alameda, 2018) e coautor de *Estado e democracia: uma introdução ao estudo da política* (Zahar, 2021).

belinelli.leonardo@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-4622-5366>

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Thais Florencio de. *Demofobia e demofilia: dilemas da democratização*. Rio de Janeiro: Editora Azougue, 2015.
- BELINELLI, Leonardo. *Marxismo como crítica da ideologia: um estudo sobre os pensamentos de Fernando Henrique Cardoso e Roberto Schwarz*. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, 2019.
- BOTELHO, André. Apresentação – Sociologia política e pensamento social. In: BOTELHO, André. *O retorno da sociedade: política e interpretações do Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.
- BOTELHO, André; RICUPERO, Bernardo; BRASIL JR., Antonio. Cosmopolitanism and localism in the Brazilian social sciences. *Canadian Review of Sociology*, n. 54, p. 216-236, 2017. <https://doi.org/10.1111/cars.12146>.

- BRASIL JR., Antonio. *Passagens para a teoria sociológica*: Florestan Fernandes e Gino Germani. São Paulo: Hucitec, 2013.
- CARDOSO, Adalberto Moreira. *A construção da sociedade do trabalho no Brasil*. Uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades. Rio de Janeiro: Amazon, 2019.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- CARVALHO, José Murilo de. Elite and State-building in Imperial Brazil. Tese (Doutorado). Stanford University, 1974.
- ENGLANDER, Alexander. *Dilemas da Revolução Brasileira: democracia contra demofobia*. Curitiba: Appris, 2022.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2005.
- FERNANDES, Florestan. *Poder e contrapoder na América Latina*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- FERNANDES, Florestan. *Significado do protesto negro*. São Paulo: Expressão Popular, 2017.
- FERNANDES, Florestan. *Apontamentos sobre a "teoria do autoritarismo"*. São Paulo: Expressão popular, 2019.
- FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Tempo & Argumento*, v. 9, n. 10, p. 5-74, 2017. <https://doi.org/10.5965/2175180309202017005>.
- FORJAZ, Maria Cecília Spina. A emergência da ciência política no Brasil: aspectos institucionais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 1997, v. 13, n. 35, p.1-35. <https://doi.org/10.1590/S0102-69091997000300007>.
- FORTES, Alexandre et al. *Na luta por direitos*: leituras recentes em história social do trabalho. Campinas, SP: Unicamp, 1999.
- FRENCH, John D. *O ABC dos operários*: conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950. São Paulo: Hucitec; São Caetano do Sul: Prefeitura de São Caetano do Sul, 1995.
- GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.
- HELAYEL, Karim. *Fernando Henrique Cardoso, um perfil intelectual*. São Paulo: Hucitec, 2024.
- HELAYEL, Karim; BOTELHO, André. De volta a Barrington Moore Jr.: a criatividade da sociologia histórica em três atos. *Sociologia & Antropologia*, v.14, n. 2, 2024, p.1-25. <https://doi.org/10.1590/2238-38752024VI4210>.
- KEINERT Fábio; SILVA, Dimitri. A gênese da ciência política brasileira. *Tempo Social*, 2010, v. 22, n. 1, 2010, p. 79-98. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702010000100005>.
- LESSA, Renato. O campo da ciência política no Brasil: uma aproximação construtivista. In: MARTINS, Carlos Benedito (Coord.). *Horizontes das ciências sociais no Brasil*: ciência política. São Paulo: Barcarolla, 2010.
- MARTINS, Luciano. *Pouvoir et développement économique: formation et évolution des structures politiques au Brésil*. Paris: Anthropos, 1976.
- MOORE JR., Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar*: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.
- MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988.
- MOURA, Clóvis. *Dialética radical do Brasil negro*. São Paulo: Anita, 1994.
- NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- NASCIMENTO, Abdias do. *Quilombismo*: documentos de uma militância pan-africanista. Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.
- OLIVEIRA, Francisco. A economia brasileira: crítica à razão dualista. *Estudos Cebrap*, n. 2, 1972.

- RAMOS, Alberto Guerreiro. Patologia social do branco brasileiro. In: RAMOS, Alberto Guerreiro. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Andes, 1957.
- REIS, Elisa. The agrarian roots of authoritarian modernization in Brazil, 1880-1930. PhD Dissertation. Department of Political Science/Massachusetts Institute of Technology, 1979.
- RICUPERO, Bernardo. Da revolução burguesa à modernização conservadora: o debate sobre 1964. In: ARAÚJO, Cícero; RICUPERO, Bernardo; RUGITSKY, Fernando; SINGER, André (Org.). *O segundo círculo: centro e periferia em tempos de guerra*. Campinas: Editora Unicamp, 2024, p.337-364.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiência, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SAFFIOTI, Heleith. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1976.
- SANTANA, Marco Aurélio. *Homens Partidos*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Universidade do Rio de Janeiro, 2001.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. (1964) Quem dará o golpe no Brasil?. In: CARVALHO, Nanci Valadares de. (Org.). *Trilogia do terror: a implantação 1964*. Rio de Janeiro: Vértice/RT, 1988.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *The calculus of conflict: impasse in Brazilian politics and the crisis of 1964*. PhD Dissertation. Stanford University, 1979.
- SKOCPOL, Theda; LIAZOS, Ariane; GANZ, Marshall. *What a mighty power we can be: African American fraternal groups and the struggle for racial equality*. Princeton, NJ; Oxford, U.K.: Princeton University Press, 2006.
- SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Expressão Popular, 2021.
- VELHO, Otávio. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo; Rio de Janeiro: Difel, 1979.
- VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- VIANNA, Luiz Werneck. *A revolução passiva no Brasil: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

O “autoritarismo” no pós-1964: as aventuras de um conceito?

[“Authoritarianism” after 1964: the adventures of a concept?]

Leonardo Belinelli¹

Bernardo Ricupero²

RESUMO • O artigo examina os usos e o debate sobre o conceito de “autoritarismo” para caracterizar o regime político estabelecido no Brasil entre 1964 e 1985. Sem deixar de fazer referências a outros trabalhos, examina, em particular, a construção da formulação pioneira, e mais influente no debate, de Juan Linz, a sua recepção no Brasil, em especial nos trabalhos de Fernando Henrique Cardoso, bem como a crítica feita por Florestan Fernandes aos pressupostos teóricos e políticos que informavam a formulação de Linz.

• **PALAVRAS-CHAVE** • Autoritarismo;

autocracia burguesa; história dos conceitos.

• **ABSTRACT** • The article examines the uses and debates around the concept of “authoritarianism” to characterize the political regime established in Brazil between 1964 and 1985. In spite of making reference to other works, it examines, in particular, the pioneering and influential formulation by Juan Linz and its reception in Brazil, especially in the works of Fernando Henrique Cardoso, as well as in the criticism of Florestan Fernandes.

• **KEYWORDS** • Authoritarianism; bourgeois autocracy; history of concepts.

Recebido em 22 de agosto de 2024
Aprovado em 21 de outubro de 2024

BELINELLI, Leonardo; RICUPERO, Bernardo. O “autoritarismo” no pós-1964: as aventuras de um conceito?. *Rev. Inst. Estud. Bras.* (São Paulo), n.89, 2024, e10712.



Seção: Dossiê
DOI: 10.11606/2316901X.n89.2024.e10712

¹ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ, Seropédica, RJ, Brasil).

² Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).

“Procuro em vão em mim mesmo uma expressão que reproduza exatamente a ideia que formo dela e a encerra; as velhas palavras – despotismo e tirania – não convêm. A coisa é nova, é preciso pois procurar defini-la, já que não posso nomeá-la”
(Aléxis de Tocqueville, 1992, p. 836 – tradução nossa).

Uma rápida consulta aos títulos de livros brasileiros publicados no século XX indica como o termo “autoritarismo” e seus assemelhados têm uma espécie de *boom* depois de 1964. Antes são relativamente raros os trabalhos que ostentam a palavra ou expressões afins no título. Um caso é *O Estado autoritário e a realidade nacional* (1938), de Azevedo Amaral, significativamente escrito num outro contexto “autoritário”, o Estado Novo. Também é de se notar que a difusão do termo “autoritarismo” não ocorre imediatamente depois do golpe, tendo que esperar até meados da década de 1970 para que se popularize. Sinal disso são títulos como *Capitalismo autoritário e campesinato* (1974), de Otávio Velho, *Autoritarismo e democratização* (1975), de Fernando Henrique Cardoso, *Oliveira Vianna e o Estado corporativo: um estudo sobre corporativismo e autoritarismo* (1976), de Evaldo A. Vieira, “Formação de um pensamento autoritário na Primeira República: uma interpretação” (1977), de Bolívar Lamounier, *Poder e política: crônica do autoritarismo brasileiro* (1978), de Wanderley Guilherme dos Santos, *Ideologia autoritária no Brasil* (1978), de Jarbas Medeiros, *O Estado autoritário e movimentos populares* (1978), organizado por Paulo Sérgio Pinheiro, *Apontamentos sobre a teoria do autoritarismo* (1979), de Florestan Fernandes³.

Mas por que esse “atraso” entre o golpe e a caracterização da ordem dele surgida como “autoritária”? Nossa hipótese é que entre uma coisa e outra teve impacto o debate internacional sobre “autoritarismo”. É sugestivo que tal discussão ocorra

³ Em sentido diferente, o termo chegou a ser usado para caracterizar uma parcela da esquerda brasileira do pré-1964. Por exemplo, Maria Sylvia de Carvalho Franco (1978, p. 153) usa “autoritarismo” para caracterizar o pensamento político produzido no âmbito do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb). Uma crítica mais ampla ao “autoritarismo” como chave de leitura do pensamento político brasileiro também começou a ser desenvolvida, na mesma época, por Marilena Chauí (1978).

paralelamente à instalação de um novo regime no Brasil. O capítulo “Totalitarian and authoritarian regimes”, de Juan Linz, escrito para o *Handbook of political science* (1975) organizado por Nelson Polsby e Fred Greenstein, é considerado a primeira discussão extensiva do conceito de autoritarismo (GLASSIUS, 2018). No entanto, o sociólogo já havia escrito “An authoritarian regime: the case of Spain” (1964), no qual muitos dos argumentos do verbete de 1975 apareciam, em especial, o esforço de distinguir o regime autoritário do democrático e do totalitário. Por sua vez, um orientando de Linz, Alfred Stepan, organizara, em 1971, um seminário na Universidade de Yale no qual se procurava entender o caráter da ordem criada pelo golpe de 1964, cujos resultados são publicados em *Authoritarian Brazil* (1973). Já Guillermo O’Donnell publica *Modernization and bureaucratic-authoritarianism* (1973), no qual procurou indicar tanto o parentesco desse “animal político” com outros autoritarismos sul-americanos mais antigos, como sua novidade, seu caráter burocrático. A partir da tese, organiza-se, em 1977, um seminário na Universidade de Princeton sobre o que o argentino chamou de Estado burocrático autoritário (BA) que resultou no livro *O novo autoritarismo na América Latina* (1982), organizado por David Collier.

É significativo como esses usos de “autoritarismo” já indicam variadas maneiras de entender a categoria. Há, em especial, um esforço de relacioná-la ao seu sentido especificamente institucional, o que abre caminho para sua identificação com um regime político. Não por acaso, anascente disciplina da ciência política brasileira passa a utilizá-la nessa acepção. Ironicamente, porém, foi de um sociólogo por formação, Linz, o passo decisivo para a disseminação dessa maneira de entendê-la⁴. Em compensação, O’Donnell e Cardoso buscaram, ao menos num momento inicial, compreender a relação entre política e economia de forma mais estrutural, pois vinculam o aprofundamento da industrialização por substituição de importações com a instalação de uma indústria de bens de consumo duráveis e de bens de capitais ao aparecimento de um novo tipo de autoritarismo.

Ainda outros cientistas sociais, como Wanderley Guilherme dos Santos, Fábio Wanderley Reis e Simon Schwartzman, utilizaram o termo “autoritarismo”, embora de formas distintas. Fazem uso dele basicamente ao lidarem com a questão de saber qual seria a natureza da ordem social e política instaurada com o golpe de 1964. Para respondê-la, recorreram a diversas elaborações teóricas. Combinam aportes – problemas, hipóteses, conceitos – das teorias da modernização, da sociologia histórica, da ciência política internacional e do pensamento social e político nacional, produzindo um rico e variado debate em torno do *problema* do autoritarismo no país. Em poucas palavras, o “autoritarismo” se torna uma categoria polissêmica, sujeita à disputa teórica com implicações práticas.

4 “O leitor [...] pode se surpreender que um sociólogo enfatize menos que outros autores a estrutura de classes, grupos de interesse, setores da economia, diferenças regionais de desenvolvimento econômico e social, composição e vínculos sociais das forças armadas. Isso é em parte o resultado de uma divisão implícita do trabalho entre os participantes do volume[e] reflexo de uma orientação [...] que enfatiza os fatores [...] políticos: a relativa autonomia dos militares em [...] suas escolhas e as implicações de longo prazo das decisões [...] em resposta à sua mentalidade (e *resentimentos*) que não poderiam ser explicadas por categorias sociológicas tradicionais” (LINZ, 1973, p. 234-235, n. 4 – tradução nossa).

Não temos aqui, entretanto, a ilusão de dar conta do conjunto do debate sobre autoritarismo, apenas destacando seu uso para interpretar o Brasil pós-1964 por Juan Linz, Fernando Henrique Cardoso e Florestan Fernandes. A escolha dos autores não é aleatória, já que apresentam posições distintas e polêmicas entre si. Se por um lado Linz foi o principal responsável pela sistematização a respeito do que caracterizaria o “autoritarismo”, por outro, Fernandes formulou uma crítica implacável ao próprio conceito. Por fim, Cardoso, então recém-convertido em cientista político⁵, se encontrava num a posição intermediária: fazia uso do termo, mas num sentido bastante diferente do originalmente elaborado por Linz. Curiosamente, os três autores se formaram no campo da sociologia; Linz e Cardoso encaminharam-se, com o tempo, para uma maior proximidade com o campo da ciência política, trajetórias opostas à de Fernandes, que permaneceu refletindo a partir de problemáticas e orientações identificadas com a sociologia, ao mesmo tempo que passou a enfatizar a dimensão de intervenção de seu trabalho como cientista social. Em boa medida, 1964 e a nova ordem que inaugura estimulam os contornos que assumem no Brasil disciplinas como a ciência política e a sociologia (FORJAZ, 1997; KEIRNET; SILVA, 2010; LESSA, 2010). Na verdade, a identificação com uma ou outra visão é, em grande parte, o produto de disputas que se dão no interior das duas disciplinas depois e a respeito de 1964. As interpretações a respeito do autoritarismo funcionam, assim, também como instrumentos de disputa no interior da sociologia e da ciência política brasileiras.

Imaginamos, a partir dessa reconstituição, sugerir uma hipótese ainda a ser desenvolvida: o termo “autoritarismo” funcionou no Brasil pós-1964 como um conceito, de maneira próxima ao entendido por Reinhart Koselleck (2011, p. 20 – tradução nossa), para quem “os conceitos são [...] concentrações de muitos conteúdos semânticos. [...]. Esse conceito pode ser claro, mas deve ser ambíguo”.

Da perspectiva koselleckiana, são considerados “básicos” os conceitos percebidos como insubstituíveis por todos os envolvidos nas disputas políticas e intelectuais de seus tempos, pois

[...] registram aquelas semelhanças mínimas sem as quais nenhuma experiência é possível e sem as quais não poderia haver conflito nem consenso. Um conceito básico ganha vida no ponto preciso em que diferentes camadas e partes devem interpretá-lo a fim de fornecer uma visão sobre suas respectivas condições e atingir a capacidade de ação. (KOSELLECK, 2011, p.32).

Assim, propomo-nos a refletir, preliminarmente, sobre uma das duas faces do conceito de “autoritarismo” – aliás, comuns a todo conceito. Examinaremos como condensa – e no limite dos trabalhos dos três autores selecionados – o problema relativo à mudança histórica experimentado com o golpe de 1964. No entanto, de maneira bastante diferente de Koselleck (2011), não lidamos com um processo de longa duração – da segunda metade do século XVIII até a nossa época –, no qual termos clássicos assumiram novos significados e palavras novas surgiram, mas

⁵ Cardoso tornou-se catedrático de Política na Universidade de São Paulo em 1968 e aposentado na sequência pelo Ato Institucional n.5 (BRASIL, 1968).

com um período relativamente concentrado no tempo, de intensa transformação, social, política e conceitual.

DO REGIME AUTORITÁRIO À SITUAÇÃO AUTORITÁRIA

Nascido, no início da década de 1920, na Alemanha, de pai alemão e de mãe espanhola, Juan Linz testemunhou na infância e na juventude fatos históricos trágicos: a ascensão, em meio à profunda crise econômica e social, dos nazistas ao poder e, depois da sua mudança para a Espanha, a Guerra Civil, que levou Francisco Franco ao poder. Tais experiências o marcaram profundamente e o estimularam a estudar o que chamou da “quebra da democracia”, inspirado fortemente na observação do historiador Friedrich Meinecke sobre a nomeação de Hitler como chanceler: “isso não era necessário” (apud STEPAN; MILEY, 2014).

Ao fazer doutorado em sociologia na Universidade de Colúmbia, chamou a atenção do espanhol a diferença do franquismo de seu país em relação ao totalitarismo, conceito então extensamente trabalhado na literatura norte-americana (LINZ, 1997; MUNCK; SNYDER, 2008). No influente artigo de 1964, “An authoritarian regime: the case of Spain”, caracterizara o governo franquista como um regime autoritário, o que fugia da dicotomia então comum entre democracia e totalitarismo. Em outras palavras, o sociólogo sustenta que o autoritarismo não seria simplesmente um caso desviante desses dois regimes. Os três seriam, numa referência weberiana, tipos ideais, que, como abstrações, procurariam exagerar certos traços da realidade a fim de captar seus traços distintivos. Cada um à sua maneira resolveria problemas comuns a todos os sistemas políticos: a conquista do poder, o estabelecimento da legitimidade, o recrutamento das elites etc.

A democracia seria um regime competitivo que não excluiria nenhum setor significativo da população. Portanto, o respeito às regras da competição faria, segundo o sociólogo espanhol, que democracia e liberalismo se confundissem. Já o totalitarismo teria aparecido depois da Primeira Guerra Mundial, estabelecendo uma situação na qual não haveria separação entre Estado e sociedade. Com base na distinção entre democracia e totalitarismo, Linz define regime autoritário como um

[...] sistema político com pluralismo limitado, não respondível, sem uma ideologia elaborada que o oriente (mas com mentalidades distintas); que não realiza mobilização política intensa nem extensa (com exceção de certos momentos no seu desenvolvimento); e no qual um líder (ou eventualmente um pequeno grupo) exerce o poder em limites formais mal definidos, mas bastante previsíveis. (LINZ, 1964, p. 297 – tradução nossa).

Em suma: no totalitarismo não haveria pluralismo; na democracia, ao contrário, a diversificação de grupos seria praticamente ilimitada. Mais especificamente, no autoritarismo, o pluralismo seria limitado, controlado pelo Estado. Outra diferença entre os regimes é que os totalitários seriam orientados por ideologias, enquanto os autoritários seriam dirigidos por mentalidades. De maneira não muito precisa,

o sociólogo afirma que as ideologias seriam mais sistemáticas, e as mentalidades fluídas, funcionando quase como realidades objetivas e subjetivas. Segundo Linz, a mobilização seria uma questão decisiva para saber se o autoritarismo se aproximaria do totalitarismo ou da democracia. Quanto mais mobilização fosse empregada pelo autoritarismo, mais próximo estaria do totalitarismo. No entanto, frequentemente, regimes autoritários, por serem produtos de crises, favoreciam a apatia. Situação diferente ocorreria em outros casos, como nos países que tinham sido colônias, que anteriormente não tinham conhecido mobilização e depois de independentes passariam a promovê-la.

O artigo sobre a Espanha estabeleceu Linz como especialista em “autoritarismo”. Nessa condição, foi convidado a participar, em 1971, de seminário realizado na Universidade de Yale sobre o Brasil pós-1964, cujos resultados foram em parte publicados no livro *Authoritarian Brazil* (1973). O seminário e o livro foram organizados por Alfred Stepan, que se tornara diretor do Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Yale. No prefácio da publicação, o organizador revela que o evento foi realizado devido à consciência de que o Brasil vivia um momento especial, no qual o autoritarismo político se combinava com o crescimento econômico, que em 1971 atingiu 11%. No livro haveria, em particular, “uma deliberada busca de novos quadros de referência que ajudem a entender o processo brasileiro numa perspectiva comparada maior” (STEPAN, 1973, p. VIII – tradução nossa). De fato, na sua dissertação de doutorado, tornada referência naquele período, Phillip Schmitter (1971, p. 377-378 – tradução nossa) – outro participante do seminário – sustentava que “o sistema brasileiro se conforma em suas linhas gerais ao modelo de Linz, embora se desvie suficientemente em certos aspectos para sugerir a classificação como um possível subtipo, que chamarei de ‘populista’ ou ‘semicompetitivo’”. Em suma: o Brasil tornava-se central para a discussão internacional a respeito do fenômeno autoritário. Nada mais natural, portanto, que convocar um especialistano tema para debater a questão.

No seu trabalho, Linz (apud STEPAN, 1973, p. 236 – tradução nossa) aponta que o Brasil indicaria “problemas interessantes e importantes para o estudo comparado da dinâmica dos regimes autoritários”, em particular no que diz respeito à institucionalização de tal tipo de regime. Ao examinar o caso brasileiro, ressalta sua dificuldade de institucionalização, o que contrastava com a Espanha de Franco. Tal problema se evidenciaria nos diversos atos institucionais outorgados, na elaboração e reelaboração de constituições, nas constantes mudanças nas regras eleitorais e, especialmente, nas duas sucessões presidenciais. Em termos de políticas, o poder continuaria concentrado nos militares, com exceção da política econômica, na qual apareceria a influência de tecnocratas e, em menor grau, de empresários. Por sua vez, a doutrina de segurança nacional, que impulsionara o golpe, não seria capaz de servir de base à institucionalização, já que ela teria basicamente um caráter negativo, colocando-se contra o que militares perceberiam que prevalecera antes de 1964. A partir de tal quadro, o autor “avalia que o caso brasileiro representa mais uma situação do que um regime autoritário” (LINZ apud STEPAN, 1973, p. 235 – tradução nossa).

O Brasil dos generais indicaria, em especial, que faltaria ainda uma tipologia dos regimes autoritários. Devido à lacuna, ter-se-ia que recorrer à experiência de outros países, falando-se, por exemplo, em “mexicanização” ou em “portugalização”

do regime brasileiro. Como admite Linz, seu modelo original fora desenvolvido em contraposição às democracias competitivas e aos sistemas totalitários, faltando caracterizar aquilo que seria próprio de tal regime. Originalmente, teria pensado em dois tipos de regimes autoritários: de mobilização controlada e de desmobilização deliberada. O primeiro diria respeito a uma população que não fora anteriormente mobilizada, como ocorria então em diversos países da África, ao passo que o segundo se referiria a populações previamente mobilizadas, mas cujas instituições não seriam capazes de canalizar as demandas aparecidas. Consequentemente, a primeira questão posta ao autoritarismo brasileiro é se os governantes desejariam, ou se seriam capazes de, mobilizar parcelas significativas da população. Se a resposta fosse negativa, surgiria o problema seguinte: saber se o regime teria capacidade para desmobilizar, pela repressão, a população mobilizada durante o período populista e se tal repressão poderia estabelecer um governo estável.

À maneira de Weber, Linz avalia que a gênese de um fenômeno social seria decisiva no seu posterior desenvolvimento. No caso do Brasil, o regime de 1964 não derivaria de uma guerra civil, nem de uma grave crise nacional acompanhada por ameaças estrangeiras e nem de um terror disseminado, mas de um golpe militar. Só depois de 1964 se teriam recrutado políticos civis dispostos a colaborar com os novos governantes, criando-se a Aliança Renovadora Nacional (Arena). Esses políticos se sentiriam mais confortáveis num sistema político semicompetitivo do que num sistema de partido único, o que seria mais próximo do totalitarismo.

A motivação negativa que teria aberto caminho para 1964 não seria suficiente para garantir a manutenção do governo autoritário. Ou seja, a questão seria saber como essa ordem política poderia ser justificada. Em outras palavras, muita da dificuldade do autoritarismo derivaria da questão da legitimidade. Apenas a democracia teria verdadeira legitimidade como regime político, quando Linz escrevia. Mesmo assim, o autor sugere que talvez o totalitarismo, por conta de sua capacidade de mobilização, fosse capaz de compensar possíveis questionamentos. Em contraste, no Brasil significativamente se proclamou consistentemente, depois de 1964, a necessidade de se restaurar a democracia liberal.

Linz não deixa de testar possíveis justificativas para o autoritarismo pós-1964:

- 1) a autoridade carismática;
- 2) o corporativismo;
- 3) o fascismo;
- 4) o populismo;
- 5) o sistema multipartidário com partido hegemônico.

A impossibilidade dessas alternativas sugeria que um sistema multipartidário com partido hegemônico, tal como existia no México do Partido Revolucionário Institucional (PRI), pudesse ser uma melhor alternativa. No entanto, avalia que a tradição brasileira de eleições, mais ou menos competitivas, tornaria difícil que a Arena se convertesse num PRI. Não menos importante, a “Revolução de 1964” não seria uma Revolução Mexicana, isto é, um movimento com forte base popular. Esse “defeito de origem” se refletiria na dificuldade de garantir legitimidade para o pós-1964.

Linz conclui, portanto, que nenhuma das alternativas examinadas seria

realmente capaz de dotar de legitimidade o autoritarismo brasileiro, que, imagina, no contexto do “milagre”, poderia se manter enquanto a economia tivesse bons resultados. Em termos mais amplos, essa seria uma debilidade da própria natureza dos regimes autoritários, o que dificultaria sua institucionalização. Daí que tendesse frequentemente a se tornar democracias ou sistemas totalitários. O organizador de *Authoritarian Brazil*, Stepan, confessa que não esperava por essa avaliação por parte do sociólogo espanhol: “para nossa surpresa, concluiu que os militares brasileiros não conseguiram institucionalizar seu domínio” (apud MUNCK; SNYDER, 2007, p. 413)⁶.

Podemos notar que a discussão feita pelo sociólogo espanhol sobre a “situação autoritária” brasileira se choca, em grande parte, com a análise que fizera anteriormente a respeito do “regime autoritário” espanhol. De qualquer maneira, avalia que o problema de legitimidade seria mais sério no contexto em que escrevia –um momento quente da Guerra Fria – para governos de direita do que de esquerda. No caso do Brasil, considera que o governo poderia se manter enquanto a economia tivesse bons resultados. Mesmo assim, ele deixaria um perigo vazio político para o futuro.

Sinal da repercussão entre brasileiros do esforço de sistematização de Linz a respeito do autoritarismo é a tese de doutorado de Bolívar Lamounier, *Ideology and authoritarian regimes: theoretical perspectives and a study of the Brazilian case*, defendida em 1974 na Universidade da Califórnia/Los Angeles. Aquele que fora estudante de sociologia e política na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) imagina que o que chama de ideologia autoritária, formada nos anos 1920 e 1930, funcionaria como “um quadro institucional, um padrão de orientação relativamente consistente, e talvez pudéssemos falar de uma tecnologia política” (LAMOUNIER, 1974a, p. 14 – tradução nossa), com a qual se identificariam os estratos superiores da burocracia militar e civil, que prepararia 1964.

É significativo, contudo, que Lamounier⁷, diferente de Linz, que só acreditara na possibilidade de mentalidades no regime autoritário, discute o que chama de ideologia autoritária (LYNCH; CASSIMIRO, 2018). O brasileiro argumenta que o modelo de regime autoritário seria excessivamente estático e descriptivo, defeitos que poderiam ser contrabalançados com a incorporação da dimensão da ideologia enquanto orientadora da ação, ainda mais em países de industrialização tardia (LAMOUNIER, 1974a, p.77).

No entanto, quando Lamounier defendeu sua tese, Linz ainda não havia completado sua sistematização do conceito de autoritarismo. Fez isso pouco depois no capítulo “Totalitarian and authoritarian regimes”, aparecido no terceiro volume

6 Tal conclusão ajudou a fazer com que o capítulo tivesse impacto depois de sua publicação. Exemplo disso é o artigo não assinado “Uma questão de competência” (*Jornal do Brasil*, 8/12/1974), publicado pouco depois das eleições que marcaram uma surpreendente derrota do partido do governo, a Arena. No texto se ressalta o pessimismo dos participantes do seminário de Yale (que resultara em *Authoritarian Brazil*), que acreditariam que o autoritarismo tenderia a se aprofundar, o que contrasta com a participação de Linz: “Seu raciocínio era simples. Com a economia indo bem, tudo vai bem, mas, quando ela vai mal, de nada vale um técnico espertado de diplomas, pois precisa-se um político capaz de habilidosamente resolver os impasses” (UMA QUESTÃO..., 1974).

7 Lamounier escreve também o artigo “Ideologia em regimes autoritários: uma crítica a Juan Linz” (1974b).

do *Handbook of political science* (1975)⁸. Sinal do esforço de elaboração do texto é seu tamanho: 236 páginas, bastante inusuais para um verbete.

Em termos mais profundos, se “The future of an authoritarian situation or the institutionalization of an authoritarian regime: the case of Brazil” (LINZ, 1973) apontara que uma das principais dificuldades ao se lidar com o autoritarismo seria a falta de uma tipologia de regimes desse tipo, o trabalho de 1975 procura suprir essa deficiência. Poder-se-ia, dessa maneira, supostamente enquadrar os diferentes casos de autoritarismo em categorias como “estatismo orgânico”, “regimes burocrático-militares autoritários”, “regimes autoritários de mobilização em sociedades pós-democráticas”, “regimes autoritários de mobilização em sociedades pós-independência”, “democracias raciais ou étnicas”, “regimes autoritários pós-totalitários” etc.⁹. Linz (2000, p. 215 – tradução nossa) acaba, todavia, admitindo que não faria sentido enquadrar “todos os países nos tipos e subtipos que desenvolvemos aqui”. Consequentemente, avalia que regimes autoritários tendem a ser complexos e heterogêneos, nos quais diferentes tendências, mesmo contraditórias, estariam presentes.

Especialmente os casos de “dois dos países latino-americanos mais avançados”, Argentina e Brasil, chamam a atenção de Linz (2000, p.193 – tradução nossa), já que desmentiriam o otimismo da crença de que o desenvolvimento econômico e social levaria ao pluralismo e à democracia política. Nessa referência, destaca o então recente trabalho de O'Donnell (1973), que teria elaborado um modelo alternativo, relacionando “um estágio superior de desenvolvimento econômico e social à emergência do autoritarismo burocrático, que buscaria excluir setores populares ativados, particularmente a classe operária urbana” (LINZ, 2000, p. 193 – tradução nossa). Linz (2000, p. 195 – tradução nossa) faz, porém, a ressalva de que o cientista político argentino tenderia “a superestimar os constrangimentos estruturais e subestimar as possibilidades de engenharia política”.

Em termos mais fortes, Linz volta à questão levantada no texto de 1973a respeito da possibilidade de institucionalização do autoritarismo. Ao comparar Brasil e Argentina, considera que o maior sucesso dos militares do primeiro país em desativar a mobilização dos setores populares garantiria maior estabilidade. No entanto, avalia que resultados econômicos positivos não levariam automaticamente à institucionalização de regimes autoritários. Mais especificamente, como teria mostrado o caso espanhol, “os problemas de estabilização do autoritarismo burocrático tendem a derivar mais de sua ambígua legitimidade e das dificuldades de institucionalização política do que de constrangimentos econômicos e seus impactos sociais” (LINZ, 2000, p 202 – tradução nossa).

8 Publica em 2000 um livro, *Totalitarian and authoritarian regimes*, que reproduz o verbete de 1975 e acrescenta, no início do trabalho, novas considerações, de quase 50 páginas.

9 Linz publicou ainda, em parceria com Houchang Chehabi, em 1998, um estudo sobre sultanismo.

AUTORITARISMO OU AUTOCRACIA BURGUESA?

Em paralelo ao desenvolvimento do conceito de “autoritarismo” por Linz, correu sua utilização por intelectuais brasileiros, especialmente entre aqueles que, nos anos 1970, aproximavam-se de uma posição política favorável à implantação de uma democracia liberal no país. Uma inflexão importante no debate em torno da questão foi a intervenção feita por Fernando Henrique Cardoso no seminário realizado na Universidade de Yale em 1971, depois publicada com o título “O regime político brasileiro” em *Estudos Cebrap* (CARDOSO, 1972) e em *Authoritarian Brazil* (STEPAN, 1973). Algumas pistas são reveladoras do percurso do conceito de “autoritarismo” iniciado ali.

Cardoso procurava destacar – em oposição à interpretação de Celso Furtado ([1967] 1979) – a novidade do regime inaugurado em abril de 1964, distinto das “formas anteriores de autoritarismo havidas no Brasil” (CARDOSO, 1971, p. 87). Mais do que uma nova forma de autoritarismo, o sociólogo convertido em cientista político acentuava que o regime de 1964 não teria procurado restaurar a ordem econômica pré-1929, como sustentava o economista paraibano; ao contrário, defendia que, polemicamente, o regime militar teria operado o que designava, com cuidado para não ser mal interpretado, de “revolução econômica burguesa” (CARDOSO, 1971, p. 105; RICUPERO, 2024, p. 339 e ss). No entanto, ainda havia vacilações a respeito da caracterização da dimensão propriamente política do regime. O termo “autoritarismo” é, na verdade, utilizado pelo autor em sentido amplo, sem a devida precisão conceitual. Outro sinal do caráter *in progress* da formulação é o uso da expressão “conservantismo moderno” (CARDOSO, 1971, p. 102).

O fundamental para a nossa discussão é que foi no seminário de 1971 que Cardoso tomou contato com a elaboração de Linz sobre o conceito de autoritarismo. É precisamente a esse ponto que se dedicará em grande parte dos seus escritos entre 1972 e 1975, ano em que publica *Autoritarismo e democratização* (1975). A centralidade do conceito de “autoritarismo” se revela não apenas pelo título da coletânea, mas também pela forma como o autor procura articular seus capítulos. Nos seus termos,

[...] os estudos e ensaios reunidos neste livro têm dois eixos principais. Um, analítico e quanto possível fundamentado empiricamente, procura caracterizar *as formas predominantes de autoritarismo e os modos pelos quais se organiza a acumulação capitalista no Brasil e, mais limitadamente, em outros países latino-americanos*. (CARDOSO, 1975, p. 11 – grifos nossos).

Não é difícil perceber que o livro procura combinar sua interpretação a respeito da “revolução econômica burguesa” representada pelo regime pós-1964, por sua vez uma “confirmação” da tese a respeito da internacionalização do mercado interno apresentada em *Dependência e desenvolvimento na América Latina* (CARDOSO; FALETTI, 1969), com a agenda teórica “inaugurada”, por assim dizer, no seminário de Yale.

Cardoso é explícito a respeito dos motivos pelos quais optou pela caracterização do regime militar brasileiro como “autoritário”. Fundamentalmente – e ecoando Linz –, tais razões dizem respeito à diferenciação entre “autoritarismo” e “fascismo”, conceito utilizado anteriormente por autores ligados ao nacionalismo, como Hélio

Jaguaribe (1968), formulador do conceito de “colonial-fascismo”, e por autores ligados ao marxismo revolucionário, como Theotônio dos Santos (1978). Para Cardoso (1975, p. 195), o conceito de “fascismo” seria incapaz de “reter a singularidade dos processos histórico-estruturais”, pois seria caracterizado pela mobilização de massas, pela base partidária e pela busca de expandir sua dominação política e econômica em direção a outros países. Nesse sentido, para o autor, “o fascismo corresponde a uma época determinada” (CARDOSO, 1975, p. 18), razão pela qual seria imprecisa sua utilização para interpretar o momento vivido pelos países latino-americanos nos anos 1970, marcados por regimes “essencialmente desmobilizadores”, organizados por forças técnico-burocráticas e numa “ideologia de Estado” possuidora de “fortes fatores inibidores” para sua transformação numa “ideologia genuinamente fascista” (CARDOSO, 1975, p. 19). A referência à “ideologia de Estado”, formulada por Lamounier (1974a), já indica a maneira própria como Cardoso recepciona o conceito de Linz.

Como vimos, o seminário de Yale foi o momento em que o sociólogo espanhol realizou uma intervenção em que sinalizava mudanças a respeito de sua formulação prévia sobre o autoritarismo. Cardoso (1975, p. 195), por sua vez, realiza em *Autoritarismo e democratização*, uma crítica indireta a enfoques como os de Linz, quando afirma que seriam “formais e inconsequentes as digressões sobre a falta de legitimidade do regime brasileiro”. Fundindo a terminologia weberiana com a marxista de Antonio Gramsci (BRITO, 2019), o autor sugere que o bloco de poder cria sua própria ordem simbólica, o que corresponderia a uma das dimensões da hegemonia produtora de legitimidade. Pretendendo-se fiel à reflexão metodológica gramsciana, assinala que o problema para o revolucionário sardo não seria apenas o consenso, questão aparentada com a legitimidade, mas quem seria incluído ou excluído no Estado, em outras palavras, as classes e grupos sociais que participariam da dominação. Nesse sentido, defende que uma interpretação liberal – como a de Linz – não perceberia que 1964 criou uma nova hegemonia.

De maneira complementar, é possível perceber a afinidade da análise de Cardoso com a interpretação mais estruturalista de O’Donnell a respeito do novo autoritarismo latino-americano. Significativamente, o primeiro utiliza em artigos aparecidos em *Autoritarismo e democratização* o termo “Estado burocrático autoritário”, apesar de não citar o segundo. Isso talvez decorra da hipótese de o brasileiro ainda não conhecer os trabalhos do argentino¹⁰. Na via oposta, é possível perceber a influência de *Dependência e desenvolvimento na América Latina* (CARDOSO; FALETTI, 1969) no trabalho do cientista político, que chega a confessar: “em muitos aspectos minha análise é similar à de Cardoso e Faletto, mas certamente não é um substituto para este excelente estudo” (O’DONNELL, 1973, p. 53 – tradução nossa). Até porque esses autores compartilham a análise histórico-estrutural, preocupada com a relação entre economia e política e, em especial, com o vínculo entre o aprofundamento da industrialização por substituição de importações e a emergência de golpes de “novo tipo” desde o brasileiro de 1964. Em compensação, a crítica de Cardoso (1982), em O

¹⁰ Apesar de *Autoritarismo e democratização*, de Fernando Henrique Cardoso, ser de 1975, os artigos que foram então reunidos apareceram antes, entre 1972 e 1974; já *Modernization and bureaucratic-authoritarianism*, de Guillermo O’Donnel, é de 1973.

novo autoritarismo na América Latina, à incapacidade da noção de BA de distinguir entre os conceitos de “regime” e de “Estado”, na qual valoriza a primeira dimensão, marca a passagem para uma orientação mais politicista, que também será adotada por O’Donnell em seus estudos sobre a transição (RICUPERO, 2014).

Publicado no momento em que intelectuais do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) se aproximavam do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e depois da eleição “crítica” de 1974 (BELINELLI; HELAYEL, 2022, p. 263), *Autoritarismo e democratização* é livro a meio caminho da intervenção política, já que procurava “vislumbrar onde e de que forma são possíveis alternativas democráticas e igualitárias” (CARDOSO, 1975, p. 11). Desse ponto de vista, não espanta que Cardoso (1975, p. 19) procure acentuar as diferenças entre o que chama de “prática política” aberta à oposição dos dois tipos de regime. Se o fascismo “imobilizava a ação oposicionista”, no autoritarismo vigeria um “pluralismo pervertido” – nítida derivação da noção de “pluralismo limitado” de Linz –, o que requereria formas próprias de organização oposicionista. É significativo que, como Linz, Cardoso (1975, p. 20; p. 23) chegue a caracterizar o caso brasileiro de “situação autoritária”.

Enquanto Cardoso desenvolvia a sua caracterização a respeito do “autoritarismo” do regime militar, seu ex-orientador, Florestan Fernandes, desenvolvia uma interpretação diferente. Também publicado em 1975, *A revolução burguesa no Brasil* (FERNANDES, 2020) tornou-se célebre não apenas por exprimir a incursão de Fernandes ao gênero “ensaio de interpretação sociológica”, sucedâneo das chamadas “interpretações do Brasil”, mas também por propor, como condensação do processo histórico que examina, a categoria de “autocracia burguesa”.

Se podemos dizer que a distinção entre a “sociologia histórica” e a “história” pode ser colocada em termos de “usos da história para um propósito explicitamente sociológico” (DELANTY; ISIN, 2003, p3 – tradução nossa), podemos também aproximar o ensaio de Florestan desse subcampo disciplinar, que começa a se estabelecer na sociologia norte-americana dos anos 1960, como uma decorrência das teorias da modernização, e sofre uma virada “marxista” nos anos 1970 (DELANTY, ISIN, 2003, p. 3; HELAYEL, 2019). Como explicita Fernandes logo na abertura do livro, “a análise da ‘revolução burguesa’ constitui um tema crucial no estudo *sociológico* da formação e desenvolvimento do capitalismo no Brasil.” (FERNANDES, 2020, p. 29 – grifo nosso). O que está em jogo aqui, portanto, é a análise do *processo* de formação e consolidação da uma ordem social capitalista em um país subdesenvolvido, dependente e periférico.

Dividido em três partes, o ensaio foi escrito em dois momentos distintos (ARRUDA, 2001). As duas primeiras partes foram escritas em 1966, como sistematização das reflexões surgidas no curso “Formação e desenvolvimento da sociedade brasileira”, ministrado para o quarto ano do curso de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo (FERNANDES, 2018). Já a terceira parte, precisamente aquela na qual é desenvolvido o conceito de “autocracia burguesa”, foi redigida entre o final de 1973 e o início de 1974 (FERNANDES, 1980, p. 202). Não à toa, como se pode imaginar: o debate em 1966 estava mais centrado na compreensão das razões de 1964, o que mudaria especialmente a partir do “milagre econômico” e do Ato Institucional n. 5 (BRASIL, 1968), ambos sinalizadores de que o regime poderia durar. Já na primeira

metade dos anos 1970, o debate dominante, como estamos sugerindo, estava centrado na caracterização analítica do regime e suas consequências.

Entre esses dois momentos, 1967 é um ano importante, pois marca uma rotação teórico-metodológica que será desenvolvida até o início dos anos 1970. É a partir de “Sociedade de classes e subdesenvolvimento”, texto escrito no final de 1967 para um seminário na Universidade de Münster, na Alemanha, que Florestan Fernandes (2008) passa a usar o conceito de dependência em suas reflexões sobre os países periféricos latino-americanos.

Podemos sintetizar as funções do conceito de “dependência” na rotação teórico-metodológica e política de Florestan. Em um primeiro registro, permitiu-lhe inserir a dinâmica internacional na análise do processo de reprodução da sociedade brasileira, estruturada a partir de elementos “arcaicos” e “modernos”. Em seguida, colaborou para que o autor reinterpretasse a atuação da burguesia brasileira, deixando de concebê-la como “irracional”, pois resistente à mudança social preconizada pela sociologia estrutural-funcionalista e pelo planejamento, para entendê-la no registro da “racionalidade possível”, propiciada pela condição dependente. Por fim, e profundamente conjugado aos dois elementos anteriores, permitiu a Florestan formular sua interpretação a respeito da dimensão “autocrática” do processo de transformação capitalista em um país dependente (BRASIL JÚNIOR, 2013). Desse prisma, 1964 é interpretado como o ponto culminante de uma revolução burguesa *em um país dependente*, condição que torna possível compreender o surgimento da “autocracia burguesa”.

De modo um tanto esquemático, podemos dividir a argumentação de Florestan a respeito da autocracia burguesa em duas partes. A primeira se vincula à enorme influência que as classes senhoriais tiveram na forma conservadora como a qual a dominação burguesa se implantou no país durante a Primeira República – argumento muito similar ao desenvolvido por Barrington Moore Jr. em *As origens sociais da ditadura e da democracia* (1966) quando examina as “revoluções pelo alto”, cujo desfecho foi o fascismo. Isso se explica, por um lado, por ser, naquela altura, um grupo mais organizado e, sobretudo, pela burguesia brasileira ser, em grande medida, descendente da aristocracia.

A segunda parte do argumento relaciona esse cenário ao problema da dependência externa. Se, durante a Primeira República, a compatibilidade entre interesses estrangeiros e os das elites locais conferiu estabilidade econômica e política à dominação burguesa, nem por isso o problema da dependência deixava de estar colocado. Na formulação de Fernandes, a “apropriação dual de excedente econômico” – por parte do capital externo e, em seguida e menor escala, do capital interno –, dificultava a modernização do país e agudizava os conflitos sociais. Em síntese: uma burguesia frágil diante de um cenário facilmente explosivo. “Sob esse aspecto, o capitalismo dependente e subdesenvolvido é um capitalismo *selvagem e difícil*, cuja viabilidade se decide, com frequência, por meios políticos e no terreno político” (FERNANDES, 2020, p. 359 – grifos nossos).

Isso explicaria a necessidade do controle *estrito* da burguesia brasileira a respeito do poder do Estado, só possível de ser controlado por suas diferentes facções ou por oposições “consentidas”. Eis a razão pela qual Fernandes define a “autocracia

burguesa” como a “oligarquia coletiva das classes possuidoras” (FERNANDES, 2020, p.407). De passagem, vale observar que esse conceito foi elaborado tendo em mente a discussão sobre o fascismo na América Latina. Em exposição feita em Harvard em março de 1971^{II} – ou seja, um pouco antes de começar a escrever a terceira parte de *A revolução burguesa no Brasil* – Fernandes sustentava que “o fascismo não perdeu, como realidade histórica, nem seu significado político nem sua influência ativa”; para o sociólogo, haveria “traços e mesmo [...] tendências mais ou menos abertas ou dissimuladas” fascistas no que então chamava de “versão industrialista ‘forte’ da democracia pluralista” (FERNANDES, 2015, p.33). Naquela altura, propunha diferenciar entre o “fascismo histórico” e uma “forma de fascismo de menor refinamento ideológico, que envolve menor ‘orquestração de massa’ e um aparato de propaganda mais rudimentar, mas que se baseia fundamentalmente na monopolização de classe do poder estatal em uma modalidade de ‘totalitarismo de classe’” (FERNANDES, 2015, p.33).

Retornando: se *A revolução burguesa no Brasil* pretendia oferecer uma análise especificamente *sociológica* do processo histórico que dava título ao ensaio e se a “autocracia burguesa” corresponderia – política e conceitualmente – ao ponto culminante desse processo, logicamente podemos deduzir que o livro de 1975 oferece uma análise *sociológica* da fundamentação, organização e distribuição do poder político na sociedade brasileira.

Esse ponto de vista é confirmado pelo ensaio “A ditadura militar e os papéis políticos dos intelectuais na América Latina”, originalmente escrito entre 1969 e 1970 e publicado em *Círculo fechado*. Nele, Florestan (1976, p. 105) discutiu o que chamava de “natureza sociológica do processo” relativo aos golpes militares no subcontinente, relatando que “as forças armadas se converteram num prolongamento da política mediante outros meios, e num fator contingente de contrarrevolução”, de modo que negava que a “militarização do estado e da política” decorresse de injunções internas ao aparato militar.

A ditadura militar surge ou está surgindo, em sua nova forma, como um mecanismo de autodefesa política de uma complexa situação de interesses, criada pelo capitalismo dependente, num período de crise e de reorganização da América Latina. O exército não é um agente político, que trabalhe para si próprio (como uma categoria social), ou para um setor particular da sociedade (como estrato burocrático das classes-médias “tradicionalis” ou “modernas”).

O exército encontra-se envolvido nessa tendência em virtude das potencialidades institucionais estratégicas de ação organizada e efetiva das forças armadas, num contexto onde a ordem social estabelecida enfrenta tipos de fissuras, que se encadeiam às novas tendências da revolução burguesa sob o “capitalismo monopolista”, os efeitos desintegradores da explosão demográfica, a superconcentração nas cidades ou a inflação galopante e a inquietação popular nas áreas urbanas e rurais. (FERNANDES, 1976, p. 105).

II Agradecemos a José Henrique Artigas de Godoy pela lembrança do texto aqui referenciado.

Fica claro, portanto, que a Fernandes interessava menos discutir a dimensão “institucional” do regime de 1964 do que “a complexa situação de interesses” criada pela nova fase do capitalismo na América Latina. É esse ponto de vista, aliás, que o faz afirmar que a “ditadura militar [...] é, na realidade, uma ditadura de classe” (FERNANDES, 1976, p. 106) – mesmo ângulo, aliás, pelo qual passa a examinar o processo democrático prévio. Nesse sentido, como indica Gabriel Cohn, a autocracia da qual fala Florestan Fernandes não é sinônimo de autoritarismo, mas corresponderia, na verdade, a “uma forma de exercício do poder e não de sua organização”, devendo ser entendida, em outras palavras, como equivalendo à “concentração exclusivista e privatista do poder” (COHN, 1999, p. 404). Portanto, mesmo com o fim da Guerra Fria e do regime militar, fatores que motivaram a redação de *A revolução burguesa no Brasil*, a autocracia burguesa não desapareceria no país.

Florestan procuraria aprofundar sua visada em escritos, livros e cursos posteriores. Entre eles, cabe destacar uma disciplina de graduação ministrada em fins de 1977 no Departamento de Política da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Intitulado “Teoria do autoritarismo”, o curso começava justamente por se perguntar: “existe uma teoria do autoritarismo?” (FERNANDES, 2019, p. 39). A resposta é positiva, razão pela qual o sociólogo passa ao exame crítico do conceito, a seu ver “logicamente ambíguo e plurívoco (Max Weber o chamaria de ‘amorfo’)” (FERNANDES, 2019, p. 39). No essencial, seu principal problema estaria nos pressupostos liberais: identificaria o autoritarismo do Estado como algo que lhe fosse “exógeno”, como se ultrapassasse a sua própria natureza. A luta política, pois, teria como objetivo limitar os poderes do Estado, estágio ao qual corresponderia a “democracia”.

A crítica de Fernandes à teoria do autoritarismo fica mais clara se temos em mente sua proposta metodológica alternativa. Para ele, trata-se de restaurar o “ponto de vista sociológico” do problema do autoritarismo, organizado em dois sentidos: o primeiro diria respeito à própria interpretação teórico-metodológica a respeito da maneira de examinar o problema; em outras palavras, como interpretar as relações de dominação na sociedade. O segundo, por sua vez, residiria no plano diacrônico, correspondente ao plano da “sociologia diferencial ou histórica” (FERNANDES, 2019, p.49). Vimos que *A revolução burguesa no Brasil* correspondeu ao último ponto, razão pela qual vale nos concentrarmos no primeiro.

Florestan propõe uma visão mais ampla do que aquela do “cientista político [que] tende a considerar o Estado como o *locus* exclusivo ou principal da relação autoritária” ao diferenciar o “poder especificamente político” do “poder indiretamente político” (FERNANDES, 2019, p. 50). A tal diferenciação a respeito do próprio conceito de poder, o sociólogo agraga a defesa da indissociabilidade entre Estado e sociedade – aliás, justamente o que permitiria a compreensão das formas de vinculação entre o “poder especificamente político” e o “poder indiretamente político”. Acrescenta, então, a ideia de que “a sociedade de classes é irrigada por relações autoritárias” (FERNANDES, 2019, p. 51) em razão da dinâmica da concentração de riqueza e poder nas mãos de poucos.

Do micro ao macro, a sociedade capitalista contém toda uma rede de relações autoritárias, normalmente incorporadas às instituições, estruturas, ideologias e processos sociais, e potencialmente aptas a *oscilar* em função de alterações de contexto (ou, mesmo, de conjunturas adversas), tendendo a exacerbar-se como uma forma de autodefesa dos interesses econômicos, sociais e políticos das classes possuidoras e dominantes [...]. A autodefesa cria um enrijecimento inevitável, nasça ela dos riscos de uma greve geral, das ameaças do movimento operário ou da viabilidade de uma revolução socialista. Automaticamente, os requisitos do contrato, do consenso e da representação sofrem um debilitamento que se traduz por uma exacerbação das formas de dominação burguesa. (FERNANDES, 2019, p.51-52).

Em suma: o capitalismo e a sociedade correspondente seriam intrinsecamente autoritários, restando compreender suas oscilações e variações, conforme os ditames da sociologia diferencial e/ou histórica. Não surpreende, pois, que Florestan sugira que o “que Horkheimer, Adorno e outros fizeram em relação ao nazismo – o que é a potencialidade fascista – poder-se-ia fazer em um plano mais geral” (FERNANDES, 2019, p. 51-52). Desse modo, todo o regime político numa sociedade capitalista seria autoritário, restando compreender suas formas e seus limites.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, procuramos examinar como Juan Linz, Fernando Henrique Cardoso e Florestan Fernandes utilizaram o conceito de “autoritarismo” para explicar a nova ordem estabelecida em 1964. Se o primeiro formula a ideia de que o regime militar corresponderia a uma “situação autoritária”, o segundo, em diálogo crítico, retém a ideia de um “regime autoritário”, ainda agregando outras observações e enfoques. Por fim, o último é um veemente crítico do enfoque epistemológico dos dois primeiros, razão pela qual reformula o próprio plano analítico em que discute o problema do autoritarismo. Além do interesse no contraste e no diálogo entre tais autores – ora mais explícito, ora menos –, há indícios que parecem favorecer a nossa hipótese, de inspiração koselleckiana, de que o conceito de “autoritarismo” é inherentemente ambíguo, porém foi indispensável naquele contexto ideológico e político.

De uma perspectiva futura, seria necessário discutir outros trabalhos, publicados naquele contexto, que também se valem do termo “autoritarismo”. Por exemplo, seria o caso de examinar como o problema e o conceito são formulados em trabalhos mais claramente inspirados na sociologia histórico-comparada, como o já mencionado *Capitalismo autoritário e campesinato* (1974), de Otávio Velho, e outros, como *Bases do autoritarismo brasileiro* (1982), de Simon Schwartzman. Outra via de entrada seria a discussão da teoria do desenvolvimento político, como a formulada por Fábio Wanderley Reis em *Political development and social class: Brazilian authoritarianism in perspective* (1974), seu doutorado defendido em Harvard sob a orientação de Samuel P. Huntington. Ainda haveria que considerar as contribuições fundadoras de Wanderley Guilherme dos Santos, em especial o seu debate a respeito dos pensadores autoritários e a tese do “autoritarismo instrumental”.

Em todos eles, apesar das diferenças no uso do termo “autoritarismo” – desde o esforço de sistematização empreendido por Linz a um emprego mais livre, sem maior conceituação –, há em comum a tentativa de caracterizar uma situação, até então ainda não nomeada, diferente daquelas que se conheciam.

Para encerrar, valeria a pena chamar a atenção para as implicações políticas do debate sobre o “autoritarismo” que revisitamos.

O general Golbery do Couto e Silva, futuro ministro-chefe da Casa Civil, teria lido e anotado o artigo de Linz a respeito do autoritarismo brasileiro. Mais do que isso, o argumento do sociólogo espanhol o teria convencido da impossibilidade do autoritarismo brasileiro passar a ter legitimidade e assim se institucionalizar. Portanto, “The future of an authoritarian situation or the institutionalization of an authoritarian regime: the case of Brazil”, de Linz (1973), teria influenciado a transição brasileira (AVELAR, 2001; STEPAN, 1998).

Por sua vez, não é difícil perceber o vínculo que Cardoso estabelecia entre a sua caracterização do regime “autoritário” e a estratégia para a democratização do país. No texto que encerra *Autoritarismo e democratização*, propõe o que chamava de “reativação da sociedade civil” – além da legitimação das “divergências construtivas” no interior do Estado (CARDOSO, 1975, p. 238). Ou seja, a transição democrática necessitaria superar as características definidoras do próprio autoritarismo, entre as quais a desmobilização e o pluralismo limitado. Aliás, tentou fazer do MDB, ao qual se filiou, um “partido *omnibus*” capaz de expressar a pluralidade dessa sociedade civil reativada (BRITO, 2017).

Florestan Fernandes caminhou em direção bastante distinta. A partir da segunda metade dos anos 1970, dedicou-se à defesa da revolução socialista como único modo de superar o autocratismo vigente na sociedade brasileira. Desse ponto de vista, dedicou-se ao estudo de revoluções – como exemplificam *Da guerrilha ao socialismo: a revolução cubana* (1979) e *O que é revolução* (1981) –, além de ter se filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT) antes da Constituinte de 1988, pelo qual se elegeu duas vezes deputado federal. Dentro do partido, ocupou sempre a posição mais à esquerda.

Revisitar esse debatedos anos 1970 não deixa de ter especial interesse no momento atual. Até porque o autoritarismo está de volta, não só como conceito, mas como realidade – se é que as duas coisas podem ser separadas. Se a ascensão da extrema direita tem feito com que cresça a preocupação de que a democracia corre risco, análises recentes de grande impacto a respeito do fenômeno, como as de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (2018), se inspiram, em grande parte, em trabalhos como os de Linz. Pode-se sugerir que já antes a maneira como Cardoso fez uso de “autoritarismo” indicava possibilidades sugestivas para o emprego da categoria. Num outro sentido, se já não se discute mais o que é “autoritarismo” – o que mostra que houve uma espécie de naturalização do termo –, Fernandes apontou para os limites do próprio conceito. Em outras palavras, o debate já antigo que discutimos no artigo continua, em boa medida, atual.

SOBRE OS AUTORES

LEONARDO BELINELLI é professor do Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (DDAS) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

belinelli.leonardo@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-4622-5366>

BERNARDO RICUPERO é professor do Departamento de Ciência Política (DCP) da Universidade de São Paulo (USP).

bernardor@usp.br
<https://orcid.org/0000-0001-8689-7362>

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Azevedo. *O Estado autoritário e a realidade nacional*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Metrópole e cultura: São Paulo no meio do século XX*. Bauru: Edusc, 2001.
- AVELAR, Lúcia. Juán Linz: um sociólogo de nosso tempo. *Tempo Social*, v. 13, n. 1, 2001, p. 203-227. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702001000100013>.
- BELINELLI, Leonardo; HELAYEL, Karim. Teoria, história e política em Fernando Henrique Cardoso (1969-78). *Novos Estudos Cebrap*, v. 41, n. 2, maio-ago. 2022, p. 253-271. <https://doi.org/10.25091/S0103300202200020004>.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Ato Institucional n. 5, de 13 de dezembro de 1968. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Disponível em: <https://shorturl.at/En9m8>. Acesso em: out. 2024.
- BRASIL JR., Antonio. *Passagens para uma teoria sociológica*: Florestan Fernandes e Gino Germani. São Paulo: Hucitec, 2013.
- BRITO, Leonardo Octavio Belinelli de. Da teoria à prática e vice-versa: partidos políticos e sociedade no Brasil na interpretação de Fernando Henrique Cardoso (1974-2017). *Teoria e Pesquisa* (Online), v. 26, n. 2, 2017, p. 181-213. <https://doi.org/10.4322/tp.v26i2.605>.
- BRITO, Leonardo Octavio Belinelli de. A presença de Gramsci no pensamento político de Fernando Henrique Cardoso (1967-1983). *Revista Práxis e Hegemonia Popular*, v. 4, n. 5, ago.-dez. 2019, p. 192-212. <https://doi.org/10.36311/2526-1843.2019.v4n5.10795>.
- CARDOSO, Fernando Henrique. O regime político brasileiro. *Estudos Cebrap*, n. 1, 1971, p. 84-118.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Da caracterização dos regimes autoritários na América Latina. In: COL-

- LER, David (Org.). *O novo autoritarismo na América Latina*. Tradução de Marina Leão Teixeira Viriato de Medeiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 42-62. (Coleção Estudos Latino-Americanos, v. 18).
- CARDOSO, F. H.; FALETTI, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*: ensaio de interpretação sociológica. Petrópolis: Vozes, 1969.
- CHAUÍ, Marilena. Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira. In: CHAUÍ, Marilena; FRANCO, Maria Sylvia de. *Ideologia e mobilização popular*. São Paulo: Cedec/Paz e Terra, 1978, p. 127-133.
- COHN, Gabriel. Florestan Fernandes: A revolução burguesa no Brasil. In: MOTTA, Lourenço Dantas (Org.). *Introdução ao Brasil*: um banquete no trópico. v. 1. São Paulo: Senac, 1999, p. 395-412.
- COLLIER, David (Org.). *O novo autoritarismo na América Latina*. Tradução de Marina Leão Teixeira Viriato de Medeiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (Coleção Estudos Latino-Americanos, v. 18).
- DELANTY, Gerard; ISIN, Engin F. Introduction: reorienting historical sociology. In: DELANTY, Gerard; ISIN, Engin F. (Ed.). *Handbook of historical sociology*. London: Sage Publications, 2003, p. 1-8.
- FERNANDES, Florestan. A ditadura militar e os papéis políticos dos intelectuais na América Latina. In: FERNANDES, Florestan. *Círculo fechado*: quatro ensaios sobre o “poder institucional”. São Paulo: Hucitec, 1976, p. 99-141.
- FERNANDES, Florestan. *Da guerrilha ao socialismo*: a revolução cubana. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.
- FERNANDES, Florestan. Em busca de uma sociologia crítica e militante. In: FERNANDES, Fernandes. *A sociologia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 142-212.
- FERNANDES, Florestan. *O que é a revolução?*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- FERNANDES, Florestan. Notas sobre o fascismo na América Latina. In: FERNANDES, Florestan. *Poder e contrapoder na América Latina*. São Paulo: Expressão Popular, 2015, p. 33-58.
- FERNANDES, Florestan. Formação e desenvolvimento da sociedade brasileira. In: DAVID, Antônio (Org.). *O Brasil de Florestan*. São Paulo: Belo Horizonte/Fundação Perseu Abramo/Autêntica, 2018, p. 99-115.
- FERNANDES, Florestan. *Apontamentos sobre a teoria do autoritarismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- FERNANDES, Florestan. (1975). *A revolução burguesa no Brasil*: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Contracorrente, 2020.
- FRANCO, Maria Sylvia de. O tempo das ilusões. In: CHAUÍ, Marilena; FRANCO, Maria Sylvia de. *Ideologia e mobilização popular*. São Paulo: Cedec/Paz e Terra, 1978, p. 151-209.
- FORJAZ, Maria Cecília Spina. A emergência da ciência política no Brasil: aspectos institucionais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 12, n. 35, 1997, p.1-35. <https://doi.org/10.1590/S0102-69091997000300007>.
- FURTADO, Celso. (1967). Brasil: da República oligárquica ao Estado militar. In: FURTADO, Celso et al. (Org.). *Brasil: tempos modernos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 1-23. (Estudos Brasileiros, v. 23).
- GLASIUS, Marlies. What authoritarianism is...and is not: a practice perspective. *International Affairs*, v. 94, n. 3, May 2018, p. 515-533.<https://doi.org/10.1093/ia/iyy060>.
- HELAYEL, Karim. *Um sociólogo na periferia do capitalismo*: a sociologia histórico-comparada de Fernando Henrique Cardoso. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019.
- JAGUARIBE, Hélio. Brasil: estabilidade social pelo colonial-fascismo?. In: FURTADO, Celso (Org.). *Brasil: tempos modernos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968.
- KEIRNET Fábio; SILVA, Dimitri. A gênese da ciência política brasileira. *Tempo Social*, v. 22, n. 1, jun. 2010, p. 79-98. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702010000100005>.
- KOSELLECK, Reinhart. Introduction and Prefaces to the *Geschichtliche Grundbegriffe*. Translated by Michaela Richter. *Contributions to the History of Concepts*, v. 6, n. 1, 2011, p. 1-37. <https://doi.org/10.3167/choc.2011.060102>.
- LAMOUNIER, Bolívar. *Ideology and authoritarian regimes*: theoretical perspectives and a study of the Brazilian case. Doctoral Thesis. University of California / Los Angeles, 1974a.

- LAMOUNIER, B. Ideologia em regimes autoritários: uma crítica a Juan Linz. *Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 7, jan.-mar. 1974b, p. 68-92.
- LAMOUNIER, B. Formação de um pensamento autoritário na Primeira República: uma interpretação In: FAUSTO, B. (Org.). *História geral da civilização brasileira*. V. 2. T. 3. São Paulo, Difel, 1977, p. 345-374.
- LESSA, Renato. O campo da ciência política no Brasil: uma aproximação construtivista. In: MARTINS, Carlos Benedito (Coord.). *Ciência política*. São Paulo: Barcarolla, 2010, p. 13-50. (Horizontes das Ciências Sociais no Brasil).
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como morrem as democracias*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- LINZ, Juan. An authoritarian regime: Spain. In: ALLARDT, Erik; LITTUNE, Yrjo. *Cleavages, ideologies and party systems: contributions to comparative political sociology*. Helsinki: The Academic Bookstore, 1964, p. 291-341.
- LINZ, Juan. The future of an authoritarian situation or the institutionalization of an authoritarian regime: the case of Brazil. In: STEPAN, Alfred (Ed.) *Authoritarian Brazil: origins, policies, and future*. New Haven and London: Yale University Press, 1973, p. 233-254.
- LINZ, Juan. Totalitarian and authoritarian regimes. In: POLSBY, Nelson; GREENSTEIN, Fred (Org.). *Handbook of Political Science*. V. 3. *Macropolitical Theory*. Reading, Mass.: Addison-Wesley, 1975, p. 175-411.
- LINZ, Juan. Totalitarianism and authoritarianism. My reflections on the development of comparative politics. In: SÖLLNER, Alfons; WALKENHAUS, Ralf; WIELAND, Karin (Ed.). *Totalitarismus: Eine Ideengeschichte des 20. Jahrhunderts*. Berlin: Akademie Verlag, 1997, p. 141-157.
- LINZ, Juan. *Totalitarian and authoritarian regimes*. Boulder: Lynne Rienner, 2000.
- LINZ, Juan; CHEHABI, Houchang (Ed.). *Sultanistic regimes*. Johns Hopkins University Press, 1998.
- LYNCH, Christian Edward Cyril; CASSIMIRO, Paulo Henrique Paschoeto. Freedom through form: Bolívar Lamounier and the liberal interpretation of Brazilian political thought. *Brazilian Political Science Review*, v. 12, n. 2, 2018, p. 1-28. <https://doi.org/10.1590/1981-3821201800020002>.
- MEDEIROS, Jarbas. *Ideologia autoritária no Brasil 1930-1945*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1978.
- MLEY, Thomas J. Franquism as authoritarianism: Juan Linz and his critics. *Politics, religion and ideology*, v. 12, n. 1, 2011, p. 27-50. <https://doi.org/10.1080/21567689.2011.564398>.
- MOORE JR., Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1966.
- MUNCK, Gerardo L.; SNYDER, Richard. *Passion, craft, and method in comparative politics*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2008.
- O'DONNELL, Guillermo. *Modernization and bureaucratic-authoritarianism: studies in South American politics*. Berkeley: Institute of International Studies, University of California at Berkeley, 1973.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio (Coord.). *O Estado autoritário e movimentos populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- REIS, Fábio Wanderley. *Political development and social class: Brazilian authoritarianism in perspective*. Thesis (PhD in Philosophy). Harvard University, May, 1974.
- RICUPERO, Bernardo. Da estrutura à agência: momentos da interpretação de Guillermo O'Donnell. *Crítica e Sociedade*, v. 4, n. 2, 2014, p. 90-112. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/criticasociedade/article/view/26116/16018>. Acesso em: 24 out. 2024.
- RICUPERO, Bernardo. Da revolução burguesa à modernização conservadora: o debate sobre 1964. In: ARAÚJO, Cícero; RICUPERO, Bernardo; RUGITSKY, Fernando; SINGER, André (Org.). *O segundo círculo: centro e periferia em tempos de guerra*. Campinas: Editora Unicamp, 2024, p. 337-364.
- SANTOS, Theotônio dos. *Socialismo o fascismo: el nuevo carácter de la dependencia y el dilema latinoamericano*. México: Edicol, 1978.

- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Poder e política: crônica do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.
- SCHMITTER, Philipe. *Interest conflict and political change in Brazil*. Stanford: Stanford University Press, 1971.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Campus, 1982.
- STEPAN, Alfred (Ed.). *Authoritarian Brazil: origins, policies, and future*. New Haven and London: Yale University Press, 1973.
- STEPAN, Alfred. *Rethinking military politics: Brazil and the Southern Cone*. Princeton: Princeton University Press, 1998.
- STEPAN, Alfred; MILEY, Thomas J. Juan J. Linz (1926-2013). *Journal of Democracy*, v. 25, n. 1, January 2014, p. 187-190. <https://doi.org/10.1353/jod.2014.0013>.
- TOCQUEVILLE, Aléxis de. *Oeuvres*. v. II. Paris: Gallimard, 1992.
- UMA QUESTÃO de competência. *Jornal do Brasil*, n. 244, Caderno Especial, 8 dez. 1974, p. 2.
- VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento*. Rio de Janeiro: Difel, 1974.
- VIEIRA, Evaldo Amaro. *Oliveira Vianna e o Estado corporativo: um estudo sobre corporativismo e autoritarismo*. São Paulo: Grijalbo, 1976.

A dialética da demofobia em Florestan Fernandes: entre democracia forte e autocracia burguesa

[*The dialectic of demophobia in Florestan Fernandes: between strong democracy and bourgeois autocracy*

Alexander Couto Englander¹

Ronaldo Tadeu de Souza²

Thais Florencio de Aguiar³

RESUMO • Este artigo investiga o deslocamento das abordagens sociológicas de Florestan Fernandes para temas diretamente relacionados com a política a partir de suas reflexões sobre o fascismo na América Latina, o modelo autocrático-burguês de transformação capitalista e o importante curso sobre autoritarismo, na PUC-SP. Sugerimos, destarte, que Fernandes apresentou ao debate público e intelectual teorizações que avaliam as barreiras à democratização no Brasil. Emurge em seus textos uma democracia forte, restrita e que rotiniza o autoritarismo, caracterizada pelo que alguns teóricos contemporâneos nomeiam de demofobia. • **PALAVRAS-CHAVE** • Florestan Fernandes; democracia; demofobia.

ABSTRACT • This article investigates the shift in Florestan Fernandes' sociological approaches to themes directly related to politics, since his reflections on fascism in Latin America, the autocratic-bourgeois model of capitalist transformation and the important course on authoritarianism, at PUC-SP. Therefore, we suggest that Fernandes presented to the public and intellectual debate theories that assess the barriers to democratization in Brazil. Emerges in his texts a strong democracy, restricted, which routinely adopts authoritarianism, characterized by what some contemporary theorists conceptualize as demophobia. • **KEYWORDS** • Florestan Fernandes; democracy; demophobia.

Recebido em 9 de setembro de 2024

Aprovado em 2 de dezembro de 2024

ENGLANDER, Alexander Couto; SOUZA, Ronaldo Tadeu de; AGUIAR, Thais Florencio de. A dialética da demofobia em Florestan Fernandes: entre democracia forte e autocracia burguesa. *Rev. Inst. Estud. Bras.* (São Paulo), n. 89, 2024, e10724.



Seção: Dossiê

DOI: 10.11606/2316901X.n89.2024.e10724

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil).

² Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).

³ Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil).

Este artigo tem o objetivo de analisar dois temas interligados e ainda pouco explorados da obra de Florestan Fernandes: a emergência de “democracias fortes” nos países de democracia liberal, no centro do capitalismo, a partir do final da Segunda Guerra Mundial e durante o período mais “quente” da Guerra Fria; e o padrão autocrático-burguês de dominação, consolidado a partir da institucionalização de regimes ditatoriais, no contexto do capitalismo dependente e subdesenvolvido latino-americano, nas décadas de 1960 e 1970. A partir desta análise relacional entre “centro” e “periferia” do capitalismo, buscar-se-á identificar no pensamento social e político de Florestan Fernandes uma crítica ao paradigma de “democracia demofóbica” (AGUIAR, 2015). Nos marcos do autor, esse paradigma se intensifica em consonância com o surgimento do capitalismo monopolista e se manifesta de formas diferentes e com níveis distintos de institucionalização dos mecanismos de repressão nos países capitalistas hegemônicos do “centro” e nos países dependentes e subdesenvolvidos da “periferia”.

Dessa maneira, consideramos que os escritos dos anos 1970 do autor de *Negros e brancos em São Paulo*, *A integração do negro na sociedade de classes* e *A Revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica* apresentam um pensamento político estilizado com vistas a propor leituras diferenciadas. Essas leituras tinham no horizonte, por um lado, a compreensão dos aspectos restritivos, elitistas e violentos de nossa democracia em conformação, bloqueada em 1964, e, por outro, a elaboração de interpretações que permitissem a radicalização (participativa, inclusiva, popular, socialista) desse processo. Isso ocorreria com uma possível redemocratização, o que a partir de meados dos anos 1970 parecia despontar no horizonte das expectativas políticas.

Os três principais objetos desta pesquisa são textos de Florestan Fernandes escritos na década de 1970, demarcando uma mudança teórica e temática em seu pensamento: o texto *Notas sobre o fascismo na América Latina*, de 1971; o capítulo 7 de *A revolução burguesa no Brasil*, escrito em 1973; e o livro *Apontamentos sobre a “teoria” do autoritarismo*, de 1979, fruto de curso lecionado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Esses textos são explorados na primeira seção deste artigo. Na segunda seção, articulamos o plano de uma “democracia demofóbica” à brasileira (ENGLANDER, 2022), lançando luz sobre esse oximoro a partir dos subsídios teóricos desenvolvidos por Florestan Fernandes. Por último, concluímos sobre os veios de

análise que a produção florestaniana, no que diz respeito à democracia demofóbica, pode oferecer para a consecução de futuras problematizações e investigações no âmbito das ciências sociais, pensada tanto em termos institucionais, quanto em termos políticos e conjunturais.

O PADRÃO AUTOCRÁTICO BURGUÊS DE DOMINAÇÃO E OS SUBSÍDIOS PARA PENSAR UMA DEMOCRACIA DEMOFÓBICA BRASILEIRA

Sem abandonar o pluralismo teórico e metodológico, o marxismo de Florestan Fernandes ganha maior peso no momento da escrita das obras acima mencionadas, em consonância com a formalização do conceito “capitalismo dependente”, que confere maior “unidade” e “elegância” às suas análises empíricas ao “operar como elo entre os termos *sociedade de classes* e *subdesenvolvimento*” (BRASIL JR., 2013, p. 266). Se antes desses textos o autor já tinha se dedicado a compreender o capitalismo e os dilemas do desenvolvimento e da mudança social no Brasil, a partir desse momento Florestan passa sistematicamente a analisar como as estruturas e as dinâmicas do capitalismo dependente e o modo de organização das classes sociais, nesse contexto, estruturam as instituições estatais e o exercício da dominação de classes e dos estratos de classes burgueses. Isso significa que Florestan Fernandes, sem deixar de ser sociólogo, também passa a produzir uma ciência política sociologicamente orientada, que busca compreender os regimes políticos para além de suas manifestações institucionais, investigando como sociedade e política⁴ se constituem mutuamente. Embora não reivindiquemos a autonomia do texto sobre o contexto social, neste artigo nos concentraremos sobre o “produto do trabalho simbólico” do autor, as ideias por ele elaboradas e a relação dessas ideias com “as múltiplas conexões de sentido” que se “podem manifestar na sociedade, dependendo das circunstâncias históricas e da força social que assumem em relação a diferentes fatores, materiais e imateriais” (BASTOS; BOTELHO, 2010, p. 915). E acreditamos que hoje – com a crise do capitalismo democrático e a ascensão da extrema direita – as ideias de Florestan nos proporcionam importantes interpelações para a compreensão do tempo presente.

CONEXÕES ENTRE “FASCISTIZAÇÃO” E DEMOCRACIA DEMOFÓBICA NO CENTRO E NA PERIFERIA

O texto *Notas sobre o fascismo na América Latina* foi escrito em 1971 para ser apresentado na mesa-redonda “A natureza do fascismo e a relevância do conceito na ciência política contemporânea”, realizada no Departamento de Sociologia da Universidade de Harvard. Nessa ocasião, Fernandes desenvolveu, pela primeira vez,

⁴ Definimos “política” como relações de poder e de contrapoder e exercício de formas de dominação legítima que se relacionam com o comando ou a subordinação ao Estado e com as suas formas de operação institucional.

argumentos que retornariam, reformulados com novas camadas de complexidade, em *A revolução burguesa no Brasil*. Não está entre os nossos objetivos problematizar a forma como o autor comprehende o fascismo (ainda que cumpra destacar sua diferença para com a leitura do fascismo realizada desde uma matriz liberal), mas, sim, entender como a noção peculiar de fascismo desenvolvida por Fernandes permite que o autor perceba aspectos “demofóbicos” inerentes aos regimes políticos periféricos e centrais, inclusive aos regimes democráticos, conformando uma “democracia demofóbica” (conceito retomado na literatura e expresso por um oximóron a ser explicitado na seção seguinte).

No texto escrito em 1971, o autor está preocupado em analisar as características peculiares de um “fascismo” na América Latina, que são distintas do paradigma “clássico” dos casos italiano e alemão. Fernandes considerava que, embora tivesse sido derrotado no campo de batalha, o fascismo continuava vivo, como ideologia e utopia. O modelo de fascismo investigado pelo autor provém dos casos – negligenciados pelos pesquisadores – de Portugal salazarista e da Espanha franquista, onde os regimes políticos tinham ideologias, capacidade de mobilização de massas e aparato de propaganda menos sofisticados do que os modelos italiano e alemão, contudo, preservados em um nível suficientemente forte para assegurar o monopólio do poder estatal pelas classes dominantes. Essas experiências constituíam um tipo de “totalitarismo de classe” que ainda era pouco conhecido pelos cientistas sociais. Sem desenvolver esse importante argumento comparativo, o autor afirma que, na América Latina, o fascismo manifesta uma versão complexa do modelo ibérico.

O principal elemento das ações e processos políticos de natureza fascista no contexto latino-americano parecia ser a contrarrevolução, por meio da “fascistização das estruturas de poder, do Estado e do governo” (FERNANDES, 2015, p. 40). Embora esses permanecessem institucionalmente “democráticos”, “republicanos” e “constitucionais”, estavam assentados em “uma ordem constitucional que é menos que simbólica ou ritual, pois só tem validade para a autodefesa, o fortalecimento e a predominância dos ‘mais iguais’ (ou os privilegiados)” (FERNANDES, 2015, p. 39-40). Para o autor, uma contrarrevolução operava institucionalmente uma guerra civil (potencial ou real) contra: 1) os movimentos reformistas que buscavam a democratização, “dentro da ordem” burguesa, das estruturas de riqueza, prestígio e poder; 2) os movimentos socialistas revolucionários, que almejavam a “revolução contra a ordem existente”. Esse tipo de *fascistização sem fascismo* era muito perigoso, pois, tendo como função “manter viva a contrarrevolução por todo e qualquer meio possível”, bloqueava a revolução democrática e prendia “a história da América Latina a um passado que deveria estar morto” (FERNANDES, 2015, p. 52). Isto é, ao seu passado oligárquico.

Esse passado fora ressuscitado pelas forças da modernização dependente, que era acelerada e controlada à distância, a partir das nações hegemônicas do capitalismo, sobretudo, os Estados Unidos. Dessa forma, a fascistização configurava uma força muito moderna em terras latino-americanas. Na conjuntura das décadas de 1960 e 1970, ela tinha entre os seus objetivos estratégicos o *desenvolvimento com segurança*, uma exigência dos países capitalistas hegemônicos e das empresas multinacionais para que investissem e se assentassem nas economias mais industrializadas da região. Tornar “a

periferia ‘segura’ e ‘estável’ para o capitalismo monopolista vinha a ser o alvo central desse padrão compósito (internacionalizado e imperializado) de dominação burguesa e de poder político burguês”, destacava Fernandes (2015, p. 46-47).

Alguns fatores facilitaram a implementação do desenvolvimento com segurança, tais como: a existência de uma ordem civil fraca, desprovida de uma oposição suficientemente organizada; a peculiaridade do presidencialismo, na América Latina, articulando a autoridade do presidente com tipos mandonistas e autoritários de exercício do poder e tornando factível a atuação do líder do Executivo como um ditador despótico; e a dualidade ética das minorias privilegiadas, que, devido ao totalitarismo de classe⁵ e ao padrão de dominação autocrática (simultaneamente tradicional e racional-legal), tratavam o grande número, ou seja, as classes populares da nação, como a “*gentinha sem valia*” (FERNANDES, 2015, p. 47).

Assim, existia um “quase-fascismo” operando rotineiramente como força social e força política indireta. Ele era sancionado pelos costumes e pelas leis da ordem vigente. Facilitava-se, desse modo, o exercício “legítimo” da violência institucional e a normalização de instrumentos do Estado de exceção no interior da democracia burguesa. Florestan identificava o rápido adensamento da fascistização de estruturas e de funções do Estado nas conjunturas autodefensivas de “crise da ordem”.

Ainda que funcional como instrumento contrarrevolucionário no interior do Estado e, inclusive, como ideologia, utopia e projeto político, o fascismo precisava competir com o totalitarismo de classe. Esse totalitarismo, não obstante seu caráter rudimentar, era eficiente em sufocar as “pressões de baixo para cima” e em manter os pobres inertes e impotentes, sem que fosse necessário correr o risco de construir um movimento de massas que, mesmo tutelado por lideranças fascistas, poderia trazer o risco de abalar o monopólio do poder político estatal das classes dominantes. Assim, o fascismo ou fascistização na América Latina era instrumentalizado, ao mesmo tempo que restringido, de acordo com os interesses das minorias possuidoras, privilegiadas e dirigentes. Por isso, não demandava uma forte mobilização ideológica e nem a elaboração de uma tecnologia organizatória particular. Portanto, podemos concluir que a cultura política do “totalitarismo de classe” latino-americano é eminentemente demofóbica, no sentido que desenvolvemos adiante, fundamentada na rejeição da alteridade das demais classes, na atrofia da esfera pública e na intolerância com os conflitos sociais.

Figuras e grupos socializados no interior de movimentos de natureza fascista politicamente derrotados eram mobilizados como civis ou como militares que “sabiam como e onde reforçar a fascistização das estruturas e funções do Estado” (FERNANDES, 2015, p. 50). E, no Brasil, utilizaram “a ‘revolução institucional’ [de 1964] como expediente para montar o *máximo de fascismo* que é compatível com as

5 A partir da análise do texto, podemos inferir que o totalitarismo de classe é um fenômeno de sociedades fortemente estratificadas, que oculta um “quase-fascismo”, escondido “por trás da monopolização do poder (em geral) e da monopolização do poder político estatal (em particular), pelas minorias possuidoras, privilegiadas e dirigentes” (FERNANDES, 2015, p. 47). Nessa realidade social e política, “a cultura especial da classe dominante (ou de setores da classe dominante) opera como se fosse a cultura universal de toda a sociedade (ou a ‘civilização’)” (FERNANDES, 2015 p. 35).

circunstâncias” (FERNANDES, 2015, p. 50). Para Fernandes, na era do capitalismo monopolista, as classes dominantes já haviam aprendido a promover uma “fascistização silenciosa e dissimulada, mas altamente ‘racional’ e ‘eficaz’, além de compatível com a *democracia forte*” (FERNANDES, 2015, p. 54). Nessa quadra histórica, para Fernandes, a “democracia pluralista”, ou seja, a democracia liberal existente, poderia ser a arena de uma contrarrevolução em nível mundial. Somente o socialismo puro e convicto seria capaz de salvar a revolução democrática, com seu projeto de “eliminar o Estado através da democracia *de toda a população para toda a população*” (FERNANDES, 2015, p. 55).

ORDEM SOCIAL COMPETITIVA INFLEXÍVEL, PRAGMATISMO E INTENSIFICAÇÃO DA DEMOFOBIA NO MODELO AUTOCRÁTICO-BURGUÊS DE TRANSFORMAÇÃO CAPITALISTA

A terceira parte de *A revolução burguesa no Brasil* – cujo título é *Revolução burguesa e capitalismo dependente* – foi escrita em 1973, apenas dois anos após Fernandes apresentar o seu estudo sobre a fascistização na América Latina. Focamos aqui no Capítulo 7, o último do livro, no qual é possível encontrar algumas continuidades com o texto de 1971. No entanto, em 1973, o autor adicionou novas camadas às suas explicações, complexificando os argumentos anteriormente formulados. No subcapítulo “Dominação burguesa e transformação capitalista” são investigadas a forma, a natureza e as funções da dominação burguesa na passagem do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista. Nesse processo, é mantida a *dupla articulação* entre desenvolvimento desigual interno entre as classes e regiões do país e submissão externa ao imperialismo. Juntos, ambos os fatores constituem os fundamentos da intensificação da acumulação de capital e da industrialização associada à persistência da dependência e do subdesenvolvimento.

Essa dupla articulação configura um modelo específico de transformação capitalista e de dominação burguesa, conferindo à racionalidade burguesa realismo e pragmatismo políticos. Esses realismo e pragmatismo modificam formas, estruturas e dinamismos da revolução burguesa, em comparação com os casos clássicos de Inglaterra, Estados Unidos e França. Dessa forma, as compulsões igualitárias de uma comunidade nacional heterogênea e complexa são descartadas em favor da identificação da “revolução nacional”⁶ com os interesses particularistas das classes e estratos de classe burgueses. Essa “revolução nacional” acontece em um *círculo fechado* que bloqueia as potencialidades democráticas, pois em tais condições a única revolução burguesa possível consiste em “consolidar o poder burguês através

6 Para Fernandes, a revolução nacional-democrática burguesa promovia ao conjunto das classes sociais da nação a integração política ao mundo dos direitos dos cidadãos e a integração (ainda que desigual) aos benefícios da economia industrial moderna. No caso do modelo autocrático-burguês, a revolução nacional não tinha como horizonte a integração política e econômica do conjunto das classes da nação, nesse sentido, os benefícios da modernização ficavam fortemente concentrados, quando não, restritos às classes e estratos de classe burgueses. Disso advém a potência heurística da articulação entre *autocracia burguesa* e *círculo fechado*.

do fortalecimento das estruturas e funções nacionais de sua dominação de classe” (FERNANDES, 2005, p. 350). Nesse circuito, as impulsões societárias ressonantes com o igualitarismo, o reformismo e o nacionalismo exaltado (e idealista) de tipo burguês são expurgadas por meios pacíficos ou violentos. Em seu lugar, são fomentadas impulsões societárias compatíveis com a racionalidade burguesa realista e pragmática, dando lugar ao racionalismo acumulador e expropriador, ao egoísmo, ao exclusivismo e ao despotismo de classe.

Nesse tipo específico de dominação burguesa, configura-se “um despotismo burguês e uma clara separação entre *sociedade civil* e *nação*” (FERNANDES, 2005, p. 352). Assim, no capitalismo dependente, a dominação burguesa ganha uma terceira característica adicional, específica ao modelo autocrático de transformação capitalista. Além de ser uma “força socioeconômica espontânea” e “uma força política regulativa”, a dominação burguesa mobiliza politicamente “uma rede de ação autodefensiva e repressiva, percorrida pelas instituições ligadas ao poder burguês, da empresa ao Estado, dando origem a uma formidável superestrutura de opressão e bloqueio”, que transforma a própria dominação burguesa “na única fonte de ‘poder político legítimo’” (FERNANDES, 2005, p. 352). Nesse circuito fechado de autodefesa e autoprivilegiamento, os ideais igualitários de direitos humanos, bem como a democratização da vida, convivem com terríveis mecanismos de repressão em um capitalismo selvagem e extremamente desigual, que separa as classes sociais em “mundos de ‘nações’ distintas”, numa condição hostil de “implacável guerra civil latente”, para destacar os termos de Fernandes (2005, p. 354).

No subcapítulo “Contra a revolução prolongada e ‘aceleração da história’”, o principal objeto da análise de Fernandes são os fenômenos de consciência de classe e de comportamento coletivo de classe. A partir deles, o autor investiga o processo de aprendizagem pelo qual passa a burguesia brasileira. O pragmatismo fez parte do *modus operandi* da constituição da burguesia como classe dominante. Essa constituição ocorreu sem rupturas, em um processo de acomodação das “velhas classes” dominantes às estruturas da ordem social competitiva e das sociedades de classes. Em um fenômeno amplo e dramático de *coalescência estrutural*, que ocorre em meio à industrialização e à acelerada e desigual urbanização, as várias frações das “classes possuidoras” passaram a se identificar com a visão de mundo e o estilo de vida burgueses. Essa mudança social foi complicada e difícil, pois nela o *ethos* burguês foi construído a partir de um *cosmos* patrimonialista. Contudo, o idealismo democrático-burguês propagado por republicanos, modernistas, constitucionalistas e nacionalistas havia ocupado o imaginário de classes e estratos de classes burgueses em importantes eventos históricos do país, estando esse idealismo presente na formação da república, no tenentismo, na Revolução de 1930 e no nacional-desenvolvimentismo pré-1964. Com efeito, Fernandes identifica que, em um momento anterior à assunção consciente da racionalidade pragmática e classista (“egoística”, nos termos de Fernandes), as classes e os setores de classe burgueses precisaram passar pela frustração de suas expectativas e pela ampliação de seu temor de classe.

Nesse processo complicado e difícil, a consciência burguesa sofreu três transfigurações: i) despojou-se da sua “segunda natureza humana” forjada pelo escravismo, abrindo-se para a lógica do “trabalho livre” no capitalismo competitivo;

2) revisou os ideais democráticos burgueses assimilados desde a independência nacional; 3) compreendeu os limites de sua própria realidade e os efetivos papéis e tarefas históricos que poderiam desempenhar nela. O principal período histórico de maturação da consciência de classe da burguesia brasileira ocorreu entre as décadas de 1920 e de 1960, no qual, como destacam Botelho e Brasil Jr. (2020), as ideologias e utopias das classes dominantes foram sendo despídas do radicalismo e do idealismo de tipo democrático-burguês, atingindo com máxima clareza a aceitação do princípio do autoprivilegiamento e da autodefesa ostensivos.

No capitalismo dependente e subdesenvolvido, as ilusões suscitadas pelo idealismo burguês “violentavam ainda mais as ideologias e utopias burguesas importadas da Europa e dos Estados Unidos” (FERNANDES, 2005, p. 364). Essa “falsa consciência” foi superada de modo gradual e por três vias diferentes. A primeira consistiu no fim da esperança republicana de um desenvolvimento industrial autônomo. A segunda, na crise da “*demagogia populista*”, centrada no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)⁷, que, ao se abrir politicamente para as classes populares, agravava os conflitos intraclass e interclasses, sem com isso conseguir ampliar as potencialidades democráticas, reformistas e nacionalistas da ordem burguesa. A terceira diz respeito à ampliação da dominação imperialista na era do capitalismo monopolista e do *imperialismo total*, quando, irradiado a partir dos Estados Unidos, o desenvolvimento com segurança se torna o ideal básico dos estratos burgueses. Essa mutação ocorre seja por meio da cooptação de quadros civis e militares que passam por reciclagem ideológica em “programas especiais de ‘treinamento’, de ‘preparação técnica especializada’ ou de doutrinação”, seja por meio de programas “de comunicação de massa” e “de assistência técnica” que “criam redes de modernização ‘dirigida’” (FERNANDES, 2005, p. 365). Na conclusão desse processo de depuração do idealismo burguês, a lealdade à nação era deslocada para a “solidariedade hemisférica”, a “solidariedade às nações democráticas” e a “defesa da civilização cristã e ocidental”, o que aumentava o grau de alienação e de insensibilidade da burguesia diante dos problemas nacionais.

A nova filosofia política e as ações de classe forjadas ao longo desse processo de aprendizagem ampliaram o grau de demofobia na política brasileira, transfigurando a dominação burguesa em uma força social autoritária e totalitária que fundamentava “uma solidariedade de classe que deixou de ser ‘democrática’ ou ‘autoritária’, para tornar-se abertamente ‘totalitária’ e contrarrevolucionária, em suma, o fermento de uma ditadura de classe preventiva” (FERNANDES, 2005, p. 368). Esse padrão de solidariedade de classe conformou *uma hegemonia burguesa composta e agregada*, na qual os conflitos entre setores da burguesia foram colocados em segundo plano em privilégio de sua unidade política e da contenção – ao menos temporária – dos riscos

7 Desde o início da década de 1950, os setores mais combativos do PTB contavam com uma aliança conflituosa de militantes do PCB no meio sindical. Para Englander (2022), essa aliança engendrava “contaminações mútuas” entre os militantes dos dois partidos e entre os próprios partidos: trabalhistas ficavam mais combativos, e comunistas se tornavam mais dispostos a aceitar taticamente uma política reformista. No governo de João Goulart essa aliança foi ampliada para a esfera política, contudo, ela nunca deixou de ser uma aliança conflituosa, que não apagava as diferenças, as negociações e as disputas entre os militantes e as linhas políticas dos dois partidos.

reais e imaginários provenientes de seu *temor de classe*. Dessa forma, os conflitos com as classes antagônicas foram estigmatizados, sufocados e postos “fora da ordem”. E a defesa da ordem foi utilizada para “legitimar a transformação da dominação burguesa em uma ditadura de classe preventiva e para privilegiar o seu poder real, nascido dessa mesma dominação de classe” (FERNANDES, 2005, p. 369), como se ele fosse, de fato, uma encarnação da ordem legítima. Assim, *no pós-1964, a sociedade civil (exclusivamente) burguesa se sobrepõe à nação*. Dessa forma, podemos concluir que o tema do “totalitarismo de classe” retorna em *A revolução burguesa no Brasil*, dessa vez como a forma social de organização do poder político da autocracia burguesa, o lastro social que cria as condições para a institucionalização de, conforme queremos argumentar, um tipo brasileiro de demofobia em uma ditadura de classe preventiva e aberta, em conjunturas de agravamento do temor de classe.

No subcapítulo “Estrutura política da autocracia burguesa” (FERNANDES, 2005), a argumentação ganha nova camada heurística com o estabelecimento de uma correlação forte entre a consolidação política do padrão autocrático da dominação burguesa e o caráter inflexível da ordem social competitiva no capitalismo dependente – no contexto dos anos de 1960 e do início dos anos de 1970. As aceleradas industrialização e metropolização da sociedade brasileira criaram as condições para o aumento da participação política das massas populares, fenômeno que desgastava e punha em risco o poder burguês, pois, mesmo que os conflitos sociais e as demandas populares ocorressem dentro dos limites da ordem capitalista, a burguesia brasileira não tinha condições de acatar as reivindicações do radicalismo burguês sem desestabilizar as bases materiais e políticas da ordem social competitiva no capitalismo dependente. A incapacidade de atender às demandas do radicalismo burguês, o risco de perder o monopólio do poder do Estado, a ampliação do temor de classe devido ao aumento da organização popular e da emergência minoritária de movimentos populares antiburgueses provocaram a crise do poder burguês e a intensificação da demofobia da burguesia brasileira associada à depuração pragmática e “egoísta” de sua consciência de classe. Contudo, somente a partir do conceito de capitalismo dependente esse fenômeno pode ser bem compreendido na obra de Florestan Fernandes.

Nas nações hegemônicas do capitalismo, a ordem social competitiva era elástica o suficiente para absorver reformas de teor igualitário provenientes do radicalismo burguês e das pressões “dentro da ordem” propulsadas pela classe operária e até por setores destituídos. Essa maior elasticidade da ordem social competitiva favorecia um padrão de reação societária mais tolerante, flexível e democrático em relação às demandas e conflitos populares. Como um reflexo invertido desse modelo democrático-burguês, no capitalismo dependente o radicalismo burguês não consegue ensejar reformas estruturais. As “pressões dentro da ordem” das classes operárias e das massas populares são respondidas ou atendidas de modo tímido e hostil. Em uma ordem social competitiva inflexível, isto é, intransigente às demandas populares, a reação societária das classes dominantes é ultravulnerável ao temor de classe, ensejando uma mentalidade burguesa intolerante, que confunde o radicalismo burguês “esclarecido” com subversão e comunismo e repele mesmo as suas propostas simbólicas e compensatórias. Assim, as pressões efetivamente “contra a ordem” eram

destituídas moral, legal e politicamente de “legitimidade”. Antes de concluir este ponto é necessário um breve parêntese: embora em *A revolução burguesa no Brasil* o tema do racismo não seja bem desenvolvido, é importante constatar que, em obra anterior de Fernandes (2021), o racismo e a questão racial apareciam relacionados com a precária ressocialização dos ex-escravizados no período pós-abolição, ao tratar da inserção do negro na ordem social competitiva. Como destacou Bastos (1987), o mito da democracia racial estava associado à rejeição da ação autônoma dos movimentos sociais negros, que denunciavam o racismo e pressionavam pela democratização da ordem social competitiva. Portanto, podemos inferir que existe uma correlação entre temor de classe e racismo que fundamenta a demofobia das classes dominantes brasileiras.

Dessa forma, os fatores que desencadearam a crise do poder burguês colocavam as classes e os estratos de classe burguesas não diante do problema da democracia – e da via democrático-burguesa de modernização – mas do problema da ordem, que, em tais condições se apresentava como o problema da autocracia burguesa. Esse problema implicava na definição de uma forma de hegemonia compósita e agregada que assegurava uma ordem capitalista firme a partir de um padrão autocrático de relação entre as classes e estratos de classes burguesas e as classes operárias e destituídas. Por isso, no pós-1964 foi intensificada a percepção de um dualismo na ordem legal e política, “graças à qual o que é oligarquia e opressão para a maioria submetida, é automaticamente democracia e liberdade para a minoria dominante” (FERNANDES, 2005, p. 406-407).

A DIALÉTICA DA DEMOFOBIA: DEMOCRACIA FORTE E AUTOCRACIA BURGUESA NO CENTRO E NA PERIFERIA DO CAPITALISMO

O livro *Apontamentos sobre a “teoria” do autoritarismo* (1979) tem origem em anotações que Florestan Fernandes preparou para curso lecionado no Departamento de Política da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo no último trimestre de 1977. Essa ocasião é descrita pelo autor como “oportunidade de desobediência civil na ‘esfera acadêmica’” (FERNANDES, 2019, p. 33). Nessa obra o sociólogo sintetiza e por vezes reformula temas que apareceram pela primeira vez em *Notas sobre o fascismo na América Latina* e em *A revolução burguesa no Brasil*. Há uma sistematização teórica da noção de democracia forte e da relação entre democracia forte e autocracia burguesa. As democracias fortes surgiram no contexto da Segunda Guerra Mundial e amadureceram no período “quente” da Guerra Fria como parte de um processo de saturação de funções preventivas de autodefesa da ordem capitalista. Alguns fatores foram fundamentais para o desencadeamento desse processo: 1) o acirramento dos conflitos de classe em decorrência da vitória da revolução russa; 2) a sucessão de revoluções tecnológicas que reconfiguraram a empresa capitalista; 3) os padrões de consumo e a comunicação de massa; 4) a crescente articulação entre o Estado-nação e as estruturas internacionais de poder com os interesses políticos, econômicos e culturais das classes dirigentes.

A internacionalização tecnológica e econômica ocorria de modo superposto

à nação e suas organizações democráticas, pois estas continuavam a ser “focos centrais do dinamismo do poder político e da dominação de classe da burguesia (tanto no centro quanto na periferia)” (FERNANDES, 2019, p. 74). O Estado capitalista se internacionalizava em duas dimensões: “em termos de *funções construtivas*, de adaptação à transformação da tecnologia, da forma de produção, do mercado, dos mecanismos financeiros da empresa multinacional”; e também em relação às “*funções preventivas*, criadas pela ‘ameaça interna’ e pela expansão do socialismo em escala mundial” (FERNANDES, 2019, p. 74). Assim, a democracia forte surge em um momento em que o capitalismo passava por transformações profundas, com uma quase generalização da afluência econômica nas nações hegemônicas, fator que aumentava o alcance e a eficácia do controle ideológico “dentro da ordem”. E que, no entanto, também era um período de expansão mundial do socialismo, que ampliava os horizontes políticos das classes subalternas nos países capitalistas, promovendo um *cerclo socialista* de fora para dentro e justificando “o pânico burguês e a contrarrevolução capitalista em escala mundial” (FERNANDES, 2019, p. 105).

Se após a Segunda Guerra Mundial a democracia forte parecia ter eliminado o fascismo para sempre, a partir das atrocidades da guerra do Vietnã, as democracias fortes desenvolveram uma grande elasticidade para o exercício e a expansão de práticas autoritárias. No contexto de acirrada luta contra a expansão do socialismo e de alavancagem da globalização econômica e tecnológica do capitalismo, a capacidade repressiva do Estado burguês ganhou novas proporções com a institucionalização da luta permanente contra o inimigo interno (o movimento operário) e o inimigo externo (os países socialistas, sobretudo a URSS), através de duas inovações centrais: 1) “a criação de uma força de dissuasão (ou de guerra permanente) capaz de paralisar ou deprimir a irradiação socialista como estratégia de ‘ação externa’”; 2) “uma articulação direta e ativa com as burguesias e os Estados nacionais das periferias” (FERNANDES, 2019, p. 79). Essas duas inovações eram amalgamadas nos discursos e práticas ideológicas da “interdependência”, do “desenvolvimento com segurança” e da “consolidação do mundo livre”, nas quais a defesa da democracia se confundia com a defesa do capitalismo, nos planos interno e externo. A internacionalização da força de dissuasão assegurava a consolidação das multinacionais e do capitalismo monopolista, colocando o Estado capitalista no cerne da dominação burguesa: não havia mais linha divisória entre a democracia e os interesses das classes dominantes das nações hegemônicas, o exercício do despotismo burguês era então transferido da empresa privada e da iniciativa privada para o Estado. Assim, ainda que a democracia forte mantivesse a fachada democrática, a internacionalização do Estado e do capitalismo monopolista demandava novas condições políticas para a sobrevivência da empresa capitalista e nova forma de intervenção econômica estatal, como o complexo industrial-militar, subsídios e medidas diretas e indiretas. Esses requisitos levaram à formação de tecnoestruturas dentro do Estado, que amplificavam o elemento autoritário inherente ao Estado burguês.

Se a democracia forte enrijecia a dominação burguesa nas nações hegemônicas, “a face mais dura do Estado capitalista” voltava-se “para fora”, para as periferias, onde o elemento autoritário da dominação burguesa não é compensado ou inibido pelas funções de legitimação da ordem e “o imperialismo dita as suas próprias

normas e a sua legitimidade” (FERNANDES, 2019, p. 80). A América Latina é o terreno ideal para a análise dessa questão, pois nela a modernização capitalista ocorria sob dependência permanente, superpondo o moderno e o arcaico, sob o tripé *multinacionais, burguesias locais e Estado capitalista*. As revoluções burguesas em atraso tinham como subproduto essencial o Estado autocrático, que “não é apenas a imagem invertida do Estado democrático-burguês, porém a forma que ele deve assumir como instrumento de dominação externa e de um despotismo burguês reacionário” (FERNANDES, 2019, p. 83). Esse era o modelo mais desenvolvido de Estado na periferia do capitalismo monopolista e possuía a função específica de mediar e mesmo de construir as associações contraditórias entre imperialismo, multinacionais e burguesia nacional. O Estado autocrático-burguês não era de tipo “bonapartista”, pois neste o governante autocrata, para preservar o capitalismo e os interesses privados das classes dominantes, faz concessões a classes, camadas e grupos subalternos, dessa forma, angariando apoio popular e mobilizando a noção de “povo”. O Estado autocrático-burguês é um tipo de Estado “neoabsolutista”, governado por um pequeno número de pessoas e grupos de pessoas, com instrumentos para exercer o poder sem restrições e sem personalizar o poder do presidente, pois, “no fundo, o poder central é desempenhado por um executivo invisível” (FERNANDES, 2019, p. 87). Nessas configurações políticas, a democracia age em favor das classes burguesas e articula os interesses contraditórios delas em acordos mínimos que assegurem a ampliação da taxa de mais-valia, a estabilidade e o fortalecimento da ordem e os privilégios das classes dominantes.

Por ser uma instituição heterogênea, o Estado autocrático-burguês é definido por Fernandes como um Frankenstein, composto de três faces salientes: a democrática, a autoritária e a fascista. Embora mantenha as aparências de um regime democrático, estas são apenas rituais, uma contrapartida de uma efetiva oligarquia perfeita, que desqualifica e neutraliza a oposição à ordem e funciona como uma *democracia restrita* para a sociedade civil que sustenta e legitima a ditadura. Quanto à face autoritária, a despeito de sua pouca autonomia em relação às classes dominantes, o Estado autocrático-burguês precisava desempenhar funções diretas e indiretas essenciais para o processo de modernização econômica, no qual os dispositivos autoritários recaem mais sobre os setores da burguesia brasileira e as empresas estatais do que sobre as multinacionais. E apesar de um relativo constrangimento às classes dominantes, o interventionismo estatal autoritário atuava para assegurar a concentração de renda. Por fim, a face fascista do Frankenstein operava a partir de dentro de Estado e surgiu da necessidade de institucionalizar a opressão sistemática contra o movimento operário e sindical e de neutralizar potenciais protestos populares, uma condição *sine qua non* para a existência do capitalismo selvagem e a manutenção da ordem. Essa face fascista ou fascistizada não era resultado somente da institucionalização do arbítrio e do terror, mas também estava estruturalmente relacionada com a contradição entre a preservação de uma constituição democrática e os atos institucionais. Em síntese, a composição heterogênea do Estado Frankenstein tinha dois objetivos: “aprofundar e aumentar a duração da contrarrevolução” e garantir a “institucionalização” da contrarrevolução e a sua continuidade por novos meios no momento da “passagem da guerra civil a quente para a guerra civil a frio” (FERNANDES, 2019, p. 89).

Com a vitória militar da contrarrevolução e a estabilização da integração política e econômica ao capitalismo monopolista, a “aliança sagrada” entre os vários setores das classes dominantes é desestabilizada por três fatores principais: 1) o conflito de interesses entre grupos e setores das classes dominantes em busca de privilegiamentos; 2) o rápido término do “milagre” econômico; 3) a conjuntura mundial de crise. Esses fatores abalaram a já baixa autonomia real do Estado autocrático-burguês. Outro fator de enfraquecimento eram as contradições políticas no interior do Estado entre as três faces do “Frankenstein”, pois os conflitos de interesses entre setores das classes possuidoras nativas e estrangeiras impediam que uma das faces se impusesse e conferisse forma ao regime. Essa indefinição erodiu progressivamente a capacidade de autodefesa do Estado autocrático-burguês, promovendo um acúmulo de desgastes que prejudicava suas estruturas e funções. Fernandes remete à ironia de as próprias contradições estruturais criarem as condições do desmoronamento de um Estado que se propôs congelar a história – a partir do fortalecimento das estruturas da ordem. O circuito se abria, ao menos em parte, por um curto-círcuito.

O crescimento de uma classe operária urbana insatisfeita – questão apontada em *A revolução burguesa no Brasil* – forçaria ainda mais essa abertura. No entanto, se as classes populares poderiam radicalizar a democracia, às classes possuidoras interessava perpetuar o modelo de “democracia demofóbica” brasileira, resguardando o Estado autocrático-burguês até o momento em que fosse possível manter a contrarrevolução por outros meios, através da institucionalização de um “Estado de direito concebido como uma ‘democracia forte’, ou seja, como um Estado capitalista dotado de ‘meios institucionais’ para se proteger” (FERNANDES, 2019, p. 91). Desse modo, podemos identificar a relação dialética entre democracia forte e autocracia burguesa: a ditadura de classes aberta deveria ser substituída por uma ditadura de classe dissimulada, promovendo a continuidade do Estado autocrático “sob as ‘condições normais’ do regime constitucional, representativo e parlamentar” (FERNANDES, 2019, p. 92). A vitória da continuidade da democracia restrita por outros meios só seria evitada pela pressão popular “verdadeiramente democrática que só pode avançar por meio do recurso sistemático à desobediência civil e ao apelo de uma revolução democrática definida pelos interesses da maioria” (FERNANDES, 2019, p. 92).

Esse caminho difícil, porém possível, poderia, na concepção de Fernandes, levar à construção de uma democracia de participação ampliada ou, até mesmo, de uma democracia plena, bem como à transição para o socialismo. Por isso, nos marcos das concepções marxistas de Fernandes, era fundamental promover o desemburguesamento da classe operária (ou evitar o seu emburguesamento), pois ele era usado pelas forças da ordem para despojar o conflito social de seu sentido político. O esgotamento das “revoluções burguesas em atraso” e a crise do capitalismo colocavam, para o autor, uma nova modalidade de fascismo na ordem do dia, menos ideológico e menos mobilizador, mas que ameaçava “aprisionar” as burguesias centrais e periféricas em sua própria capacidade de autodefesa da ordem. No Brasil e na América Latina, a revolução democrática radical emergente poderia impedir a fascistização e levar a evoluções que negariam o capitalismo no largo prazo, desde que a maioria dispusesse de condições objetivas e subjetivas para se constituir em

força social revolucionária. Pois as estruturas podem ser “modificadas, desagregadas e transformadas pela ação coletiva de grupos de homens que se opõem à ordem existente e lutam por sua transformação revolucionária” (FERNANDES, 2019, p. 57). Dessa forma, podemos concluir que também existem no pensamento de Fernandes importantes bases para sugerirmos, em termos especialmente brasileiros, um outro paradigma democrático que plasme um modelo mais “demofílico” (AGUIAR, 2015)⁸, o qual avança com a seguinte fórmula: quanto menos desigualdade houver, quanto mais vida e coisas forem postas em comum e quanto mais os impulsos de autonomia forem capazes de transgredir as dinâmicas persistentes de dominação, mais demofílica uma democracia poderá ser.

FLORESTAN FERNANDES E AS CHAVES PARA A LEITURA DE UMA DEMOCRACIA DEMOFÓBICA NO MODELO BRASILEIRO

Neste artigo, argumentamos que é possível avançar na caracterização de um paradigma brasileiro de “democracia demofóbica”, ou seja, um experimento propriamente nacional que constitui o modelo de uma democracia demofóbica à brasileira. Acreditamos que o pensamento político de Florestan Fernandes, demarcado nas obras apontadas neste texto, fornece chaves de leitura fundamentais para formulação desse paradigma, sobretudo porque elabora uma reflexão sobre a experiência de (des)democratização no país impactada por eventos históricos que catalisam e reativam traços fulcrais da formação sociopolítica brasileira nos anos pós-1964. Neste texto, assinalamos que Florestan teoriza sobre processos políticos que, de modo geral, se conjugam na reprodução do *status quo* de herança oligárquica das novas relações da sociedade aburguesada brasileira em contexto de capitalismo dependente. Quando a ordem autocrático-burguesa do Estado, mantenedora das bases do capitalismo na periferia, é ameaçada por conflitos sociais e demandas populares, ainda que ocorram dentro da ordem, a classe dominante aciona no interior da democracia liberal burguesa distintos mecanismos de natureza contrarrevolucionária que inserem um compasso conservador ou reacionário – ou simplesmente contrademocratizantes – no interior da democracia.

Todavia, cabe explicitar o que estamos chamando de paradigma de uma “democracia demofóbica”. Refere-se aqui a um conceito apresentado na forma de oximóron – um paradigma democrático em que o medo (*phobos*) e seus correlatos são ativados em relação ao *demos*, supostamente agente por excelência da democracia (AGUIAR, 2015). Desse modo, a escolha da mobilização desse conceito para leitura da realidade brasileira revela nuances que a mera aplicação do termo demofobia não

8 Em *Ética a Nicômaco*, Aristóteles argumenta que a condição de *philia* (ou amizade, no sentido antigo) depende de igualdade e de partilha de coisas em comum. Dito de outro modo, igualdade e vida em comum são as condições para que a *philia* se espalhe. Aos olhos do filósofo, a democracia é a forma política em que se supõe haver mais igualdade entre cidadãos, partilhando, por conseguinte, coisas em comum. Aguiar constrói daí, articulando argumentos de outros pensadores, o paradigma da demofilia, contra a demofobia, tecendo proposições que permitem julgar a democracia existente.

permite evidenciar, tal qual empregado ordinariamente para significar movimentos de refluxo da democratização ou mesmo um antidemocratismo. Assim, o oxímoron da “democracia demofóbica” revela uma complexidade, espécie de mecanismo interno à própria dinâmica moderna de reinvenção das sociedades democráticas, que “só se concretizam – o que parece uma contradição em termos – na redução, restrição, contenção, tutelagem, esterilização e regulação do *demos*” (AGUIAR, 2015, p. 143). Nesse paradigma, o estranhamento entre *demos* e democracia concerne a uma redução do domínio do primeiro sobre seus modos de existência/convivência. A construção desse oxímoron instalado nas maneiras de pensar e de praticar a democracia refere-se a uma disputa pelos sentidos e pelas práticas da democracia existentes no próprio seio do campo democrático.

O paradigma da democracia demofóbica diz respeito a um esforço teórico forjado na modernidade, nos tempos de protagonismo das massas, das revoltas contra as hierarquias, das lutas pela igualização das condições sociais, das contestações e ameaças contra a propriedade privada, da cultura das insurreições – da Revolução Francesa à Haitiana, das Jornadas de 1848 à Comuna de Paris. Tempos em que democracia rimava com revolução. Com efeito, a teoria sobre a democracia não se constitui de modo alheio à expressão do medo como afeto político preponderante. Ela se concentra na modulação da relação entre governantes e governados, redundando em um saber de racionalização da gestão do grande número, em que o temor e o medo estão no núcleo do trabalho de circunscrição dos limites da democracia (AGUIAR, 2015). O conceito de democracia demofóbica, ao basear-se no temor como paixão política, remonta a uma tradição profícua do pensamento político moderno. Como argumenta a autora, o medo do *demos* ou da multidão – o medo que eles inspiram nos governantes e o medo que eles próprios, *demos*/multidão, experimentam – ocupa o centro do pensamento político maquiaveliano, mas, sobretudo, spinoziano (para não falar do hobbesiano). O temor em relação aos movimentos das massas ou multidão confirma, de modo inconsciente, a sua potência, mais do que sua impotência e incapacidade⁹, como frisa Aguiar (2015) a propósito de Spinoza.

A partir de pelo menos três inflexões teóricas identificadas no trabalho genealógico da autora, combinado com as contribuições de Florestan Fernandes, podemos construir a base do edifício que torna inteligível a conformação de sociedades democráticas como a brasileira. A inflexão encontrada em Tocqueville, autor ciente do avanço inarredável da democratização, designa uma forma de “desenredar a democracia da revolução” (CAPDEVILA apud AGUIAR, 2015). Ao convocar as elites a uma aceitação racional da democracia, dirigindo-a, instruindo-a e tutelando-a, Tocqueville visa, assim, imprimir um compasso conservador ao avanço democrático revolucionário em curso. Sob o medo do socialismo, o liberal francês defende a revolução de 1789 e a democracia, formulando a “tirania da maioria” como o poder onipotente, massificador e opressor

9 A constituição demofóbica da democracia estabelece, paradoxalmente, que a prática de inspirar o medo consiste em uma forma concreta e possível de resistir, passiva ou ativamente, a formas de dominação, o medo tornando-se um meio de garantir liberdades e conquistas por parte do *demos*-multidão. Eis a dialética da ordem demofóbica da democracia (AGUIAR, 2015).

das massas sobre as minorias e a liberdade individual, espécie de tendência genética temível da democracia, instituindo, assim, seus limites.

Uma segunda inflexão a que faz referência a autora demarca a construção da “democracia de todos” na obra de Stuart Mill, que defende a representação política rechaçando a concepção de democracia como poder da maioria, ou seja, o poder democrático originando-se não numa relação de forças numérica, mas no plano argumentativo epistemológico, no qual a força intelectual da minoria pode ser decisiva. Ao retirar o registro democrático da força numérica, inscrevendo-o no plano da argumentação, a teoria milliana subsume a concepção clássica da “democracia do *demos*”, considerando “o *demos*” como uma parte menor de um todo. A democracia já não é mais, como na sua origem, o governo dos pobres em desafio ao governo dos oligarcas (FINLEY, 1998), nem o governo dos pobres em razão de serem os pobres a maioria (ARISTÓTELES, 2000). O conteúdo social torna-se oculto. Essa inflexão se completa com uma terceira, inscrita na teoria das elites do século XX (que, por sua vez, está ancorada na psicologia das massas), reagindo à ascensão dos regimes fascistas e informada pelo pensamento economicista expresso em suas analogias da política como mercado. Reforça ideias como a de que decisões impostas por órgãos não democráticos podem ser mais aceitáveis do que a decisão democrática. Assim, Schumpeter (1984, p. 308) conclui que a democracia realmente existente consiste não no governo pelo povo, e sim no governo aprovado pelo povo, uma vez que “o povo como tal nunca pode realmente governar ou dirigir”, ou seja, ele apenas “escolhe” os líderes que competem entre si e que tomarão as decisões fundamentais da vida política no contexto da nação. Definida como um método político ou arranjo institucional implementado para viabilizar as decisões políticas, a democracia designa a livre competição entre elites pelo voto do eleitor (lógica de mercado que supre a ausência da racionalidade dos indivíduos). O conteúdo social da democracia segue oculto (AGUIAR, 2015).

A obra de Florestan Fernandes, ocupada com os movimentos da democratização brasileira, não só dialoga com o *topos* dessas inflexões, bem como fornece feições e intensidades próprias de um paradigma demofóbico que se particulariza em relação aos países centrais no capitalismo. Assim, Fernandes capta como – em uma sociedade em processo de industrialização e metropolização recente, acelerado e desigual – a demanda por participação política de massas populares torna-se latente (agudizada pela complexa ressocialização dos negros), paralelamente a uma organização popular que se move sob o signo da expansão mundial do socialismo. Em contrapartida, o medo e o pânico de classes burguesas, expressos também no racismo herdado do passado recente escravagista (muito distintivo da sociedade brasileira), espelham o plano da racionalidade e do pragmatismo dos grupos dominantes acuados pelo risco de perder o monopólio do poder de Estado. A “fascistização” (ou “quase-fascismo”) de que fala Fernandes ao descrever os processos institucionais violentos e repressivos do Estado burguês traduz momentos clímax de um conjunto de dispositivos costumeiramente autoritários, autocráticos e totalitários, cujo uso é modulado defensivamente na medida do grau de ameaça à ordem capitalista dependente vislumbrado pela dominação burguesa.

O mais distinto aporte de Fernandes à inteligibilidade do paradigma da

democracia demofóbica brasileira se relaciona à condição do capitalismo dependente, que apresenta margens de manobras políticas muito mais restritas nas periferias do sistema do que no capitalismo hegemônico dos países centrais, fazendo o traço estruturante da demofobia moderna atingir o paroxismo. A condição de subordinação do capitalismo dependente revela, por outro lado, um caráter de interdependência entre burguesias centrais e periféricas, que operam no sentido de garantir um “desenvolvimento com segurança” da ordem do capital. Ao desvelar os dispositivos repressivos e intolerantes aplicados pelo Estado burguês às demandas populares ou mesmo às burguesas radicais na periferia, Fernandes tematiza o enrijecimento da dominação burguesa em configuração autocrática, que supera os próprios limites da “democracia forte” – lembrando, aquela democracia praticada em contextos de maior afluência econômica, no caso, nos países centrais, em que a burguesia, ainda que exercendo um controle ideológico vigilante e galgando institucionalizar uma luta contra o “inimigo” externo (a URSS, principalmente) e interno (em primeiro lugar, o movimento operário), se vê determinada a fazer concessões. Embora a chamada *democracia forte* funcione como referência mesmo para o regime autocrático burguês pós-64, a política apenas se forja na aparência dela numa conjuntura de supressão de liberdades individuais e coletivas durante a consolidação do capitalismo monopolista em contexto de dependência.

Fernandes revela-se um arguto pensador não somente em função da visão do papel político do Estado ou da análise da interface entre esse Estado, a classe e a sociedade. O sociólogo avança na análise das tensões entre capitalismo e democracia, em sintonia com os marxistas mais críticos de seu tempo – Marcuse é um desses pensadores citados pelo sociólogo e com quem compartilha a crítica às experiências democráticas liberal e capitalista mais avançadas dos anos de 1960 e 1970. A argumentação é sintetizada na proposição de que a defesa da democracia se confunde com a defesa do capitalismo. A marxista política Ellen Wood segue esse eixo comum às análises marxistas quando, em obra dos anos de 1990, demonstra que democracia liberal e capitalismo guardam associação histórica, fundamentalmente em razão da cisão entre as esferas da economia e da política. Em termos muito sucintos, Wood (2003) argumenta que essa associação traduz a limitação ou passividade dos poderes da cidadania (embora essa cidadania tenha sido ampliada ao longo da modernidade), uma vez que a esfera econômica é resguardada dos efeitos dos poderes democráticos, ou seja, tudo que é do âmbito da economia de mercado é regrado pelas normas intrínsecas ao mercado, inclusive, a força de trabalho (num impulso incontido da mercantilização). Mais recentemente, Wolfgang Streeck (2018) problematizou os limites estruturais do capitalismo democrático – como sabemos, o terreno original da democracia moderna e contemporânea foi o do capital.

Para esse conjunto de autores, capitalismo e democracia sempre foram contraditórios. Também para Fernandes. Todavia, o sociólogo mostra que essa tensão adquire traços muito particulares quando analisados desde a periferia. Sob as lentes do sociólogo, essa contradição estrutural é enfaticamente tematizada, mostrando que o elemento autoritário, que opera como componente estrutural e dinâmico da preservação e expansão do “sistema democrático capitalista”, presente tanto no liberalismo quanto nos regimes nomeadamente fascistas burgueses, reforça-se

em níveis intensamente demofóbicos. A autocracia burguesa está determinada a bloquear brutal e violentamente os ideais minimamente igualitários e utópicos, movida pela amplificação do temor de massa que, num impulso ostensivamente defensivo produtor de inferioridades e marginalização, adquire a expressão do racismo nacional, sobrepondo o monopólio da dominação de classe ao da dominação racial. Em contrapartida, como ressalta Souza (2023), a fusão entre classe e raça seria, para Fernandes, o vetor da eclosão do povo na história.

Apenas de modo alusivo, podemos divisar que o movimento mais recente de ascensão da extrema direita no Brasil se conecta, agora em conjuntura pós-redemocratização, aos traços particulares da democracia demofóbica brasileira. A despeito dos novos repertórios mobilizados, o sentido político é o mesmo, isto é, o da contrarrevolução. Dos tempos de Florestan aos nossos dias, adentramos outra fase do capital e do trabalho. O papel do Estado sofreu alterações conforme modelos das variantes neoliberais, modelos esses que eram ainda germinais no momento dos escritos florestanianos em tela e hoje produzem enquadramentos de mundo desmarxificados. A luta de classes enfatizada por Fernandes parece sub-reptícia no cenário contemporâneo, revelando-se patente na declaração de um bilionário como Warren Buffet (em 2006, ele declarou que existe uma luta de classes, agora empreendida pelos ricos, e eles estão ganhando essa guerra). De 2016 para cá, período da ascensão da extrema direita, a linguagem da contrarrevolução não se manifestou mais como ditadura civil-militar (ainda que se ouçam ecos), e sim como um sistema de regras ou dogmas de efeitos neoliberais, que busca se inscrever na Constituição de 1988 e na democracia parlamentar, violando, muitas vezes de maneira brutal e violenta, outras vezes, de maneira “doce”, os ideais igualitários.

Essa espécie de democracia neoliberalizada está ajustada ao paradigma de uma democracia demofóbica que aqui apresentamos, fenômeno que reforça a atualidade das teses de Florestan. Importa notar que a transfiguração da forma política da ditadura civil-militar para a da democracia forte abalou alguns alicerces da autocracia burguesa a partir do momento em que a Constituição de 1988 instituiu novos direitos sociais formalmente universais. Contudo, a “ossatura material” do Estado (POULANTZAS, 1980) não foi reconfigurada significativamente a ponto de alterar o padrão autocrático de relação entre as classes dominantes e as classes dominadas. Desse modo, ressaltamos que a noção de democracia forte, lida à luz da ideia de democracia demofóbica, torna-se um instrumento analítico para a compreensão do modelo mínimo (no sentido hayekiano de democracia limitada) e inigualitário de democracia neoliberalizada, defendido pelas classes e grupos dominantes brasileiros no período pós-1988. Tal perspectiva possibilita estabelecer um diálogo entre as teses de Fernandes e a literatura contemporânea sobre a teoria política neoliberal, presente na extrema direita, e sobre a política brasileira pós-1988.

Segundo Dardot et al. (2021), a teoria política neoliberal é demofóbica por promover uma constante deslegitimização da democracia de massa e uma construção de limites constitucionais ao exercício da soberania popular. Em nossa visão, essa teoria, considerando a diversidade de suas escolas, oscila entre o antidemocratismo aberto

e a democracia demofóbica. Portanto, não seria simplesmente uma demofobia¹⁰, porque teóricos como Hayek estão disputando o próprio sentido de democracia, preconizando uma democracia “limitada” *versus* uma “ilimitada”. Algumas correntes do neoliberalismo defendem um Estado forte, no sentido de inflexível a toda ação política a serviço de interesses populares, conotando-a como perturbadora das otimizações financeiras operadas pelos agentes do mercado. Para parte significativa dos teóricos, os socialistas, os sindicatos e, em geral, medidas de Estado-providência, bem como agentes e instituições promotores de justiça social, devem ser contidos pela coerção estatal. Em arranjos como o de Alfred Müller-Armack (1933 apud BONEFELD, 2017) – conhecido por ser o “pai” da economia social de mercado, por ter aderido à Sociedade Mont Pèlerin e, anteriormente, também ao regime nazista – o “Estado total” tem como função suprimir a luta de classes e repolitizar as massas no sentido da liberdade do “empreendedor”, ensejando a integração completa da economia no Estado. Para von Mises (2018), por exemplo, o fascismo cumpria a função de “guardião da civilização” em conjunturas de possível ascensão política das classes populares ao poder, o que justificaria a suspensão temporária da moral liberal.

Da mesma maneira, em consonância com essa interpretação, podemos considerar que o modo como Florestan Fernandes formula o conceito de “democracia forte” se constitui analiticamente adequado para o estudo das democracias liberais defrontadas com setores sociais e políticos hegemonicamente neoliberais. Talvez o conceito seja ainda mais adequado do que para, quando mobilizado, pensar os Estados-providência de países capitalistas durante a Guerra Fria, uma vez que o neoliberalismo diminui muito ou inviabiliza a margem de manobra do Estado capitalista na construção de políticas conciliatórias.

Por fim, podemos mencionar duas importantes interpretações da Nova República, que também se conectam com o tema da democracia forte. Para Saad Filho e Morais (2018, p. 244), a redemocratização ocorreu em um momento histórico em que “o neoliberalismo criou condições extraordinariamente favoráveis para a acumulação de capital e a concentração de poder, renda e riqueza em todo o mundo”. E, inclusive no Brasil, a transição política para a democracia e o estabelecimento da hegemonia neoliberal se reforçaram mutuamente. Com efeito, “a democracia tornou-se a forma política do neoliberalismo no Brasil” (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 246). Por ter ampliado o escopo das políticas econômicas novo-desenvolvimentistas (moderadamente nacionalistas) do governo Lula, o governo de Dilma Rousseff perdeu apoio do capital, esse capital em busca de reconstruir uma alternativa comprometida com o neoliberalismo e a financeirização. Nesse sentido, a contradição entre neoliberalismo e expansão da democracia de massas foi ampliada após o golpe judicial-parlamentar-midiático de 2016, com a instituição de medidas como a reforma trabalhista e a cláusula fiscal do teto de gastos – incompatíveis com o progressismo do capítulo social da Constituição de 1988.

Miguel (2022) considera que, enquanto na Europa a democracia liberal surgiu

¹⁰ O argumento é encontrado no trabalho “Qué noción de democracia bajo el neoliberalismo? La ‘demofobia’ en la teoría neoliberal”, de Thais Florencio de Aguiar, apresentado no XVII Congresso da Associação Espanhola de Ciência Política e Administração, em 24 de julho de 2024.

como resultado da pressão popular, na América Latina ela nasceu como uma tentativa de pacificação social e de diluição dessa pressão. O autor retoma o problema do imperialismo, que é considerado “um elemento incorporado nas estruturas locais de dominação”, promovendo a autolimitação dos agentes políticos, que precisam incorporar aos seus cálculos “o uso desordenado dos meios de influência e pressão e a capacidade de reação extra-institucional dos grupos privilegiados” (MIGUEL, 2022, p. 94). Assim, na periferia do capitalismo, os grupos dominantes alinhados com os interesses imperialistas seguem intolerantes com as tentativas de ampliação da democracia. Portanto, para que não fique restrita a conteúdos mí nimos que a reduzem a um simulacro e para que possa se manter fiel aos seus valores constitutivos de exercício da soberania popular e promoção da igualdade efetiva, a democracia precisa vincular-se a um projeto anti-imperialista e, nesse sentido, ela poderia ser “diretamente revolucionária em países como o Brasil” (MIGUEL, 2022, p. 101).

A MODO DE CONCLUSÃO

Ao longo do artigo refletimos sobre as teorizações, análises e intervenções acadêmicas e públicas de Florestan Fernandes concernentes ao problema das condições em que se põe a democracia em sociedades de capitalismo dependente como a brasileira. Como estratégia de abordagem mobilizamos a categoria de demofobia, ou melhor, democracia demofóbica, de tal sorte a aproximá-la às várias formulações que o sociólogo desenvolve para demonstrar os limites impostos pelas elites burguesas dominantes a processos mais profundos de democratização e inclusão das classes populares, com vistas à diminuição das desigualdades estruturais que afligem a maioria da população brasileira. Assim, podemos averiguar o temor que no capitalismo monopolista dependente os setores proprietários têm do *demos*. Nos termos do que estamos considerando o problema a partir de Florestan Fernandes e do conceito de democracia demofóbica, uma democracia forte contra os de baixo, não se trata simplesmente de forjar mecanismos institucionais de restrição da participação popular, mas de instituir estruturas político-sociais que atuam, sobretudo no Brasil, enquanto forças motrizes permanentes de contrarrevolução. Por outras palavras, nossa democracia demofóbica é, prioritariamente, um círculo de aço construído para proteger as classes dominantes do impulso muitas vezes apaixonado do povo, do *demos*, por melhores condições de vida.

Ora, com essa chave interpretativa proporcionada pelo pensamento social florestaniano pode-se sugerir modelos de entendimento acerca: 1) dos arranjos disciplinares acadêmicos que se consolidaram no Brasil que, de certa maneira, mimetizam traços significativos do paradigma demofóbico – falamos aqui de como se formou, desenvolveu e consolidou a ciência política brasileira *vis-à-vis* seus pressupostos epistemológicos institucionalistas, procedimentais e metodológicos; 2) de como a sociedade brasileira está sempre assolada por aspectos de fascistização (sem fascismo), em particular, de quando se instauram crises de mudança e/ou transição societária, aos quais os grupos populares se reconfiguram morfologicamente – nas palavras do próprio Florestan Fernandes (2010, p. 66), a sobrevivência dos setores da

elite burguesa depende da criação do que ele nomeou de uma “argamassa paramilitar, usada como aríete em defesa [...] da raça dominante” diante da movimentação do *demos* insatisfeito; 3) e da conjuntura que, recentemente, desencadeou o impeachment e/ou golpe institucional de 2016 contra o governo petista e seu projeto limitado de justiça social – o “reformismo fraco”, na formulação de André Singer (2012) –, possibilitando a (re)emergência de uma direita intransigente assentada, fortemente, no programa neoliberal e seu regime atual de acumulação (de caráter extrativista, de despossessão, de instrumentalização estatista e de aspecto militarizado) de capital¹¹.

Malgrado a variada bibliografia que nos últimos anos foi apresentada às nossas ciências sociais, a obra de Florestan Fernandes ainda continua a nos oferecer proposições sugestivas, em especial para aqueles e aquelas que querem pensar criticamente sobre como construir uma sociedade brasileira mais efetivamente democrática – em especial para aqueles e aquelas que vivem do trabalho. É preciso insistir: esse foi o ideal e a prática de Florestan Fernandes após seu retorno do exílio e até seu passamento em 1995. Isso porque estimulam a imaginação para pensarmos e analisarmos a democracia liberal brasileira e sua capacidade de proporcionar ou não justiça social, igualdade material e liberdade efetiva para o povo trabalhador. Com o mestre da sociologia nacional e quiçá mundial, temos um continente de problemas a ser desterrado. Revisitar o pensamento político sociologicamente orientado de Florestan, nesse sentido, é interpelar a literatura que pensou a democracia brasileira e os termos do debate acadêmico contemporâneo.

SOBRE OS AUTORES

ALEXANDER COUTO ENGLANDER é pesquisador do Núcleo de Pesquisas e Estudos do Trabalho do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Nupet/IESP-UERJ) e do Grupo de Pesquisa Democracia e Teoria (GPDET/UFRJ).

alexcoueng@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-6844-8811>

RONALDO TADEU DE SOUZA é membro do Comitê Editorial do Dicionário Marxista das Américas e do Conselho Editorial da Práxis Literária da Universidade de São Paulo e pesquisador do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec)

ronaldolais@yahoo.com.br

<https://orcid.org/0000-0002-5602-7064>

¹¹ Sobre isso ver: David Harvey (2008); Dylan Riley e Robert Brenner (2023); Marco D'Eramo (2021); Verónica Gago (2015).

THAIS FLORENCIO DE AGUIAR é professora adjunta de Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), coordenadora do Grupo de Pesquisas Democracia e Teoria (GPDET/UFRJ) e pesquisadora do Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (Clacso).

thais.aguiar@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-7951-7920>

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Thais Florencio de. Tópicos para uma reflexão democrática em uma civilização tropical. *Lua Nova*, n. 87, p. 203-232, 2012. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452012000300009>.
- AGUIAR, Thais Florencio de. *Demofobia e demofilia: dilemas da democratização*. Rio de Janeiro: Editora Azougue, 2015.
- ARISTÓTELES, *Política*. São Paulo: Nova Cultural, 2000. (Os Pensadores).
- BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. (1955). *Brancos e Negros em São Paulo*: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. São Paulo: Global, 2013.
- BASTOS, Elide Rugai. A questão racial e a revolução burguesa. In: D'INCAO, Maria Angela (Org.). *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. São Paulo: Paz e Terra, p. 140-150, 1987. Disponível em: <https://shorturl.at/tSRTm>. Acesso em: 29 nov. 2024.
- BASTOS, Elide Rugai; BOTELHO, André. Para uma sociologia dos intelectuais. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 53, n. 4, p. 889-919, 2010. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582010000400004>.
- BONEFELD, Werner. *The strong state and the free economy*. London: Roman and Littlefield, 2017.
- BOTELHO, André; BRASIL JR., Antonio. A revolução burguesa no Brasil: cosmopolitismo sociológico e autocracia burguesa. In: FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*: ensaio de interpretação sociológica. Curitiba: Kotter Editorial; São Paulo: Editora Contracorrente, 2022. Disponível em: <https://shorturl.at/RmRDx>. Acesso em: 29 nov. 2024.
- BRASIL JÚNIOR, Antonio da Silveira. *Passagens para a teoria sociológica*: Florestan Fernandes e Gino Germani. São Paulo: Hucitec, 2013.
- DARDOT, Pierre et al. *A escolha da guerra civil*: uma outra história do neoliberalismo. Trad. Márcia Pereira Cunha. São Paulo: Elefante, 2021.
- D'ERAMO, Marco. Entrepreneurs in uniform. *Sidecar - NLR Blog*, 15 jul. 2015. Disponível em: <https://newleftreview.org/sidecar/posts/entrepreneurs-in-uniform>. Acesso em 29 nov. 2024.
- ENGLANDER, Alexander David Anton Couto. *Dilemas da revolução brasileira: democracia contra demofobia*. Curitiba, Appris, 2022.
- FERNANDES, Florestan. (1965). *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Contracorrente, 2021.
- FERNANDES, Florestan. (1974). *A revolução burguesa no Brasil*: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2005.
- FERNANDES, Florestan. (1976). A sociedade escravista no Brasil. In: FERNANDES, Florestan. *Círculo fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”*. São Paulo: Globo, 2010, p. 37-95.

- FERNANDES, Florestan. (1981). *Poder e contrapoder na América Latina*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- FERNANDES, Florestan. (1979). *Apontamentos sobre a “teoria do autoritarismo”*. São Paulo: Expressão popular, 2019.
- FINLEY, Moses. *Democracia antiga e moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- GAGO, Verónica; MEZZADRA, Sandro. Para una crítica de las operaciones extractivas del capital: patrón de acumulación y lucha sociales en el tiempo de la financiarización. *Nueva Sociedad*, n. 255, p. 38-52, 2015. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/para-una-critica-de-las-operaciones-extractivas-del-capital-patron-de-acumulacion-y-luchas-sociales-en-el-tiempo-de-la-financiarizacion/>. Acesso em: 29 nov. 2024.
- HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.
- MIGUEL, Luis Felipe. *Democracia na periferia capitalista: impasses do Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.
- MISES, Ludwig von. *Liberalism: in the classical tradition*. Auburn: Mises Institute, 2018.
- POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.
- RILEY, Dylan; BRENNER, Robert. Siete tesis sobre la política estadounidense. *New Left Review*, n. 138, p. 7-31, 2023. Disponível em: <https://newleftreview.es/issues/138/articles/seven-theses-on-american-politics-translation.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2024.
- SAAD FILHO, Alfredo; MORAIS, Lecio. *Brasil: neoliberalismo versus democracia*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SOUZA, Ronaldo Tadeu de. Lições de Florestan Fernandes para o antirracismo radical. *Outras Palavras*, 19 maio 2023. Disponível em: <https://outraspalavras.net/movimentoserebeldias/licoess-de-florestan-para-o-antirracismo-radical/>. Acesso em: 29 nov. 2024.
- STREECK, Wolfgang. *Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático*. São Paulo:Boitempo, 2018.
- WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo, Boitempo, 2003.

Ainda o conservadorismo popular: variações contemporâneas de uma ideia renitente

[*Still popular conservatism: contemporary variations of a persistent idea*

Pedro Luiz Lima¹

Jorge Chaloub²

O presente artigo é financiado pela Bolsa de Produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo programa Jovem Cientista do Nossa Estado da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e pelo Edital de Demanda Universal de 2018 da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig).

RESUMO • O artigo pretende reconstruir uma ideia mobilizada por autores de tempos e linhagens diversas: a suposta tendência conservadora do povo brasileiro. Preocupados com seus usos contemporâneos, escolhemos três autores tão diversos quanto influentes no debate público brasileiro da última década – André Singer, Lilia Schwarcz e Olavo de Carvalho – como uma forma de refletir, a partir de suas ideias a respeito do conservadorismo, do povo brasileiro e da cultura política nacional em geral, sobre possíveis convergências entre reflexões profundamente dispareces e de propor hipóteses acerca da construção de senso comuns, intelectuais e políticos, dentre as interpretações do Brasil. • **PALAVRAS-CHAVE** • Conservadorismo; pensamento político-

social brasileiro; povo. • **ABSTRACT** • The article aims to reconstruct an idea that has been mobilized by authors from different eras and traditions: the supposed conservative tendency of the Brazilian people. Focusing on contemporary uses of the argument, we selected three authors – André Singer, Lilia Schwarcz, and Olavo de Carvalho – who, despite their diverse perspectives, have been influential in Brazilian public debate over the past decade. Through this selection, we aim to reflect on the convergence of profoundly disparate reflections and propose hypotheses about the construction of intellectual and political common sense in interpretations of Brazil. • **KEYWORDS** • Conservatism; Brazilian social-political thought; people.

Recebido em 5 de setembro de 2024

Aprovado em 5 de novembro de 2024

LIMA, Pedro Luiz; CHALOUB, Jorge. Ainda o conservadorismo popular: variações contemporâneas de uma ideia renitente. *Rev. Inst. Estud. Bras.*(São Paulo), n. 89, 2024, e10716.



Seção: Dossiê

DOI: 10.11606/2316901X.n89.2024.e10716

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

² Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Em seu discurso de posse na presidência, Jair Bolsonaro (2019) declarou que “As eleições deram voz a quem não era ouvido”. A vitória eleitoral do presidente de ultradireita seria, desse modo, a revelação de uma essência do povo brasileiro, antes incapaz de alcançar o sistema político por razões diversas, que passariam pelo sucesso da esquerda em impor sua visão de mundo e chegariam à ausência de uma verdadeira direita, (UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil).carente de representação institucional. O político repetia um mote reiterado durante toda a sua campanha, mas não estávamos diante de um argumento novo ou incomum. A projeção de uma afinidade profunda com os anseios e valores populares já fora parte central da identidade da oposição de direita aos governos petistas, que reivindicava simultaneamente certa feição vanguardista e a representação de valores profundos.

Parte da bibliografia sobre direitas contemporâneas no Brasil procurou dar conta dessas *performances* retóricas ao falar de “nova direita”, ou apontar para uma síntese liberal-conservadora (ROCHA, 2021; CAVALCANTE; CHAGURI; NICOLAU NETTO, 2021; CHALOUB; LIMA; PERLATTO, 2018). Merecedor de definições diversas, cabia ao conceito de conservadorismo, ou de neoconservadorismo, o papel de representar a dimensão “popular” da ultradireita, seja a partir da ênfase no diálogo com crenças religiosas com forte representação nos setores mais pobres, como os evangélicos, seja a partir da ideia de que os atores que reivindicavam uma identidade ostensiva à direita expunham velhas mazelas da sociedade brasileira, como sua dimensão autoritária, patriarcal, racista e desigual.

Estamos diante, contudo, de uma representação da sociedade brasileira que não se restringe ao debate contemporâneo, ou mesmo à direita. A ideia de um conservadorismo intrínseco à sociedade brasileira é ponto comum no discurso de autores e atores de feições diversas, em momentos históricos distintos. Sob as camadas da noção de *conservadorismo popular* persistem discursos diversos, de múltiplas temporalidades do pensamento político social brasileiro, os quais muitas vezes assumem, por vezes sem a plena clareza de quem os mobiliza, o estatuto de um “senso comum teórico”, capaz de ultrapassar o debate especializado e ganhar relevância na esfera pública.

Há, por um lado, ecos da oposição entre *Brasil real* e *Brasil legal*, mote dualista (SANTOS, 1978) que, com feições diversas, atravessa o pensamento saquarema do

Segundo Reinado e ganha novo fôlego nas décadas de 1910, 1920 e 1930, através de autores como Alberto Torres e Oliveira Vianna, os quais conformaram certa tradição de direita no Brasil. Pode-se apontar, por outro lado, relações com a ideia de *cultura popular hegemônica*, seja por certa psicologia social, seja pela longeva reiteração de certas práticas. Trata-se de um discurso modernista com ampla popularidade na década de 1930, que se faz presente, mesmo que com maior complexidade e riqueza de nuances, nas obras de autores como Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre (e que costuma comparecer, de forma simplificada, em parte de sua recepção). Por fim, a ideia do *conservadorismo popular* retoma representações do Brasil a partir da chave do *descompasso com a modernidade dos países centrais*. O discurso vincula tradições diversas do pensamento brasileiro, encontrando forte popularidade em interpretações da esquerda marxista, presentes na linha hegemônica do Partido Comunista do Brasil (PCB) e reformulada, de forma mais nuançada, nas interpretações que leem o golpe de 1964 por meio do conceito de populismo. A ênfase no atraso como descompasso entre o Brasil e as modernidades hegemônicas também está em certa interpretação weberiana da modernidade brasileira, que “incide bem menos na inquirição das patologias da modernidade do que nas formas patológicas de acesso ao moderno” (VIANNA, 1999).

Seria possível uma reconstrução extensa desses discursos na longa duração do pensamento político-social brasileiro, mas, nesse caso, a tarefa exigiria no mínimo a extensão de um livro, o que ultrapassa em muito os limites do presente artigo. Como alternativa metodológica, procuramos reconstruir, a partir de três interpretações contemporâneas do Brasil, versões distintas da representação do povo brasileiro como eminentemente conservador. A partir das obras de André Singer, Lilia Schwarcz e Olavo de Carvalho, pretendemos expor como o conservadorismo popular é por vezes retratado como uma *marca da estrutura de classes* no Brasil (SINGER, 2012), uma *cultura política e social* (SCHWARCZ, 2019a) ou uma *essência imutável da brasiliade* (CARVALHO, 2013). Há ao menos dois sentidos implícitos na ideia de conservadorismo popular. ora podemos pensá-lo como um tipo popular de conservadorismo, em contraponto ao que seria um conservadorismo elitista; ora entendê-lo como o tipo de conservadorismo próprio ao povo brasileiro, o que não necessariamente implica uma diferenciação entre povo e elite. Veremos a seguir como, a despeito de suas diferenças, nos três casos abaixo analisados reaparecem combinações daqueles dois sentidos.

O leitor pode, à primeira vista, se impressionar com a diversidade dos estilos, e mesmo com a discrepância na qualidade das obras, dentre os autores selecionados. Há, porém, justificativa para um *corpus* de análise tão heterogêneo. Um dos objetivos do texto é refletir sobre a persistência de uma representação de povo com aspectos semelhantes a partir de inspirações teóricas e posições políticas tão diversas. É possível, assim, levantar hipóteses interessantes sobre elementos transversais presentes em tradições diversas do pensamento político-social brasileiro, dada a amplitude do emprego da ideia de *conservadorismo popular*.

Deve-se ressaltar, entretanto, que a atenção à longa duração não pressupõe a ausência de historicidade e tampouco implica deixar de lado as importantes diferenças entre os diversos discursos analisados. Parte do interesse em retomar

o tema está justamente no diagnóstico de que o discurso sobre o conservadorismo popular não apenas ganhou força, mas é elemento central da interpretação sobre a crise democrática e a ascensão da ultradireita no Brasil contemporâneo. Em um momento no qual esse discurso se tornou um poderoso instrumento político, que estrutura parte das campanhas e *performances* políticas da ultradireita, é importante reconstruir seus caminhos, com atenção aos vínculos mais longevos, mantida a ênfase nos desdobramentos e transformações recentes. A reconstrução da historicidade do discurso é uma forma de evitar a naturalização das teses mais difundidas e reiteradas, desconfiando de sua pretensão à descrição imediata da realidade.

A escolha dos autores, por sua vez, decorre não apenas da diversidade de formulações do argumento do *conservadorismo popular*, como da centralidade desse tópico para importantes reflexões sobre os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) e de Jair Bolsonaro. Algumas das mais influentes interpretações sobre as eventuais mutações do PT após suas vitórias nas eleições presidenciais apontam para a mudança da base eleitoral do petismo como motivo central para uma linha de ação mais moderada, no ritmo de um reformismo fraco. Estaríamos diante de um necessário *aggionamento*, que buscava aproximar o partido do novo perfil do seu eleitorado. No lugar de um proletariado consciente de si e de seus interesses concretos, um *subproletariado* que, a partir da inspiração do *18 Brumário*, seria tendencialmente conservador (SINGER, 2012), expressão da forma particular da sociedade de classes no Brasil.

De formas diversas, a ideia de um povo conservador também foi mobilizada para enquadrar o protagonismo da ultradireita na política brasileira. Análises de intelectuais públicos do campo sobre sua própria trajetória recente (CARVALHO, 2013) e interpretações críticas do autoritarismo no Brasil contemporâneo (SCHWARCZ, 2019a) apresentaram um diagnóstico que, em meio a inspirações teóricas francamente distintas, revela elementos semelhantes. Em Olavo de Carvalho, a questão é organizada a partir de um discurso conspiracionista, que atribui a erros dos militares e a uma estratégia bem-sucedida da esquerda o surgimento de um descompasso entre elites e sociedade: o Brasil teria um povo conservador e uma classe dirigente de esquerda. Já Lilia Schwarcz, com intenção crítica, retoma motes consolidados sobre a formação social brasileira para compreender Bolsonaro como uma manifestação de velhas mazelas. Há também afinidades entre essa leitura e a interpretação de André Singer sobre o sucesso eleitoral do bolsonarismo (SINGER, 2021), que seria a representação de um eleitorado conservador carente, nas eleições anteriores, de líderes capazes de expor seus anseios.

A partir dos três autores escolhidos, pretendemos explorar casos representativos do pensamento político-social brasileiro contemporâneo. É notória a relevância de cada um deles em seu respectivo campo de atuação. E se por um lado a escolha amplia o leque de repertórios analisados, em termos disciplinares e de tradições intelectuais, por outro ela se justifica pelo modo como todos eles, cada um à sua maneira, extrapolam os limites do discurso estritamente acadêmico e atuam como intelectuais públicos.

O presente artigo não pretende reconstruir a obra dos autores tratados ou reduzi-los a um único argumento. Parte fundamental do nosso pressuposto, e do interesse do artigo, está na absoluta diversidade de estilos, posições políticas e mesmo

de sofisticação teórica das obras analisadas. Para tanto, reconstruiremos os modos pelos quais a relação entre as duas noções, *povo* e *conservadorismo*, aparece em seus textos. Através da reconstrução desses diversos modos de pensar tal relação, em seus pontos comuns e divergências, pretendemos expor pressupostos e visões de mundo do debate público dos últimos anos, esforço sem dúvida fundamental para melhor compreendermos o accidentado percurso recente da política brasileira.

ANDRÉ SINGER E AS TENDÊNCIAS CONSERVADORAS DO Povo-MASSA NA PERIFERIA DO CAPITALISMO

Se a linhagem conservadora do pensamento social brasileiro se desdobra no presente reproduzindo suas premissas mais caras, dentre as quais o pressuposto (e o diagnóstico) de que o povo brasileiro seria eminentemente conservador em seu apego à ordem, a tradições, ao princípio da autoridade encarnada no Estado, dentre outros elementos, interessa observar como tais premissas reaparecem alhures como temas comuns de linhagens distantes e antagônicas. Mesmo em certo marxismo brasileiro, ao menos desde os anos 1960, pode-se notar a reprodução, como parte orgânica de uma longeva tradição crítica, de concepção pouco abonadora acerca do potencial transformador das “massas populares”. Essa concepção recupera, como veremos, conceitos do próprio Marx e alcança até mesmo algumas das interpretações contemporâneas mais sofisticadas da realidade brasileira, como é o caso da obra de André Singer.

A herança marxista de uma dualidade cerrada entre massa e classe parece-nos pouco permeável a nuances históricas e termina sugerindo um possível ponto de contato entre marxismo e conservadorismo. Em busca de explorar essa estranha familiaridade, há que se manter certa prudência analítica: não se trata, evidentemente, de postular um embaralhamento das diferentes tradições, de relativizar seu antagonismo, de amenizar suas peculiaridades. Antes, o propósito aqui é, salvaguardado o caráter pontual dessa aproximação inaudita, desenvolver as implicações dessa afinidade tópica para o pensamento social brasileiro e para a tradição marxista local. No espírito dos estudos de Gildo Marçal Brandão (2007, p. 39) sobre as linhagens, “podemos ver em situações como estas misturas menos ou mais consistentes de ética de esquerda com epistemologia de direita, e vice-versa, polarizações ambíguas ou conciliações produtivas, sublimes coerências ou ecletismos mal-temperados”. Não se trata, pois, de sublinhar um ponto de afinidade para levantar críticas à maior ou menor coerência deste ou daquele autor, mas sim de perceber como a tessitura do pensamento social brasileiro segue se fazendo por meio daquelas misturas – para cujo diagnóstico a própria figura do autor, longe de ser decisiva, serve apenas como suporte.

Veremos a seguir como a dualidade massa-classe embute certa naturalização do conservadorismo popular na obra de André Singer, tomado aqui como objeto de análise precisamente por empreender uma leitura do Brasil contemporâneo em que os dois conceitos (massa e classe) são objeto central das articulações entre presente e passado. Mesmo ali onde suas interpretações parecem mais aptas a capturar as

sinuosas contradições da luta de classes no país, percebemos o esquematismo daquela dualidade implicar a reprodução da ideia do conservadorismo popular – apresentada como constatação empírica. E uma vez que Singer adota o próprio Marx e o assim chamado “marxismo uspiano”, em sua vertente de crítica do populismo nos anos 1960 e 1970, como pontos de partida de seu diagnóstico, partiremos também brevemente deles para identificar os pressupostos que se reproduzem na obra recente do cientista político.

Em diversas passagens da obra de Marx, evidenciam-se os efeitos analíticos de uma concepção estrita de classes e de luta de classes. Um corolário da tese clássica do *Manifesto* sobre a simplificação progressiva do antagonismo de classes entre proletários e burgueses é uma espécie de aviltamento político-ideológico de todos os setores da sociedade e frações de classe que não se enquadram diretamente no esquema dual. Tudo aquilo que não é *stricto sensu* burguesia ou proletariado passa a ser tomado como elemento subordinado ideologicamente, como “subclasse”. Nesse sentido, encontramos no próprio *Manifesto* ásperas considerações a respeito, por exemplo, do “lumpemproletariado”, tratado como “apodrecimento passivo das camadas mais baixas da velha sociedade” que “em consonância com toda a sua situação de vida, estará mais pronto a se deixar comprar para maquinações reacionárias” (MARX; ENGELS, 1998, p. 18). A ideia de passividade e, por conseguinte, de profunda heteronomia é aqui determinante: haveria uma causalidade estrutural que determinaria um comportamento político volátil e, no limite, passível de manipulações pelas tais “maquinações reacionárias”.

O texto-base diretamente utilizado por Singer, e pelos críticos marxistas do populismo em que ele se apoia, é *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Ali, Marx desenvolve sua concepção acerca do que se pode compreender como subclasses: a pequena burguesia, o lumpemproletariado e o campesinato. A primeira é caracterizada como “classe de transição” em que “os interesses de duas classes se embotam de uma só vez” (MARX, 2011, p. 67), razão pela qual ao menos uma subfração “democrata” dos pequeno-burgueses concebem seu interesse como sendo o “interesse do povo”. Aferrados a essa noção abstrata de povo, do qual julgam fazer parte, seria típico dos membros dessa subclasse “a presunção de se encontrar acima de toda e qualquer contradição de classe” (MARX, 2011, p. 67).

Replicando o sentido já exposto no *Manifesto* sobre o lúmpen, e carregando ainda mais nas tintas, Marx considera essa fração de classe a base social do regime bonapartista, que ela apoiaria (concretizando a imagem do *Manifesto* sobre “se deixar comprar”) em troca de algumas “migalhas”. Nesse quadro, o lumpemproletariado será tratado no *18 Brumário* como “massa indefinida, desestruturada e jogada de um lado para outro”, ou, de modo ainda mais ríspido, como “escória, dejetos, [...] refugo de todas as classes” (MARX, 2011, p. 91). A contraposição entre os comportamentos de classe e de “massa indefinida” é decisiva aqui, assim como um diagnóstico de que o antagonismo de classe, antes de se simplificar e de depurar a existência das duas classes fundamentais, produz “refugos” e “dejetos” que terminam por legar à política um componente de imprevisibilidade – ao menos em países com relativo atraso econômico, como é o caso da própria França *vis-à-vis* a Inglaterra.

Se a distinção massa/classe é decisiva para a leitura de Singer sobre a política brasileira no período pós-redemocratização, assim como para a crítica marxista

do populismo desde os anos 1960, ela deriva diretamente de uma passagem do *Brumário* em que Marx trata dos camponeses. A citação é longa, porém necessária:

Os camponeses parceleiros constituem uma gigantesca massa, cujos membros vivem na mesma situação, mas não estabelecem relações diversificadas entre si. O seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de levá-los a um intercâmbio recíproco. O isolamento é favorecido pelos péssimos meios de comunicação franceses e pela pobreza dos camponeses. A sua unidade de produção, a parcela, não permite nenhuma divisão de trabalho no seu cultivo, nenhuma aplicação da ciência, portanto, nenhuma multiplicidade no seu desenvolvimento, nenhuma diversidade de talentos, nenhuma profusão de condições sociais. Cada família camponesa é praticamente autossuficiente, produzindo diretamente a maior parte do que consome e obtendo, assim, os seus meios de subsistência mais da troca com a natureza do que do intercâmbio com a sociedade. Há a parcela, o camponês e a família; mais adiante, outra parcela, outro camponês e outra família. Sessenta conjuntos desse tipo constituem um povoado; e sessenta povoados, um departamento. Assim, a grande massa da nação francesa se compõe por simples adição de grandezas homônimas, como batatas dentro de um saco constituem um saco de batatas. Milhões de famílias existindo sob as mesmas condições econômicas que separam o seu modo de vida, os seus interesses e a sua cultura do modo de vida, dos interesses e da cultura das demais classes, contrapondo-se a elas como inimigas, formam uma classe. Mas na medida em que existe um vínculo apenas local entre os parceleiros, na medida em que a identidade dos seus interesses não gera entre eles nenhum fator comum, nenhuma união nacional e nenhuma organização política, eles não constituem classe nenhuma. Por conseguinte, são incapazes de fazer valer os interesses da sua classe no seu próprio nome, seja por meio de um Parlamento, seja por meio de uma convenção. Eles não são capazes de representar a si mesmos, necessitando, portanto, ser representados. O seu representante precisa entrar em cena ao mesmo tempo como o seu senhor, como uma autoridade acima deles, como um poder governamental irrestrito, que os proteja das demais classes e lhes mande chuva e sol lá de cima. A expressão última da influência política dos camponeses parceleiros consiste, portanto, no fato de o Poder Executivo submeter a sociedade a si próprio. (MARX, 2011, p. 142-143).

O processo de formação de uma classe exige mais, portanto, do que a mera “identidade de interesses”. Essa identidade, em um contexto de isolamento ou de “vínculo apenas local”, não basta para formar uma classe. E a massa que resta, aquém da classe, será então definida por suas incapacidades e insuficiências. Inapta para atuar como parte autônoma da luta de classes, a massa torna-se massa de manobra, objeto das veleidades de seu representante, que atua “como o seu senhor”. A concentração de autoridade no Poder Executivo ou em um representante, que no limite “submete a sociedade a si próprio”, aparece como consequência de uma debilidade intrínseca da massa enquanto tal. Em linhas gerais, esse é o modelo que será mobilizado e adaptado pelos críticos do populismo ao contexto brasileiro dos anos 1960 e 1970. E como a interpretação de Singer baseia-se amplamente em sua leitura da obra daqueles críticos, importa elencar brevemente algumas formas pelas

quais os fundamentos da ideia de conservadorismo popular eram mobilizados pela crítica antipopulista de Cardoso, Weffort e Ianni.

No jargão tradicional do marxismo, correlatos da massa amorfa e politicamente estéril são o nacionalismo, como ideologia espúria, e o pequeno-burguês, como representante ilegítimo. Nesse sentido, vemos Cardoso (1964, p. 91) afirmar, poucos meses antes do golpe de 1964, que à “liderança intelectualizada e pequeno-burguesa dos movimentos nacionalistas” faltava “a transformação das ‘massas’ em ‘classe’”, para poderem pensar e agir para além da abstração dos “interesses da nação”. Na mesma linha, Weffort argumentava, em textos de 1964 e 1965, que “o nacionalismo esta[va] marcado pela fragilidade inerente a toda ideologia pequeno-burguesa” e apenas “obscure[cia] o sentido de classe da emergência política das massas” (WEFFORT, 1965, p. 188; WEFFORT, 1978, p. 39). E Ianni (1968, p. 114-115), por sua vez, atribuía à esquerda o defeito de não perceber que “a essência das massas trabalhistas e populistas é antes a consciência de massa que a consciência de classe”. Convergiam, pois, para uma crítica do nacionalismo como ideologia abstrata e impotente, enquanto deixavam entrever, sob o diagnóstico da necessária derrota das massas em 1964, a reiteração de uma concepção normativa de classe. Como não eram classe, estariam fadadas à derrota e ao malogro; como ainda não eram classe, estariam destinadas a uma existência efêmera, mera transição no movimento histórico da modernização; e como não podiam se comportar como classe, desconheciam seus verdadeiros interesses (de classe), deixando-se guiar e enganar pela ideologia.

Por esquemático que seja o brevíssimo panorama, importa para nossos fins sublinhar que essa *démarche* teórico-conceitual, com a crítica do populismo e do nacionalismo em chave marxista, se tornou amplamente aceita e difundida no campo da esquerda. E se, por um lado, ela forneceu as bases de uma interpretação sobre o golpe de 1964, por outro ela ultrapassou os limites de um diagnóstico situado do tempo histórico e passou a orientar leituras contemporâneas sobre a persistência das mazelas sociais e da impotência política das massas nas décadas que se seguiram à redemocratização.

Na obra de Singer, o conservadorismo popular aparece na esteira de sua recepção de escritos do sociólogo Antônio Flávio Pierucci, notadamente do artigo seminal sobre malufistas e janistas na cidade de São Paulo em meados dos anos 1980. Apesar de não empregar diretamente o termo, Pierucci (1987, p. 32) esmiúça os sentidos da “escalada reacionária na mentalidade popular” que teria culminado com a eleição, para a prefeitura da maior cidade do país, de Jânio Quadros em 1985 e, posteriormente, de Paulo Maluf em 1992. Um achado importante de Pierucci consiste na identificação de um conservadorismo que combina moralismo (no plano dos direitos reprodutivos e da defesa da família tradicional), autoritarismo (com apoio à atuação repressora de forças policiais) e alguma dose de igualitarismo (na defesa intransigente de uma atuação do Estado na saúde e na educação), rechaçando o ideário neoliberal e postulando uma ampla participação do Estado na economia e na expansão dos serviços públicos.

Em sua tese de doutorado, defendida em 1998 e publicada em 2000, Singer trata do comportamento eleitoral nas eleições presidenciais de 1989 e 1994, além de analisar os dados coletados em *surveys*, realizados no mesmo período, sobre a autoidentificação

ideológica do eleitorado. Salientando a importância da identificação ideológica como variável crucial para a compreensão do comportamento eleitoral, Singer argumenta, endossando a via interpretativa aberta por Pierucci, que a clivagem entre esquerda e direita no Brasil, ou entre progressismo e conservadorismo, não gira em torno do apoio ou rechaço às pautas igualitárias. O Brasil apresentaria uma configuração ideológica bastante distinta daquela que classicamente se revela nos países centrais. Aqui, todos seriam favoráveis à redução de desigualdades, a “mudanças igualitárias” – e no contexto de um “igualitarismo generalizado”, restaria uma divisão “ao longo de linhas ideológicas sobre *como* elas [as mudanças igualitárias] devem ser alcançadas” (SINGER, 2000, p. 164). Em outros termos, “a grande divisão entre direita e esquerda se dá em torno da questão da ordem” – o que ajudaria a entender porque, no Brasil, “o eleitorado à direita é predominantemente pobre” (SINGER, 2000, p. 146). Seria, pois, hegemônica entre os estratos mais baixos da pirâmide social brasileira a postulação de uma transformação mediada pela autoridade do Estado, “de modo que ela ocorra sem prejuízo da ordem (e talvez até com exacerbação da ordem)”, enquanto a esquerda pleitearia a mobilização social como meio preferencial para alcançar as mudanças igualitárias, aceitando o “perigo de desestabilização da ordem” (SINGER, 2000, p. 20).

Esse tipo específico de conservadorismo, favorável a mudanças, mas apegado à autoridade e à ordem, expressaria um “comportamento de massa” – e a massa conseguiria, por meio de um conhecimento intuitivo, “votar coerentemente” (SINGER, 2000, p. 160; p. 143). Ou seja, a massa conservadora traduziria suas difusas predileções em escolhas eleitorais coerentes por meio “de um sentimento do que significam as posições ideológicas” e de uma “intuição” para situar os candidatos e partidos na escala ideológica (SINGER, 2000, p. 143).

Pouco mais de uma década mais tarde, o conservadorismo popular passaria a ser um componente-chave para a interpretação do fenômeno do lulismo. Incorporando a distinção marxiana entre classe e massa (SINGER, 2012, p. 23-24), e afirmando-se como uma versão atualizada da “visada de classe, desde a qual Francisco Weffort analisou o populismo varguista” (SINGER, 2012, p. 33), a crítica do lulismo elaborada por Singer ancora-se na noção de subproletariado como a forma atual de manifestação da massa no contexto brasileiro. E compreendida a partir dos supracitados atributos da inconsciência e da heteronomia, a massa subproletária teria em Lula o seu representante-demiurgo.

Constituindo, desde o alto, o subproletariado em suporte político, o lulismo repete mecanismo percebido por Marx em *O 18 Brumário*. A análise de Marx é que as frações de classe que demonstram dificuldades essenciais para se organizar e tomar consciência de si, como já vimos, apresentam-se na política enquanto massa. Destituída da possibilidade de agir por meios próprios, a massa se identifica com aquele que, desde o alto, aciona as alavancas do Estado para beneficiá-la. (SINGER, 2012, p. 36-37).

A dialética entre essência de classe e aparência de massa é central para a compreensão do lulismo em Singer – assim como a constatação do “fato marcante de que nas camadas populares brasileiras há uma vasta porcentagem que está *aquém do proletariado*” (SINGER, 2012, p. 43). Essa é a base social do conservadorismo popular,

que teria derrotado Lula nas três primeiras eleições da Nova República e que, a partir de 2006, teria se realinhado definitivamente em favor do lulismo. Aquele eleitorado à direita, predominantemente pobre, dos anos 1990, teria passado a votar no Partido dos Trabalhadores, não por uma adesão ideológica à esquerda. O conservadorismo popular, em suma, permaneceria tal como sempre fora – antes, o lulismo seria a fórmula mesma de uma reaproximação de fração da esquerda partidária com o povo, entendida como um “pacto conservador”. Nesse pacto, mais do que o partido, importa a figura do líder, em cujo discurso se busca conjugar a defesa da ordem, valor primordial dos conservadores, com as “mudanças igualitárias” graduais, via Estado, defendidas intuitivamente pelo povo. Para Singer (2012, p. 74), “o lulismo, ao executar o programa de combate à pobreza dentro da ordem, confeccionou via ideológica própria, com a união de bandeiras que não pareciam combinar”, embaralhando a habitual divisão ideológica do país. Teria se forjado, assim, se bem interpretarmos a análise de Singer, algo como uma esquerda conservadora, ou o que poderíamos chamar de um conservadorismo popular (moderadamente) de esquerda.

Para nossos fins neste artigo, importa destacar que o povo-massa permaneceria ao longo das últimas décadas mais ou menos estático – “parceiro fantasma do jogo político”, como dizia Weffort (1978, p. 16), não obstante a notável mudança em seu comportamento eleitoral. A ideia de conservadorismo popular, também em Singer, parece repousar nessa relativa perenidade fundamental – tudo o mais orbita ao seu redor, e se transforma para saciá-lo e se aproveitar dele, enquanto o conservadorismo popular restaria incólume no centro da cena:

A persistência do que poderíamos chamar de “conservadorismo popular” marca a distribuição das preferências ideológicas no Brasil pós-redemocratização, com a direita reunindo quase sempre cerca de 50% mais eleitores do que a esquerda. [...] apesar do sucesso do PT e da CUT, a esquerda não foi capaz de dar a direção ao subproletariado, fração de classe particularmente difícil de organizar. O subproletariado, a menos que atraído por propostas como a do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), tende a ser politicamente constituído desde cima, como observou Marx a respeito dos camponeses da França em 1848. Atomizados pela sua inserção no sistema produtivo, ligada ao trabalho informal intermitente, com períodos de desemprego, necessitam de alguém que possa, desde o alto, receber e refletir as suas aspirações dispersas. Na ausência de avanço da esquerda nessa seara, o primeiro mandato de Lula terminou por encontrar outra via de acesso ao subproletariado, amoldando-se a ele, mais que o modelando, e, ao mesmo tempo, fazendo dele uma base política autônoma. (SINGER, 2012, p. 79-80).

O subproletariado, forma periférica de uma subclasse, restaria aferrado às determinações estruturais que lhes imporiam o conservadorismo como horizonte ideológico possível. Não se trata, evidentemente, de atribuir uma essência ao povo brasileiro. Nem se afirma o conservadorismo como parte do caráter nacional. Distante de registros essencialistas e ontologizantes, o conservadorismo popular será diagnosticado como um efeito ideológico, perverso e renitente, da estrutura de classes (e subclasses) brasileira.

A sociologia política do conservadorismo popular, formulada por Singer através de sua análise das formas pelas quais o povo-massa aparece política e eleitoralmente desde a redemocratização, é um dos caminhos de reiteração desse *topos* comum da história do pensamento social brasileiro. Se a ideia, em si mesma, evoca antigos debates intelectuais que remontam à formação da linhagem do “autoritarismo instrumental” nas primeiras décadas do século XX, a perspectiva de Singer não chega a recuar tanto. Antes, seu grande interesse reside na atualização, para o contexto contemporâneo, de uma perspectiva marxista largamente difundida no imediato pós-1964. Nesse sentido, o conservadorismo popular da redemocratização é legítimo sucessor das massas amorfas e heterônomas do pacto populista.

Há, contudo, outras formas de reforçar a ideia de conservadorismo popular no discurso acadêmico, na esfera pública ou, ainda, no imaginário nacional. Vejamos a seguir como uma perspectiva culturalista, simpática a terapêuticas liberais, trata da nossa ideia-síntese.

LILIA SCHWARCZ E O CONSERVADORISMO COMO CULTURA

Em meio a uma pluralidade de sentidos, o conceito de interpretação do Brasil remete, com frequência, a certa ideia de desvelamento de uma cultura nacional, tratada a partir da perspectiva da longa duração. Interpretar, nesse sentido, implicaria esforço semelhante ao de descobrir ou mesmo de acessar formações mais profundas presumidamente ignoradas não apenas pelos não especialistas, mas também pela intelectualidade hegemônica. Com frequência, tomam-se como protótipo desse estilo intelectual os clássicos da década de 1930, lidos a partir do famoso prefácio de Antonio Cândido (1969) ou das lentes do modernismo (JARDIM, 1978), para enfatizar as persistências e continuidades de certo núcleo duro da nacionalidade. Dentre os autores da época, ganham particular protagonismo Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre, valorizados pela ênfase na noção de cultura em cada uma das suas obras, além de Caio Prado Junior, em cuja contribuição sobressai a ênfase na longa duração e em certa ideia de permanência, sobretudo a partir das suas reflexões sobre o “sentido da colonização”.

A interação entre cultura e formação pode, sem dúvida, produzir obras que revelam dimensões perdidas em análises restritas aos marcos institucionais ou aos atores. Há, contudo, o risco de resvalar em certo culturalismo, ou seja, na valorização tão extrema de permanências e no núcleo duro de formas sociais que, apesar dos eventuais ganhos do olhar para a longa duração, podem-se perder as especificidades do presente e as profundas mudanças da sociedade brasileira. Podemos chamar esse esforço de *paradigma da viagem redonda*, em homenagem a certa faceta e a certas interpretações da obra de Ruy Mário Faoro que apontam para a reiteração dos mesmos pontos de partida e chegada na trajetória histórica brasileira, apesar de seu notável esforço intelectual. Nessa linha interpretativa, as raízes do Brasil determinariam, em boa medida, o posterior desenvolvimento do organismo que nutrem. É possível, por certo, construirmos leituras mais complexas dos clássicos de Faoro e Buarque de Holanda, mas nos interessa aqui menos a interpretação dos textos

do que a reconstrução dos arquétipos criados a partir deles. Dito de outro modo, a questão é como *Raízes do Brasil* (HOLANDA, 1995) e *Os donos do poder* (FAORO, 2008) criaram formas de interpretar o Brasil que enfatizam sobretudo as continuidades e a longa duração a partir de certo conceito de cultura.

Sobre o autoritarismo brasileiro (2019a), de Lilia Schwarcz, é um dileto representante da tradição anteriormente descrita. Escrito com a manifesta intenção de dialogar com um momento histórico e um filão bibliográfico, a eleição de Jair Bolsonaro e as obras sobre *crise da democracia*³, o livro busca explicar a persistência do autoritarismo na história brasileira.

Não há no livro uma definição clara do que seria o substantivo *autoritarismo*, presente no título do volume. Ao longo dos capítulos, o mais comum é que o autoritarismo se faça presente enquanto adjetivo, que qualifica práticas, ideias, tradições ou governos. Ou seja, o autoritarismo opera como algo que distingue a identidade nacional, que marca a diferença específica ante a forma global. Schwarcz recorre com frequência à metáfora das raízes, em mote retórico que, apesar das protocolares ressalvas em sentido contrário, expõe o acúmulo dos mais de cinco séculos de história como um imenso peso a determinar os rumos do presente. As raízes funcionariam como lógicas de adjetivação, que qualificam de modo semelhante formas diversas da vida social – elas representariam uma manifestação do conceito de cultura, definida como princípio de formação e reprodução da nacionalidade:

O objetivo deste pequeno livro é reconhecer algumas das raízes do autoritarismo no Brasil, que têm aflorado no tempo presente mas que, não obstante, encontram-se emaranhadas nesta nossa história de pouco mais de cinco séculos. [...] O mito da democracia racial, de forte impacto no país, é bom pretexto, portanto, para entender como se formam e consolidam práticas e ideias autoritárias no Brasil. Mas existem outras janelas importantes. O patriarcalismo, o mandonismo, a violência, a desigualdade, o patrimonialismo, a intolerância social, são elementos teimosamente presentes em nossa história pregressa e que encontram grande ressonância na atualidade. (SCHWARCZ, 2019a, p. 26)

O livro dialoga diretamente não apenas com a tradição do pensamento brasileiro antes descrita, mas com a ampla bibliografia sobre autoritarismo construída após o golpe de 1964. Entre 1964 e o início do processo de redemocratização, é possível apontar que a questão sobre os frequentes retornos do autoritarismo constituiu o principal tema das ciências sociais brasileiras, então em pleno processo de institucionalização. Schwarcz se aproxima tanto dos autores que viam no processo de formação da sociedade brasileira, em sua modernização *patológica*, as bases fundamentais de um eterno retorno societário, quanto dos que viam na construção

³ A autora expõe isso em entrevista: “Essa foi uma encomenda da editora, pautada nesses livros americanos do tipo ‘Como as democracias morrem’ (de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt) e eu já vinha escrevendo no [site] Nexo uma série de textos com esse tipo de estrutura, indo para o passado e voltando para o presente – não para dizer que o passado explica tudo, mas para dizer que parte da nossa contemporaneidade é tomada por nosso passado” (SCHWARCZ, 2019b).

de um Estado alheio à sociedade, preocupado apenas com seus próprios interesses, a grande chave para a persistência de uma ordem autoritária. Predomina, contudo, a atribuição do autoritarismo à sociedade.

Tratando do racismo, a autora afirma que: “A escravidão nos legou uma sociedade autoritária, a qual tratamos de reproduzir em tempos modernos” (Schwarcz, 2019a, p. 35). Já, quando aborda o mandonismo, Schwarcz destaca que, mesmo em meio às mudanças posteriores à Constituição de 1988 e às muito recentes transformações produzidas a partir do mundo digital, há uma continuidade inegável, que, para caracterizá-la, a autora recorre outra vez ao conceito de raiz:

Não existe uma continuidade mecânica entre nosso passado e o presente, mas a raiz autoritária da nossa política corre o perigo de prolongar-se, a despeito dos novos estilos de governabilidade. [...] Essa é uma linguagem que herdamos dos mandonismos do passado, da época do domínio exclusivo da grande propriedade rural, mas que vem encontrando renovada sobrevida nesta nossa era dos afetos digitais, igualmente autoritários. (SCHWARCZ, 2019a, p. 63).

Os termos escolhidos para caracterizar o fenômeno, como raiz e herança, contradizem a afirmação protocolar da ausência de continuidades mecânicas entre passado e presente. O passado parece nos ter legado uma cultura que não apenas pautou nossa trajetória pregressa, como define traços fundamentais do presente e aponta para os horizontes futuros da sociedade brasileira. A ultradireita contemporânea e Jair Bolsonaro surgiaram, portanto, como expressão de camadas profundas da sociedade brasileira. Eles não revelariam meras novidades ou a importação de fenômenos populares em outras latitudes, mas exporiam verdades profundas da nossa cultura e da nossa formação, ofuscadas pela miopia de muitos e pelos relativos sucessos institucionais das últimas décadas. Para além dos avanços no plano da institucionalidade, perdurariam, contudo, continuidades abaixo da superfície, como correntes subterrâneas que vez ou outra vêm à tona, para demonstrar o caráter passageiro e superficial das calmarias.

Constrói-se, assim, certa ideia do conservadorismo como verdade última da cultura e da formação brasileiras. O povo brasileiro seria conservador, não por uma débil estrutura de classes, até porque as classes aqui não comparecem como variáveis analíticas importantes. Antes, o conservadorismo popular aparece aqui como um traço genérico de uma deformação cultural em que a diferença entre povo e elite é menos relevante do que os efeitos perversos de um déficit secular de liberalismo e de republicanismo que assola a história do país e afeta a todos (SCHWARCZ, 2019a, p. 64; p. 236). Em tal argumento, a ideia de povo não figura como sinônimo das parcelas mais pobres da sociedade brasileira, mas como a totalidade dos cidadãos brasileiros. Nesse sentido, é sintomática a generalização sobre “nós, brasileiros”, que aparece no trecho seguinte: “naturalizar a desigualdade, evadir-se do passado, é característico de governos autoritários [...]. Mas é também fórmula aplicada, com relativo sucesso, entre nós, brasileiros” (SCHWARCZ, 2019a, p. 19). O autoritarismo brasileiro aparece, pois, como correlato de um conservadorismo brasileiro, que atravessa a sociedade de alto a baixo.

A ênfase na dimensão social do autoritarismo não desvia, contudo, de um olhar atento para o papel do Estado, das instituições e das elites políticas. Essa dimensão, cara a autores como Raymundo Faoro e Simon Schwartzman, está explícita no modo como Lilia Schwarcz valoriza os conceitos de patrimonialismo e corrupção. A autora se aproxima dos conceitos a partir das formulações de Sérgio Buarque de Holanda e Roberto da Matta, e chega a pensá-los como entidades que antecederiam até mesmo a própria ideia de Brasil. As raízes atuariam antes mesmo da manifestação do tronco e dos galhos na superfície da terra: “Até mesmo na carta que Pero Vaz de Caminha escreveu quando chegou ao território há vestígios, senão de corrupção, ao menos de patrimonialismo” (SCHWARCZ, 2019a, p. 90). Mesmo que passe por uma atuação ativa das elites incrustadas no Estado, a corrupção depende, segundo a autora, da aquiescência da sociedade: “a corrupção só pode existir se estiver disseminada na própria sociedade, a qual, de alguma forma, a acoberta ou redime” (SCHWARCZ, 2019a, p. 114).

O olhar para a cultura e a sociedade faz com que, mesmo quando se trate da dimensão estatal, seja valorizada a relação entre Estado e sociedade, ora retratada como “viciada” (SCHWARCZ, 2019a, p. 65), ora concebida na chave do “divórcio” (SCHWARCZ, 2019a, p. 94). Essa relação disfuncional, sintoma das dimensões patológicas da nossa modernização (VIANNA, 1999), é, contudo, fundamentalmente definida a partir da ideia de *herança*, que pode produzir frutos diversos no presente, mas encontra seu motor fundamental em certo passado:

A contaminação de espaços públicos e privados é uma herança pesada de nossa história, mas também é um registro do presente. A concentração da riqueza, a manutenção dos velhos caciques regionais, bem como o surgimento dos “novos coronéis” e o fortalecimento de políticos corporativos mostram como é ainda corriqueiro no Brasil lutar, primeiro, e antes de mais nada, pelo benefício privado. Essa é uma forma autoritária e personalista de lidar com o Estado, como se ele não passasse de uma generosa família. (SCHWARCZ, 2019a, p. 87).

O argumento central do livro passa justamente pela permanência de um passado que a mais recente modernização não teria conseguido transformar com a profundidade necessária. Em meio às efetivas transformações do Estado e mesmo das relações sociais, há continuidades que não apenas limitam a profundidade das mudanças, mas permitem a volta de fantasmas que pareciam ter sido relegados ao passado. A democratização foi capaz de superar o autoritarismo político, da ditadura militar de 1964, mas não apagou as marcas profundas, as raízes, de uma cultura autoritária, presente nas práticas do Estado, mas sobretudo incrustada na sociedade.

Enfim, nesses trinta anos, o Brasil não só buscou consolidar a democracia, como modernizou as relações sociais. Não deu conta, porém, de deter as práticas de patrimonialismo que se encontram bastante arraigadas e ajudam a explicar parte da crise que vivenciamos nos dias de hoje. (SCHWARCZ, 2019a, p. 86-87).

Mesmo quando pondera e complexifica as permanências, a estrutura da obra aponta para uma sociedade que tem no autoritarismo sua *verdade última*. O

conservadorismo e o reacionarismo, expostos pela vitória de Jair Bolsonaro, não são novidade ou ruptura, mas um novo momento coerente com a nossa trajetória histórica: “talvez estejamos vivendo mais um novo capítulo dessa nossa história autoritária, com uma convincente guinada conservadora e reacionária, que surgiu das urnas no pleito de 2018” (SCHWARCZ, 2019a, p. 225).

O ponto de chegada do longo percurso de Schwarcz retoma a metáfora das raízes, que seriam expostas em momentos de crise, quando a superfície não mais se mostra capaz de encobrir a essência. A terapêutica soa, contudo, superficial e genérica, sobretudo depois de diagnóstico que aponta para mazelas tão profundas e consolidadas:

Toda vez que a crise se avoluma, reaparece o nosso déficit republicano, localizado bem na raiz da comunidade política. Faz-nos falta, nessas horas, uma agenda ética que seja capaz de transformar o sistema político eleitoral e o comportamento partidário; atacar a corrupção dentro e fora do governo; combater a violência que segue assaltando a nossa liberdade de circular nas ruas. [...] Andamos precisados de menos líderes carismáticos e de mais cidadania consciente e ativa. (SCHWARCZ, 2019a, p. 236-237).

Ante uma profunda cultura autoritária, marca de uma longa formação, que conforma uma sociedade sempre propensa a recair nos conservadorismos e reacionarismos de ocasião, é difícil ver saídas efetivas em uma “agenda ética” ou na “cidadania consciente e ativa”. Se inegavelmente o livro assume uma posição progressista, de crítica ao bolsonarismo e à ultradireita, deve-se ressaltar que o seu diagnóstico, algo descolado das saídas que propõe, não deixa de apresentar pontos de convergência com perspectivas políticas radicalmente diferentes.

OLAVO DE CARVALHO E A ESSÊNCIA CONSERVADORA DO Povo

Como destacado no início deste artigo, um dos argumentos centrais da identidade pública da ultradireita contemporânea é a relação umbilical entre direita e povo. Pretende-se tanto desconstruir a base da identidade das esquerdas de diversas matizes, quanto reconstruir parte das reivindicações historicamente vinculadas às identidades públicas à direita. Trata-se, portanto, de um esforço para reconfigurar toda a topologia da disputa política, sem se restringir ao simples surgimento de novos atores ou recursos políticos de ocasião. É possível indicar que a própria centralidade do conceito de direita, que não se confunde com o longevo protagonismo de atores da direita, passa, em parte, por esse novo cenário político, o qual veio a ser crescentemente naturalizado não apenas por atores do campo da ultradireita, mas por diversos personagens do debate público.

As definições mais influentes do conservadorismo apontam para a defesa da existência de hierarquias naturais, a rejeição a mudanças bruscas, a valorização das ideias de ordem e tradição, e o predomínio de um *conceito espacial de história* (MANNHEIM, 1959; FREEDEN, 1996). A centralidade dos conceitos de tradição e história por vezes mobiliza um imaginário popular, sobretudo a partir de um diálogo com o

ideário nacionalista. Não costuma haver qualquer ideia de protagonismo popular nesse campo, que, distintamente, costuma cultivar, como consequência da sua ideia de desigualdade natural, um elogio às elites políticas, econômicas e intelectuais.

Há, porém, uma importante inflexão do campo com a massificação da política no pós-guerra. Inovações nos meios de comunicação e a necessidade de mobilizar politicamente as massas, mesmo em democracias semelhantes ao ideal schumpeteriano da competição entre elites, levaram intelectuais e lideranças conservadoras a recorrer a um imaginário no qual o povo também fosse protagonista da visão de mundo das direitas. Trata-se de uma quase exigência em ambientes com instituições democráticas, mesmo que limitadas, nos quais as eleições determinam ao menos parcialmente a divisão dos recursos de poder.

O conservadorismo, desse modo, passa a reivindicar não apenas uma identidade de valores ou ideais entre suas lideranças e a população, em dinâmica na qual a representação se limita a uma política de ideias (PHILLIPS, 1995), mas certa dimensão da presença, da representatividade, na qual as lideranças comungam de certa afinidade profunda com uma versão idealizada de povo. Para tanto, é fundamental desconstruir o argumento de afinidade entre as esquerdas, de diversas matizes, e os modos de vida popular. Tanto a Nova Esquerda, consolidada a partir dos idos de 1968, quanto as velhas tradições do campo, de vertente marxista e social-democrata, passam a ser retratadas como elitizadas, representativas de pequenos grupos sociais que fingiriam ter uma trajetória de proximidade com o povo que, em verdade, lhes seria estranha.

A renovação da direita norte-americana no pós-guerra (NASH, 1976; PHILLIPS-FEIN, 2011) tem nesse tema um elemento central, presente nas mais diversas feições do campo, de tradicionalistas a libertários, passando por reacionários e neoliberais. Um bom exemplo está nas contribuições de um autor como William F. Buckley Jr., central na organização da direita norte-americana a partir da criação da *National Review*, que em 1951 escreve *God and man at Yale*, acusando as universidades da Costa Leste de reproduzirem um repertório que negaria as tradições nacionais e ocidentais, enquanto constituiria um novo tipo de elite intelectual. Nos textos da supracitada revista, o autor vai aprofundar o argumento com caricaturas dos emergentes movimentos negro, feminista e de contracultura, que serão retratados em oposição aos verdadeiros interesses que pretendem representar, enquanto se aproximam de uma elite ciosa de garantir, antes de tudo, seus próprios interesses como grupo. O movimento encontrava ecos na direita brasileira do pós-guerra, retomado por vários dos protagonistas do campo – como Carlos Lacerda, Roberto Campos ou Paulo Francis – que retratavam a esquerda a partir de um divórcio entre seu discurso e seus verdadeiros interesses.

Surge, desse modo, uma ambiguidade, central para a eficácia dos novos contornos da direita. Por um lado, mantém-se o elogio às elites e a afirmação de que, distintamente do que indica a esquerda, a desigualdade é não apenas natural, como inevitável e eventualmente produtiva. Reivindica-se, por outro lado, uma afinidade profunda entre direita e povo, em construção que diagnostica não apenas uma identidade de valores e modos de vida, mas sobretudo uma homologia moral. Tal ambiguidade já se fazia presente em algumas lideranças da direita posteriores à

década de 1970, como Ronald Reagan, mas se torna ainda mais explícita, com feições próximas a caricatura, em lideranças da ultradireita contemporânea, que almejam afirmar-se tanto como lideranças excepcionais quanto como homens e mulheres comuns, que compartilhariam de experiências com o povo. Em graus diversos e com certas particularidades, o movimento se faz presente em personagens como Bolsonaro (Brasil), Trump (Estados Unidos), Le Pen (França), Milei (Argentina) e Orbán (Hungria), dentre outros.

Olavo de Carvalho não é, portanto, o criador de uma fórmula milagrosa ou o desbravador de um campo desconhecido, por mais que reivindicasse esse lugar, muitas vezes repetido por seus discípulos e opositores. Ele retoma uma tradição e um mote retórico conhecido, dentro e fora do Brasil (CHALOUB, 2022), e busca adaptá-la a um momento histórico de profundas modificações na esfera pública.

As ideias de povo e de conservadorismo estão intimamente relacionadas no pensamento do autor a partir de argumentos de natureza ontológica, histórica e conjuntural. Em distintos momentos dos seus textos, sobrepõem-se formulações que apontam uma essência inequívoca do ser do povo, uma reconstrução histórica dos traços do povo brasileiro que o levaram a ser conservador e análises de conjuntura que tomam o conservadorismo popular como ponto de partida. Comecemos pelo último estilo de intervenção pública. Em artigo publicado em seu mais vendido e conhecido livro, *O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota*, Carvalho afirma:

[...] a maioria absoluta dos brasileiros, especialmente jovens, é um eleitorado maciçamente conservador desprovido de representação política, de ingresso nos debates intelectuais e de espaço na “grande mídia”. É um povo marginalizado, escorregado da cena pública por aqueles que prometeram abrir-lhe as portas da democracia e da participação. (CARVALHO, 2013, p. 244).

O discurso é estruturado a partir de ideias antitéticas e assimétricas: povo e elites; representação e marginalização; conservadorismo e ordem política brasileira. No cenário político esboçado, o povo, “maciçamente conservador”, é definido pela sua exclusão, por ser marginalizado ante a ordem estabelecida, em processo conduzido justamente por quem lhe promete “democracia” e “participação”. É evidente que a marginalização é consequência de um ator, os não conservadores, ou seja, a esquerda, que supostamente domina os grandes palcos da esfera pública e da democracia brasileira: a representação política, os debates intelectuais e a grande mídia. Como consequência da formulação, temos a ideia de que o conservadorismo seria a ideologia capaz de verdadeiramente representar o povo, dando-lhe voz e incorporando seus valores, enquanto os imaginários progressistas que prometeriam representá-lo, com base na democracia, idealizariam uma dinâmica de participação e inclusão, mas na verdade implicariam apenas sua efetiva marginalização.

A liderança popular de Lula é vista, nesse sentido, mais como confirmação da vocação do povo do que como evidência capaz de problematizar a teoria, já que os motivos para a escolha seriam antes estéticos do que políticos: “Muitos dos eleitores de Lula votaram nele pelo simples fato de que ele parecia um tipo mais antigo, mais arraigado nas tradições populares, do que seus concorrentes moderninhos, com ares

de tecnocratas. O motivo da escolha não foi político nem ideológico: foi puramente estético” (CARVALHO, 2007). Sem representantes, restava à direita se expor pelas frestas do inconsciente coletivo:

[...] por falta de advogados, a defesa dos “pilares da ordem, a família, a propriedade, os costumes”, como os resumiu Fernando Henrique, é excluída do linguajar político decente e jogada para o limbo da “extrema direita”. Como, por outro lado, ela expressa os ideais majoritários da população brasileira, o resultado é que o Brasil se torna uma nação de excluídos políticos, onde a maioria não tem representantes nem porta-vozes. Privado dos canais normais de atuação, o conservadorismo brasileiro recua para o inconsciente coletivo e tem de se expressar por vias simbólicas, indiretas, analógicas. (CARVALHO, 2007).

Olavo de Carvalho tem uma interpretação sobre o processo de construção histórica da ordem política brasileira da redemocratização. Tema do primeiro volume da sua trilogia da década de 1990, *A nova era e a revolução cultural: Fritjof Capra e Antonio Gramsci* (CARVALHO, 1994), a interpretação aponta para mudanças na estratégia e no vocabulário da esquerda, que, inspirada por Gramsci, abandonaria a ideia de revolução pelas armas e privilegiaria a guerra através da cultura, dos valores. A formulação do autor parece, muitas vezes, uma heterogênea colagem de teses e formulações semelhantes, todas preocupadas com as inovações da “nova esquerda”, presentes em reflexões de intelectuais da direita norte-americana sobre os radicalismos de esquerda e nas formulações, de forte contribuição da intelectualidade católica, sobre a “ideologia de gênero” (MISKOLCI; CAMPANA, 2017). O sucesso da trajetória da esquerda teria decorrido tanto de sua habilidade quanto da miopia dos militares, incapazes de perceber as mudanças que ocorriam durante seus últimos anos à frente do poder. Em artigo intitulado “Por que a direita sumiu”, publicado em março de 2012, Carvalho destaca:

Quando terminou a era dos governos militares, em 1988, só quem era ainda conservador no Brasil era o povão mudo, desprovido de canais para fazer valer suas opiniões, enquanto o espaço cultural inteiro – mídia, movimento editorial, universidades, escolas secundárias e primárias etc. – já era ocupado, gostosamente, pela multidão de tagarelas da esquerda que ainda mandam e desmandam no panorama mental brasileiro. [...] A direita saiu da política nacional, porque, com a complacência e até a ajuda do governo militar, foi primeiro banida da cultura nacional. (CARVALHO, 2012).

Há uma relação entre o *banimento* da direita da cultura nacional e sua suposta *ausência* na política brasileira. Como consequência desse movimento, o *povão* acaba *mudo*, sem conseguir fazer valer suas opiniões, o que sugere uma democracia em que o poder estava de fato vinculado ao povo, mas era usurpado por elites de esquerda. Por um lado, o diagnóstico retrata a direita defendida por Carvalho, a ultradireita, como única autêntica; por outro, entroniza o autor como intelectual capaz não apenas de interpretar o mundo, mas de transformá-lo, a partir da ilustração e da mobilização, a partir do conhecimento de um povo silenciado e excluído.

Em inflexão relevante ante as representações anteriores do povo no

conservadorismo de autores como Oliveira Vianna, que o tomam como incapaz de mobilização e privilegiam as elites, aparece não apenas em Carvalho, mas em alguns dos intelectuais e lideranças da ultradireita, como nos próprios discursos de Jair Bolsonaro, uma incitação à mobilização, algo visto anteriormente apenas na tradição integralista. Parte da inspiração vem, por certo, de tradições da direita brasileira, consolidadas pelo ambiente do Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF), frequentado pelo autor, enquanto outro tanto chega por ventos norte-americanos, já que há nos textos de Carvalho uma clara marca do estilo dos intelectuais públicos da direita dos EUA, em inspiração que vai dos temas escolhidos ao estilo retórico empregado⁴.

É necessário destacar, contudo, que todos os argumentos circulam em meio a uma narrativa mais ampla, que antes chamamos de ontológica, definida por uma crítica radical de vertente reacionária à modernidade. Inspirado por autores como René Guénon e, em menor medida, Eric Voegelin, Carvalho lê boa parte da trajetória do mundo nos últimos séculos em tom fortemente crítico, em formulação que conjuga um diagnóstico de decadência ao elogio de uma ordem natural não secular. Para o autor, a modernidade tem vícios inerentes, vinculados ao materialismo, e uma inevitável tendência à decadência. Em meio a essa narrativa de alcance global e à mobilização de longos períodos de tempo, o Brasil ocupa um lugar secundário em tal representação teórica, perdido em meio à rigidez das estruturas metafísicas.

O autor conjuga, portanto, argumentos conservadores sobre os temas mais presentes na esfera pública, quase todos inspirados no conservadorismo norte-americano do pós-guerra e em tradições da direita brasileira, com uma linguagem política reacionária sobre os rumos da modernidade, a qual inevitavelmente condiciona seus diagnósticos sobre o Brasil. Se, quando aborda temas sobre o aborto ou a sexualidade, ele repete motes e *performances* conservadores, suas formulações sobre o cenário político global ou o futuro do país são atravessadas por uma cosmovisão sobretudo reacionária.

Não há, em Carvalho, qualquer temor de incorrer em contradições, que são resolvidas a partir de argumentos pragmáticos, ou de mencionar sentidos incognoscíveis aos leitores, seja por razões teológicas, seja por um evidente elitismo que atribui ao autor a compreensão de elementos impossíveis de ser compreendidos, por razões diversas, pela grande maioria dos leitores.

Mesmo que encontre ruídos com a narrativa reacionária mais ampla de Carvalho – que retira qualquer autonomia não apenas do povo como do próprio Brasil, cujo destino estaria soterrado em meio a sentidos teológicos da história –, a representação de um povo intrinsecamente conservador ocupa papel central na construção da sua obra e na capacidade de mobilização das suas ideias, dentro e fora das redes sociais. Tal discurso foi fundamental para o crescente destaque de Carvalho no debate público brasileiro, contribuindo para que ele ultrapassasse um círculo mais restrito de leitores rumo a uma enorme influência como intelectual público. A ideia de um povo conservador conjuga a suposta revelação de uma verdade oculta, possível apenas pela palavra ímpar do intelectual, com a sensação de pertencimento a uma maioria natural, o que ajuda a mobilizar um

⁴ Sobre as influências intelectuais do autor, ver: Chaloub (2022).

grande contingente de indivíduos e grupos sociais. Justamente por sua capacidade de ultrapassar as fronteiras da direita e da ultradireita, mesmo antes da atual conjuntura, estamos diante de um argumento de grande utilidade para a construção de uma maior influência do campo, que constrói uma visão de país e sociedade capaz de ampliar o número dos seus usuais simpatizantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é recente, nem se limita ao ambiente acadêmico, a intuição de que o povo brasileiro é fundamentalmente conservador. Essa transversalidade temporal e espacial da ideia de conservadorismo popular chama nossa atenção para um componente crucial do pensamento social brasileiro: a capacidade de transcender os limites do jargão erudito e especializado, alcançando o solo de um relativo senso comum, para depois refletir de volta sobre ele, reexpressando certas intuições mais ou menos compartilhadas e conferindo a elas novas camadas de densidade analítica. Buscamos abordar um tema clássico do pensamento político-social brasileiro, seguindo de perto e adaptando para uma análise do tempo presente a concepção de Brandão sobre o papel desse campo de estudos:

[...] o [estudo do] pensamento político-social foi capaz de formular ou discriminar na evolução política e ideológica brasileira a existência de “estilos” determinados, formas de pensar extraordinariamente persistentes no tempo, modos intelectuais de se relacionar com a realidade que subsumem até mesmo os mais lídimos produtos da ciência institucionalizada, estabelecendo problemáticas e continuidades que permitem situar e pôr sob nova luz muita proposta política e muita análise científica atual. (BRANDÃO, 2007, p. 29).

Não se trata, por suposto, de uma busca pela origem primeira dessa espiral de retrodeterminações entre senso comum, discursos que circulam na esfera pública e conceitos que se formam nas obras de intelectuais e acadêmicos. Antes, mais importa perceber, na diversidade mesma de estilos e formas de reproduzir aquelas ideias perenes, como tais noções se tornam estruturantes da reflexividade nacional, desacatando fronteiras ideológicas e disciplinares. Esse foi o propósito deste artigo. E seu êxito enquanto exercício de metainterpretação do Brasil terá sido, de um lado, reconstruir em sua especificidade os diversos modos de reprodução atual da ideia de conservadorismo popular e, de outro, sublinhar a promiscuidade ideológica e disciplinar com a qual essa ideia circula entre nós.

No contexto de uma rigorosa interpretação marxista do Brasil contemporâneo, vimos como o conservadorismo popular se torna um ponto de ancoragem conceitual para a explicação dos efeitos políticos e eleitorais de certas peculiaridades e deficiências da estrutura de classe no país. Ali, parte da barafunda ideológica brasileira, da qual o lulismo seria a faceta proeminente, parece derivar desse componente inamovível da realidade nacional. Mesmo em um cenário de crise do lulismo, o renitente conservadorismo surge como chave interpretativa central

para compreender a reativação da direita no Brasil (SINGER, 2021). As diversas constelações de arranjos políticos e transformismos girariam, assim, em torno desse eixo, amoldando-se ao fato do conservadorismo popular.

Vimos também outras duas formas distintas de reproduzir a mesma ideia. Para além de um efeito da estrutura de classes na periferia do capitalismo, o conservadorismo popular é também expresso como um dado constitutivo da cultura brasileira, enraizado em séculos de má-formação. Lido em chave culturalista, o suposto conservadorismo do povo torna-se um componente multifacetado, que não necessariamente se manifesta continuamente em uma linha reta ascendente, mas antes obedece às descontinuidades da dinâmica de uma viagem redonda faoriana. Não mais efeito de uma camisa de força estrutural, mas sim parte de um longo processo de sedimentação cultural que teria atravessado, relativamente incólume, as décadas de redemocratização do país.

Por último, observamos como no jargão de um ideólogo da ultradireita o conservadorismo popular torna-se essência. Nesse discurso, produzido na esfera pública, essa essência teria passado por uma fase de obscurecimento, fomentado pelas artimanhas de uma esquerda hegemônica, mas não tardaria a ganhar novamente a superfície. Aqui, o conservadorismo popular é afirmado na interseção da descrição com certo apelo explicitamente normativo, ao contrário das outras duas formas anteriormente analisadas, em que se trata de modular criticamente a realidade informada pelo povo conservador. Para o publicista, afirmar que “o povo é conservador” é, ao mesmo tempo, desejar que ele assim seja e que todos enfim possam reconhecê-lo em sua verdade última.

A existência de uma mesma ideia, ainda que formulada de modo bem diverso, ilustra como alguns argumentos comuns atravessam épocas e autores bem distintos politicamente, constituindo um terreno comum formado por estudos acadêmicos, ensaios de intelectuais públicos e intervenções de ideólogos. Nas idas e vindas entre artigos, livros, jornais e redes sociais, formam-se sensos comuns que, por motivos diversos, se mostram extremamente influentes na conformação do debate público e da cena política. Reconstruí-los é não apenas um campo de investigação relevante do pensamento político-social brasileiro, como uma forma de melhor compreendermos o cenário político da última década.

SOBRE OS AUTORES

PEDRO LUIZ LIMA é professor adjunto do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

pedrollima@ufrj.br

<https://orcid.org/0000-0001-7830-5136>

JORGE CHALOUB é professor adjunto do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

jchaloub84@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-7990-4496>

REFERÊNCIAS

- BOLSONARO, Jair. Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante cerimônia de Recebimento da Faixa Presidencial. Brasília, 1º de janeiro de 2019. Disponível em: <https://shorturl.at/rOXvi>. Acesso em: out. 2024.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 2007.
- BUCKLEY JR., William F. *God and man at Yale: the superstitions of “Academic Freedom”*. Chicago: Henry Regnery Company, 1951.
- CANDIDO, Antonio. O significado de Raízes do Brasil. In: HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Editora José Olympio, 1969.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1964.
- CARVALHO, Olavo. *A nova era e a revolução cultural*: Fritjof Capra & Antonio Gramsci. Rio de Janeiro: Instituto de Artes Liberais & Stella Caymmi, 1994.
- CARVALHO, Olavo. A direita a serviço da esquerda. *Diário do Comércio*, 9 de abril de 2007. Disponível em: <http://olavodecarvalho.org/a-direita-a-servico-da-esquerda>. Acesso em: 21 jun.2022.
- CARVALHO, Olavo. Porque a direita sumiu. *Diário do Comércio*, 2 de março de 2012. Disponível em: [https://olavodecarvalho.org/por-que-a-direita-sumiu](http://olavodecarvalho.org/por-que-a-direita-sumiu). Acesso em: 21 jun.2022.
- CARVALHO, Olavo. *O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota*. Rio de Janeiro: Record, 2013.
- CAVALCANTE, Sávio; CHAGURI, Mariana M.; NICOLAU NETTO, Michel. O conservadorismo-liberal no Brasil: a força da articulação no contexto de pandemia. *Brasiliana: Journal for Brazilian Studies*, v. 10, n. 1, October 2021, p. 285-307. <https://doi.org/10.25160/bjbs.v10i1.127240>.
- CHALOUB, Jorge. Uma obra entre o reacionarismo e o conservadorismo: o pensamento de Olavo de Carvalho. *DoisPontos*, v. 19, n. 2, julho 2022, p. 78-96. <https://doi.org/10.5380/dp.v19i2.87162>.
- CHALOUB, Jorge; LIMA, P. L.; PERLATTO, Fernando. Direitas no Brasil contemporâneo. *Teoria e Cultura*, v. 13, n. 2, 2018, p. 9-22.<https://doi.org/10.34019/2318-101X.2018.v13.i3988>.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*: formação do patronato político brasileiro. 4ed. São Paulo: Editora Globo, 2008.
- FREEDEN, Michael. *Ideologies and political theory*: a conceptual approach. Oxford: Oxford, 1996.
- IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- JARDIM, Eduardo. *A brasiliade modernista*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- MANNHEIM, Karl. Conservative thought. In: MANNHEIM, Karl. *Essays on sociology and social psychology*. London: Routledge & Kegan Paul, 1959, p. 74-119.
- MARX, K. *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

- MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.
- MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Sociedade e Estado*, v. 32, n. 3, 2017, p. 723-745. <https://doi.org/10.1590/08002-69922017.3203008>.
- NASH, George H. *The conservative intellectual movement in America since 1945*. New York: Basic Books, 1976.
- PHILLIPS, Anne. *The politics of presence*. Oxford: Oxford University Press, 1995.
- PHILLIPS-FEIN, Kim. Conservatism: a state of the field. *The Journal of American History*, v. 98, n. 3, December 2011, p. 723-743. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41510116>. Acesso em: out. 2024.
- PIERUCCI, A. F. As bases da nova direita. *Novos Estudos*, São Paulo, v. 3, n. 19, dez. 1987, p. 26-45. Disponível em: <https://novosestudos.com.br/produto/edicao-19>. Acesso em: out. 2024.
- ROCHA, Camila. *Menos Marx, mais Mises*. São Paulo: Todavia, 2021.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.
- SCHWARCZ Lilia, M. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019a.
- SCHWARCZ, Lilia M. Sempre fomos autoritários: [Entrevista concedida a] Andressa Rovani. 2019b. Disponível em: <https://shorturl.at/3nGDh>. Acesso em: 24 de agosto de 2024.
- SINGER, André. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*. São Paulo: Edusp, 2000.
- SINGER, André. *Sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SINGER, André. *O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SINGER, André. A reativação da direita no Brasil. *Opinião Pública*, v. 27, n. 3, 2021, p. 705-729. <https://doi.org/10.1590/1807-01912021273705>
- VIANNA, L. W. Weber e a interpretação do Brasil. *Novos Estudos*, v. 53, 1999, p. 33-47. Disponível em: <https://novosestudos.com.br/produto/edicao-53/#gsc.tab=0>. Acesso em: out. 2024.
- WEFFORT, Francisco. Política de massas. In: IANNI, Otavio; SINGER, Paulo; COHN, Gabriel; WEFFORT, Francisco. *Política e revolução social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p. 161-198.
- WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

Democratização da cultura: Heloisa Buarque de Hollanda e a crítica brasileira nos anos 1970

[*Democratization of culture: Heloisa Buarque de Hollanda and the Brazilian critique during 1970s*]

André Botelho¹

Caroline Tresoldi²

RESUMO • O ensaio aborda as relações entre cultura e política no Brasil nos anos 1960-1970. O foco da discussão é a tese de doutorado de Heloisa Buarque de Hollanda, que hoje assina Heloisa Teixeira, defendida em literatura brasileira em 1979 e publicada em livro no ano seguinte. Argumentamos que *Impressões de viagem: CPC, vanguarda e desbunde (1960/70)* representa um marco na crítica cultural brasileira, abrindo caminhos para a inteligibilidade do processo de democratização da cultura no país. Para marcar diferenças de perspectivas no debate, trazemos para a discussão o ensaio “Cultura e política, 1964-1969”, de Roberto Schwarz, que tem tido centralidade nas discussões sobre a cultura nos anos da ditadura civil-militar brasileira.

• **PALAVRAS-CHAVE** • Heloisa Buarque de

Hollanda; crítica cultural; democratização da cultura. • **ABSTRACT** • The essay approaches the relationship between culture and politics in Brazil during the 1960s and 1970s. The discussion focuses on Heloisa Buarque de Hollanda's doctoral thesis in Brazilian literature, defended in 1979 and published the following year. We argue that *Impressões de viagem: CPC, vanguarda e desbunde (1960/70)* represents a milestone in Brazilian cultural criticism, opening up ways of understanding the process of democratization of culture in the country. To mark the difference of perspectives in the debate, we bring into the discussion another central essay of the period, “Cultura e política, 1964-1969”, by Roberto Schwarz. • **KEYWORDS** • Heloisa Buarque de Hollanda; cultural criticism; democratization of culture.

Recebido em 24 de agosto de 2024

Aprovado em 23 de outubro de 2024

BOTELHO, André; TRESOLDI, Caroline. Democratização da cultura: Heloisa Buarque de Hollanda e a crítica brasileira nos anos 1970. *Rev. Inst. Estud. Bras.* (São Paulo), n. 89, 2024, e10713.



Seção: Dossiê

DOI: 10.11606/2316901X.n89.2024.e10713

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

² Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Num ensaio de 1998, Silviano Santiago circunscreve os anos de 1979 a 1981 como centrais no processo de democratização no Brasil. Durante esse período, segundo ele, a luta dos setores da esquerda contra a ditadura civil-militar brasileira deixou de ocupar uma posição hegemônica no cenário cultural e intelectual, abrindo espaço para novos debates e questões inspirados pela democratização do país. No campo de sua atuação, a área de letras, ele observa que esses anos marcaram a transição da crítica literária mais estrita, focada no estudo da cultura de uma “minoria letrada”, para uma crítica da cultura interessada em uma pluralidade de textos e manifestações culturais.

De certo modo, Santiago faz referência à crise da crítica tradicional nos anos 1970, posta na berlinda e desafiada a responder criativamente a um contexto de pluralização de textos e sujeitos literários que surgiam e se transformavam simultaneamente no circuito cultural e político mais amplo. Categorias como “curtição” e “desbunde” foram forjadas pela crítica para capturar, na novidade, a verve do contemporâneo e descrever a efervescência cultural do Brasil sob a ditadura militar. Silviano Santiago é ele próprio protagonista desses conflitos, com uma visão sobre a cultura de massas completamente diferente da então hegemônica nas esquerdas brasileiras, talvez alimentada pelos seus anos de *scholar* nos Estados Unidos. E, especialmente com a publicação dos textos que compõem a coletânea *Vale quanto pesa* (1982), passa a intervir diretamente no debate público sobre literatura, colocando lado a lado nomes como Lima Barreto, Adão Ventura e Caetano Veloso (BOTELHO; SILVA, 2023).

A luta pelo reconhecimento de formas então marginalizadas de literatura envolveu trincheiras e batalhas diferentes. Neste ensaio, tratamos de uma das mais difíceis dessa história e, por isso, mais significativas: a que se travou no espaço mais nobre de reconhecimento acadêmico, então praticamente em implantação no Brasil – as teses de doutorado. Ademais, feita por uma mulher que, em que pesem origens e alianças na elite cultural carioca, também teve que travar, no plano pessoal, a luta que dava voz em sua tese. Nosso objetivo é discutir os novos rumos da crítica brasileira a partir de Heloisa Buarque de Hollanda, que, desde sua entrada na Academia Brasileira de Letras em 2023, assina Heloisa Teixeira.

O foco de nossa discussão é sua tese de doutorado, defendida em 1979 na área de literatura brasileira na Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob a orientação de Afrânio Coutinho. Publicada no ano seguinte com o título *Impressões de viagem: CPC, vanguarda e desbunde (1960/70)*, a tese é um marco da crítica cultural no Brasil e, talvez, um dos melhores exemplos do gênero até hoje. Embora não tenha agradado – ou pensando melhor, sobretudo porque não agradou – muito à banca de defesa, que considerou ousado demais uma tese acadêmica narrada em primeira pessoa, que começa com a frase “Eu me lembro dos hoje ‘incríveis anos 60’” (HOLLANDA, 1992, p. 15).

Em questão estão as relações entre cultura e política nos anos 1960-1970. Por isso, num primeiro momento, montaremos um breve retrato geral da época, arriscando acentuar traços da vida de certo segmento intelectual do Rio de Janeiro. Nossa intenção não é generalizar, propondo que o retrato seja válido para todos os intelectuais e artistas cariocas do período, e sim compreender as particularidades e as parcialidades próprias do grupo. Em seguida, apresentamos os argumentos de Heloisa em *Impressões de viagem*, chamando a atenção para sua contribuição para a inteligibilidade do novo e para o processo de democratização da cultura no Brasil. Antes de concluir, trazemos para a conversa outro trabalho central do período, o ensaio “Cultura e política, 1964-1969”, de Roberto Schwarz, publicado em 1970, com o qual a autora dialoga diretamente nos três capítulos de sua tese.

Mais do que em outros textos do período, na crítica de Heloisa Buarque de Hollanda vemos um ajuste de contas direto e radical com a sua geração. Parecia que dessa radicalidade da autocritica à própria geração dependia a emergência plena dos novíssimos, como se fosse necessário matar-se um pouco para o novo nascer. Uma radicalização dos tempos?

RIO BABILONIA

Uma das melhores crônicas sobre a geração de 1968 foi escrita por Zuenir Ventura 20 anos depois: *1968: o ano que não terminou*. Nela, a *ouverture* permanece imbatível. A festa de *réveillon* de 1967 para 1968, organizada pelo casal Luiz e Heloisa Buarque de Hollanda em sua casa modernista, projetada pelo arquiteto Zanine Caldas no alto do Jardim Botânico carioca, é apresentada como alegoria do Brasil.

Naqueles anos, vivia-se, de um lado, a repressão política e militar acumulada, o fracasso total da ideia de uma aliança nacional-popular que inspirara os jovens no início dos anos 1960, e o golpe dentro do golpe que estava por vir com o AI-5 (BRASIL, 1968). De outro lado, havia uma paralisia e um acúmulo crescente de tensões, às quais se somavam as intensas e libertadoras microtransformações no comportamento sexual que a pílula e os novos arranjos afetivos permitiam, especialmente para as mulheres – mudanças que, no entanto, ainda confrontavam as formas tradicionais de autoridade vigentes.

Não podia ter dado noutra: parece que o estopim da confusão na festa foi um tapa dado pelo cineasta Gustavo Dahl na cara de sua esposa, a atriz e celebridade do momento Maria Lucia Dahl, irmã da figurinista e cenógrafa Marília Carneiro,

ela também casada com um diretor de cinema, Mário Carneiro. Até o casal Luci e Luiz Carlos Barreto sofreu e entrou na briga, da qual, segundo Ventura (2013), todos participaram em algum momento da festa, mas sem ninguém saber ao certo o motivo. Era uma festa para e com o grupo do Cinema Novo, um dos principais movimentos culturais do período, e consta que o único lúcido presente era o cineasta Glauber Rocha, que bebia pouco álcool. Por aí se tem uma ideia do que foi esse *réveillon*.

Para além da *dolce vita* do balneário tropical, uma catarse coletiva da sociedade brasileira a partir de suas elites culturais. Uma catarse cujo saldo para os anfitriões foi imenso: a casa praticamente destruída pelas cerca de mil pessoas que por lá passaram naquela noite. Dezoito casais presentes divorciaram-se imediatamente ou na sequência – os anfitriões entre eles.

A “festa na casa da Helô”, como ficou conhecida na crônica social do Rio de Janeiro, ou “o segundo Baile da Ilha Fiscal” (VENTURA, 2013), em alusão ao último baile da monarquia brasileira, rendeu assunto por semanas nas colunas de jornais cariocas e nas praias. Grande anfitriã, Heloisa se mostra discreta e até lacônica, *comme il faut*, sobre aquela noite até hoje. Mas anos depois não deixou de apontar que, em meio “ao momento de euforia coletiva”, de que a festa foi a “cereja do bolo”, embora houvesse uma aflição generalizada por mudanças na sociedade, as divergências entre mulheres e homens eram um fato:

[...] aquela aflição de mudar tudo, e se acreditava que mudando a vida a gente estaria também mudando o mundo. O engraçado é que só as mulheres mudaram, os homens não mudaram. Quem tomava essas iniciativas eram as mulheres, os homens preferiam mudar o mundo sem mudar a vida. (HOLLANDA, 2019, p. 14).

A percepção de que a mudança da vida e a mudança política institucional seguem caminhos opostos – cabendo às mulheres engajarem-se na primeira, considerando a ordem social e política machista como é a brasileira – certamente está conectada a transformações mais amplas da sociedade e da condição feminina. Não é nosso objetivo aqui desenvolvê-la, mas queremos assinalar como tal percepção está ligada a mudanças estruturais, por assim dizer, que já nos anos 1960-1970 começavam a pulverizar certezas tradicionais e os próprios valores, práticas e instituições da constelação política moderna.

Essas transformações aos poucos levaram a noção de poder ao centro do debate intelectual e político, assim como a percepção de que o poder não estava apenas nas instituições, mas também nas relações – tanto as mantidas na esfera pública quanto as privadas. A ordem se manteria sobre vários dispositivos de poder que vazavam o espectro ideológico, do autoritário ao de esquerda. Construir resistências específicas contra os variados dispositivos de poder era uma tarefa não apenas urgente, mas que ganhou estatuto teórico com o livro de Michel Foucault de 1979: *Microfísica do poder*.

Esse seria o assunto dominante na sociologia pelas décadas seguintes, por exemplo, com a ideia de “globalização” ou “mundialização” como vezo da reestruturação de relações e processos sociais nacionais na passagem dos anos 1980 aos 1990. Ou aquilo que Benedict Anderson (2000) denominou com precisão como a crise iminente do

“hífen” que durante 200 anos havia ligado o Estado e a nação. Existiria a nação em meio a tantas diferenças e desigualdades internas?

Desde o início dos anos de 1990 e por toda aquela década, o sociólogo alemão Ulrich Beck (2002) afirmava que os processos globais do capitalismo estavam imprimindo uma ruptura na modernidade, cujo motor, a individualização, apresentaria consequências profundas para as identidades coletivas – nada menos do que dissolução de padrões, códigos e regras estabelecidos há dois séculos por uma sociedade nacional. A “segunda modernidade”, ou “modernidade reflexiva”, em que estaríamos então passando a viver, estaria tornando a constelação política da sociedade nacional da “primeira modernidade” algo “não político”, enquanto aquilo que era “não político” no âmbito do Estado-nação estaria se tornando “político”. Em outras palavras, a política não estaria encerrada em instituições como parlamentos, partidos, sindicatos etc., mas abrangeia também o centro da vida privada, já que o microcosmo da conduta da vida pessoal está interrelacionado com o macrocosmo dos problemas globais – como a questão ecológica, por exemplo (BECK, 1997).

É essa percepção de mudança, de politização do privado reposicionando as mulheres e outras maiorias minorizadas no debate público, que estava guiando a curiosidade de Heloisa nos anos 1970. A obsessão com que volta sempre ao assunto, revisando inclusive suas escolhas no passado, indica a percepção de uma condição feminina que poderia se transformar numa estratégia feminista de emancipação pessoal com transformação social. Uma espécie de passagem da “mulher em si” para “a mulher para si”, adaptando o dilema central proposto por Karl Marx (1852) sobre a ação coletiva proletária. A recorrência e a persistência com que esta questão éposta na autorreflexão de Heloisa certamente expressam vários outros aspectos; mas são sintomáticas de como essa passagem não está dada, também no caso das mulheres da sua geração, e constitui um desafio a ser permanentemente conquistado.

Desde seus primeiros trabalhos, Heloisa Buarque de Hollanda (1978; 1992) tem insistido em dois aspectos da mudança social que passaram a ser notados e problematizados apenas quando os chamados “novos movimentos sociais” ganharam maior inteligibilidade na sociedade e na própria universidade. Primeiro, o lugar da cultura na mudança da sociedade e da política. Segundo, o fato de que as mudanças na sociedade também implicam transformações cruciais em quem participa dela. A cultura passa, assim, a ser um campo de conflito reflexivo entre mudanças externas e internas, subjetivas e institucionais, que se abre ao futuro desafiador com inovações insuspeitas.

Os movimentos sociais têm sido vistos como a mais potente força de mudança na sociedade contemporânea. Numa definição geral, eles podem ser entendidos como coletivos fracamente organizados que atuam de maneira pouco institucionalizada para produzir alguma renovação na sociedade. Mas sob que condições os indivíduos decidem engajar-se numa ação coletiva para fortalecer ou defender seus interesses ou valores próprios ou mais amplos? Eis a questão (BOTELHO, 2021).

Não existe uma única ou definitiva resposta a essa pergunta que, convenhamos, vale ouro tanto na política, quanto nas ciências sociais. A existência de interesses, valores ou experiências comuns e a consciência deles são, em geral, consideradas condições necessárias, mas não suficientes para a emergência da ação coletiva. Acrescente-se que, como estamos cansados de saber, a “consciência” desses fatores

comuns não decorre mecanicamente da existência deles; decorre de uma construção social, como tantas outras. Diferentes condições em distintas combinações históricas contingentes e também estruturais devem ser preenchidas para que isso ocorra.

Alain Touraine foi um dos mais influentes teóricos dos novos movimentos sociais. Em *Le retour de l'acteur*, Touraine (1984, p. 124 – tradução nossa) se contrapõe ao estruturalismo, cujo senso de ação coletiva ele considera sujeito “a imutáveis leis e exigências da realidade histórica”, eliminando, consequentemente, o ator (o sujeito) da perspectiva sociológica, tratado como um epifenômeno, uma mera emanção do sistema. A “volta do ator” produz, segundo ele, uma “nova imagem da sociedade como produto contingente” e fluido dos esforços humanos: “a sociedade não é mais do que o resultado instável e bastante incoerente das relações sociais e dos conflitos sociais” (TOURAIN, 1984, p. 124 – tradução nossa). A produção da sociedade e da história é levada a termo pela ação coletiva, e seus principais agentes são os movimentos sociais: “o movimento social é antes de tudo um ator, uma vez que a realidade histórica é construída através dos conflitos e negociações de movimentos sociais que conferem uma forma social específica às orientações culturais” (TOURAIN, 1984, p. 124 – tradução nossa).

O debate sobre movimentos sociais comumente opôs o que passou a ser chamado de “novos movimentos sociais” ao que, em contraste, virou “velhos movimentos sociais”. Estes seriam característicos de uma primeira fase da modernidade, quando os movimentos sociais se concentravam nos interesses econômicos e se organizavam com base na solidariedade entre membros da mesma classe social – alguns exemplos são os movimentos sindicais e as organizações de operários ou camponeses. Característicos de uma segunda fase da modernidade, modernidade tardia ou pós-modernidade, os “novos movimentos sociais” trariam à esfera pública novas questões, interesses e frentes de conflito social. Seus atores sociais não pertenceriam a uma classe específica e se mobilizariam sobretudo em torno de questões relacionadas à qualidade de vida, identidades coletivas etc., para além das divisões econômicas – os movimentos ambientalistas, pacifistas e feministas, são exemplos desse novo cenário. Sempre em contraste, os “novos movimentos sociais” seriam em geral descentralizados, assumindo a forma de redes amplas e relativamente horizontais.

Deixemos de lado, neste momento, a questão das continuidades que, apesar das diferenças proclamadas, subsistem entre “novos” e “velhos” movimentos sociais. Lembremos o argumento de Klaus Eder (1993), segundo o qual é possível que se esteja confundindo, numa oposição simplista, explicação histórica e explicação estrutural: pode ser que o conflito de classes típico da sociedade industrial não mais organize a mobilização de identidades coletivas na sociedade contemporânea, mas daí concluir que o conflito de classes decorrente da contradição entre capital e trabalho esteja desaparecendo é outra coisa. Se a classe social não pode ser tratada como uma variável independente, sendo desconsiderada, fica muito difícil qualificar as estruturas de desigualdades duráveis na sociedade e suas recriações contemporâneas.

A ditadura civil-militar brasileira foi um momento de conflito agudo pelo controle político da mudança, e esse conflito se travou também no âmbito da cultura. Cultura entendida não como um reflexo de processos de outras ordens na sociedade, mas

como presença que orienta intersubjetivamente as ações. Tivemos recentemente a infeliz oportunidade de testemunhar o Brasil, pela primeira vez após décadas de redemocratização, o acirramento dos conflitos entre narrativas – sobre democracia, liberdade, gênero, ciência, vacina etc. –, que atravessaram, dividiram e reorganizaram a sociedade. E isso parece explicitar, como poucas vezes, a importância da cultura. Não à toa fala-se tanto em “guerra cultural”. O que temos percebido com muita nitidez é como as mudanças na sociedade, na política e mesmo na economia nunca se realizam desacompanhadas de processos culturais que lhes dão significados (BOTELHO, 2021).

Heloisa Buarque de Hollanda, antes de ser Heloisa Teixeira, foi uma das primeiras estudiosas no Brasil a identificar e formalizar elementos cruciais à crítica mais ampla da ideia de mudança como efeito de uma ação externa, como se o movimento social agisse sobre a sociedade desde fora. Ela foi pioneira na valorização dos indícios simbólicos de que uma parte considerável das mudanças produzidas pelos movimentos são transformações que ocorrem nos próprios movimentos e nos seus participantes. Ideologias, regras, instituições, formas de organização etc. retroagem sobre seus membros e estruturas, modificando o ambiente das ações e as características dos atores, suas motivações, atitudes, ideologias e outros fatores.

Durante os anos de ditadura, Heloisa não se deixou paralisar, muito pelo contrário. Começou sua carreira profissional no segundo semestre de 1964 como assistente de Afrânio Coutinho na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com quem realizaria seu mestrado (concluído em 1974) e seu doutorado (defendido em 1979). Além disso, ela participou ativamente de grupos de estudos e procurou construir suas próprias ferramentas teóricas e metodológicas para trabalhar com a literatura, afastando-se do *new criticism* defendido por seu orientador. Heloisa fez dos seus privilégios de classe, de professora universitária, de anfitriã e de amiga do melhor da intelectualidade e dos artistas do período, como o seu círculo mais próximo do Cinema Novo, recursos políticos cruciais para pensar e enfrentar o sistema e o *status quo* pelas brechas.

Num dia a dia barra-pesada de trabalho, casamento, separação, filhos, passeatas, censura, repressão, havia também tempo para noites festivas e uma praia para curar eventuais ressacas. E é justamente na *festa*, como argumenta em sua tese de doutorado, que reside a crítica “ao tom grave e nobre da prática e do discurso político que caracterizava e definia a ação cultural da geração anterior” (HOLLANDA, 1992, p. 33). Para a autora, seria uma falta de acuidade não perceber o conteúdo ambíguo existente na união entre os termos “festa” e “esquerda” a partir do golpe de 1964. Pois seria justamente a ambiguidade a marca da produção cultural realizada durante a ditadura.

MIMEÓGRAFO: A CULTURA DA PARTICIPAÇÃO

Impressões de viagem (1992) é uma leitura crítica dos principais projetos culturais dos anos 1960 e 1970. Em sua pesquisa de doutorado feita em momento de repressão política, Heloisa aborda alguns dos movimentos culturais da década de 1960 e dá destaque sobretudo às respostas originais que vêm em movimentos alternativos da década de 1970, como a chamada “geração mimeógrafo”, que, em tempos de armazém

da indústria cultural e de censura imposta pela ditadura militar, através do gesto poético quase artesanal, procurava resistir ou reagir à crescente comercialização da cultura no país e, ao mesmo tempo, criar outras formas de comunicação, circulação e relacionamento entre obras, autores(as) e leitores(as).

Ao discutir os anos 1960, a autora faz uma espécie de acerto de contas com sua geração sobre as crenças e as práticas culturais e políticas que ela colocou em movimento, incendiando corações, mentes e mãos. É corajoso, da parte dela, assumir naquele momento as idiossincrasias do projeto dos Centros Populares de Cultura (CPCs)³, às quais se imbrica, na utopia de uma aproximação com o “povo”, também o seu fracasso pessoal (e geracional). Mas, além de corajosa, a atitude guarda ainda um segredo fundamental sobre Heloisa: o itinerário dos projetos estéticos abordados no livro reflete de alguma forma o próprio trajeto intelectual da autora: CPC, vanguarda e desbunde. E o escrutínio das diversas linguagens em jogo nos anos 1960 e 1970 não é feita sem uma tomada de posição de Heloisa.

Logo no início do livro vemos seu posicionamento teórico, com amplas consequências para a crítica da cultura praticada no Brasil até então, quando a autora esclarece que seu objetivo é “examinar alguns momentos em que a *literatura* participa de maneira direta dos debates que se desenvolvem a partir da década de [19]60” (HOLLANDA, 1992, p. 9 – grifo nosso). Ela seleciona para a análise três momentos/movimentos dos anos 1960-1970: 1) a “participação engajada” de antes de 1964; 2) o “surto tropicalista” ocorrido entre 1967 e 1968 e seus desdobramentos; 3) a produção artística alternativa que começou a surgir pós-AI-5, especialmente a poesia marginal.

O primeiro movimento abordado reúne dois grupos supostamente adversários: os cepecistas, isto é, os “artistas revolucionários” vinculados aos CPCs, e os “experimentalistas de vanguarda”, termo utilizado para agrupar o movimento concretista, a poesia práxis e o poema processo. Como observa a autora, os temas em pauta nos inícios dos anos 1960, como a modernização da sociedade brasileira, a democratização e o nacionalismo, atravessam os dois grupos, marcando de diferentes modos a produção poética.

Segundo ela, os cepecistas tiveram grande atuação no contexto, propondo uma ligação direta entre arte e sociedade. O artista produzia a partir de um compromisso estabelecido com o “povo” e acreditava que a “arte popular revolucionária” seria um instrumento indispensável para a tomada do poder político. Do ponto de vista poético, Heloisa argumenta que essa escolha “traduz-se numa linguagem celebratória, ritualizada, exortativa e pacificadora” (HOLLANDA, 1992, p. 26), que não desempenhava, apesar de seu propósito, uma função revolucionária. Acrescenta ainda que, ao verem fracassadas as pretensões revolucionárias com o golpe, os poetas e artistas que tinham formação literária passaram a circular em novos espaços, fazendo do teatro, do cinema e da música popular um rentável comércio para as “obras engajadas”.

Em relação à atuação das vanguardas no começo dos anos 1960, a autora mostra como ela se voltou para experimentos formais ligados ao horizonte técnico da sociedade industrial. Os poetas concretos, por exemplo, propunham chegar a uma

³ Ligado à União Nacional dos Estudantes (UNE), o primeiro CPC surge no Rio de Janeiro em 1961.

estrutura visual do anúncio da publicidade, de modo a tornar sua mensagem negativa e estabelecer uma crítica ao consumo. Entretanto, para Heloisa, a estetização do poema – que tentava ser “técnico, limpo e qualificado como a própria linguagem do sistema” – o vertia em objeto de consumo, fazendo com que a crítica pretendida girasse em falso (HOLLANDA, 1992, p. 40). Ainda que ela seja crítica à atuação das vanguardas, reconhece que elas ocuparam um papel importante na colocação de questões para a produção cultural do período, especialmente ao insistir na atualização da linguagem poética.

O segundo movimento analisado pela autora é o tropicalismo, movimento pop e anárquico que também teve papel fundamental na atualização da linguagem, anunciando uma espécie de rompimento com a noção de alta cultura. Em sua avaliação, os tropicalistas alteravam completamente o foco do debate cultural, voltando sua crítica à dimensão comportamental. Uma crítica que se traduzia numa dupla recusa: aos padrões de comportamento vigentes na sociedade brasileira e à esperança de mudar radicalmente o país. Ao contrário dos “artistas engajados”, Heloisa sugere que os tropicalistas não se identificavam com o povo em um sentido abstrato, mas sim com as minorias: eles falavam sobre negros, homossexuais, samba, espiritualidade de matriz africana etc.

O terceiro momento discutido pela autora é a produção cultural alternativa que apareceu após o AI-5, o “golpe dentro do golpe”, decretado em dezembro de 1968, durante o governo de Costa e Silva. No contexto de maior repressão da ditadura, quando se falava num “vazio cultural” que assombrava o país (VENTURA, 1971), Heloisa identifica o surgimento dos “poetas marginais”, que divulgavam seus trabalhos em livrinhos mimeografados, offset e pequenas coleções cooperativas planejadas pelos próprios poetas. Essa nova poesia era em geral distribuída em circuitos alternativos, sendo vendidas quase que de mão em mão na porta de cinemas, teatros e museus, nos bares mais frequentados pela classe média universitária, nas praias etc. De acordo com a autora, trata-se de manifestações que pretendiam ser alternativas tanto ao engajamento comodificado da publicidade quanto à organização burocratizada dos “engajados” do CPC, que foram produzir entretenimento.

Apesar das diferenças entre os “poetas marginais”, alguns muito jovens, outros menos, Heloisa defende que, do ponto de vista poético, havia em comum uma linguagem informal eleve, que recusava a “literatura classicizante” (Carlos Drummond e João Cabral, por exemplo) e as correntes experimentais da vanguarda (como o concretismo). A marca dessa poesia era a “experiência imediata de vida dos poetas, em registros às vezes ambíguos e irônicos e revelando quase sempre um sentido crítico independente de comprometimentos programáticos” (HOLLANDA, 1992, p. 98). Isto é, o cotidiano e o corriqueiro, anotando às vezes o momento político vivido, informavam a escrita dos novos poetas, em um casamento entre poesia e vida que acabava subvertendo os padrões literários vigentes.

Não sem certo susto, Heloisa mapeou essa nova poesia desde seu surgimento, por volta de 1972. Em 1974, com Antonio Carlos de Brito (o Cacaso, professor e poeta marginal), escreveu um artigo para a revista *Argumento*, identificando um possível “surto poético” ligado a jovens independentes (BRITO; HOLLANDA, 1974). Pouco depois, em 1976, Heloisa publicou pela editora Labor uma antologia reunindo alguns

dos “poetas marginais”. Além do próprio Cacaso, incluiu em *26 poetas hoje* nomes como Francisco Alvim, Chacal, Afonso Henriques Neto, Charles, Waly Salomão, Ana Cristina Cesar, Roberto Schwarz, Eudoro Augusto, Bernardo Vilhena, entre outros. A maioria dos poetas circulava nos mesmos espaços que a organizadora no Rio de Janeiro, sendo Roberto Schwarz uma das poucas exceções.

A introdução de *26 poetas hoje* traz algumas de suas inquietações com a poesia dos anos 1970. Pergunta a antologista: “Trata-se de um movimento literário ou de mais uma moda? E se for moda, foi a poesia que entrou na moda ou foram os poetas?” (HOLLANDA, 2021, p. 26). Se essas questões precisavam de certo distanciamento para ser respondidas, a autora afirma: “o fato é que a poesia circula, o número de poetas aumenta dia a dia e as segundas edições já não são raras” (HOLLANDA, 2021, p. 26). Com sua antologia, Heloisa buscava conferir visibilidade e colocar em discussão a produção poética marginal. Gesto ousado, porque ela já tinha percebido, desde o artigo publicado em coautoria com Cacaso, que a nova poesia encontrava resistência tanto por seu formato artesanal quanto pela qualidade – afirmava-se, por exemplo, que seria uma poesia sem qualquer “valor literário”.

Talvez por isso mesmo ela faça questão de insistir, na introdução da antologia e também em sua tese, que essa produção promovia uma “desierarquização do espaço nobre da poesia”, tanto do ponto de vista da forma, considerando a simplicidade gráfica, quanto do discurso, que encurtava a distância entre o leitor e o poeta. E acrescenta: “dentro da precariedade de seu alcance, esta poesia chega na rua, opondo-se à política cultural que sempre dificultou o acesso do público ao livro de literatura e ao sistema editorial que barra a veiculação de manifestações não legitimadas pela crítica oficial” (HOLLANDA, 2021, p. 27). Nessa antologia, então, não apenas novas autorias são reconhecidas na literatura brasileira, mas também outros modos de se fazer literatura. Reconhece-se, também, a necessidade de se ampliar o acesso à literatura. São gestos teóricos e políticos que jamais vão abandonar Heloisa a partir daí.

Mas voltemos a *Impressões de viagem*. Estivemos dizendo as invenções dos poetas marginais são discutidas num terceiro momento da análise conduzida pela autora. É como se, nesta parte, o percurso crítico delineado ao longo do livro atingisse seu ápice. Se o olhar sobre a produção cepecista e sobre os tropicalistas já traz uma atitude rebelde e pouco convencional na crítica praticada até então, com a interpretação sobre a poesia marginal o cânone da literatura brasileira é desafiado a se ampliar, assim como as fronteiras entre a chamada “alta literatura” e “baixa literatura” são tensionadas de modo definitivo. Retomemos a afirmação que abre o livro: “o objetivo deste trabalho é examinar alguns momentos em que a literatura participa de maneira direta dos debates que se desenvolvem a partir da década de 60” (HOLLANDA, 1992, p. 9). Para Heloisa, falar sobre poesia marginal é falar sobre literatura, queiram ou não os críticos que se mostravam indignados com a “geração mimeógrafo”. É também falar sobre cultura e política ou, mais especificamente, sobre a potência da cultura mesmo em contexto de fechamento político.

Outro ponto da tesede Heloisa merece uma nota específica. O aprendizado que sua crítica/autocrítica sobre a visão romântica e tutelar que a juventude do CPC (e ela própria) demonstrou em relação ao seu “outro” não a levou a uma atitude cética ou cínica diante dos compromissos dos intelectuais públicos. Lucas van Hombeeck (2022)

estudou essa geração analisando o “Poema sujo” de Ferreira Gullar, um dos ideólogos do CPC, indicando como houve voluntarismo excessivo no jogo de encantamento e desencantamento do ideal épico de povo.

No caso específico de Gullar, van Hombeeck argumenta que há uma diferença entre biografia e obra que é importante observar: se como intelectual público Gullar desencantou o CPC de forma voluntarista e improdutiva, como poeta o seu desencantamento da forma povo-herói foi produtivo. Esse desencantamento estético, pela hibridização, ou “epicização” do lírico e “liricização” do épico, é uma espécie de “organização do pessimismo” e outra figuração do poeta (e do povo), que continua a descer do Olimpo. É também o reconhecimento de uma derrota que abre o caminho para a recomposição de sentidos democratizantes da cultura, na linha do modernismo brasileiro, mas que, ao contrário da poesia marginal, ninguém pode dizer que não é poesia. Gullar quebra a relação de representação entre poeta-herói e povo, o que permite outra dinâmica de escuta com a memória, a infância, o “povo” – que mesmo que desencantado não é inexistente, mas uma sobrevivência, um vaga-lume (como ensina Pier Paolo Pasolini⁴) na imaginação de outro Brasil mais digno para os seus.

Feita a ressalva, esse tipo de contraste entre vida e obra é bastante improvável no caso da crítica de Heloisa, até pelas muitas narrativas de si que ela fez e tornou disponível ao longo do tempo em entrevistas, depoimentos e livros (cf., por ex., HOLLANDA, 2009; 2019). Mas o fracasso da sua geração, tal como por ela vivido e narrado, foi produtivo. Assim como foi potente o suficiente para levá-la a questionar os pressupostos não apenas políticos, mas também teóricos e estéticos envolvidos naquela utopia de aproximação com o povo eseguirem frente buscando formas inovadoras de experimentar e aprender com a alteridade e com os conflitos entre atores sociais diferentes.

Uma mudança das mais significativas referentes aos anos de juventude, talvez seja a própria redefinição política dos termos da relação de alteridade. No caso do CPC, por exemplo, o seu “outro” típico parecia levar uma existência tão distante do próprio universo social e cultural dos jovens engajados (urbanos, cosmopolitas, da classe média, universitários), que as hierarquias as quais tentavam combater com uma das mãos acabavam recriadas pela outra. Já no caso de Heloisa, sua curiosidade e sensibilidade ímpares a levaram a prestar atenção (e a documentar) à pluralidade de estratégias da poesia como uma espécie de território privilegiado do testemunho de uma experiência social jovem. O mais importante, para ela, é que era essa uma poesia que desafiava tanto a tradição literária estabelecida quanto o mercado editorial, uma vez que os livros não eram confeccionados nem distribuídos pelos meios tradicionais, mas sim em um trabalho coletivo que esbanjava irreverência.

Certamente há outras perspectivas sobre a poesia marginal, inclusive do ponto de vista dos próprios protagonistas dessa geração de poetas, que não necessariamente coincide com a dos mediadores. Podemos lembrar, por exemplo, do pequeno texto

⁴ No *Corriere della Sera*, em 1º de fevereiro de 1975, Pier Paolo Pasolini publicou um texto que ficou conhecido como “O artigo dos vaga-lumes”. O poeta e cineasta italiano utiliza a morte dos vaga-lumes na Itália no começo dos anos 1960 como metáfora para indicar que o fascismo havia triunfado após Mussolini, levando a uma noite escura e interminável. Os vaga-lumes representam, nessa metáfora, luzes múltiplas e delicadas; uma imaginação de outro país possível.

“Consciência marginal”, escrito por Eudoro Augusto e Bernardo Vilhena em 1975, na edição de estreia da revista *Malasartes*, ou do ensaio de Cacaso “Tudo da minha terra” (BRITO, 1978), publicado na revista *Almanaque*. Em ambos, os poetas afirmam que a marginalidade não era exatamente uma escolha, mas uma forma de “sobrevivência” ao contexto, mesmo que sujeita aos limites impostos pelos canais amadores de venda e pelo alcance restrito de público. E também há perspectivas mais recentes, que visam incluir outros elementos ao debate ou mesmo problematizar a ideia de “marginalidade” (COELHO, 2013; BOSI, 2021). Mas, sendo uma das principais mediadoras que acompanhou de perto a produção da “geração mimeógrafo”, a perspectiva de Heloisa Buarque de Hollanda é incontornável, seja para aderir a ela, seja para recusá-la.

CONVERSA COM ROBERTO SCHWARZ

“Cultura e política, 1964-1969”, de Roberto Schwarz, é um dos ensaios mais influentes e centrais sobre o tema que estamos tratando. E é, também, uma das principais referências de Heloisa em *Impressões de viagem*. Publicado na França em 1970 e reunido em *O pai de família e outros estudos* (1978), o ensaio de Schwarz registra seu diagnóstico de que o golpe de 1964 não havia acabado, ao menos não em um primeiro momento, com a movimentação cultural no campo da esquerda, que se fazia presente na arquitetura, no cinema, no teatro, na canção popular, nas artes plásticas, além de ser bastante evidente no movimento estudantil. A ruptura democrática, contudo, mudou os termos do debate e da atitude intelectual e artística. Segundo o autor, a solidariedade de classes entre artista/intelectual e as classes populares, visada por muitos no começo dos anos 1960, foi impedida com a ditadura. A produção cultural ligada à esquerda se concentrou, assim, em grupos específicos, como estudantes, artistas, jornalistas e parte dos sociólogos e economistas.

Analizando alguns movimentos culturais da segunda metade dos anos 1960, com atenção para o Teatro de Arena, o Teatro Oficina e o tropicalismo, Schwarz tece algumas críticas a eles. O principal alvo do texto é o tropicalismo, que, a ser ver, transformou a coexistência entre arcaico e moderno – tão recorrente na história brasileira e reforçada pela ditadura militar – em alegoria do Brasil, tornando incerto o que era “sensibilidade e oportunismo”, “crítica e integração” (SCHWARZ, 1978, p. 75). Feitas todas as contas, para o crítico, a movimentação cultural à esquerda em plena ditadura contestou com certa ambiguidade o poder, mas, além de não ter como tomá-lo (pois, como sugere, só a luta armada conseguiria), não produziu uma reflexão sobre os motivos que levaram à interrupção de um caminho alternativo para a sociedade brasileira que estava no horizonte no começo de 1960. Para Schwarz, compreender os sentidos dessa derrota era imprescindível para a recomposição das forças democratizantes.

É significativa a discordância de Heloisa Buarque de Hollanda com relação às conclusões de Roberto Schwarz sobre o papel dos movimentos culturais do período e, sobretudo, com o sentido da atuação deles. Schwarz desentranha os limites dos movimentos, mas não passa desse ponto. Mantém a sociedade e a cultura em suspenso,

à espera de alguma forma de resolução macrossocial e político-institucional dos impasses que ele aponta. Heloisa alcança esses limites, concorda em parte com a forma como Schwarz os analisa, mas não para por aí, segue em frente. E seu caminho a partir desse ponto segue uma direção diferente.

Uma das defesas mais contundentes de *Impressões de viagem* é a de que a produção cultural não reflete as relações sociais. Para a autora, os problemas mais gerais do contexto – “modernização”, “democratização”, “nacionalismo” e “fé no povo” – sofrem inflexões de acordo com interesses distintos e com as técnicas disponíveis para a produção cultural. Não são formas objetivadas da sociedade. São, antes, repertórios que em combinações diversas acabam por sugerir um contexto menos estruturado e mais poroso, mais contingente, mais até, por tudo isso, incerto. A pluralidade de textos e contextos fomenta uma perspectiva dialógica, em que os problemas mais gerais do período da ditadura são abordados e formulados segundo concepções estéticas e políticas diversas e muitas vezes conflitantes.

Aqui entra em cena Walter Benjamin, um dos interlocutores preferidos de Heloisa desde a segunda metade dos anos 1960 (HOLLANDA, 2009). Em sua tese, ela mobiliza uma noção de técnica benjaminiana que, se não deixa de levar em conta certa autonomia do âmbito artístico, também não perde de vista que a forma tem uma função política. Por não trabalhar sob a ótica da cultura como reflexo das relações sociais, ela se mostra atenta para a possível dimensão emancipadora que a cultura pode produzir mesmo no limite. Diz ela:

O conceito de *técnica literária* dá acesso à análise dos produtos literários em seus contextos e é através dele que se poderá dizer a função política dessa produção. Ou seja: em que medida ela estará reabastecendo o aparelho produtivo do sistema ou atuando para modificá-lo. A função política da obra – sua eficácia revolucionária – não deve, então, ser procurada nas imprecações que dirige ao sistema ou em sua autoproclamação como obra de transformação social, mas, antes, na técnica que a produz – na conformação ou não dessa técnica às relações literárias de produção estabelecidas. (HOLLANDA, 1992, p. 27).

A mudança, portanto, depende de inovações técnicas, formais. A mera afirmação, no texto, de interesse revolucionário não é suficiente para que relações mais democráticas de fato se tornem possíveis. E aqui entra uma dimensão contextual importante: a relação entre produtores e público; entre os envolvidos na conversa e quais são os termos do diálogo. É possível perceber, assim, que a forma informa a relação que será travada entre artista e público. Para cada noção de público há uma forma diversa, umas com maior potencial de inovação e outras mais afins à reiteração de um quadro de relações já vigente.

No entanto, a análise de Heloisa não sugere que uma determinada forma encerra em si todas as suas possibilidades. Se a produção cepecista, por exemplo, de fato assumiu um caráter paternalista, não deixou de atuar para mobilizar uma camada mais jovem de artistas e intelectuais. E é essa camada mais jovem que engrossará o público das novas produções culturais surgidas a partir do golpe de 1964. Isso é um fator importante, uma vez que, embora o regime autoritário recém-instalado não

tenha impedido a circulação das produções teóricas e intelectuais de esquerda, como tanto Schwarz quanto Heloisa afirmam, ele limitou bastante o alcance delas.

Na interpretação da autora, as ambiguidades das produções culturais do período pós-golpe expressam uma crise mais ampla em relação aos discursos fechados e totalizantes, às “verdades, certezas e palavras de ordem”. Esse seria especialmente o caso do tropicalismo, que, segundo ela, recusava o “discurso populista, desconfiando dos projetos de tomada de poder, valorizando a ocupação dos canais de massa, a construção literária das letras, a técnica, o fragmentário, o alegórico, o moderno e a crítica de comportamento” (HOLLANDA, 1992, p. 55). A partir de uma perspectiva benjaminiana, a autora argumenta que os tropicalistas adotariam uma posição de desconfiança diante dos símbolos, aos universais-concretos que buscariam exprimir uma visão de totalidade. O recurso que eles mobilizaram foi, em contraponto, o da alegoria. Seria pela alegoria que o outro e os vários outros poderiam ser representados sem perder sua alusividade pluralista, sua diversidade. Seria por meio desse recurso, portanto, que as produções tropicalistas se prestariam a uma comunicação em que a linguagem não se predispusse a tornar o mundo estático, mas sim inteligível em seu movimento e opacidade.

De acordo com Heloisa, embora reconhecesse a dimensão alegórica do tropicalismo, Roberto Schwarz teria produzido uma crítica muito próxima à que Lukács fez a Benjamin. Contrapondo-se à afirmação de Benjamin de que a modernidade seria caracterizada pela alegoria, Lukács argumenta que faltaria à alegoria justamente aquela preocupação com o futuro, o que “acabarria levá-la a um beco sem saída: a linguagem do desespero, impossibilitada de suprir as necessidades histórico-universais da arte” (HOLLANDA, 1992, p. 59). Na leitura de Heloisa, as produções tropicalistas traziam em si a marca do debate travado no contexto pós-64, de modo que a sua ambiguidade não era ingênua, mas uma forma de crítica às formulações totalizantes existentes tanto à esquerda quanto à direita. Nesse sentido, criticavam tanto o discurso ortodoxo e paternalista da esquerda, quanto os valores e padrões de comportamento burgueses.

Se Heloisa concorda com Schwarz no que diz respeito ao horizonte de comunicação possível no contexto pós-64, também não deixa de apontar a falta de acuidade do crítico em não perceber de modo mais global que a ambiguidade tropicalista colocava em cena uma nova linguagem, crítica e subversiva especialmente no sentido da subversão de valores e padrões de comportamento, como explica em sua análise. Embora informados por uma noção de público mais restrita do que a assumida pelo CPC – em parte devido ao bloqueio dos canais de comunicação com as classes populares imposto pela ditadura de 1964 –, os tropicalistas não perdem o viés crítico da arte engajada. Sua crítica, no entanto, em contraste com a fomentada pelos cepecistas, não visa à tomada do poder e se volta para a dimensão subjetiva e comportamental; além disso, seu público não é o povo brasileiro indiferenciado, mas as classes médias e as minorias urbanas.

Lendo Roberto Schwarz, Heloisa Buarque de Hollanda oferece outra chave de interpretação sobre as relações entre cultura e política no Brasil dos anos 1960, sobretudo porque aposta nas descontinuidades, ambiguidades e fraturas expressas em discursos intelectuais e artísticos. A própria representação da literatura, tal como

se definia na produção do CPC e das vanguardas, passa a ser repensada juntamente com os conceitos e valores que a informavam. Esse processo foi observado dentro de um quadro mais geral marcado, principalmente, pela crescente descrença em relação às linguagens do sistema e mesmo da esquerda tradicional. É essa crise de valores, porém, que acaba por estimular o surgimento de novas técnicas de intervenção cultural, como a poesia marginal. A importância do intelectual público está aí: na habilidade de se sintonizar com seu tempo e com o espaço possível de ação, assim como de assumir com coragem os equívocos de sua visão diretiva, vanguardista.

Não exageramos ao assinalar que é justo o caminho inusitado escolhido por Heloisa que leva sua crítica ainda mais longe e de modo mais radical. Ela certamente faz uma provocação, mas não apenas por decidir escrever em primeira pessoa. Heloisa, àquela época, já desenvolvia algo semelhante ao que hoje é referido como “autoetnografia”, ao misturar memória, autobiografia e histórias de vida, numa proximidade arriscada com seu “objeto” e conscientemente assumida a partir de seu declarado “lugar de fala”. E é quase como se ela tivesse que ser escrita assim para resguardar sua própria independência crítica frente aos diferentes contextos em que ela se inscrevia – político e social, mas também acadêmico. A “autocrítica” parece a única forma/técnica adequada para fazer o devido ajuste de contas com a sua geração, tensionando as relações literárias de produção estabelecidas.

Coda

A interpretação de Roberto Schwarz sobre a cultura nos anos iniciais da ditadura tem se imposto no debate sobre o período. Já em 1979, numa tese sobre os movimentos culturais dos anos 1960 e 1970, essa interpretação foi amplamente mobilizada por Heloisa, que faz de Schwarz seu principal interlocutor. Apesar da fina crítica que ela constrói ao autor de “Cultura e política, 1964-1969” e da análise mais abrangente sobre a cultura na ditadura, englobando também os anos 1970, sua tese tem sido pouco discutida. Isso se deve, provavelmente entre outros fatores, porque *Impressões de viagem* registra a própria experiência da autora nos debates culturais dos anos 1960-1970, que ela não faz questão de negar, muito pelo contrário, já que ela se coloca de maneira deliberada e controversa como um sujeito “sujo” numa tese acadêmica – e não como uma analista cuja autoridade se baseia em ser asséptica: distante, neutra e objetiva (o que, em geral, é uma prerrogativa dos homens) – para desafiar, por dentro, o que chama de “linguagem do sistema”. Em certo sentido, a tese acaba sendo mais consultada como fonte de informações do que como uma interpretação crítica. Nossa esforço aqui foi o de apresentar justamente a interpretação que a tese contém e como ela contribuiu com a renovação da crítica brasileira, ampliando as noções mais tradicionais de literatura.

Vimos que a análise de Roberto Schwarz parece criar impasses para cultura e política que extrapolam o âmbito próprio das suas relações. São impasses, no limite, de ordem macroeconômica. Como se a sociedade pudesse ficar em espera da sua resolução para, enfim, começar a acontecer. Uma posição compreensível dentro da tradição marxista que alimenta com sua crítica, da dialética negativa. Heloisa Teixeira, ex-Buarque de Hollanda, por sua vez, aceita e vai atrás das microtransformações e brechas cheias de

ambiguidades e contradições tanto na indústria cultural quanto no Estado, numa leitura muito provocante de Walter Benjamin. É isso que permitiu Heloisa aliar sua crítica aos novos atores sociais que surgiram como novos autores mesmo depois dos poetas marginais: negros, mulheres, periféricos e feministas. No seu caso, a democratização da cultura é essa luta por reconhecimento, esse processo de crítica e abertura do cânone, de politização do privado, de embates em torno de visões assentadas e – no caso brasileiro – eurocêntricas de literário e, portanto, da própria função da crítica.

Mas essa posição não está, obviamente, livre de ambiguidades e mesmo contradições. Inclusive no conjunto da sua própria obra. O livro que trabalhamos neste ensaio parece mesmo se desdobrar em caminhos no mínimo ambíguos no mesmo contexto intelectual. De um lado, *Cultura e participação nos anos 60* (HOLLANDA; GONÇALVES, 1982), publicado na coleção Tudo É História (1981-2011) da Editora Brasiliense, teve papel crucial na formação de novas gerações de leitoras e leitores. Diferente é o caso de *Patrulhas ideológicas: arte e engajamento em debate*, que ela organizou com Carlos Alberto Messeder Pereira, publicado em 1980.

A noção de “patrulhas ideológicas”, cunhada e registrada pelo cineasta Cacá Diegues em 1978, nos parece contraproducente ao argumento de Heloisa em *Impressões de viagem*. Não apenas por jogar água no moinho que separa “esquerda marxista” e “esquerda festiva”, mas também por, como ideia repressiva, acirrar a oposição de projetos a qual, no limite, compromete a própria ideia de democracia que em tese pretendaria defender. Mais interessante ainda é perceber que a tese do livro *Patrulhas ideológicas* se torna contraproducente em virtude também da própria escolha lúcida dos atores políticos a serem entrevistados. Afinal, as entrevistas recolhidas no livro com alguns dos atores culturais mais importantes dos anos 1960-1980 contradizem claramente a própria tese que aparentemente é defendida desde o seu título.

SOBRE OS AUTORES

ANDRÉ BOTELHO é professor titular do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFRJ).

andrebotelho@digirotas.com.br
<https://orcid.org/0000-0001-6815-9040>

CAROLINE TRESOLDI é doutoranda em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ).

carolinetresoldi@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-8218-5181>

REFERÊNCIAS

- AUGUSTO, Eudoro; VILHENA, Bernardo de. Consciência marginal. *Malasartes*, n. 1, set.-nov. 1975, p. 34-36.
- ANDERSON, Benedict. Introdução. In: BALAKRISHNAM, Gopal (Org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 7-22.
- BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GIDDENS, Antony; LASH, Scott; BECK, Ulrich. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Editora Unesp, 1997, p. 11-72.
- BECK, Ulrich. *Individualization: institutionalized individualism and its social and political consequences*. London: SAGE Publications, 2002.
- BOSI, Viviane. *Poesia em risco: itinerários para aportar nos anos 1970 e além*. São Paulo: Editora 34, 2021.
- BOTELHO, André. Movimentos culturais e mudança social. *Suplemento de Pernambuco*, 16 ago. 2021. Disponível em: <https://shorturl.at/yrqMf>. Acesso em: ago. 2024.
- BOTELHO, André; SILVA, Gabriel Martins da. Hospedagem Vale quanto pesa, uma ética da relação. *Blog BVPS*, 10 abr. 2023. Disponível em: <https://shorturl.at/kSXtz>. Acesso em: ago. 2024.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Ato Institucional n. 5, de 13 de dezembro de 1968. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição [...]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait-ait-05-68.htm. Acesso em: out. 2024.
- BRITO, Antonio Carlos. Tudo da minha terra: bate-papo sobre poesia marginal. *Almanaque: cadernos de literatura e ensaio*, n. 6, São Paulo: Brasiliense, 1978, p. 40.
- BRITO, Antonio Carlos; HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Nosso verso de pé-quebrado. *Argumento*, Rio de Janeiro, n. 3, jan. 1974, p. 81-96.
- COELHO, Frederico. Quantas margens cabem em um poema? Poesia marginal ontem, hoje e além. In: FER- RAZ, Eucanaã (Org.). *Poesia marginal: palavra e livro*. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2013, p. 11-41.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Sobrevivência dos vaga-lumes*. Tradução de Vera Casa Nova; Márcia Arbex. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- EDER, Klaus. *The new politics of class: social movements and cultural dynamics in advanced societies*. Londres: Sage, 1993.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- GULLAR, Ferreira. Poema sujo.(1975). In: GULLAR, Ferreira. *Poema sujo*. Prefácio de Antonio Cicero. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 29-103.
- HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Macunaíma: da literatura ao cinema*. Rio de Janeiro: José Olympio/ Empresa Brasileira de Filmes, 1978.
- HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Impressões de viagem: CPC, vanguarda e desbunde (1960/70)*, 3. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Escolhas: uma autobiografia intelectual*. Recife: Carpe Diem; Rio de Janeiro: Língua Geral, 2009.
- HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Entrevista. In: *Onde é que eu estou? Heloisa Buarque de Holland 8.0*. Organização de André Botelho et al. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 9-59.
- HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). (1976). *26 poetas hoje*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- HOLLANDA, Heloisa Buarque de; GONÇALVES, Marcos A. *Cultura e participação nos anos 60*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- HOMBEECK, Lucas van. *Poema sujo, intérprete do Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2022.

- MARX, Karl. *O 18º Brumário de Louis Bonaparte*. Lisboa: Avante, 2003.
- PEREIRA, Carlos A. M.; HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Patrulhas ideológicas*:marca registrada – arte e engajamento em debate. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- SANTIAGO, Silviano. *Vale quanto pesa: ensaios sobre questões político-culturais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- SANTIAGO, Silviano. Democratização no Brasil 1979-1981: cultura *versus* arte. In: ANTELO, Raul et al. (Org.). *Declínio da arte/ascensão da cultura*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1998, p. 11-23.
- SCHWARZ, Roberto. Cultura e política, 1964-1969. In: SCHWARZ, Roberto. *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 61-92.
- TOURAINE, Alain. *Le retour de l'acteur: essai de sociologie*. Paris: Fayard, 1984.
- VENTURA, Zuenir. O vazio cultural. *Visão*. São Paulo, julho de 1971.
- VENTURA, Zuenir. 1968: o ano que não terminou. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

O Grupo Somos, o jornal *Lampião*, o movimento LGBTI+ e a abertura política

[*Grupo Somos, Lampião newspaper, LGBTI+ movement and political opening*

James N. Green¹

RESUMO • Este ensaio analisa alguns dos principais debates que ocorreram dentro do movimento LGBTI+ durante seus primeiros anos (1978-1983) em relação aos esforços para tirar os militares do poder num momento em que novos movimentos sociais e atores políticos procuravam ampliar as discussões sobre o tipo de sociedade que as forças antirregime imaginavam com o fim da ditadura. Considera as tensões e discussões políticas entre os editores do jornal *Lampião da Esquina* e o movimento emergente, entre ativistas LGBTI+ de esquerda socialista e anarco-libertários, e entre setores da esquerda organizada e o Grupo Somos. O fato de alguns dos elementos desses debates terem persistido ao longo das quatro décadas subsequentes é uma indicação da sua importância contínua na discussão de como enquadrar estratégias na luta contra a extrema direita, especialmente nos últimos anos.

• **PALAVRAS-CHAVE**

- Ditadura militar brasileira; movimento

LGBTI+; transição democrática.

• **ABSTRACT**

- This essay examines some of the key debates that took place within the LGBTI+ movement during its early years (1978-1983) regarding efforts to remove the military from power at a time when new social movements and political actors were seeking to broaden discussions about the kind of society that anti-regime forces envisioned with the end of the dictatorship. It considers the tensions and political discussions between the editors of the newspaper *Lampião da Esquina* and the emerging movement, between left-wing socialist LGBTI+ activists and anarcho-libertarians, and between sectors of the organized left and Grupo Somos. The fact that some elements of these debates have persisted over the subsequent four decades is an indication of their continued importance in the discussion of how to frame strategies in the fight against the far right, especially in recent years.

• **KEYWORDS** • Brazilian military dictatorship; LGBTI+ movement; democratic transition.

Recebido em 9 de setembro de 2024

Aprovado em 29 de outubro de 2024

GREEN, James. O Grupo Somos, o jornal *Lampião*, o movimento LGBTI+ e a abertura política. *Rev. Inst. Estud. Bras.* (São Paulo), n. 89, 2024, e10715.



Seção: Dossiê

DOI: 10.11606/2316901X.n89.2024.e10715

¹ Brown University (Providence, RI, EUA).

O relatório final em três volumes da Comissão Nacional da Verdade (CNV), divulgado em dezembro de 2014, contém um capítulo inédito e original intitulado “Ditadura e homossexualidades” (GREEN; QUINALHA, 2014a). A publicação desse ensaio representa um marco importante na história das mais de 50 comissões internacionais da verdade, reconciliação e justiça de transição que foram convocadas nas últimas décadas para abordar os impactos e legados das violações dos direitos humanos sob regimes autoritários em várias partes do mundo. Pela primeira vez, uma comissão oficial patrocinada por um governo incluiu uma análise detalhada da situação das pessoas LGBTI+² durante uma ditadura militar, reconhecendo no caso brasileiro as formas específicas de repressão, discriminação e marginalização que os dissidentes de gênero e sexualidade sofreram durante os 21 anos do governo arbitrário dos generais.

O parágrafo inicial do capítulo, entretanto, deixou um ponto muito claro:

A discriminação contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBT) não surgiu durante a ditadura. Suas origens remontam a períodos muito anteriores da história brasileira. A homofobia esteve sempre embutida em diversas esferas e manifestações da cultura em nosso país: nos discursos médico-legais, que consideravam a homossexualidade uma doença; nos discursos religiosos, que condenavam o ato homossexual como pecado; em visões criminológicas conservadoras, que tratavam homossexuais como um perigo social; e em valores tradicionais que desqualificavam e estigmatizavam pessoas que não se comportavam de acordo com os padrões de gênero prevalentes, sendo vistas como anormais, instáveis e degeneradas, caracterizando a homossexualidade como um atentado contra a família. (GREEN; QUINALHA, 2014a, p. 300).

2 A amálgama das letras LGBTI+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e pessoas intersexo), ou alguma outra variação, é uma categoria inadequada e anacrônica quando se refere ao final da década de 1970. No entanto, prefiro usar a sigla LGBTI+ no lugar de Movimento Homossexual, a terminologia do final da década de 1970, que foi posteriormente criticada por ser centrada no homem gay cisgênero ou muito dependente de um termo inventado por sexólogos. Também decidi não usar as categorias *queer* – uma vez que ela só foi aceita entre acadêmicos brasileiros e alguns ativistas com formação universitária – e *assexual*, por não ser um comportamento discriminado.

O relatório passou então a detalhar as maneiras pelas quais as pessoas LGBTI+ tiveram que enfrentar várias formas de marginalização durante o regime autoritário. Nesses 21 anos, os generais usaram o poder do Estado para negar direitos civis e democráticos fundamentais. Eles censuraram publicações, letras de músicas, peças de teatro e filmes considerados violações da “moral e dos bons costumes” e criaram um clima de ansiedade e medo como resultado de uma política oficial de detenções arbitrárias, tortura e desaparecimento dos opositores do regime (QUINALHA, 2021).

Para documentar ainda mais a situação das pessoas LGBTI+ durante as duas décadas do estado de exceção, os coautores do capítulo, que faziam parte do relatório final da CNV, também organizaram um livro intitulado *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade* (GREEN; QUINALHA, 2014b). Ele inclui nove ensaios de acadêmicos e ativistas que documentam as formas específicas como o regime militar visou às pessoas LGBTI+ no contexto mais amplo de promoção de uma noção tradicional de família, sexualidade e gênero, como parte integrante de uma política para reprimir os direitos civis e humanos em nome da luta contra uma suposta subversão da ordem política, moral e cultural.

Infelizmente, o relatório final da CNV foi divulgado num momento desfavorável para o país, uma vez que a reeleição da presidente Dilma Rousseff em outubro de 2014 pouco fez para diminuir a crescente insatisfação com a coligação liderada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), que trouxe Luiz Inácio Lula da Silva ao poder em 2003. Como resultado, as conclusões e recomendações da comissão foram rapidamente esquecidas à medida que o Brasil mergulhava numa crise econômica e política.

O crescimento da extrema direita com a sua defesa sem remorso do regime militar e uma campanha implacável da grande mídia contra a suposta corrupção dentro do PT alimentaram o sentimento conta a esquerda, resultando no impeachment da presidente Dilma Rousseff em 2016 e no processo político que levaria Jair Bolsonaro ao poder em 2018. Durante seus quatro anos como chefe de Estado, Bolsonaro e seus ministros travaram uma ofensiva implacável contra os ganhos concretos que a comunidade LGBTI+ havia alcançado desde abril de 1978, quando um grupo de intelectuais lançou o *Lampião da Esquina*, a primeira publicação política relacionada a – e elaborada por – indivíduos de diferentes orientações sexuais e identidades de gênero, sendo esse também seu público-alvo no Brasil, e um mês depois, quando um grupo de ativistas fundou a primeira organização política LGBTI+ do Brasil, que assumiu o nome Somos: Grupo de Afirmação Homossexual em janeiro de 1979.

Este ensaio analisa alguns dos principais debates que ocorreram dentro do movimento LGBTI+ durante seus primeiros anos (1978-1983) em relação aos esforços para tirar os militares do poder num momento em que novos movimentos sociais e atores políticos procuravam ampliar as discussões sobre o tipo de sociedade que as forças antirregime imaginavam com o fim da ditadura. Considera as tensões e discussões políticas entre os editores do jornal *Lampião da Esquina* e o movimento emergente, entre ativistas LGBTI+ de esquerda e anarco-libertários, e entre setores da esquerda organizada e o Grupo Somos. O fato de alguns dos elementos desses debates terem persistido ao longo das quatro décadas subsequentes é uma indicação da sua importância contínua na discussão de como enquadrar estratégias na luta contra a extrema direita, especialmente nos últimos anos.

Após apresentar o contexto sociopolítico que envolveu o surgimento do movimento LGBTI+, este ensaio analisará o projeto inicial de *Lampião da Esquina*, tal como delineado por seus editoriais e principais artigos publicados. Em seguida, considerará a dinâmica interna dentro do Somos, à medida que os membros de tendência esquerdista pressionavam por interações engajadas com outros novos movimentos sociais emergentes. Por fim, examinará os debates com setores da esquerda brasileira que argumentaram contra a priorização das lutas contra o racismo, o sexism e a homofobia para manter uma frente democrática unida contra a ditadura.

É importante notar que o autor deste ensaio interpretativo está longe de ser um espectador acadêmico “neutro”. Foi um participante ativo nas fases iniciais do movimento como líder da sua ala esquerda e membro da Convergência Socialista (CS)³. Como historiador experiente, estou plenamente consciente de que os relatos do passado produzidos por um protagonista potencialmente correm o risco de oferecer uma visão distorcida dos acontecimentos que pode ser influenciada pelas inclinações políticas de um autor (GREEN, 2018). Esse ponto deve ser levado em consideração em qualquer avaliação dos méritos de uma obra na qual o ensaísta tenha tido envolvimento pessoal. No entanto, as questões e análises apresentadas nesta leitura da história inicial do movimento merecem consideração como uma interpretação legítima das disputas em torno da direção estratégica do movimento LGBTI+ tal como formulado pelos ativistas fundadores. Mas primeiro faremos uma breve visão geral do contexto sociopolítico que está relacionado ao surgimento do movimento LGBTI+ no final da década de 1970.

Em 15 de janeiro de 1974, por votação indireta, o Congresso brasileiro escolheu Ernesto Geisel para se tornar o quarto general quatro estrelas a presidir a ditadura militar. O discurso de Geisel à nação após a votação no Congresso para torná-lo presidente repetiu os mesmos chavões proferidos por seus precursores uniformizados, a saber, a promessa de defender os objetivos da “Revolução”, como aqueles que deram o golpe de Estado se referiram à sua tomada do poder. Geisel também se comprometeu a eliminar quaisquer manifestações de “subversão”. Elogiando a “visão e tenacidade dos governos modernizadores dos militares”, afirmou que o país estava “realmente a atingir a sólida e ampla base de partida” para alcançar “um futuro não distante de grandeza, paz e justiça social” (GEISEL, 1974). Tal como as muitas proclamações dos três generais que o precederam, o tom otimista desse discurso obscureceu a natureza autoritária do regime.

Ao mesmo tempo, Geisel reconheceu os desafios que a sua nova administração enfrentou devido ao recente aumento acentuado nos preços internacionais do petróleo e à dependência do Brasil de fornecedores estrangeiros para satisfazer as suas necessidades energéticas. Tendo atuado como presidente da Petrobras de 1969 a 1973, Geisel estava ciente da vulnerabilidade do país nessa frente econômica, dadas

³ A CS foi uma organização trotskista fundada em 1978 por militantes do clandestino Partido Socialista dos Trabalhadores, cuja origem foi a Liga Operária, criada em 1974. A CS participou na fundação do PT em 1980. Expulsa do PT em 1992, juntou-se a outros grupos para formar o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), que critica o PT pela esquerda.

as limitadas reservas nacionais de petróleo. Ainda assim, encerrou seu discurso com uma mensagem otimista, prometendo “conduzir este Brasil, tão querido por todos nós, em mais um avanço amplo, seguro e decisivo em direção aos seus destinos mais altos como uma Grande Nação, próspera e coesa, generosa e justa” (GEISEL, 1974).

Nesse discurso à nação, não fez promessas de promover quaisquer mudanças na natureza do regime. Os analistas políticos da época especulavam que seu governo provavelmente retornaria às políticas mais moderadas levadas a cabo pelo general Castello Branco (1964-1967), que assumiu as rédeas do Estado em abril de 1964. No entanto, o discurso inaugural de Geisel não ofereceu nenhuma indicação de que suavizaria a dura regra característica de seu antecessor imediato, general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), a quem agradeceu em seu pronunciamento à nação.

No início de 1974, quando Geisel apresentou as suas perspectivas sobre o futuro do país, aqueles que olhavam para o estrangeiro, tanto generais como civis, sem dúvida consideraram a Revolução Portuguesa de 25 de abril, que derrubou o regime fascista do Estado Novo estabelecido em 1933, como um aviso prévio ou uma possibilidade promissora, dependendo da perspectiva política de cada um. Os generais brasileiros, sem dúvida, encararam os acontecimentos em Portugal como um sinal sinistro de que era possível que uma oposição radical de esquerda tomasse o poder do Estado. Por outro lado, muitos esquerdistas brasileiros, desmoralizados pela derrubada do governo democraticamente eleito do presidente socialista chileno Salvador Allende, em 11 de setembro de 1973, poderiam olhar para o outro lado do Atlântico e imaginar que uma insurreição popular poderia, de fato, derrotar um regime fascista.

Ainda assim, em meados de 1974, qualquer esperança de que o regime pudesse afrouxar o seu controle sobre a sociedade brasileira parecia uma fantasia passageira. Então, em 29 de agosto de 1974, Geisel fez um discurso na convenção da Aliança Renovadora Nacional (Arena), o partido político pró-governo, no início da temporada de eleições para o Congresso, em favor de uma “lenta, gradativa e segura distensão” do controle do regime (PRESIDENTE..., 1974). Ao mesmo tempo, Geisel deixou um alerta junto com sua proposta de liberalização do governo dos generais: “Aqueles que pensam que podem acelerar esse processo através do jogo de pressão manipulada sobre a opinião pública e, com isso, contra o governo, cometem erros – e cometem erros graves”. Acrescentou:

Tais pressões servirão apenas para provocar contrapressões de igual ou maior intensidade, revertendo o processo de afrouxamento lento, gradual e seguro, conforme necessário, para alcançar um clima de crescente polarização e radicalização intransigente, com um apelo à irracionalidade emocional e violência destrutiva. E isto, garanto-vos, o governo não permitirá. (PRESIDENTE..., 1974).

Em outras palavras, qualquer flexibilização do regime militar ocorreria nos termos do governo.

Durante os meses seguintes, os oposicionistas debateram qual seria a natureza exata dessa liberalização política. Os militares renunciariam ao seu controle e em que termos? Quais seriam as melhores estratégias para expulsar os generais? As eleições legislativas realizadas em 15 de novembro tornaram-se um importante

marco para medir o equilíbrio exato de poder no país. Desde a captura do Estado em 1964, os generais insistiram em reter vestígios de processos democráticos, em parte para apaziguar a sua base de apoio, que tinha entendido que a tomada do poder pelos militares tinha sido, em parte, um meio de proteger a democracia de uma suposta tomada comunista. A manutenção dos rituais formais da democracia também projetou uma imagem para seus aliados internacionais, incluindo os Estados Unidos, de que o Brasil não estava sob um regime ditatorial.

Os resultados eleitorais pegaram todos de surpresa. Nas disputas para o Senado, nas quais um terço das cadeiras foi disputado, os candidatos da oposição do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) receberam 14,5 milhões de votos em todo o país, contra 10 milhões para a Arena. A oposição política legal organizou uma campanha eleitoral dinâmica que enfatizou a necessidade de regressar a uma democracia plena e deu prioridade à resolução dos problemas socioeconômicos, uma vez que o crescimento da produção nacional nos últimos anos beneficiou principalmente os escalões superiores da sociedade brasileira. Embora a Arena tenha conquistado 203 cadeiras na Câmara dos Deputados e recebido 11,9 milhões de votos, o MDB elegeu 161 deputados e obteve quase 11 milhões de votos em todo o país. Nas eleições para legislativos estaduais, a Arena conquistou 437 cadeiras contra 330 para o MDB. Foi uma mensagem clara para os generais de que tinham perdido o apoio popular, especialmente nas áreas urbanas.

Assim, 1974 marcou o início de uma mudança no equilíbrio de poder entre o regime e a oposição. Geisel tentou administrar o processo de liberalização através do fim controlado da censura em 1975. Ele marginalizou simbolicamente setores da extrema direita dentro das Forças Armadas após as mortes do jornalista Vladimir Herzog em 1975 e do militante da classe trabalhadora Manoel Fiel Filho em 1976, ambos assassinados enquanto estavam detidos. Um ano depois, Geisel emitiu o Pacote de Abril, concebido para conter avanços acelerados da oposição dentro e fora do Congresso.

Ao longo da presidência de Geisel (1974-1979) e de seu sucessor, o general João Figueiredo (1979-1985), o ritmo do que ficou conhecido como abertura política permaneceu um cabo de guerra entre o governo e a oposição legal. Ao mesmo tempo, organizações de esquerda, ainda operando clandestinamente, fundaram jornais semanais ou mensais (a imprensa alternativa), que tentavam contornar a censura enquanto se envolviam em debates políticos sobre como acabar com o regime autoritário. Os diretores de teatro e cinema ampliaram os limites do conteúdo das suas obras, desafiando o controle governamental sobre o conteúdo artístico. Os estudantes organizaram protestos e depois greves nos *campi* contra a intervenção das Forças Armadas nos assuntos universitários e contra os administradores e professores que colaboraram com as políticas da ditadura.

Durante esse período, muitos acontecimentos inesperados perturbaram o ritmo do processo e os termos do envolvimento. Por exemplo, em abril de 1977, vários estudantes da Liga Operária, um pequeno grupo trotskista que mais tarde se tornaria a Convergência Socialista, foi preso enquanto panfletava na Grande São Paulo, pedindo um aumento salarial para os trabalhadores e a comemoração mais militante do Primeiro de Maio. O movimento estudantil de São Paulo, que vinha

organizando protestos cuidadosamente orquestrados contra o regime *dentro* da Cidade Universitária da Universidade de São Paulo (USP), mobilizou-se em apoio aos detidos e torturados. Um número crescente de atividades organizadas por estudantes culminou em uma manifestação massiva no centro de São Paulo em 5 de maio de 1977, o maior protesto público desde a Marcha de 100 mil pessoas no Rio de Janeiro em junho de 1968. Uma das faixas mais destacadas que os estudantes carregavam dizia: “Pelas liberdades democráticas”. De repente, o regime não conseguiu impedir as manifestações nas ruas. No ano seguinte, os operários da fábrica de automóveis Scania-Saab apresentaram-se para trabalhar e depois se sentaram diante das suas máquinas, desencadeando uma greve que se transformou numa onda nacional de três anos de mobilizações da classe trabalhadora. Desafiaram diretamente as políticas sindicais e econômicas da ditadura e catapultaram o líder sindical e futuro presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, para a proeminência nacional.

As mobilizações estudantis de 1977, que cresceram em intensidade em reação à política da ditadura, foram construídas a partir de esforços organizacionais dos anos anteriores e contaram, em parte, com as experiências intermediárias nas universidades entre 1969 e 1973, após a promulgação do Ato Institucional n. 5, de dezembro de 1968, que fechou o Congresso, suspendeu o *habeas corpus* e deu luz verde ao aparelho repressivo do regime para prender, torturar e assassinar oposicionistas. O conhecimento das táticas e tradições do movimento estudantil foi transmitido aos colegas e irmãos mais jovens que ingressavam em colégios e universidades durante o auge da repressão, e histórias de oposição radical de anos anteriores circulavam pelos *campi*. Em 1977, uma nova geração de jovens politizados conquistou as ruas sob uma bandeira que apelava à “liberdade democrática” e representava o impulso central dessa nova geração, nomeadamente em oposição à natureza autoritária do regime e com um desejo de uma expansão da liberdade.

Nesse sentido, grupos feministas, de consciência negra e LGBTI+ recentemente formados abraçaram a bandeira da luta por noções mais amplas de democracia em articulações que, no fundo, insistiam em repensar as perspectivas tradicionais de esquerda defendidas por grupos estudantis clandestinos sobre o tipo de Brasil que deveria existir com o fim da ditadura. Como salienta o sociólogo alemão Karl Mannheim (1972), é a participação num sentido comum de destino que une uma geração. Aqui, existia o sentimento generalizado tanto de que os dias da ditadura estavam contados, como de que o futuro significava maior liberdade. Esses sentimentos representam um ethos geracional. Os ativistas desse período estavam convencidos de que sua participação em diferentes grupos e movimentos estava ligada a algo novo e positivo que estava acontecendo no Brasil e que eles eram agentes ativos desse processo.

Paralelamente a esse processo de liberalização controlada, mudanças socioeconômicas significativas no país criaram as condições para o surgimento de um movimento LGBTI+ politizado no final da década de 1970. Durante as décadas de 1950 e 1960, centenas de milhares de homens e mulheres com identidades de gênero e sexualidades não normativas escaparam dos preconceitos e das múltiplas formas de discriminação por parte de suas famílias, vizinhos e meios sociais e se mudaram para capitais estaduais ou para a então capital do país, Rio de Janeiro.

Nesses centros urbanos eles e elas criaram redes de apoio e ocuparam espaços sociais públicos onde tinham relativa liberdade para socializar. A expansão econômica entre 1968 e 1973, o tão aclamado “milagre econômico” do regime militar, que favoreceu principalmente as classes média e alta, aumentou o número de consumidores que tinham rendimentos dispensáveis e puderam apoiar uma expansão de bares, restaurantes e discotecas. Esse processo contribuiu para criar uma noção elevada de identidade coletiva nos espaços conquistados dos gays, das lésbicas e das pessoas trans. As mudanças culturais internacionais que questionaram as normas tradicionais de gênero e sexuais tiveram manifestações nacionais, especialmente entre a geração de jovens pós-1968, que criaram núcleos de resistência às noções hegemônicas de heteronormatividade. Feministas, ativistas negras e um pequeno número de intelectuais LGBTI+ entenderam a liberalização política prometida por Geisel como uma oportunidade para introduzir novos temas nos debates entre os opositores ao regime (GREEN, 2022).

Esse novo contexto político foi notado no primeiro editorial de *Lampião da Esquina*, que foi fundado por cerca de uma dúzia de escritores, jornalistas, artistas e acadêmicos abertamente homossexuais, que apelavam para que gays e lésbicas saíssem dos espaços seguros do “gueto” e aproveitassem as novas aberturas políticas no país. Lia-se no *Lampião*:

Brasil, março de 1978. Ventos favoráveis sopram no rumo de uma certa liberalização do quadro nacional: em ano eleitoral, a imprensa noticia promessas de um Executivo menos rígido, fala-se na criação de novos partidos, de anistia; uma investigação das alternativas propostas faz até com que se fareja uma “abertura” do discurso brasileiro. Mas um jornal homossexual, para quê? (CONSELHO..., 1978).

A resposta do editorial foi clara e direta:

[...] é preciso dizer não ao gueto e, em consequência, sair dele. O que nos interessa é destruir a imagem-padrão que se faz do homossexual, segundo a qual ele é um ser que vive nas sombras, que prefere a noite, que encara a sua preferência sexual como uma espécie de maldição, que é dado aos ademanes e que sempre esbarra, em qualquer tentativa de se realizar mais amplamente enquanto ser humano, neste fator capital: seu sexo não é aquele que ele desejaría ter. (CONSELHO..., 1978).

O editorial postulava que assumir-se perante a sociedade era um elemento-chave no processo de obtenção de plenos direitos democráticos. Com base no conteúdo do primeiro artigo de opinião do periódico, ficou claro que o público-alvo do *Lampião* eram gays, mas os editores apontaram outros movimentos sociais emergentes como aliados-chave que mereciam cobertura nas páginas da revista: “Nós pretendemos, também, ir mais longe, dando voz a todos os grupos injustamente discriminados – dos negros, índios, mulheres” (CONSELHO..., 1978). Essa afirmação é particularmente significativa se considerarmos que o movimento feminista revitalizado mal tinha três anos; o Movimento Negro Unido só realizaria seu icônico protesto em frente ao Teatro Municipal vários meses depois; e o movimento

indígena era pouco visível no Rio de Janeiro e em São Paulo, sede da maioria dos membros do conselho editorial de *Lampião*. Ainda assim, ao longo dos seus 37 números regulares e três especiais, *Lampião* publicou entrevistas e artigos sobre esses movimentos sociais emergentes e as questões que levantaram num sinal de solidariedade com a organização de outras “minorias oprimidas”.

Embora não seja explicitamente citado no editorial, o impulso político de ser um veículo tanto para os homossexuais quanto para outros grupos marginalizados pela sociedade brasileira era uma ideia que circulava internacionalmente desde o final da década de 1940. Em 1950, um pequeno grupo de ex-membros do Partido Comunista dos Estados Unidos e outros gays que viviam em Los Angeles fundaram a Mattachine Society, a primeira organização gay politizada nos Estados Unidos. Na formação da organização, os fundadores fizeram uma analogia entre os homossexuais como um grupo oprimido e a realidade dos afro-americanos (CHARLES, 2010). Embora os editores do *Lampião* possam não ter conhecido a história específica daquela tentativa pioneira de estabelecer ligações entre a discriminação dos homossexuais e a opressão de outros grupos sociais, os movimentos de libertação das mulheres e dos gays e das lésbicas que eclodiram no final da década de 1960 nos Estados Unidos, na Europa e partes da América Latina iniciaram em uma série de conversas entre esses movimentos sociais. Porém, no Brasil o Ato Institucional n. 5 eliminou qualquer devido processo legal ou direitos civis, destruindo quaisquer ilusões de que seria possível formar um novo movimento social no auge da repressão contra a oposição ao regime militar. Entretanto, as mudanças prometidas por Geisel meia década depois apresentaram novas possibilidades, as quais foram aproveitadas pelos editores do *Lampião*.

Em 1974, quando Geisel prometeu uma liberalização controlada, o regime militar tinha destruído com sucesso a resistência armada à ditadura que tinha sido levada a cabo por uma minoria de militantes do movimento estudantil. Operando clandestinamente, o Partido Comunista, pró-soviético, e mais tarde o Partido Comunista do Brasil, pró-China, concentrariam grande parte das suas energias no trabalho com o MDB, o partido de oposição legal. Em breve se juntariam a eles militantes que anteriormente haviam apoiado a luta armada.

Ao mesmo tempo, novas organizações políticas marxistas, alinhadas internacionalmente com associações trotskistas que criticavam a natureza autoritária dos regimes socialistas, ganharam apoio entre ativistas estudantis nos *campi* em todo o país. Desvinculado das noções stalinistas tradicionais de que a homossexualidade era um produto da decadência burguesa e que desapareceria com o advento de uma revolução socialista, no final de 1978, Maria José Lourenço, um líder fundador da Convergência Socialista, apoiou a proposta do autor deste texto para formar um grupo dentro dessa organização. O objetivo era realizar discussões internas sobre a natureza da opressão de pessoas com identidades de gênero e desejos sexuais não normativos, ao mesmo tempo que incentivava o Somos a construir alianças com outros movimentos sociais, conforme preconizado no primeiro editorial do *Lampião* (GREEN, 2018).

Embora na época houvesse apenas dois (e às vezes três) membros da CS participando do Somos, a proposta deste autor de participar de um protesto do Movimento Negro Unificado (MNU) contra o racismo em 20 de novembro de 1979 em São Paulo foi abraçada com entusiasmo pelo Grupo Somos. Marcou o primeiro

passo do movimento para um diálogo com o MNU sobre o racismo e a discriminação das pessoas LGBTI+. No ano seguinte, a decisão dos homens do Somos de se juntarem às lésbicas da organização no II Congresso da Mulher Paulista, realizado em março de 1979, refletiu uma crescente consciência feminista entre as mulheres do Somos e um número significativo de homens do grupo (GREEN, 2020).

No entanto, talvez a contribuição mais importante da microminoria socialista dentro do Somos, que se alinhou com a orientação política inicial dos editores fundadores do *Lampião* sobre a saída do gueto, tenha sido a decisão de 50 lésbicas e gays de se juntarem à passeata e comício do Primeiro de Maio realizado durante a greve geral de 1980 dos empregados dos setores metalúrgicos e automobilísticos nas cidades industriais do entorno de São Paulo. Duas faixas que os manifestantes LGBTI+ carregaram naquele dia denunciavam a tomada de poder sobre os sindicatos em greve pelo governo e apelavam ao fim da discriminação dos/das trabalhadores/as homossexuais. Fotos do contingente lésbico e gay tornaram-se símbolos icônicos do esforço precoce para iniciar um diálogo com o movimento trabalhista brasileiro, à medida que este se tornava um ator-chave na oposição ao regime militar. E mais de 40 anos depois, Luiz Inácio Lula da Silva, que em 1980 estava preso durante a greve por violar a Lei de Segurança Nacional, chegou a abraçar a visibilidade do movimento LGBTI+ numa releitura revisionista da própria história do seu sindicato, na qual afirmou que as faixas acima mencionadas foram produzidas pelos próprios metalúrgicos (GREEN, 2024, p. 113-114).

Embora o primeiro editorial do *Lampião* tenha proclamado a urgência de sair do gueto e se engajar em outros setores da sociedade brasileira, a reação às modestas propostas dos dois militantes socialistas do Somos de se envolver com outros movimentos sociais provocou uma resposta desproporcional entre os principais editores de *Lampião* (BITTENCOURT, 1980; SILVA, 1980; PENTEADO, 1980; TREVISAN, 2000, p. 353-363). Também levou à acusação, levantada por uma minoria de membros do grupo, de que a CS havia assumido o controle da organização. Em resposta, os editores abandonaram sumariamente o grupo.

Existem múltiplas explicações possíveis para essa reação exagerada que reflete tanto o momento político como os debates entre membros influentes do Somos e das esquerdas. Embora um pequeno número de membros do Somos já estivesse envolvido no movimento estudantil dominado pelas esquerdas, a grande maioria daqueles que aderiram à organização tinha pouca ou nenhuma experiência política antes de participar das reuniões do grupo. Tendo sido criado e educado durante o auge da repressão política e da censura durante o governo Médici (1969-1974) e sem influências pessoais ou familiares para contrariar o discurso anticomunista generalizado do regime, a imagem da CS “infiltrando-se” no Grupo Somos se alinhava com a propaganda governamental sobre os subversivos perigosos em todos os lugares. Isso se somava às posições contrárias aos comunistas e socialistas de dois dos editores mais proeminentes de *Lampião*: Aguinaldo Silva, que era o editor-chefe de fato, e João S. Trevisan, que fundou o grupo em São Paulo e expressou o que poderia ser denominado como crítica anarco-libertária à esquerda marxista. Ambos alegaram ter sofrido discriminação homofóbica na década de 1960 por membros de organizações clandestinas de esquerda às quais estavam ligados, que defendiam

ideias tradicionais sobre a homossexualidade como uma prática moralmente perversa e/ou um produto do comportamento burguês decadente (SILVA, 1980).

Por um lado, pareceria razoável que antigos simpatizantes de esquerda ou ex-militantes ligados a grupos que defendiam ideias marxistas tradicionais sobre a homossexualidade desconfiassem de uma nova organização de esquerda que afirmava oferecer uma visão alternativa e positiva da sexualidade entre pessoas do mesmo sexo. Trevisan (2000, p. 353-363) sugeriu que qualquer organização marxista que não condenasse explicitamente a homossexualidade poderia tentar “usar” o movimento emergente para fins populistas ou eleitorais, transformando os militantes LGBTI+ em peões políticos das esquerdas. No entanto, a maioria das organizações de esquerda tinha uma visão desfavorável da homossexualidade, considerando-a incompatível com a moral da classe trabalhadora. Ou seja, a crítica de Trevisan era pouco realista dado o contexto, já que era improvável que esses grupos apoiasssem genuinamente o movimento LGBTI+.

Outra questão era a desconfiança em relação às organizações de esquerda, uma resposta às ações do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) dentro do movimento de mulheres. O MR-8 foi uma organização que optou pela luta armada na década de 1960, mas passou a trabalhar dentro do MDB no final da década de 1970. No II Congresso da Mulher Paulista, em março de 1980, militantes do MR-8 realizaram agressivas ações contra as organizadoras do evento, atacando efetivamente as feministas, as lésbicas do Somos e os apoiadores masculinos (TREVISAN, 1980). Diante dessa experiência, alguns membros do Somos temiam que a CS pudesse agir de maneira semelhante, provocando a mesma desordem dentro do Somos.

A terceira preocupação resultou de questões levantadas nas discussões em curso sobre estratégias para derrotar o regime militar. Conforme documentado (GREEN, 2014b), em fevereiro de 1979, André Singer, estudante de ciências sociais da Universidade de São Paulo e líder do grupo estudantil Novo Vento, organizou uma série de quatro debates sobre “minorias” a partir de uma sugestão de seu pai, Paulo Singer, um famoso sociólogo que havia sido expulso da USP pela ditadura em 1969 (SINGER, 2022). A noite que focou no movimento LGBTI+ gerou um debate animado entre militantes de vários grupos das esquerdas e membros do Somos que participaram do evento sobre as formas de construir uma frente ampla para acelerar a prometida liberalização de Geisel e de seu sucessor, João Figueiredo (DANTAS, 1979).

Em termos simples, os membros das organizações de esquerda nos *campi* universitários que estavam ligados a organizações marxista-leninistas semiclandestinas argumentaram que levantar questões sobre sexism, racismo e homofobia (embora este não fosse um termo usado na época) dividia a oposição à ditadura, alegadamente colocando um grupo contra o outro. Sem apresentar explicitamente o argumento, esse raciocínio implicava que a classe trabalhadora – a liderança idealizada de qualquer movimento antiditadura bem-sucedido, no que diz respeito à maioria dos militantes de inspiração marxista – poderia sentir-se desconfortável com questões relacionadas a gênero e sexualidade e, portanto, distanciar-se de qualquer frente ampla contra o regime.

Da mesma forma, dado o fato de que o discurso hegemônico na época sobre o Brasil como uma democracia racial poderia provocar desunião entre trabalhadores

brancos e negros, apontar o racismo estrutural poderia igualmente alienar os trabalhadores brancos da frente. No que diz respeito ao movimento das mulheres, o contra-argumento tácito ao combate ao sexismo era que ele provocaria conflitos entre trabalhadores homens e mulheres. Além disso, segundo a lógica, as feministas estavam apenas interessadas nas preocupações da classe média, como a igualdade salarial entre as mulheres profissionais, em vez de abordar questões pertinentes às mulheres da classe trabalhadora.

Por que então a Convergência Socialista foi a única organização de esquerda no Brasil que defendeu os direitos LGBTI+ em 1979? Na época, pelo menos quatro grupos políticos brasileiros afirmaram fidelidade ao movimento fundado pelo revolucionário russo Leon Trotsky (1879-1940). Todos eles tinham conexões internacionais nos Estados Unidos e na Europa, onde organizações trotskistas irmãs cresceram em tamanho e influência devido à sua participação nos EUA no movimento contra a guerra do Vietnã e na radicalização estudantil europeia inspirada na revolta de maio de 1968 na França (HALSTEAD, 1978; REED 2018-2019). No rescaldo de 1968, o surgimento de grupos gays e lésbicas nos Estados Unidos e na Europa provocou um debate interno dentro de algumas dessas organizações trotskistas, que no início da década de 1970 abraçaram as exigências democráticas do movimento LGBTI+ e as integraram no programa geral da suas organizações (PHELPS, 2013; SIBILIS, 2009)⁴. No Brasil, a Convergência Socialista manteve ligações com o Socialist Workers Party (Partido Socialista dos Trabalhadores), a maior organização trotskista nos Estados Unidos, que em meados da década de 1970 era um defensor declarado dos direitos LGBTI+. A liderança da CS, embora não claramente consolidada por trás do apoio incondicional às articulações do movimento LGBTI+ brasileiro, ainda assim apoiou a formação da Facção Homossexual em suas fileiras (ACARY, 2024). Os trotskistas brasileiros que apoiavam a corrente liderada pelo economista belga Ernest Mandel e que mais tarde se organizariam como Democracia Socialista em 1980 também apoiariam o emergente movimento LGBTI+, embora esse agrupamento político não tivesse membros LGBTI+ assumidos para liderar essa agenda política (SCHMIDT, 2018)⁵. Militantes da Organização Socialista Internacional (OSI), que organizou o grupo estudantil Liberdade e Luta (Libelu) e seguiu a corrente política liderada pelo trotskista francês Pierre Lambert, posicionaram-se contra qualquer discriminação aos gays ou às lésbicas, mas consideraram a questão pessoal e não uma questão política (OKITA, 1981, p. 66-67).

Com uma liderança solidária, um punhado de militantes gays e lésbicas e uma pequena participação dentro do grupo LGBTI+ mais importante do Brasil na época, a Convergência Socialista tornou-se a representante substituta de todas as esquerdas. Ironicamente, em vez de criticar os setores da esquerda que rodeiam o Partido Comunista Brasileiro, pró-soviético, os grupos dissidentes que dele se separaram para fundar o Partido Comunista do Brasil, pró-China, ou outras organizações

4 Na Argentina, Nestor Perlongher, um dos líderes da Frente de Libertação da Argentina, fundada em 1971, havia sido militante do grupo trotskista Partido Obrero (BEN; INSAUSTI, 2017).

5 Apoiadores da Democracia Socialista escreveram vários artigos sobre o movimento LGBTI+ em 1980 que apareceram na revista *Em Tempo*. Ver, por exemplo: Montero; Mott; Asunção (1981).

lideradas por estudantes que se juntaram à luta armada no final da década de 1960, os principais editores do *Lampião* lançaram suas críticas contra a única organização de esquerda que realmente apoiava o programa do movimento (BITTENCOURT, 1980; PENTEADO, 1980; SILVA, 1980).

Escondendo-se atrás do argumento de que de alguma forma a CS usaria o movimento LGBTI+ para fins eleitorais ou outras medidas nefastas, Trevisan e seus seguidores levantaram outras questões sobre a natureza das esquerdas durante esse período de transição. Utilizando argumentos semelhantes aos articulados pelos defensores dos militares sobre a “infiltração” de elementos subversivos em sindicatos, universidades e organizações populares, eles insistiram que o movimento deveria ser independente ou autônomo de qualquer partido político ou ideologia (TREVISAN, 2000, p. 353-363). No entanto, enquanto o marxismo como ideologia era considerado “estranho” ao movimento, o “feminismo” era considerado compatível e, portanto, aceitável. Esses mesmos membros do Somos argumentaram que, diferentemente do movimento estudantil, que operava com base na democracia participativa e no governo da maioria, o grupo deveria tomar decisões com base no consenso, um processo de tomada de decisão em que uma pequena minoria poderia bloquear as decisões da maioria.

Depois que os dissidentes do Somos deixaram a organização em maio de 1980, alegando a associação do grupo à CS, a maioria restante aprovou uma resolução afirmando que pessoas de todos os partidos políticos eram bem-vindas para ingressar no grupo, que, no entanto, permaneceria não partidário (SOMOS, 1980). Várias semanas depois, as dissidentes do Somos, juntamente com a maioria das lésbicas que romperam laços com o grupo para estabelecer uma organização lésbica feminista independente, uniram forças com a maioria do grupo que tinham acabado de abandonar para organizar uma manifestação pública contra a repressão policial no centro de São Paulo. Essa ação conjunta, que incluiu um comício em frente ao Teatro Municipal e uma passeata de 800 a mil pessoas no centro da cidade, marcou a primeira mobilização política em grande escala do movimento LGBTI+ contra a repressão patrocinada pelo Estado (FREITAS, 2018).

Durante os primeiros anos do movimento, entre 1978 e 1983, o acalorado debate que ocorreu na USP em fevereiro de 1979 sobre como forjar uma estratégia unificada para derrotar a ditadura permaneceu uma discussão um tanto abstrata. O regime militar fez tudo o que estava ao seu alcance para dividir a oposição através de manobras políticas. Naquela altura ainda não estava claro que tipo de regime se seguiria ao da ditadura. À medida que Geisel cedeu o poder ao seu sucessor, escolhido a dedo, o general João Figueiredo, o processo de abertura política contida e controlada continuou. Enfrentando a pressão crescente do movimento, que exigia anistia para todos os presos políticos e o regresso dos exilados e dos banidos do país, os militares aprovaram uma lei de anistia (BRASIL, 1979) em agosto desse ano, que possibilitou o retorno da maioria dos exilados e a libertação da maioria dos presos políticos, embora a medida também protegesse os agentes estatais de tortura de serem processados.

Dado o contínuo sucesso eleitoral do movimento de oposição MDB, os militares aproveitaram-se do fato de que vários ex-líderes exilados estavam agora a competir para assumir o manto da liderança da oposição após o seu regresso ao Brasil. A lei de

reorganização partidária de 1980, que aboliu o sistema bipartidário e permitiu a formação de novos partidos políticos, foi uma clara estratégia de dividir para conquistar, concebida pelos militares para fragmentar a oposição e impedir que o MDB se tornasse a voz unificada contra o governo dos generais. O ex-governador Leonel Brizola reuniu forças de esquerda ao seu redor para estabelecer o Partido Democrático Trabalhista (PDT), e Luiz Inácio Lula da Silva uniu o movimento trabalhista, militantes da esquerda da igreja católica e diferentes organizações de esquerda, incluindo a maioria dos grupos trotskistas, para formar o Partido dos Trabalhadores (PT).

Assim, apesar das discussões sobre a necessidade de formação de uma frente única para derrotar a ditadura, a esquerda dividiu-se em três campos: um setor apoiou Brizola e o recém-formado PDT; o Partido Comunista Brasileiro e a maioria das organizações que dele se separaram permaneceram no MDB; enquanto outros setores da esquerda gravitaram em torno do PT, que, apesar do seu crescimento posterior e sucesso eleitoral, foi relativamente fraco nos seus anos de fundação. As discussões sobre feminismo, racismo e sentimentos anti-LGBTI+ não causaram a fratura da esquerda. Em vez disso, as manobras político-partidárias e eleitorais foram as principais razões para o fracasso na criação de uma ampla frente única no final da década de 1970 e no início da década de 1980. Embora muitos militantes da esquerda trotskista e marxista-leninista que mantiveram influência no movimento estudantil imaginassesem que uma transição poderia desencadear um processo que levaria a uma revolta revolucionária, como ocorreu em Portugal, não foi o caso do Brasil. Ao mesmo tempo, a transição do regime autoritário para o regime democrático foi um processo longo e lento que demorou de 11 a 15 anos, dependendo de quando se considerou que o processo terminou, ou seja, em 1985, com o primeiro presidente civil escolhido indiretamente, ou em 1989, com as primeiras eleições presidenciais diretas.

As graves crises econômicas da década de 1980 e a instabilidade política gerada significaram que a consolidação da democracia foi um processo longo e demorado. A maioria das organizações LGBTI+ da “primeira onda” do movimento (1978-1983) dissolveu-se, só voltando a ganhar vida plena no final da década de 1990, com as cada vez maiores paradas do orgulho, que acabaram por mobilizar milhões de pessoas em todo o país. Durante esse período, ativistas LGBTI+ dentro do PT pressionaram-no a abraçar o programa do movimento. Ao mesmo tempo, a extrema direita, os protestantes evangélicos e os católicos conservadores uniram forças para usar as questões LGBTI+ para construir a sua base e dividir a sua oposição. Nas eleições presidenciais de 2018, por exemplo, a campanha de Bolsonaro usou o pânico moral em torno de um suposto esforço de Fernando Haddad, ex-ministro da Educação e candidato à presidência pelo PT, para promover a homossexualidade nas escolas públicas por meio do infame e essencialmente fictício “kit gay”.

À medida que o PT ganhou apoio popular através do processo eleitoral, surgiu a questão de levantar temas que eram controversos entre setores da população e utilizados pelas forças conservadoras para minar a lealdade ao partido político de massas de esquerda. Embora as principais questões levantadas pelo movimento LGBTI+, que enfatizam o respeito pelas identidades de gênero e sexualidades não normativas, tenham sido integradas no programa geral do PT e se tornado

proeminentes nas campanhas eleitorais de candidatos do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), os setores pragmáticos dentro do PT continuam cautelosos em abraçar totalmente a causa devido a considerações eleitorais. Reconhecendo que grandes setores da população brasileira são conservadores em relação a questões sobre gênero e sexualidade, eles argumentam que colocar as questões LGBTI+ como eixo principal nas campanhas eleitorais prejudicará o apoio de setores da sociedade brasileira que atualmente apoiam a direita ou a extrema direita.

Aqueles dentro da esquerda que propõem silenciar as vozes do movimento LGBTI+ para evitar desastres eleitorais não parecem compreender o conteúdo profundamente democrático do programa do movimento. Embora não tenha sido explicitamente articulado, o apelo feito em 1977 pelo movimento estudantil às liberdades democráticas não só representou o ethos de uma geração, mas, juntamente com o apelo à justiça socioeconômica, também resumiu a essência do movimento para derrubar o regime militar. Em 1988, uma proposta para incluir uma disposição na Constituição para proibir a discriminação com base na orientação sexual não conseguiu conquistar a maioria dos membros da Assembleia Constituinte, embora todos os representantes dos partidos de esquerda apoiassem a alteração. Embora pareça uma afirmação bastante banal de se fazer, a expressão popular de esquerda de que “Ninguém é livre até que todos sejam livres” aplica-se apropriadamente aqui. Negociar princípios por considerações eleitorais pode ganhar alguns votos a curto prazo, mas mina o esforço mais estratégico de lutar por uma sociedade em que a igualdade e os plenos direitos democráticos sejam respeitados para todos os cidadãos.

SOBRE O AUTOR

JAMES N. GREEN é professor emérito de História Moderna da América Latina e Estudos Portugueses e Brasileiros da Brown University e presidente do Conselho de Administração do Washington Brazil Office (WBO).

james_green@brown.edu

<https://orcid.org/0000-0002-0886-0318>

REFERÊNCIAS

ACARY, Valerio. Entrevista concedida ao autor em São Paulo, 21 de julho de 2024, gravação digital.

BEN, Pablo; INSAUSTI, Santiago Joaquin. Dictatorial rule and sexual politics in Argentina: the case of the Frente de Liberación Homosexual, 1967-1976. *Hispanic American Historical Review*, v. 97, n. 2, 2017, p. 297-325. <https://doi.org/10.1215/00182168-3824077>.

- BITTENCOURT, Francisco. Homossexuais: a nova força. *Lampião da Esquina*, ano 2, n. 24, maio 1980, p. 4-5. Disponível em: <https://shorturl.at/OtlkE>. Acesso em: out. 2024.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Ato Institucional n. 5, de 13 de dezembro de 1968. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e... Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm. Acesso em: out. 2024.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n. 6.683, de 28 de agosto de 1978. Concede anistia e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm. Acesso em: out. 2024.
- CHARLES, Douglas M. From subversion to obscenity: The FBI's investigations of the early homophile movement in the United States, 1953-1958. *Journal of the History of Sexuality*, v. 19, n. 2, May 2010, p. 262-287. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/pdf/40663409.pdf>. Acesso em: out. 2024.
- CONSELHO EDITORIAL. Saindo do gueto. *Lampião da Esquina*, n. 0, abril 1978, p. 2. Disponível em: <https://shorturl.at/iYmbd>. Acesso em: out. 2024.
- DANTAS, Eduardo. Negros, mulheres, homossexuais e índios nos debates da USP. *Lampião da Esquina*, n. 10, março 1979, p. 9. Disponível em: <https://shorturl.at/H85lk>. Acesso em: out. 2024.
- FREITAS, Rafael. As rondas policiais de combate à homossexualidade na cidade de São Paulo – (1976-1982). In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (Org.). *História do movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2018, p. 130-155.
- GEISEL, Ernesto. 15 de janeiro de 1974 – Saudação ao povo brasileiro, pela televisão, após decisão do Colégio Eleitoral. Biblioteca da Presidência da República. Disponível em: <https://shorturl.at/RJBfp>. Acesso em: out. 2024.
- GREEN, James N.; QUINALHA, Renan. Ditadura e homossexualidades. In: Brasil. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório: textos temáticos*. Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014a, p. 299-311. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 2). Disponível em: <https://shorturl.at/nDCv2>. Acesso em: out. 2024.
- GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (Org.). *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: EdUFSCar, 2014b.
- GREEN, James N. Forjando alianças e reconhecendo complexidades: as ideias e experiências pioneiras do Grupo Somos de São Paulo. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (Org.). *História do movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2018, p. 63-78.
- GREEN, James N. Lesbian voices and radical feminism within the Brazilian “Homosexual Movement” of the 1970s and early 1980s. *Brésil(s): Sciences humaines et sociales*, 2020. <https://doi.org/10.4000/bresils.9002>.
- GREEN, James N. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. 3. Ed., revisado e ampliado com novo capítulo. São Paulo: Editora Unesp, 2022.
- GREEN, James N. *Escritos de um viado vermelho: política, sexualidade e solidariedade*. São Paulo: Editora Unesp, 2024.
- HALSTEAD, Fred. *Out now!: a participant's account of the American movement against the Vietnam war*. New York: Monad Press, 1978.
- MANNHEIM, Karl. *Essays on the sociology of knowledge*. Edited by Paul Kecskemeti. New York: Oxford University Press, 1952; New York: Routledge, 1972.
- MONTERO, Vilma; MOTT, Luis; ASUNÇÃO, Aroldo. Homossexuais e o 1º de Maio. *Em Tempo*, May 1981, p. 14-27.

- OKITA, Hiro. *Homossexualismo*: da opressão à libertação. São Paulo: Editora Proposta, 1981.
- PENTEADO, Darcy. Convergindo: da Mesopotâmia a Richetti. *Lampião da Esquina*, n. 31, dezembro 1980, p. 14. Disponível em: <https://shorturl.at/87Sbq>. Acesso em: out. 2024.
- PHELPS, Christopher. The closet in the party: the Young Socialist Alliance, the Socialist Workers Party, and homosexuality, 1962-1970. *Labor*, v. 10, n. 4, 2013, p. 11-38. <https://doi.org/10.1215/15476715-2348682>.
- PRESIDENTE anuncia distensão gradativa e segura. *O Globo*, 30 de agosto de 1974.
- QUINALHA, Renan. *Contra a moral e os bons costumes*: a ditadura e a repressão à comunidade LGBT. São Paulo: Companhia das Letras, 2021. (Coleção Arquivos da Repressão no Brasil).
- REED, Ernest. May 1968: workers and students together. *International Socialist Review*, n. III (Winter 2018-2019). Disponível em: <https://shorturl.at/r7sCa>. Acesso em: 23 ago. 2024.
- SCHMIDT, Benito Bisso. “João ama Pedro! Por que não?": a trajetória de um militante socialista em tempos de redemocratização. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa (Org.). *História do movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018, p. 297-309.
- SIBALIS, Michael. The spirit of May 68 and the origins of the gay liberation movement in France. In: FRASIER, Lessie Jo; COHEN, Deborah (Ed.). *Gender and sexuality in 1968*: transformative politics in the cultural imagination. Palgrave Macmillan, New York 2009, p. 235-253.
- SILVA, Aguinaldo. Compromissos, queridinhas? Nem morta! *Lampião da Esquina*, n. 26, julho 1980, p. 10-II. Disponível em: <https://shorturl.at/PquVA>. Acesso em: out. 2024.
- SINGER, André. Entrevista concedida a James N. Green em São Paulo, 26 de maio de 2022, gravação digital.
- SOMOS. Pontos de princípio do Grupo Somos. junho de 1980, mimeo., arquivo do autor.
- TREVISAN, João S. Congresso das Genis: esquerda joga bosta nas feministas. *Lampião da Esquina*, ano 2, n. 23, abril 1980, p. 6-8. Disponível em: <https://shorturl.at/AmI9v>. Acesso em: out. 2024.
- TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso*: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Record, 2000.

Pensamento e ciência social no pós-1964: da crítica classista e afrocentrada do dualismo ao seu resgate

[Thought and social science in the post-1964 period: from the classist and afrocentric critique of dualism to its rescue

Marco Antonio Perruso¹

Guilherme Pessoa²

Agradecemos aos pareceristas pelas valiosas sugestões, as quais aprimoraram o presente artigo.

RESUMO • Abordam-se, neste texto, as ciências sociais no pós-1964 e a recorrência do dualismo analítico nas interpretações do Brasil. Revisa-se o pensamento dos anos 1970-1980 que observou os movimentos populares, bem como o pensamento afro-brasileiro. São resumidas as mudanças na década de 1990, com destaque para a centralidade das políticas públicas, entendida como um retorno ao dualismo em nosso pensamento. Analisando marcadores sociais de classe, raça e gênero de autores canônicos, sugere-se uma explicação para a história das interpretações do Brasil, alterada radicalmente no final do século.

• **PALAVRAS-CHAVE** • Pensamento social brasileiro; pensamento afro-brasileiro;

dualismo. • **ABSTRACT** • The article addresses the social sciences after 1964 and the recurrence of analytical dualism in interpretations of Brazil. The article revisits the thought of the 1970s and 1980s, which observed popular movements, as well as Afro-Brazilian thought. The changes in the 1990s are summarized, with emphasis on the centrality of public policies, understood as a return to dualism in our thought. By analyzing social markers of class, race and gender of canonical authors, an explanation is suggested for the history of interpretations of Brazil, which changed radically at the end of the century. • **KEYWORDS** • Brazilian social thought; Afro-Brazilian thought; dualism.

Recebido em 20 de agosto de 2024

Aprovado em 19 de novembro de 2024

PERRUSO, Marco Antonio; PESSOA, Guilherme. Pensamento e ciência social no pós-1964: da crítica classista e afrocentrada do dualismo ao seu resgate. *Rev. Inst. Estud. Bras.* (São Paulo), n. 89, 2024, e10720.



Seção: Dossiê

DOI: 10.11606/2316901X.n89.2024.e10720

¹ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ, Seropédica, RJ, Brasil).

² Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil).

Este artigo versa sobre o pensamento social e as ciências sociais nacionais pós-1964 sob o ângulo da presença de concepções dualistas e antidualistas nas interpretações a respeito do Brasil: as primeiras, confiantes na modernização do país (via Estado ou mercado), as segundas, formulando nossa problemática como modernização conservadora que tende a repor o atraso.

Para tanto, iniciamos revisitando a trajetória do pensamento social brasileiro dos anos 1970 e 1980, que se concentrou nas mobilizações políticas das classes populares enquanto eixo fundamental da mudança social e da democratização. Tal ênfase se justifica face ao alegado protagonismo de instituições estatais, axioma recorrente no nacional-desenvolvimentismo até então dominante, supostamente mais capazes de impulsionar a modernização brasileira. A mesma ênfase propicia distinguir nuances na produção intelectual de diferentes cientistas sociais, ora apostando na reconstrução da institucionalidade democrática, ora conferindo maior agência aos movimentos sociais, entendidos enquanto atores coletivos de extração popular. Assim procedemos partindo de Perruso (2009), bem como de material empírico pouco utilizado, constante em Perruso e Araujo (2015), consistindo de entrevistas de intelectuais acadêmicos partícipes das transformações por que passaram nosso pensamento e ciência social em anos posteriores ao golpe de 1964.

Logo após, apresentamos – à parte – uma síntese similar da trajetória do pensamento afro-brasileiro. Tal se justifica por sua própria invisibilidade, historicamente ensejada pelo racismo estrutural pós-escravidão, de maneira que foi diminuto o diálogo entre o pensamento social referido às classes populares e a produção intelectual oriunda dos movimentos negros no Brasil. A separação expositiva reflete – e assim denuncia – os obstáculos colocados à participação negra no “processo dialético do conhecimento” (MOURA, 2019, p. 52) relativo ao mundo das ideias no país.

A seguir, percorremos sucintamente as mudanças políticas e intelectuais que se deram no país a partir da década de 1990, com destaque para a centralidade das políticas públicas para nossas ciências sociais, a qual está referida à emergência do lulismo já no século XXI. Compreendemos essa jornada histórica como um retorno ao dualismo no pensamento social brasileiro, expresso numa revalorização da ação estatal sob nosso capitalismo periférico.

Por fim, mobilizando dados empíricos recolhidos em pesquisa da ordem da sociologia dos intelectuais, envolvendo marcadores sociais de classe, raça e gênero de autores considerados canônicos do pensamento nacional, traçamos determinado caminho explicativo para a história das interpretações sobre o Brasil. Esta secundarizou os movimentos de trabalhadores, mulheres, negros e indígenas como atores sociais autônomos, e não percebeu os múltiplos conhecimentos, científicos ou não, elaborados (às vezes pioneiramente) por seus intelectuais, notadamente no âmbito do pensamento afro-brasileiro. Tais conhecimentos dão continuidade a uma tradição fortemente crítica, tanto de nossa modernização como do dualismo analítico correlato. Tradição essa radicalizada no pós-1964 e que chegou a ser hegemônica no pensamento social em décadas seguintes ao golpe empresarial-militar.

A CRÍTICA AO POPULISMO E AO PARADIGMA ESTATAL-NACIONAL

Três fatores estruturaram as mudanças do pensamento e das ciências sociais nacionais pós-golpe: o predomínio de um padrão universitário de atuação intelectual; a crítica à esquerda e ao nacionalismo predominantes no pré-64; e uma aproximação com o campo popular que viria a se constituir depois, via novos movimentos sociais e sindicais (PERRUSO, 2009).

Intelectuais em geral, cientistas sociais em particular, passaram então a fazer um ajuste de contas com os modelos teóricos hegemônicos no pré-64: o nacionalismo populista e o marxismo pecebista – ambos dualismos esperançosos na modernização brasileira conduzida pelo Estado. A respeito, o artigo de Francisco de Oliveira (1972) é paradigmático. Em fins da década seguinte, o encontro posterior com aqueles emergentes movimentos dos trabalhadores sensibilizou fortemente o campo acadêmico e funcionou como evidência empírica da tese antidualista da modernização conservadora: nosso problema não era o insuficiente desenvolvimento nacional, mas o próprio capitalismo periférico em que nos situamos, no qual o Estado cumpre papel fundamental. Já no fim do século passado Arantes (1996), revisa a trajetória das interpretações do Brasil sob esse eixo, mostrando a força histórica do dualismo bem como as formulações antidualistas que o desafiam.

Nosso pensamento social estava a superar sua crise de identidade do imediato pós-1964 (VIANNA, 1986, p. 147), debruçando-se sobre novas temáticas populares antes subestimadas cientificamente. Não era mais inevitável considerar heterogênea e desarticulada nossa classe trabalhadora em razão da pretensa imaturidade do capitalismo brasileiro, que sempre ensejaria uma sociedade civil incoerente e, portanto, dependente da intervenção estatal manejada por intelectuais artífices da nação (SADER; PAOLI, 1986, p. 51). No lugar do Estado, os intelectuais passaram a valorizar a sociedade civil.

E o faziam com a autoridade acadêmica, dada a grande expansão de graduações e pós-graduações durante a ditadura militar, fenômeno que pode ser contraintuitivo, porém é típico da modernização conservadora devidamente percebida por lentes antidualistas. Mas ao mesmo tempo o faziam também como assalariados, expressando a profissionalização universitária das ciências sociais e humanas. Distanciavam-se,

ainda, do padrão isebiano prevalecente no nacional-desenvolvimentismo pré-64, em que os intelectuais entendiam cumprir uma função dirigente no país. Com o golpe, suas expectativas de vida e pretensões políticas foram abaladas, abrindo-se caminho para outro tipo de sensibilidade em relação às classes populares e à sociedade civil. Eram improváveis a identificação ou a cooptação pelo Estado, dada a natureza autoritária do regime (PÉCAUT, 1990, p. 259-271; VIANNA, 1986, p. 65-75).

Cientistas sociais engajados à esquerda não tiveram outra escolha senão a “adoção forçada de estratégias de racionalidade limitada e [a] adaptação forçada às condições de incerteza” (PÉCAUT, 1989, p. 282). Dificultava-se, pois, a assunção de um papel de vanguarda política como delimitado pelo marxismo ortodoxo (PERRUSO, 2009, p. 41). Os depoimentos de protagonistas dessa história, como a socióloga Vera da Silva Telles, iam na mesma direção:

A derrota de 1964, a repressão e o fechamento do espaço sindical, o “exílio nas fábricas”, os acontecimentos de 1968 são evidências de um tempo histórico que [...] desmontava as [...] referências instituídas do pensamento e da ação política. Daí que a “introjeção no mundo cotidiano” enfatizada por tantos que trataram do período pode ser pensada como algo mais que um resultado objetivo das condições impostas pelo autoritarismo. [...] significava uma experiência tão nova em relação às tradições políticas conhecidas que passava a exigir novos códigos e novas palavras para tornar possível pensar o presente e reabrir o futuro, enquanto horizonte de ação. (TELLES, 1988, p. 256-257).

Ao mesmo tempo, renovava-se a atuação política dos intelectuais, sob outras condições: por meio da universidade, das nascentes ONGs, das Comunidades Eclesiais de Base, de partidos políticos novos como o Partido dos Trabalhadores (PT) e, principalmente, via movimentos sociais e sindicais. No mesmo período, as esquerdas brasileiras passavam por significativas transformações e dissidências. Questionava-se radicalmente o etapismo e a acomodação ao populismo trabalhista, característicos da política do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no imediato pré-64 – o que já se ensaiava antes do golpe, aliás. O renascimento das lutas populares pouco mais de uma década depois estaria a confirmar os desígnios de uma nova intelectualidade de esquerda, caso do sociólogo e professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Ricardo Antunes: “Eu via no nascimento do novo sindicalismo [...] o renascimento da luta social que negava na concretude as teses, digamos assim, reformistas do PCB”; e mais: “Daí a ironia do Lula hoje ser o herdeiro do Getúlio. Mas o Lula recusava o getulismo como o movimento operário do ABC paulista fazia, com autonomia” (apud PERRUSO; ARAUJO, 2015, p. 288; p. 290)

Outros estudiosos da sociedade civil de extração popular também apontavam que nossas classes populares não agiam conforme as prescrições analíticas pecebistas, como José Álvaro Moisés, sociólogo da USP: “A ideia era escapar do mecanicismo usual da ortodoxia marxista, segundo a qual à classe trabalhadora e à realidade da dominação deveria se seguir [...] a produção da consciência de classe, de organização” (apud PERRUSO; ARAUJO, 2015, p. 165)

Nesse ponto, criticavam igualmente a subsunção de muitos movimentos

populares aos interesses de governos nacional-desenvolvimentistas do período anterior ao golpe. Tal diagnóstico era comum tanto a intelectuais radicados em São Paulo – os sociólogos e educadores Pedro Jacobi (USP) e Maria da Glória Gohn (Unicamp), o economista Paul Singer (USP) – como no Rio de Janeiro (o urbanista e antropólogo Carlos Nelson Ferreira dos Santos) e em outros locais (a socióloga Ilse Scherer-Warren, da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC) (PERRUSO, 2009, p. 199-202). A respeito, Ilse Scherer-Warren afirmava:

A pausa em termos de organização da sociedade civil, que ocorreu imediatamente após 1964, de forma mais geral pode representar o marco de separação entre o que se denomina movimentos sociais tradicionais e o surgimento de novas formas de organização ou o novo caráter de algumas das antigas organizações populares, pois algumas [...] continuam presas a suas formas tradicionais de atuação (clientelísticas, assistenciais e autoritárias). Sem dúvida, esta separação entre o “tradicional” e o “novo” é uma construção que atende fins heurísticos. Os movimentos sociais concretos expressam de forma variada, e em maior ou menor grau, a continuidade ou descontinuidade em relação à cultura política tradicional. (SCHERER-WARREN, 1987, p. 41).

A mesma crítica se fazia ao velho sindicalismo em relação ao novo, como se verifica em relatório, datado de 1986, do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec), um dos principais centros intelectuais dedicados à investigação do movimento operário brasileiro, versando sobre a mediação que o Estado fazia (e faz até hoje) nas relações sindicais:

[...] na percepção das tendências hegemônicas no período – PCB e PTB –, essa dinâmica era a que mais favorecia os trabalhadores, considerados como o lado mais fraco na relação entre o trabalho e o capital. [...] A mediação do Estado e as decisões da Justiça, na visão das lideranças sindicais, propiciavam mais vantagens aos trabalhadores que o que poderiam obter através de sua própria capacidade de pressão em negociação direta com o patronato. (apud PERRUSO, 2009, p. 82).

Na mesma linha de argumentação, o sociólogo Vinícius Caldeira Brant, pesquisando pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), assegurava: “Nas diversas ocasiões em que o movimento sindical pôde manifestar maior independência ou autonomia, ele não o fez graças à proteção das leis, mas apesar delas” (BRANT, 1980, p. 44). Já o cientista social Arnaldo Mazzei Nogueira (USP) registra: “O meu alvo de crítica não era só o sindicato dos metalúrgicos [de São Paulo], mas era a atuação do PCB nele. Quem leva um projeto de modernização conservadora [...] é o PCB dentro do sindicato” (apud PERRUSO; ARAUJO, 2015, p. 114).

Construía-se coletivamente uma nova interpretação do Brasil, alicerçada nas movimentações das classes populares. Nas palavras da já citada Telles, em seu memorial para o provimento do cargo de professora doutora na USP duas décadas depois, desestabilizava-se “todo um mundo de evidências e certezas pelas quais a história desse país fora até então contada, narrada e explicada nas suas determinações e origens históricas” face à “presença de sujeitos coletivos, dotados

de capacidade de autonomia e auto-organização, ali onde se acreditava impossível acontecer” (apud PERRUSO, 2009, p. 91).

Tal construção não se deu sem polêmicas e nuances significativas, envolvendo debates onde os legados pecebista e isebiano eram rejeitados – pelo cientista político uspiano Francisco Weffort e outros professores – ou preservados – pelo sociólogo do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj) e militante do PCB Luiz Werneck Vianna e pelos cientistas políticos uspianos Carlos Estevam Martins, que fora do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Isab), e Maria Hermínia Tavares de Almeida, entre outros (SORJ, 2001, p. 56-57).

De qualquer modo, os problemas inerentes a um pensamento social brasileiro renovado por meio de um ajuste de contas com o passado populista e seu paradigma estatal-nacional eram reconhecidos pelos protagonistas de tal renovação. A antropóloga uspiana Ruth Cardoso (1983, p. 225), no calor daqueles acontecimentos, alertava para o risco de atribuir-se “uma essência democrática ao que vem do povo ou autoritária ao que vem do Estado”. O perigo de romantizar as classes populares era visível, sendo apontado até pelos intelectuais que mais apostavam nos movimentos populares como chave maior para pensar – e mudar – o país:

Manifestações incapazes de incidir sobre a institucionalidade estatal – antes interpretadas como sinal de imaturidade política – começam a ser valorizadas como expressão de resistência, de autonomia e criatividade. [...] [Havia] uma crise dos referenciais políticos e analíticos que balizavam as representações sociais sobre o Estado e a sociedade [...]. É no quadro dessa crise que intelectuais [...] deixam de ver o Estado como lugar e instrumento privilegiados das mudanças sociais e começam a enfatizar uma polarização – às vezes maniqueísta – entre sociedade civil e Estado. (SADER, 1986, p. 32-33).

Em balanço posterior, Bernardo Sorj conclui no mesmo sentido, aprofundando o viés crítico:

A valorização dos movimentos sociais e das novas lideranças originadas na classe operária foram importantes no surgimento de uma ciência social que não se considerava porta-voz da “nação”. [...] Mas se essa crítica teve seus aspectos positivos, foi usada também para legitimar a tendência a desconsiderar ou descartar o pensamento social brasileiro do passado por sua associação com uma postura autoritária, e a utilizar a “classe social” como *a priori* explicativo universal. (SORJ, 2001, p. 89).

Contudo, a réplica a esse tipo de argumentação já se colocava anos antes:

Não foram poucos, nos anos que se seguiram, que denunciaram a falácia de uma ideia de sociedade contra o Estado, tal como dois polos contrapostos, um visto como lugar da liberdade e o outro, como lugar da opressão. Porém, há nessa imagem algo mais que uma ilusão de ótica que, com o recurso da análise, poderíamos reverter. Pois há nela os sinais de uma experiência histórica na qual a violência e a exclusão política apareciam como fatos determinantes, de tal modo que, frente ao Estado, visto como polo opressor comum, a sociedade aparecia como alternativa política [...]. (TELLES, 1988, p. 280).

Outro protagonista desse processo, Álvaro Moisés chama atenção para o peso do nosso pensamento do passado que então se enfrentava: “toda uma tradição ensaística brasileira muito forte [...] que apresentava uma leitura da sociedade brasileira, afirmando que ela é desossada, não tem espinha dorsal. [...] uma visão sem dúvida autoritária e conservadora”, destacando justamente a novidade introduzida: “Sempre faltou o povo [...] a grande contribuição dessa literatura dos movimentos sociais, do movimento sindical [...] foi [...] mostrar que a sociedade, por razões próprias [...] tinha capacidade de organização” (apud PERRUSO; ARAUJO, 2015, p. 182). A “contraposição da tese do amorfismo social” (apud PERRUSO; ARAUJO, 2015, p. 182) ora oferecida, centrada exatamente na agência das classes trabalhadoras nacionais, consubstanciou essa nova interpretação do Brasil, que viria a ser consagrada e realimentada pela enorme presença popular na cena política dos anos 1970 e 1980, quando se reconstrói nossa democracia (SADER; PAOLI, 1986, p. 57-59). Assim que tal presença reflui, nas décadas posteriores, o prestígio intelectual e político da nova orientação interpretativa decai também, como ainda veremos.

MOVIMENTOS SOCIAIS E MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA

Decerto essa leitura do país tendia a fazer tábula rasa do pensamento brasileiro anterior. E era uma novidade não apenas por ser elaborada por professores e pesquisadores assalariados, o que já abria caminho à valorização do mundo do trabalho, em desfavor do mundo político dos *statemakers* do passado. Ancorando uma interpretação do Brasil na movimentação ativa das classes populares, afirmava-se ainda que a sociedade brasileira ameaçava romper, de baixo para cima, os pactos sociopolíticos mais ou menos modernizantes que excluíam ou subalternizavam trabalhadores, mulheres, negros e indígenas – tanto os liderados por liberais como por nacionalistas (autoritários ou progressistas). O dualismo era questionado no campo das ideias analogamente ao fato de movimentos sociais e sindicais dos anos 1970 e 1980 estarem a desafiar os padrões de nosso capitalismo periférico, que combinava desigualmente atraso e modernidade. Daí também essa leitura ser compartilhada por intelectuais que se identificaram logo a seguir com o PT – em oposição aos que se aproximavam do antigo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) (PERRUSO, 2009, p. 246-247).

Para os que pensavam o Brasil a partir do novo sindicalismo e dos novos movimentos sociais, a ênfase exclusiva na reconstrução das instituições democráticas atualizaria velhos pactos sociais promovidos pelas classes dominantes de maneira a tutelar as classes populares. (PERRUSO, 2009, p. 57). Marco Aurélio Garcia (1982, p. 27), professor de história da Unicamp, então pontuava: “a classe operária sempre ocupou um lugar secundário na historiografia brasileira”. E atacava seus colegas intelectuais do MDB, denunciando que os trabalhadores eram assimilados “ao projeto liberal de ‘redemocratização’”, passando a ser encarados “como mais uma ‘variável’ deste processo, o mais novo componente desta sociedade civil onde as classes se diluem, onde todos os gatos são pardos” (GARCIA, 1982, p. 12).

Criticando Fernando Henrique Cardoso, Bolívar Lamounier, Wanderley

Guilherme dos Santos e outros – qualificados genericamente por Florestan Fernandes (1977, p. 246) como “ideólogos do gradualismo” e “campeões do Estado de Direito” –, Garcia defendia a redemocratização brasileira sob o ângulo de uma sociedade civil de extração popular, cuja investigação científica trazia ganhos inovadores para a ciência e pensamento sociais:

[...] para a oposição consentida as lutas operárias deviam se deter na porta da fábrica, aí fazendo baldeação para o trem democrático burguês da luta pelo Estado de Direito. [...] Esquecia-se [...] anos de solitária resistência operária nas fábricas e o fato de que esta resistência trazia consigo novos elementos para a discussão sobre a democracia no Brasil.

No seu fazer(-se) a classe experimentou (quantas vezes?) a intransigência dos patronos – muitos “progressistas” e “democratas” e chamados a integrar o futuro pacto – e viu suas lutas emperradas por leis e instituições do Estado de Direito abatido pelos militares de 64. Daí fluía, pois, a necessidade de constituição de um quadro político novo, de busca de uma democracia substancialmente distinta, onde as lutas específicas cruzassem efetivamente a porta da fábrica e desenvolvessem na vasta arena social todas suas potencialidades, nela gerando direitos. (GARCIA, 1982, p. 13).

Deixando de lado concepções abstratas relativas à sociedade civil (que corriam o risco de suceder linearmente a outros conceitos totalizantes como Estado e Nação – para os nacionalistas – ou mercado – para os liberais), o pensamento social brasileiro abria-se, pois, à incorporação, com centralidade, da diversidade de expressões políticas e culturais das classes populares (PERRUSO, 2009, p. 55). Segundo a antropóloga Ruth Cardoso (1983, p. 215), as investigações sobre muitas dessas expressões movimentistas “foram uma rajada de ar fresco em nossa produção sociológica. O conhecimento sobre as classes populares não havia acompanhado as transformações por que passara nossa sociedade”. Não seria mais possível apagar tal diversidade “em nome de uma homogeneidade que se torna, no pensamento, precondição para a participação social e política desses grupos” (SADER; PAOLI, 1986, p. 46).

Combatia-se a tendência intelectual de tratar nossa heterogênea classe trabalhadora como mero epifenômeno, condicionada por fatores estruturais ou institucionais. Nesse sentido, afirma Ana Clara Torres Ribeiro, socióloga e professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ):

Há uma alerta, uma chamada de atenção para fenômenos de extrema relevância para a compreensão do Brasil [...]. Creio que nós nos deslocamos da análise estrutural para a análise da ação. [...] E há um impacto imenso dessa literatura junto com os processos sociais em geral [...] [e] o reconhecimento de formas diferentes de organização social e formas diferentes de concepção [...] da ação do Estado. (apud PERRUSO; ARAUJO, 2015, p. 84).

E, da mesma forma, Garcia (1982, p. 11): “O movimento operário não é reflexo de ‘estruturas’ econômicas ou políticas. Ele se autodetermina; sua racionalidade está no seu interior, na forma pela qual ele faz (e se constitui na) história, isto é, na luta de

classes". E mais, o movimento sindical passava também a intervir decisivamente na cena pública, conforme o depoimento do sociólogo da USP Iram Jácome Rodrigues:

[...] ao lutar pela democratização aqui [...] os sindicalistas [...] conseguiram formalizar laços com setores da sociedade civil e, com isso, legitimar suas ações. [...] naquele momento muitos intelectuais ficaram absolutamente embevedidos com esse processo. Nós estávamos vivendo num deserto e depois temos toda a explosão desse movimento [...] de maneira geral, esse movimento sindical mudou a cara do Brasil, dentro de um processo que vem de 1964 para cá. (apud PERRUSO; ARAUJO, 2015, p. 159).

Tal “inflexão fenomenológica” (PERRUSO, 2009) no pensamento brasileiro das décadas de 1970 e 1980, orientada para as classes populares, corresponde, como já dito, à emergência de movimentos sociais autônomos, que resistiam à tutela das elites ou do Estado – modalidade de dominação política referida à modernização conservadora em nossa sociedade.

Estamos diante de uma crise de interpretação, que se manifesta na necessidade histórica dessa mudança de perspectiva. [...] significa reconhecer como “sujeitos da história” e “sujeitos do conhecimento” os grupos e classes subalternos. Eles não foram admitidos na cena histórica em consequência de compromissos ideológicos – por parte das classes dominantes e dos próprios agrupamentos políticos progressistas e dos pesquisadores – com a ideia do progresso [...]. (MARTINS, 1989, p. 119).

Recusando o papel recorrentemente assumido pelos intelectuais brasileiros como demiurgo da nação, esse novo pensamento nacional opta por perceber o centro da cena pública sendo tomado pelos trabalhadores em movimento, que se rebelavam “contra o papel de objeto de interpretações alheias e, portanto, contra a posição dos cientistas sociais enquanto sujeitos que detinham a soberania da explicação” (SADER; PAOLI, 1986, p. 59)

Entretanto, o senso crítico sobre nossa formação social inherentemente desigual não se constituiu unicamente do pensamento nacional debruçado sobre os movimentos populares nas duas décadas precedentes à democratização. Uma interface sua seria explorada por outros intelectuais, muitas vezes fora do espaço acadêmico, até então pouco inclusivo no que concerne à população afro-brasileira.

PROTAGONISMO INTELECTUAL E POLÍTICO NEGRO NAS DÉCADAS POSTERIORES AO GOLPE

Diferentes gerações intelectuais compõem a militância protagonista do pensamento social negro e feminista negro no pós-1964. O acúmulo de distintas experiências políticas ligadas às expressões dos movimentos negros, entre as décadas de 1930 e 1960, por parte de intelectuais e ativistas como Abdias Nascimento, Eduardo de Oliveira e Oliveira, José Correia Leite, Oswaldo de Camargo e Thereza Santos, bem como os diferentes caminhos em ambientes acadêmicos e movimentistas, trilhados

por eles, operaram como fatores significativos na reorganização das práxis negras em movimento durante a década de 1970.

Se é possível ter no refluxo do desenvolvimento histórico dos movimentos negros e na desarticulação de suas lideranças – ocasionados pela repressão ditatorial – dois fatores significativos para a alternância intergeracional das camadas sociais intelectualizadas e engajadas no ativismo político afro-brasileiro entre as décadas de 1960 e 1970 (GONZALEZ, 1982), é preciso destacar que tal desfiliação não se deu de forma completa ou definitiva.

Conscientizar a população afro-brasileira acerca do caráter sistemático do racismo e dos aspectos positivos da identidade política negra estava na ordem do dia da atuação de intelectuais engajados na luta antirracista da década de 1970. Direta ou indiretamente, tal setor intelectualizado assumiu um papel que já fora ocupado pelas gerações afro-brasileiras que lhes precederam na construção das experiências políticas e culturais dos associativismos negros na primeira metade do século XX: o de uma vanguarda intelectual. Ainda que tais intelectuais e ativistas tenham criticado o elitismo, o conservadorismo e as estratégias de negociação de seus predecessores com setores das elites intelectuais e políticas brasileiras em torno de um assimilacionismo – ora crítico, ora acrítico – da população afro-brasileira aos setores socialmente integrados da sociedade (DOMINGUES, 2007).

Intelectuais da primeira geração dos associativismos negros do pós-1964, como Amauri Mendes Pereira, Beatriz Nascimento, Edson Cardoso, Hamilton Cardoso, Lélia Gonzalez, Neusa Maria Pereira, Milton Barbosa, Regina Santos e Yedo Ferreira são figuras relevantes para a mobilização política dos movimentos negros nas décadas de 1970 e 1980, especialmente no que tange à busca pela unificação de projetos políticos de emancipação da população negra, cujo maior exemplo é o Movimento Negro Unificado (MNU).

O mesmo pode ser dito das afro-brasileiras que passam a construir formas autônomas de associação política, intelectual e cultural nos movimentos de mulheres negras. As já citadas Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez e Thereza Santos, bem como Edna Roland, Matilde Ribeiro e Sueli Carneiro, dentre outras, incidiram significativamente tanto na mobilização social quanto na produção de conhecimento acerca de nossa sociedade por parte de afro-brasileiras nas três últimas décadas do século passado.

Assim como o novo sindicalismo e os novos movimentos sociais dos anos 1970 e 1980, os movimentos negros e de mulheres negras do mesmo período representaram lugares sociais a inspirar a produção de interpretações do Brasil (PERRUSO, 2020). No que diz respeito aos impulsos criativos do pensamento afro-brasileiro, temos que sua massa crítica acumulada naquelas duas décadas caracteriza-se pela ênfase nas análises dos imbricamentos entre raça e classe em nossa sociedade. Também distantes do paradigma estatal-nacional antes vigente, essa intelectualidade negra engajada buscou pensar a situação específica da população afro-brasileira no seio da classe trabalhadora nacional. Assim procedia tendo como referência o mesmo horizonte de mudança social preconizado pelas novas forças de esquerda. Todavia, criticava a ausência do discurso antirracista por parte delas. O estabelecimento de vínculos entre os associativismos negros

e essa nova esquerda era estimulado – em níveis diferentes, é verdade – pela atividade política levada à frente por pessoas negras e se fez presente na fortuna crítica do pensamento social afro-brasileiro do período.

Um dos exemplos mais significativos dos esforços analíticos em tela encontra-se na obra de Clóvis Moura que, ao refletir sobre os caminhos de uma sociologia da práxis afro-brasileira ao menos desde o final dos anos 1950, construiu uma sofisticada análise materialista do capitalismo racial brasileiro, erigido no processo histórico de transição do “escravismo tardio” para a sociedade competitiva de tipo dependente característica do Brasil (MOURA, 1994). Esse importante processo de maturação de sua obra ao longo das três últimas décadas do século passado foi concomitante à sua aproximação com os movimentos negros durante a década de 1970. Daí ter sido ele um dos pioneiros em conferir protagonismo às lutas sociais negras na trajetória nacional – analogamente à ciência social de então no que tange à centralidade das movimentações populares para a compreensão do país.

Em uma complexa relação de proximidade e afastamento com as linguagens políticas da esquerda, bem como com o pensamento marxista então em voga, intelectuais como Moura enegreceram o marxismo e a tradição crítica no pensamento brasileiro, expondo suas limitações concernentes à questão racial e metamorfoseando a figura política revolucionária fantasmagórica da esquerda, ao apontar para o protagonismo político-intelectual negro num eventual processo de transformação social radical. Provavelmente em função de suas origens pecebistas, Moura reverbera a terminologia dualista, mas a combinação entre atraso e modernidade já se anuncia em sua obra:

Essa divisão do trabalho, reflexo de uma estrutura social rigidamente estratificada, ainda persiste em nossos dias de forma significativa. Assim como a sociedade brasileira não se democratizou em suas relações sociais fundamentais, também não se democratizou em suas relações raciais. Por essa razão, aquela herança negativa que vem da forma como a sociedade escravista teve início e se desenvolveu ainda tem presença no bojo da estrutura altamente competitiva do capitalismo dependente que se formou em seguida. Por essa razão, a mobilidade social para o negro descendente do antigo escravo é muito pequena no espaço social. Ele foi praticamente imobilizado por mecanismos seletivos que a estratégia das classes dominantes estabeleceu. Para que isso funcionasse eficazmente, foi criado um amplo painel ideológico para explicar e/ou justificar essa imobilização estratégicamente montada. (MOURA, 2019, p. 103).

Em termos mais nitidamente antidualistas do que em Moura, Gonzalez assevera, a partir da conclusão de que a maioria da população negra brasileira situa-se em regiões economicamente mais atrasadas:

Seria possível [...] afirmar que o racismo não passaria de um arcaísmo cuja persistência histórica, mais dia menos dia, acabaria por se esfumar diante das exigências da sociedade capitalista moderna. Mas [...] os problemas relacionados à integração dos sistemas impõem padrões específicos de integração social. É nesse sentido que o racismo – enquanto articulação ideológica e conjunto de práticas – denota sua

eficácia estrutural na medida em que estabelece uma divisão racial do trabalho e é compartilhado por todas as formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas. Em termos de manutenção do equilíbrio do sistema como um todo, ele é um dos critérios de maior importância na articulação dos mecanismos de recrutamento para as posições na estrutura de classes e no sistema da estratificação social. [...] Em termos de capitalismo industrial competitivo (satelitizado pelo setor hegemônico), ela [a população negra] se configura como exército industrial de reserva. (GONZALEZ, 2020a, p. 29).

A pluralidade do pensamento social afro-brasileiro do final do século XX pode ser evidenciada nos estudos dos imbricamentos entre raça, gênero e classe por parte dos feminismos negros. Superar a branquitude do feminismo e o masculinismo dos círculos de debate e mobilização dos associativismos negros constituía o desafio capitaneado por intelectuais negras ligadas ao processo de autonomização dos movimentos de mulheres negras a partir do final dos anos 1970. Elas trouxeram à tona a centralidade da reflexão em torno da situação específica das mulheres negras com base na coadunação epistêmica das categorias de raça, gênero e classe como modo de (re)interpretar criticamente a sociedade brasileira.

Dentre as contribuições do pensamento social feminista erigido à época, a obra de Lélia Gonzalez figura entre as mais influentes e de maior fortuna crítica. Gonzalez evidenciou o papel central do racismo e do sexism na configuração da dinâmica brasileira entre capital e trabalho com base em conceitos como o de “superexploração sexual” da força de trabalho da população negra, mais especificamente das mulheres negras, em termos de raça, gênero e classe (GONZALEZ, 2020b). Daí a ideia da mulher negra como elemento determinante da reprodução das desigualdades socioeconômicas na sociedade brasileira – e, portanto, também como figura central na resistência popular às opressões estruturais.

Nosso pensamento negro produziu, na figura de intérpretes do Brasil como Lélia Gonzalez e Clóvis Moura, diagnósticos representantes dos pontos mais elevados da imaginação crítica nacional e afrodiáspórica durante as três últimas décadas do século XX. Ao romper com a dialética da adequação transgressora, também conhecida, negativamente, como estratégia assimilacionista, tais intelectuais e militantes afro-brasileiros elaboraram contundentes críticas não somente às condutas das gerações mobilizadoras dos movimentos negros que lhes precederam, mas, sobretudo, à parte significativa da fortuna crítica do pensamento social brasileiro de maior prestígio.

Contra a perspectiva dualista recorrente em nosso pensamento social, que classificava o preconceito racial como marca do atraso brasileiro, expresso, por sua vez, em comportamentos individuais isolados e patológicos, intelectuais negras e negros trouxeram à tona diagnósticos acerca do racismo e dos múltiplos imbricamentos entre raça, classe e gênero, identificando-os como sistemas de opressão de corpos negros. Junto ao sexism e à exploração de classe, o racismo enquanto sistema de opressão operaria como elemento estruturante do tipo específico de sociedade capitalista derivada de um processo histórico de modernização conservadora no Brasil – um capitalismo racial-sexual dependente.

Desse fato é possível desdobrar a seguinte hipótese: as gramáticas do pensamento social afro-brasileiro erigidas entre as décadas de 1970 e 1990 gestaram as bases indubitavelmente originais das reflexões contemporâneas em torno de uma perspectiva crítico-estrutural do racismo à brasileira. Tal indicação pode ser observada nas contribuições de Clóvis Moura e Lélia Gonzalez, revistas aqui sucintamente.

Conjuntamente, ao subverter os papéis sociais relegados às pessoas negras, os protagonistas desse processo de lutas por mudança social também construíram formas de relação entre identidade e política centradas na gênese de uma identidade política afro-brasileira: ela mesma constitutiva, e transformadora, da sociedade, como se vê atualmente.

Os pontos previamente apresentados – a perspectiva crítico-estrutural do racismo na interpretação do país e a afirmação de lugares enunciadores negros e de mulheres negras com base na construção política de uma identidade afro-brasileira – configuraram dois dos mais importantes legados epistêmicos dessas gerações mobilizadoras da luta antirracista que, junto a intelectuais negros relativamente próximos aos associativismos negros à época, deram vida aos impulsos analíticos do pensamento afro-brasileiro e à sua fortuna crítica no pós-1964.

POLÍTICAS PÚBLICAS: O RETORNO AO DUALISMO E A EMERGÊNCIA DO LULISMO

No entanto, a última década do século XX trouxe mudanças no quadro sociopolítico do país: reflui paulatinamente a força dos movimentos populares brasileiros por razões que extrapolam o escopo deste artigo. Maria da Glória Gohn comenta a respeito: “nos anos 1990, quando se entra na fase da institucionalidade”, por conta da nova Constituição, “para muitos [...] ‘a era dos movimentos [...] acabou’. Porque se trata de construir a institucionalidade do país”, indo além: “Um número grande de pessoas que estudaram os movimentos sociais, nos anos 1990 não só abandonaram o tema como até passaram a estudar mais a institucionalidade mesmo” (apud PERRUSO; ARAUJO, 2015, p. 266). O fenômeno real, no âmbito da sociedade civil de extração popular, deixou de ser tão presente e radicalizado – no que foi acompanhado por um arrefecimento do interesse intelectual nele. No campo acadêmico das ciências sociais, o grupo de trabalho dedicado aos movimentos sociais urbanos na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) chegou a se extinguir nos últimos anos do milênio. Seu homólogo versando sobre políticas públicas, já existente, prosseguiu nos anos seguintes. (ANPOCS, 2002). Impunha-se um retorno do Estado como objeto científico privilegiado para o pensamento brasileiro por meio de temas ascendentes: a participação social regulada institucionalmente e as políticas públicas.

Estariam os trabalhadores voltando para o fundo do palco político, reassumindo os intelectuais vinculados à nossa tradição estatal-nacional o lugar protagônico perdido? Estaria ultrapassada a geração – nas palavras de Vera da Silva Telles – pautada “por um tipo de debate propiciado pelo Chico [de Oliveira]”, a respeito da

“modernização brasileira”, assim como por “toda a crítica ao populismo, com o Weffort desempenhando um papel fundamental” (apud PERRUSO; ARAUJO, 2015, p. 321)?

O advento do lulismo nos leva a responder positivamente, embora não em definitivo. O fato de André Singer desenvolver esse conceito, para pensar o Brasil do século XXI, a partir da teorização weffortiana do populismo – em seu diagnóstico crítico do período nacional-desenvolvimentista pré-64 (SINGER, 2012, p. 33) – revela a probabilidade de estarmos vivendo um resgate histórico do dualismo. Resgate conduzido por vários egressos do campo popular que combateram a modernização conservadora e por diversos intelectuais que antes interpretaram o Brasil à maneira antidualista. Essa é a razão pela qual o dualismo não é contemporaneamente reivindicado em termos teóricos ou normativos. Ele se expressa por meio do paradigma agora dominante das políticas públicas, as quais seriam capazes de democratizar substancialmente o país.

Com a disposição para mudar o país através de um esforço de construção de um Estado de bem-estar social na periferia do capitalismo, o paradigma estatal-nacional ressurge com força na cena política. O que trouxe como consequência uma aceleração do tempo histórico: uma crítica – de esquerda – ao Estado, na era das políticas públicas e do lulismo, já parece não fazer sentido. E o retorno ao dualismo no pensamento social brasileiro, daí decorrente, nos exigeresssaltar a precaução metodológica em torno do anacronismo nos estudos sobre pensamento, ao reexaminarmos nosso passado de ideias críticas à centralidade da agência estatal-nacional na promoção da modernização. Era “natural” se opor ao Estado no pós-1964 como hoje é “óbvio” apostar nele. Ainda mais se os críticos da institucionalidade estatal – antes citados – foram protagonistas da mesma institucionalidade sob os governos FHC (Francisco Weffort, José Álvaro Moisés) e Lula (Paul Singer, Marco Aurélio Garcia). Em relação a Weffort e Moisés, o fazem abandonando o PT e aderindo ao caminho aberto anos antes por Fernando Henrique Cardoso no MDB e depois o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), de retorno ao dualismo em sua versão atualizada pelo neoliberalismo. (GONÇALVES, 2018). Quanto a Paul Singer e Marco Aurélio Garcia, sendo protagonistas da transição daquele campo popular petista ao fenômeno do lulismo teorizado por André Singer.

Diminuía, assim, a desconfiança em relação às possibilidades de modernizar a sociedade brasileira sob o capitalismo. Grande parte da intelectualidade brasileira passou a crer que a modernização talvez não fosse inevitavelmente conservadora. É possível que não tenha sido esse o caso do pensamento negro brasileiro e da crítica afrocentrada ao dualismo, dada sua ênfase na funcionalidade do racismo para nossa modernização capitalista. Sua histórica invisibilização, como demonstrado a seguir, pode ter contribuído para o resgate – até mesmo acrítico – do dualismo no pensamento brasileiro³.

³ Essa interessante hipótese foi aventada pelos pareceristas e aqui acolhida.

MAPEAMENTOS DO PENSAMENTO BRASILEIRO EM PERSPECTIVA INTERSECCIONAL

Nesta parte nos debruçamos sobre alguns mapeamentos fundamentais que elegem quais autores seriam canônicos no pensamento social brasileiro – e, então, como o golpe de 64 teria impactado nossa produção intelectual e ciência social a ponto de acarretar alterações no cânone. Partimos de marcadores sociais de classe, raça e gênero, de modo a configurar uma perspectiva interseccional (COLLINS, 2022). O pressuposto é que a emergência do tema das classes populares – em chave positiva – no pensamento brasileiro está referida também ao registro de intérpretes canônicos do Brasil, de origem social popular, de cor negra e do gênero feminino naqueles mapeamentos. A origem popular é definida pela ocorrência simultânea, nos dados biográficos, de três fatores: necessidade de assalariamento, ausência de patrimônio razoável e de redes de apoio social junto aos poderes econômico e político.

Tal correlação se daria em função do reconhecimento da agência das classes populares pelo campo intelectual se desdobrar na visibilidade de autores de origem ou trajetória biográfica marcada pela subalternidade social. A percepção aguçada de atores populares (mobilizados politicamente), desenvolvida pela ciência social nos pós-1964, teria envolvido também o campo de estudos do pensamento brasileiro. Não verificamos aqui os temas abordados pelos autores canônicos, registro importante que fica para outro artigo – assim como a nossa hipótese de fundo: a de que a agenda dualista modernizadora hegemônica no nosso pensamento, protagonizada por intelectuais liberais ou nacionalistas mais ou menos elitizados, foi desafiada por uma agenda antidualista expressa por intelectuais vinculados à movimentação popular questionadora do padrão capitalista periférico.

Os mapeamentos são os seguintes: os de Fernando Azevedo (1943), Costa Pinto e Edison Carneiro (1955), Guerreiro Ramos (1955), Djacir Menezes (1956) e Florestan Fernandes (1957) – todos anteriores a 1964 e consultados por meio de Wanderley Guilherme dos Santos (1967), que os analisou pioneiramente; o mapeamento do mesmo Santos (1970), posterior ao golpe; os de Lúcia Lippi Oliveira (1999), Octavio Ianni (2004), Gildo Marçal Brandão (2007), André Botelho e Lilia Schwarcz (2009) e Christian Lynch (2016) – já pós-redemocratização.

Foge ao escopo deste artigo discutir os critérios norteadores de cada mapeamento. Vale indicar que alguns foram baseados em levantamentos, quer de trabalhos apresentados em eventos científicos (Oliveira), quer de teses/dissertações (Lynch). Nesses casos, identificou-se o pensador canônico por meio dos títulos dos trabalhos: não houve contabilização nas situações em que não há menção ao nome do autor. Também não contamos nas raras vezes em que o cânone incluiu intelectuais que não se expressam privilegiadamente pela escrita (Candido Portinari, Oscar Niemeyer, Lina Bo Bardi, políticos cujos discursos foram analisados). Os mapeamentos de Santos, Brandão e Lynch restringem-se, em menor ou maior grau, ao pensamento político brasileiro – mas ainda assim são relevantes para nosso fim, mormente no primeiro caso, confeccionado quando as fronteiras disciplinares internas às ciências sociais eram menos demarcadas. Os poucos autores cujos dados biográficos

básicos se mostraram inacessíveis, por ora, foram excluídos. Mantivemos os autores estrangeiros presentes nos mapeamentos.

É inerente ao campo de estudos do pensamento brasileiro a remissão ao passado, razão pela qual as diferentes temporalidades mobilizadas analiticamente pelas pesquisas na área constituem um complexo desafio quando se pretende relacionar autores e temas, contextos e textos, intelectuais e ideias. Há dois fatores ligados direta ou indiretamente às balizas constitutivas de cada mapeamento, que complexificam a análise (por isso, os deixamos de lado): o corte temporal acionado – o de Santos, por exemplo, restringe-se a intelectuais que viveram o golpe de 64 – e o porte do campo de estudos do pensamento social brasileiro, maior e já consolidado após a redemocratização. Há diferentes historicidades aqui, tal como diferentes sociologias das ideias. Para ilustrar: os mapeamentos de Azevedo, Menezes e Fernandes baseiam-se na institucionalização universitária das ciências humanas no país, excluindo então todo pensamento brasileiro anterior (SANTOS, 1967, p. 185).

De qualquer forma, fazemos por ora apontamentos preliminares sobre mudanças estruturais na trajetória do pensamento e ciência sociais nacionais, com ênfase no divisor de águas histórico que é 1964. Chegamos então à Tabela 1, elaborada por nós⁴.

⁴ As tabelas com a identificação dos intelectuais mapeados (disponíveis em: <https://shorturl.at/vxF3p>) foram elaboradas com o auxílio das bolsistas de iniciação científica (da UFRRJ) Tainná Michaeli do Amaral, Jannyne França de Souza e Melissa Ruiz Eggers.

Autor(a) do mapeamento intelectual	Ano	Total de intelectuais	Total de mulheres	Total de negros	Total – origem não elitizada	Porcentagem mulheres	Porcentagem negros	Porcentagem – origem não elitizada
F. Azevedo	1943	40	3	2	8	7,5%	5%	20%
C. Pinto e E. Carneiro	1955	10	0	0	0	0%	0%	0%
G. Ramos	1955	21	0	0	0	0%	0%	0%
D. Menezes	1956	41	1	3	7	2,4%	7,3%	17%
F. Fernandes	1957	23	1	0	2	4,3%	0%	8,7%
W. G. Santos	1970	37	0	0	8	0%	0%	21,6%
L. L. Oliveira	1999	29	0	3	5	0%	10,3%	17,2%
O. Ianni	2004	28	0	2	7	0%	7,1%	25%
G. M. Brandão	2007	18	0	1	3	0%	5,6%	16,7%
A. Botelho e L. Schwarcz	2009	28	2	2	6	7,1%	7,1%	21,4%
C. Lynch	2016	20	0	1	2	0%	5%	10%

Tabela 1 – Mapeamento do pensamento brasileiro: comparação por classe, raça e gênero. Elaboração dos Autores com base em: <https://shorturl.at/vxF3p>

Nota-se de imediato que a presença de intelectuais negros e de origem popular (ou não elitizada) apresenta algum incremento no pós-1964, especialmente no período democrático – uma vez que o mapeamento de Santos é publicado em pleno regime ditatorial. O mesmo não se verifica com as mulheres. Se considerarmos que os dados extraídos de Azevedo discrepam razoavelmente dos demais datados de antes do golpe, até mesmo a presença de mulheres apresentaria melhor expressão sob a democracia, ainda que apenas num mapeamento (Botelho e Schwarcz). O menor peso de mulheres também pode se dar em razão da conhecida maior masculinização da ciência política (três mapeamentos são circunscritos ao pensamento político, todos no pós-golpe).

Ainda sobre a presença feminina, registre-se que não há mulheres negras: a contínua invisibilidade de intelectuais nacionais é notória na perspectiva interseccional. Sendo todos os intelectuais negros homens, alguns poucos se repetem em mais de um mapeamento. E se o peso deles aumentou a partir de fins do século XX, foi em grau menor do que o crescimento da participação de intelectuais (negros ou brancos) de origem subalterna ou modesta, que vai ganhando corpo com o tempo: sempre da ordem de dois dígitos percentuais no pós-1964.

As informações consolidadas sugerem o óbvio: o patriarcado, o racismo estrutural e o classismo persistem marcando a sociedade e o pensamento nacionais. A manutenção de uma característica central dos estudos acerca dos intérpretes do Brasil – a hegemonia de um pensamento social masculinizado, embranquecido e elitizado – se evidencia pela baixa representatividade de mulheres brancas e homens negros e, especialmente, pela total ausência de mulheres negras no cânone em tela. Por outro lado, a renovação do pensamento social brasileiro posterior ao golpe de

1964, centrada na observação mais minuciosa das potencialidades e realizações das mobilizações populares e dos movimentos negro e feminista na cena política dos anos 1970 e 1980, produziu uma tendência contrária aos historicamente dominantes vetores da desigualdade econômica, do racismo e do sexism, de pesadas consequências nas dimensões epistêmica e acadêmica. O(s) cânone(s), a partir da democratização, apresenta(m) mais frequentemente pensadores fora do perfil clássico definido por Santos (1970, p. 137): “homens de percepção educada” (quase sempre brancos e pertencentes às camadas sociais dominantes, acrescentamos).

À GUIA DE CONCLUSÃO

Decerto que podemos olhar a trajetória apresentada por meio de suas continuidades. A geração intelectual que apoiou os movimentos sociais e pensou o Brasil a partir deles no pós-1964 teria, a seguir, auxiliado a conversão das reivindicações populares em políticas públicas, notadamente via lulismo. Igualmente, o movimento negro e o pensamento afro-brasileiro dos mesmos anos – e os posteriores “identitarismo” e decolonialismo – teriam se desdobrado nas ações afirmativas sob direção estatal. Mas como nosso eixo analítico gira em torno do dualismo e de sua crítica, realçamos as descontinuidades na ciência e pensamento social.

Sendo assim, ainda ecoam alertas importantes para o Brasil do século XXI, de parte de quem promoveu a renovação do pensamento nacional após o golpe: “a força dessa figuração protagônica do Estado tem como suposto o apagamento do registro público da diversidade das práticas e projetos políticos”, bem como “o ‘esquecimento’ das alternativas que se colocaram em cada presente” (TELLES, 1988, p. 282). No mesmo diapasão, Sader (1986, p. 281) adverte sobre o anacronismo: “Se hoje a imagem de uma exterioridade da sociedade frente ao Estado não se sustenta [...] é importante lembrar que foi através dela que pudermos descobrir que havia [...] algo mais para além do Estado”, o que permitiu ao país perceber “formas de sociabilidade regidas por critérios distintos de identidade” por parte das classes populares, “capazes de engendrar ações dotadas de sentido político”.

Se a ciência e o pensamento social nacionais dos anos 1970 e 1980 enfrentaram uma tradição elitista nas interpretações do Brasil, denunciando a incapacidade estatal de evitar a face conservadora da modernização nacional, as intelectualidades negra e feminista prosseguiram com esse legado. Acrescentaram criticamente ao classismo os marcadores de raça e gênero numa compreensão radical da trajetória brasileira, desnudando que nosso capitalismo periférico se assenta barbaramente sobre as camadas subalternizadas. Tal qual a exploração do trabalho, o racismo estrutural e o patriarcado não são da ordem do atraso.

SOBRE OS AUTORES

MARCO ANTONIO PERRUSO é professor associado de Sociologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).
trogao@bol.com.br
<https://orcid.org/0000-0001-8320-4102>

GUILHERME PESSOA é mestrando em Ciências Sociais na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).
pessoagui73@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-0728-1373>

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1943.
- ANPOCS – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. *O livro dos nomes da Anpocs: Jubileu de Prata 1977-2002*. São Paulo: Anpocs, 2002.
- ARANTES, Paulo. *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira: dialética e dualidade segundo Antonio Cândido e Roberto Schwarz*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 2007.
- BRANT, Vinícius Caldeira. Da resistência aos movimentos sociais: a emergência das classes populares em São Paulo. In: SINGER, Paul; BRANT, Vinícius Caldeira (Org.). *São Paulo: o povo em movimento*. Rio de Janeiro: Vozes/Cebrap, 1980, p. 9-27.
- CARDOSO, Ruth. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In: SORJ, Bernardo; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (Org.). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 313-350.
- COLLINS, Patricia Hill. *Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica*. São Paulo: Boitempo, 2022.
- DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo*, v. 12, n. 23, 2007, p. 100-122. <https://doi.org/10.1590/S1413-77042007000200007>.
- FERNANDES, Florestan. Desenvolvimento histórico-social da sociologia no Brasil. *Anhembi*, n. 75-76, 1957.
- FERNANDES, Florestan. *A sociologia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- GARCIA, Marco Aurélio. São Bernardo: a (auto)construção de um movimento operário – notas para discussão. *Desvios*, n. 1, 1982, p. 10-27.
- GONÇALVES, Rodrigo Santaella. *Teoria e prática em Fernando Henrique Cardoso: da nacionalização do marxismo ao pragmatismo político (1958-1994)*. Tese (Doutorado em Ciência Política). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2018.

- GONZALEZ, Lélia. O Movimento Negro na última década. In: GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos (Org.). *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982, p. 9-66.
- GONZALEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. In: RIOS, Flavia; LIMA, Marcia (Org.). *Por um feminismo afro-latino-americano*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020a, p. 25-44.
- GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: RIOS, Flavia; LIMA, Marcia (Org.). *Por um feminismo afro-latino-americano*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020b, p. 139-151.
- IANNI, Octavio. *Pensamento social no Brasil*. Florianópolis: Edusc, 2004.
- LYNCH, Christian Edward Cyril. Cartografia do pensamento político brasileiro: conceito, história, abordagens. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 19, 2016, p. 75-119. <https://doi.org/10.1590/0103-335220161904>.
- MARTINS, José de Souza. *Caminhada no chão da noite*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- MENEZES, Djacir. La sociología en Brasil. In: GURVITCH, George; MOORE, Wilbert E. (Org.). *Sociología del siglo XX*. Buenos Aires: El Ateneo, 1956, p. 197-225. (Estudios sociológicos en los diferentes países).
- MOURA, Clóvis. *Dialética radical do Brasil negro*. São Paulo: Anita, 1994.
- MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira: crítica à razão dualista. *Estudos Cebrap*, n. 2, 1972, p. 3-82.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Interpretações sobre o Brasil. In: MICELI, Sergio (Org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Sumaré, 1999, p. 147-181.
- PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil*: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.
- PERRUSO, Marco Antonio. *Em busca do "novo"*: intelectuais brasileiros e movimentos populares nos anos 1970/80. São Paulo: Annablume, 2009.
- PERRUSO, Marco Antonio. Classificações do pensamento brasileiro em perspectiva sociológica. *Lua Nova*, n. III, 2020, p. 211-248. <https://doi.org/10.1590/0102-211248/III>.
- PERRUSO, Marco Antonio; ARAUJO, Mônica da Silva (Org.). *Ciência e política: memórias de intelectuais*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.
- PINTO, Luiz de Aguiar Costa; CARNEIRO, Edison. *As ciências sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Capes, 1955.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. Esforços de teorização da realidade nacional politicamente orientados, de 1870 a nossos dias. I Congresso Brasileiro de Sociologia, São Paulo, 1955.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. A imaginação político-social brasileira. *Dados*, n. 2-3, 1967, p. 182-193. Disponível em: <https://dados.iesp.uerj.br/en/artigos/?id=19>. Acesso em: ou. 2024.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Raízes da imaginação política brasileira. *Dados*, n. 7, 1970, p. 137-161. Disponível em: <https://dados.iesp.uerj.br/en/artigos/?id=58>. Acesso em: ou. 2024.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena – experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986
- SADER, Eder; PAOLI, Maria Célia. Sobre “classes populares” no pensamento sociológico brasileiro (notas de leitura sobre acontecimentos recentes). In: CARDOSO, Ruth (Org.). *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 39-67.
- SCHERER-WARREN, Ilse. O caráter dos novos movimentos sociais. In: SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo José (Org.). *Uma revolução no cotidiano?* Os novos movimentos sociais na América do Sul. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 35-53.
- SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SORJ, Bernardo. *A construção intelectual do Brasil contemporâneo: da resistência à ditadura ao governo FHC*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

- TELLES, Vera da Silva. Anos 70: experiências, práticas e espaços políticos. In: KOWARICK, Lúcio (Org.). *As lutas sociais e a cidade: São Paulo passado e presente*. São Paulo: Paz e Terra/Cedec/UNRISD, 1988, p. 247-283.
- VIANNA, Luiz Werneck. Estudos sobre sindicalismo e movimento operário: resenha de algumas tendências. In: VIANNA, Luiz Werneck. *Travessia: da Abertura à Constituinte 86*. Rio de Janeiro: Taurus, 1986, p. 177-207.

Experiências sociais de ativistas da Associação Cultural do Negro (1954-1976) e a contribuição do associativismo negro paulistano para o pensamento social brasileiro

[Social experiences of activists from the Associação Cultural do Negro (1954-1976) and the contribution of Black associations in São Paulo to Brazilian social thought

Mário Augusto Medeiros da Silva¹

Partes deste artigo foram originalmente apresentadas no 19º Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), ocorrido na UFSC, em Florianópolis, em 2019, no GT de Sociologia Histórica. O trabalho recebeu apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

RESUMO • O artigo é um estudo sociológico sobre a experiência associativa negra, cujo diálogo com o pensamento social brasileiro sobre a vida negra em São Paulo é fundamental. Busca-se discutir experiências que funcionam como formas de solidariedade do associativismo negro em luta antirracista, de maneira por vezes mais ou menos explícitas e que nem sempre foram verificadas assim, especialmente no âmbito de uma história sociológica dos estudos de relações raciais atento ao grupo social negro paulistano. Tais experiências estão situadas entre os anos 1950 e 1970 em São Paulo, tendo como foco a Associação Cultural do Negro (1954-1976). • **PALAVRAS-CHAVE** • Associativismo negro; pensamento social brasileiro; experiência social. • **ABSTRACT** • The article is a sociological study on the black associative

experience, whose dialogue with Brazilian social thought on black life in São Paulo is a core topic. The aim is to discuss experiences that function as forms of solidarity of black associations in the anti-racist struggle, in ways that are sometimes more or less explicit and that have not always been verified in this way, especially within the scope of a sociological history of racial relations studies attentive to black people. Such experiences are situated between the 1950s and 1970s at São Paulo city, focusing on the Associação Cultural do Negro (1954-1976), an organization that serves as a link between associative experiences from the beginning of the 20th century and more recent decades, at the end of the dictatorship. • **KEYWORDS** • Black associativism; Brazilian social thought; social experience.

Recebido em 22 de agosto de 2024

Aprovado em 19 de novembro de 2024

SILVA, Mário Augusto Medeiros da. Experiências sociais de ativistas da Associação Cultural do Negro (1954-1976) e a contribuição do associativismo negro paulistano para o pensamento social brasileiro. *Rev. Inst. Estud. Bras.* (São Paulo), n. 89, 2024, e10721.



Seção: Dossiê

DOI: [10.11606/2316901X.n89.2024.e10721](https://doi.org/10.11606/2316901X.n89.2024.e10721)

¹ Universidade Estadual de Campinas (Unicamp, Campinas, SP, Brasil).

ASSOCIATIVISMO NEGRO E PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Experiências da cidadania negra no pós-Abolição podem ser flagradas por diferentes ângulos. Cada vez mais na bibliografia têm sido entendidas como formas de solidariedade social, protagonizadas por ativistas negras e negros e expressões de luta antirracista.

A ideia de um associativismo negro ocupou parte do debate das ciências sociais brasileiras, especialmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, entre os anos 1930 e 1980, através de artigos, teses e livros. Inquiria-se especialmente sobre os sentidos da organização coletiva negra, tomando-se por base o período temporal após a Abolição, preocupando-se em particular com a construção coletiva de significados sobre a cidadania e seus direitos na República para aquele grupo social. Tais ideias têm sido revisitadas criticamente por estudos mais recentes.

É interessante notar que, nos trabalhos dos cientistas sociais, poucas vezes será definido explicitamente o que se entende por associativismo negro, embora ele seja tratado como problema sociológico: os sentidos do querer e fazer coletivo de homens e mulheres de frações do grupo negro organizados sob uma atividade ou entidade no espaço público voltado para os interesses do grupo que procuravam representar (DOMINGUES, 2018a; SILVA, 2023). Daí temas como imprensa, literatura, cordões carnavalescos, sambas, clubes de lazer e sociabilidade ou entidades políticas serem o foco de alguns desses estudos. Vale notar que a participação em uma atividade ou entidade não exclui flagrar o mesmo sujeito social em outras, com fins semelhantes.

É igualmente importante recordar que esse sentido de um querer e fazer coletivo negros é marcado pela experiência histórica e as alterações políticas e culturais marcadas em 1888 e 1889. Desde o final do século XIX, portanto, os negros, como um conjunto significativo da população brasileira, ter-se-iam que haver com as consequências de processos de mudança social tão profundos e que os afetariam diretamente. Avento aqui a hipótese, pensando comparativamente com o trabalho da socióloga estadunidense Theda Skocpol (2006), de que também no Brasil o associativismo negro faz parte de uma esquecida história cívica. A bibliografia sobre o associativismo negro brasileiro, enfocando São Paulo, é numerosa e possui diferentes desdobramentos (RAMOS, 1938;

BICUDO, 2010; GOMES, 2013; BASTIDE, 1973; LEITE; CUTI, 1992, p. 142-144; BASTIDE; FERNANDES, 2008; FERNANDES, 1978; ANDREWS, 1998).

Procuro entender como certas experiências foram possíveis e como elas informaram as pesquisas sociológicas realizadas entre os anos 1950 e 1960 em São Paulo, na Universidade de São Paulo (USP), acerca da luta negra antirracista e os limites da democracia racial (BRASIL JR.; SILVA, 2021). Valer-me-ei inicialmente de registros biográficos, objetivando flagrar experiências individuais que se encontrarão posteriormente em uma experiência coletiva (LEITE; CUTI, 1992; PINTO, 2014; SILVA, 2017a; TIEDE, 2018). Homens e mulheres negros, com pontos de partida dessemelhantes geográfica, geracional, econômica, cultural ou politicamente, mas cujo ponto em comum – o fato de serem negros, oriundos de famílias negras do pós-Abolição – os levou a buscar um encontro com “a raça”, com “o meio”, “com a sua gente”, como dirão. Esse encontro não marcado se dará, dentre outros lugares, na Associação Cultural do Negro (ACN), organização pouco estudada pela bibliografia (MOURA, 1983; DOMINGUES, 2008; SILVA, 2012; DOMINGUES, 2018a), mas que possui papel importante nas pesquisas sociológicas sobre o negro em São Paulo, balizando outras experiências associativas subsequentes, como o Centro de Cultura e Arte Negra (Cecan, 1974-1978), o Movimento Negro Unificado (1978-) ou os Cadernos Negros (1978-), tendo em vista o seu referencial para essas novas associações e a presença de ex-membros da ACN nelas.

Baseio-me teoricamente numa abordagem da sociologia da memória. Os estudos de Halbwachs (1925; 1950) sobre a memória coletiva abriram caminhos para pensar os problemas da modernidade em processos de destruição, violências variadas e produção de identidades coletivas, como temas políticos da questão nacional. Eclea Bosi (1979), Michael Pollak (1989), Elisabeth Jellin (2002; 2017), por exemplo, têm essa perspectiva para discutir a dimensão da lembrança individual ou do testemunho como uma forma de reconstrução de processos sociais atravessados pela recordação de guerras e massacres, ditaduras e disputas dos espaços de recordação ou, ainda, como formas de percepção das mudanças sociais experimentadas pelos grupos sociais dos quais os sujeitos que recordam representam. Classes sociais, gênero, atividade laboral e, numa perspectiva mais detida, pertencimento étnico-racial importam como clivagens para a compreensão do problema da memória social. Este último ponto é abordado, por exemplo, por Michael Hanchard (2008) ao tratar do que ele denomina de memória negra em conflito com a memória estatal, como uma forma de analisar projetos coletivos, estratégias de manutenção de solidariedade social, transmissão de experiências e produção de contranarrativas antirracistas.

Esta abordagem me parece interessante para o que pretendo explicitar a seguir, mostrando a construção de uma associação negra, que teve diálogos intensos com um conjunto de cientistas sociais e seus projetos de investigação sobre o racismo no Brasil, de um lado. Mas que, por outro, também pavimentou e transmitiu experiências de lutas antirracistas do início e metade do século XX para a geração da década de 1970 que, por sua vez, molda aspectos do antirracismo contemporâneo no Brasil, disputando projetos políticos no âmbito do Estado ou conformando pautas na sociedade de maneira mais ampla, por meio de movimentos sociais (PEREIRA, 2013; RIOS, 2014).

UMA ASSOCIAÇÃO CULTURAL DO NEGRO EM SÃO PAULO (1954-1976)

No intervalo democrático entre o fim do Estado Novo e a ditadura civil-militar surgiu a Associação Cultural do Negro (1954-1976) em São Paulo. Minha hipótese é a da sua possibilidade analítica como contribuinte de uma história cívica em São Paulo, na luta por direitos e cidadania do negro, protagonizada por intelectuais e ativistas. O que, comparativamente, Theda Skocpol (2006) chamou de “*a missing part of America's civic past*” ao realizar, com sua equipe, um estudo de sociologia histórica acerca da existência de diferentes associações negras em atividade desde 1775, antes da Guerra Civil ou da Guerra de Secesão (1861-1865) –antes, portanto, da Abolição naquele país–, e que constituem um capítulo importante tanto da vida democrática mais ampla, como das lutas por direitos específicas do grupo negro, culminadas no século XX.

Discutir o associativismo negro como uma história da cidadania parece fazer sentido para o caso brasileiro também. Uma das associações que congregaria vários dos aliados da Pesquisa Unesco de Relações Raciais em São Paulo (MAIO, 1997), a Associação Cultural do Negro (1954-1976), fundada em 28 de dezembro de 1954, foi forjada por distintos fatores de importância. De um lado, por sujeitos que haviam se confrontado em experiências anteriores de associativismo político e cultural negro (clubes sociais, irmandades, Frente Negra Brasileira, teatro negro e imprensa negra), como José Correia Leite, Henrique Cunha Jr. ou Geraldo Campos de Oliveira (SILVA, 2012; 2017 a, 2017b; 2022); de outro, por jovens negros que nos anos 1950 aspiravam encontrar-se com uma organização de seu grupo social, oriundos do interior, de experiências religiosas ou políticas à esquerda (como Jorge Prado Teixeira, Oswaldo de Camargo, Carlos de Assumpção, Pedrina Faustina Alvarenga, Teda Ferreira Pellegrini, Sebastiana Vieira, Odacir de Mattos ou Américo Orlando da Costa); todos incomodados com o fato da invisibilidade do grupo negro nas comemorações do IV Centenário de São Paulo.

Em 1954, nas comemorações do Quartocentenário [...] houve muitas festas, mas o negro não se fez presente, isto porque naquele ano não havia uma entidade organizada para tratar do assunto [...]. Mas eu achei que esse negócio não estava certo e então nós tínhamos de fazer uma outra entidade mesmo. Por casualidade encontrei-me com o Borba [José de Assis Barbosa], que já tinha dado uma iniciativa sobre a ideia da fundação de uma entidade cultural [...]. Achei que uma entidade cultural, de propaganda em defesa dos valores negros, isso era o suficiente para a presença do negro no movimento cultural e cívico da cidade. (LEITE; CUTI, 1992, p. 163).

Congregando mais de 700 sócios de ambos os性os e variadas profissões, de acordo com as fichas de seu arquivo, e localizada, numa primeira fase (até 1964), no 16º andar do Edifício Martinelli, centro da cidade, a ACN esforçou-se em realizar publicações de jornais (*O Mutirão e Níger*), publicações e debates (série Cultura Negra), discussões públicas sobre a questão racial (tendo como seus aliados e associados sociólogos e intelectuais como Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Paula Beiguelman, José Mindlin, Eduardo de Oliveira e Oliveira – sendo este último seu dirigente no período final) e mesmo ser um espaço, temporário, de recepção a debates sobre a luta anticolonial em países africanos de expressão portuguesa (SILVA, 2017b; 2018).

A Associação também sofrerá alterações, em razão das dificuldades de manutenção (a regularidade de pagamento dos sócios, por exemplo), dos antagonismos de projetos internos (era também um espaço recreativo e de sociabilidade jovem, voltado para bailes, atividades desportivas etc.), bem como em função do golpe civil-militar de 1964 (uma vez que alguns de seus membros importantes tinham filiações e atividades de esquerda). A fase após 1965 até seu fim se dará no bairro pobre e negro da Casa Verde, sob a presidência do sociólogo mestiço Eduardo Oliveira e Oliveira e da advogada Gilcélia de Oliveira (SILVA, 2012; 2018; TRAPP, 2018). Aí seu caráter se alterará, sendo um espaço voltado para a comunidade do bairro, realizando cursos de alfabetização e reforço escolar, ou para debates sobre a identidade negra, por meio da história africana e brasileira.

Cerra suas portas em 1976, por razões ainda a pesquisar mais profundamente, mas que coincidem com as mudanças do próprio associativismo negro e dos jovens que o compunham em São Paulo – a geração dos anos 1970, crítica dos velhos modelos de organização negra, com filiações políticas em grupos de esquerda mais incisivos que o Partido Comunista, com formação pelos ambientes universitários e que organizará aquilo que se denominará Movimento Negro a partir dos anos 1978 (GONZÁLEZ; HASENBALG, 1982).

Neste ponto, é do meu interesse inserir, no debate teórico a respeito das ideias sobre o associativismo negro e uma sociologia da memória coletiva negra, as perspectivas dos sujeitos que o compuseram historicamente. Destarte, quero apresentar alguns aspectos biográficos de antigos membros da Associação Cultural do Negro, que, creio, permitam complexificar o cenário apresentado. Estou certo de que se trata de um extrato insuficiente, tendo em vista uma associação com grande número de participantes, dos quais a maioria inacessível atualmente, por ausências de memórias escritas, entrevistas diretas ou indiretas. De toda maneira, as trajetórias a seguir podem ser lidas como exemplares de possibilidades insuspeitas naquele momento, considerando a maneira invisibilizada como foram tratadas as experiências sociais negras pela bibliografia especializada, com contáveis exceções.

VIDA NEGRA PROTEICA: O SENTIDO NO ASSOCIATIVISMO

“Há o tema do negro e há a vida do negro [...]. Como vida ou realidade efetiva, o negro vem assumindo o seu destino, vem se fazendo a si próprio, segundo lhe têm permitido as condições particulares da sociedade brasileira [...]. O negro-vida é, entretanto, algo que não se deixa imobilizar; é despistador, proteico, multiforme, do qual, na verdade, não se pode dar versão definitiva, pois é hoje o que não era ontem e será amanhã o que não é hoje”
(RAMOS, 1957, p. 171).

As ideias possuem força social (BASTOS; BOTELHO, 2010). Elas são experienciadas, vividas e utilizadas pelos sujeitos sociais. Entre as experiências fabuladas e concretizadas dos sujeitos e suas enunciação, inclusive as dos estudiosos, existe um universo de possibilidades, muitas vezes insuspeito ou desprezado por puro preconceito social e/ou pelos limites da análise histórica e sociológica de um tempo. Dito de outra forma, ao se considerar seriamente a provocação de Alberto Guerreiro Ramos, em seu texto clássico *Patologia social do “branco” brasileiro* (1957), de onde retiro a citação, a vida negra se apresenta de maneira multiforme, especialmente no período do pós-Abolição. Essa multiplicidade de experiências tem sido flagrada por pesquisas que se interessam pelas possibilidades coletivas construídas por sujeitos negros em organizações variadas. Guerreiro Ramos instiga a pensar na dimensão proteica desses sujeitos e suas vidas, pois isso permite escapar às estereotipias sociais associadas de forma racista e discriminatória a pessoas negras no Brasil. Como sugere o mito grego de Proteu, donde o sociólogo retira o termo, há uma dupla indicação: de um lado, a revisão do passado social e a sugestão de um futuro em aberto, a ser construído pelos sujeitos negros; doutro lado, a permanente possibilidade de transformação, que na análise sociológica se dará pela compreensão das mudanças sociais protagonizadas e envolvidas por sujeitos negros. Perspectivar uma “vida negra proteica”, naquela acepção, implica em pensar possibilidades de escape ao “lugar do negro”, como escreveu Lélia González (1982), ou seja: criticar o racismo no Brasil por sua naturalização de lugares sociais subalternos para a experiência negra.

Uma geração de filhos, netos ou mesmo bisnetos de antigos escravizados fez da vida proteica parte compósita de luta social e pode ser flagrada em experiências coletivas, ações comuns que variam em pontos de início (migração do interior para a capital ou mesmo pequenas variações de renda familiar) e se ombreiam no ponto de chegada (o espaço de clubes, associações, bailes, times de futebol ou basquete amadores, partidos políticos etc.). A bibliografia mais recente sobre isso tem mostrado aspectos absolutamente surpreendentes dessa vida negra, seja no mundo associativo autônomo desde o século XIX (PINTO, 2010; 2014), ou ainda no século XX (DOMINGUES, 2018; SILVA, 2017b); no acesso aos cursos superiores e construção de carreiras profissionais, (GOMES, 2013; TRAPP, 2018) no mundo da política (SOTERO, 2015; RIOS, 2014).

Flagrantes dessa vida negra proteica e sua coadunação posterior em experiências associativas podem ser vistos nas trajetórias de sujeitos como José Correia Leite (1900-1989), Carlos Assumpção (1927-), Oswaldo de Camargo (1936-), Teda Ferreira (1936-), Geraldo Campos de Oliveira, Pedrina Alvarenga e Dorival Sirino dos Santos (SILVA, 2022). Alguns desses nomes são mais conhecidos que outros pelas pesquisas sobre associativismo, imprensa ou teatro negros em São Paulo. O que eles têm em comum? O pertencimento à primeira diretoria da ACN.

Neles observam-se trajetórias díspares: as experiências da orfandade, da moradia em porões ou cortiços, da migração do interior do estado para a capital, a localização em certos bairros específicos da cidade de São Paulo, o conhecimento de experiências associativas (bailes, religiosidade, política), o mundo dos jornais, o ensino profissionalizante, a política. Buscarei discutir brevemente alguns desses aspectos a seguir. Essas trajetórias foram importantes para organizar aspectos internos da ACN

e fundamentaram o diálogo com a sociologia das relações raciais e da crítica aos limites da democracia em São Paulo nos anos 1950 e 1960 (SILVA, 2018), servindo de base para as experiências do movimento negro nos anos 1970 e 1980 (TRAPP, 2018).

“E EU NÃO TINHA QUEM ME ORIENTASSE” – JOSÉ CORREIA LEITE

O que até hoje podemos saber, de forma consistente, sobre José Benedito Correia Leite (1900-1989) é o que ele mesmo nos fala, na longa entrevista concedida a Luiz Silva [Cuti], publicada postumamente em 1992 (LEITE; CUTI, 1992). Embora isso gere problemas metodológicos quanto à isenção das recordações ou a valorização e omissão de alguns fatos em detrimento de outros, seu relato é rico em experiências pessoais e coletivas, abrindo um leque de eventos, pessoas, associações, realizações, impasses e questionamentos importantes.

As experiências de orfandade, atribuição de doença mental a membros da família, autodidatismo e/ou uma formação escolar lacunar não são incomuns a intelectuais e ativistas negros, em função da história social desse grupo no Brasil. Nascido em São Paulo, em 1900, a trajetória de José Benedito Correia Leite é perpassada pela mestiçagem (filho de empregada doméstica negra com pai desconhecido branco), a pobreza vivida na região central da cidade – rua 24 de Maio, Bixiga, Saracura Grande, rua 13 de Maio –, a loucura da mãe, na infância, levando-o a ser criado por terceiros e a ter de lidar, desde pequeno, com a sua vida.

Suas lembranças desse período dizem pouco sobre a relação com a mãe – que o deixava sozinho para poder trabalhar – ou com sua única irmã. Na narrativa, a primeira enlouquece subitamente e não se sabe qual destino levou; a segunda falece em determinado momento e ambas saem de seu convívio. Sussurra sobre o pai, desconhecendo-se se aquele lhe transmitira o sobrenome ou algum afeto. Retrato doloroso da vida em porões e cortiços², em que uma criança mestiça e pobre não terá colher de chá. Sendo que a soma de duas fraquezas não produz uma força, a luta individual pela sobrevivência mostrará a um garoto de 6anos que, para ter o que comer ou onde dormir ao final do dia, em São Paulo, só se pode contar com o trabalho duro. Eis o encontro de Correia Leite com a sua vida: da entrega de marmitas ao carregamento de lenha para fogões; de moleque de recados a ajudante de carpintaria, entre outros afazeres.

Conjugado a esses fatores, tem-se um processo de socialização primária, no Bixiga, que não se dá no meio negro, mas, sim, entre os italianos migrantes do bairro, que lhe deram emprego e permitiram que morasse no porão das casas. Sem mãe ou alguém que por ele se responsabilizasse, não poderia entrar em escolas formais, a não ser

2 “Mas, quando criança, eu sofri muito, passei muita fome, muito frio. Era uma época em que São Paulo fazia um frio danado. E eu não tinha quem me orientasse. Muitas vezes eu ficava até tarde na rua. Às vezes eu dormia na casa de uma família negra que dava agasalho pra minha mãe. [...] Eu fui crescendo muito complexado. Não gosto muito de convívio com gente importante. Eu me sinto mal. [...] A maioria dos meus amigos também eram todos xucros, não sabiam nada, logo eu não podia aprender nada com eles” (LEITE; CUTI, 1992, p. 51-52).

pela benevolência alheia ou subterfúgios. A infância é relatada em poucas páginas, sem brinquedos ou palavras doces. Mas sim com limpezas de pátios para poder aprender a ler ou tentativas de estudar em escolas da maçonaria – para pobres. Há ainda a tentativa de aprender algo na escola do Mosteiro de São Bento, para meninos jornaleiros – o que ele nunca foi, mas podia fingir ser. Tudo por pouco tempo, sem perenidade.

De acordo com Leite, a convivência com os italianos lhe ensinou a dançar – já que, embora negro, não era muito escuro, podendo trafegar no preconceito à maneira ítalo-brasileira. Mas só podia ter pares masculinos, como era próprio das nuances discriminatórias. Ser ou não ser muito negro era o que sempre ouvia. E da decisão sobre o gradiente de sua cor dependia a entrada em bailes, namoros, a convivência com outros, a oportunidade em trabalhos, a existência social.

Entretanto, será dessa circunstância que ocorrerá o primeiro encontro de Correia Leite, ainda muito jovem, com uma sociedade de baile negra. Ao término de um ensaio com os italianos, na rua do Glicério, ele nota que começaria a dança da Elite Flor da Liberdade. Segundo ele: “Eu fui ficando espantado. Eu disse comigo ‘Estou perdendo tempo com esses italianos. Eu tenho uma sociedade que é minha, meu povo, minha gente’” (LEITE; CUTI, 1992, p. 27).

Esse é um momento decisivo nas memórias de Correia Leite, começando a marcar a passagem do individual ao coletivo. De menino órfão e solitário, encontra-se com uma história coletiva desconhecida até então: a existência, em São Paulo, de sociedades negras, organizadas, com gente bem-vestida e educada. Também é importante assinalar que se tratará de um momento de ambivalência para sua trajetória: ao longo de sua vida de ativista, ele deploará as sociedades exclusivamente voltadas para bailes e festas (embora seu encontro com a consciência negra tenha se dado num momento de lazer), onde os negros tentariam imitar padrões de comportamentos dominantes, em sua visão.

Outra circunstância decisiva na fase inicial de Correia Leite é o reencontro, também num baile, entre ele e seu amigo de infância, Jayme de Aguiar. Este tivera seus parentes protegidos pela família Paula Souza, o que lhe permitiu estudar no Colégio Coração de Jesus, nos Campos Elíseos. Dessa forma, Aguiar pôde ter uma vida diferente, estudando e se formando, tornando-se funcionário público. Também permitiria que se pensasse um escritor de crônicas e sonetos, embora não tivesse onde ou como publicar seus textos.

No reencontro, Aguiar se oferece para ensinar Correia Leite a ler e escrever corretamente, como também a operar a matemática. Propostas aceitas, com ambas, ele podia almejar futuros diferentes. Matriculou-se numa escola comercial para estudar contabilidade. O ritmo pesado da vida não lhe permitiu aguentar mais que um ano da rotina diária de trabalho e estudo até onze horas da noite, recomeçada de madrugada.

Nessa etapa, Correia Leite tem 24 anos. No universo das sociedades negras de baile, ele e Aguiar têm a ideia de fundar um jornal. Essa socialização secundária, de convivência no meio negro, lhe permite observar o comportamento coletivo do negro organizado, se aproximar dele e questioná-lo (LEITE; CUTI, 1992, p. 33). Afinal, se os

estrangeiros criavam e mantinham suas sociedades benéficas, por que o mesmo não ocorreria com o meio negro organizado?

A 24 de janeiro de 1924 saiu o primeiro exemplar do jornal *O Clarim*, fundado por Jayme de Aguiar e Correia Leite, este responsável pela tipografia, trabalho manual reservado para quem recentemente conhecia as primeiras letras. No princípio, era um espaço para os textos de Aguiar. Quando este resolve se retirar das atividades do jornal, seu amigo assume a direção d'*O Clarim*, visando algo diferente, que tivesse sentido social e político mais abrangente. Estampando ser, no subtítulo, “orgam literário, noticioso, científico e humorístico” [sic], entre 1924 e 1927, passa a “Legítimo orgam da mocidade negra” [sic], em sua segunda fase, bem como “noticioso, literário e de combate”, até 1932.

É possível afirmar que essa radicalização d'*O Clarim* d'Alvorada coincide com o período de grande convulsão da ordem coletiva, tanto em São Paulo como no país. Destarte, o negro organizado – diferentemente do que se afirma em geral – não é apenas uma testemunha da história no período. Tendo isso em vista, pode-se compreender, mais facilmente, a quantidade de iniciativas, formações, articulações e desentendimentos entre os anos 1930 e 1940 em meio ao grupo negro paulistano, nas recordações de Correia Leite. Fixemo-nos nessas décadas como momentos importantes: é a conjuntura de formação do Centro Cívico Palmares (1926-1929), do Congresso da Mocidade Negra (1928), do Movimento para ereção da Herma de Luiz Gama no Largo do Arouche (1930)³, das discussões em torno do Monumento à Mãe Negra, no Largo do Paissandu (1930)⁴, da Frente Negra Brasileira (1931-1937), do Clube Negro de Cultura Social (1932) e da criação da Legião Negra de São Paulo, em 1932 (DOMINGUES, 2008; FAUSTINO, 2011), circunstâncias em que o negro organizado de São Paulo tem de se posicionar coletivamente, sendo cobrado por suas ações e posturas face aos eventos. Entre os anos de 1937 a 1948, pouco se passa em suas memórias sobre o associativismo. Em 1948, ele participa da Associação dos Negros Brasileiros, experiência que segue até o começo dos anos 1950, até a criação da ACN, em 1954. O que aglutinaria negros, em São Paulo, uma vez mais, em torno de uma causa política e cultural seria a preocupação com sua invisibilidade nas comemorações oficiais do IV Centenário da Cidade de São Paulo (1554-1954). Daí decorre o surgimento da

3 “Nesse ínterim, o argentino Celso Wanderlei – que foi presidente do Cordão Carnavalesco Campos Elíseos [...] ele teve a ideia de se preparar para o aniversário do nascimento do Luiz Gama, o centenário que ia ser em 1930. Nós estávamos em 1928. A ideia era a de erigir uma herma em praça pública. [...] O Largo do Arouche ficou coalhado de negros. [...] A maior parte do financiamento da herma a comissão conseguiu arrecadar no meio negro” (LEITE; CUTI, 1992, p. 83-88 – grifos meus). O busto de Luiz Gama foi esculpido por Yolando Mallozzi, segundo o Departamento de Patrimônio Histórico da Prefeitura de São Paulo.

4 “Esse monumento teria um pedestal e em volta seriam representadas todas as fases de participação do negro [...]. Com a vinda da Revolução de 30 não se tocou mais no assunto do monumento. Mais tarde [1955] construiriam aquele outro no Largo do Paissandu. Aliás, eu não gostei. Aquilo foi um projeto de um vereador chamado Elias Chamas. [...] Mas para realizar escolheram um escultor modernista [Júlio Guerra]. [...] Se fosse uma branca não permitiriam que um artista fizesse uma figura deformada como aquela” (LEITE; CUTI, 1992, p. 97-99).

Associação Cultural do Negro, última organização negra importante da qual José Correia Leite participou de maneira ativa, sendo um dos seus dirigentes.

“SABE QUANTOS ANOS TINHA A ABOLIÇÃO? TRINTA E NOVE” – CARLOS DE ASSUMPÇÃO

Os caminhos que conduziram o hoje conhecido poeta Carlos de Assumpção à Associação Cultural do Negro remetem a experiências de socialização no mundo negro no interior de São Paulo, especificamente na cidade de Tietê. São os anos recentes da criação e fim da Frente Negra Brasileira (1931-1937), que, com sua capilaridade, alcança municípios em diferentes lugares do país e longe da capital paulista, onde foi criada. Em Tietê, a família Assumpção é composta de ao menos uma geração de descendentes de escravizados (os avós de Carlos) e sujeitos que, nos anos 1920 e 1930, fazem parte de associações locais do mundo negro, especificamente de irmandades, sem instrução formal. É o próprio poeta quem relata isso:

[...] eu sou de uma família bastante pobre, meu avô materno era carroceiro e transportava mercadoria da estação ferroviária da cidade pro centro, pro comércio local. [...] meu pai era analfabeto, era jardineiro [...]. Minha mãe fez o primário e naquele tempo fazer o primário já era uma grande coisa porque isso foi lá por 1910, ela era de 1910 [...] Havia na minha terra duas sociedades negras: uma era a Frente Negra, que era de origem da grande Frente Negra que nós tivemos em São Paulo, que tinha um negócio assim já de luta, um negócio de ativismo, um cunho de luta contra o preconceito. [...] Já a Associação Beneficente Treze de Maio era bastante liberal, a frequência era tanto de negros como de brancos, caboclos, todo mundo. [...] meu avô frequentava, ele foi presidente, inclusive da Associação Treze de maio que era a mais liberal, que aceitava todo mundo e depois minha mãe foi presidenta também, ela gostava muito de ler, era uma pessoa muito lida, só fez o primário, mas tinha conhecimento das coisas⁵.

Além disso, uma sociabilidade ligada ao universo associativo religioso também cria uma forma de solidariedade no mundo negro tietense: a irmandade de São Benedito, nas memórias de Assumpção, congrega os grupos rivais da Frente Negra local (onde só havia negros) e da Associação Treze de Maio (mais permissiva em seu caráter étnico), bem como parte do mundo branco, em devoção ao santo, unindo negros, migrantes italianos e brasileiros não negros.

Se, por um lado, esse ambiente associativo complexifica e amalgama as experiências da discriminação, da integração e da devoção de famílias negras como as de Assumpção, por outro não explica ainda o ponto de inflexão de sua trajetória. Este se dá pela experiência escolar, o que é um rompimento decisivo com a geração dos avós e pais, ainda que conte parcialmente com o apoio daqueles (especialmente da mãe) e esteja condicionado a aspectos integrationistas com o mundo dos imigrantes brancos. Nascido 39 anos após a Abolição formal da escravidão, ele recorda que:

5 Entrevista de Carlos de Assumpção ao Autor (Franca – SP, 19 de novembro de 2016).

Eu estudei na escola, no grupo escolar Luiz Antunes lá em Tietê, hoje é colégio era curso primário. Eu fiz o curso primário lá, depois eu fiz o ginásio, fiz admissão[...]. A leitura abre janelas. Com isso eu peguei um certo jeito pra escrever. E a professora sempre elogiava tudo, e um professor chamado Joaquim Cruz, lá de Tietê, ele tinha um curso de admissão e conversou com a professora do quarto ano, falou pra ela que se tivesse algum aluno pobre, que não tivesse possibilidade de pagar o curso de admissão, que ele daria o curso de graça. Aí a professora falou pra mim: “olha, Carlos, você não quer estudar?”. Eu falei: “Nossa Senhora!”. Aí eu cheguei em casa, falei pra minha mãe, aí a minha mãe falou “ih, mas como assim vai estudar?”. Não havia jeito. Falou: “ah eu vou ver. Vou falar com seu pai”. Aí ela falou com meu pai tudo lá, convenceu meu pai. Meu pai não tava muito propenso pra isso não. Ele queria que eu fosse ajudar ele na roça. A minha mãe também tinha vontade de estudar e num pôde por causa do meu avô. O dela não foi por dinheiro não, foi meu avô⁶.

A concordância dos pais e o sucesso no teste de admissão permitiram a continuidade dos estudos até o ginásio. Concluída essa etapa, o jovem Assumpção deveria escolher entre os cursos clássico (voltado para humanas) ou o científico (exatas e biológicas). Como queria ser médico, escolhe a carreira científica e aos 19 anos vai para São Paulo, onde os eventos na cidade não lhe sucedem bem, por volta de 1946. Isso faz com que retorne a Tietê, aproveite sua formação no curso científico e se candidate a um curso na Escola Normal da cidade. Torna-se normalista, professor primário. A mãe ainda era uma influência decisiva, aprovando a carreira de professor e tendo sido sua inspiradora por se interessar por literatura, de acordo com suas memórias. Ela retirava livros da igreja local para leitura do jovem Assumpção.

Embora a Frente Negra Brasileira já houvesse sido forçada a encerrar suas atividades em 1937 em função do Estado Novo (1937-1945), Assumpção pôde, de acordo com suas memórias, ter contato com a produção material do jornal daquela associação, *A Voz da Raça*. Por meio dele, toma contato com o poeta Lino Guedes, que publicava no periódico frentenegrino e circulava pelo interior paulista (SILVA, 2017a): “Lino Guedes deu pra eu ouvir falar, e eu também li, o meu avô assinava *A Voz da Raça*. Eu nasci em 1927, em 1939 acabou a Frente Negra no Estado Novo. O meu avô foi colecionando *A Voz da Raça*, tinha uma coleção em casa, um pacotão”⁷.

Não são claros os caminhos rumo ao associativismo dos anos 1950, nas memórias de Assumpção. Após formado normalista, o retorno à capital paulista leva a uma nova rodada de tentativas de se inserir profissionalmente. Pode-se dizer que seja o caminho prático da integração do negro na sociedade de classes (FERNANDES, 1978): “eu fiz o normal e voltei pra São Paulo, deu tudo errado e fui ajudante em caminhão, faxineiro, fui servente de escola particular. E depois fui conferente de algodão”⁸. Mas também é nesse momento, por volta de 1950, que ele conhece a Associação José do Patrocínio, em que estava Raul Joviano do Amaral (advogado negro, ligado

6 Entrevista de Carlos de Assumpção ao Autor (Franca – SP, 19 de novembro de 2016).

7 Entrevista de Carlos de Assumpção ao Autor (Franca – SP, 19 de novembro de 2016).

8 Entrevista de Carlos de Assumpção ao Autor (Franca – SP, 19 de novembro de 2016).

à Irmandade do Rosário dos Homens Pretos e também à Associação dos Negros Brasileiros, criada com José Correia Leite).

Eu morei na Alameda Glete. Ali eu morei num porão na casa da minha prima, tinha um quarto lá, ela era cozinheira de uma família rica lá. De lá, fui morar com uma outra prima minha que morava na Avenida Rio Branco. Eu ia nos bailes, nos Campos Elíseos. Alguém falou que tinha uma associação assim. Como eu estava acostumado a frequentar no interior, eu frequentava a Sociedade Treze de Maio, ia também na Frente Negra e quando falaram da [Associação] José do Patrocínio eu pensei que era igual. Falei “ah, vou lá ver”⁹.

Na Associação José do Patrocínio, o autor tem também o encontro com o jovem negro Jorge Prado Teixeira, também do interior de São Paulo (Ribeirão Preto), que participava daquela sociedade, era estudante da Faculdade de Filosofia da USP e também o contato dos sociólogos Roger Bastide e Florestan Fernandes no mundo associativo negro para a realização da Pesquisa Unesco de Relações Raciais (1951-1955).

Eu conheci o Jorge Prado Teixeira lá perto da Praça João Mendes. Perto de onde hoje é a Câmara Municipal tinha lá uma escola, e eles iam fazer uma pesquisa sobre o negro. O Jorge Prado era auxiliar deles lá, era o ponto de contato entre os negros e fazia o papel pra levar a negrada lá pra ser entrevistada, pra eles fazerem a pesquisa sobre nós, nós éramos objeto deles. Foi lá que começou tudo e de lá é que eu fui pra José do Patrocínio e de lá da José do Patrocínio que eu fui pra Associação Cultural do Negro. Não conheci o Correia Leite nessa época não, foi posteriormente, quando eu fui à Associação Cultural do Negro, que eu conheci o Correia Leite. O Raul Joviano do Amaral também eu conheci já quando eu estava na José do Patrocínio. O Geraldo Campos de Oliveira também eu conheci quando eu estava ainda na José do Patrocínio, ele me convidou pra ver a Associação Cultural e o Jorge ficou bravo: “Você tá me deixando? Tá nos deixando cara? Você não vem mais aqui, eu soube que você tá só lá na Associação Cultural”, que eles tinham certa rivalidade, também parece que a Associação Cultural do Negro tinha um cunho assim mais esquerdista, e a José do Patrocínio, nessa parte política, indefinida. José do Patrocínio era uma associação de pessoas negras pobres, todos trabalhadores braçais, a maioria¹⁰.

Os caminhos da integração na sociedade de classes se fundem com a busca intelectual de um jovem negro na casa dos 20 anos (Assumpção tinha 27 anos quando a ACN foi fundada, em 1954). Nesse espaço de acontecimentos confundem-se as trajetórias e experiências díspares de diferentes sujeitos sociais, num universo associativo com diferentes sentidos. Para Assumpção, a ACN é o local onde ele alavancará sua carreira literária e se tornará o poeta do “Protesto”, poema síntese do meio negro organizado dos anos 1950, que seria reeditado por uma grande editora nacional apenas mais de meio século depois (ASSUMPÇÃO, 2020). Vocaliza

9 Entrevista de Carlos de Assumpção ao Autor (Franca – SP, 19 de novembro de 2016).

10 Entrevista de Carlos de Assumpção ao Autor (Franca – SP, 19 de novembro de 2016).

as experiências da discriminação e das frustrações de um presente racista em São Paulo, mas também da luta contra o preconceito racial.

“O MEU APELIDO ERA ‘A ESTUDANTE’” –TEDA FERREIRA

Uma das poucas mulheres que podem ser alcançadas nos dias atuais, que participaram de experiências associativas como a da ACN, é Teda Ferreira Pellegrini, que, no cargo de primeira secretária, assessorava diretamente o Conselho Superior da entidade. Mas, novamente, importa saber os caminhos que levam ao ponto comum. Nascida em São Paulo, capital, no bairro da Mooca, em 1936, ela recordou em entrevista que:

[...] uma das coisas que era assim, muito questionável pelas nossas famílias antigas, era o desejo de participação na sociedade, o desejo, a ambição de sair daquele *status quo* e de superar as barreiras... Todas as pessoas que, assim, ansiavam ter um *status* diferenciado do que foi as nossas histórias antigas pela própria família eram meio que questionadas, meio criticadas... O meu apelido, por exemplo, era “a estudante”. Porque eu tinha uma outra história que pra mim era mais importante do que ser negra e lutar pela aceitação como negra, era a minha aceitação como pessoa. Porque eu não tinha pai. [...] Eu fui alfabetizada muito cedo. Então com cinco anos eu lia e fazia contaⁱⁱ.

Orfandade, busca intelectual e também experiência religiosa (no espaço católico da Cruzada Eucarística) fazem com que os caminhos de Teda Ferreira se cruzem com as trajetórias dos intelectuais citados anteriormente. A integração pelo trabalho na cidade é outro denominador comum. Oriunda de uma família pobre, em que as mulheres eram empregadas domésticas, inicialmente trabalhando como telefonista e posteriormente como atendente em um hospital paulistano, Teda começa, em suas memórias, a delinear o que lhe seria um caminho profissional. Numa primeira ideia, gostaria de ser concertista e tocar piano, por ter iniciado aulas pagas por um padrinho. Posteriormente, quando começou a trabalhar, queria ser médica – relato parecido ao de Assumpção. Contudo, diferente daquele, ela não altera a trajetória em razão de discriminação ou falta de incentivo familiar. A experiência de trabalho num hospital lhe trouxe a percepção das dificuldades da carreira, especialmente no que tangia ao atendimento de emergência. Por outro lado, a rotina de longos plantões e a distância do trabalho para casa faziam que, por vezes, ela permanecesse no ambiente hospitalar e tivesse contato com as histórias de vida de pacientes, levando-a a ouvi-los e mesmo consolá-los. Em suas recordações, a audição dos problemas faz com que se interesse pela clínica psicológica, profissão na qual se aposentou. Ademais, não poderia trabalhar para custear seus estudos caso escolhesse a outra carreira.

E aí eu queria fazer medicina. Mas eu cheguei à conclusão de que medicina era impossível pra mim. Porque eu não poderia trabalhar e estudar. Era tempo integral e eu não tinha nível financeiro pra poder fazer, mas aí eu queria ser doutora. Não

ⁱⁱ Entrevista de Teda Ferreira Pellegrini ao Autor (São Paulo – SP, 27 de maio de 2018).

deixava por menos, já não estava mais ambicionando ser concertista, nem estudar em conservatório, acho que eu tinha parado piano até, mas queria ser doutora. Advogado não, não me atraía, mas medicina me atraía porque eu gostava muito de biologia, de botânica, e eu era muito boa. Então eu queria isso, mas cheguei à conclusão de que não dava. Aí eu fui fazer odontologia lá na [Rual] Três Rios¹². Eu me candidatei, passei no exame escrito. Era o tempo que tinha escrito e oral, né? E aí no exame oral eu comecei a responder as questões, levantei da banca e falei “tchau, eu não vou ficar aqui”. Os professores “não, mas como, porque, não sei o que, volta, volta”. “Não, não eu não quero ser dentista, tchau eu vou embora”. E aí fui acompanhar uma amiga minha na faculdade de filosofia que ela ia fazer, prestar vestibular lá, e eu fui junto e era bem nessa época de fazer exame, de fazer o vestibular e aí a pessoa ficou: “Você também vai fazer a prova?”. Eu falei: “não, não, eu não vou”. Aliás, isso foi antes de ir pra odontologia, eu estava inscrita na odontologia, mas foi antes do exame, e eu falei “não, eu vou prestar odonto”. Aí ela disse “não, imagina”, era uma freira até, “não vai fazer isso, mulher dentista que isso, é difícil, vem pra cá, vem fazer, com filosofia você pode fazer psicologia”, a psicologia ainda não estava oficializada. Aí eu perguntei a ela: “O que que psicólogo faz?”. Aliás não era psicólogo, era psicologista, o nome era psicologista. “O que que psicologista faz?”. “Ah, psicologistas atendem as pessoas, ajudam as pessoas a resolverem problemas afetivos, emocionais, etc.” Eu falei: “Puxa, é isso que eu quero”¹³.

Teda Ferreira tinha 17 anos quando prestou seu vestibular para filosofia, na USP, em 1953. Os caminhos para a psicologia e a psicanálise em São Paulo, na década de 1950, não eram ainda institucionalizados como curso superior. A formação em outra área de conhecimento era uma necessidade para se especializar nas áreas de estudo psíquico. Teda assim, nos anos 1950, era uma das poucas estudantes negras da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP, cursando Filosofia. Será aluna dos cientistas sociais que levavam a cabo a pesquisa sobre relações raciais. E, ainda mais importante, será aluna de Virgínia Leone Bicudo, na Faculdade Filosofia, pioneira dos estudos em pós-graduação sobre relações raciais em São Paulo e na formação do campo psicanalítico na cidade.

[Virgínia Leone Bicudo¹⁴] foi minha professora. Ela era negra, mas acho que ela não sabia ou não queria ser negra, e outra, nessa época ninguém ficava assim meio que se declarando negro, né? Lembro, era uma excelente professora, mas, assim, eu nunca a vi chegando perto de mim como única mulher negra no meu grupo e de fazer qualquer tipo e referência a isso. Por isso que sempre que me refiro a ela eu digo que ela era negra e que acho que ela não sabia ou não queria saber. Virgínia entrou no

¹² Solar da Rua Marquês de Três Rios, antiga sede da Faculdade de Odontologia de São Paulo (USP, a partir de 1934).

¹³ Entrevista de Teda Ferreira Pellegrini ao Autor (São Paulo – SP, 27 de maio de 2018).

¹⁴ Bicudo era uma mulher mestiça, filha de pai negro e mãe italiana. As percepções sociais sobre sua cor ou pertencimento étnico-racial variaram, ao longo de sua vida, a depender dos espaços sociais que ela logrou ocupar. Gomes (2013) estudou isso em detalhes.

que era chamado de especialização. Então a gente, ela era das que formaram as psicólogistas primeiro. As primeiras psicólogas, a Virgínia que fez e o Durval Marcondes que fez isso. Porque eram as matérias complementares pra ser psicólogo e aí na verdade a gente não precisava sair psicanalista, mas saía como psicólogo. Fui aluna do Florestan [Fernandes], fui aluna do Fernando Henrique [Cardoso], que era assistente do Florestan¹⁵.

Em suas recordações, a chegada à Associação Cultural do Negro coincide com o momento de grandes mudanças e buscas pessoais. Em 1953 ela se torna estudante da Faculdade de Filosofia; no ano seguinte a ACN é formada em São Paulo. E de maneira quase sincrônica,

E aí assim, até então, até entrar na universidade eu não tinha a menor noção de que existissem grupos discutindo sobre negritude. Nunca. Aliás, até leitura de livros, né, a minha família era uma família muito simples. Mas até então eu não sabia de nada e um dia, quando estava na universidade, eu li no jornal uma notícia desse tamanhinho, no pé da página, que haveria uma reunião da Associação Cultural do Negro no prédio Martinelli. Eu fiquei curiosíssima, né? Eu falei eu quero saber o que que é isso, mas claro que eu não contei pra ninguém da minha casa. Acho que [eu já tinha] 18 anos. Por aí, eu já estava na universidade. Aí eu fui. Eu fui na reunião e foi assim, fiquei perplexa de conhecer, aí nesse momento eu conhecia o professor Israel de Castro, que era professor de inglês na época e negro e eu nunca tinha visto professor negro na minha vida até então. Tinha o Geraldo Campos, que era jornalista, tinha Oswaldo Camargo, que tinha minha idade, naquela época, e os outros eram todos mais velhos e mais profissionalizados. O Oswaldo acho que estava em início de carreira, trabalhava no Estadão. Pedrina Alvarenga, que foi um marco na minha vida também. A Pedrina era interessada no esporte então, inclusive na Associação ela era diretora do esporte. Congregava todas as moças pra jogar, elas foram campeãs de basquete e treinavam aqui em Indianópolis numa quadra. Ali eu conheci o professor [José] Correia Leite, que acabou sendo o meu padrinho de casamento. [Eu me tornei primeira secretária] porque eu já a era universitária, né? E as outras mulheres não eram¹⁶.

Embora tenha sido curto seu período na ACN (entre 1956 e 1961, aproximadamente), os caminhos de Teda Ferreira até a entidade flagram aspectos de uma experiência universitária negra e também feminina da trajetória escolar. No espaço associativo, o capital cultural de estudante de curso superior é um diferencial que se amalgama com o fato de ser mulher e o condicionamento social, machista, que mesmo em meio a um universo negro em busca de reivindicação de direitos se faz presente: mulheres assessoravam, trabalhavam nos bastidores, cuidavam de “assuntos femininos”,

¹⁵ Entrevista de Teda Ferreira Pellegrini ao Autor (São Paulo – SP, 27 de maio de 2018).

¹⁶ Entrevista de Teda Ferreira Pellegrini ao Autor (São Paulo – SP, 27 de maio de 2018).

secretariavam, mas não chegavam à direção da ACN¹⁷. De toda maneira, como nos outros casos, a chegada ao ponto comum das trajetórias é o que faz parar a análise por aqui.

“FOI UM DESLUMBRAMENTO COM SÃO PAULO E UM DESLUMBRAMENTO COM O NEGRO” – OSWALDO DE CAMARGO

A última trajetória a se tratar nos caminhos que levaram ao associativismo negro configurado na ACN é a de Oswaldo de Camargo. A vida negra proteica assume traços comuns com os dos outros, tanto pelas experiências familiares como pelos caminhos que levam a ou se palmilham em São Paulo. Nascido em Bragança Paulista em 1936, Camargo chega à cidade por volta de 1955, após ter passado anos da infância e adolescência em seminário religioso em Poá, visando sua formação para ser padre. Isso lhe foi interditado por discriminação racial – o fato incomum da existência de padres negros no interior paulista, segundo ele recorda. No seminário ele toma contato com uma formação humanística, especialmente literária e musical, que lhe auxiliaria nos caminhos futuros.

Antes, porém, houve Bragança Paulista e a experiência familiar negra de sujeitos marcados pelo trabalho rural, a perda precoce da mãe, pela tuberculose, aos 7 anos, em 1943. Oswaldo de Camargo me concedeu duas entrevistas distanciadas no tempo, em 2007 e 2017. Além disso, publicou nesse meio-tempo um livro com suas memórias pessoais, recordando aspectos de sua infância e juventude intitulado *Raiz de um negro brasileiro* (CAMARGO, 2015).

Em suas memórias, Camargo sugere que seu bisavô teria participado do Clube dos Escravos, criado na sua cidade natal em 1881, um dos espaços de solidariedade, beneficência e mútuo apoio; Bragança Paulista figuraria, assim, como possuidora de um dos mais antigos do Brasil: o Clube dos Escravos, de 1881 (na esteira da Sociedade Floresta Aurora, criada no RS, em 1874 e ainda em atividade), e o mais antigo de São Paulo (precedendo o Clube 28 de Setembro de Jundiaí, criado em 1897, funcionando nos dias correntes). A experiência do Clube Bragantino foi destruída antes de Abolição e os estudos sobre ela são inexistentes.

Pensando no Clube dos Escravos, e atento hoje a conversas ouvidas em nossa família, chego a supor que meu bisavô, pai de meu avô Benedito Cantiliano, foi um dos que se sentaram em banco de ensino no casebre da Rua Santa Clara, quando na cidade ainda havia servidão. Benedito Cantiliano [...] tirou bom proveito dos conhecimentos que o pai recebera no Clube. [...] Sabia muito mais que todo aquele povo no redor da

¹⁷ “Departamento Feminino, essas mulheres tinham lá as que eram do departamento feminino, mas tinham as mulheres que eram mais velhas. As mulheres mais moças não, elas participavam, brincavam, iam pro baile, não sei o que, mas, assim, departamento feminino era das mulheres mais velhas. Elas eram dos bastidores, mulheres dinâmicas também assim, mas também no lugar de mulher porque os homens todos eram assim. De ‘mulher lava a roupa, passa roupa, limpa’”. Entrevista de Teda Ferreira Pellegrini ao Autor (São Paulo – SP, 27 de maio de 2018).

Rua dos Porcos, na qual morava, e aonde fui residir, nos meus quatro, cinco anos, em uma casinha de três cômodos, coberta de zinco, pousada à beira de uma depressão de terreno [...]. (CAMARGO, 2015, p. 28).

O espaço inicial dessa memória é o dos pobres da zona rural bragantina, que trafegam como trabalhadores de fazendas, em meio a cafezais, matas cerradas, moleques que brincam no estrume, terras de pretos libertos trocados por cobradores em geadas, rua dos Porcos etc. ainda conectados com o período da escravidão: um espaço social onde ainda existem sinhazinhas e os nomes que os negros devem receber não podem ser estranhos ao universo dos pretos. Oswaldo, portanto, configurar-se-ia como um estranho. No caso dele, o que recorda é de um mundo fechado em poucas ruas dos espaços negros na cidade e uma vida erodida pela morte da mãe, tristeza e desgraças do pai, fora a morte de irmãos pequenos. Como escapar à roda enfadonha do destino comum?

As mãos que se estendem são negras e apontam para São Paulo como norte, pela linha do trem. Das melhores perspectivas de vida, tem-se o tio Sebastião, trabalhador da Estrada de Ferro Bragantina; e a tia Maria Esther, arrumadeira de fora (que trabalhava nos espaços externos da casa), da família Mesquita – do grupo republicano e abolicionista do jornal *O Estado de S. Paulo*. É Maria Esther, a quem o narrador dedica suas memórias, que expulsa o caos hospedado na vida de um Oswaldo de 7 anos de idade e seus irmãos, com 5 e 1 ano e meio, respectivamente. Uma das saídas encontradas, pela tia, foi o internato em espaços religiosos, nos quais o jovem Camargo permaneceria mais de uma década.

Ali que eu vou pegar o gosto pela leitura. Quero ser padre, nenhum seminário que existe aqui me recebeu, por causa da cor, seminário menor de Pirapora etc., porque os padres procuraram. Então fui estudar em São José do Rio Preto, seminário menor, Nossa senhora da Paz, fundado e dirigido por dom Lafaiete Libânia, que foi professor do Plínio Salgado. De lá eu saio com 17 anos e pouco em 1954, então eu venho de Rio Preto, pra daí que eu me torno organista da igreja do Rosário dos Homens Pretos. Eu acredito que começo a tocar órgão ali já no começo do mês de julho, em julho de 1954 eu já estou em São Paulo, no centenário, então eu pego ainda uns rebotes do quartocentenário de São Paulo. Então em 1954 chego a São Paulo. Eu moro em Santa Cecília, na Rua Albuquerque Lins, com a minha madrinha, que seria minha mãe de criação. Frequento a igreja coração de Maria, santuário coração de Maria que a minha madrinha também frequenta, que é perto de casa. La está dona Alcina, que provavelmente é filha de Maria ali, do mesmo jeito que é a minha mãe de criação, que é Maria Esther Silva, então quando eu saio do seminário, provavelmente ela sabendo que eu tocava órgão, ela me indicou para a igreja do Rosário. Então foi aí que eu comecei a ganhar o meu primeiro dinheiro da vida, foi na Igreja do Rosário dos Homens Pretos, 30 mil réis cada missa¹⁸.

O contato inicial como organista da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos insere Camargo num dos espaços sociais do associativismo negro paulistano,

18 Entrevista de Oswaldo de Camargo ao Autor (São Paulo – SP, 4 de março de 2017).

o de vocação católica, pelo qual outros personagens da história negra associativa também circulavam, como Raul Joviano do Amaral, o mesmo sujeito da Associação José do Patrocínio, de jornais da imprensa negra dos anos 1930, da Frente Negra Brasileira e que se conectaria por isso a José Correia Leite, um fundadores da ACN.

De maneira semelhante a Teda Ferreira Pellegrini, Oswaldo tem um capital cultural diferenciado no meio negro de então: jovem bem formado, músico de conhecimento clássico. E também com facilidade para a escrita. Isso o conduz a outros espaços interpenetrantes. “Então alguém, uma pessoa chamada Alcina, que é a mesma pessoa, era uma negra doméstica, é a mesma pessoa que vai me indicar para o professor Ovídio para ser o editor do jornal dele, para trabalhar com ele no lugar do Aristides, mais ou menos isso”¹⁹. Ovídio é Ovídio Pereira dos Santos, e Aristides é Aristides Barbosa. O primeiro, editor do jornal negro paulistano *Novo Horizonte*. O segundo, além de trabalhar no jornal, era um membro ativo da ACN. A figura de Alcina, empregada doméstica negra, funciona como um elo decisivo entre diferentes mundos do associativismo para o jovem Oswaldo de Camargo, recém-chegado do interior. Isso também demonstra a capilaridade social do mundo negro paulistano, em que diferentes estratos de classe podem se encontrar numa rede de interesses que podem ser comuns.

Na igreja, eu toco harmônio, toco órgão, recebo 30 mil réis, começo a comprar meus primeiros livros na livraria Teixeira, na rua Libero Badaró [...], lendo alguma coisa em jornal, eu descubro que existe, em São Paulo, uma associação chamada Associação Cultural do Negro. Eu nunca tinha tido contato nenhum com nenhuma associação, o primeiro reduto de negros que eu comecei a frequentar por ser organista foi a irmandade do Rosário, então o meu contato com negros reunidos não existia. A partir do momento que eu vejo o nome Associação Cultural do Negro, pra mim foi uma descoberta imensa aquilo, o fato de ligar negro a cultura, Associação Cultural do Negro, e lá tinha o endereço, que era a dona Pedrina chamando para o baile numa festa junina se eu não me engano [...]. A partir desse momento eu tento correndo descobrir quem é essa dona Pedrina e, para conhecer essa associação, foi aí então que eu, ela me deu o endereço da associação, não sei se estava na igreja, se ela foi no jornal, em todo caso eu sei que foi mediante a Pedrina Alvarenga que eu me interessei e fui procurar a Associação Cultural do Negro²⁰.

E ainda há a sincronia da integração na sociedade de classes, experienciada pelo jovem Oswaldo de Camargo, na altura de seus 20 anos: “Chegou aqui um jovem [na Associação Cultural do Negro], que toca piano, um jovem que escreve...” “E ao mesmo tempo, também, que me deu maior relevo, neste ano eu faço um teste no Estadão e assumo o cargo de revisor. Em 1955, já estou na revisão do jornal [O Estado de São

¹⁹ Entrevista de Oswaldo de Camargo ao Autor (São Paulo – SP, 4 de março de 2017).

²⁰ Entrevista de Oswaldo de Camargo ao Autor (São Paulo – SP, 4 de março de 2017).

Paulo”²¹. O jovem Oswaldo de Camargo, a partir de 1954, passa a ter o que ele chamou, em entrevista, de uma espécie de duplo deslumbramento: ante a metrópole paulista e ante o encontro com o meio negro organizado e algumas de suas figuras importantes de então²². A chegada à ACN é o ponto de convergência que, como nos casos anteriores, encerra o esboço da trajetória desse personagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Busquei unir aspectos de um debate sociológico clássico sobre o pensamento social brasileiro (a questão racial) a partir das pesquisas em relações raciais num momento específico em São Paulo com a corporificação da hipótese de Alberto Guerreiro Ramos a respeito da vida negra como algo proteico. Para fazer isso, a perspectiva da reconstrução de experiências e espaços sociais por uma sociologia da memória coletiva pareceu-me um caminho fecundo. As trajetórias individuais, focadas num ponto comum, permitem compor um panorama de uma experiência coletiva, múltipla, dialógica e com os conflitos próprios à reconstrução de fatos vividos por sujeitos dessemelhantes que partilharam uma experiência social comum.

Levada a sério aquela epígrafe, existe um campo bastante aberto de investigação sobre os caminhos empíricos que levam sujeitos negros a se organizarem coletivamente nisso que estou chamando de *mundos do associativismo negro paulistano*. Uma das possibilidades da pesquisa é a respeito da trajetória, com os devidos cuidados que se devam tomar com os efeitos ilusórios e interessados de reconstrução da memória individual em face da memória coletiva, como já apontam classicamente os trabalhos de Halbwachs (1925; 1950), Bourdieu (1986), Pollak (1989), Jellin (2017), Sarlo (2007): a rememoração interessada do presente, a justificação do passado pelo presente pode provocar linearidade onde ela não existiu. Logo, o concurso a uma gama variada de fontes analíticas e seu cruzamento é importante, não para descredibilizar a rememoração individual, mas para enquadrá-la e qualificá-la num contexto social. A produção da ilusão também pode ser uma decorrência da ação do pesquisador, que, em seu esforço de compreensão, retifica linhas tortas e faz com que elas se encontrem todas no mesmo plano. Estar ciente desse fato não torna a investigação menos necessária: por vezes, considerando as fontes primárias disponíveis, o recurso à entrevista é o que permitirá tratar de uma memória social, como as das experiências negras, que são alvo de uma prática social do esquecimento, em razão do desinteresse racista e discriminação correlata.

Igualmente factual é que aquelas trajetórias aleatórias se encontraram, ao final

21 Entrevista de Oswaldo de Camargo ao Autor (São Paulo – SP, 29 de julho de 2007).

22 “A Associação vai fazer parte de um deslumbramento de uma pessoa que foi criada em Bragança, como euuento no meu livro, as poucas vezes que eu vim aqui, eu ficava deslumbrado com os prédios, com os bondes, com tudo, né, eu estou começando a viver em São Paulo, eu estou começando a frequentar redutos de São Paulo e por uma sorte muito grande, o primeiro reduto que eu vou frequentar é o reduto ligado ao negro. [O poeta] Eduardo de Oliveira que ali estava sempre, o [Carlos de] Assumpção também estava lá. Entrevista de Oswaldo de Camargo ao Autor (SP, 4 de março de 2017).

dos anos 1950, num mesmo querer e agir coletivo comum, que produziria efeitos para as décadas seguintes. Há pontos recorrentes, como quis demonstrar, e há uma busca comum de pontos familiares que levam à construção de uma associação negra no meio do século XX por jornalistas, escritores, estudantes, empregadas domésticas, funcionários públicos entre muitas outras ocupações.

Será essa geração intermediária do associativismo negro paulistano que construirá partes possíveis da ponte com as experiências do início do século XX para a geração que a partir de 1978, com organizações como o Movimento Negro Unificado (MNU) ou os Cadernos Negros (1978) e, posteriormente, Quilombhoje Literatura (1982-) ou agendas em torno da preservação da memória social negra (como a Serra da Barriga e o Quilombo dos Palmares; a luta rural pelas terras de pretos ou o ensino de história africana e afro-brasileira) moldarão aspectos da luta antirracista contemporânea. Uma vida negra multiforme, que não se define apenas pela violência imposta pelo racismo, e cuja experiência coletiva interessa ao pensamento social brasileiro porque baliza as análises realizadas no período sobre os limites da democracia, da democracia racial e da luta por direitos, que viria informar, nos anos 1970 e 1980, a agenda antirracista dos movimentos negros e das ciências sociais e história, interessadas nesse debate. Há muito ainda a ser feito, nesse sentido, pelas pesquisas de nossa área de pensamento social no Brasil.

SOBRE O AUTOR

MÁRIO AUGUSTO MEDEIROS DA SILVA é professor livre-docente do Departamento de Sociologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e diretor do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL-Unicamp).
mariomed@unicamp.br
<https://orcid.org/0000-0003-1938-8722>

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Angela. Associativismo avant la lettre – as sociedades pela Abolição da escravidão no Brasil otocentista. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 13, n. 28, set.-dez, 2011, p. 166-199. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222011000300007>.
- ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- AMARAL, Raul Joviano. *Os pretos do Rosário de São Paulo*. 2. ed. São Paulo: Scortecci, 1991.
- ANDRADE, Mário de. O samba rural paulista. *Revista do Arquivo Municipal*, v. XLI, ano IV, novembro, 1937.
- ANDREWS, George R. *Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988)*. Bauru: Edusc, 1998.
- ASSUMPÇÃO, Carlos de. *Não pararei de gritar: poemas reunidos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

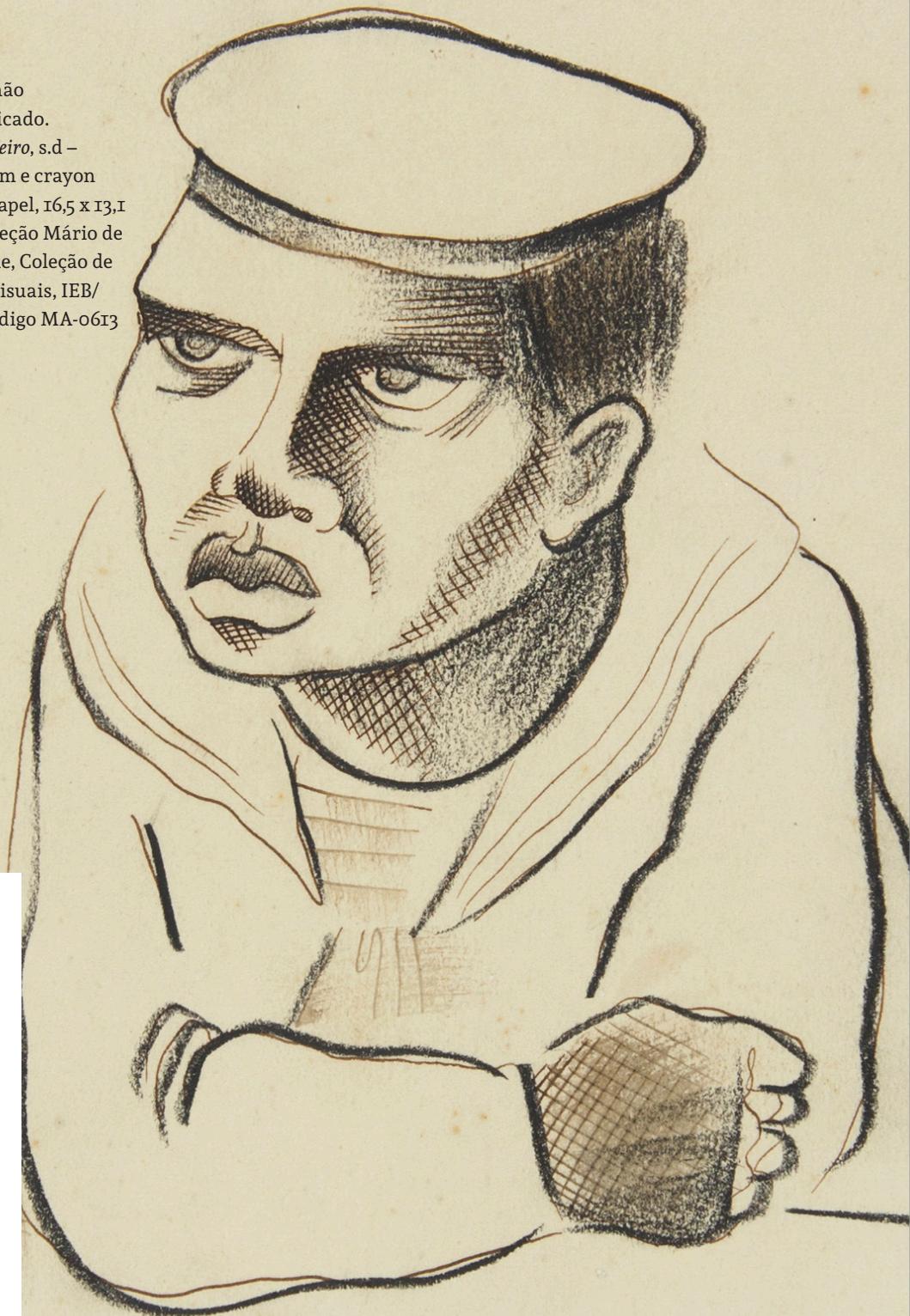
- BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. (1955). *Brancos e negros em São Paulo*: ensaio sociológico sobre os aspectos de formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. 4. ed. São Paulo: Global, 2008.
- BASTIDE, Roger. *Estudos afro-brasileiros*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- BASTOS, Elide R.; BOTELHO, André. Horizontes das ciências sociais: pensamento social brasileiro. In: MARTINS, Carlos B. (Org.). *Horizontes das ciências sociais no Brasil: sociologia*. São Paulo: Anpocs, 2010.
- BICUDO, Virgínia L. *Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo*. São Paulo: Sociologia e Política, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. L'illusion biographique. *Actes de la recherche em sciences sociales*, v. 62-63, juin 1986, p. 69-72. Disponível em: <https://shorturl.at/SCwXs>. Acesso em: out. 2024.
- BOSI, Ecléa. (1979). *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- BRASIL JR., Antônio e Silva. Racismo e limites à democracia em *A integração do negro na sociedade de classes*. In: FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Contracorrente, 2021, p. 9-49.
- CAMARGO, Oswaldo de. *Raiz de um negro brasileiro*. São Paulo: Ciclo Contínuo, 2015.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- DOMINGUES, Petrônio. A insurgência de ébano: a história da Frente Negra Brasileira (1931-1937). Tese (Doutorado). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2005.
- DOMINGUES, Petrônio. Associação Cultural do Negro (1954-1976): um esboço histórico. *Comunicação* apresentada no XXIV Simpósio Nacional de História. São Leopoldo: Unisinos, 2007.
- DOMINGUES, Petrônio. Os Pérolas Negras: A participação do negro na Revolução Constitucionalista de 1932. In: DOMINGUES, Petrônio. *A nova abolição*, São Paulo: Selo Negro, 2008, p. 96-146.
- DOMINGUES, Petrônio. "Em defesa da humanidade": A Associação Cultural do Negro. *Dados*, v. 61, n.1, 2018a, p. 171-211. <https://doi.org/10.1590/001152582018150>.
- DOMINGUES, Petrônio. Associativismo negro. In: SCHWARCZ, Lilia; GOMES, Flávio. *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018b, p. 113-122.
- FAUSTINO, Oswaldo. *A Legião Negra: a luta dos afro-brasileiros na Revolução Constitucionalista de 1932*. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- FERNANDES, Florestan. *A geração perdida: a sociologia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 213-252.
- FERNANDES, Florestan. (1965). *A integração do negro na sociedade de classes: no limiar de uma nova era*. V. 2. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978.
- FERRARA, Miriam N. *A imprensa negra paulista (1915-1963)*. São Paulo: FFLCH/USP, 1986.
- GOMES, Janaína D. *Os segredos de Virgínia: estudos de atitudes raciais em São Paulo (1945-1955)*. Tese (Doutorado). São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2013.
- GONZÁLEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- HALBWACHS, Maurice. (1925). *Los marcos sociales de la memoria*. Caracas: Universidad de Venezuela, 2004.
- HALBWACHS, Maurice. (1950). *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- HEYMANN, Luciana Q. O "devoir de mémoire" na França contemporânea: entre memória, história, legislação e direitos. Texto apresentado no III Seminário Pronex "Cidadania e Direitos", na mesa "Dever e direito à memória". CPDOC, 27 a 29 de novembro de 2006. Rio de Janeiro: CPDOC, FGV, 2006. Disponível em: <https://shorturl.at/FiMWa>. Acesso: out. 2024.
- HANCHARD, Michael. Black memory versus state memory: notes toward a method. *Small Axe*, v. 12, n. 2, 2008, p.45-62. <https://doi.org/10.1215/-12-2-45>.

- JELLIN, Elizabeth. Los trabajos de la memoria. Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores, 2002.
- JELLIN, Elizabeth. *La lucha por el pasado*: cómo construimos la memoria social. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2017.
- LEITE, José Correia; CUTI. ... *E disse o velho militante José Correia Leite*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
- MAIO, Marcos Chor. *A história do Projeto Unesco*: estudos raciais e ciências sociais no Brasil. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1997.
- MARTINS, Gabriela P. *Entre a espada e a coroa*: abolicionistas em confrontos políticos no imediato pós-Abolição (1888-1889). Tese (Doutorado). São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2017.
- MOURA, Clóvis. Organizações negras. In: SINGER, Paul;BRANT, Vinicius C. (Org.). *São Paulo*: o povo em movimento. Petrópolis: Vozes, São Paulo: Cebrap, 1983, p. 143-175.
- NASCIMENTO, Abdias do. *O negro revoltado*. Rio de Janeiro: GRD, 1968.
- PEREIRA, Amílcar Araújo. *O mundo negro*: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.
- PINTO, Ana Flávia M. *Imprensa negra no Brasil do século XIX*. São Paulo: Selo Negro, 2010.
- PINTO, Ana Flávia M. Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX. Tese (Doutorado). Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2014.
- PINTO, L. A. Costa. (1953). *O negro no Rio de Janeiro*: relações de raça numa sociedade em mudança. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.
- PINTO, Regina Pahim. *O movimento negro em São Paulo*: luta e identidade. Tese (Doutorado). São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1993.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278/1417>. Acesso em: out. 2024.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. *Patologia social do branco brasileiro*: introdução crítica à sociologia brasileira. Rio de Janeiro: Andes, 1957.
- RAMOS, Arthur. O espírito associativo do negro brasileiro. São Paulo, *Revista do Arquivo Municipal*, n. 47, 1938.
- RIOS, Flávia Mateus. *Elite política negra no Brasil*: relação entre movimentos sociais, partidos políticos e Estado. Tese (Doutorado). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2014.
- SARLO, Beatriz. *Tempo passado*: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SILVA, Joana M. F. *Centro de cultura e arte negra*: trajetória e consciência étnica. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1994.
- SILVA, Mário A. M. da. Fazer história, fazer sentido: Associação Cultural do Negro (1954-1964). *Lua Nova*, São Paulo, n. 85, 2012, p.227-273. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452012000100007>.
- SILVA, Mário A. M. da. Rastros do Cisne Preto: Lino Guedes, um escritor negro pelos jornais (1913-1969). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 62, 2017a, p. 597-622. <https://doi.org/10.1590/S2178-14942017000300005>.
- SILVA, Mário A. M. da. Outra ponte sobre o Atlântico Sul: descolonização africana e alianças político-intelectuais em São Paulo anos 1960. *Análise Social*, Lisboa, v. 52, n. 225, 2017b, p. 804-826. <https://doi.org/10.31447/AS00032573.2017225.04>.
- SILVA, Mário A. M. da. Órbitas sincrônicas: sociólogos e intelectuais negros em São Paulo, anos 1950-

1970. *Sociologia e Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 18, n.1, 2018, p. 109-131. <https://doi.org/10.1590/2238-38752017v814>.
- SILVA, Mário A. M. da. O teatro experimental do negro de São Paulo, 1945-66. *Novos Estudos Cebrap*, v. 41, n. 2, 2022, p. 389-410. <https://doi.org/10.25091/S01013300202200020011>.
- SILVA, Mário A. M. da. Associativismo negro. In: RIOS, Flávia; SANTOS, Márcio A. dos; RATTS, Alex. *Dicionário das relações étnico-raciais contemporâneas*. São Paulo: Perspectiva, 2023, p. 46-51.
- SKOCPOL, Theda; LIAZOS, Ariane; GANZ, Marshall. *What a mighty power we can be: African American fraternal groups and the struggle for racial equality*. Princeton, NJ; Oxford, U.K.: Princeton University Press, 2006.
- SOTERO, Edilza. *Representação política negra no Brasil pós-Estado Novo*. Tese (Doutorado). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2015.
- TIEDE, Livia M. O associativismo negro paulistano e o Gandhi da Frente: Frederico Baptista de Souza – São Paulo/Brasil (1875-1937). In: II Seminário Internacional Histórias do Pós-Abolição no Mundo Atlântico, Rio de Janeiro, 2018.
- TRAPP, Rafael P. *O elefante negro: Eduardo de Oliveira e Oliveira, raça e pensamento social no Brasil* (São Paulo, década de 1970). Tese (Doutorado). Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, 2018.

Autor não
identificado.

Marinheiro, s.d –
nanquim e crayon
sobre papel, 16,5 x 13,1
cm. Coleção Mário de
Andrade, Coleção de
Artes Visuais, IEB/
USP, código MA-0613



Themístocles Sávio e o ensino em geografia: um militar da Primeira República escritor de livros didáticos

[*Themístocles Sávio and teaching geography: military figure of the First Republic and textbook author*]

Breno Viotto Pedrosa¹

RESUMO • Objetiva-se neste estudo, utilizando a teoria do campo de Pierre Bourdieu, demonstrar que já existia no Brasil do início do século XX um campo da geografia ligado ao ensino de geografia e às sociedades geográficas. Para tanto, busca-se traçar a trajetória de vida de Themístocles Sávio, um militar que participou da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e escreveu um livro didático de repercussão, adotado em vários colégios, em um momento em que o ensino de geografia não era uniforme em todo o país. Sua obra cobre uma gama de preocupações comum aos membros do campo, por exemplo, a produção de conhecimentos úteis e práticos, o avanço do conhecimento cartográfico e a exaltação do nacionalismo, propostas que se subordinam à seleção de autores canônicos, vistos universalmente como os principais teóricos da geografia. • **PALAVRAS-CHAVE** • Ensino de geografia; sociedades geográficas;

militares. • **ABSTRACT** • The aim of this study, using Pierre Bourdieu's field theory, is to demonstrate that in early 20th century Brazil there already existed a field of geography connected to the teaching of geography and geographical societies. To do so, is sought to trace the life trajectory of Themístocles Sávio, a military figure who participated in the Rio de Janeiro Geographic Society and authored a widely influential textbook, adopted by several schools at a time when geography education was not uniform nationwide. His work covers a range of concerns common to field members, such as the production of useful and practical knowledge, the advancement of cartographic knowledge, and the exaltation of nationalism – proposals that are subordinated to the selection of canonical authors, universally seen as the main theorists of geography. • **KEYWORDS** • Teaching of geography; geographical societies; military.

Recebido em 2 de maio de 2024

Aprovado em 25 de julho de 2024

PEDROSA, Breno Viotto. Themístocles Sávio e o ensino em geografia: um militar da Primeira República escritor de livros didáticos. *Rev. Inst. Estud. Bras.* (São Paulo), n. 89, 2024, e10704.



Seção: Artigo

DOI: [10.11606/2316901X.n89.2024.e10704](https://doi.org/10.11606/2316901X.n89.2024.e10704)

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil).

Na antiga rua Riachuelo, no coração do centro histórico da capital gaúcha, na proximidade de vários prédios históricos, da catedral metropolitana e dos principais edifícios da governança do poder estadual, encontramos um antigo prédio que abriga o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS). Tal instituição, criada em 1920, teve como um de seus sócios fundadores o professor de geografia Afonso Guerreiro Lima (1870-1959), cuja carreira docente foi longa e bem-sucedida, tendo por muitos anos lecionado no Instituto de Educação General Flores da Cunha, além de publicar uma série de livros didáticos pela editora Livraria do Globo de Porto Alegre. Para o bem da história da geografia, sua biblioteca, que compreende cerca de 1.800 livros, está depositada no IHGRGS e está sendo, aos poucos, catalogada.

Qualquer interessado pela história da geografia ficará arrebatado pelo contato com a biblioteca de Lima: seu manuseio causará, decerto, fascinação devido à riqueza e à pluralidade do acervo, a maioria das obras publicadas entre os anos de 1860 e 1950. A biblioteca é reflexo do gosto eclético de Lima e de sua atividade profissional – lá se encontram obras sobre religião, maçonaria, espiritismo, educação, história, geografia, escrituração mercantil, romances, poesia, livros de alfabetização e uma enorme gama de livros didáticos de história e geografia.

Ao se observarem superficialmente os livros didáticos de geografia, nota-se que, no início do século, nas mais diversas regiões do país e mesmo no estrangeiro – a coleção de Lima é extensa –, os livros têm características similares: muitos manuais didáticos de geografia são produzidos por professores das escolas normais, cujo breve currículo está quase sempre exposto em suas folhas de rosto; para alguns casos, os livros são numerados e assinados pelos autores para assegurar sua autenticidade e evitar cópias indevidas. Outrossim, grande parte desses manuais são impressos e distribuídos por editoras regionais, geralmente, no estado de atuação do professor ou no centro regional mais próximo. Por exemplo, encontra-se lá depositado o livro de Motta Albuquerque Filho, intitulado *Geographia elementar para as escolas primárias*, publicado por Ramiro Costa & Cia., no Recife, sem data, sendo que o autor é descrito como “bacharel em direito, bibliotecário do Ginásio pernambucano, livre docente de geografia e cosmografia na Escola Normal Pinto Júnior e Ginásio Oswaldo Cruz e História e Sociologia na academia Santa Gertrudes e Colégio S. José equiparados ao Colégio Pedro II do Rio de Janeiro”.

Igualmente, lá está o livro de Carlos de Novaes, *Geographia secundária*, dos editores Francisco Alves & Cia., Aillaud, Alves & Cia., publicado no Rio de Janeiro e em São Paulo, no ano de 1914, em que o autor se descreve como sócio benemérito da Sociedade de Geografia, Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, National Geographic Society, lente do Ginásio Paes de Carvalho, lente de corografia do Brasil no curso anexo da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, professor de geografia da Escola Normal do Distrito Federal.

O hábito não se restringe ao Brasil, pois o acervo de Lima possui o livro de Carlos M. Biedma, *Geografía de la República Argentina – primeiro ano*, publicado por M. Biedma y Hijo, em Buenos Aires, no ano de 1909. O autor é catedrático no Colegio Nacional Sud da capital federal, membro do Instituto Geográfico Argentino e da Sociedade Geográfica de Paris. Assim se sucede com dezenas de livros de autores e regiões diferentes do Brasil e alguns dos países vizinhos, a maior parte deles catedráticos ou lentes das escolas normais e congêneres, quase sempre membros e/ou correspondentes de institutos históricos e geográficos e/ou da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, ou mesmo de sociedades geográficas do exterior. A esse fato, se acrescenta o hábito de, geralmente, se incluírem no início do livro pareceres técnicos oficiais e/ou notícias de jornais que versem sobre o livro, sejam eles positivos ou negativos (estes últimos frequentemente acompanhados por uma resposta do autor).

Ora, ao se analisar tal cenário, parece evidente o fato de existir, efetivamente, um campo, no sentido Bourdieusiano, do termo geográfico no Brasil, muito antes da institucionalização, associado a essas sociedades científicas e ao sistema de ensino – existem atores, um corpo institucional, com comportamento mais ou menos homogeneizado, e o reconhecimento dos que se envolviam com história e geografia. Machado (2000), em célebre publicação, já constatava a necessidade de se debruçar sobre essas geografias produzidas pelos órgãos oficiais e pelas sociedades geográficas antes do processo de institucionalização.

Moraes (2005) constituiu uma breve história da geografia brasileira, destacando suas principais instituições, personagens e características antes da institucionalização universitária. O que se quer deixar patente com os fatos apresentados é que a produção da geografia escolar anterior à institucionalização não estava dissociada das sociedades dos sábios e dos institutos históricos e geográficos. Ademais, além de um campo, se evidencia igualmente a existência de um *habitus* na forma de apresentar os livros didáticos e, sobretudo, na posição dos professores, muitos bacharéis em direito, mas que se preocupavam em se apresentar como membros ativos de sociedades científicas nacionais e estrangeiras, que, com o cargo que ocupavam no ensino, ofereciam um crivo de qualidade aos manuais didáticos e acadêmicos.

Da mesma feita, se nota claramente a distribuição de um capital cultural, ou seja, de autores renomados, cuja obra tem maior projeção e reconhecimento, muitos deles por estarem próximos das sociedades científicas e poderem ser agraciados por uma confirmação da qualidade do seu trabalho, que por veios comunicantes políticos, culturais e científicos poderia se converter em uma aprovação tácita da excelência didática referendada pelo Estado – daí talvez estar no Distrito Federal seria uma vantagem. Nossa personagem, Themístocles Sávio, tem seu livro premiado pelo

governo federal e pela Escola de Engenharia e Artilharia, além da aprovação de uso pelo Conselho Superior de Instrução do Distrito Federal e pela Congregação do Colégio Militar. Em suma, nos parece que os professores do Rio de Janeiro, talvez do Colégio Pedro II, em especial, ocupam um lugar de destaque por atuarem em uma instituição que sempre foi referência no ensino de geografia, entretanto, alguns são capazes de furar a bolha regional e ter livros consumidos Brasil afora.

O caso de Guerreiro Lima é interessante: autor de livros didáticos de história e geografia, o professor gaúcho também escreve *Noções de cosmografia*, abordando conteúdos de astronomia, todas essas publicações lançadas pela célebre editora Livraria do Globo de Porto Alegre. Seu livro *Noções de história do Brasil* teve sete edições, contabilizando 35 mil exemplares, ao mesmo tempo que a primeira parte de seu livro *Noções de geografia*, que aborda o Rio Grande do Sul, teve uma tiragem de 40 mil livros, o que mostra a magnitude do impacto de sua obra (LIMA, 1935).

Apesar disso, toda essa geração do *fin de siècle* que acompanhou um processo inicial de crescimento do sistema de ensino foi descartada como “diletante”, seja por não ter uma formação profissional do curso universitário de geografia e história, seja pelo ofuscamento produzido pela chegada de Pierre Deffontaines e Pierre Monbeig, vistos frequentemente como os verdadeiros precursores da inseminação de uma geografia moderna no Brasil. Tal julgamento, na nossa opinião, é um anacronismo, uma vez que, mesmo após a criação dos cursos universitários, o campo da geografia continua a agregar profissionais que não têm o diploma de geógrafo.

Ademais, os autores de livros didáticos e/ou membros das sociedades científicas se comportam de acordo com as regras e com as expectativas de um mundo pré-universitário, mas que tinha um *habitus* próprio, um campo reconhecido, um capital cultural distribuído. Ressaltamos que os autores citados por aqueles que disputavam espaço nesse campo em formação são os mesmos consagrados pela geografia universitária (É. Reclus, F. Ratzel, A. von Humboldt etc.).

Na nossa opinião, essa visão é equivocada e unilateral, pois, apesar da importância dos geógrafos franceses como Monbeig e Deffontaines, eles por si sós não foram capazes de alicerçar um campo científico ou instituições, nem ao menos encontraram no Brasil um estado total de incultura, no entanto, como atores advindos de um contexto dominante do ponto de vista cultural, conseguiram reproduzir e produzir um vasto capital cultural como especialistas do mundo tropical, ao mesmo tempo que chancelaram o “surgimento” de uma ciência geográfica moderna. Se admitimos, como Bourdieu (2010), que a ciência é sempre um processo social em disputa, ou ainda como Gomes (1995), que a ciência frequentemente usa o discurso no “moderno” e do “novo” para impor e naturalizar as formas de fazer ciência, é natural que a geografia universitária reforce sua própria trajetória institucional em detrimento das sociedades de geografia, mesmo que tais sociedades tenham fundamental importância para a consolidação da geografia universitária e que ambas compartilhem muitas das referências, espaços de debate, agendas de pesquisa, metodologias etc.

Cardoso (2013, p. 194) nos lembra que o bacharel em direito José Carlos de

Macedo Soares foi escolhido para ser o presidente da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro entre 1944 e 1945. Soares, que era diplomata e político, ocupou ainda a presidência do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1939-1968), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE por duas vezes (1936-1951 e 1955-1956) e do Instituto Panamericano de Geografia e Historia – IPGH (1944-1949). Em suma, é interessante nos perguntarmos sobre a geografia antes da geografia, do ponto de vista não apenas da produção do discurso científico, mas do funcionamento de suas instituições, o que oferece um caminho verdadeiro para o estabelecimento da gênese do campo geográfico do Brasil, em contraposição à hipótese centrada na chegada redentora dos estrangeiros.

Ora, o que não se nota, no entanto, é que, no Rio de Janeiro, importante centro cultural e intelectual brasileiro do início do século XX, existiram alguns “diletantes” que não apenas conseguiram abandonar a pecha, mas se consagraram como autênticos geógrafos modernos. Talvez os casos mais óbvios sejam Carlos Delgado de Carvalho (1884-1980) e Everardo Backheuser (1879-1951), autores que conseguiram passar pela revolução simbólica da institucionalização e ser reconhecidos mesmo sem ter diploma de geógrafo. Sua atuação foi múltipla, envolveu as sociedades geográficas, o debate sobre ensino de geografia e mesmo sobre a organização territorial brasileira (CARDOSO, 2013).

Devemos ter clareza então, de que “A institucionalização universitária deve ser interpretada como o remate do processo de especialização dos saberes e da individualização crescente das disciplinas, e não como o seu nascimento” (SÁ, 2006, p. 16), ou seja, trata-se de um processo complexo, multifacetado, envolvendo muitas instituições e atores, que vai muito além da descoberta do Brasil pelos geógrafos franceses. Recentemente, uma publicação sobre a institucionalização da história no Brasil, dedicou um capítulo a Delgado de Carvalho destacando sua trajetória de relevo para a compreensão do campo acadêmico da história (FERREIRA, 2013), o que demonstra a complexidade dessa história e a possibilidade de avanços e de acúmulo de capital cultural em uma situação primeva de formação dos campos de história e geografia, em paralelo à revolução simbólica da institucionalização. Ressalto ainda que Monbeig (1940, p. 290) reconheceu Delgado de Carvalho como “pioneiro da geografia moderna no Brasil”.

Ao contrário do que poderiam supor alguns que mais contemporaneamente identificam uma disputa entre a geografia paulista e a carioca, aqueles que se propuserem a folhear os primeiros números do *Boletim Geográfico* do IBGE perceberão que a presença da geografia paulista é forte. Ademais, fica patente o intuito do *Boletim* de ser um grande concentrador, catalisador e noticiador de todo tipo de associação interessada em produzir e promover o conhecimento geográfico no Brasil. Ou seja, não há solapamento ou esquecimento, há memória e incentivo, busca-se a cooperação e o fortalecimento do campo, mesmo que as sociedades geográficas e equivalentes não tenham se adequado perfeitamente aos parâmetros “profissionais” estabelecidos pela geografia universitária, que funda novos *habitus* – por exemplo, uma homogeneização do ponto de vista da formação profissional – para os geógrafos e redistribui o capital cultural a partir da emissão dos títulos universitários. Bourdieu e Passeron afirmam:

Numa formação social determinada, as instâncias que pretendem objetivamente o exercício legítimo de um poder de imposição simbólico, e que tendem assim a reivindicar o monopólio da legitimidade, entram necessariamente em relações de concorrência. Isto é, em relações de força e relações simbólicas cuja estrutura exprime segundo sua lógica o estado da relação de força entre os grupos ou as classes.

Escólio 1. Essa concorrência é sociologicamente necessária pelo fato de que a legitimidade é indivisível: não há instância a legitimar as instâncias de legitimidade, porque as reivindicações de legitimidade retêm sua força relativa, em última análise, da força dos grupos ou classes da qual elas exprimem, direta ou indiretamente, os interesses materiais e simbólicos. (BOURDIEU; PASSERON, 2010, p. 39).

Sendo assim, o poder simbólico das sociedades científicas poderia ser um concorrente para o das universidades, o que explicaria a predominância do sistema universitário em contraposição às sociedades. Mesmo que elas existam até hoje, são as universidades que possuem a legitimidade para emitir diplomas e títulos, por exemplo. Talvez a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) seja uma exceção por já nascer visando à profissionalização, a um método, a um parâmetro científico em comum, de certa forma, com uma vinculação com a universidade que só se aprofundou até 1978 (ANTUNES, 2023).

É pouco observado que Monbeig, um dos incentivadores da AGB, tenha publicado uma série de textos no final de sua coletânea *Ensaios de geografia humana brasileira* (1940), um deles comentando o Conselho Nacional de Geografia do Brasil e outro, sintomaticamente, intitulado “A geografia – ciência de utilidade pública”, em que, após criticar o ensino enfadonho e mnemônico da geografia, afirma:

[...] em países como os Estados Unidos, a Inglaterra, a França, a Itália, a Alemanha, a Bélgica, a Romênia, o Egito, as sociedades de geografia, animadas de um espírito moderno, reúnem homens de profissões extraordinariamente variadas; recebem o apoio não somente dos governos mas também dos sindicatos de agricultores, das sociedades industriais, das câmaras de comércio. Por quê? Porque a investigação geográfica é para um grande país do século XX o que foi a investigação histórica no último século: os “Monumenta Historiae Patriae” desempenharam um papel considerável na formação intelectual da unidade alemã e da unidade italiana: um Michelet, um Quinet ajudaram largamente a unidade do povo francês em torno da república. Nos nossos dias, as questões econômicas tomaram a dianteira sobre as emoções históricas: um povo não se contenta mais em saber que teve um grande passado, quer conhecer seu patrimônio, sua riqueza de hoje e a de amanhã. (MONBEIG, 1940, p. 283).

Mesmo que Monbeig reconheça o papel das sociedades geográficas em um período primevo da institucionalização, a preocupação com sua utilidade para a economia e para a política é enfatizada, mesmo que ele reafirme em seguida: “o papel do Instituto Brasileiro de Geografia é de ajudar o funcionamento das sociedades científicas, de apoiá-las, e também de encorajar o ensino e as investigações desinteressadas e exclusivamente científicas” (MONBEIG, 1940, p. 283).

Dessa feita, novamente, vem à baila a ideia de que o surgimento do sistema universitário representou uma revolução simbólica que alterou a forma de produzir conhecimento geográfico, com repercussão no ensino e na produção de livros didáticos. Entretanto, nos parece que essa revolução foi, até certo ponto, silenciosa, na medida em que os atores hegemônicos foram aqueles que lançaram as bases do ensino de geografia renovada: destaca-se aqui o interesse de Delgado de Carvalho e Backheuser pela Escola Nova (PEREIRA, 2019, PEREIRA; ZUSMAN, 2000), uma preocupação com a metodologia de ensino, mesmo que não levada a cabo às últimas consequências, além do importante papel de Aroldo de Azevedo como produtor de livros didáticos e “discípulo-herdeiro” de Monbeig.

O escolanovismo se colocaria como uma novidade, contrapondo-se ao ensino de geografia de então, visto como retrógrado, descritivo, mnemônico etc. – classificações e violências simbólicas que, por sinal, são bastante recorrentes na história da geografia desde sua institucionalização, talvez devido ao caráter enciclopédico e abrangente da disciplina. Porém, essa história da geografia tem nuances curiosas, por exemplo: tanto Delgado de Carvalho – apesar do escolanovismo – quanto Guerreiro Lima – um autor periférico – foram influenciados pelo francês Maurice Fallex em termos de concepção e estratégias didáticas de seus livros didáticos (CABRAL, 2022b).

Contudo, o que mais nos chamou atenção na biblioteca de Guerreiro Lima foi o livro de uma figura de uma geração anterior, o professor Themístocles Sávio (1859-1909), autor do *Curso elementar de geografia*. Sávio é um “diletante” que nos oferece a possibilidade de pensar a dinâmica da geografia em um período anterior à dupla revolução, a promovida pela instituição do ensino universitário de geografia e pela instrumentalização da geografia incentivada pelo primeiro governo de Getúlio Vargas. Dessa forma, a análise da trajetória intelectual de Sávio nos revela alguns aspectos ainda pouco elucidados sobre esse processo de formação do campo da geografia, seja no que diz respeito às suas origens sociais, seja na repercussão de sua obra. Bourdieu coloca que:

A história estrutural de um campo – tratando-se do campo das classes sociais ou de qualquer outro campo – periodiza a biografia dos agentes comprometidos com ele (de modo que a história individual de cada agente contém a história do grupo a que ele pertence). Na sequência, em uma população, só é possível recortar *gerações* – por oposição a simples faixas etárias arbitrárias – com base em conhecimento da história específica do campo em questão: de fato, somente as mudanças estruturais que afetam tal campo possuem o poder de determinar a produção de gerações diferentes, transformando os *modos de geração* e determinando a organização das biografias individuais e a agregação de tais biografias em classes de biografias orquestradas e ritmadas segundo o mesmo tempo. Apesar de seu efeito consistir em *sincronizar*, durante um período mais ou menos longo, os diferentes campos e confundir, no espaço de um momento, a história relativamente autônoma de cada um desses campos em uma história comum, os grandes acontecimentos históricos – revoluções ou mudanças de regime –, que são, quase sempre, utilizados como referências na periodização dos campos de produção cultural, introduziram frequentemente cortes artificiais e desestimularam a busca das descontinuidades próprias de cada campo. (BOURDIEU, 2008, p. 426).

Tentar remontar a história de Sávio é, de certa forma, buscar um lampejo do que era a geografia no início da Primeira República brasileira. Dito isso, realizamos um esforço em recuperar fragmentos que permitam vislumbrar sua trajetória social e profissional no momento anterior à ruptura, mais preocupados em verificar quem era essa figura do que explicar qual era exatamente sua abordagem no ensino de geografia. Por fim, comentamos a carta prefácio do livro de Sávio, escrita em 1907 por Francisco Pinheiro Guimarães, lente do Ginásio Nacional e autor do livro *O ensino público*.

Não conseguimos reunir informações sobre Guimarães, no entanto, a leitura do prefácio surpreende, pois como demonstraremos abaixo, ele reproduz ideias e concepções sobre a geografia que se tornam moeda corrente dentre os geógrafos universitários. Indagamo-nos, portanto: tais permanências seriam mero fruto do acaso? Temos que ter sempre em conta que a construção do conhecimento científico é um processo social e que, por nos enfocarmos nos estrangeiros que vieram para o Brasil, talvez nos tenhamos esquecido de ter um olhar mais atento para uma comunidade engajada na produção da geografia, que certamente contribuiu para a estruturação do campo geográfico no país.

QUEM ERA THEMÍSTOCLES?

Themístocles Nogueira Sávio e Guerreiro Lima têm algo em comum. Apesar de desconhecidos no campo acadêmico, ambos foram agraciados com a honra de darem nome a ruas das cidades em que viveram: a rua Themístocles Sávio se localiza no bairro Magalhães Bastos, na cidade do Rio de Janeiro, e a rua Prof. Guerreiro Lima está no bairro Partenon, em Porto Alegre. Isso denota um reconhecimento social de ambos, que certamente foram figuras de destaque em seu tempo, provavelmente associados à educação, e, possivelmente, tiveram algum tipo de influência política. Não obstante, hoje são desconhecidos. Não temos indícios claros de suas origens sociais, mas certamente sua condição de intelectual deriva de algum tipo de capital cultural e/ou econômico herdado.

Apesar disso, é muito difícil encontrar fontes de informação sobre Sávio – para conhecer um pouco mais sobre nossa personagem tivemos que recorrer à Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional e a alguns parcos documentos digitalizados que estão disponíveis na internet. Contamos ainda com alguns registros enviados gentilmente pela equipe do Colégio Militar do Rio de Janeiro. Ao fim e ao cabo, conseguimos juntar fragmentos de sua história, sendo que Themístocles era um oficial da Marinha do Brasil, tendo falecido precocemente, em 1909, detendo a patente de capitão de fragata (oficial superior, equivalente a tenente-coronel no Exército e na Aeronáutica). Uma nota de falecimento publicada no jornal *O Paiz* em 7 de novembro de 1909 informa que seu ingresso na Marinha do Brasil ocorreu em 1879, quando ele tinha, portanto, 20 anos, ocupando a patente de guarda-marinha, geralmente reservada aos aspirantes ao oficialato.

O próprio nome do autor, que remonta ao político da Atenas antiga Themístocles, célebre por vencer os persas na batalha naval de Salamina, pode denotar que sua

família tinha ligação com a Marinha ou que havia uma expectativa de que ele seguisse carreira nessa instituição.

De acordo com seu prontuário militar, Sávio é natural do estado do Maranhão, tendo sido aprovado no Colégio Naval em 1877, então com 18 anos. No mesmo documento ainda constam suas mudanças de patente e fatos relevantes sobre sua vida militar. Ainda como guarda-marinha, Sávio participou de viagens de instrução, primeiro, no Brasil, com o seguinte itinerário: Rio de Janeiro, Fernando de Noronha, Pernambuco, Ceará, Pará, Pernambuco, Maceió, Bahia e Santa Catarina; e, alguns anos mais tarde, para o exterior, passando por Bahia, Pernambuco, Fernando de Noronha, Barbados, Nova York, Plymouth, Brest, Lisboa, Cádiz, Gibraltar, Barcelona, Toulon, Spezia, Nápoles, Malta, Túnis, Argel, Gibraltar, Tânger, Tenerife e São Vicente.

Curiosamente, no início de seu manual de geografia, ele escreve que “os livros suprem o meio mais completo e mais prático de uma sólida instrução geográfica – que são as *viagens*, por causa da dificuldade de realizá-las, do tempo, dos incômodos e despesas em que importam” (SÁVIO, 1971, p. 23), o que demonstra sua concepção de valorização do trabalho de campo. Não se sabe a data de seu casamento, mas ele era cunhado do vice-almirante (correspondente a general de divisão do Exército) Eliezer Coutinho Tavares, falecido em 1900, como informado no *Jornal do Brasil* de 12 de novembro (VICE-ALMIRANTE..., 1900).

Em 1884, com a patente de segundo-tenente, Sávio lecionava aulas de primeiras letras no Batalhão Naval e atuou na Repartição de Hidrografia da Marinha do Brasil, além de frequentar a Escola Prática de Artilharia e Torpedos onde se diplomou instrutor. Devemos lembrar que os militares naquela época tinham uma forma de atuação bastante distinta da que têm na atualidade. Segundo McCann (2007, p. 15):

Oficiais governavam as cidades de fronteira estratégica, mapeavam o país, demarcavam as fronteiras, construíam estradas e linhas telegráficas e férreas, quartéis, comandavam as forças policiais e o corpo de bombeiros no Rio de Janeiro e em outras cidades, intervínham na política local por ordem federal e faziam cumprir ordens legais. Também dirigiam arsenais, uma usina siderúrgica, prisões e programas de aprendizado em orfanatos, além de [...] e lecionar e administrar o sistema educacional do Exército.

O mesmo autor ressalta que as escolas militares só teriam um currículo homogêneo após a criação da Academia Militar das Agulhas Negras, em 1944, e que soldados e cabos eram oriundos das classes populares, geralmente integrados ao exército como parte do sistema penal, sendo frequentemente indivíduos sem formação. Dessa feita, talvez as aulas de primeiras letras que iniciaram a carreira docente de Sávio fossem destinadas a adultos. Curiosamente, as primeiras letras eram um tema de interesse dos dilettantes. Novamente vem à baila a falta de especialização dos campos da época – Guerreiro Lima, por exemplo, também produziu livros de alfabetização, com forte cunho nacionalista e histórico. De forma geral, nota-se que os livros de geografia eram escritos por professores que se dedicavam a desenvolver também manuais de história, primeiras letras, escrituração mercantil, álgebra e até mesmo astronomia,

como vimos no caso de Guerreiro Lima. Outro caso paradigmático é o do professor carioca Mário da Veiga Cabral (1894-1973)², outro diletante, autor de livros de história, geografia e primeiras letras.

Além de suas atividades didáticas, encontramos registros de suas atribuições como oficial da Marinha: existe uma referência de que Sávio teria visitado a Repartição Hidrográfica dos Estados Unidos, segundo relato do almirante Barão de Teffé no relatório do ministro da Marinha de 1887 (SURGEM..., s. d.). Em 1889, como primeiro-tenente, Sávio foi designado para confeccionar a planta da baía do Rio de Janeiro e, pouco tempo depois, para fazer o levantamento hidrográfico da costa norte entre Belém e Maranhão. Como demonstrado por Beltrão (2000), Sávio, sob o comando do capitão-tenente Francisco Calheiros da Graça, a bordo da canhoneira Guarani, foi responsável pela elaboração da planta hidrográfica do porto do Pará entre a Fortaleza da Barra e a Boca do Rio Guamá, documento publicado no ano de 1889. Curiosamente, encontramos uma notícia da época da declaração da República que dá conta de que Sávio, no Pará, foi um republicano de primeira hora, apoiando a queda do regime monárquico:

Na ordem do dia, o comandante-chefe das forças no Pará conclamou as tropas a jurar que derramariam a última gota de sangue pela República Brasileira e pelo grande cidadão Marechal Fonseca.

Ao hastear a bandeira republicana a bordo da canhoneira Guarany, o comandante Themístocles Sávio se dirigiu à tripulação com o que se segue: “Alegrem-se, vocês não são mais escravos de uma velha e esfarrapada monarquia; vocês agora são os dignos e valiosos soldados da grande Confederação Brasileira”. “Vivas” então foram dados para o general Fonseca e para a República Federal. (THE STANDARD, 15 jan. de 1890 – tradução nossa).

Não sabemos ao certo qual a condição de seu engajamento nas missões, mas a notícia do jornal *The Standard*, que era publicado em inglês na cidade de Buenos Aires, deixa clara sua filiação ao movimento político da Proclamação da República. Pode ser que sua designação para missão no norte no Brasil seja reflexo de seu envolvimento com o movimento republicano. Assim:

Quando o Império foi derrubado, em 1889, os oficiais e seus aliados civis republicanos quiseram tomar o poder em um sistema social e econômico essencialmente intacto para nele exercer influência; desejavam mudar a fachada política, mas não as estruturas básicas. (MCCANN, 2007, p. 17).

É conhecida a influência do positivismo no movimento e dentre os militares, inclusive com a ideia de que o progresso racional da humanidade poria fim aos conflitos militares. Entretanto, os militares continuaram a ser figuras-chave do início da Primeira República, e, após os conflitos enfrentados no final do século XIX e início

² Como Mário da Veiga Cabral estudou no Colégio Militar e na Escola de Guerra do Realengo, ele poderia ter sido aluno de Sávio.

do XX (Revolta da Armada, Canudos, Contestado, Primeira Guerra Mundial etc.), existiu um movimento para modernizar e profissionalizar as Forças Armadas do Brasil.

Fato é que Sávio, como consta em nota do periódico *O Paiz* de 10 de novembro de 1909, foi professor do Colégio Militar desde o dia 2 de abril de 1890. Curiosamente, não encontramos esse registro em seu prontuário militar, entretanto, no almanaque da Marinha, nas menções ao seu nome durante a atuação no colégio aparece como integrante ora da reserva militar, ora do quadro extraordinário. Nesse período, aparentemente, Sávio participou ou, pelo menos, foi acusado de se engajar na Revolta da Armada, um movimento político em que a liderança da Marinha quis aumentar sua influência no regime republicano recém-formado, em detrimento da ascendência do Exército:

Constatou-se que, longe de formar um grupo coeso e homogêneo, as Forças Armadas abrigavam profundas diferenças que permaneceriam, ao menos na primeira fase republicana. Além das rivalidades entre o Exército e a Marinha, pois, enquanto o Exército tinha sido ator fundamental para a implementação do novo regime, a Armada, cuja oficialidade desfrutara de prestígio desde o início do período imperial, era vista como ligada à monarquia (FAUSTO, 2002, p. 140), e sentia-se, por sua vez, negligenciada e ressentida pela posição inferior ocupada na República. O governo republicano aumentara os soldos militares de forma desigual, promovera oficiais do Exército em número maior do que na Marinha, afora os cargos políticos que contemplam os primeiros muito mais do que os segundos. (CUNHA, 2011).

Sávio foi preso por um curto período e demitido, mas depois foi reintegrado. O documento de sua defesa dá provas de sua conduta legalista, mas não tivemos acesso à acusação (AÇÕES..., 1895). De todo modo, McCann (2007) indica que nesse contexto os estudantes das escolas militares apoaram os florianistas contra Prudente de Moraes, sendo que vários discentes foram expulsos e não ocorreram aulas no Colégio Militar em 1894. O mesmo autor indica que esse episódio inicia uma tradição de anistia às sublevações e revoltas nas Forças Armadas, uma vez que os estudantes foram reintegrados, vários dos quais não estavam mais em idade escolar. De toda feita, nos anos seguintes, Sávio, reincorporado ao Colégio como professor de geografia geral, continuou a fazer trabalhos técnicos, tanto na Repartição de Hidrografia, quanto na Comissão da Carta Marítima.

Assim, é a partir de 1895 que temos o período em que nosso autor se dedica ao Colégio Militar do Rio de Janeiro e à produção intelectual, seja didática, seja de técnica militar. Paralelamente, nesse meio-tempo, Sávio se torna conselheiro da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, participando da comissão que trata da geografia matemática, que poderia se aproximar do que hoje chamamos de geodésia e/ou cartografia sistemática, o que é compatível com sua atuação na Marinha.

Como demonstrou Cardoso (2013), a Sociedade era um ninho de fidalgos, ou seja, muitos de seus membros eram aristocratas brasileiros, mas que souberam se adaptar ao novo regime republicano após o golpe de 1889 e continuaram a produzir conhecimento geográfico, ao mesmo tempo que se engajaram na onda nacionalista e de valorização do saber científico. Cardoso nos lembra que os primeiros anos da república brasileira suscitaram uma preocupação com a ampliação do oferecimento

do ensino, algo que geralmente vinha acompanhado de certo ufanismo. A ideia de que o verdadeiro cidadão republicano é alguém que tem uma formação básica, que permite compreender o mundo, é relevante, mesmo que na prática o ensino público tenha se expandido pouco. Dado o contexto, de engajamento no movimento republicano, supomos que Sávio também era entusiasta da democratização do conhecimento.

Temos notícia de que, em 1899, Sávio participou do Congresso Nacional de Educação ao lado de Raja Gabaglia – provavelmente, Fernando Antônio Raja Gabaglia – que atuava na Faculdade livre de ciências jurídicas e sociais, além do dr. Eugênio de Barros Raja Gabaglia – pai de Fernando –, professor da Escola Naval, e seus camaradas de Colégio Militar, o coronel Alípio da Fontoura Costallat, o barão Homem de Melo e o capitão Sebastião Francisco Alves (CONGRESSO..., 1899). A notícia termina dando o tom do que foi o tal furor nacionalista republicano, pois o evento atenderia “os altos interesses da República, porque sem povo culto e consciente de seus direitos e de seus deveres não há repúblicas fortes, felizes e respeitadas”. O artigo de jornal evoca ainda a derrota da França na batalha de Sedan, em 1870, ressaltando a necessidade de um sistema educacional satisfatório também para a defesa nacional, caminho escolhido pelo país europeu que modernizou seu ensino e ressurgiu como potência.

Ora, é preciso lembrar que os Raja Gabaglia foram também fundamentais para a discussão sobre o ensino de geografia – como demonstrou Cabral (2022a) –, uma temática que também interessou Delgado de Carvalho e Backheuser, o que os encaminhou para o escolanovismo, além de congressos e associações preocupadas com o ensino. Encontramos então esse contexto comum, que se prolongará nas décadas seguintes, ou seja, uma preocupação com a modernização do ensino e, em especial, ensino de geografia. Ademais, Sávio contribuiu, desde 1902, na *Revista Didática*, de acordo com nota publicada no *Jornal do Brasil* de 6 de dezembro.

Outrossim, já notamos que Sávio era produtor de conhecimentos estratégicos para o Estado – cartografava a costa brasileira – e, paralelamente, lembremos que Delgado de Carvalho, Backheuser e mesmo Fernando A. Raja Gabaglia estavam preocupados diretamente com a geopolítica, em especial, a do Brasil. Fernando Raja Gabaglia leciona a aula intitulada Contribuição ao Ensino: a Geopolítica em curso no Conselho Nacional de Geografia (CABRAL, 2022a, p. 13). Pode-se concluir então que a defesa nacional, a valorização da pátria e o republicanismo não estão dissociados do ensino de geografia, sendo que um mesmo grupo de interessados se preocupava com esse tema e frequentava pelo menos um lugar em comum: a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, como bem demonstrou Cardoso (2013).

Dito isso, vamos compreender melhor o local de exercício docente de Sávio, pois é razoável deduzir que seus manuais tenham derivado de sua prática docente. O Colégio Militar foi uma instituição criada ainda no regime monárquico (1889), em um empenho de modernização do Exército brasileiro após a Guerra do Paraguai, tendência que se consolidou depois da própria revolta da Armada e da Guerra de Canudos (1896-1897). Apesar da famosa Reforma Mallet de modernização militar, foi apenas a partir de 1905, na presidência de Afonso Pena, sendo Hermes da Fonseca o ministro da Guerra, que tal impulso ganhou força e produziu resultados práticos. Segundo Cunha (2011), os egressos do Colégio tinham preferência no ingresso às

escolas militares, em alguns casos nas de engenharia e, por um período, os discentes formados também poderiam exercer a profissão de agrimensor.

Lembremos que essa modernização do ensino militar envolveu uma série de críticas à instrução consolidada durante os primeiros anos da república, quando o positivismo exercia grande influência em figuras-chave das Forças Armadas. Na virada do século, alguns vão se referir à formação de oficiais como um “bacharelismo” na medida em que predomina uma educação teórica e pouco afeita à prática militar, quadro que se transforma no decorrer do início do século XX diante dos conflitos e desafios enfrentados pelas Forças Armadas do Brasil. Aparentemente, Sávio se preocupa com a modernização tanto do ensino em geral, quanto com a da formação dos oficiais da Marinha, ou seja, ele aspira a uma profissionalização das Forças Armadas.

Cabe ressaltar que Sávio foi redator da *Revista Marítima Brasileira*, publicação ligada à Marinha, tendo assinado os seguintes artigos: “Um espírito uniforme de direção naval” (dezembro de 1906), “Provimento dos efetivos de esquadra” (setembro de 1906), “O preparo profissional dos nossos oficiais de Marinha” (outubro de 1906), “Novos e velhos moldes” (novembro de 1906), “Artilharia” (março de 1907), “Construções navais alemãs” (agosto de 1907) e “Canhão automático Krupp para artilharia de bordo, de costa e de fortaleza” (1909). De acordo com McCann (2007), no início do século XX, as Forças Armadas adotaram o modelo alemão para reorganizar seu Estado-Maior, além de se aproximarem da Alemanha para se modernizarem, o que talvez explique algumas abordagens de seus textos militares. Destaca-se ainda que alguns trechos desses artigos foram republicados na mesma revista entre os anos 2006 e 2007. Fica latente a preocupação operacional com a técnica militar e, igualmente, com a formação dos oficiais e com o espírito de corpo militar.

Como Lacoste (1988) havia ressaltado em relevante ensaio, existe uma diferenciação entre a geografia do Estado-Maior, a geografia escolar e a geografia do *mass media*, sendo que comumente temos a análise do envolvimento dos militares com a questão da geopolítica e seu valor estratégico para pensar a questão nacional. Contudo, Sávio era militar da Marinha e teve um papel importante ao escrever um livro didático que repercutiu fora dos meios militares. Certamente, é no mesmo período daquelas produções na *Revista da Marinha Brasileira* que Sávio redige e publica seu *Curso elementar de geografia*, cuja primeira edição data de 1907.

Como se depreende de um extrato dos anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Geografia, ocorrido no Rio de Janeiro em 1909 e publicado na *Revista Marítima Brasileira*, os livros didáticos do dr. Carlos Novaes – *Geografia elementar e secundária* – e de Themístocles Sávio – *Geografia elementar* – “são trabalhos valiosos e que prestam reais serviços ao ensino” (REVISTA..., 1909, p. 662). O extrato é longo e esclarece que Sávio comporia a comissão de geografia matemática, além de destacar algumas deliberações do Congresso, finalizando com o desejo de “que a mesma sociedade se empenhe junto ao governo para a criação de uma cadeira de geografia física nos cursos universitários”.

Sávio participou, como noticiado em *O Paiz* de 14 de setembro de 1909, do Primeiro Congresso Brasileiro de Geografia, que, segundo Cardoso (2013, p. 171), foi exitoso, diferentemente do Segundo, que enfrentou problemas em função da Primeira Guerra Mundial. Entretanto, devido ao seu precoce falecimento, Sávio

não estaria no Segundo Congresso, contudo, sua contribuição foi efetiva, pois temos notícia, publicada em *O Paiz* de 7 de fevereiro de 1909, de que seu livro se esgotou rapidamente, e uma segunda edição, melhorada, com melhor papel e impressão, foi lançada em 1909. O exemplar da *Gazeta de Notícias* de 8 de fevereiro de 1909 reafirma que a primeira edição esgotou e que o livro foi adotado no Colégio Militar, no Ginásio Nacional, na Escola Nacional e em outros estabelecimentos.

O livro em si parece ser bastante descriptivo, dispondo um texto explicativo seguido de exercícios ao final das lições. Ele chama atenção pela sua abrangência geográfica e sua preocupação com a cartografia, além de abordar todos os continentes e as “terras polares”³. Ademais, o livro é ilustrado com mapas coloridos, o que reforça a necessidade da aprendizagem de geografia ser acompanhada de cartas diversas, além de imagens. Não obstante, o trecho abaixo ilustra a tônica do livro com uma descrição detalhada:

- *Marrocos ou Marrakéch*, interior (ao S.), outra residência do sultão e sua corte;
- e – *Tanger*, porto de mar, é a entrada do estreito de Gibraltar, residência do corpo diplomático e consular europeu: é o principal porto de comércio do império, em constantes relações marítimas com Gibraltar e Cádiz (na Espanha).

É por este porto que Marrocos expede para a Inglaterra, Espanha e França principalmente, os seguintes produtos mais importantes de sua ainda atrasada indústria: *gado lanígero e lã bruta, tâmaras e outras frutas, peles de cabra e de carneiro, marfim, goma, penas de avestruz, marroquins, tapetes, armas brancas, etc.* (SÁVIO, 1917, p. 517).

Sávio não abusa das estatísticas, prefere a narrativa com ênfase nos fatos mais relevantes, e os questionários no fim de cada capítulo basicamente revisam a matéria abordada. O autor, no entanto, é didático, busca dialogar com o mundo das crianças, quando, por exemplo, compara o formato da Terra a uma bola de borracha e, a seguir, de maneira mais exata, a uma laranja, que ilustra o formato do planeta com achatamento nas regiões polares. As explicações sobre geodésia e cartografia acompanham esquemas ilustrativos.

Igualmente interessante é sua concepção de geografia, exposta no início do manual: “a geografia é a descrição científica da superfície atual da Terra nas

3 O sumário traz os seguintes capítulos ou lições: Prefácio; Geografia; Divisões da Geografia; Forma da Terra; Tamanho da Terra; Movimento Diurno e Noturno; Movimento Anual da Terra; Dias e Noites; estações; Representação da Terra; a Escala das Cartas; Distâncias (exercícios nas cartas); Reduções Métricas; os Pontos no Horizonte; Posições (exercícios nas cartas); Orientação; Orientação (exercícios no lugar); Superfície da Terra; Ventos. Chuvas. Clima; Terras Planas; Terras Elevadas; Águas Continentais; os Lagos; os Rios; Deltas e Estuários; Terminologia Brasileira; Quedas D’água; Continentes e Ilhas; Recortes da Terra Firme; Divisões e Formas do Mar; o Oceano; o Hemisfério Oriental; o Hemisfério Ocidental; os dois Hemisférios (comparações); os Oceanos; Correntes Oceânicas; exercícios no mapa-múndi; Viagens; América do Sul (preliminares); Idem (config. horizontal); Idem (config. vertical); Idem (hidrogr. interior); Idem (clima e produções); Idem (noção política, econômica e social); os Estados Unidos do Brasil; Idem (noção histórica); Idem (constituição); Idem (divisões do território); Idem (os estados); Idem (conclusão); países da América do Sul; Europa; Ásia; África; Oceania; Terras polares.

suas relações com o homem e sua atividade” (SÁVIO, 1917, p. 21), concepção que é complementada por um debate sobre os subcampos da geografia, que se divide em geografia astronômica, cosmografia ou geografia matemática; geografia física, dedicada aos rios, mares e montanhas; geografia econômica, preocupada com os meios de transporte, produção, alimentação e comunicação; geografia histórica, que se debruça sobre as migrações e mudanças do meio; e a geografia política, cuja concepção não é estranha ao pensamento de um F. Ratzel:

Quando a geografia, considerando a Terra como morada do homem, estuda as divisões de sua superfície em estados ou nações habitados por sociedades ou raças da grande família humana, que possuem línguas, costumes, tradições e crenças religiosas mais ou menos diferentes, e menciona o modo por que são estas nações governadas, os lugares principais que nelas existem, etc., denomina-se – *geografia política*. (SÁVIO, 1917, p. 22).

Como o próprio prefaciador de Sávio denota, a influência da escola alemã de geografia sob seu pensamento é grande. O livro tem uma lição sobre história do Brasil, sobre sua Constituição e ainda sobre economia, política e sociedade brasileira. No questionário sobre a Ásia, Sávio (1917, p. 512) pergunta quais são os países, quais suas capitais, quais regiões dispõem de estrada de ferro, portos de mar, quais os acidentes geográficos e indaga o que os estudantes sabem sobre os habitantes dessa região do mundo. Decerto, um olhar bastante enciclopédico, com toques de uma preocupação estratégico-militar, além de ser um manual bastante descritivo em um contexto cuja circulação do conhecimento, imagens, dados e mapas era mais dificultosa. Para os temas ligados à cartografia e localização geográfica, o livro dispõe de atividades práticas, o que talvez ecoe uma resposta às críticas ao bacharelismo, entretanto, apesar de sua preocupação, seu livro resguarda uma abordagem erudita, o que poderia resultar na sua menção honrosa no Primeiro Congresso de Geografia, além de sua citação por figuras como Delgado de Carvalho, por exemplo. Por fim, Sávio, que falece em 1909, não assistiu à profissionalização da geografia, nem do campo militar, mas sua obra teve uma repercussão relevante para a época.

O sucesso do livro didático de Sávio, independente de seus méritos acadêmicos, também pode ser entendido na chave do protagonismo das Forças Armadas na Primeira República, que no longo prazo representaram uma classe média urbana, que gradualmente foi se contrapondo aos interesses dos “coronéis” do interior, em um contexto de modernização promovido pela Proclamação da República (MCCANN, 2007). A presença dos militares na vida civil era forte, aspecto que merece ser mais bem entendido do ponto de vista da história da geografia e, como tentamos demonstrar, tem ilações com o ensino da geografia, o nacionalismo, a geopolítica e a meditação sobre um projeto de nação.

Diante do exposto, podemos nos indagar até que ponto a participação dos militares no debate sobre geografia foi estrutural, visto que Antunes (2023) ressalta essa participação no início da Associação dos Geógrafos Brasileiros e demonstra que, por dois mandatos consecutivos (1967-1968 e 1968-1969), Ney Strauch, membro do IBGE e professor da Escola Naval, foi presidente dessa instituição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão nos cabe comentar o prefácio do livro, de autoria de Francisco Pinheiro Guimarães, um texto francamente laudatório sobre o livro didático de Sávio, mas que espanta pela sua erudição e pela sua apreciação acerca da história da geografia. Devemos lembrar da obra clássica de Gomes (1995), que ressaltou o papel da novidade modernizadora para compreender a história da geografia, uma novidade que, como nos coloca Bourdieu (2008), é sempre uma meia revolução, ou seja, os modernos, para se imporem com sucesso, devem negociar com a tradição ou, no mínimo, provar que a dominam. Nesse sentido, Guimarães remete à tradição da Antiguidade e da cosmografia para fazer franca crítica ao processo de fragmentação e especialização da geografia – e mesmo de uma separação entre a geografia física e a humana. A perda mais grave seria a do ensino de astronomia para as crianças, algo que o livro de Sávio contempla, bem como a geodésia e uma aproximação prática da localização geográfica como se destacou anteriormente.

Espanta, igualmente, a quantidade de autores italianos e alemães citados, sendo que a geografia de Sávio, que busca uma totalidade, é associada à tradição alemã. Poucos autores franceses são arrolados (*en passant*, apenas Reclus e Levasseur, mas não Paul Vidal de la Blache), e Guimarães, no prefácio, dá mais ênfase aos debates germânicos, citando, por exemplo, Ritter, e ainda nessa linha valoriza o uso do recurso literário para a descrição das paisagens, bem como as repetições didáticas e o fato de o livro de Sávio ser mais interessante e atrativo do que o enfadonho Programa de Instrução Pública.

Para Guimarães, Sávio consegue produzir um manual brasileiro, que supera seus congêneres europeus, ou seja, não é mera cópia, é também originalidade e, como não poderia deixar de ser, o tema do nacionalismo também surge no prefácio: de um lado, a necessidade de conhecer a geografia do Brasil para poder desvelar seu futuro – uma temática bastante comum dentre os pensadores sociais no *fin de siècle*–, de outro, novamente, a importância da geografia para a temática da defesa nacional – a França aqui, mais uma vez, é um paradigma.

A título de comparação, Morin (2016) analisou a vida e obra do dilettante Charles Daly, um juiz e empresário que, nos Estados Unidos, também escreveu sobre geografia, história, literatura etc. e foi uma figura importante para mobilizar as sociedades geográficas daquele país. A autora do estudo demonstra que prestar atenção nessas geografias “desimportantes” é revelador, na medida que essas figuras tiveram um papel efetivo na formação do campo, na interação da geografia com os interesses sociais – Daly se interessava por comércio exterior e efetivamente não foi apenas um estudante, mas impulsionou a participação comercial dos EUA no Congo Belga e na exploração do ártico.

Lembremos ainda do clássico capítulo de Horacio Capel (1988) sobre as sociedades geográficas, em que talvez esteja delineada com mais clareza a imbricação entre os interesses sociais e a produção do conhecimento geográfico em diferentes países. No contexto brasileiro, a nação e o projeto nacional, nos parece, têm uma centralidade, sendo esparsos os debates sobre o estrangeiro, o que é sintoma de uma nação em

processo de formação diante de suas dimensões continentais e dos sérios eventos políticos que a afetaram no primeiro lustro do século XX.

Ora, independente dessas elucubrações, espanta, no prefácio, que um não geógrafo tenha escrito com tanta propriedade e clareza sobre a geografia, delineando um projeto disciplinar com um objeto bem definido, remetendo críticas às posições divergentes comuns da época. O estudo da contribuição de Sávio pode revelar geografias perdidas, que não foram objeto de valorização do campo, apesar de terem tido um papel na modernização do ensino de geografia no Brasil e terem se esforçado para criar um imaginário geográfico sobre nosso país e sobre o mundo – que dialogava com a agenda do nacionalismo. Certamente, a valorização dessa perspectiva nos ajudará a ver, nas margens, a dinâmica do campo da geografia para além de uma narrativa triunfalista da geografia universitária. É preciso compreender essa mutação, ou seja, como a institucionalização criou uma barreira diferenciadora entre uma geografia “amadora” e uma “moderna e profissional”, que se só reforça com o passar do tempo e acaba se refletindo na historiografia da disciplina, além de entender por que essa diferenciação causou o enfraquecimento das sociedades geográficas. Será que, do ponto de vista do método e das agendas de pesquisa, elas eram tão distintas como se pensava? Nesse sentido, o prefácio escrito por Guimarães pode induzir a pensar que as diferenças não eram tão radicais. Quase cem anos após a fundação dos primeiros cursos universitários, Monbeig é visto como um fundador, e Delgado de Carvalho e E. Backheuser são, quando muito, raramente lembrados pelos estudantes de geografia. Sávio quase caiu no esquecimento. No entanto, salta aos olhos a chamada dominação simbólica, pois, seja dentre os “amadores”, seja dentre os profissionais, a referência da ciência europeia (alemã ou francesa) consiste em uma verdadeira fonte de legitimação do saber científico. Resta agora compreender melhor como se comporta o campo da geografia diante do processo de modernização, de institucionalização, indagando como a ciência marginal das sociedades geográficas se moveu para além dos grandes nomes.

SOBRE O AUTOR

BRENO VIOTTO PEDROSA é professor permanente (ensino e orientação) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
brenoviotto@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-3204-8992>

REFERÊNCIAS

- AÇÕES de Nulidade no juízo seccional. Rio de Janeiro: Tipografia particular, 1895.
- ANTUNES, C. da F. *A Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB: origens e transformações*. Rio de Janeiro: Consequência/Faperj, 2023.
- BELTRÃO, Jane Felipe A arte de curar dos profissionais de saúde popular em tempo de cólera: Grão-Pará do século XIX. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, v. VI (suplemento), set. 2000, p. 833-866. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702000000500005>.
- BOURDIEU, P. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp/Zouk, 2008.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Petrópolis: Vozes, 2010.
- CABRAL, Thiago M. Fernando Antônio Raja Gabaglia – um intelectual entra a política, a ciência e o ensino de Geografia. *Terra Brasilis*, n. 17, 2022a, p. 1-19. <https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.11582>.
- CABRAL, Thiago M. *História da geografia escolar no período Vargas (1930-1945): discurso escolar moderno e identidade territorial a partir das temáticas físico-naturais*. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, 2022b.
- CAPEL, Horacio. *Filosofía y ciencia en la geografía contemporánea*. Barcelona: Barcanova, 1988.
- CARDOSO, L. P. C. *O lugar da geografia brasileira: a sociedade de geografia do Rio de Janeiro entre 1883-1945*. São Paulo: Annablume, 2013.
- CONGRESSO Nacional de Educação. *Gazeta de notícias*, n. 312, quarta-feira, 8 de novembro de 1899, p. 1. Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional.
- CUNHA, Beatriz Rietmann da Costa e. O Colégio Militar do Rio de Janeiro: o modelo para a expansão do ensino secundário militar (1889-1919). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26. Anais... São Paulo, jul. 2011, p. 1-16. Disponível em: https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300572385_ARQUIVO_Trabalho.pdf. Acesso em: fev. 2024.
- FERREIRA, M. de M. *A história como ofício: a constituição de um campo disciplinar*. São Paulo: Editora da FGV/Faperj, 2013.
- GAZETA de Notícias. n. 39, 8 de fevereiro de 1909. Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional.
- GOMES, Paulo César da Costa. *Geografia e modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- JORNAL do Brasil, sábado, 6 de dezembro de 1902, p. 4. Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional.
- VICE-ALMIRANTE Eliezer Tavares. *Jornal do Brasil*, segunda-feira, 12 de novembro de 1900, p. 2. Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional.
- MCCANN, F. D. *Soldados da Pátria: história do exército brasileiro 1889-1937*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- LACOSTE, Y. *A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas: Papirus, 1988.
- LIMA, A. G. *Obras didáticas*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1935.
- MACHADO, Lia O. História do pensamento geográfico no Brasil. *Terra Brasilis*, n. 1, 2000, p. 1-17. <https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.295>.
- MCCANN, F. D. *Soldados da pátria*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- MONBEIG, Pierre. *Ensaios de geografia humana brasileira*. São Paulo: Martins, 1940.
- MORAES, Antonio Carlos R. *Território e história no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2005.
- MORIN, Karen M. *Civic discipline: geography in America, 1860-1890*. New York: Routledge, 2016.

- O PAIZ, Rio de Janeiro, domingo, 7 de fevereiro de 1909, p. 2. Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional.
- O PAIZ, Rio de Janeiro, terça-feira, 14 de setembro de 1909, p. 2. Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional.
- O PAIZ, Rio de Janeiro, domingo, 7 de novembro de 1909, p. 4. Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional.
- O PAIZ, Rio de Janeiro, quarta-feira, 10 de novembro de 1909, p. 4. Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional.
- PEREIRA, Diego Carlos. *Movimento Escola Nova e Geografia Moderna Escolar em manuais para o ensino secundário brasileiro (1905-1941)*. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Câmpus de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2019.
- PEREIRA, Sergio N.; ZUSMAN, P. Delgado de Carvalho e a orientação moderna no ensino da geografia escolar brasileira. *Terra Brasilis*, n. 1, 2000, p. 1-21. <https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.293>.
- REVISTA Marítima Brasileira. Primeiro Congresso Brasileiro de Geografia, n. 55, v. 1, 1909.
- SÁ, Dominichi Miranda de. A ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.
- SÁVIO, Themístocles. *Curso elementar de geografia*. Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Paris, Lisboa: Francisco Alves & Cia.; Aillaud, Alves & Cia, 1917 [1907]
- STANDARD. Buenos Aires, quarta-feira, 15 de janeiro de 1890.
- SURGEM as primeiras informações sobre a navegação na costa do Brasil no Roteiro de Duarte Pacheco Pereira, Esmervaldo de Situ Orbis. s. d. Disponível em: <https://enqr.pw/6pRCH>. Acesso em: 21 fev. 2024.

“Um agregado” – um excerto de *Dom Casmurro* em três meios de publicação e suas possíveis leituras

[“Um agregado” – an excerpt of *Dom Casmurro* published in three different media and its different possible meanings

Luiza Helena Damiani Aguilar^r

Este artigo foi concebido a partir de uma pesquisa de doutorado com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), processo 21/01149-4 (AGUILAR, 2022-2026).

RESUMO • Este artigo objetiva analisar um excerto de *Dom Casmurro* publicado originalmente em 1896 no periódico *República* com o título “Um agregado: capítulo de um romance inédito”. Poucos anos depois, o trecho, com alterações, passaria a integrar um dos romances mais célebres do autor. Quase meio século mais tarde, no entanto, a passagem original voltaria a figurar no suplemento literário *Autores e Livros* do jornal *A Manhã*. Sendo assim, esta investigação analisa os possíveis protocolos de leitura engendrados em cada uma dessas publicações, bem como compreende as razões por trás não só da publicação do original quase 50 anos mais tarde, mas também aquelas que motivaram as transformações propostas por Machado quando da publicação do romance. • **PALAVRAS-CHAVE** • Machado de Assis; *Dom Casmurro*; “Um

agregado”. • **ABSTRACT** • This article analyses an excerpt of *Dom Casmurro* originally published during 1896 in the newspaper *República* bearing the title of “Um agregado: capítulo de um romance inédito”. A few years later, the excerpt, with alterations, would become part of one of Machado’s most celebrated novels. Almost half a century later, though, the original passage would once again be published in the literary supplement *Autores e Livros* of the periodical *A Manhã*. Therefore, this study investigates the possible reading protocols engendered by each of these publications, as well as understanding the motives behind not only the publishing of the original piece almost 50 years later but also the reasons that motivated the changes made by Machado when writing the complete novel. • **KEYWORDS** • Machado de Assis; *Dom Casmurro*; “Um agregado”.

Recebido em 19 de outubro de 2023

Aprovado em 16 de outubro de 2024

AGUILAR, Luiza Helena Damiani. “Um agregado” – um excerto de *Dom Casmurro* em três meios de publicação e suas possíveis leituras. *Rev. Inst. Estud. Bras.* (São Paulo), n. 89, 2024, e10710.



Seção: Artigo

DOI: 10.11606/2316901X.n89.2024.e10710

^r Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).

Publicado em 1899, *Dom Casmurro* foi o segundo romance de Machado de Assis a ser veiculado integralmente apenas em livro, acompanhado até então por *Ressurreição* (1872), estreia do autor no gênero. Todos os outros cinco romances editados nesse intervalo, como também as coletâneas de contos que o Bruxo do Cosme Velho organizou no período, foram estampados originalmente nos periódicos oitocentistas.

A publicação de textos em periódicos era, no século XIX e durante boa parte do século XX, uma das principais formas de divulgação literária. Não só a leitura de um periódico se prolongava para além do dia em que ele fora publicado – algo que, hoje, parece impensável –, como também o diálogo entre jornal e literatura permitiu que a dicção usada por ambos os gêneros sofresse sutis alterações. Segundo Lúcia Granja (2018, p. 37; p. 41-42),

[...] é preciso que se tenha em mente que os jornais não eram objetos tão efêmeros no século XIX e que as suas quatro a oito páginas permaneciam para leitura e releitura durante dias, e o folhetim poderia mesmo ser recortado e colecionado. [...]

No Brasil, o *box* literário e ficcional do jornal (o rodapé das folhas), *espaço* no qual cabia a crônica, a ficção e a crítica (literária ou de espetáculos), radicalizou um acontecimento esporádico dos jornais franceses, quando se reinventou sem temer a coexistência de textos de diferentes naturezas que ao se alternarem nos dias da semana, passaram a constituir, nessa coabitAÇÃO, novas formas e gêneros textuais. É importante compreender de que maneira as interpretações brasileiras do uso desse *espaço* podem ser pensadas como uma das razões para o desenvolvimento de formas e estilos literários que identificamos hoje como próprios da Literatura Brasileira; ao mesmo tempo, a compreensão dessa *Poética* dos jornais no século XIX equivale a uma visão mais aprofundada dos textos dos escritores-jornalistas de então.

Machado, visto por boa parte da crítica como pai da crônica moderna, não escapa dessa relação simbiótica entre literatura e imprensa. O escritor carioca publicou diversos escritos nas folhas oitocentistas, fossem eles textos de cunho mais propriamente jornalístico, fossem eles contos ou poesias, ou até mesmo romances impressos de forma seriada, divididos ao longo de diversos números de um mesmo jornal. É o que acontece com todos os romances entre *Ressurreição* e *Dom Casmurro*, por exemplo.

Em se tratando das duas obras publicadas apenas em livro, no entanto, o caso de *Dom Casmurro* é diferente do de *Ressurreição* em um aspecto crucial: três anos antes da edição *princeps*, em 1896, Machado divulga um excerto da obra sob o título de “Um agregado: capítulo inédito de romance” no número inaugural do periódico *República*, que durou pouco mais do que cinco meses. Nesse pequeno trecho que o autor presenteia ao público com o objetivo de atiçar a curiosidade pela obra que o acompanharia, somos apresentados a alguns personagens da obra, em especial a José Dias, agregado da família Santiago. Embora sofra diversas alterações para a versão final que sai em 1899, os traços essenciais da personalidade do agregado já se encontram presentes em 1896.

A variante publicada no jornal *República* volta a aparecer décadas mais tarde, em 1941, no suplemento literário *Autores e Livros* do jornal *A Manhã*, em uma edição que celebra a figura de Machado de Assis. Estampado, dessa vez, após a publicação do romance e não mais em vida do autor, o trecho apresenta nuances distintas, que não necessariamente se adéquam nem àquelas do primeiro periódico nem às da publicação em livro. Os sentidos de um texto muito têm a dever aos meios de publicação a partir dos quais tal escrito veio a público. Roger Chartier comenta o tema em *Os desafios da escrita*:

Os textos não existem fora dos suportes materiais (sejam eles quais forem) de que são os veículos. Contra a abstração dos textos, é preciso lembrar que as formas que permitem sua leitura, sua audição ou sua visão participam profundamente da construção de seus significados. O “mesmo” texto, fixado em letras, não é o “mesmo” caso mudem os dispositivos de sua escrita e de sua comunicação. (CHARTIER, 2002a, p. 61-62)

Por esses motivos, o presente trabalho pretende olhar para esse excerto em suas três publicações não só a partir de um viés que considera o texto em si, mas também levando em consideração os protocolos de leitura que cada meio de publicação é capaz de conferir aos escritos. Donald McKenzie, em *Bibliografia e a sociologia dos textos*, discorre sobre como os estudiosos de bibliografia deveriam olhar para os textos:

O que a palavra “texto” também permite, no entanto, é a extensão das práticas atuais de modo a incluir todas as formas de texto, não somente livros ou os signos em pedaços de pergaminho ou papel [...]. Francamente, também, aceita que bibliógrafos devam se preocupar em demonstrar que as formas afetam o significado. Além disso, permite que descrevamos não apenas os processos técnicos, mas também os processos sociais de sua transmissão. Dessa maneira tão específicas, considera textos que não estão em livros, suas formas físicas, versões textuais, transmissão técnica, controle institucional, a sua percepção de seus significados e seus efeitos sociais. Considera uma história do livro e, na verdade, todas as formas impressas, incluindo todos os textos efêmeros, como registro de mudanças culturais, seja na civilização de massa ou em cultura minoritária. (MCKENZIE, 2018, p. 25-26).

Tomando em consideração esse valor, o texto literário não deveria ser visto como um escrito no vácuo, mas sim analisado a partir de uma perspectiva capaz de estudar

como a transmissão e a circulação daquele escrito podem interferir e repercutir nas leituras e interpretações que dele venham a ser feitas.

De acordo com McKenzie, não se deve separar o estudo do suporte, a crítica e a história da literatura. Com o objetivo de compreender um texto em sua dimensão histórica, é também preciso passar pelos mais variados processos de sua veiculação ao longo do tempo, tendo em vista questões para, peri e epitextuais que podem alterar a compreensão não só de um texto em específico, mas também da história da leitura e dos livros em si. As interpretações e sentidos de um texto expandem-se para muito além da leitura dos signos impressos no papel. É necessário analisar, conjuntamente, os conteúdos que o circunscrevem, a disposição tipográfica da obra, seu espaço de publicação, entre outros fatores que emprestam sentido ao conteúdo ali escrito. Um texto não se encontra isolado no tempo e no espaço, ele é parte integrante de um contexto histórico e editorial. Segundo Chartier em *Inscrever e apagar* (2002b, p. 11-13), é impossível separar a “substância essencial da obra” de suas variantes e de seus processos de publicação, algo que requer a contribuição de inúmeras figuras para se consolidar.

No caso específico de Machado de Assis, o Bruxo do Cosme Velho tinha plena consciência da importância do papel do meio de publicação nos sentidos apresentados por um texto. Sua inclusão nos círculos intelectuais cariocas se deu como tipógrafo na Tipografia Nacional, dirigida naquele momento por Manuel Antônio de Almeida. Familiarizado com as atividades de composição e tipografia, Machado vai se aclimatando à importância da página em que um texto é impresso, como menciona Nelson Schapochnik (2008, p. 386): “Na condição de operador da linguagem, ele tinha muita clareza de que, entre a intencionalidade do escritor e a recepção do público-leitor, postavam-se os mediadores que transmutavam as tiras de papel alamaço caligrafadas em colunas diagramadas e impressas nos jornais e revistas”.

Pouco depois, o jovem escritor ingressa nas redações de jornal, munido da crença de que as folhas periódicas teriam uma função civilizatória e de que eram de suma importância para a sociedade brasileira oitocentista. Em “O jornal e o livro” (ASSIS, 1859a; 1859b), por exemplo, Machado tenta compreender como os dois suportes editoriais vão conviver conjuntamente com o passar dos anos, comparando a revolução provocada pelo jornal com aquela relativa ao surgimento da imprensa e da publicação mais abrangente de livros. Em sua opinião, o jornal teria prevalência sobre o livro no objetivo de civilizar a sociedade, funcionando aquele como uma revolução em relação a este.

Sua fé na função social do jornal segue firme nos primeiros anos da década de 1860, mas vai se esvaindo aos poucos com o passar do tempo, mesmo que ele continue publicando literatura, crônica e crítica nas folhas do período. Independentemente de sua visão sobre a função civilizatória do jornal, é inegável que Machado tinha vasto conhecimento sobre os periódicos da época, e publicava seus textos literários nas folhas em que mais se encaixavam.

As narrativas de *Contos fluminenses* (1870) e *Histórias da meia-noite* (1874) saem quase em sua integralidade no *Jornal das Famílias* (1864-1878), folha dirigida por Garnier que buscava majoritariamente um público feminino, enquanto *Iaiá Garcia*

(1878), romance anterior a *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1881) em que Machado se afasta dos ideais de Realismo vigentes na época, é publicado em *O Cruzeiro* (1878-1883), folha que se opunha ao *Primo Basílio* de Eça de Queirós. É também nesse jornal que Machado encontra espaço para publicar suas duas críticas ao romance queirosiano.

Sendo assim, quais os sentidos que o periódico *República* pode ter emprestado para o trecho de *Dom Casmurro*? Quais os possíveis motivos para que Machado o tenha escolhido como veículo para a publicação de um capítulo inédito de seu novo romance? Como esses sentidos se transformam posteriormente na publicação do mesmo escrito, agora com alterações, no romance? E, por fim, por que uma folha decide republicar o excerto original, de 1896, mais de 40 anos depois?

Inaugurado em 15 de novembro de 1896, o jornal *República* imprimiu a primeira edição daquela que seria uma curta vida: a folha encerrou suas atividades em 31 de março do ano seguinte (MACHADO, 2008, p. 290). Infelizmente, suas edições ficaram perdidas com o tempo: não é possível encontrar seus números na Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional, nem nos principais arquivos nacionais, dificultando uma compreensão mais extensiva da linha editorial do periódico, bem como do público que pretendia alcançar. No entanto, graças às pesquisas de Ubiratan Machado para o *Dicionário de Machado de Assis* (2008), é possível traçar algumas hipóteses sobre o jornal a partir do perfil de seus fundadores e das relações que Machado estabeleceu com muitos deles.

Segundo Ubiratan (2008, p. 290), *República* era uma propriedade conjunta de sete indivíduos, dentre os quais quatro eram amigos ou conhecidos de Machado: Joaquim Xavier da Silveira Júnior, Alcindo Guanabara, Tomás Delfino dos Santos, Francisco Glicério, Lauro Muller, João Lopes Ferreira Filho e João Cordeiro. Alguns desses nomes são de figuras importantes nos cenários político e jornalístico do século XIX: Alcindo Guanabara, por exemplo, foi um dos maiores jornalistas de seu tempo, enquanto Joaquim Xavier da Silveira Jr. foi chefe de polícia no governo Floriano Peixoto e grande amigo de Machado até o fim da vida do escritor. A contribuição com o texto “Um agregado” no número inaugural da folha foi um pedido de Joaquim, ao qual Machado aquiesceu (MACHADO, 2008, p. 320).

Xavier era filho de um poeta abolicionista e, quando adulto, seguiu as ideias do pai, além de ser militante republicano. Formado em direito, foi presidente da Ordem dos Advogados, deputado durante a terceira e a quarta legislaturas, presidente do Rio Grande do Norte e prefeito da cidade do Rio de Janeiro.

Já Alcindo Guanabara foi exímio jornalista e político, e também o fundador da cadeira nº 19 da Academia Brasileira de Letras. Criou seu primeiro jornal, *Fanfarra*, aos 21 anos, contando com Olavo Bilac como um de seus colaboradores. Era também ferrenho abolicionista e republicano, e, quando da mudança de regime político, foi eleito para a Constituinte. Em seu jornal *A Tribuna*, no ano de 1900, Alcindo promoveu um concurso para escolher a melhor versão que completasse o soneto que Bentinho deixara incompleto em *Dom Casmurro*. Era grande admirador do escritor e, na ocasião de sua morte, foi escolhido como representante da Câmara nas cerimônias funerárias de Machado (MACHADO, 2008, p. 152).

Francisco Glicério era filho de uma ex-escravizada e mais um abolicionista, além de propagandista da República. Já no início do novo regime, foi convidado a ocupar

a pasta de ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, se tornando, então, colega de trabalho de Machado de Assis. Deu razão ao escritor em uma disputa com Luís Francisco da Veiga que levara Machado a pedir demissão (MACHADO, 2008, p. 148). Em uma crônica da série “A Semana”, datada de 28 de agosto de 1892, Machado menciona Glicério ao tratar da discussão sobre quem seria o verdadeiro fundador da República (se Marechal Deodoro da Fonseca ou se Benjamin Constant), comentando que Glicério apontava também que a Câmara não assumia a responsabilidade que lhe cabia (ASSIS, 2015, p. 854).

Lauro Muller era militar, republicano, e assumiu o Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas em 1902. No mesmo ano, restabeleceu Machado como diretor do Ministério, para deleite do escritor. Ao longo dos anos, os dois estabeleceram amizade e trocavam gentilezas. Em 1912, Muller foi eleito para a Academia Brasileira de Letras (MACHADO, 2008, p. 229).

Os outros três fundadores aparentemente não eram próximos de Machado, mas suas visões políticas se alinhavam às dos quatro conhecidos do autor: Tomás Delfino dos Santos foi senador e deputado pelo Distrito Federal nos primeiros anos da República; João Lopes Ferreira Filho era também abolicionista, além de ter ocupado cargos no governo republicano; e João Cordeiro foi um dos líderes do movimento pela Abolição no estado do Ceará.

Assim, tendo em vista as figuras que foram responsáveis pela fundação do periódico, infere-se que a folha apresentava cunho progressista, com sólido apoio ao regime vigente. Infelizmente, a ausência de cópias de suas edições para consulta dificulta a avaliação de outros aspectos: o acesso ao programa inaugural, a análise da organização espacial dos conteúdos na página – afinal, o texto de Machado foi publicado no corpo do jornal ou numa seção de rés do chão? – e o estabelecimento de hipóteses quanto ao público-alvo que a *República* buscava atingir. É possível, contudo, imaginar que o jornal alcançaria uma audiência pouco conservadora, mas ainda de elite, já que a taxa de alfabetização no Brasil do século XIX era baixíssima. Machado pode ter escolhido a *República* não só para agradar o amigo, mas também porque o público de um jornal como esse poderia receber bem seu livro.

É possível, no entanto, graças à reprodução fiel do excerto machadiano em outro jornal quase 50 anos mais tarde, avaliar as diferenças textuais entre as duas versões do texto e traçar cenários que contemplam os motivos pelos quais Machado decidiu fazer certas alterações de uma variante para a outra.

“Um agregado: capítulo de um livro inédito” traz um amálgama de conteúdos dos capítulos III, IV, V e VII, que são destrinchados e elaborados com mais precisão na versão em livro. Além de alterações pontuais – de 1855 para 1857, da rua do Rezende para Matacavallos, Tio Cosme deixa de ser coronel para se tornar advogado, dentre outros exemplos –, Machado aprofunda a descrição de certos personagens ao mesmo tempo que torna certas passagens mais sutis e exclui outras.

No livro, o diálogo entre José Dias e D. Glória relativo à denúncia que o agregado faz sobre o namoro entre Bentinho e Capitu raramente é interrompido pelo narrador, enquanto no jornal isso acontece com frequência. Santiago faz digressões para contextualizar não só seus personagens, mas também o momento histórico da vida cultural no Rio de Janeiro da metade do século:

A vida externa era festiva, intensa e variada. Tinham acabado as revoluções políticas. Crescia o luxo, abundava o dinheiro, nasciam melhoramentos. Tudo bailes e teatros. Um cronista de 1853 (se vos não fiais em mim) dizia haver trezentos e sessenta e cinco bailes por ano. Outro de 1854 escreve que do princípio ao fim do ano toda a gente ia ao espetáculo. Salões particulares à porfia. Além deles muitas sociedades coreográficas, com os seus títulos bucólicos ou mitológicos, a Campestre, a Sylphide, a Vestal, e outras muitas chamavam a gente moça às danças que eram todas peregrinas, algumas recentes. A alta classe tinha o Cassino Fluminense. Tal era o amor ao baile que os médicos organizaram uma associação particular deles, a que chamaram Cassino dos Médicos. Hoje, se dançam, dançam avulsos. A Ópera Italiana tinha desde muito os seus anais: no decênio anterior, mais de uma cantora entontecera a nossa população maviosa e entusiasta; agora desfilava uma série de artistas mais ou menos célebres, a Stoltz, o Tamberlick, o Mirate, a Charton a LaGrua. O próprio teatro dramático mesclava nos seus espetáculos o canto e a dança, árias e duos, um passo a três, um passo a quatro, não raro um bailado inteiro. Já havia corridas de cavalos, um clube apenas, que chamava a flor da cidade. As corridas começavam às dez horas da manhã e findavam à uma da tarde. Ia-se a elas por elas mesmas. A Europa mandava para cá as suas modas, as suas artes e os seus *clowns*. Traquitanas e velhas seges cediam o passo ao *coupé*, e os cavalos do Cabo entravam como triunfadores. Modinhas e serenatas brasileiras iam de par com árias italianas. As festas eclesiásticas eram numerosas e esplêndidas; na igreja e na rua, a devação geral e sincera, as romarias e patuscadas infinitas. (ASSIS, 1941, p. 104).

Todo esse trecho é suprimido na versão em livro. No jornal, essa passagem pode aproximar o leitor, situado em 1896, do contexto social de eventos que se passam 40 anos antes. A supressão desse excerto quando da publicação do romance, porém, parece atender mais a um leitor atemporal, que não esteve em nenhum momento acclimatado com o contexto cultural dos anos 1850, e para quem essas informações apenas funcionariam a título de curiosidade.

Outra alteração muito relevante aparece no modo como os personagens são apresentados ao leitor. No fragmento publicado em periódico, Bentinho descreve brevemente sua mãe ao público, enquanto em livro ele retarda essa introdução para o capítulo VII, intitulado “D. Glória”, no qual não só ele repete as informações presentes no jornal como também muito expande o perfil de sua mãe.

Algo similar acontece com José Dias: muito embora o trecho apresentado na folha se detenha sobre o agregado com mais afínco e detalhes, Machado ainda o expande posteriormente em livro, dedicando a ele um capítulo (“V – O agregado”) no qual ele aborda não só o modo como José Dias passou a fazer parte da família, mas também seu papel e sua importância no núcleo familiar após a morte do patriarca Pedro.

O “dever amaríssimo” que José Dias se sente compelido a cumprir – e que, no livro, dá título ao capítulo IV – também muda de figura: no jornal, o agregado usa a expressão no aumentativo para se referir à sua obrigação de informar à D. Glória sobre o possível namoro entre Bentinho e Capitu. No entanto, no livro, a conversa termina com a primeira menção à promessa que levaria Bentinho ao seminário, o que leva a mãe do protagonista às lágrimas, e José Dias, para se

justificar de ter mencionado a questão, argumenta que o faz para cumprir um “dever amaríssimo” para a família.

Todos os detalhes da primeira versão parecem apresentar para o leitor detalhes mais completos dos personagens com o objetivo de aclimatar o público do jornal às figuras ali apresentadas em um curto espaço, ao mesmo tempo que convida à leitura do futuro “romance inédito” ao deixar alguns dos detalhes da conversa mais vagos, como a ausência de uma explicação que justifique o desejo de D. Glória em enviar seu filho para o seminário. Esses aspectos poderiam despertar no leitor um desejo de entrar em contato com a obra e, consequentemente, aprofundar-se nos perfis desses personagens.

Por fim, Machado adota uma estratégia que lhe é muito cara: a de, no momento da transposição de um texto de um jornal para um livro, deixar certas passagens mais “sutis”, com interpretações mais abertas, menos conclusivas. Isso acontece com frequência nos contos: em “O relógio de ouro”, por exemplo, a versão apresentada no *Jornal das Famílias* em abril e maio de 1873 tem um final bem mais fechado, no qual Machado confirma a traição de Luís Negreiros com Zepherina; já em *Histórias da meia-noite*, o conto termina assim que o protagonista tem acesso a uma carta deixada por “tua iaiá”. Essa estratégia não é exclusiva de sua juventude, aparecendo também em contos como “A chinela turca” (publicado em *A Epoch* em 1875 e em *Papéis avulsos* em 1882), no qual a mensagem final contrária ao teatro de melodrama é bem mais enfática no periódico do que na coletânea.

Em se tratando da comparação entre “Um agregado” e *Dom Casmurro*, a sutileza aparece na personalidade de José Dias e em como ele retrata as possíveis segundas intenções da família de Capitu em relação a um namoro com Bentinho. Na versão impressa na *República*, José Dias não modera suas palavras ao argumentar que o pai de Capitu finge não ver o namoro: “Pudera! Quer naturalmente subir; casa rica, casa respeitável, onde é que ele achará genro igual, nem que de longe se aproxime?” (ASSIS, 1941, p. 104). Ao fazer uso do mesmo argumento no livro, José Dias é bem mais comedido e não diz com todas as letras que Pádua teria interesses financeiros na união: “tomara ele que as coisas corressem de maneira que...” (ASSIS, 1899, p. 8).

De modo similar, quando D. Glória parece desconfiar das suspeitas de José Dias, ele é bem menos cortês na versão do jornal, tratando o vizinho como homem de caráter e inteligência inferiores: “não se pode admitir que a ideia de semelhante enlace entre na cabeça de homem tão reles, tão ínfimo... Provoca, realmente, uma estrondosa gargalhada” (ASSIS, 1941, p. 104). No livro, o agregado coloca a responsabilidade da desconfiança sobre suas palavras na índole de D. Glória, que não acreditaria na maldade alheia: “a senhora não crê em tais cálculos, parece-lhe que todos têm a alma cándida” (ASSIS, 1899, p. 8).

Ainda na mesma seara, José Dias se refere a Capitu e seu pai como velhacos no jornal, não escondendo seu desdém em relação aos vizinhos mais pobres. Essa alegação desaparece no livro, e o agregado apenas aponta que examinou muito a situação do possível namoro antes de apresentá-la a D. Glória.

Tendo em vista que essa estratégia de deixar sentidos em aberto quando da transposição para livro parece ser cara a Machado, é preciso tentar traçar hipóteses que expliquem os motivos por trás dela. A principal delas está associada ao fato de o livro ser um formato mais perene do que a imprensa periódica, dando ao leitor um

caráter mais universal e atemporal. Ademais, no caso de um romance como *Dom Casmurro*, o leitor terá acesso a uma gama maior de informações para poder chegar às suas próprias conclusões sem precisar ser guiado pelo escritor: a desconfiança de José Dias em relação aos vizinhos, por exemplo, será mais destrinchada ao longo do romance, bem como os traços de personalidade do agregado e os motivos que levam e essa desconfiança da família Pádua serão trabalhados de modo mais detido ao longo da narrativa. O leitor do livro tem acesso a um universo bem maior de informações.

Já o público do jornal pode não só realizar uma leitura com pressa, entremeada de textos jornalísticos, sem uma atenção mais detida e apenas com o objetivo de preencher o dia com um pouco de entretenimento, como também pode não ter interesse na leitura do romance no futuro. Assim, a passagem, quando apresentada no periódico, é mais esmiuçada para acomodar-se a esse leitor.

Para além disso, o desafortunado desaparecimento de *República* não permite uma avaliação mais profunda dos textos que circunscreviam o excerto machadiano, nem do público que o periódico buscava alcançar. Mesmo que o exame dos fundadores habilite o traçado de conjecturas, ainda é pouco para compreender todas as implicações da ambiência discursiva de “Um agregado: capítulo de um livro inédito” quando publicado no periódico oitocentista.

A situação não se repete, no entanto, com a impressão desse mesmo trecho na folha *A Manhã*, quase 50 anos depois, dirigida por Cassiano Ricardo (1895-1974), poeta modernista que se associava às tendências nacionalistas do movimento. No ano inaugural do jornal, surgiu também seu suplemento literário, intitulado *Autores e Livros: Suplemento Literário de A Manhã*, sob orientação de Mucio Leão (1898-1969), jornalista e poeta que já em 1941 era membro da Academia Brasileira de Letras.

O periódico tinha diretriz governista e pertencia, junto ao jornal paulista *A Noite* (dirigido por Menotti del Picchia) às Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União (SODRÉ, 2011, p. 561-562). Por esse motivo, faz-se imperativo avaliar quais seriam os preceitos valorizados pelo Estado Novo e o que uma imprensa que apoiava o governo tenderia a trazer em sua abordagem. Sendo assim, as diretrizes aconselhadas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado em 1939, têm importante papel:

Sua função primordial era concentrar e coordenar a veiculação da ideologia estadonovista para os diferentes segmentos da sociedade, visando à construção do consenso em torno do novo governo. Nesse sentido, dirigia-se tanto a estratos mais populares como a grupos mais abastados. Aos primeiros, procurava construir a imagem de uma sociedade homogênea, negando a problemática de classe e destacando o trabalho como fator basilar da dignidade humana. Aos segundos, pretendia enfatizar o caráter inovador do governo, bem como a adequação deste tanto à “alma do país” como a um cenário internacional de falência do liberalismo. Segundo sua perspectiva, o Estado Novo colocava-se como uma resposta autenticamente nacional frente à situação catastrófica pela qual o mundo passava. (SALLA, 2016, p. 230-231).

A imprensa referendada pelo Estado Novo, portanto, procurava estimular uma valorização do nacional, tanto na mensagem que procurava passar aos grupos mais

abastados quanto naquela das classes populares. O Brasil não só seria exemplo em relação à estruturação da sociedade, mas também se destacaria em comparação com o resto do mundo, especialmente em um contexto de guerra.

O projeto do jornal *A Manhã* seguia uma linha que se encaixava nas propostas estabelecidas pelo DIP. O suplemento literário *Autores e Livros*, no qual foi publicado o excerto machadiano, também subscrevia a essas diretrizes. Segundo as informações presentes no seu número inaugural (de 17 de agosto de 1941), o suplemento teria paginação própria para, ao final de cada ano, ser encadernado e colecionado pelos leitores, funcionando quase como uma obra de cunho literário e crítico, compilando textos de diferentes autores e escolas e permitindo uma leitura que funcionasse à parte do periódico diário. No programa da edição inicial, Mucio Leão detalha um pouco mais os objetivos que pretende atingir com a publicação:

Autores e Livros, o suplemento literário de *A Manhã*, vai procurar ter uma função de utilidade que ninguém lhe poderá contestar: a de ser, tanto quanto possível, um órgão de coordenação da inteligência do nosso país. [...] O Brasil provincial de hoje parece-nos sentir o florescimento de um brilhantíssimo espírito, desde o Amazonas até o Rio Grande do Sul. E podemos dizer que alguns dos legítimos representantes da geração fazem questão de não abandonar a região em que nasceram. [...] *Autores e Livros* vai tentar congregar em suas colunas esses valores que se estabilizaram nas províncias, esses valores hoje dispersos, hoje quase completamente ignorados do Rio, e quase que somente conhecidos dos rincões a que pertencem. (LEÃO, 1941).

Assim como outros instrumentos de imprensa do governo, o suplemento literário de *A Manhã* buscava alimentar e valorizar o nacionalismo, afirmando em seu programa que irá trazer textos de autores de diversas regiões do Brasil que tenham mérito artístico, com o objetivo de exibir a arte e os hábitos culturais dos diferentes locais de nosso país. Sendo assim, o público d'*A Manhã* poderia desenvolver um orgulho de nossos escritores e daquilo que apresentam sobre a nação.

Alguns dos números trazem textos de diversos autores, enquanto outros eram dedicados com mais afinco a algum escritor em específico. A segunda edição, por exemplo, é destinada a Fagundes Varela, incluindo tanto textos do poeta quanto sobre ele. Já a terceira, além de trazer vários escritos de e sobre Eduardo Prado, também apresenta poemas, contos e críticas de e relativos a outros autores.

O número 7, publicado em 28 de setembro de 1941, pertence ao segundo grupo. Quase a totalidade dos textos presentes nessa edição foi ou escrita por Machado ou sobre ele, cortesia de figuras como José Veríssimo, Carlos de Laet, Manuel Bandeira e Graça Aranha, por exemplo. O suplemento faz questão de destacar a importância do Bruxo do Cosme Velho no cenário literário nacional: “Nenhum escritor de nosso país tem sido tão estudado, e por ângulos tão diferentes, como esse” (MACHADO DE ASSIS, 1941, p. 97).

A publicação de uma edição dedicada a Machado de Assis, portanto, tem objetivos claros que se alinham com a proposta getulista de promover o orgulho por aquilo que é nacional: ao exaltar o escritor mais estudado do país, o número reforça o interesse pela “alma brasileira”, bem como pelo valor que nossos escritores representam para nossa cultura.

A relação do regime estadonovista com a figura de Machado de Assis assumiu contornos contrastantes não só com o passar dos anos, mas também conforme o órgão responsável pela avaliação do escritor e de sua obra. Em 1939, ano do centenário do nascimento do autor de *Dom Casmurro*, foram realizadas iniciativas e celebrações de tom majoritariamente laudatório, tais como a exposição “Machado de Assis” – promovida pelo Instituto Nacional do Livro (INL) – ou o filme *Um apólogo: Machado de Assis – 1839-1939*, dirigido por Humberto Mauro e realizado pelo Instituto Nacional do Cinema Educativo (Ince). No entanto, nos anos seguintes, a percepção de parte da crítica em relação ao romancista, inclusive em alguns periódicos governistas que estavam associados ao DIP, passa a enfatizar uma visão calcada em percepções do século anterior que tratavam Machado como um autor frio, distante de questões que envolvessem a sociedade brasileira².

É nesse ambiente discursivo que sai, pela segunda vez, o texto “Um agregado: capítulo de um livro inédito”, apresentado na versão que fora antes publicada em *República*. O excerto é apresentado brevemente em três parágrafos, transcritos a seguir:

Num velho número da “República”, de 1896, encontramos um trabalho de Machado de Assis intitulado “Um agregado (capítulo de um livro inédito)”.

Fizemos questão de reproduzir essa página pela curiosidade evidente que ela constitui. Primeiro, por se tratar de um capítulo de um romance dado previamente ao público. Será isso uma coisa extremamente rara, sabido como Machado de Assis evitava referir-se mesmo aos seus amigos mais íntimos acerca dos seus livros em preparo. O segundo motivo porque tivemos empenho em transcrever esse capítulo consiste em que com ele fornecemos ao leitor a primeira versão dos capítulos III, IV e V do “Dom Casmurro”, o que permitirá um curioso estudo sobre o método de composição do romancista brasileiro. (UM CAPÍTULO DE ROMANCE, 1941, p. 104).

O trecho de apresentação da passagem machadiana já esclarece um dos possíveis sentidos que a reprodução desse excerto pode adquirir: o de objeto de curiosidade e estudo. Ao ser publicado depois do romance, ou seja, após terem sido feitas alterações na passagem que a aproxime mais da estrutura do livro, o trecho funciona como registro do processo criativo de Machado. O pesquisador – ou mesmo o leitor comum – que entrar em contato com esse texto não mais estará privado do “romance inédito”, podendo comparar as duas versões e estabelecer hipóteses e conclusões a partir da análise das mudanças efetuadas na narrativa.

O periódico dirigido por Cassiano Ricardo – um dos intelectuais que mais se enquadrou ideologicamente ao regime ditatorial de Getúlio – parece ilustrar com razoável nitidez as contradições relativas a como Machado de Assis se encaixava ou não no plano de valorização da pátria. Ao mesmo tempo que sua trajetória foi amplamente aclamada por parte da crítica a partir de um viés meritocrático burguês,

² Essa visão chega mesmo a aparecer no número aqui analisado de *Autores e Livros*, quando textos como os de José Lins do Rego e Barbosa Lima Sobrinho ressaltam elementos que se referem a uma suposta desconexão de Machado com a realidade nacional (SALLA, 2012).

outra parte centra foco na concepção de que Machado estaria preso a uma “torre de marfim”, afastado dos elementos que tornariam sua obra verdadeiramente nacional.

Gabriela Manduca Ferreira (2011), por exemplo, em sua dissertação de mestrado sobre a crítica machadiana durante o Estado Novo, analisa com mais afinco as figuras de Lúcia Miguel Pereira, Astrojildo Pereira, Augusto Meyer e Eugênio Gomes – dentre os quais, apenas Astrojildo não trabalhou com funcionalismo público durante os anos em que Getúlio esteve no poder – e como suas críticas foram moldadas pelas visões de mundo vigentes na época. Se Astrojildo faz análises marxistas da obra de Machado, rejeitando uma ideia de absenteísmo no autor, Eugênio Gomes se dedica mais detidamente às influências inglesas que estariam presentes nos textos machadianos. Enquanto Augusto Meyer procura fugir do biografismo ao investir no caráter negativista da obra do escritor, Lúcia faz o caminho contrário e aparece como uma das primeiras críticas a reforçar a questão da negritude na pessoa de Machado, salientando sua ascensão social e corroborando as visões de Gilberto Freyre sobre uma “democracia racial” no Brasil, ainda que os comentários da pesquisadora, quando lidos sob a luz dos dias atuais, tenham caráter bastante higienista.

Ao publicar um número de *Autores e Livros* dedicado ao autor de *Memórias póstumas*, o periódico cumpre duas funções paralelas: a de saudar aquele que, dois anos antes, era já celebrado como o principal de nossos escritores, valorizando seu processo criativo; e, ao mesmo tempo, apresentar visões dissonantes, que ressaltam a opinião de que Machado de Assis era como “um inglês cheio do gênio da observação, que ficasse no Brasil pelo gosto de observar” (REGO, 1941, p. 99).

Assim, a publicação desse fragmento do romance tem diferentes implicações e sentidos nos diferentes meios de publicação nos quais ele foi veiculado. Em *República*, o trecho servia como apresentação e aperitivo do romance, ainda não plenamente desenvolvido. As passagens que posteriormente foram alteradas tinham o objetivo de aclimatar o leitor do jornal aos personagens e ao contexto do romance, criando uma expectativa e um interesse pela obra que seria publicada anos mais tarde.

Já quando editado em livro, o trecho, agora com alterações, é circunscrito pelos outros capítulos do romance. José Dias não é mais apenas um agregado que apresenta comportamento pouco cortês com a família vizinha mais pobre, mas sim um indivíduo que enxerga nos Pádua um pouco de si próprio, e tenta proteger a família Santiago. As motivações de D. Glória são expandidas, e sua personalidade ganha novas feições, inclusive de afeto em relação aos vizinhos, por exemplo.

Por fim, quando publicado em *A Manhã*, num retorno ao texto que originalmente saíra em *República*, o trecho corrobora a mensagem de valorização ao nacional apresentada pela folha, além de apresentar o conteúdo em chave comparativa com a variante que fora impressa em livro, transformando o excerto em objeto de curiosidade para estudiosos daquele que, já no século XIX, era nosso autor de maior prestígio.

SOBRE A AUTORA

LUIZA HELENA DAMIANI AGUILAR é doutoranda em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP).

luiza.aguilar@usp.br

<https://orcid.org/0000-0003-3013-1223>

REFERÊNCIAS

- AGUILAR, Luiza Helena Damiani. *O mistério do feminino visto por três narradores machadianos: as mulheres enigmáticas de Dom Casmurro, “Singular ocorrência” e “Missa do galo”*. Fapesp. Processo 21/01149-4. Linha de fomento: Bolsas do Brasil – Doutorado. Pesquisador responsável: Thiago Mio Salla. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP, Brasil, 2022-2026.
- ASSIS, Machado de. O jornal e o livro. Ao Sr. Dr. M. A. de Almeida. *Correio Mercantil*, n. 10, 10 jan. 1859a, p. 1. Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.
- ASSIS, Machado de. O jornal e o livro. Ao Sr. Dr. M. A. de Almeida. II. *Correio Mercantil*, n. 12, 12 jan. 1859b, p. 2. Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.
- ASSIS, Machado de. *Ressurreição*. Rio de Janeiro: H. Garnier Livreiro-Editor, 1872.
- ASSIS, Machado de. *Dom Casmurro*. Rio de Janeiro: H. Garnier Livreiro-Editor, 1899.
- ASSIS, Machado de. Um agregado (Capítulo de um livro inédito). *Autores e Livros: Suplemento Literário de A Manhã*. Rio de Janeiro, n. 7, 28 set. 1941, p. 104; p. 109. Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.
- ASSIS, Machado de. *Obra completa de Machado de Assis*. Organização de Aluizio Leite, Ana Lima Cecílio, Heloisa Jahn e Rodrigo Lacerda. 3. ed. São Paulo: Nova Aguilar, 2015.
- CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. São Paulo: Editora Unesp, 2002a.
- CHARTIER, Roger. *Inscrever e apagar*. São Paulo: Editora Unesp, 2002b.
- EXPOSIÇÃO Machado de Assis. Ministério da Educação e Saúde. Centenário do nascimento de Machado de Assis – 1839-1939. (Série Exposições II).
- FERREIRA, Gabriela Manduca. *A crítica machadiana durante o Estado Novo*. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2011.
- GRANJA, Lúcia. *Machado de Assis – antes do livro, o jornal: suporte, mídia e ficção*. Edição digital. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2018.
- LEÃO, Mucio. Quase um programa. *Autores e Livros: Suplemento Literário de A Manhã*. Rio de Janeiro, n. 1, 17 ago. 1941, p. 1. Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.
- MACHADO DE ASSIS. *Autores e Livros: Suplemento Literário de A Manhã*. Rio de Janeiro, n. 7, 28 set. 1941. Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.
- MACHADO, Ubiratan. *Dicionário de Machado de Assis*. Apresentação de Cícero Sandroni. Rio de Janeiro: ABL, 2008.

- MCKENZIE, Donald Francia. *Bibliografia e a sociologia dos textos*. Trad.: Fernanda Veríssimo. São Paulo: Edusp, 2018.
- SALLA, Thiago Mio. O Estado Novo e as críticas a Machado de Assis na primeira metade dos anos 1940. *Machado de Assis em Linha*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, dez. 2012, p. 83-101. <https://doi.org/10.1590/S1983-68212012000200008>.
- SALLA, Thiago Mio. *Graciliano Ramos e a Cultura política: mediação editorial e construção de sentido*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2016.
- SCHAPOCHNIK, Nelson. Malditos tipógrafos. In: RAMOS, Alcides Freire; PATRIOTA, Rosangela; PASAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *Imagens na história*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008, p. 374-397.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Intercom/Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.
- UM APÓLOGO: Machado de Assis – 1839-1939. Direção: Humberto Mauro. Fotografia: Manoel Ribeiro. Produção: Ministério da Educação e Cultura; Instituto Nacional de Cinema Educativo (Ince). Drama. Rio de Janeiro, 1939. (15 min.). Disponível em: <http://www.bcc.gov.br/filmes/443311>. Acesso em: 22 out. 2024.
- UM CAPÍTULO DE ROMANCE. *Autores e Livros*: Suplemento Literário de *A Manhã*. Rio de Janeiro, n. 7, 28 set. 1941, p. 104. Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

Dois episódios petronianos em “Ci, Mãe do Mato”: um estudo de recepção dos clássicos em *Macunaíma*

[*Two Petronian episodes in “Ci, Mãe do Mato”: a study on classical reception in Macunaíma*]

Fabrício Sparvoli¹

Este artigo é fruto da disciplina FLC6415 Recepção da Literatura Grega e Latina, ministrada pela prof. dra. Adriane da Silva Duarte no Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas da USP, oferecida pela primeira vez em 2023, no encalço da recente criação da linha de pesquisa em estudos de recepção. Agradeço a Adriane da Silva Duarte, Julio Cesar Magalhães de Oliveira, Maria Cristina Correia Leandro Pereira, Heloísa Schiavo e Matheus Dallaqua pela leitura, correção e sugestões.

Agradecimentos à Fapesp pelo financiamento da pesquisa (processo n. 2023/05053-7).

RESUMO • Propõe este artigo um estudo de recepção dos clássicos no capítulo “Ci, Mãe do Mato”, da rapsódia de Mário de Andrade, *Macunaíma*, de 1928, particularmente de dois episódios do *Satyricon*, de Petrônio, o importante romance latino do século I d.C.: o do efebo de Pérgamo (*Sat. 85-87*) e o de Crotona (*Sat. 116-141*). Atentando-se para sua estrutura e conteúdo, analisa-se como eles são incorporados na fatura do capítulo, através de um complexo processo de adaptação em que se dissolvem as fronteiras entre mito ameríndio, literatura clássica e literatura brasileira. • **PALAVRAS-CHAVE** • Recepção dos clássicos; *Satyricon*; *Macunaíma*. • **ABSTRACT** • This article propo-

ses a study of the reception of classical literature in the chapter “Ci, Mãe do Mato”, from Mário de Andrade’s rhapsody *Macunaíma*, 1928, particularly of two episodes from Petronius’s *Satyricon*, the important first-century AD Latin novel: the boy from Pergamum (*Sat. 85-87*) and Crotona (*Sat. 116-141*). By examining its structure and content, this analysis explores how they are incorporated into the composition of the chapter through a complex process of adaptation, thereby dissolving the boundaries between Amerindian myth, classical literature, and Brazilian literature. • **KEYWORDS** • Classical reception; *Satyricon*; *Macunaíma*.

Recebido em 9 de janeiro de 2024
Aprovado em 21 de julho de 2024

SPARVOLI, Fabrício. Dois episódios petronianos em “Ci, Mãe do Mato”: um estudo de recepção dos clássicos em *Macunaíma*. *Rev. Inst. Estud. Bras.* (São Paulo), n. 89, 2024, e10702.



Seção: Artigo
DOI: [10.11606/2316901X.n89.2024.e10702](https://doi.org/10.11606/2316901X.n89.2024.e10702)

¹ Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).

*“Não fujo do ridículo. Tenho
companheiros ilustres.”*
(“Prefácio Interessantíssimo”,
Pauliceia desvairada in: ANDRADE,
1987, p. 63)

Em um episódio bastante conhecido de Macunaíma, o herói da nossa gente, passeando pelo centro de São Paulo em um dia de feriado, é abordado por uma vendedora que lhe oferece uma flor por mil-réis. Inicialmente, a proposta causa-lhe incômodo, já que o herói não consegue lembrar-se do nome, em português, do lugar em que a flor deveria ser inserida, a “botoeira”. Sem achar a palavra adequada, e depois de considerar chamá-la simplesmente “orifício”, o que considera inadequado, diz-lhe Macunaíma: “– A senhora me arrumou com um dia-de-judeu! Nunca mais me bote flor neste... neste puíto, dona!” (ANDRADE, 2017, p. 108)². Algum tempo depois, Macunaíma, em mais um dia de feriado, sai para passear com a alemã Fräulein. Emocionada com os galanteios do nosso herói, segundo o narrador, a moça “se virou e perguntou pra ele si deixava ela fincar aquela margarida no puíto dele” (ANDRADE, 2017, p. 109). À indignação imediata de Macunaíma segue-se, então, uma grande gargalhada, esclarecido o herói do novo significado que aquela “palavra-feia” adquirira entre paulistas:

Mas o caso é que “puíto” já entrara pras revistas estudando com muita ciência os idiomas escrito e falado e já estava mais que assente que pelas leis de catalepse elipse síncope metonímia metafonia metátese próclise prótese aférese apócope haploglia etimologia popular, todas essas leis, a palavra “botoeira” viera a dar em “puíto”, por meio duma palavra intermediária, a voz latina “rabanitius” (botoeira-rabanitius-puíto), sendo que rabanitius embora não encontrada nos documentos medievais, afirmaram os doutos que na certa existira e fora corrente no sermo vulgaris. (ANDRADE, 2017, p. 109).

Sob certo ângulo, a história do “puíto” é, em si mesma, um caso de recepção de um elemento – falsamente – clássico em Macunaíma, rapsódia publicada por Mário de

² Em todas as citações dessa edição foram mantidas a grafia e a pontuação originais.

Andrade em 1928. Sem saber nomear “botoeira”, o herói da nossa gente emprega um termo chulo, próprio de sua cultura, o qual, por sua vez, será recebido – e explicado – como se se originasse do latim, alcançando o vernáculo através dos processos mais cientificamente esdrúxulos. Da “botoeira” ao “puíto”, através do fictício “rabanitius”, observa-se na cena a fusão do mito indígena do puíto – conservado por Koch-Grünberg (2022, p. 77) – com um elemento clássico, forjado satiricamente, como “palavra intermediária” entre três contextos culturais distintos: o ameríndio, o clássico e o brasileiro.

De fato, a presença clássica na rapsódia de Mário de Andrade é um elemento já destacado pela crítica. Sobressai, nesse sentido, o capítulo medial da obra, “Carta pras icamiabas”, em que, além de expressões latinas de uso corrente e personagens históricas da Antiguidade, há citação direta a versos de Virgílio – “horresco referens” (*Aen.* 2.204; ANDRADE, 2017, p. 93); “per amica silentia Lunae” (*Aen.* 2.255; ANDRADE, 2017, p. 98) – e de Horácio – “modus in rebus” (*Sat.* 1.1.106; ANDRADE, 2017, p. 96). Analisando-a na perspectiva da tradição clássica, Maria Augusta Fonseca (1994) chega a tais conclusões acerca dessas citações na “Carta pras icamiabas”:

O diálogo entre textos, como hipótese do trabalho, trouxe a memória literária usada a partir de duas perspectivas: [no caso de Virgílio] fórmula congelada, estropiada ou descontextualizada de um passadismo erudito, de gosto canonizado, e [no caso de Horácio] o transporte da memória ao presente, como recordação, estímulo à reflexão, em que a literatura discute seu fazer. (FONSECA, 1994, p. 78-79).

Nem fórmula congelada de um passadismo erudito, nem transporte passivo do passado para o presente, a presença dos clássicos em *Macunaíma*, de modo geral, e em “*Ci, Mãe do Mato*”, de modo específico, pode ser compreendida sob outra perspectiva, se analisada, não do ponto de vista da tradição clássica, mas sim dos estudos de recepção dos clássicos. Mais do que sátila contra um elemento falsamente clássico, a história do puíto, com sua suposta origem em “rabanitius”, abre assim a possibilidade de compreender a recepção dos clássicos, na obra, como elemento estruturante de sua fatura. Fazê-lo de modo algum trai o espírito da rapsódia, afinal, como argumenta Gilda de Mello e Souza em *O tupi e o alaúde* (2023, p. 80), “o núcleo central de *Macunaíma*, não obstante os mascaramentos de toda ordem que despistam ininterruptamente o leitor, permanece europeu”.

RECEPÇÃO DOS CLÁSSICOS: POSSIBILIDADES E DEFINIÇÕES³

De fato, os estudos de recepção dos clássicos surgem em contraposição à noção de tradição clássica. Como destaca Charles Martindale (2007, p. 298), a recepção dos clássicos envolve a participação ativa dos/as leitores/as e artistas, através da qual

³ Nesta seção, apresenta-se apenas o conceito a ser mobilizado no artigo, a saber, adaptação. Para uma discussão mais aprofundada dos estudos de recepção dos clássicos, bem como da inserção do Brasil neles, sugere-se a leitura de Sano (2024). Todas as traduções do inglês são de minha autoria.

passado clássico e presente de recepção são postos em diálogo mútuo, dissipando-se suas fronteiras: “a distinção entre o mundo antigo ‘em si mesmo’ e a maneira pela qual ele foi recebido e compreendido em séculos posteriores é, desse modo, borrada, ou mesmo dissolvida” (MARTINDALE, 2007, p. 298). Com efeito, “quando textos são relidos em novas situações, eles adquirem novos significados; nós não temos que privilegiar os significados que eles tiveram em seu contexto primeiro, ‘original’ (mesmo assumindo que eles seriam, em princípio, recuperáveis)” (MARTINDALE, 2007, p. 298). Segundo Martindale, o objetivo dos estudos de recepção dos clássicos é, portanto, o de contrapor-se ao processo incontestado, estático, de sua transmissão, expresso pelos conceitos de apropriação e tradição clássica:

Mas devemos lembrar que “recepção” foi adotada precisamente para enfatizar o aspecto dinâmico e dialógico da leitura (de fato, “apropriação”, tornar algo próprio, minimiza a possibilidade de diálogo, a capacidade do texto de resistir às nossas tentativas de dominá-lo, sua capacidade de modificar nossa sensibilidade). “Tradição”, por contraste, poderia sugerir que o processo de transmissão é convenientemente incontestado. (MARTINDALE, 2007, p. 300)

Considerada uma das fundadoras dos estudos de recepção, define-a Lorna Hardwick a partir de três pressupostos: em primeiro lugar, os “processos artísticos e intelectuais envolvidos na seleção, imitação ou adaptação de trabalhos antigos”, isto é, “como o texto foi ‘recebido’ e ‘reconfigurado’ pelo/a artista, escritor/a ou designer; como o trabalho posterior se relaciona com a fonte”; em segundo lugar, a “relação entre esse processo e os contextos nos quais aconteceram”, ou seja, os fatores externos às fontes antigas que “contribuem para sua recepção e às vezes introduzem novas dimensões”, como “o conhecimento que o autor/a-receptor/a tem de sua fonte”; finalmente, a “finalidade e a função para a qual a nova obra ou apropriação de ideias ou valores foi feita” (HARDWICK, 2003, p. 5).

Ao contrário da noção de tradição clássica, as formas de recepção dos clássicos são marcadas, nas palavras de Hardwick (2003, p. 1), por uma “extraordinária diversidade”, a qual requer instrumentos apropriados de investigação. Em vista disso, propõe a autora um “vocabulário de trabalho para os estudos de recepção”, que busca mapear alguns conceitos para compreender “como a recepção sob análise e seu contexto se relacionam com a fonte clássica e o contexto dela” (HARDWICK, 2003, p. 9). Para os propósitos deste artigo, interessa particularmente o conceito de adaptação, compreendida como “versão de uma fonte desenvolvida para uma finalidade diferente, ou insuficientemente próxima, para contar como tradução” (HARDWICK, 2003, p. 9). O conceito de adaptação, proposto por Hardwick, pressupõe, dessa forma, um processo ativo de reconfiguração de um texto-fonte clássico por um autor/a posterior, de modo que o primeiro, sem ser traduzido, se torne elemento estruturante da fatura do segundo, o texto-receptor.

“CI, MÃE DO MATO”: ESTRUTURA E GÊNESE DO CAPÍTULO

Definidor para a estrutura da rapsódia de Mário de Andrade (CAMPOS, 1973, p. 123-140), o capítulo “Ci, Mãe do Mato” narra, em linhas gerais, o encontro entre Ci, Mãe do Mato e chefe das icamiabas, e Macunaíma, que, seduzindo-a, se torna o Imperador do Mato-Virgem. Afastada sua resistência inicial, a Mãe do Mato apaixona-se pelo herói da nossa gente, e três cenas sexuais são narradas. Após um tratamento contra a impotência de Macunaíma, nasce-lhes um filho, que é morto pela Cobra Preta, após esta ter envenenado o único seio pelo qual Ci amamentava. Morto o filho, Ci, entristecida, presenteia Macunaíma com a muiraquitã, subindo a seguir com o auxílio de um cipó para o céu, onde se torna a estrela Beta do Centauro. Nesse terceiro capítulo de *Macunaíma*, apresentam-se assim dois elementos centrais para o desenvolvimento do livro: a busca pela muiraquitã, a qual, perdida por Macunaíma na fuga contra Capei no capítulo seguinte, será levada para São Paulo, onde Venceslau Pietro Pietra, o gigante Piaimã, a comprará, convertendo-se em antagonista do herói da nossa gente; e as “sodades” melancólicas por Ci, que motivarão Macunaíma a subir aos céus em busca da amada, ao fim da rapsódia, tornando-se a constelação da Ursa Maior.

Centrado no encontro com as icamiabas, o capítulo tem origem em um mito ameríndio, narrado a Koch-Grünberg por Mayuluáípu, que trata “das mulheres sem homens” (KOCH-GRÜNBERG, 2022, p. 116). Conservado em *Do Roraima ao Orinoco*, estudo etnográfico que Mário de Andrade reconhecidamente utilizou como fonte para a escrita de *Macunaíma* (SÁ, 2017), convém citar integralmente o trecho, que recebe o título “40. As Amazonas”:

Ulidžán, as mulheres sem homens, antigamente eram gente. Agora estão transformadas em *mawarí* (demônios das montanhas). Antes elas viviam na serra Ulidžán-tep, perto da serra Murukú-tep no Paríma. Mais tarde, metade delas se mudou para uma outra serra no lado oriental do Tacutu. A outra metade ficou até hoje na sua antiga morada. Quando um homem chega à *maloca* delas e pede permissão para dormir lá, elas o deixam dormir com elas. Elas têm *kewéi*, chocalhos de cascas de frutos, pendurados em suas redes de dormir. Quando uma delas dorme com um homem, o chocalho faz barulho para que as outras mulheres fiquem sabendo. Então deixam os homens voltarem para casa. Se nascer um filho, elas o matam. Só deixam as filhas viverem e as criam. Quando uma das mulheres fica velha, elas a matam e a enterram. Não são casadas. São muito bonitas e têm cabelo comprido. Fazem todo o trabalho de um homem, plantam roça, caçam e pescam. (KOCH-GRÜNBERG, 2022, p. 116-117).

Do mito ameríndio narrado a Koch-Grünberg por Mayuluáípu, como se lê, essas “mulheres sem homens” (chamadas de “*ulidžán*” pelo nativo, mas de “amazonas” pelo etnógrafo alemão) possuem como características não terem homens e não serem casadas; o fato de terem sido humanas, mas agora serem divindades; o hábito de autorizarem momentaneamente o sexo com homens, e usarem os *kewéi* para anunciarlo às demais mulheres; a prática de matarem filhos e idosas; o fato de serem belas e fazerem o trabalho masculino. Dessas características, Mário de

Andrade conserva poucos elementos, como a beleza das mulheres, o fato de não casarem (a relação de Macunaíma e Ci não perdura), de não gerarem filhos (o filho de Macunaíma e Ci morre, e Jiguê não é capaz de desposar as demais icamiabas) e de exercerem atividades consideradas masculinas, como a guerra. Ao invés de “mulheres sem homens”, a versão que Mário de Andrade apresenta das *ulidžán* as nomeia de “mulheres sozinhas” (ANDRADE, 2017, p. 29), adaptação muito próxima ao mito de partida. As inovações, de fato, são mais expressivas. Como se nota, nem as “mulheres sem homens” são chamadas de icamiabas no mito, nem Ci é mencionada e muito menos o tom erótico está explicitamente presente como em “Ci, Mãe do Mato”. Macunaíma, herói dos mitos taulipáng e arekuná, também não é mencionado. Segundo registra Cavalcanti Proença (1974, p. 136-137), tanto o nome Ci como também o enredo são frutos da invenção de Mário de Andrade, que, baseando-se nesse mito narrado a Koch-Grünberg por Mayuluáipu, expande-o a partir de outras referências literárias, sobretudo coloniais. Trata-se, portanto, de uma adaptação mais inovadora do que conservadora.

A presença do tema das amazonas, por certo, reforçaria um possível diálogo com a Antiguidade Clássica. De fato, dois trabalhos recentes (REDEL, 2016; ZUKOSKI; SILVA, COQUEIRO; 2023) propuseram que, em “Ci, Mãe do Mato”, Mário de Andrade teria se aproveitado do mito clássico das amazonas, desconstruindo-o em uma leitura que consideram antropofágica. Para argumentar a favor da suposta desconstrução das amazonas, as autoras necessitam de que o texto-fonte de Mário de Andrade seja europeu, ignorando, portanto, seu emprego de *Do Roraima ao Orinoco*, no qual Koch-Grünberg registrou o mito ameríndio das “mulheres sem homens” narrado por Mayuluáipu. Acima de tudo, uma leitura atenta de “Ci, Mãe do Mato” notaria que, em momento algum, se emprega a palavra “amazonas” no capítulo. Ao contrário, ao descrever Ci, afirma o narrador que ela “fazia parte dessa tribo de *mulheres sozinhas*” (ANDRADE, 2022, p. 29 – grifos meus), expressão muito próxima à que Mayuluáipu narrou a Koch-Grünberg, conforme visto anteriormente.

DOIS EPISÓDIOS PETRONIANOS EM “CI, MÃE DO MATO”

Do ponto de vista das cenas sexuais de “Ci, Mãe do Mato”, nota-se, portanto, um hiato entre o mito ameríndio e a redação do capítulo. A chave deve ser procurada em outro lugar. Um indício interessante, nesse sentido, foi apresentado por Gilda de Mello e Souza, no já mencionado *O tupi e o alaúde* (2023). Em certa altura de seu livro, a autora, analisando o que chama de “carnavalização do herói do romance de cavalaria” (SOUZA, 2023, p. 77) operada pela rapsódia, cita como exemplo desse processo a relação entre Macunaíma e Ci. Embora sem desenvolvê-la, apresenta a autora a seguinte sugestão a respeito do capítulo:

Aliás, o modelo do trecho referido – avesso do idílio cavaleiresco – talvez deva ser procurado em certas cenas do Satyricón de Petrônio, que Mário de Andrade parece ter fundido à tonalidade pornográfica das lendas ameríndias e às descrições de cenas eróticas recolhidas pelos cronistas. (SOUZA, 2023, p. 77)

Não se trata de proposta desarrazoada: Mário de Andrade conhecia o *Satyricon*. Com efeito, menções diretas a Petrônio podem ser rastreadas na obra do autor pelo menos a partir de 1922, quando publica *Pauliceia desvairada* (ANDRADE, 1987). Fundindo as “romas” de Petrônio com referências ao cinema, no poema “Domingo”, por exemplo, lê-se:

Central. Drama de adultério.
A Bertini arranca os cabelos e morre.
Fugas... Tiros... Tom Mix!
Amanhã fita alemã... de beiços...
As meninas mordem os beiços pensando em fita alemã...
As romas de Petrônio...
E o leito virginal... Tudo azul e branco!
Descansar... Os anjos... Imaculado!
As meninas sonham masculinidades...
Futilidade, civilização.
(ANDRADE, 1987, p. 91).

Que Mário conhecesse a obra de Petrônio e pudesse aproveitá-la em sua rapsódia, é, portanto, inquestionável. Garantido o conhecimento do *Satyricon* no momento da escrita de *Macunaíma*, como no caso do púito, pode-se rumar, em diálogo com Mello e Souza, do mito ameríndio à Antiguidade Clássica. Mais do que mera sugestão, a proposta de Mello e Souza converte-se, desse modo, em verdadeira hipótese de trabalho. Porém, uma vez que a autora não desenvolve a análise entre Mário de Andrade e Petrônio, não são identificadas quais poderiam ser as tais “certas cenas do *Satyricon*” que o autor teria aproveitado, nem é analisado como esse aproveitamento – como sua adaptação, para recorrer ao conceito de Hardwick – opera.

Com efeito, localizar quais trechos do *Satyricon* são adaptados por Mário de Andrade é uma matéria, ao mesmo tempo, simples e complexa por um único motivo: pelo fato de que, nas palavras de Amy Richlin (2009, p. 82), “pode parecer que um dos objetivos do romance [de Petrônio] é discorrer acerca de todas as formas possíveis de comportamento sexual”. De fato, muitos trechos – se não toda a obra – de Petrônio poderiam ser aproximados do capítulo “Ci, Mãe do Mato”. Neste artigo, serão destacados dois episódios particulares que podem ter sido empregados: o do efebo de Pérgamo (*Sat. 85-87*) e o de Crotona (*Sat. 116-141*), em que se destaca a relação entre Circe e Polieno, remediada por Proselenos e Enotеia. Justificam-se ambos por serem, além dos mais conhecidos, os mais densos em matéria erótica na obra petroniana. Porém, será a análise dos elementos extraídos dos próprios textos literários – sua estrutura e seu conteúdo – que confirmará ou rejeitará a possibilidade de sua adaptação em “Ci, Mãe do Mato”.

O episódio do efebo de Pérgamo (*Sat. 85-87*), uma fábula milésia narrada pelo poeta Eumolpo, gira em torno do encontro do poeta, narrador e personagem da matéria, com um jovem, que, sendo belo, lhe desperta interesse sexual. Trata-se de uma história isolada, sem repercussão geral para o enredo do *Satyricon*. Passando-se por uma figura respeitável, Eumolpo consegue a confiança dos pais do menino, que

o contratam para seu preceptor. Prometendo-lhe presentes cada vez mais caros, Eumolpo consegue auferir do aluno prazeres cada vez mais complexos. Entretanto, como não é cumprida a última promessa, o efebo decide vingar-se, e encerra-se a história com a inversão cômica dos papéis sexuais. Ao comparar o episódio de Petrônio com “Ci, Mãe do Mato”, serão analisados, em ambos os textos, quatro elementos: como ocorre o encontro das personagens envolvidas, o primeiro contato sexual, o desenvolvimento dessa relação estabelecida e o seu desfecho.

No romance de Petrônio, o encontro entre Eumolpo e o efebo ocorre de modo fortuito. Estando “na Ásia a serviço de um questor”, especificamente em Pérgamo, narra o poeta que “a casa em que morei era confortável, e o filho do dono, então, era uma beleza fora de série” (*Sat. 85.1*)⁴. Logo que se instala no seio daquela família, incitado pela beleza do filho do casal, Eumolpo arma um estratagema para convencer os pais de sua boa – porém, falsa – reputação, para com isso tornar-se preceptor do efebo e seduzi-lo:

Logo pensei numa maneira de me tornar namorado dele sem levantar as suspeitas do pai. Então, durante o jantar, todas as vezes que se mencionava algo a respeito de casos com rapazes bonitos, eu me inflamava de uma forma tão veemente, eu me negava a violentar meus ouvidos com palavras obscenas, mostrando uma tristeza tão profunda que principalmente a mãe do moço via-me como se fosse eu um dos antigos filósofos. Logo, a fim de que nenhum sedutor se infiltrasse em casa, eu já havia passado a levar o adolescente ao ginásio, a organizar os estudos dele, a ensiná-lo e orientá-lo. (*Sat. 85.1-3*).

Da cena inicial, observa-se a presença de três elementos no episódio petroniano: o acaso do encontro, ocorrido à noite em uma região distante; o interesse sexual imediato, despertado pela beleza do rapaz; o estratagema para possibilitar a realização sexual. Na rapsódia de Mário de Andrade, observa-se a mesma situação na cena do encontro entre o herói da nossa gente e a icamiaba Ci. Em primeiro lugar, o encontro é igualmente fortuito e ocorrido à noite em região distante. Com efeito, vagavam Macunaíma, seus irmãos Maanape e Jiguê, bem como a companheira deste último, Iriqui, quando, “riscando a noite do silêncio com um gesto imenso de alerta” (ANDRADE, 2017, p. 29), Macunaíma pressente algo. Afastada Iriqui por cautela, “légua e meia adiante Macunaíma escoteiro topou com uma cunhã dormindo. Era Ci, Mãe do Mato. Logo viu pelo peito destro seco dela, que a moça fazia parte dessa tribo de mulheres sozinhas parando lá nas praias da lagoa Espelho da Lua, coada pelo Nhamundá” (ANDRADE, 2017, p. 29). Em segundo lugar, como no caso do efebo de Pérgamo, também a beleza de Ci chama a atenção de Macunaíma, despertando-lhe o desejo sexual: “A cunhã era linda com o corpo chupado pelos vícios, colorido com jenipapo. O herói se atirou por cima dela pra brincar. Ci não queria” (ANDRADE, 2017, p. 29). Por fim, o terceiro elemento do encontro entre as personagens – o estratagema que possibilita a realização sexual – faz-se necessário, no caso da rapsódia, não pela presença de pais cautelosos, como no romance de Petrônio, mas pela resistência da própria icamiaba. Assim, Macunaíma arma-se e tenta tomá-la à força, mas, resistindo Ci, o “herói apanhava” (ANDRADE,

⁴ Todas as citações de Petrônio são traduções de Claudio Aquati (PETRÔNIO, 2008). Por imposição do limite do texto, não foram citados os originais latinos.

2017, p. 29). Depois de muito levar da icamiaba, Macunaíma, recorrendo aos irmãos, cria finalmente seu próprio estratagema para violentamente possuí-la:

Afinal se vendo nas amarelas porque não podia mesmo com a icamiaba, o herói deitou fugindo chamando pelos manos:

– Me acudam que sinão eu mato! me acudam que sinão eu mato!

Os manos vieram e agarram Ci. Maanape trançou os braços dela por detrás enquanto Jiguê com a murucu lhe dava uma porrada no coco. E a icamiaba caiu sem auxílio nas samambaias da serrapilheira. Quando ficou bem imóvel, Macunaíma se aproximou e brincou com a Mãe do Mato. (ANDRADE, 2017, p. 30).

No *Satyricon*, de Petrônio, ao encontro não se sucede imediatamente o primeiro contato sexual, como no caso de *Macunaíma*. Se na rapsódia marioandradiana o herói recorre aos irmãos para possuir Ci com violência, no romance petroniano o poeta recorre à intercessão da deusa Vênus, para que, através de promessas, consiga gradualmente realizar seus desejos sexuais dirigidos ao efebo. Ao longo de três noites, Eumolpo oferecerá presentes crescentemente mais caros, para que consiga favores sexuais cada vez mais prazerosos. Na primeira noite, promete Eumolpo um “casal de pombos” em troca de beijos do efebo, “sem que ele perceba” (*Sat.* 85.5): “Bastou ouvir o preço dos meus desejos, o menino começou a roncar” (*Sat.* 85.6). Na segunda noite, são prometidos “dois galos dos mais brigões” em troca de carícias, sob a condição de “ele não perceber” (*Sat.* 86.1). Na terceira noite, desejoso finalmente do prazer supremo, promete-lhe Eumolpo “um formidável trotador da Macedônia”, mas com esta condição: “se ele não perceber” (*Sat.* 86.4). Como afirma o poeta, “Nunca o menino dormiu um sono mais profundo” (*Sat.* 86.5). Iniciado por um estratagema em que se apresenta como filósofo confiável, as primeiras relações sexuais – estruturadas ternariamente – de Eumolpo com o efebo acabam em um engodo, já que o poeta não pode pagar o preço prometido: “Você sabe que é mais fácil comprar pombos e galos que um cavalo trotador” (*Sat.* 86.6).

O desenvolvimento da relação estabelecida entre Eumolpo e o efebo ocorre, portanto, sob o signo de uma promessa não cumprida, geradora de frustração e de vingança. Momentaneamente afastados, o poeta busca dissipar o descontentamento do rapaz. Deve-se notar, aqui, a repetição da estrutura ternária notada no primeiro, e gradativo, encontro sexual. Inicialmente, a aproximação de Eumolpo ocorre com relutância e protestos do efebo:

Mas ele, nitidamente zangado, não dizia outra coisa que não fosse o seguinte:

– Dorme, ou vou já dizer a meu pai.

Mas nada é tão difícil que um mau caráter não arranke. Enquanto ele dizia “Vou acordar meu pai”, eu, a despeito de tudo, me introduzi sorrateiramente e arranquei prazer de sua mal fingida relutância. De sua parte, ele não pareceu desapontado com minha lascívia e depois de algum tempo reclamando de ter sido enganado e ter se tornado alvo de risadas entre seus colegas, a quem contara minha promessa, disse:

– É, mas você vai ver: eu não serei como você. Se quer, faz de novo.

Já que não havia mais ressentimento, voltei às boas com o garoto e, depois de aproveitar sua boa vontade, caí no sono. (*Sat.* 87.2-6).

Se aqui é Eumolpo quem age, a situação altera-se a seguir, quando o próprio efebo pede uma segunda relação. Começa-se, assim, a inverter o jogo sexual, de modo que o rapaz, antes objeto dos desejos de Eumolpo, passa a sujeito da ação:

Mas não se contentou com mais essa vez o menino, que estava na flor da juventude e numa idade em que é muito forte o desejo de se entregar. Assim, ele me tirou do sono dizendo:

– Será que você não quer mais?

É claro que o presente ainda não era de todo mau. Suspiros, suores... Embora eu estivesse moído, ele teve o que pedia, e eu caí de novo no sono, derreado de prazer. (*Sat.* 87.7-8).

Finalmente, com a terceira proposta do rapaz, completa-se a inversão de papéis através de um desfecho cômico. Tornado objeto de desejo sexual do efebo, Eumolpo devolve-lhe suas próprias palavras iniciais:

Menos de uma hora depois, ele voltou a me cutucar com a mão, dizendo:

– Por que a gente não faz de novo?

Então, depois de acordar tantas vezes, eu é que fiquei danado da vida e acabei lhe devolvendo as próprias palavras:

– Ou você dorme, ou eu direi já a seu pai! (*Sat.* 87.8-9).

Por sua vez, o desenvolvimento da relação estabelecida entre Macunaíma e Ci não ocorre sob um signo negativo, como no caso de Eumolpo e do efebo. Consumado imediatamente o primeiro contato sexual, Macunaíma e seu séquito – Ci, Maanape, Jiguê e sua companheira Iriqui – atravessaram “a cidade das Flores evitaram o rio das Amarguras passando por debaixo do salto da Felicidade, tomaram a estrada dos Prazeres e chegaram no capão de Meu Bem que fica nos cerros da Venezuela” (ANDRADE, 2017, p. 30), trajeto simbólico que alude à conversão de Ci aos amores de Macunaíma. Cada vez mais distante do Uraricoera, foi “de lá que Macunaíma imperou sobre os matos misteriosos, enquanto Ci comandava nos assaltos as mulheres empunhando txaras de três pontas” (ANDRADE, 2017, p. 30). No início uma violência, o primeiro contato sexual de Macunaíma com Ci converte-se, por fim, em algo positivo.

Como no episódio de Eumolpo e do efebo de Pérgamo, estrutura-se o desenvolvimento da relação de Macunaíma e Ci igualmente de modo ternário. Ausente o signo negativo da promessa não cumprida e as consequentes frustração e vingança, deve-se notar que não é apenas a estrutura que Mário de Andrade aproveita de Petrônio. A essa altura, tanto Ci já não rejeita Macunaíma, como ainda trança para ele uma rede com seus próprios cabelos. No “capão de Meu Bem”, invertem-se os papéis sexuais. Inicialmente objeto sexual do herói da nossa gente, Ci converte, progressivamente, Macunaíma em seu próprio objeto de desejo, inversão similar à ocorrida entre Eumolpo e o efebo. Na primeira das três relações, Macunaíma está descansando quando Ci chega e toma a iniciativa:

O herói vivia sossegado. Passava os dias marupiara na rede matando formigas taiocas, chupitando golinhos estalados de pajuari e quando agarrava cantando acompanhado pelos sons gotejantes do cotcho, os matos reboavam com doçura adormecendo as cobras os carrapatos os mosquitos as formigas e os deuses ruins.

De-noite Ci chegava recendendo resina de pau, sangrando das brigas e trepava na rede que ela mesmo tecera com fios de cabelo. Os dois brincavam e depois ficavam rindo um pro outro.

Ficavam rindo longo tempo, bem juntos. Ci aromava tanto que Macunaíma tinha tonteiras de moleza.

– Puxa! como você cheira, benzinho!

que ele murmurava gozado. E escancarava as narinas mais. Vinha uma tonteira tão macota que o sono principiava pingando das pálpebras dele. (ANDRADE, 2017, p. 30).

Não satisfeita, Ci imediatamente quer mais. Se naquele primeiro momento Macunaíma ainda estava desejoso de ter relações, na segunda vez sua vontade oscila, de modo que vai se tornando, a contragosto, objeto de Ci:

Porém a Mãe do Mato inda não estava satisfeita não e com um jeito de rede que enlaçava os dois convidava o companheiro pra mais brinquedo. Morto de soneira, infernizado, Macunaíma brincava para não desmentir a fama só, porém quando Ci queria rir com ele de satisfação:

– Ai! que preguiça!...

que o herói suspirava enfarado. E dando as costas pra ela adormecia bem. (ANDRADE, 2017, p. 30 e 32).

Ci insiste uma vez mais, e Macunaíma só cede às brincadeiras – pela terceira vez – porque a icamiaba empunha contra ele sua txara, completando-se com a arma a inversão de papéis:

Mas Ci queria brincar inda mais... Convidava convidava... O herói ferrado no sono. Então a Mãe do Mato pegava na txara e cotucava o companheiro. Macunaíma se acordava dando grandes gargalhadas estorcegando de cócegas.

– Faz isso não, oferecida!

– Faço!

– Deixa a gente dormir, seu bem...

– Vamos brincar.

– Ai! que preguiça!...

E brincavam mais outra vez. (ANDRADE, 2017 p. 32).

A leitura comparada do episódio do efebo de Pérgamo, de Petrônio, e de “Ci, Mãe do Mato”, de Mário de Andrade, aponta para uma adaptação que, ao mesmo tempo, conserva elementos da obra clássica e introduz inovações. Inicialmente, os episódios seguem a mesma sequência. Em primeiro lugar, há o encontro, no qual se observam, em Petrônio e em Mário de Andrade, os seguintes fatos: de ocorrer à noite em um local distante (Pérgamo e as praias da lagoa Espelho da Lua, respectivamente); de

a beleza de quem é encontrado/a (o efebo e Ci, respectivamente) despertar o desejo sexual de quem o/a encontra (Eumolpo e Macunaíma, respectivamente); e de haver a necessidade de um estratagema que efetive o primeiro contato sexual (presentes prometidos e o auxílio dos irmãos, respectivamente), embora por motivos diversos (pais cautelosos ou resistência pessoal, respectivamente). Trata-se, portanto, de uma adaptação conservadora, haja vista que tanto a estrutura quanto o conteúdo são recebidos sem a introdução de inovações significativas.

Em segundo lugar, ocorre o primeiro contato sexual, em que se observa uma maior liberdade na adaptação: ao passo que o primeiro contato sexual de Eumolpo com o efebo ocorre em três momentos, através da persuasão gradual e de presentes prometidos, em “Ci, Mãe do Mato”, Macunaíma imediatamente o realiza com Ci, através do recurso à violência e do auxílio de seus irmãos, Maanape e Jiguê. Assim, Mário de Andrade não apenas condensa a estrutura petroniana do primeiro contato sexual – reduzindo sua gradativa estrutura ternária e eliminando a persuasão e os presentes prometidos –, como ainda lhe confere um matiz de violência ausente do episódio petroniano. Trata-se, portanto, de uma adaptação inovadora, visto que tanto a estrutura quanto o conteúdo são significativamente alterados.

Em terceiro lugar, o desenvolvimento da relação estabelecida aponta, simultaneamente, para a conservação e para a inovação de certos elementos. Em Petrônio, a relação de Eumolpo com o efebo desenvolve-se sob o signo da frustração e da vingança deste em relação àquele, de modo que se processa gradualmente, através de três encontros sexuais, uma inversão de papéis sexuais; em Mário de Andrade, ausente o elemento da frustração e da vingança, ocorre a mesma inversão gradual de papéis sexuais, e também através de uma estrutura ternária, de modo que Ci submete Macunaíma, tornando-o seu objeto de desejo. Trata-se, portanto, de uma adaptação conservadora no que diz respeito à estrutura, mas inovadora quanto ao conteúdo.

Finalmente, em quarto lugar, há o desfecho do episódio. No romance de Petrônio, a inversão de papéis, uma vez completa, implica o fim cômico do episódio do efebo de Pérgamo, que não repercute decisivamente no enredo do Satyricon. Em “Ci, Mãe do Mato”, não há desfecho cômico após o desenvolvimento da relação estabelecida entre a icamiaba e o herói da nossa gente. Ao contrário, a história segue, acentua-se a inversão de papéis sexuais, e a relação de Macunaíma e Ci adquire função estruturante para a rapsódia Macunaíma. Portanto, tal supressão permite a Mário de Andrade converter aquilo que, em Petrônio, é um episódio isolado, sem influência decisiva para o desenvolvimento do enredo, em parte integral, decisiva mesmo, da história do herói da nossa gente. Nem estrutura e nem conteúdo são, assim, adaptados de Petrônio, observando-se, no lugar, uma completa inovação por Mário de Andrade. Eliminado o desfecho, se se perde, por um lado, o elemento cômico, ganha-se, por outro, no desenvolvimento da obra.

Também aqui, Petrônio pode ter desempenhado papel importante no desenvolvimento da história de Macunaíma e Ci. Nesse ponto, convém analisar o segundo episódio petroniano possivelmente empregado por Mário de Andrade em “Ci, Mãe do Mato”. Trata-se do episódio de Crotona (*Sat. 116-141*), em que se destaca a relação entre Circe e Polieno, remediada por Proselenos e Enoteia. Tendo alcançado a cidade de Crotona fortuitamente devido a um naufrágio, Encólpio, Eumolpo, Gitão e

Córax, armam por sugestão do poeta um estratagema para obter benefícios naquela localidade habitada por caçadores de heranças (*Sat. 116.1-117.13*). Assumindo o papel de um senhor rico, sem herdeiros e recém-naufragado, Eumolpo propõe que os companheiros se passem por escravos, plano que obtém sucesso (*Sat. 124.2-125.4*). Assim, Encólpio assume uma persona servil chamada Polieno, e passa a manter – ou tentar manter – relações sexuais com diversas personagens. Após três casos de impotência (*Sat. 128.1-2, 128.7 e 132.2-5*), Polieno é submetido a três rituais (*Sat. 131.4-6, 134.3-6 e 138.1-2*) para tentar reverter sua situação pouco propícia. Os tratamentos são ineficazes, já que Polieno se verá impotente uma nova vez (*Sat. 140.11*), tendo suas forças finalmente reconstituídas de modo miraculoso por ação do deus Mercúrio (*Sat. 140.12-13*).

O primeiro caso de impotência que acomete Polieno ocorre em relação a Circe. Devido a uma lacuna na transmissão do texto petroniano, a situação só é conhecida a partir da reação de ambos:

– O que é que há? – disse ela. – Será que meu beijo te desagrada? Será que meu hálito, sem frescor, cheira a jejum? Será o suor desleixado das axilas? Se não são essas coisas, penso eu, será que você tem medo de Gitão?

Tomado de alto a baixo por um indisfarçável rubor, perdi minha força, se é que tivera alguma, e com o corpo todo meio frouxo, eu disse:

– Eu peço, ó minha rainha, não tripudies sobre minha infelicidade. Fui vítima de um filtro. (*Sat. 128.1-2*).

A segunda impotência de Polieno, devido a mais uma lacuna no episódio, também só é conhecida indiretamente. Dessa vez, é através de Gitão que ficamos sabendo do caso: “– Assim, em nome disso eu te agradeço, porque você me ama segundo os moldes socráticos. Nem Alcebíades se deitou tão intacto na cama de seu mestre” (*Sat. 128.7*). A seguir, novamente devido a uma lacuna textual, a terceira impotência de Polieno é conhecida através da reação de Circe, segundo refere o narrador do romance:

A matrona, vexada pelos patentes ultrajes, recorre enfim à vingança: chama os criados de quarto e manda que me surrem. Não contente com injuriar-me tão gravemente, a mulher chama as fandearias todas e a corja mais repulsiva de toda a escravaria, e manda que escarrem sobre mim. Ponho as mãos sobre os olhos, sem lançar nenhum pedido de perdão, porque sabia o que eu tinha merecido, e com pancadas e escarros fui arremessado pela porta. Também Proselenos é expulsa, Críside apanha, e toda a escravaria, acabrunhada, resmunga entre si e procura descobrir quem perturbara o bom humor da patroa. (*Sat. 132.2-5*).

A última impotência de Polieno, também referida pelo narrador, ocorre no episódio da matrona Filomela e seus filhos. Observando a relação sexual de Eumolpo com a filha de Filomela, Polieno tenta engracar-se com o irmão dela, mas sem sucesso:

E assim eu também, para que não perdesse o costume por ficar sem fazer nada, enquanto o irmão espiava os repetidos movimentos de sua irmã pelo buraco da

fechadura, acerquei-me dele, na tentativa de ver se ele aceitava uma investida. E o rapaz, já bem traquejado, nem se incomodava com as carícias. Mas também ali a divindade, minha inimiga, foi me encontrar... (*Sat.* 140.11).

É precisamente o elemento da impotência sexual que Mário de Andrade adaptará, do episódio de Crotona, para dar prosseguimento à relação entre Macunaíma e Ci. Ao passo que Polieno se vê impotente em quatro situações diversas, Macunaíma é acometido por dificuldades uma única vez, em um dia de muita bebida:

Porém nos dias de muito pajuari bebido, Ci encontrava o Imperador do Mato-Virgem largado por aí num porre mãe. Iam brincar e o herói se esquecia no meio.

– Então, herói!

– Então o quê!

– Você não continua?

– Continua o quê!

– Pois, meus pecados, a gente está brincando e vai você para no meio!

– Ai! que preguiça!...

Macunaíma mal esboçava de tão chumbado. E procurando um macio nos cabelos da companheira adormecia feliz. (ANDRADE, 2017, p. 32)⁵.

Em ambas as histórias, a impotência das personagens implica na necessidade de tratamento. No caso de Polieno, haverá três tentativas – sem sucesso – de reverter sua má condição. Na primeira delas, sob ordem de Circe, é Proselenos quem realiza o ritual: “A outra [Proselenos] retirou de junto do seio um cordão trançado com fitas de várias cores e amarrou-me o pescoço. Em seguida, com o dedo médio, pegou pó misturado com cuspe e fez-me na fronte um sinal repugnante” (*Sat.* 131.4). Após uma lacuna, o trecho segue:

Concluído esse encantamento, ela me mandou cuspir três vezes, e três vezes jogar junto ao seio pedrinhas previamente encantadas, que ela mesma envolvera em púrpura. E metendo mãos à obra, pôs-se a experimentar as forças de meu membro. Dito e feito, meus nervos obedeceram ao comando, e com um movimento brusco encheram as mãos da velhinha. (*Sat.* 131.5-6).

O restabelecimento de Polieno é apenas momentâneo, já que, posteriormente, ele é submetido a um novo ritual por Proselenos, dessa vez no templo do deus Priapo:

E, sem que eu oferecesse qualquer resistência, [Proselenos] levou-me de novo para a cela da sacerdotisa e me empurrou para cima da cama. Arrancou uma vara da porta e,

5 Note-se que, ao condensá-las, Mário de Andrade conserva, de certa forma, a divisão quaternária das impotências de Eumolpo: primeira, “– Então, herói!” / ‘– Então o quê!’; segunda, “– Você não continua?” / ‘– Continua o quê?’; terceira, “– Pois, meus pecados, a gente está brincando e vai você para no meio!” / ‘– Ai! que preguiça!...’; quarta, “Macunaíma mal esboçava de tão chumbado. E procurando um macio nos cabelos da companheira adormecia feliz”.

sem qualquer reação da minha parte, maltratou-me de novo. E se ao primeiro golpe, por ter se quebrado, a vara não fizesse com que a mulher diminuísse o ímpeto do castigo, talvez até os meus braços e a minha cabeça ela quebrasse. Mas eu gemi principalmente por causa de uma masturbação e, com as lágrimas brotando abundantemente, deitei sobre o travesseiro com a cabeça protegida pelo braço direito. Ela sentou-se em outra parte do pequeno leito e, não menos desfeita em prantos, passou a acusar-se com voz trêmula da duração de sua longa vida. (*Sat.* 134.3-6).

Por fim, será através de Enoteia, sacerdotisa de Priapo, que Polieno receberá seu terceiro tratamento: “Enoteia sacou um falo de couro que untou com óleo e pimenta moída com semente de urtiga triturada. Devagar, começou a introduzir em meu ânus. Com esse molho, a crudelíssima velha depois espargiu minhas coxas” (*Sat.* 138.1-2). Há uma lacuna no trecho, que segue: “[Enoteia] Misturou suco de mastruço com abrótnano e, com meu sexo todo borrificado, apanhou um maço de urtigas verdes e começou lentamente a fustigar com a mão tudo o que ficava abaixo do umbigo” (*Sat.* 138.2). Tratamento igualmente ineficaz, Polieno só terá suas forças restauradas por intercessão divina do deus Mercúrio, mas também aqui, uma vez que não se conhece a continuação do romance lacunar de Petrônio, não se pode afirmar categoricamente a efetividade da restauração de suas forças:

— Maiores são os deuses, que me devolveram integralmente. Ah, foi Mercúrio. Ele, que costuma levar e trazer as almas, devolveu-me por bondade aquilo que uma colérica mão havia cortado, para que você saiba que eu fui mais agraciado que Protesilau ou qualquer outro dos antigos.

Tendo falado isso, ergui a roupa, e me deixei examinar todo por Eumolpo. Mas ele primeiro se assustou, depois, para não haver dúvidas, apalpou com ambas as mãos a dádiva dos deuses. (*Sat.* 140.12-13).

Da mesma maneira que Polieno, Macunaíma será igualmente submetido a tratamento com vistas a restaurar suas forças. Através de um preparo – como em Petrônio – de urtigas, aplicado nas partes sexuais de Macunaíma mas também nas suas, Ci reconstituirá as forças do herói da nossa gente:

Então pra animá-lo Ci empregava o estratagema sublime. Buscava no mato a folhagem de fogo da urtiga e sapecava com ela uma coça coçadeira no chuí do herói e na nalachítchi dela. Isso Macunaíma ficava que ficava um lião querendo. Ci também. E os dois brincavam que mais brincavam num deboche de ardor prodigioso. (ANDRADE, 2017, p. 32).

Como no caso anterior, a leitura comparada do episódio de Crotona, de Petrônio, e de “Ci, Mãe do Mato”, de Mário de Andrade, aponta para uma adaptação que, ao mesmo tempo, conserva elementos da obra clássica e introduz inovações. Dos amores de Circe e Polieno, dois aspectos são adaptados: a impotência sexual e seu tratamento. No caso da impotência de Polieno, observa-se a ocorrência de quatro situações, narradas sob diversos pontos de vista (de Circe, de Gitão e do próprio Polieno), com três personagens diferentes (Circe, Gitão e o filho de Filomela), cuja origem é explicada religiosamente

(um filtro ou a perseguição de uma divindade). Em todas as quatro vezes em que se vê impotente, Polieno sente-se vexado. Por sua vez, em “Ci, Mãe do Mato” observa-se não somente uma simplificação estrutural – há apenas um caso narrado, referente a uma única companheira, a própria Ci –, como também uma inovação quanto ao conteúdo – o motivo da impotência é o excesso de pajuari bebido, o ponto de vista é apenas de Ci. Ao contrário de Polieno, o caso de impotência de Macunaíma desperta-lhe, não a vergonha, mas a indiferença e o sono. Alterando tanto a estrutura quanto o conteúdo, trata-se, portanto, de adaptação marcadamente inovadora.

Com efeito, observa-se a mesma liberdade na adaptação, igualmente pouco conservadora, do tratamento dado à impotência. Em Petrônio, ocorrem três tentativas de restaurar as forças sexuais de Polieno – todas realizadas em contexto ritualístico e compreendidas por ele como tortura –, as duas primeiras oficiadas por Proselenos, sob ordem de Circe, e a terceira por Enotéia. Recorrendo-se a plantas (em especial, urtigas) e objetos e gestos sagrados, em nenhum caso, porém, a restauração é efetivada com sucesso duradouro. A alteração final de sua condição ocorre por intervenção de Mercúrio, mas mesmo aqui, visto o caráter lacunar do texto, não se pode afirmar com certeza que tenha havido sucesso duradouro. Em “Ci, Mãe do Mato”, por sua vez, há uma única tentativa de restaurar as forças de Macunaíma, na qual Ci, ausente qualquer caráter religioso, aplica no herói da nossa gente – e em si mesma – urtigas. Não somente o cuidado de Ci é efetivo e duradouro, como ainda é gerador de prazer a ambos. Também aqui, alterados estrutura e conteúdo, a adaptação efetuada por Mário de Andrade ocorre de maneira acentuadamente inovadora.

Como parte de um episódio nodal para a rapsódia de Mário de Andrade, o restabelecimento das forças de Macunaíma é fundamental para o desenvolvimento de sua história. Através dele, o herói da nossa gente engravidará Ci, a qual, morto o filho, entregará ao companheiro a muiraquitã, cuja busca ensejará sua vinda à taba do igarapé Tietê (São Paulo) e os conflitos com Venceslau Pietro Pietra, o gigante Piaimã. Não à toa, a reconstituição das forças de Macunaíma reintroduz, de certo modo, o gozo na ordem cósmica:

Mas era nas noites de insônia que o gozo inventava mais. Quando todas as estrelas incendiadas derramavam sobre a Terra um ólio calorento que ninguém não suportava de tão quente, corria pelo mato uma presença de incêndio. Nem a passarinha aguentava no ninho. Mexia inquieta o pescoço, voava pro galho em frente e no milagre mais enorme deste mundo inventava de supetão uma alvorada preta, cantacantando que não tinha fim. A bulha era tremenda o cheiro poderoso e o calor inda mais.

Macunaíma dava um safanão na rede atirando Ci longe. Ela acordava feito fúria e crescia pra cima dele. Brincavam assim. E agora despertados inteiramente pelo gozo inventavam artes novas de brincar. (ANDRADE, 2017, p. 33).

Restabelecimento cósmico, aliás, que não difere da união hierogâmica que Polieno expressa, em versos, quando se deita com Circe pela primeira vez:

Flores quais derramara do ápice do monte Ida,/ verteu-as a Terra mãe quando Júpiter se juntou ao seu lídimo amor,/ e por todo o peito sentiu brotarem chamas:/ desabrocharam

rosas e violetas, e a junça macia;/ destacando-se do verde prado, sorriram os brancos lírios;/ foi assim que, para suas tenras ervas, a Terra atraiu Vênus./ E o dia, mais luminoso, favoreceu nosso amor secreto. (*Sat.* 1279).

CONCLUSÃO

Baseado teoricamente nos estudos de recepção dos clássicos, propôs este artigo analisar a adaptação de dois episódios do *Satyricon*, de Petrônio, em “Ci, Mãe do Mato”, importante capítulo de Macunaíma, a rapsódia de Mário de Andrade. Central na estrutura do livro, viu-se que “Ci, Mãe do Mato” tematiza o mito ameríndio, registrado por Koch-Grünberg em *Do Roraima ao Orinoco*, das ulidžán, das “mulheres sem homens”, ao invés do mito clássico das amazonas, conforme argumenta parte da crítica. Observou-se que o emprego do uso ocorreu de forma inovadora, acrescentando a “Ci, Mãe do Mato” elementos novos, particularmente seu matiz explicitamente erótico.

No hiato entre o mito ameríndio, que não contém um matiz erótico preponderante, e sua versão definitiva, de acentuado erotismo, algo mais deve ter sido empregado por Mário de Andrade na fatura de “Ci, Mãe do Mato”. Convertendo a sugestão de Gilda de Mello e Souza em hipótese de trabalho, buscou-se neste artigo analisar “certas cenas” do *Satyricon*, de Petrônio, que Mário de Andrade poderia ter empregado na elaboração do capítulo. Com apoio nos estudos de recepção dos clássicos, foi possível, através da análise de determinados elementos extraídos das próprias obras literárias – sua estrutura e seu conteúdo –, não somente propor quais cenas foram adaptadas pelo autor, mas sobretudo analisar, comprovando-a, como opera a adaptação dos episódios do efebo de Pérgamo e dos amores não consumados de Circe e Polieno em “Ci, Mãe do Mato”.

Como no caso do puíto, entre o mito ameríndio e a redação do capítulo, o elemento clássico funcionou como intermediário. Ora mais conservadora, ora mais inovadora, a adaptação dos episódios – sem ser suficientemente próxima para contar como tradução, segundo Hardwick – não se revela como mera presença satírica, no capítulo, da tradição clássica, mas como fonte de elementos que – dinamicamente trabalhados através de um processo complexo de análise, seleção e expansão ou condensação do texto petroniano – foram incorporados na própria estrutura do texto-receptor, dissolvendo, como indica Martindale, as fronteiras entre mito ameríndio, literatura clássica e literatura brasileira. Por meio de Macunaíma, miram-se Eumolpo e Polieno; através de Ci, insinuam-se Circe, o efebo de Pérgamo, Gitão, Proselenos e Enotéia. Recorrendo aos dois episódios petronianos, Mário de Andrade não fugiu do ridículo, pois encontrou em Petrônio um companheiro ilustre.

SOBRE O AUTOR

FABRÍCIO SPARVOLI é doutorando no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, membro do Grupo de Pesquisa Subalternos e Populares na Antiguidade e associado da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos (SBEC).

fabricio.godoy@usp.br

<https://orcid.org/0000-0002-0250-7134>

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Mário de. *Poesias completas*. 1. ed. Edição crítica de Diléa Zanotto Manfio. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.
- ANDRADE, Mário de. *Macunaíma, o herói sem nenhum caráter*. Estabelecimento do texto Telê Porto Ancona Lopez. 1. ed. São Paulo: Ubu, 2017.
- CAMPOS, Haroldo de. A parte preparatória: proibições/infrações. In: CAMPOS, Haroldo. *Morfologia de Macunaíma*. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 1973, p. 123-140.
- FONSECA, Maria Augusta. Macunaíma, Horácio e Virgílio. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 36, 1994, p. 67-79. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i36p67-80>.
- HARDWICK, Lorna. I. From the classical tradition to reception studies. *New Surveys in the Classics*, n. 33. Oxford: Oxford University Press, 2003, p. 1-11. <https://doi.org/10.1017/S0533245100030765>.
- KOCH-GRÜNBERG, Theodor. *Do Roraima ao Orinoco*: resultados de uma viagem no Norte do Brasil e na Venezuela nos anos de 1911 a 1913. Vol. II: mitos e lendas dos índios Taupipáng e Arekuná. Tradução de Cristina Alberts-Franco. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp; Editora UEA, 2022.
- MARTINDALE, Charles. Reception. In: KALLENDORF, Craig. W. (Org.). *A companion to classical tradition*. 1. ed. Malden, MA, e Oxford: Wiley-Blackwell, 2007, p. 297-311.
- PETRÔNIO. *Satírico*. Tradução e posfácio de Claudio Aquati. Apresentação de Raymond Queneau. 1. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2008.
- PROENÇA, Manuel Cavalcanti. III – Ci, Mãe do Mato. In: PROENÇA, Manuel Cavalcanti. *Roteiro de Macunaíma*. 3. ed. Brasília: Civilização Brasileira, 1974, p. 134-141.
- REDEL, Elisangela. Ci, Mãe do Mato: o mito das amazonas às avessas em *Macunaíma* e o projeto modernista. *Manuscritica: Revista de Crítica Genética*, São Paulo, n. 30, 2016, p. 32-46. <https://doi.org/10.11606/issn.2596-2477.i30p32-46>.
- RICHLIN, A. Sex in the *Satyricon*: outlaws in the Literatureland. In: PRAG, J.; REPATH, I. (Org.). *Petronius: a handbook*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2009, p. 82-100.
- SÁ, Lúcia. Macunaíma e as fontes indígenas. In: ANDRADE, Mário de. *Macunaíma, o herói sem nenhum caráter*. Estabelecimento do texto Telê Porto Ancona Lopez. 1. ed. São Paulo: Ubu, 2017, p. 223-240.
- SANO, Lucia. Recepção clássica no Brasil: entre o local, o universal e o global. *Nuntius Antiquus*, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, 2024, p. 1-35. <https://doi.org/10.35699/1983-3636.2022.52542>.
- SOUZA, Gilda de Mello e. *O tupi e o alaúde: uma interpretação de Macunaíma*. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades e Editora 34, 2023.

ZUKOSKI, Ana Maria Soares; SILVA, Miriam Cardoso da; COQUEIRO, Wilma dos Santos. Intersecções entre o mito das amazonas e a lenda das icamiabas em terras tupiniquins: Ci, a Mãe do Mato. *Ideação*. Revista do Centro de Educação, Letras e Saúde, Foz do Iguaçu, v. 25, n. 2, 2023, p. 315-333. <https://doi.org/10.48075/ri.v25i2.30789>.

Mário de Andrade, Alfredo Mesquita e o teatro moderno

[Mário de Andrade, Alfredo Mesquita and modern theatre]

João Roberto Faria¹

RESUMO • O presente estudo gira em torno das relações entre o teatro e o modernismo a partir de sua figura mais importante: Mário de Andrade. A pesquisa realizada para a sua redação constatou que o poeta não acompanhou de perto o trabalho do teatro profissional, que era predominante em São Paulo e no Rio de Janeiro, talvez por considerá-lo distante da modernidade instaurada pelo movimento modernista de 1922. Por outro lado, Mário de Andrade colaborou com uma iniciativa amadora de cunho moderno: a encenação de *Noite de São Paulo*, de Alfredo Mesquita, em 1936, escrevendo um texto para o programa da peça – que será aqui transscrito na íntegra – e participando da comissão organizadora do espetáculo. • **PALAVRAS-CHAVE** • Teatro e modernismo; Mário de Andrade; Alfredo

Mesquita. • **ABSTRACT** • This article discusses relations between theatre and modernism as it investigates the movement's main character: Mário de Andrade. As the research into this subject shows, he did not follow closely the work that was being done by professional theatre in São Paulo and Rio de Janeiro, perhaps because he considered it was far from the modernity established by the Modernist of 1922. On the other hand, Mário de Andrade collaborated with an amateur and modern initiative: the staging of the play *Noite de São Paulo*, by Alfredo Mesquita, in 1936, writing a text for its program – herein transcribed – and participating of the organizing committee of the theatrical show. • **KEYWORDS** • Theatre and modernism; Mário de Andrade; Alfredo Mesquita.

Recebido em 3 de julho de 2024

Aprovado em 7 de agosto de 2024

FARIA, João Roberto. Mário de Andrade, Alfredo Mesquita e o teatro moderno. *Rev. Inst. Estud. Bras.* (São Paulo), n. 89, 2024, e10706.



Seção: Artigo

DOI: 10.11606/2316901X.n89.2024.e10706

¹ Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).

Este breve estudo tem um objetivo muito simples: colocar em circulação um texto pouco conhecido de Mário de Andrade sobre teatro moderno e comentá-lo. Publicado no programa da peça *Noite de São Paulo*, de Alfredo Mesquita, representada em 1936 no Teatro Municipal de São Paulo, não figura em nenhum dos livros do escritor modernista. Mas, antes de dá-lo à leitura, vou explicar o contexto teatral da época em que foi escrito e tecer algumas considerações sobre as relações entre o teatro e o movimento modernista e sobre o que a pesquisa para a redação deste texto acabou constatando: o desinteresse de Mário de Andrade pelo teatro profissional de seu tempo. Talvez pelo fato de estar a par do processo de modernização teatral na Europa, sabia que o nosso palco carecia de iniciativas inovadoras, preso que estava às convenções herdadas do século XIX.

O movimento modernista de 1922 nada pôde fazer pelo teatro brasileiro, que não se modernizou logo após a Semana de Arte Moderna por uma série de dificuldades que já foram detalhadas por especialistas, a começar pelo fato de que os profissionais da cena viviam da bilheteria. Renovar uma arte que requer o concurso de artistas, encenadores e dramaturgos, bem como de um público disposto a pagar para assistir a um espetáculo, não era tarefa para um grupo de escritores, pintores, músicos e escultores. Arte coletiva que depende de uma resposta imediata dos espectadores, o teatro precisou esperar o surgimento de grupos amadores nas décadas de 1930 e 1940 para se atualizar em relação às outras artes que foram impulsionadas pelo movimento artístico de 1922. Como observou Sábato Magaldi (1962, p. 182), “o mundo do teatro profissional perdeu o contato com as demais artes, nessa correspondência que é sempre vitalizadora de todas as expressões”. Consequentemente, “só o teatro desconheceu o fluxo renovador, e foi a única arte ausente das comemorações da Semana” (MAGALDI, 1962, p. 182).

Tudo leva a crer – como pretendo mostrar mais à frente – que Mário de Andrade não era frequentador assíduo do teatro declamado, mas, como escritor, tinha algum apreço pela forma dramática, que utilizou não poucas vezes nos escritos de juventude, concebidos para a leitura, não para o palco. Em 1916, escreveu os esquetes *A guitarra frustrada de Romeu e Cocoricó*; em 1918, *Atrás da porta*; em 1919, *Eva*; em 1922,

Moral cotidiana. Os quatro últimos foram incluídos no livro *Primeiro andar*, de 1926. O primeiro, provavelmente retrabalhado, foi publicado na revista *A Idea*, em fevereiro de 1924. Telê Ancona Lopez (2021, p. 220-224) o republicou, acompanhado de um ótimo comentário crítico, no artigo “Mário de Andrade: um bailado em prosa”. Outros sete esquetes foram publicados no jornal *O Eco*, em 1919, conforme se lê na dissertação de mestrado de Maira Mariano (2008, p. 151-172), que encontrou seis deles: *Viúva alegre*, *Paulo e Virgínia*, *Teus parentes*, *Cravos de outubro*, *Brincos de juventude* e *Primeiro amor*. Vale lembrar que a forma dramática é empregada também no vibrante poema coral “As enfibraturas do Ipiranga”, que Mário de Andrade denominou “oratório profano” e incluiu no livro *Pauliceia desvairada*, de 1922².

Não há nada, nessa produção, que se aproxime do repertório dramático que era representado nos teatros de São Paulo ao longo das duas primeiras décadas do século XX. É possível que Mário de Andrade tenha visto algumas peças apresentadas pelas companhias dramáticas brasileiras, pois tinha uma opinião devastadora sobre a cena paulistana, muito parecida com a de Antônio de Alcântara Machado, o único escritor ligado ao movimento modernista que se preocupou com o teatro brasileiro na qualidade de crítico teatral. Nos anos 1920, o autor de *Brás, Bexiga e Barra Funda* acompanhou o dia a dia das companhias dramáticas que se apresentavam na cidade – a maior parte vinda do Rio de Janeiro – e não se cansou de apontar o atraso estético dos espetáculos que apresentavam. Peças de baixa qualidade, repetitivas, com personagens estereotipadas, eram encenadas sem muito cuidado, servindo apenas para o brilho individual do ator-empresário, isto é, do dono da companhia dramática. Incomodava-o o grande número de peças “para fazer rir”, as “comédias ligeiras” de cunho farsesco de autores como Armando Gonzaga, Viriato Corrêa e Gastão Tojeiro, entre outros, que as companhias dramáticas não se cansavam de representar. Repetiam-se no palco os mesmos recursos cômicos: o exagero, a caricatura, os quiproquós, as situações absurdas, os disparates, os trocadilhos, tudo para provocar gargalhadas na plateia. Faziam sucesso artistas como Leopoldo Fróes, Procópio Ferreira e Jaime Costa, para citar os mais conhecidos.

Alcântara Machado, em 1926, estava tão cansado da mesmice e da falta de criatividade dos nossos dramaturgos e artistas dramáticos que passou a fazer o elogio do circo como manifestação legítima da nossa brasiliade. A seu ver, os espetáculos do palhaço Piolim, no Circo Alcebíades, eram mais brasileiros do que os apresentados pelo teatro declamado profissional, como se vê num artigo publicado na revista modernista *Terra Roxa e Outras Terras*: “Piolim, sim, é brasileiro. Representa *Dioguinho, o Tenente Galinha, Piolim sócio do Diabo* e outras coisas assim, que ele chama de pantomimas, deliciosamente ingênuas, brasileiras até ali” (MACHADO, 2009, p. 238).

Piolim passou a ser admirado pelos escritores modernistas. Sergio Milliet lembra que Alcântara Machado foi o primeiro a chamar a atenção para esse incrível *clown*, “que Blaise Cendrars colocava em primeiro lugar na lista de suas admirações” (apud

² Acrescentem-se à lista outras duas produções dramáticas: o libreto da ópera-cômica *Malazarte*, terminado em fins de 1928, e o libreto da ópera *Café*, escrito e reescrito entre 1933 e 1942 – que Mário de Andrade definiu sucessivamente como “concepção melodramática”, “oratório secular” e “tragédia coral em três atos”.

PRADO, 1975, p. 143). Em seguida, o grupo de 1922, Oswald de Andrade à frente, passou a aplaudir “o homenzinho de colarinho imenso e dos sapatos à la Carlitos, que, com um simples torcer de pernas, fazia a plateia rebentar em gargalhadas” (MILLIET apud PRADO, 1975, p. 143).

Mário de Andrade também o tinha em alta conta. E, concordando com Alcântara Machado, escreveu pouco tempo depois dele, na mesma revista *Terra Roxa e Outras Terras*:

Os únicos espetáculos teatrais que a gente ainda pode frequentar no Brasil são o circo e a revista. Só nestes ainda tem criação. Não é que os poetas autores de tais revistas e pantomimas saibam o que é criação ou conservem alguma tradição efetivamente nacional, porém as próprias circunstâncias da liberdade sem restrições e da vagueza desses gêneros dramáticos permitem aos criadores deles as maiores extravagâncias. Criam por isso sem leis nem tradições importadas, criam movidos pelas necessidades artísticas do momento e do gênero, pelo interesse de agradar e pelas determinações inconscientes da própria personalidade. Tudo isso são imposições que levam à originalidade verdadeira e à criação exata. (ANDRADE, 1926).

Mário de Andrade exalta a liberdade de criação artística, fundamental para os escritores modernistas. Ao se aproximar do circo, valoriza a invenção, a brasiliade moderna que enxergava na cultura das camadas populares. A seu ver, as extravagâncias nas peças de Piolim nasciam de uma espécie de “lógica do absurdo” que se encontra também em grandes obras da literatura universal, tais como a *Ilíada* e o *Dom Quixote*. A farsa “Do Brasil ao Far-West” é, para Mário de Andrade, “uma invenção estupenda”.

A genialidade de Piolim, contudo, não foi suficiente para se chegar a uma nova dramaturgia. Ao abrir-se a década de 1930, o teatro brasileiro continuava com as velhas comédias de costumes e o teatro de revista, não tendo dado sequência às primeiras tentativas de modernização levadas a cabo por Renato Vianna e por Alvaro Moreyra na década anterior. Ambos apresentaram seus espetáculos em São Paulo e no Rio de Janeiro, mas sem sucesso. O público não gostou das peças que escreveram, um tanto palavrosas e sem a graça das comédias e revistas que eram hegemônicas em nossos palcos. Mário de Andrade, salvo engano, não comentou o trabalho desses dramaturgos que eram também encenadores que tinham noções do que era o teatro moderno, porém pouco conhecimento prático da arte da encenação. Nem mesmo o grande sucesso de *Deus lhe pague*, de Joracy Camargo, que estreou em São Paulo em dezembro de 1932, e que Procópio Ferreira transformou num sucesso memorável, atingindo centenas de milhares de espectadores, motivou o escritor a se manifestar. Provavelmente considerou peça e montagem distantes da desejada modernidade teatral. Não valia a pena fazer qualquer comentário. Por outro lado, é preciso fazer justiça quanto ao seu interesse pelo Teatro da Experiência criado pelo artista plástico Flávio de Carvalho em 1933. É possível que na noite de 15 de novembro desse ano tenha estado presente à estreia de *O bailado do deus morto*, um espetáculo de vanguarda escrito por Carvalho que acabou sendo proibido pela polícia e que poderia ter impulsionado os esforços para a modernização do teatro brasileiro. Mário de

Andrade, não esqueçamos, fazia muitas restrições às pinturas de Flávio de Carvalho – mesmo assim foi pintado por ele –, mas deve ter achado importante a iniciativa com o teatro, pois lhe mandou alguma colaboração, que não pôde ser aproveitada porque o Teatro da Experiência foi fechado. O artista plástico devolveu o original ao escritor, acompanhado de uma carta datada de 20 de abril de 1934, na qual se lê o seguinte: “Caro Mário de Andrade. Infelizmente não foi possível realizar o que eu pretendia sobre o Teatro e portanto venho te devolver o auxílio que você tão amavelmente nos deu. Junto a esta segue a sua contribuição³. Não consegui determinar qual teria sido a contribuição de Mário. Alguma peça teatral? Algum esquete? Fica o registro do apoio do poeta à experiência vanguardista de Flávio de Carvalho.

Com o fracasso das primeiras tentativas de modernização teatral no Rio de Janeiro e em São Paulo, o teatro profissional brasileiro continuou dando as cartas, com um repertório dramático repetitivo e espetáculos concebidos para fazer brilhar o ator-empresário. Mário de Andrade tinha pleno conhecimento da situação, como comprova uma longa carta de 30 de abril de 1935, endereçada a Gustavo Capanema. Instado a colaborar num projeto de reforma do ensino das artes no Brasil, o escritor deu várias sugestões no campo da pintura e da música, principalmente. Parecia-lhe importante preparar o artista brasileiro fazendo-o frequentar um curso preparatório e um curso de especialização. Profissionais experientes e artistas consagrados poderiam ser os professores. E se isso lhe parecia possível com pintores e músicos, eis como avaliava a formação de artistas para o teatro e a dança: “Os problemas de teatro e dança me parecem dificílimos de solucionar com a prata da casa. Tudo é tradição conservadora e horrenda no teatro” (apud SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 1984, p. 364-365). Não é preciso dizer que “prata da casa” era uma referência aos dramaturgos e artistas ligados ao teatro profissional.

Essa consciência de um palco “conservador” e “horrendo” talvez explique as restrições que Mário fazia ao teatro declamado de seu tempo. Na extensa correspondência trocada entre ele e diversos interlocutores entre 1922 e 1945 – o leitor poderá ver nas referências os livros que consultei –, não encontrei uma única menção aos artistas de teatro que dominaram a cena brasileira naquele período, alguns já citados: Leopoldo Fróes, Procópio Ferreira, Alda Garrido, Dulcina de Moraes e Jaime Costa. Parece mesmo que o escritor, que tinha grande apreço pela música e pelas formas populares de teatro – os reisados, as cheganças, os congos etc. –, mantinha-se distante dos palcos em que predominava o teatro declamado. Também ignorou os dramaturgos que então faziam sucesso: Joracy Camargo, Oduvaldo Vianna, Cláudio de Souza, Armando Gonzaga e Paulo de Magalhães, entre muitos outros. Nada escreveu sobre eles. Em seus textos jornalísticos e ensaísticos, nota-se a mesma ausência, com uma única exceção que confirma a regra: uma resenha sobre o livro *Três tragédias à sombra da cruz*, de Otávio de Faria, de 1939, incluída em *O empalhador de passarinho*, intitulada “Do trágico” (ANDRADE, 1972, p. 110-115).

No Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP) é possível verificar toda a documentação de Mário de Andrade. Fiz uma pesquisa na

³ Carta pertencente ao Fundo Mário de Andrade do Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP).

base de dados à procura de informações sobre suas eventuais considerações sobre o teatro. Há apenas um documento, no qual ele exprime alguma preocupação com o gênero dramático. Intitulado “Bases pra uma tentativa de teatro brasileiro”, esse documento, conservado em forma manuscrita, aponta as fontes que deveriam ser buscadas pelos dramaturgos para a consolidação de uma dramaturgia brasileira:

1. Autos jesuíticos;
2. As Danças Dramáticas folclóricas: Autos de Natal e Pastoris; as duas Cheganças, de Marujos e de Mouros; os Congados e os Congos; os Caboclinhos e Caia-pós; os Cordões de Bichos; o Bumba-meu-Boi; Cavalhadas;
3. As peças, dramas e farsas de circo de cavalinhos;
4. O teatro nacional de amadores do império e princípios da República;
5. A revista popular, gênero “Capital Federal” de Artur Azevedo e outras de inspiração rural, como a “Juriti”. (ANDRADE, s. d.).

Escrito provavelmente entre 1925 e 1928, segundo Virgínia de Almeida Bessa (2020), o manuscrito – que ela comenta minuciosamente – apresenta uma espécie de programa para os dramaturgos brasileiros, que não se cumpriu, não só porque as reflexões de Mário de Andrade ficaram no papel, mas principalmente porque o teatro profissional estava muito bem estruturado, com suas duas vertentes principais fazendo sucesso junto aos espectadores: o teatro declamado e o teatro cômico e musicado, de revistas, burletas e operetas. Aliás, Mário de Andrade tinha pouco apreço também pela segunda vertente, como mostra Virgínia de Almeida Bessa. Se nos anos 1920 o escritor ainda deu alguma importância ao teatro musicado para a construção de um teatro nacional, como se vê no manuscrito, na década seguinte silenciou-se.

Outros documentos guardados no acervo do IEB corroboram a pouca relevância que o teatro declamado teve na vida de Mário de Andrade. Impossível saber se ia muito ou pouco ao teatro. Provavelmente, pouco, escolhendo o que ver. Com certeza, viu os espetáculos dos quais guardou os programas: *A Marquesa de Santos*, de Viriato Corrêa, pela companhia dramática de Dulcina de Moraes, em 1938; *Ásia*, de Lenormand, espetáculo da Companhia de Arte Dramática Alvaro Moreyra (fólder sem data); *Diógenes de saias*, de Alberto Leal, representada por Procópio Ferreira (fólder sem data); *Noite de São Paulo* (1936), *Em família* (1937) e *Dona Branca* (1939), de Alfredo Mesquita; *Mizu* (1939), de Oduvaldo Vianna, pela Companhia Brasileira de Operetas Irmãos Celestino; *Vestido de noiva*, de Nelson Rodrigues pelo grupo Os Comediantes, em 1944, dentre outros.

Creio que a lista acima é apenas uma pequena amostra dos espetáculos a que Mário de Andrade assistiu. Ele deve ter ido mais ao teatro. É uma pena que não tenha deixado por escrito suas impressões. O que teria pensado sobre *Vestido de noiva*, a peça que estava inaugurando a modernidade em nosso teatro? Também é uma pena que não tenha escrito sobre os grupos amadores que na primeira metade dos anos 1940 vinham tentando no Rio de Janeiro, São Paulo e Recife melhorar o nível dos

espetáculos teatrais, abrindo o caminho para o teatro moderno. Afinal, em São Paulo, era amigo de Alfredo Mesquita, o diretor do Grupo de Teatro Experimental, e tinha apreço pelos rapazes da revista *Clima*, na qual escrevia Décio de Almeida Prado, criador do Grupo Universitário de Teatro.

Igualmente é de lamentar que Mário de Andrade tenha se correspondido pouquíssimo com dramaturgos. Alguns escreveram para ele, solicitando leitura de suas peças. Em carta de 3 de fevereiro de 1944, Guilherme de Figueiredo anexou a peça *Lady Godiva* e pediu a Mário que a lesse se tivesse tempo. A resposta veio sete dias depois, com algumas restrições sobre a colocação dos pronomes em determinadas frases, que as deixavam mais portuguesas que brasileiras, mas também com elogios à peça, que lhe pareceu “excelente” e que a seu ver daria “um espetáculo de primeira ordem” (ANDRADE, 1989a, p. 87-88). Nas outras cartas que Mário escreveu a esse mesmo interlocutor, entre 1937 e 1945, não há mais comentários sobre teatro, talvez pelo fato de Guilherme de Figueiredo ter iniciado sua carreira de dramaturgo em 1948, justamente com a encenação de *Lady Godiva*.

A dramaturga Maria Jacintha enviou duas cartas a Mário de Andrade e foi contemplada com uma resposta, datada de 10 de fevereiro de 1945, na qual o escritor faz elogios rasgados à peça *Convite à vida*, que viu no palco, representada pela companhia dramática de Dulcina de Moraes⁴. Também a peça *Honra ao mérito*, de Waldemar de Oliveira, mereceu elogios, em carta que comento logo mais à frente.

Não localizei outras respostas a dramaturgos com comentários sobre suas produções dramáticas. Teria Mário lido ou visto no palco as peças de Francisco Amaral Gurgel, que lhe escreveu pelo menos duas cartas, em 1937 e 1938? Na segunda, datada de 7 de janeiro de 1938, ele afirma que está terminando uma comédia para Procópio Ferreira e que gostaria que o escritor a visse e comentasse com ele. Mas nos documentos guardados por Gurgel – quatro cartas de Mário e três telegramas – não há qualquer alusão a essa comédia, como se pode ver na dissertação de mestrado de Guilherme do Amaral Gurgel, intitulada *Entre a memória familiar e o arquivo: objetos de memória de Amaral Gurgel* (2023). É provável que Mário tenha lido as peças do amigo Carlos Lacerda, que em 1941 lhe enviou os manuscritos de *O rio* e da “féroce histórico sentimental” *O desafio da adolescência*. Mas teria feito algum comentário? Teria escrito a Marques Rebelo sobre a peça *Rua Alegre, no. 12*, que recebeu em forma manuscrita e em livro, em 1940? Ou a Orígenes Lessa, de quem tinha o autógrafo da peça *OK*? E qual teria sido sua resposta ao dramaturgo Samuel Campello, do Recife, que lhe escreveu ao menos três cartas, em 1936 e 1937, enviando-lhe também a peça *O mulato*? Mário respondeu à primeira e Samuel Campello transcreve algumas palavras do escritor, que lhe afiançou: a peça fará “um bruto de efeito em público”. Mário deve ter-lhe dito que não entendia de teatro, pois mais à frente lemos: “Que dois belos concursos teatrais você abriu no Departamento de Cultura. E diz que não entende de teatro”.

As palavras de Samuel Campello referem-se aos concursos de teatro que Mário de Andrade implementou em 1936 e 1937, quando dirigiu o Departamento de Cultura da cidade de São Paulo. Tal iniciativa é prova concreta de que desejava

⁴ Maria Jacintha (1969, p. 9) publicou a carta de Mário de Andrade no volume *Convite à vida*.

estimular a nossa produção teatral, incentivando os escritores a escrever peças. Se até aqui enfatizei a pouca atenção que deu ao teatro que havia em nossos palcos, isso não significa que fosse indiferente ou não tivesse consciência de que era preciso melhorá-lo e modernizá-lo. O problema era enfrentar a máquina azeitada do teatro profissional. Os concursos de 1936 e 1937, infelizmente, não revelaram nenhum talento superior. No de 1936, para se ter uma ideia, nenhuma das peças inscritas mereceu o primeiro prêmio. O Edital do “concurso de peças dramáticas”, assinado por Mário de Andrade, foi publicado nos jornais de São Paulo em janeiro de 1936. Previa premiar dramas e comédias cujo assunto devia girar “em torno de problemas sociais provocados pela crise econômica do café em 1929”, conforme consta no *Correio Paulistano* de 19 de janeiro (CONCURSO..., 1936). O júri, composto do escritor Cleómenes de Campos, do ator Manuel Durães e do representante do Departamento de Cultura, o dr. Nicanor Miranda, de acordo com o *Correio Paulistano* de 17 de outubro (NOTAS..., 1936), concluiu que nenhum drama ou comédia se destacava para alcançar o primeiro prêmio. Assim, na categoria “drama”, o segundo prêmio ficou com *Terra Bendita*, de Francisco Inácio do Amaral Gurgel; o terceiro, com *O sacrifício*, de Aroldo José Reis. A Alfredo Mesquita coube uma “menção honrosa” por *Em família*. Na categoria “comédia”, o segundo prêmio foi dado a *Diógenes de saias*, de Alberto Leal. As quatro peças foram publicadas em 1937 pelo Departamento de Cultura de São Paulo. Curiosamente, duas delas mantiveram nas capas dos livros os pseudônimos com que os autores se inscreveram: *Terra bendita* (Assis Machado) e *O sacrifício* (Fábio Torres).

Voltando à afirmação de Mário, de que não entendia nada de teatro, ele a repete em carta datada de 17 de dezembro de 1938, a outro dramaturgo de Pernambuco, Waldemar de Oliveira, que lhe havia enviado a peça *Honra ao mérito*: “Você pede minha opinião... Às vezes até fico com vergonha de confessar, mas não entendo nada de teatro, sou incapaz de verificar e dizer qualquer coisa sobre os méritos teatrais, técnicos e outros de *Honra ao Mérito*” (apud INOJOSA, 1969, p. 366). Na sequência da carta, afirma que leu a peça, elogia a criação das personagens e diz que se estivesse ainda à frente do Departamento de Cultura de São Paulo a faria representar.

Também em carta a Cassiano Nunes, em 8 de janeiro de 1944, reconhece que, em relação ao teatro, “qualquer entendimento que eu tenha será simples aproximação e jamais integração profunda” (ANDRADE apud MARQUES, 1992, p. 8). Talvez por não se sentir com autoridade nesse campo do conhecimento, tenha dado uma resposta negativa a Gustavo Capanema em meados de 1938. Mário havia deixado a direção do Departamento de Cultura e estava decidido a se mudar para o Rio de Janeiro. Capanema considerou entregar-lhe a direção do recém-criado Serviço Nacional de Teatro. Eis como ele reagiu à ideia, em carta a Carlos Drummond de Andrade, datada de 15 de junho de 1938:

Acabo de saber por cartas do Rodrigo e de Meyer que o Capanema está se caceteando aí por minha causa, e foi ou vai ao Presidente pretendendo me dar a diretoria ou coisa que o valha, do Departamento dos Teatros. Confesso lealmente a você que prefiro coisa mais modesta e obscura. O tal lugar de chefe da seção do Dicionário

e Enciclopédia, do Instituto do Livro, me agrada bem mais, porque não estarei em muito grande evidência e poderei um bocado mais refazer o meu jardim. (ANDRADE, 1982, p. 197).

Os amigos intervieram e a vontade de Mário foi contemplada. O Ministério da Educação o contratou para a função que pleiteou.

As evidências indicam, como venho afirmando, que Mário de Andrade não foi um frequentador assíduo dos teatros de São Paulo e do Rio de Janeiro quando lá viveu entre 1938 e 1941. Por outro lado, era um estudioso e não desconhecia o teatro moderno. Pelas revistas europeias, mantinha-se atualizado, como prova um texto escrito em 1936, que pouca gente conhece, porque foi publicado num programa de um espetáculo teatral e jamais comentado pelos estudiosos de sua obra e seus biógrafos. Trata-se, sem dúvida, de um texto esquecido, que vou reproduzir aqui, logo após explicar em que contexto foi produzido.

No início dos anos 1930, Alfredo Mesquita, nascido em 1907, era um jovem intelectual interessado em literatura e teatro. Formado na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em 1932, publicou no ano seguinte o livro de contos *A esperança da família*. Em 1935, uma viagem a Paris o fez conhecer o teatro moderno, ao assistir a espetáculos de Louis Jouvet, no Théâtre de l'Athenée, e de Gaston Baty, no Théâtre Montparnasse. De volta ao Brasil, adaptou para o teatro um dos contos de *A esperança da família*, e a peça foi montada por Procópio Ferreira em 1936 no Teatro Boa Vista. No final desse ano escreveu uma segunda peça, levada no Theatro Municipal de São Paulo, *Noite de São Paulo*, “fantasia em três atos”, dirigida por ele próprio. A montagem contou com cenário feito pelo artista plástico José Wasth Rodrigues, música de Dinorá de Carvalho e palavras das canções de Guilherme de Almeida. Em depoimento ao Serviço Nacional de Teatro, Alfredo Mesquita (1977, p. 24) afirmou que, estimulado por iniciativas amadoras do passado, como a representação de *O contratador de diamantes*, de Afonso Arinos, em 1919, resolveu escrever “alguma coisa onde tudo fosse genuinamente brasileiro, bastante típico... com músicas e danças daqui, bem como a maneira de viver e de vestir de nossos antepassados”. A seu ver, não se tratava propriamente de uma peça, mas sim de um espetáculo que deveria contar com a participação de dezenas de pessoas. O programa abaixo dá uma ideia da grandiosidade da concepção:

NOITE DE SÃO PAULO

Fantasia em três atos de Alfredo Mesquita
Música de Dinorá de Carvalho

As palavras das canções foram feitas por Guilherme de Almeida.
A canção “Róseas Flores” pertence à coleção das “MODINHAS IMPERIAIS”
coligidas & comentadas por Mário de Andrade.
Orquestra do centro Musical de S. Paulo sob a regência de Dinorá de Carvalho.
Jazz-Band Colúmbia – Choro regional, Grupo X.
Cenário desenhado por José Wasth Rodrigues & executado por Romulo Lombardi &
Léo Rossetti.
“Mise-en-scène” de Alfredo Mesquita.
O automóvel que aparece no 1º. Ato é uma D.K.W. gentilmente cedida pelos agentes
Almeida & Veiga.
Todas as vestimentas dos artistas foram executadas pela casa “Mappin Stores”, segundo
indicação do autor.
Os chapéus foram feitos por Mme. Butteli.
Acessórios fornecidos pela “Galeria Stoppel” & por José Wasth Rodrigues.
Móveis de jardim fornecidos pela “Casa S. Nicolau”.
Plantas & flores fornecidas pela “Hortulânia Paulista”.
Efeitos de luz de Jorge Moraes, Antônio Peixe & M. Viole.
Danças ensaiadas por Mme. Louise F. Reynold, exceto o “fox-trott” do primeiro ato,
ensaiado pelo Prof. Ascott, do Instituto “Sanitas”.
Coros & acompanhamentos de violão ensaiados pela Sra. Yvonne Daumerie Ramos.
O samba do segundo ato foi dirigido pelo Sr. Paulo de Magalhães.
Diretor da música: Maestro Casanova.
Ensaíador: Antônio Mendonça
Ponto: Élio Pereira de Queiroz

COMISSÃO ORGANIZADORA

Albertina Guedes Nogueira	Mário de Andrade
Esther Mesquita	Wasth Rodrigues
Maria Mesquita Motta e Silva	Paulo de Magalhães
Guilherme de Almeida	Georges Raeders
Diretor geral: Alfredo Mesquita	
(NOITE..., 1936).	

Antes de tudo, um esclarecimento: o Paulo de Magalhães que aparece no programa da peça não é o dramaturgo homônimo que fazia sucesso na época e vivia no Rio de Janeiro. Era um amigo de Mário de Andrade e de Alfredo Mesquita, ligado às iniciativas teatrais amadoras em São Paulo. Seu nome completo era Paulo Ribeiro de Magalhães.

O “espetáculo de gala”, em benefício do Preventório Santa Clara, de Campos do Jordão, contou com a colaboração da alta sociedade paulistana, que subiu ao palco para interpretar os papéis da peça e participar de números de canto e dança. Alfredo Mesquita não só dirigiu como também atuou no espetáculo como figurante. Ao lado dele, na mesma função, outras 64 pessoas. Nos papéis mais importantes, atuaram 14 amadores. A ação dramática se passava na Fazenda São Paulo, em duas épocas: 187... e 1936. Jovens enamorados, no passado e no presente, vivem histórias de amor e situações que trazem à tona os costumes dos dois tempos, como se lê em matéria sem assinatura, publicada no jornal *O Estado de S. Paulo* de 8 de dezembro de 1936:

A fantasia musicada do distinto escritor baseia-se num tema de grande simplicidade e de profunda expressão humana. Arrufos de namorados que cortaram definitivamente, numa das nossas antigas fazendas e num dia de festa da nossa terra, o destino de duas criaturas que, por um nada, se separaram numa encruzilhada de amor. Namorados de hoje, no ambiente moderno da mesma fazenda, caminham, por uma frivolidade momentânea, para aquele mesmo desenlace que destruiria o sonho antigo, quando, pela voz da experiência e da malograda ilusão, reatam o fio de seus destinos e recompõem o poema. Esse é o quadro. O autor, com sobriedade, soube conservar-lhe os moldes literários que não deturpassem as figuras com excessos de análises psicológicas ou de expressões rebuscadas de efeito puramente decorativo. Manteve o limite e o diapasão da fantasia que tem, entretanto, cunho altamente significativo das nossas evocações tradicionais e daquela austerdade das antigas famílias paulistas cuja expressão maior era justamente a singeleza de maneiras. A esse quadro juntou Alfredo Mesquita a moldura que lhe convinha: bailados antigos, *foxtrots* modernos, sambas de tempos idos e os *schottisches* elegantes e senhoris que fizeram o encanto dos nossos avós. Tudo isso num cenário rigorosamente exato de ambiente de família, num tom local expressivo, em meio de cores invulgares de indumentária escolhida a propósito com apurado senso de harmonia. Na técnica dos três atos, do ponto de vista teatral, o êxito não foi menor. As cenas tiveram uma continuidade de contraste e de movimento que opunha sem colapsos a cena sentimental seguida da nota cômica, o quadro austero de um bailado, ao pitoresco da dança caipira ou do samba.

A citação é longa, visto que a peça não foi publicada e é preciso dar uma ideia de como foi o espetáculo para melhor compreender o texto de Mário de Andrade, escrito apenas a partir da leitura da versão original de Alfredo Mesquita e provavelmente depois de assistir a alguns ensaios. É possível entender que o enredo, muito simples, servia apenas de apoio ao espetáculo, que dependia mais da cena do que da peça. É também o que se depreende das palavras de Mário de Andrade, que transcrevo abaixo, já chamando a atenção para a sua compreensão do que era o teatro moderno:

O que há de mais sensível nesta fantasia de Alfredo Mesquita é que ela se apoia nos instintos mais tradicionalmente artísticos do teatro. Aqui não passam pela nossa comoção indivíduos insolúveis em sua personalidade como qualquer Dama das Camélias, e nem mesmo grandes paixões sintetizadas num herói, como em Otelo ou Shylock. Alfredo Mesquita foi buscar tradição mais antiga; e é grato surpreender na

leveza aparentemente despreocupada do que vai se passar em cena, uma profunda e antiquíssima razão-de-ser.

Abandonando descrições de almas e de pessoas, deixando de parte as ciumeiras dum marido regularmente inconfortável como Otelo, ou as situações desagradáveis em que se viu a Dama das Camélias, Alfredo Mesquita colocou-se nas próprias origens estéticas do teatro.

Evitou aquela poderosa mas perigosíssima atração da palavra, com que em nossa civilização a literatura dominou o teatro e desequilibrou-o, esquecendo-se de que ele era antes de mais nada um espetáculo.

A peça de Alfredo Mesquita é isso principalmente: um espetáculo. Com sábia humildade, o escritor desistiu duma prevalência vaidosa, e o que tereis de ver e ouvir é um espetáculo verdadeiro, teatro do mais legítimo, em que todas as artes da plástica e do movimento vêm depor seu desejo de felicidade. A dança, a cor, as formas, a música têm aqui tanta importância como a frase.

E por esse equilíbrio teatral, por essa mais íntima compreensão da cena, a peça de hoje, ao mesmo tempo que se liga ao conceito das formas originárias do teatro, ao mesmo tempo que se conforta nas tradições primeiras do teatro asiático, do grego, do medieval, é no entanto moderníssima. Moderníssima muito menos por ser atual do que por uma espécie de disponibilidade, apta a uma perpétua renovação.

Havemos de confessar: com a mudança dos costumes, a Dama das Camélias é uma senhora bastante atrasada, que não justifica o palco nem é justificada por ele. É o mérito pessoal de uma grande artista dramática que justificará talvez a Dama das Camélias. Da mesma forma, se não a genializasse uma literatura admirável, a avarice dum Shylock, nos pareceria bem ridícula nos tempos de agora, em que os avarentos são muito mais intelligentemente avaros e dadivosos capitalistas. Obras do passado...

Já as peças concebidas diretamente da cena gozam de perpétua contemporaneidade. E nessa concepção é que se deverá situar a peça de Alfredo Mesquita. É um espetáculo. Dentro de cem anos, com outras modas, outras danças, outros costumes, a *Noite de São Paulo* poderá acontecer, como acontece agora. No Brasil? Com outros costumes, outras danças e outras línguas, hoje como dentro de cem anos, esta noite poderá ser paulista, japonesa ou turca.

Essa perpétua transformação do espetáculo é a própria essência da teatralidade. A peça de Alfredo Mesquita, fantasia leve, cômoda criação que nos repõe em nós, em nossa atualidade e tradição, poderá ser leve, poderá ser fantasia, não quer subir às culminâncias abismais de que às vezes se despenha o coração humano. Podereis lhe dar todas as diafaneidades das coisas passageiras. Mas é uma advertência fiel, que nos converte à melhor estética do teatro. Só a prejudica decerto eu estar aqui pensando por demais. Vamos ver e escutar⁵. (NOITE..., 1936, p. 4-6).

5 Observe-se nos dois primeiros parágrafos como Mário de Andrade valoriza a peça de Alfredo Mesquita por se afastar do modelo de dramaturgia apoiada na existência do herói individual, do que se poderia chamar de “drama burguês”. Sua concepção teatral, apoiando as características corais de *Noite de São Paulo*, será desenvolvida no libreto da ópera *Café*, que escreveu ao longo de anos, entre 1933 e 1942. Ver, a respeito, o importante livro de Sérgio de Carvalho, *O drama impossível: o teatro modernista de Antônio de Alcântara Machado, Oswald de Andrade e Mário de Andrade* (2023, p. 220-258).

Nesse breve texto, chama a atenção a compreensão que Mário de Andrade tem da modernidade teatral ao atribuir ao espetáculo maior importância do que à peça escrita. Ele menciona que a palavra dominou a cena e desequilibrou-a e que isso pode ter ocorrido por força da vaidade dos escritores dramáticos. Não Alfredo Mesquita, uma vez que sua peça é um espetáculo que prevê a combinação de várias artes: a dança, a cor, as formas e a música. Nos anos 1920 e 1930, na Europa, debatia-se muito entre os encenadores se o texto dramático devia ser considerado o elemento mais importante de um espetáculo. O chamado textocentrismo foi cultivado por Jacques Copeau e seus seguidores Louis Jouvet e Charles Dullin: o encenador deveria estar a serviço do texto. Por outro lado, Gordon Craig na Inglaterra e Gaston Baty e Antonin Artaud na França opuseram-se ao textocentrismo, reivindicando a supremacia do encenador e estabelecendo que o espetáculo vinha em primeiro lugar.

É difícil saber se Mário de Andrade acompanhava esse debate de perto ou se apenas tinha uma noção do que acontecia nos palcos europeus de vanguarda. De qualquer modo, vê na *Noite de S. Paulo* uma peça “moderníssima”, justamente porque aberta a uma “perpétua renovação”. Isto é, o espetáculo não se fixa como leitura única do texto, uma vez que a possibilidade de ser continuamente renovado “é a própria essência da teatralidade”. Embora seja uma peça simples quanto aos sentimentos das personagens, não os aprofundando do ponto de vista psicológico, não os transformando em grandes paixões, talvez por isso mesmo se coloque em primeiro plano o espetáculo, com seus componentes visuais, plásticos e musicais se sobrepondo à linha tênue do enredo e à caracterização das personagens. Vale lembrar ainda que Mário de Andrade contribuiu com Alfredo Mesquita ao indicar-lhe uma das canções para fazer parte do espetáculo. No programa da peça lê-se que “a canção ‘Róseas Flores’ pertence à coleção das ‘Modinhas Imperiais’ coligidas e comentadas por Mário de Andrade”.

Noite de S. Paulo fez bastante sucesso no palco do Theatro Municipal de São Paulo. Foi uma verdadeira conquista dos artistas amadores e certamente estimulou Alfredo Mesquita a continuar no amadorismo, que lhe possibilitava realizar espetáculos bem cuidados e escrever peças teatrais. Em 1937, ele publicou o livro *Três peças* e o drama *Em família*, que havia sido premiado em concurso instituído pelo Departamento de Cultura de São Paulo, então sob a direção de Mário de Andrade. Em 1938, mais uma vez os jovens da sociedade paulistana colaboraram com ele no espetáculo de canto e dança *Casa assombrada*, apresentado no Theatro Municipal, com música do maestro Souza Lima e cenários de Wasth Rodrigues. No ano seguinte, mais uma peça representada no Theatro Municipal, *Dona Branca*, com música de Souza Lima e coreografia de Chinita Ullman. Registre-se a participação, entre os artistas amadores, de um jovem de 22 anos que muito faria pelo teatro brasileiro nas décadas seguintes como crítico teatral, professor, historiador e ensaísta: Décio de Almeida Prado. Ele fez o principal papel da peça.

As atividades amadoras iniciadas em 1936 culminaram na grande contribuição de Alfredo Mesquita para a modernização do teatro brasileiro: em 1942, ele criou o Grupo de Teatro Experimental (GTE), que dirigiu até sua extinção em 1948, quando foi absorvido pelo Teatro Brasileiro de Comédia, o TBC.

É de se crer que Mário de Andrade tenha acompanhado a trajetória de Alfredo

Mesquita. Eram amigos e tinham um interesse comum: a arte moderna. O texto publicado no programa da peça *Noite de S. Paulo* seguramente foi um estímulo para o então jovem dramaturgo e aspirante a encenador comprometido com a modernidade teatral dar continuidade a seus trabalhos. Em 1948, ele criou a Escola de Arte Dramática e a dirigiu por vinte anos, formando artistas que consolidaram no palco a renovação teatral então em curso.

SOBRE O AUTOR

JOÃO ROBERTO FARIA é professor sênior da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP) e autor de, entre outros livros, *Teatro e escravidão no Brasil* (Perspectiva, 2022).

jroberto@usp.br

<https://orcid.org/0000-0003-2405-4890>

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Mário de. Do Brasil ao Far-West – Piolim. *Terra Roxa e Outras Terras*, n. 3, 27 fev. 1926, p. 2.
- ANDRADE, Mário de. Bases pra uma tentativa de teatro brasileiro. Manuscrito. Fundo Mário de Andrade, Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo. Código de referência MA-MMA-108, 108-II3.
- ANDRADE, Mário de. *O empalhador de passarinho*. 3. ed. São Paulo: Martins; Brasília: INL, 1972.
- ANDRADE, Mário de. *A lição do amigo*: cartas de Mário de Andrade a Carlos Drummond de Andrade. Anotadas pelo destinatário. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.
- ANDRADE, Mário de. (1922). Pauliceia desvairada. In: ANDRADE, Mário de. *Poesias completas*. Edição Crítica de Diléa Zanotto Manfio. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1987.
- ANDRADE, Mário de. *A lição do guru*: cartas a Guilherme de Figueiredo 1937-1945. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989a.
- BESSA, Virgínia de Almeida. A política do silêncio: Mário de Andrade, o teatro musicado e a presença estrangeira na São Paulo dos anos 1920 e 1930. *Revista de História* (Universidade de São Paulo), n. 179, 2020, p. 1-33. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2020.156828>.
- CAMPELLO, Samuel. Carta a Mário de Andrade. Recife, 2 de fevereiro de 1936. Fundo Mário de Andrade, Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo. Código de referência MA-C-CPL1583.
- CAMPELLO, Samuel. Carta a Mário de Andrade. Recife, 12 de maio de 1936. Fundo Mário de Andrade, Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo. Código de referência MA-C-CPL1584.
- CARVALHO, Flávio de. Carta a Mário de Andrade. São Paulo, 20 de abril de 1934. Fundo Mário de Andrade, Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo. Código de referência MA-C-CPL1697.

- CARVALHO, Sérgio de. *O drama impossível: o teatro modernista de Antônio de Alcântara Machado, Oswald de Andrade e Mário de Andrade*. São Paulo: Edições Sesc, 2023.
- CONCURSO de um drama e de uma comédia. Um comunicado do Departamento de Cultura e de Recreação da Municipalidade. *Correio Paulistano*, n. 24.589, domingo, 19 de janeiro de 1936, p. II. Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional.
- FIGUEIREDO, Guilherme de Oliveira. Carta a Mário de Andrade. Rio de Janeiro, 3 de fevereiro de 1944. Fundo Mário de Andrade, Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo. Código de referência MA-C-CPL3051.
- GURGEL, Francisco Amaral. Carta a Mário de Andrade. Araraquara, 7 de janeiro de 1938. Fundo Mário de Andrade, Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo. Código de referência MA-C-CPL3613.
- GURGEL, Guilherme do Amaral. *Entre a memória familiar e o arquivo: objetos de memória de Amaral Gurgel*. Dissertação (Mestrado em Memória Social), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2023.
- INOJOSA, Joaquim. *O movimento modernista em Pernambuco*. 3º v. Rio de Janeiro: Gráfica Tupi, 1969.
- JACINTHA, Maria. *Convite à vida*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1969.
- LACERDA, Carlos. Carta a Mário de Andrade. Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1941. Fundo Mário de Andrade, Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo. Código de referência MA-C-CPL3850.
- LOPEZ, Telê Ancona. *Leituras, percursos*. Org. Marcos Antonio de Moraes e Tatiana Longo Figueiredo. Belo Horizonte: Fino Traço, 2021. E-book.
- MACHADO, Antônio de Alcântara. *Palcos em foco: crítica de espetáculos / ensaios sobre teatro / tentativas no campo da dramaturgia*. Pesquisa, organização e introdução de Cecília de Lara. São Paulo: Edusp, 2009.
- MAGALDI, Sábato. *Panorama do teatro brasileiro*. São Paulo: Difel, 1962.
- MARIANO, Maira. *Um resgate do teatro nacional: o teatro brasileiro nas revistas de São Paulo (1901-1922)*. Dissertação (Mestrado em Letras). Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2008.
- MARQUES, Fernando. Carta inédita de Mário de Andrade. *Correio Braziliense*, Caderno Dois, 9 fev. 1992, p. 8.
- MESQUITA, Alfredo. Depoimento. In: MESQUITA, Alfredo et al. *Depoimentos II*. Rio de Janeiro: MEC/DAC/Funarte/SNT, 1977, p. 9-31.
- MESQUITA, Alfredo. *O teatro de meu tempo*. Org. Nanci Fernandes, Maria Thereza Vargas e João Roberto Faria. São Paulo: Perspectiva, 2023.
- MILLIET, Sergio. Saudade de circo. *O Estado de S. Paulo*, 6 de maio, 1961.
- NOITE de São Paulo. Programa. Theatro Municipal. Espetáculo de gala em benefício do “Preventório Santa Clara” de Campos do Jordão. Representação da fantasia em três atos de Alfredo Mesquita *Noite de São Paulo*. Música de Dinorá de Carvalho. São Paulo, 5 de dezembro de 1936.
- NOTAS de arte. *Correio Paulistano*, sábado, 17 de outubro de 1936, p. 6. Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional.
- PRADO, Décio de Almeida. O teatro. In: ÁVILA, Affonso (Org.) *O modernismo*. São Paulo: Perspectiva, 1975, p. 139-151.
- SCHWARTZMAN, Simon BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Edusp, 1984.

CRIAÇÃO • CREATION)



Games for Change Türkiye Festival '24



December 7–8
Bahçeşehir University

Acessibilidade e inovação: o IEB Minecraft como ferramenta para exploração de acervos

[Accessibility and innovation: IEB Minecraft as a tool for exploring collections

Pedro B. de Meneses Bolle^r

RESUMO • O Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) concebeu um jogo de videogame no qual os participantes criam seus próprios personagens e entram no prédio da instituição para explorar de forma lúdica os acervos distribuídos entre o Arquivo, a Biblioteca e a Coleção de Artes Visuais. O objetivo do lançamento do IEB Minecraft é divulgar o Instituto para um público novo – com idade estimada de 12 a 20 anos –, já acostumado com a linguagem digital e o mundo dos games, tornando-se uma forma inovadora de colocar os jovens para acessar as coleções do IEB de forma lúdica e interativa. A seleção do acervo para o jogo engloba temas relacionados a obras e trajetórias de brasileiros de matriz africana – intelectuais, artistas, poetas –, em suas múltiplas expressões. • **PALAVRAS-CHAVE** • Minecraft; acesso a acervos; IEB; jogo. • **ABSTRACT** • The Instituto

de Estudos Brasileiros (IEB) has designed a video game in which participants create their own characters and enter the institution's building to playfully explore the collections distributed between the Archives, the Library and the Visual Arts Collection. The aim of the launch of IEB Minecraft is to promote the Institute to a new audience – with an estimated age between 12 and 20 years old –, already used to digital language and the world of games, becoming an innovative way of getting young people to access the IEB's collections in a playfully and interactively. The selection of the collections for the game encompasses themes related to the works and trajectories of Brazilians of African descent and Black history – intellectuals, artists, poets – in their multiple expressions. • **KEYWORDS** • Minecraft; exploring collections; IEB; videogame.

Recebido em 30 de outubro de 2024

Aprovado em 6 de novembro de 2024

BOLLE, Pedro B. de Meneses. Acessibilidade e inovação: o IEB Minecraft como ferramenta para exploração de acervos. *Rev. Inst. Estud. Bras.* (São Paulo), n. 89, 2024, e10717.



Seção: Criação

DOI: [10.11606/2316901X.n89.2024.e10717](https://doi.org/10.11606/2316901X.n89.2024.e10717)

^r Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).

Antes de entrarmos propriamente no projeto em si, vamos caracterizar o que exatamente é o jogo IEB Minecraft.

Minecraft é uma plataforma e um jogo de sandbox² que permite aos jogadores explorar um mundo gerado aleatoriamente, construindo e interagindo com o ambiente de diversas maneiras. Criado em 2011 por Markus Persson – conhecido como “Notch” –, desenvolvido pela Mojang Studios, e posteriormente vendido à Microsoft, ele se destaca por seu estilo gráfico em blocos e pela liberdade que oferece: os jogadores podem minerar recursos, construir estruturas, criar máquinas, cultivar, e até enfrentar criaturas. O jogo possui diferentes modalidades de interação, como, por exemplo, o modo criativo, que permite construir sem limitações, e o modo sobrevivência, no qual os jogadores devem gerenciar os recursos coletados e enfrentar desafios para sobreviver. Com uma comunidade vibrante e uma infinidade de mods³, o Minecraft se tornou uma plataforma para aprendizado, criatividade e colaboração (GOLDBERG; LARSSON, 2013).

A IMPORTÂNCIA DA GAMIFICAÇÃO

Transformar algo estático em dinâmico é um dos papéis da gamificação, uma estratégia que utiliza elementos de jogos em contextos não necessariamente relacionados a entretenimento, como a educação, para aumentar o engajamento e a motivação dos aprendizes. Essa abordagem se baseia na teoria do aprendizado experencial, que sugere que as pessoas aprendem melhor quando estão ativamente envolvidas em atividades que estimulam suas emoções e sua participação (BRAY; MCCLASKEY, 2016). Dentre as funções da gamificação no processo de aprendizagem, podemos citar o aumento do engajamento, pois essa estratégia torna o aprendizado

² Jogos sandbox proporcionam um ambiente aberto onde é possível explorar, criar e interagir com o mundo virtual de formas variadas e inovadoras.

³ É um termo usado para denominar uma alteração em um jogo de forma a fazê-lo operar de forma diferente da original.

mais atraente e instigante. Elementos como pontuações, badges⁴ e níveis ajudam a capturar a atenção dos jogadores e os incentivam a participar mais ativamente. De acordo com Karl Kapp, em *The gamification of learning and instruction* (2012), esses elementos podem transformar tarefas desinteressantes em desafios emocionantes. Existe ainda a possibilidade de *feedback* imediato, aprendizagem colaborativa, o que muitas vezes incentiva a colaboração e a competição saudável. No nosso caso, a gamificação criou um ambiente onde os alunos e jogadores trabalham juntos para atingir objetivos comuns, o que reforça a aprendizagem social. Em *The multiplayer classroom* (2012), Lee Sheldon explora como a colaboração em ambientes de aprendizagem gamificados pode melhorar as habilidades interpessoais.

No jogo, priorizamos o desenvolvimento que exige a aplicação de várias habilidades cognitivas e sociais, como resolução de problemas, pensamento crítico e comunicação. Através da gamificação, os jogadores têm a oportunidade de desenvolver e aprimorar essas habilidades em um ambiente seguro e controlado. É importante ainda citar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, criados em 2015, que visam promover um futuro mais justo, igualitário e sustentável para o planeta. Esses objetivos podem ser especialmente relevantes quando se trata da indústria de videogames, e foi aí que projetamos o enquadramento no ODS 4.3, que busca garantir o acesso igualitário de todos os jovens à formação técnica, profissional e superior de qualidade, e no ODS 10.2, que se baliza na promoção da inclusão social, econômica e política de todos, independentemente de suas características individuais, como origem étnica, gênero ou *status social*.

Para os desenvolvedores de videogames de um modo geral e para o jogo do IEB especificamente, alinhar seus produtos a essas metas não é apenas uma questão de responsabilidade social, mas também uma oportunidade de influenciar positivamente a sociedade por meio de suas plataformas.

ODS 4.3: Acesso a uma educação de qualidade para todos

Um jogo de videogame pode ser uma poderosa ferramenta de aprendizado e educação, desde que seja projetado para fornecer conteúdo educativo acessível e de qualidade. Jogos que estimulam habilidades cognitivas, criatividade e resolução de problemas podem ser extremamente benéficos. Além disso, as ofertas de jogos que abordam temas como ciência, história, matemática, e até mesmo habilidades socioemocionais, podem ser uma forma divertida e eficaz de engajar jovens em aprendizagens que, de outra forma, poderiam ser menos atrativas. No contexto do ODS 4.3, a criação de jogos educativos que sejam acessíveis a diversas camadas da população, inclusive por meio de plataformas móveis ou de baixo custo, pode garantir que mais jovens, especialmente em áreas carentes, tenham acesso a uma educação de qualidade.

⁴ Badges digitais são credenciais virtuais concedidas a uma pessoa por dominar uma habilidade, concluir um objetivo predeterminado ou ainda alcançar um resultado específico de aprendizagem dentro de um jogo de videogame.

ODS 10.2: Promoção da inclusão social, econômica e política

O alinhamento com o ODS 10.2 é igualmente crucial, especialmente em uma indústria que, historicamente, tem sido criticada pela falta de diversidade e inclusão. Criar jogos que representem uma gama diversificada de personagens e cenários, que refletem culturas, gêneros, etnias e orientações sexuais variadas, pode contribuir para a inclusão social e a redução das desigualdades. Jogos com representatividade ajudam a quebrar estereótipos e permitem que jogadores de diferentes origens se sintam mais conectados ao conteúdo, promovendo a empatia e a compreensão. Além disso, a criação de oportunidades dentro da indústria para pessoas de diferentes origens e classes sociais também é um passo importante para a inclusão econômica e política. Um dos reflexos do ODS 10.2 é garantir que todos, independentemente de sua origem social ou econômica, tenham as mesmas oportunidades para se envolver com a indústria de videogames e contribuir com suas perspectivas únicas.

De um modo geral, a indústria de videogames, ao alinhar-se com os ODS 4.3 e 10.2, pode desempenhar um papel transformador no desenvolvimento de uma sociedade mais inclusiva, igualitária e educada. Jogos não são apenas uma forma de entretenimento, mas também um meio poderoso de educação e inclusão social. Portanto, é essencial que os desenvolvedores estejam conscientes da sua responsabilidade social e criem experiências que não só promovam o prazer do jogo, mas também contribuam para um mundo mais justo e sustentável, respeitando e promovendo a diversidade, a educação acessível e a igualdade de oportunidades para todos (ONU, 2015).

Estabelece-se, dessa forma, uma interação entre o videogame e a internet com o celular e o computador pessoal; são realmente múltiplas mídias trabalhando juntas para a personalização do aprendizado. O jogador não necessariamente precisa ter todas elas, mas pode usufruir as que tiver, fazendo com que, mesmo com acesso restrito, o progresso no jogo seja possível. Essa gamificação do IEB Minecraft permite que os jogadores e alunos possam progredir em seu próprio ritmo, escolhendo desafios que correspondam ao seu nível de habilidade e interesse. Isso é abordado no livro *How to personalize learning*, de Barbara Bray e Kathleen McClaskey, que discute a importância de adaptar o aprendizado às necessidades individuais.

Contextualizando o jogo no ambiente do IEB, foi necessário desenvolver um método para esse fim, a saber, a criação de QR codes, códigos gerados através de blocos brancos e pretos, que simulam os códigos de acesso ao site do IEB, aos vídeos, podcasts, palestras, livros, entre tantas outras mídias diversificadas dentro do jogo.

De fato, a criação do IEB Minecraft nos leva a um jogo de videogame em que os participantes criam seus personagens e visitam o prédio do Instituto para explorar de forma lúdica os acervos. O lançamento do game teve como objetivo a ampliação da divulgação da instituição para um público novo, já habituado à linguagem digital

e ao mundo dos jogos eletrônicos. O público-alvo vai dos 12 aos 20 anos de idade⁵, escolha que foi determinada a partir de uma demanda muito clara na época da pandemia e *lockdown*, em que a universidade parou com suas atividades presenciais, transformando-as em virtuais. Nessa época, a USP deixou de fazer do modo usual seu maior evento presencial, a Feira USP e as Profissões.

E aqui cabe um parêntese. A Feira USP e as Profissões é um evento anual destinado aos vestibulandos e demais interessados em conhecer os cursos de graduação oferecidos pela USP. Apresenta aos jovens do ensino médio e de cursinhos pré-vestibular como é a vida acadêmica de uma universidade, informando dados importantes para a escolha consciente de sua futura profissão. Ao mesmo tempo, o evento contribui para que o estudante, ao tornar-se universitário, desenvolva um relacionamento integrador não apenas com a comunidade universitária, mas com a sociedade, aproveitando as múltiplas atividades acadêmicas, culturais e sociais que a USP oferece (FEIRA USP..., s.d.).

Importa observar que a Feira USP e as Profissões, nesse ano da pandemia e isolamento social, tornou-se o maior evento virtual da USP, obtendo mais de 1 milhão de acessos em 2020 (CRUZ, 2020).

O IEB Minecraft, nome dado ao projeto desde o início, foi criado a partir da ideia de mudar o padrão das feiras online, em que os participantes apenas assistem a vídeos através de *lives*, forma comumente usada em muitos eventos ainda hoje em dia e já um tanto saturada. A intenção naquele momento era inovar e usar a energia concentrada naquele período difícil –quando tudo se intensificou e migrou para o virtual – para emplacar um jogo dentro da Universidade, tarefa que prontamente foi apoiada pela direção do IEB (em 2020) como forma de transformar e apostar no desconhecido com a promessa de mudança renovadora. O jogo foi desenvolvido em uma plataforma bem conhecida entre os jogadores (COX, 2020). O Minecraft era o segundo game mais vendido no mundo até 2020, com mais de 300 milhões de cópias, sendo 176 milhões de unidades físicas (AMOS, 2020, p. 33), atrás apenas do clássico Tetris, de 1984, trazendo múltiplas dimensões e possibilidades de criação. Seu gráfico característico, em que todo o visual é formado por “pixels aumentados”⁶, permite a construção de formas e combinações literalmente infinitas.

5 A mesma faixa etária do público-alvo da Feira USP e as Profissões, que abrange alunos do ensino fundamental II (6º ao 9º ano) até a idade pré-vestibular.

6 Expressão que geralmente usamos – comparando os blocos do jogo com pixels, que no final se traduzem em formas, construções e artefatos – para nos referir ao processo de ampliar uma imagem.



Figuras 1 e 2 – Comparativo entre a Biblioteca do IEB (foto: Cecília Bastos/Jornal da USP) e a imagem que a representa dentro do jogo com a adaptação necessária

Além do desenvolvimento de toda a parte gráfica fidedigna às dependências do Instituto, propõe-se a possibilidade de apresentação para um público externo de obras de arte, livros e documentos que compõem o acervo do IEB. Um estudo inicial foi feito sobre a construção de uma versão preliminar que pudesse se assemelhar a um museu, onde as obras deveriam aparecer para chamar a atenção dos jogadores (NEEDLER; SOUTHAM, 2015).

A partir desse teste de construção inicial, foi percebido que os materiais mais usados seriam o vidro e o concreto, pela própria arquitetura do prédio. Como incluir

essas formas dentro do jogo era o primeiro desafio. A primeira imagem descoberta nessa pesquisa foi a de um mosaico colorido que simulava um vitral de uma catedral gótica francesa, inteiramente feita de peças quadradas de vidro que, dentro do jogo, são formadas por areia coletada (minerada) colocada dentro de uma fornalha juntamente com corantes, também descobertos dentro do jogo em plantas, pedras, cristais ou ainda vegetais. Esse processo permitiu que as primeiras ideias saíssem do papel e se tornassem essa realidade virtual.

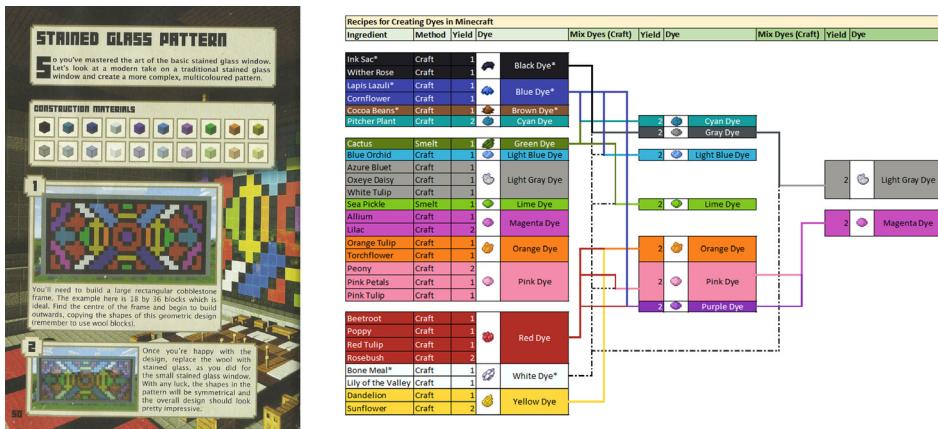


Figura 3 – À esquerda, vitral com mosaico; à direita, tabela com padrões de cor e tinturas encontradas no jogo Minecraft. Fonte: Needler (2015, p. 55)

Seguindo esse propósito, a partir de uma definição técnica da possibilidade de desenvolvimento, o jogo começou a ser criado e pensado numa versão beta a partir do final de 2020. Testes foram feitos, construções um pouco ainda deslocadas foram trabalhadas e depois de algum tempo percebeu-se que uma só pessoa não conseguiria construir tudo sozinha a tempo. Pois no início de setembro de 2021, quando se iniciaria a Feira USP e as Profissões, tudo já deveria estar online.

E, sobretudo, tinha que se levar em conta que haveria necessidade de um propósito e um conceito para sinalizar o que os jogadores iriam fazer ou pesquisar dentro do jogo, e o que exatamente estaria disponível ao público. A ideia era focar numa questão fundamental da sociedade brasileira, tendo como pano de fundo a luta contra o racismo estrutural que nos estigmatiza. Depois de séculos de escravatura como mola do nosso processo social, é mais do que tempo de aproveitar toda e qualquer oportunidade para reconhecer o legado cultural que os brasileiros de matriz africana nos trouxeram e trazem – e o IEB apresenta extraordinários recursos para tanto.

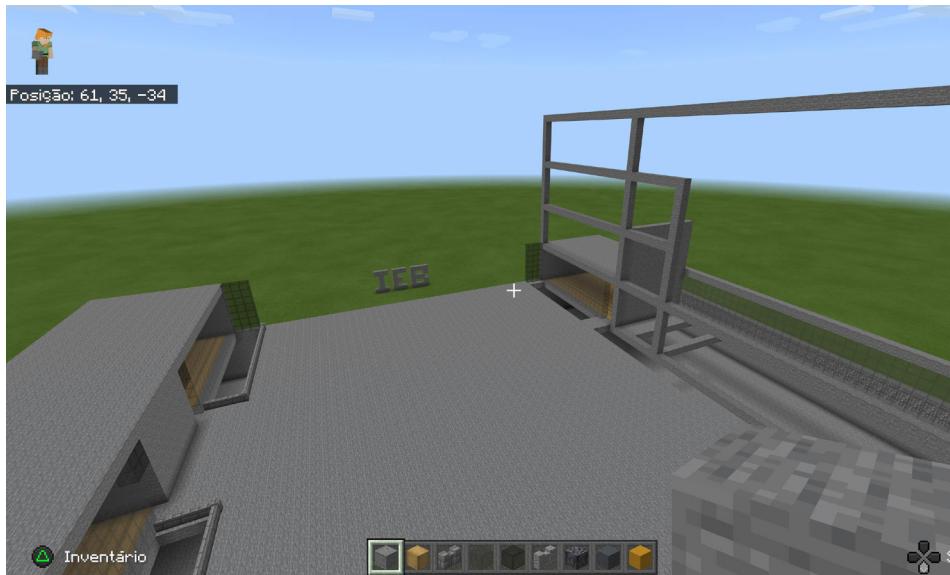


Figura 4 – Início da montagem do jogo, ainda nas fundações e construções das estruturas principais. Foto: Reprodução

Começamos a partir de então a juntar uma equipe especializada⁷ em construção de games, programação, pesquisa, arquitetura, direitos autorais e principalmente em curadoria. Ao criar o conceito propriamente dito, foi realizada uma curadoria digital, que preparou uma seleção especial sobre temas relacionados às obras e trajetórias de pessoas negras enquanto intelectuais, artistas, poetas, enfim, em suas múltiplas expressões presentes nos acervos do Arquivo, da Biblioteca e da Coleção de Artes Visuais. Estudos e pesquisas publicados nas edições da *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* (OLIVA; MORAES; MARRAS, 2015) através do Dossiê História e Culturas Afro-brasileiras (AMARAL, 2015), juntamente com os podcasts (PODCAST, 2021) e webinars⁸ (IEBINÁRIO, 2021), também compõem o material e foram o início de tudo, dando aos participantes uma dimensão do que encontrariam quando estivessem presencialmente no local.

⁷ Integrantes: Alessandra Miranda, Denise de Almeida Silva, Diego Ávila Lopes, Flávio Luis de Ávila Lopes, Flávio Ribeiro Mariano, Guilherme Lassabia de Godoy, Jimmy Ponderosa, Karen Grujicic Marcelja, Mariana do Nascimento Ananias, Maxwell Rodrigues, Pedro B. de Meneses Bolle, Renato Takeshi Hamatu e Ricardo Bathó – de forma gratuita e voluntária.

⁸ Nossos webinars são chamados de IEBinários.



Figura 5 – Uma das salas disponíveis dentro do jogo, onde se encontra muito material de pesquisa

A equipe de curadores⁹ selecionou parte dos acervos especificamente como recorte para o jogo, para o público-alvo e pensando na temática escolhida – foram nove itens na primeira fase, cada um representado por salas escondidas no jogo, a ser desvendadas, descobertas, desbravadas, onde se encontram os grandes temas abaixo assinalados, cada um localizado numa sala.

SALA MÚSICA

O gamer assiste ao vídeo da TV USP *Mulheres no topo: a ascensão feminina no rap*, ouve áudios através do programa da Rádio USP “O samba pede passagem”, de Moisés da Rocha, que está desde 1978 no ar; vê a live gravada com a conversa do professor Walter Garcia e os alunos Guilherme Botelho, Raquel Sciré e Lucas Marquezin, que retratam suas pesquisas nos mundos do samba e do rap; e também tem acesso a manuscritos importantes sobre rap e samba, encontrados na *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* n.70, de 2018.

SALA RELIGIOSIDADE

No acervo de Mário de Andrade, que colecionava objetos de religiões de matriz africana, encontram-se discussões sobre intolerância e liberdade religiosa, abarcando religião e magia, música e dança. Está disponível também no jogo, dentro desse recorte, um podcast, “Liberdade religiosa é um direito fundamental”, com a

9 Curadores: Denise de Almeida Silva, Guilherme Lassabia de Godoy e Mariana do Nascimento Ananias.

professora Eunice Prudente, da Faculdade de Direito da USP, que fala para a Rádio USP. A partir de matérias do *Jornal da USP* encontramos temas sobre repressão e religiosidade afro-brasileiras, como as entrevistas do professor Vagner Gonçalves da Silva, que fala sobre a intolerância que marca a trajetória das religiões de origem africana no Brasil.



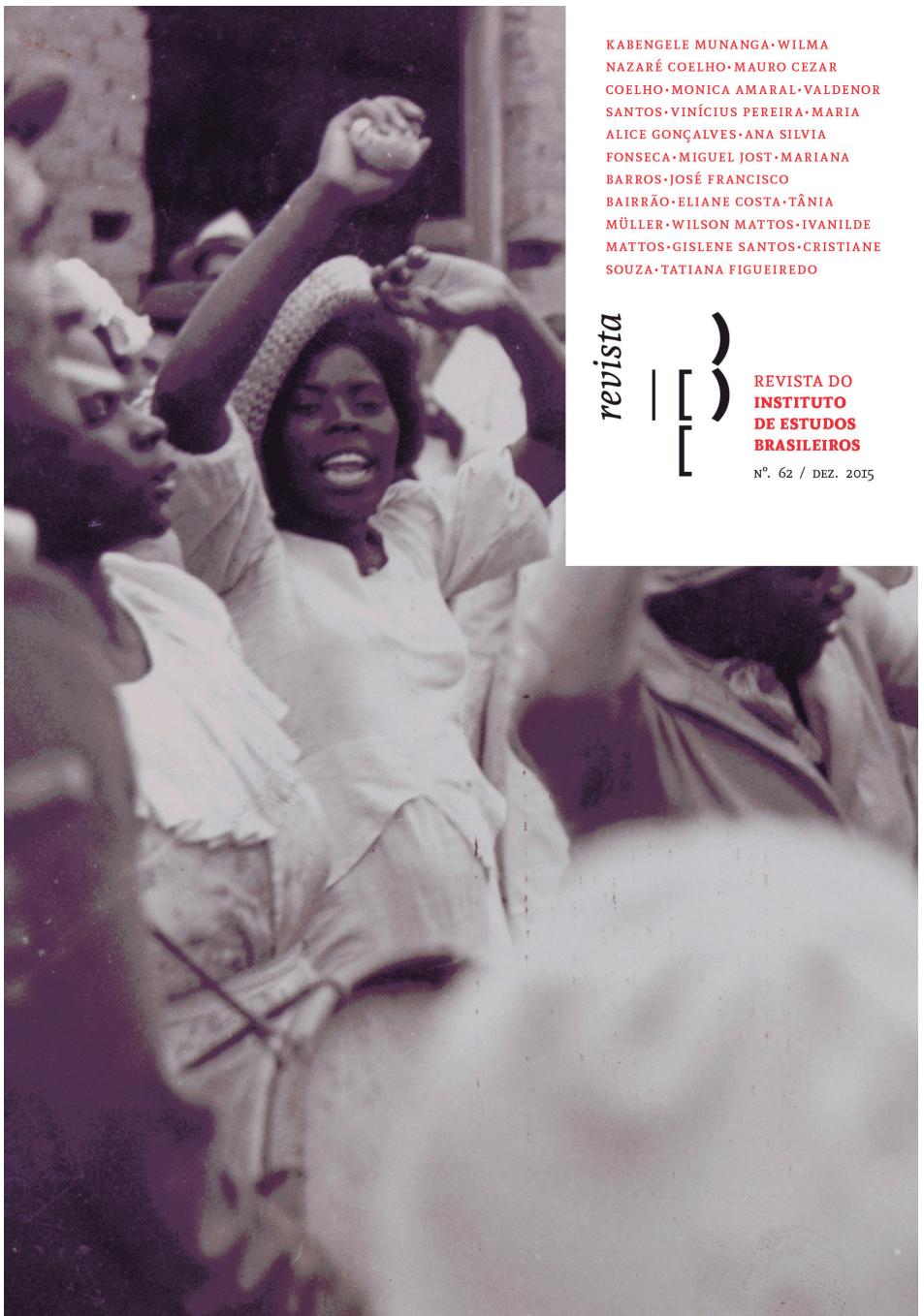
Figuras 6 e 7 – À esquerda, retrato de Luiz Gama publicado no artigo “Centenario de Luiz Gama: o Brasil commemora hoje o primeiro centenário do nascimento do illustre abolicionista” (Arquivo IEB/USP, Fundo Mário de Andrade, MA-R020-05); à direita, trecho do artigo do periódico “Os direitos humanos, a luta de Luís Gama” (Arquivo IEB/USP, Fundo Ernani Silva Bruno, ESB(75A)I-II4)

SALA BIBLIOTECA

Espaço centrado em Luiz Gama. Dois dos raros exemplares da primeira edição de 1859 do livro de poesia *Primeiras trovas burlescas de Getulino*, escrito por Luiz Gama, fazem parte do acervo da Biblioteca do IEB e são expostos nessa sala do jogo. Também se encontra aí o artigo “Os direitos humanos: a luta de Luiz Gama”, de Ernani Silva Bruno, documento que faz parte do Fundo Ernani Silva Bruno do acervo do IEB. Há, além disso, a exposição de um seminário, realizado pelo IEB, “Luiz Gama no IEB e na BBM”, em que a professora Lígia Ferreira fala sobre as obras do poeta abolicionista em conversa com o professor Marcos Antonio de Moraes.

SALA ARQUIVO

Sala dedicada a André Rebouças. Entre outros textos, há aí o Diário de André Rebouças publicado durante a Guerra do Paraguai em maio de 1866.



KABENGELE MUNANGA • WILMA
NAZARÉ COELHO • MAURO CEZAR
COELHO • MONICA AMARAL • VALDENOR
SANTOS • VINÍCIUS PEREIRA • MARIA
ALICE GONÇALVES • ANA SILVIA
FONSECA • MIGUEL JOST • MARIANA
BARROS • JOSÉ FRANCISCO
BAIRRÃO • ELIANE COSTA • TÂNIA
MÜLLER • WILSON MATTOS • IVANILDE
MATTOS • GISLENE SANTOS • CRISTIANE
SOUZA • TATIANA FIGUEIREDO

revista
[] }
REVISTA DO
INSTITUTO
DE ESTUDOS
BRASILEIROS

nº. 62 / DEZ. 2015

Figura 8 – Samba de rua (detalhe). [1937]. Arquivo IEB/USP, Fundo Mário de Andrade. Capa da *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* n. 62 (2015)

SALA MULHERES NEGRAS

Temos aí a fala de Vanderli Custódio, professora do IEB, que, após uma bela carreira estudando recursos hídricos, aposentou-se em 2018. Através de trechos do vídeo *Café expresso*, ela discute a globalização e a fragmentação da sociedade e a renovação das universidades pelos intelectuais periféricos. Carolina Maria de Jesus está presente em um vídeo produzido pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), em que Elena Pajaro Peres, pós-doutora pelo IEB, fala sobre a vida e obra da escritora. Chica Barrosa aparece no podcast de Mariana Ananias “Chica Barrosa: uma violeira negra no sertão oitocentista”.

SALA MÁRIO DE ANDRADE

Mário viajou o Brasil coletando materiais sobre diferentes expressões culturais brasileiras. No jogo você conhece o trajeto de uma das viagens etnográficas que ele fez pelo Brasil. Mário de Andrade, diretor do Departamento de Cultura de São Paulo, na década de 1930, planejou as comemorações do Cinquentenário da Abolição do regime escravocrata, na Pauliceia e na capital do país. Para saber mais sobre essa história, o jogo mostra o podcast “As comemorações do Cinquentenário da Abolição planejadas por Mário de Andrade”, de Angela T. Grillo. Pode-se ainda conhecer nessa sala a Casa Mário de Andrade através do filme dirigido pela professora Telê Ancona Lopez e por Luiz Bargmann, em que é apresentada a residência de Mário de Andrade, à Rua Lopes Chaves, 546, na Barra Funda, São Paulo. Com imagens de arquivo, filmes, fotografias e peças de sua coleção de artes, livros e discos, é oferecido um olhar sobre a morada do escritor. Mário era curioso dos muitos elementos das culturas brasileiras, inclusive a culinária. É também apresentado o IEBinário “Fome estomacal de Brasil: Mário de Andrade e a cozinha brasileira”, numa discussão saborosa com o professor Marcos Antonio de Moraes, Viviane Aguiar, Claude Guy Papavero, Jakeline Fernandes Cunha e Paula de Oliveira Feliciano.

SALA MACHADO DE ASSIS

Aqui são apresentadas informações sobre o escritor, um dos maiores expoentes da literatura brasileira, com trechos do vídeo *Livros da Fuvest*, do Canal USP do YouTube. O livro *Memórias póstumas de Brás Cubas*, de acordo com a professora Thaís Toshimitsu, aborda a contradição da sociedade brasileira do século XIX: escravocrata e ao mesmo tempo capitalista e defensora de ideias liberais. Esses excertos e muito mais são encontrados dentro dessa sala, além de fotos do Arquivo do IEB.

SALA HISTÓRIA DA ÁFRICA E DO NEGRO

Nesse recinto é possível explorar o pensamento de Kabengele Munanga, antropólogo e professor brasileiro-congolês que é especialista em antropologia da população afro-brasileira, atentando-se à questão do racismo na sociedade brasileira. São apresentados textos como “Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje?”, publicado na *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* n. 62, de 2015, além da história desse professor e intelectual no programa *Trajetórias* da TV USP.

SALA MILTON SANTOS

É possível conhecer, nesse espaço, um pouco sobre o geógrafo de reconhecimento internacional Milton de Almeida Santos – que produziu um trabalho que inova ao abordar o conceito de espaço e a relação do indivíduo frente ao capitalismo –, incluindo sua trajetória, obra e seu arquivo pessoal com o podcast “Milton Santos: um intelectual inovador e surpreendente, falando a partir da geografia”, realizado pelo professor Jaime Tadeu Oliva.

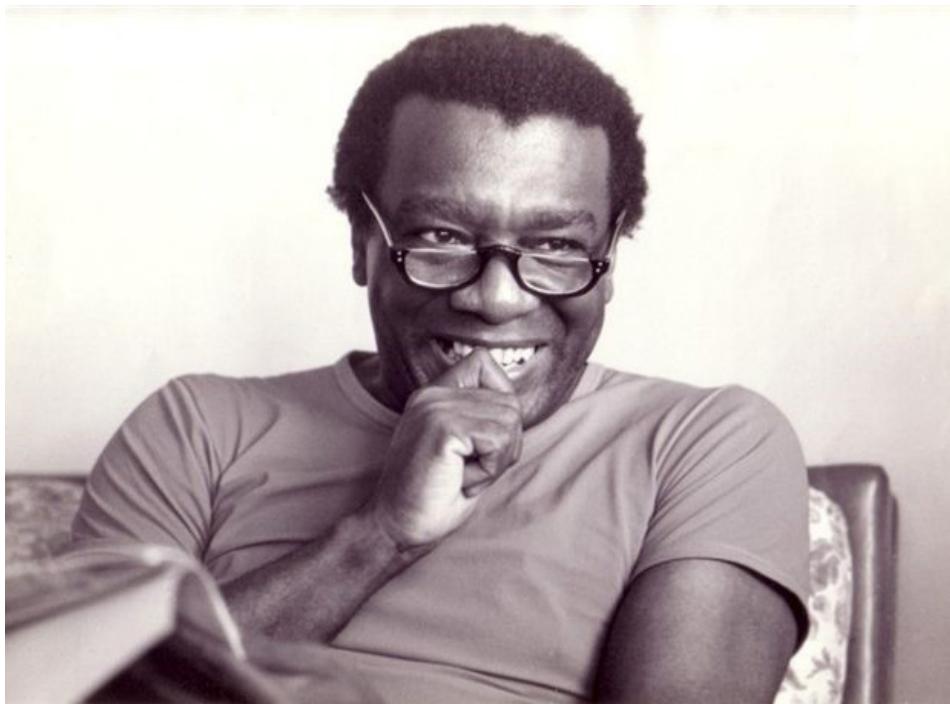


Figura 9 – Milton Santos, 1977 (Arquivo IEB/USP, Fundo Milton Santos)

Na sala ainda se encontram recortes do artigo “Aspectos da produção teórica e da organização do arquivo de documentos do geógrafo Milton Santos”, publicado na *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* pela pesquisadora Flavia Grimm,

que apresenta a contribuição do autor para a teoria geográfica a partir da sistematização de seu arquivo pessoal.

Aqui terminam as nove salas. É possível ainda que haja dezenas ou centenas de outras salas e estudos de outros ricos acervos do IEB que podem ser acrescentados a qualquer momento dentro do jogo – ideias não faltam. Incentivar a cultura entre adolescentes através dos acervos do IEB é um caminho promissor para enriquecer o aprendizado e cultivar a apreciação da diversidade cultural brasileira. Com abordagens interativas e reflexivas, podemos transformar o ensino em uma experiência significativa e impactante.



Figura 10 – Criação de QR codes personalizados dentro do IEB Minecraft, sendo possível incluir novas mídias, como vídeos, podcasts, textos, áudios, entre muitas outras

Importa finalmente dizer que o jogador, ao iniciar o game, escolhe seu personagem e, ao chegar à porta principal do IEB, recebe algumas instruções para percorrer as salas escondidas até então, conhecer o prédio e, assim, visitar os acervos disponibilizados de forma interativa. Ele irá encontrar essas nove salas temáticas, onde existem códigos escondidos que permitem que ele acesse o *site* do IEB e conheça as páginas completas do acervo em questão, desvendando um quebra-cabeça lúdico e instigante. Para participar, basta ter o jogo instalado. Para tanto, foi criado um servidor em que os jogadores podem se encontrar virtualmente no IEB e interagir com o prédio, as obras ou entre si. Um dos diferenciais do Minecraft e da dimensão de realidade virtual é a integração multiplataforma que une os jogadores. É possível acessá-lo pelo PC, através do Windows 11 e versões anteriores, pelos equipamentos da Apple, com suas versões de Mac, e até pela plataforma Linux numa edição em Java. Através de celulares simples também é possível. A multiplataforma não termina por

aí: ela une também a Sony através dos seus consoles de videogame Playstation Vita, PS3, PS4, PS5, PS5 Pro, além da Nintendo, com os consoles Switch, Switch Lite, 3DS e WiiU e, claro, dos consoles da própria Microsoft, como o XBOX e suas variações X, S, One e 360. Ainda é possível acessar através dos mais modernos portáteis, como o Rog Ally, Steam Deck e Legion Go. A versão escolhida para o jogo foi a Bedrock, que contempla mais da metade das plataformas existentes no mercado, possibilitando a ampliação do público jogador.

O lançamento do jogo durante o evento Feira USP e as Profissões 2021 foi atingido com êxito, mediante trabalho colaborativo sem custos para a USP, cumprindo com o prazo estipulado para o desenvolvimento da parte gráfica do jogo e curadoria do conteúdo a ser extrovertido, o que permitiu divulgar o Instituto em seus aspectos de uma arquitetura inovadora e do acervo enquanto patrimônio.



Figura II – Entrada do IEB dentro do jogo. Foto: Reprodução

Um IEBinário com desenvolvedores e curadores foi realizado para publicizar o desenvolvimento do projeto desde a ideia inicial, os desafios, a finalização e perspectivas futuras. Poder realizar a leitura do acervo a partir de uma temática transversal (a saber, a questão da influência cultural de afro-brasileiros), e não apenas das já conhecidas a partir de titulares do acervo, permitiu reconhecer e valorizar a riqueza do patrimônio artístico e documental do IEB, como também reverenciar os pesquisadores que dele fazem uso e publicam os resultados de suas pesquisas em artigos, podcasts e webinars disponibilizados como forma de entretenimento para os jogadores. Além dos acervos em questão, levou-se em

conta todo o trabalho de pesquisa dos docentes do IEB¹⁰, muitos deles citados dentro do jogo, nos diferentes acervos.

Do dia 3 de setembro de 2021 até 13 de outubro de 2021 foram realizadas mais de 100 interações e visitas por dia em que o jogo ficou no ar¹¹, somando-se por volta de 3 mil visitações por mês, crescentes a cada dia, pois à medida que o tempo passava, o acesso aumentava. Essas estatísticas ainda são manuais, pois o sistema em si não permite uma visualização clara de controle do acesso. Há a perspectiva de crescimento a partir da conversa que tivemos com a Secretaria Municipal de Educação¹², que ocorreu em 2022, em que se discutiu a divulgação para as escolas através da edição Minecraft Education, o que ampliará consideravelmente o acesso ao sistema.

Foram, portanto, 40 semanas de uma gestação com fases distintas e 10 pessoas que contribuíram de forma incrível para a realização do produto. O jogo é flexível e adaptável, permitindo constantes atualizações e interação entre os participantes. Reforça-se a ideia de futuras curadorias colaborativas junto à sociedade para que novas temáticas sejam exploradas e o acervo possa ser visto sob diversos ângulos e distintos públicos.

Recentemente surgiu a proposta para a participação, em Istambul, em dezembro deste ano, do evento Games for Change Türkiye Festival, na Bahçeşehir Üniversitesi (BAU), para a divulgação da experiência do Instituto na criação do IEB Minecraft. Esse convite, a nosso ver, demonstra o alcance da iniciativa e o reconhecimento da importância desse tipo de ferramenta para divulgar acervos no mundo todo a um público diversificado, ultrapassando a questão do ponto de vista do entretenimento.

“Visite, conheça e explore” é o chamado inicial do IEB Minecraft (2021) para que todos se sintam estimulados a se jogar na aventura de desvendar o acervo do Instituto, contribuindo para que ele cumpra sua função social de estudar a realidade brasileira.

PANORAMA COMPARATIVO – ESPAÇO FÍSICO / ESPAÇO VIRTUAL

Nas próximas figuras, apresentamos uma comparação entre as fotos dos ambientes físicos do Instituto e as imagens que os representam dentro do IEB Minecraft, todas pertencentes ao arquivo pessoal do autor.

10 Docentes do IEB: Alexandre de Freitas Barbosa, Ana Paula Cavalcanti Simioni, Fernando Paixão, Flávia Camargo Toni, Inês Cordeiro Gouveia, Jaime Tadeu Oliva, Luciana Suarez Galvão, Luiz Armando Bagolin, Marcos Antonio de Moraes, Monica Duarte Dantas, Paulo Teixeira Iumatti, Stelio Alessandro Marras, Walter Garcia, Antônio Dimas, Dulcilia Helena Schroeder Buitoni, Telê Ancona Lopez e Walniece Nogueira Galvão.

11 O jogo – que ficou no ar em 2021 e 2022 por via de servidores pagos – está disponível novamente, desde novembro de 2024, por mais um período de tempo.

12 Conversa realizada entre a equipe e Daniela Harumi Hikawa, coordenadora-geral da Secretaria Municipal de Educação /SME/Coped.

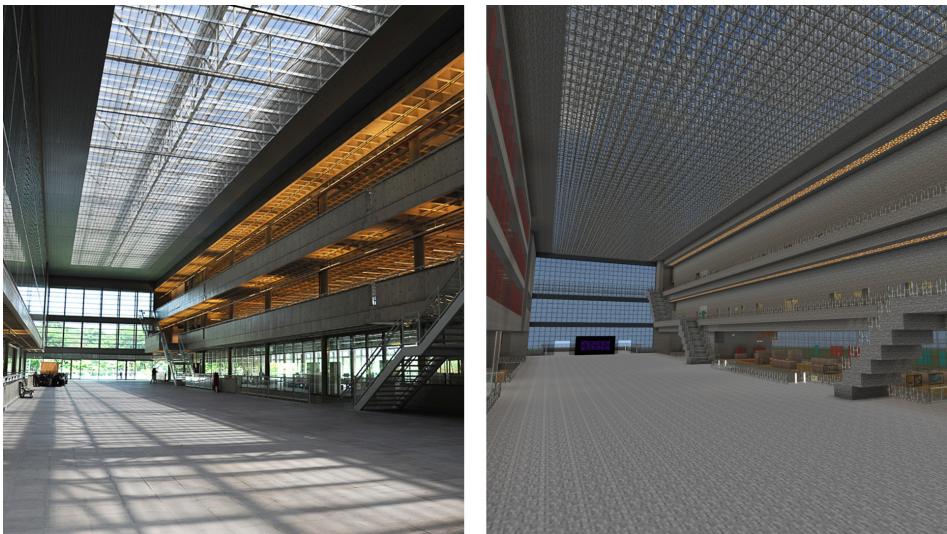


Figura 12 – Espaço interno real e dentro do jogo



Figura 13 – Espaço externo real (Auditório István Jancsó) e dentro do jogo

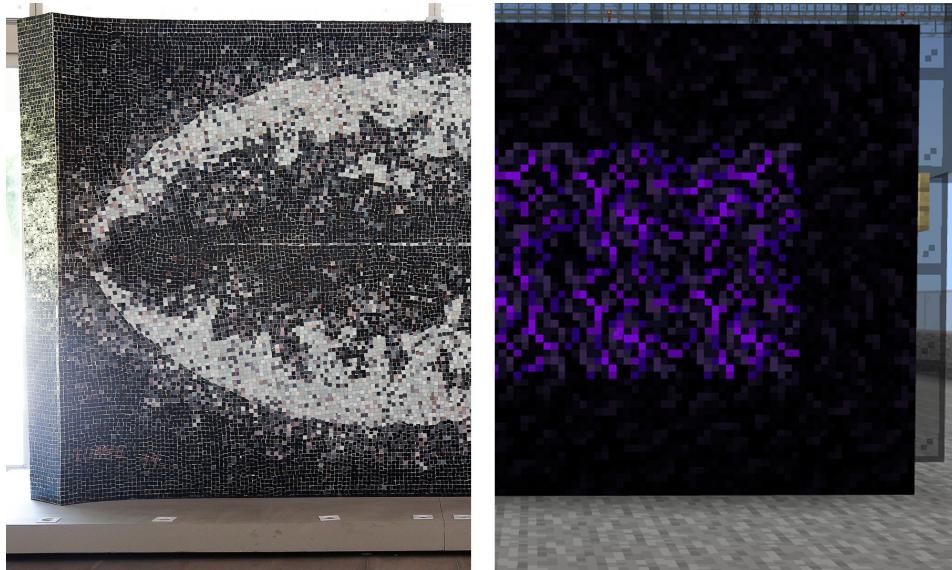


Figura 14 – Mosaico em pastilhas vítreas, da artista Tomie Ohtake, e a obra reproduzida dentro do jogo

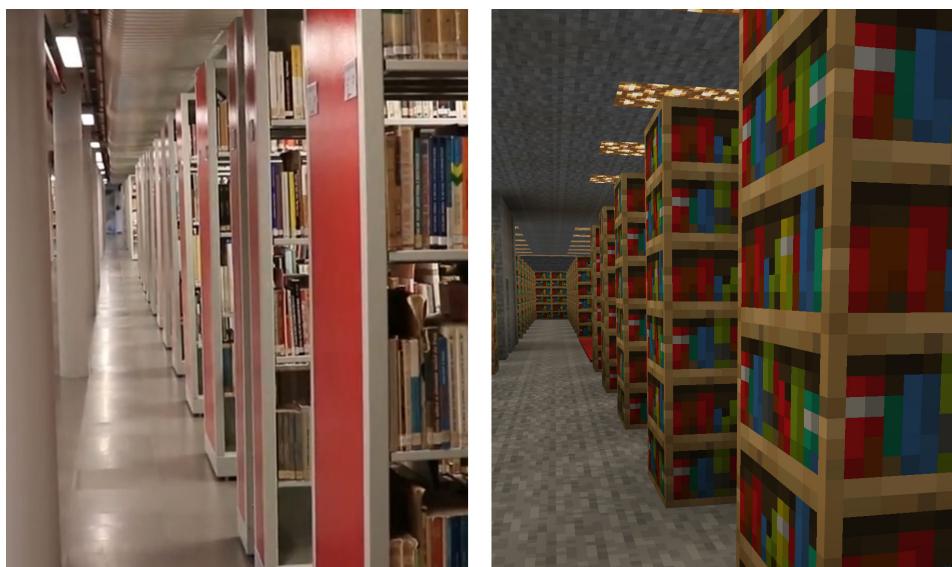


Figura 15 – Biblioteca real e espaço criado dentro do jogo simulando uma biblioteca

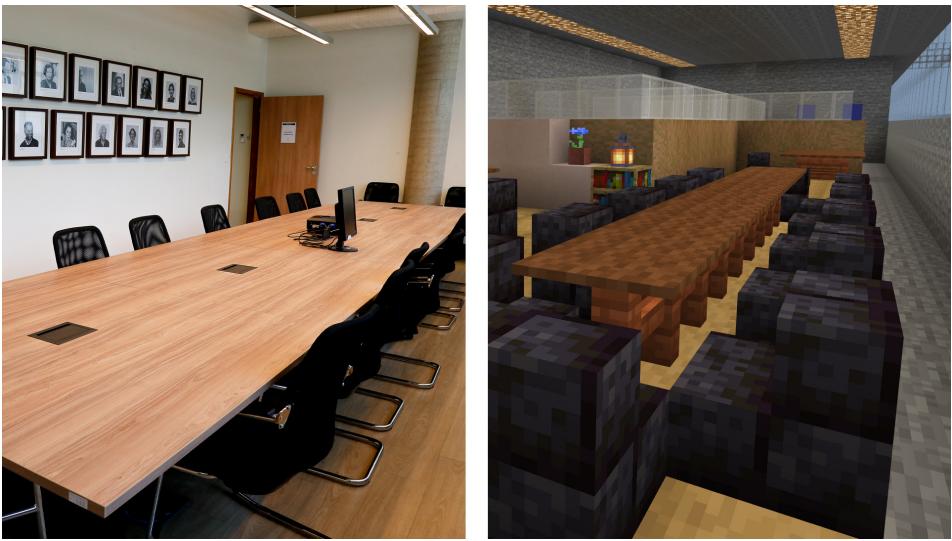


Figura 16 – Sala de reuniões real e espaço dentro do jogo

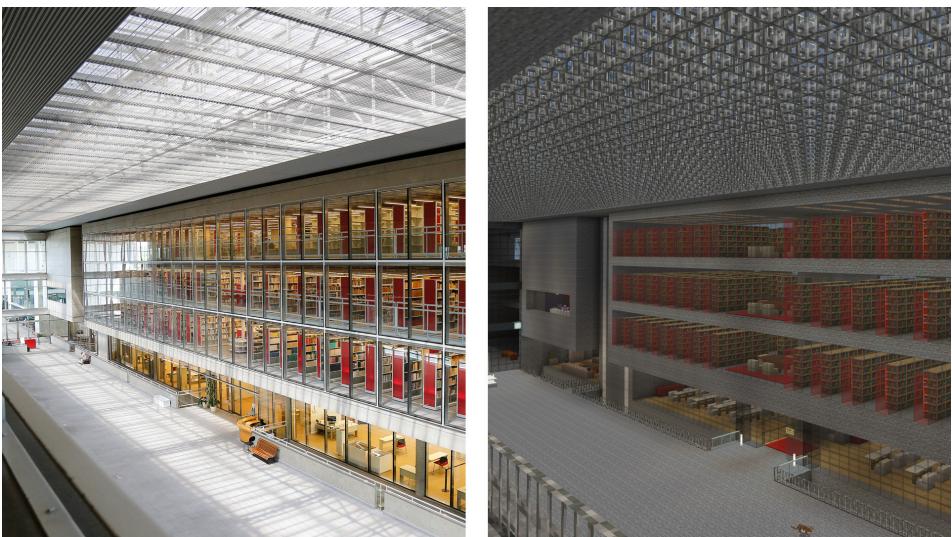


Figura 17 – Visão panorâmica do espaço central real e dentro do jogo na mesma perspectiva

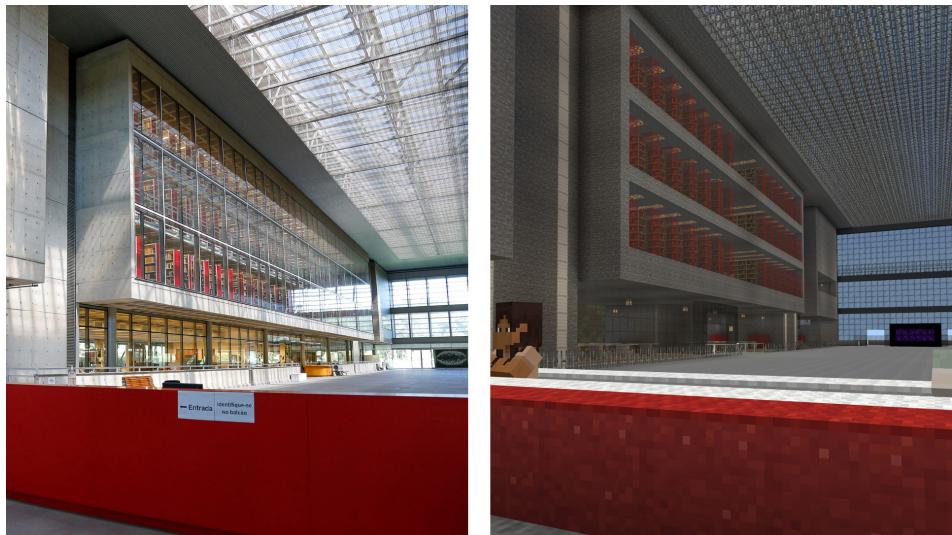


Figura 18 – Recepção real do IEB e recepção virtual dentro do IEB Minecraft

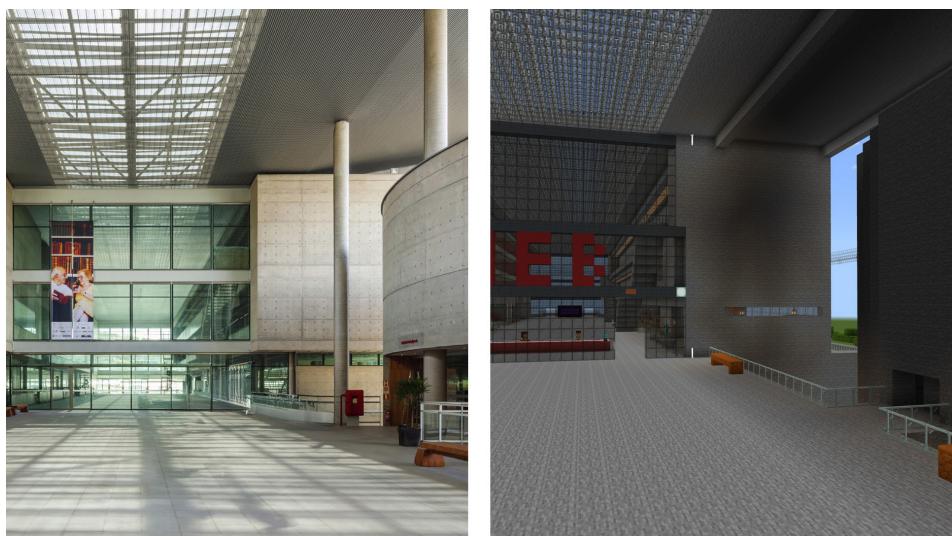


Figura 19 – Vão central do Espaço Brasiliana/IEB e espaço virtual no jogo

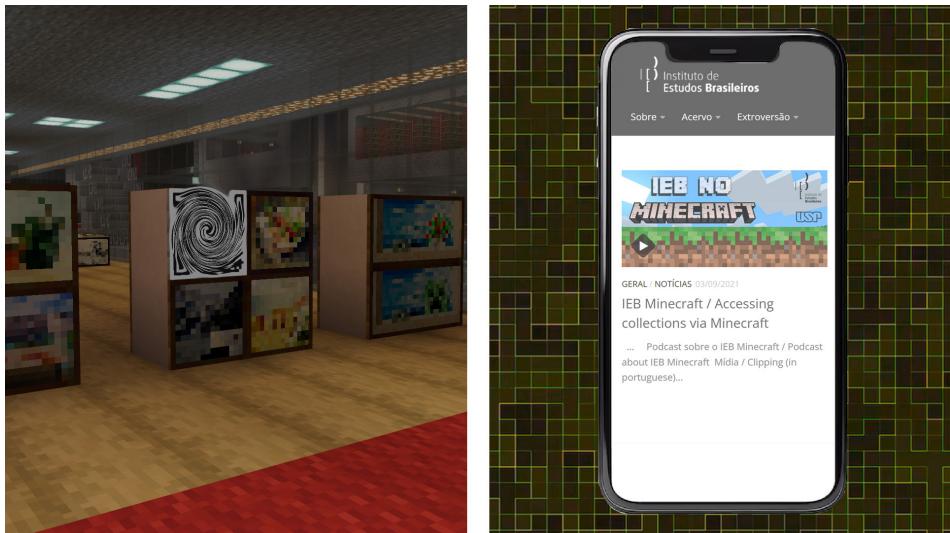


Figura 20 – QR code distorcido (pois só pode ser acessado dentro do jogo) e acesso via celular ao conteúdo dos acervos

SOBRE O AUTOR

PEDRO B. DE MENESES BOLLE é chefe técnico da Divisão de Apoio e Divulgação do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP), jornalista, analista de sistemas, jurado da Games for Change desde 2020 e idealizador do jogo IEB Minecraft.

pedrobmrb@usp.br
<https://orcid.org/0000-0003-3800-9046>

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Mônica G.T, NAZARÉ, Wilma (Org.). Dossiê História e Culturas Afro-brasileiras, *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, Brasil, n. 62, 2015, p. 20-207. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/issue/view/8151>. Acesso em: 23 jan. 2021.
- AMOS, Evan. *A história dos videogames: uma jornada fotográfica pelos consoles*. Volume 2. 1. ed. São Paulo: Editora Europa, 2020.
- BRAY, B.; MCCLASKEY, K. *How to personalize learning: a practical guide for getting started and going deeper*. Thousand Oaks: Corwin, 2016.

- COX, Alex. The history of Minecraft – the best selling PC game ever. TechRadar, September 4, 2020. Disponível em: <https://www.techradar.com/news/the-history-of-minecraft>. Acesso em: 31 out. 2024.
- CRUZ, Adriana. Atividades da edição virtual da Feira USP e as Profissões foram vistas mais de um milhão de vezes. *Jornal da USP*, 22 de setembro de 2020. Disponível em: <https://e.usp.br/rig>. Acesso em: 31 out. 2024.
- FEIRA USP E AS PROFISSÕES. Universidade de São Paulo. Pró-Reitoria de Cultura e Extensão, s.d. Disponível em: <https://e.usp.br/rij>. Acesso em: 30 out. 2024.
- GAMES for Change Türkiye Festival. Disponível em: <https://turkiye.gamesforchange.org>. Acesso em: out. 2024.
- GOLDBERG, Daniel; LARSSON, Linus. *Minecraft: the unlikely tale of Markus “Notch” Persson and the game that changed everything*. 2. ed. New York: Seven Stories Press, 2013.
- IEB – Instituto de Estudos Brasileiros. Disponível em: <https://www.ieb.usp.br>. Acesso em: out. 2024.
- IEBINÁRIO. Site dos webinars do IEB, s.d. Disponível em: <https://www.ieb.usp.br/iebinario>. Acesso em: 30 out. 2024.
- IEB Minecraft. Accessing collections via Minecraft. Setembro 2021. Disponível em: <https://www.ieb.usp.br/minecraft>. Acesso em: out. 2024.
- KAPP, Karl M. *The gamification of learning and instruction: game-based methods and strategies for training and education*. San Francisco: Pfeiffer, 2012.
- NAÇÕES Unidas Brasil. Objetivos de desenvolvimento sustentável no Brasil. s. d. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: out. 2024.
- OLIVA, Jaime Tadeu; MORAES, Marcos Antonio de; MARRAS, Stelio. Editorial. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, Brasil, n. 62, 2015, p. 15-16. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i62p15-16>.
- PINK, Daniel H. *Drive: the surprising truth about what motivates us*. New York: Riverhead Books, 2009.
- PODCAST DO IEB. Site do Spotify com Podcasts do IEB, s.d. Disponível em: <https://podcasters.spotify.com/pod/show/difusieb>. Acesso em: 30 out. 2024.
- NEEDLER, Matthew; SOUTHAM, Phil. *Minecraft: construction handbook – an Official Mojang Book*. 2. ed. New York: Scholastic, 2015.
- SHELDON, Lee. *The multiplayer classroom: designing coursework as a game*. Boston, MA: Cengage Learning, 2012.

Accessibility and innovation: IEB Minecraft as a tool for collection exploration

[Acessibilidade e inovação: o IEB Minecraft como ferramenta para exploração de acervos

Pedro B. de Meneses Bolle^r

ABSTRACT • The Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) has designed a video game in which players create their own characters and enter the institution's building to playfully explore the collections distributed among the Archives, the Library and the Visual Arts Collection. The aim of the launch of IEB Minecraft is to promote the Institute to a new audience – with an estimated age between 12 and 20 years old –, already accustomed to using the digital language and the world of games, becoming an innovative way to provide young people with access to the IEB collections playfully and interactively. The collections chosen for the game highlight themes related to the lives and work of Afro-Brazilian individuals and Black history – including intellectuals, artists, and poets – in all their diverse forms of expression.

• **KEYWORDS** • Minecraft; exploring

collections; IEB; videogame. • **RESUMO** • O Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) concebeu um jogo de videogame no qual os participantes criam seus próprios personagens e entram no prédio da instituição para explorar de forma lúdica os acervos distribuídos entre o Arquivo, a Biblioteca e a Coleção de Artes Visuais. O objetivo do lançamento do IEB Minecraft é divulgar o Instituto para um público novo – com idade estimada de 12 a 20 anos –, já acostumado com a linguagem digital e o mundo dos games, tornando-se uma forma inovadora de disponibilizar aos jovens o acesso às coleções do IEB de forma lúdica e interativa. A seleção do acervo para o jogo engloba temas relacionados a obras e trajetórias de brasileiros de matriz africana – intelectuais, artistas, poetas –, em suas múltiplas expressões. • **PALAVRAS-CHAVE** • Minecraft; acesso a acervos; IEB; jogo.

Recebido em 4 de novembro de 2024
Aprovado em 18 de novembro de 2024

BOLLE, Pedro B. de Meneses. Accessibility and innovation: IEB Minecraft as a tool for exploring collections. *Rev. Inst. Estud. Bras.* (São Paulo), n. 89, 2024, e10718.



Seção: Criação

DOI: [10.11606/2316901X.n89.2024.e10718](https://doi.org/10.11606/2316901X.n89.2024.e10718)

^r Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).

Before getting into the project itself, let's characterize what exactly the IEB Minecraft game is.

Minecraft is a platform and sandbox game² that allows players to explore a randomly generated world, building and interacting with the environment in different ways. Created in 2011 by Markus Persson known as "Notch", developed by Mojang Studios and later sold to Microsoft, it stands out for its blocky graphic style and the freedom it offers: players can mine resources, build structures, create machines, grow crops and even face creatures. The game has different modes of interaction, such as creative mode, which allows you to build without limitations, and survival mode, in which players must manage the resources they collect and face challenges in order to survive. With a vibrant community and a plethora of mods³, Minecraft has become a platform for learning, creativity and collaboration (GOLDBERG; LARSSON, 2013).

THE IMPORTANCE OF GAMIFICATION

Turning something static into something dynamic is one of the roles of gamification, a strategy that uses game elements in contexts not necessarily related to entertainment, such as education, to increase learner engagement and motivation. This approach is based on experiential learning theory, which suggests that people learn better when they are actively involved in activities that stimulate their emotions and participation (BRAY; MCCLASKEY, 2016). Among the functions of gamification in the learning process, we can mention increased engagement, as this strategy makes

² Sandbox games provide an open environment where you can explore, create and interact with the virtual world in a variety of innovative ways.

³ It's a term used to describe a change to a game that makes it operate differently from the original.

learning more attractive and thought-provoking. Elements such as scores, badges⁴ and levels help to capture players' attention and encourage them to participate more actively. According to Karl Kapp, in *The gamification of learning and instruction* (2012), these elements can turn uninteresting tasks into exciting challenges. There is also the possibility of immediate *feedback*, collaborative learning, which often encourages collaboration and healthy competition. In our case, gamification has created an environment where students and players work together to achieve common goals, which reinforces social learning. In *The multiplayer classroom* (2012), Lee Sheldon explores how collaboration in gamified learning environments can improve interpersonal skills.

In the game, we prioritize development that requires the application of various cognitive and social skills, such as problem-solving, critical thinking and communication. Through gamification, players have the opportunity to develop and hone these skills in a safe and controlled environment. It is also important to mention the UN's Sustainable Development Goals (SDGs), created in 2015, which aim to promote a fairer, more equal and sustainable future for the planet. These goals can be especially relevant when it comes to the video games industry, and that's where we designed the framework in SDG 4.3, which seeks to ensure equal access for all young people to quality technical, vocational and higher education, and SDG 10.2, which is based on promoting the social, economic and political inclusion of all, regardless of their individual characteristics, such as ethnic origin, gender or social *status*.

For video game developers in general, and for the IEB game specifically, aligning their products with these goals is not only a matter of social responsibility, but also an opportunity to positively influence society through their platforms.

SDG 4.3: Access to quality education for all

A video game can be a powerful learning and educational tool, as long as it is designed to provide accessible, quality educational content. Games that stimulate cognitive skills, creativity and problem-solving can be extremely beneficial. In addition, game offerings that address topics such as science, history, mathematics, and even socio-emotional skills, can be a fun and effective way to engage young people in learning that might otherwise be less appealing. In the context of SDG 4.3, the creation of educational games that are accessible to different sections of the population, including through mobile or low-cost platforms, can ensure that more young people, especially in disadvantaged areas, have access to a quality education.

SDG 10.2: Promoting social, economic and political inclusion

Alignment with SDG 10.2 is equally crucial, especially in an industry that has historically been criticized for its lack of diversity and inclusion. Creating games that represent a diverse range of characters and settings, reflecting varied cultures,

⁴ Digital badges are virtual credentials awarded to a person for mastering a skill, completing a predetermined objective or achieving a specific learning outcome within a video game.

genders, ethnicities and sexual orientations, can contribute to social inclusion and the reduction of inequalities. Games with representation help to break down stereotypes and allow players from different backgrounds to feel more connected to the content, promoting empathy and understanding. In addition, creating opportunities within the industry for people from different backgrounds and social classes is also an important step towards economic and political inclusion. One of the reflections of SDG 10.2 is to ensure that everyone, regardless of their social or economic background, has the same opportunities to get involved with the video games industry and contribute their unique perspectives.

Overall, the video games industry, by aligning itself with SDGs 4.3 and 10.2, can play a transformative role in the development of a more inclusive, equal and educated society. Games are not just a form of entertainment, but also a powerful means of education and social inclusion. It is therefore essential that developers are aware of their social responsibility and create experiences that not only promote gaming enjoyment, but also contribute to a fairer and more sustainable world, respecting and promoting diversity, accessible education and equal opportunities for all (UN, 2015).

An interaction is established, in this way, between the video game, the internet, and devices such as smartphones and personal computers; it really is multiple media working together to personalize learning. The player does not necessarily need to have all of them, but they can use the ones they do have, making progress in the game possible even with restricted access. This gamification of IEB Minecraft allows players and students to progress at their own pace, choosing challenges that match their level of skill and interest. This is covered in the book *How to personalize learning*, by Barbara Bray and Kathleen McClaskey, which discusses the importance of adapting learning to individual needs.

Contextualizing the game in the IEB environment, it was necessary to develop a method for this purpose, namely the creation of QR Codes, codes generated through black and white blocks, which simulate access codes to the IEB website, videos, podcasts, lectures, books, among many other diverse media within the game.

In fact, the creation of IEB Minecraft takes us to a videogame in which participants create their characters and visit the Institute's building to explore the collections in a playful way. The aim of launching the game was to spread the word about the institution to a new audience that is already used to digital language and the world of electronic games. The target audience ranges from 12 to 20 years old⁵, a choice that was determined by a very clear demand during the pandemic and lockdown, when the university stopped its face-to-face activities and turned them into virtual ones. At that time, USP stopped holding its biggest face-to-face event, the Feira USP e as Profissões, in the usual way.

And here is a parenthesis. The Feira USP e as Profissões is an annual event

⁵ This is the same age group as the audience at the Feira USP e as Profissões, which includes students from elementary school II (6th to 9th grade) up to pre-university age.

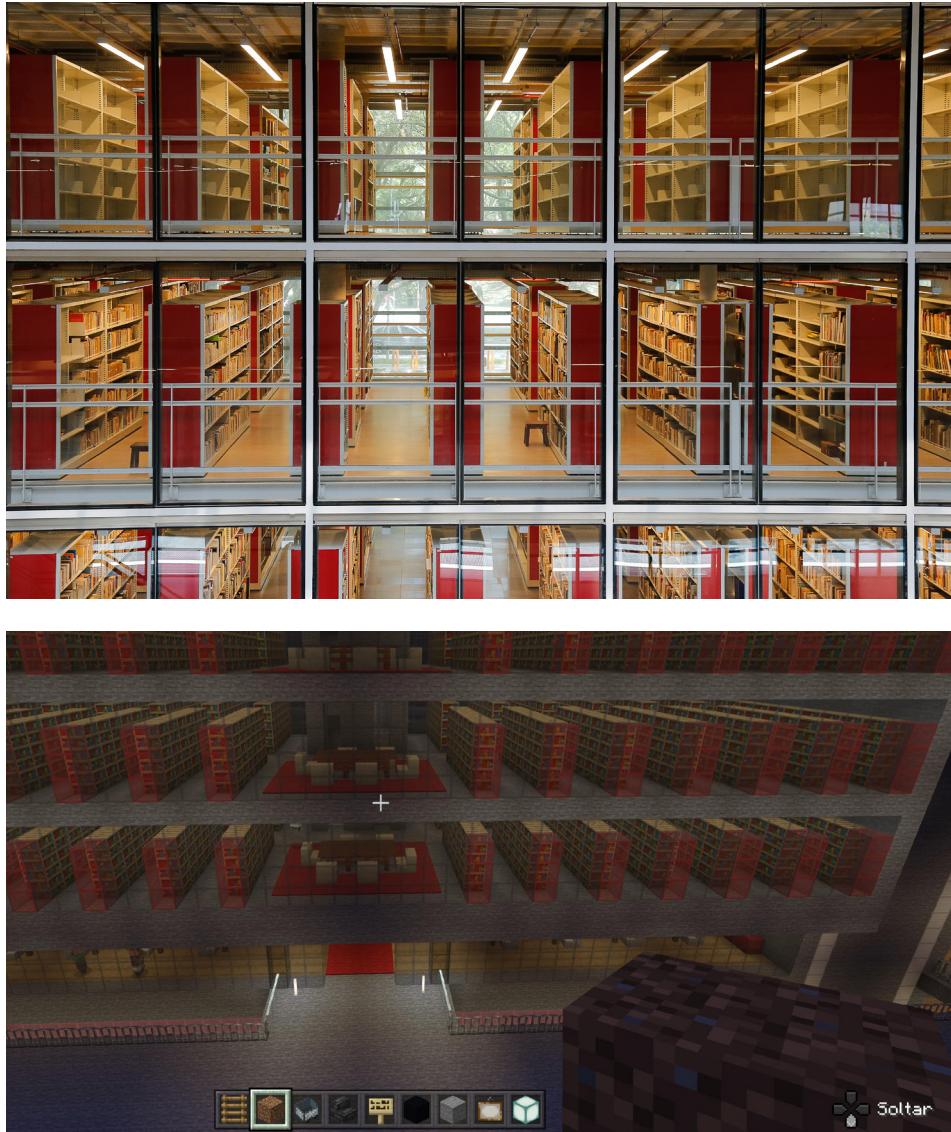
aimed at university students and others interested in finding out about the degree courses offered by USP. It shows young people from high school and pre-university courses what academic life is like at a university, providing them with important information for making an informed choice about their future profession. At the same time, the event helps students to develop an integrated relationship not only with the university community, but also with society, taking advantage of the many academic, cultural and social activities that USP offers (FEIRA USP..., n. d.).

It is important to note that the Feira USP e as Profissões, in that year of the pandemic and social isolation, became USP's largest virtual event, obtaining more than 1 million accesses in 2020 (CRUZ, 2020).

IEB Minecraft, the name given to the project from the outset, was created from the idea of changing the pattern of online fairs, where participants only watch videos via *lives*, a form commonly used in many events even today and already somewhat saturated. The intention at that time was to innovate and use the energy concentrated in that difficult period - when everything intensified and migrated to the virtual to launch a game within the University, a task that was promptly supported by the IEB management (in 2020) as a way of transforming and betting on the unknown with the promise of renewing change.

The game was developed on a platform well known among gamers (COX, 2020). Minecraft was the second best-selling game in the world by 2020, with more than 300 million copies, 176 million of which were physical units (AMOS, 2020, p. 33), second only to the 1984 classic Tetris, bringing multiple dimensions and possibilities for creation. Its characteristic graphic, in which the entire visual is made up of "enlarged pixels"⁶, allows for the construction of literally infinite shapes and combinations.

6 An expression we often use comparing game blocks to pixels, which in the end translate into shapes, constructions and artifacts to refer to the process of enlarging an image.



Figures 1 and 2 - Comparison between the IEB Library (photo: Cecília Bastos/Jornal da USP) and the image that represents it in the game with the necessary adaptation

In addition to developing all the graphics in a way that is faithful to the Institute's premises, the idea is to present the works of art, books and documents that make up the IEB's collection to an external audience. An initial study was carried out on the construction of a preliminary version that could resemble a museum, where the works should appear to attract the players' attention (NEEDLER; SOUTHAM, 2015).

From this initial construction test, it was realized that the most used materials would be glass and concrete, due to the architecture of the building itself. How to include these shapes in the game was the first challenge. The first image discovered

in this research was that of a colored mosaic that simulated a stained glass window from a French Gothic cathedral, made entirely of square pieces of glass that, within the game, are formed by sand collected (mined) placed inside a furnace together with dyes, also discovered within the game in plants, stones, crystals or even vegetables. This process allowed the first ideas to come out of the paper and become this virtual reality.

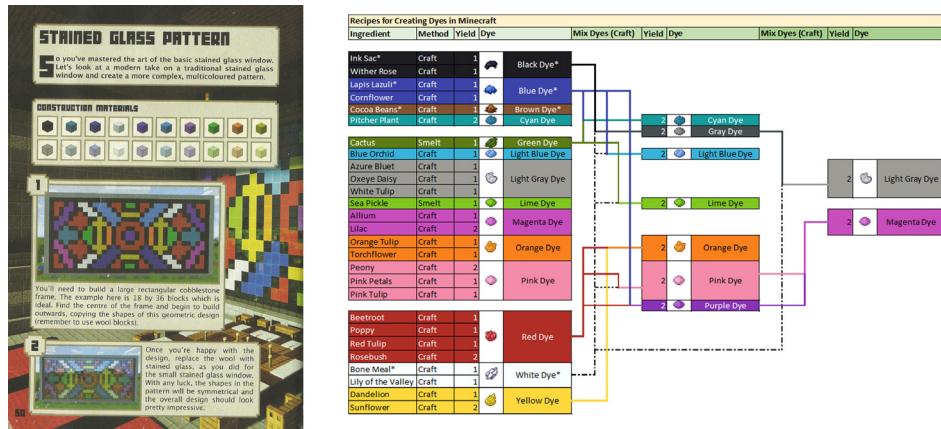


Figure 3 - On the left, stained glass window with mosaic; on the right, table with color patterns and dyes found in the game Minecraft. Source: Needler (2015, p. 55)

With this in mind, after a technical definition of the possibility of development, the game began to be created and thought of in a beta version *from* the end of 2020. Tests were carried out, constructions that were still a little out of place were worked on, and after a while it was realized that one person wouldn't be able to build everything on their own in time. By the beginning of September 2021, when the Feira USP e as Profissões would begin, everything should have been online.

It was important to consider the need for a clear purpose and concept to guide what players would be doing or exploring within the game, as well as what content would be made available to them. The idea was to focus on a fundamental issue in Brazilian society, against the backdrop of the fight against the structural racism that stigmatizes us. After centuries of slavery shaping our social history, it's high time we seize every opportunity to recognize the cultural legacy that Afro-Brazilians have contributed to our society – and the IEB has extraordinary resources to help us do just that.

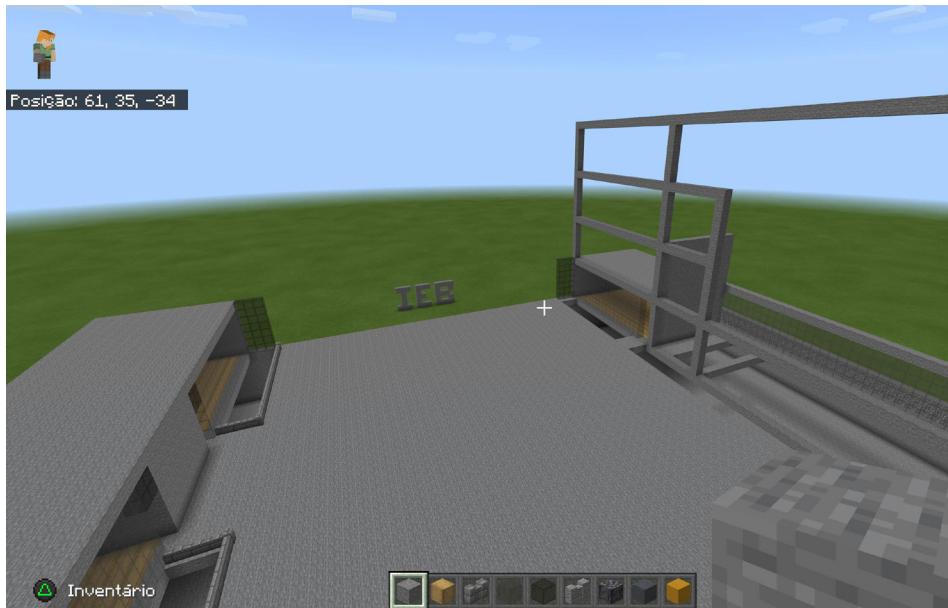


Figure 4 - Beginning of the assembly of the game, still in the foundations and construction of the main structures. Photo: Reproduction

From then on, we began to put together a specialized team⁷ in game construction, programming, research, architecture, copyright and, above all, curation. When the concept itself was created, a digital curatorship was carried out, which prepared a special selection on themes related to the works and trajectories of black people as intellectuals, artists, poets, in short, in their multiple expressions present in the collections of the Archive, the Library and the Visual Arts Collection. Studies and research published in editions of the *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* (OLIVA; MORAES; MARRAS, 2015) through the Dossier on Afro-Brazilian History and Cultures (AMARAL, 2015), along with podcasts (PODCAST, 2021) and webinars⁸ (IEBINÁRIO, 2021), also make up the material and were the start of everything, giving participants a dimension of what they would find when they were there in person.

⁷ Members: Alessandra Miranda, Denise de Almeida Silva, Diego Ávila Lopes, Flávio Luis de Ávila Lopes, Flávio Ribeiro Mariano, Guilherme Lassabia de Godoy, Jimmy Ponderosa, Karen Grujicic Marcelja, Mariana do Nascimento Ananias, Maxwell Rodrigues, Pedro B. de Meneses Bolle, Renato Takeshi Hamatu and Ricardo Bathó free of charge and on a voluntary basis.

⁸ Our webinars are called IEBinars.



Figure 5 - One of the rooms available in the game, where you will find lots of research material

The team of curators⁹ selected part of the collections specifically for the game, for the target audience and with the chosen theme in mind there were nine items in the first phase, each represented by hidden rooms in the game, to be unraveled, discovered, explored, where the major themes marked below are to be found, each located in a room.

MUSIC ROOM

The gamer watches the TV USP video *Mulheres no topo: a ascensão feminina no rap*, listens to audios via the Radio USP program “O samba pede passagem”, by Moisés da Rocha, which has been on the air since 1978; watches the *live* recorded with the conversation between Professor Walter Garcia and the students Guilherme Botelho, Raquel Sciré and Lucas Marquezin, who portray their research in the worlds of samba and rap; and also has access to important manuscripts on rap and samba, found in the *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* n. 70, 2018. 70, 2018.

RELIGIOSITY ROOM

In the collection of Mário de Andrade, who collected objects from religions of African origin, there are discussions about intolerance and religious freedom, covering religion and magic, music and dance. Also available in the game, within this section, is the podcast “Religious freedom is a fundamental right”, with Professor Eunice

⁹ Curators: Denise de Almeida Silva, Guilherme Lassabia de Godoy and Mariana do Nascimento Ananias.

Prudente, from USP's Faculty of Law, who talks to Rádio USP. From articles in the *Jornal da USP* we found topics on repression and Afro-Brazilian religiosity, such as the interviews with Professor Vagner Gonçalves da Silva, who talks about the intolerance that marks the trajectory of religions of African origin in Brazil.



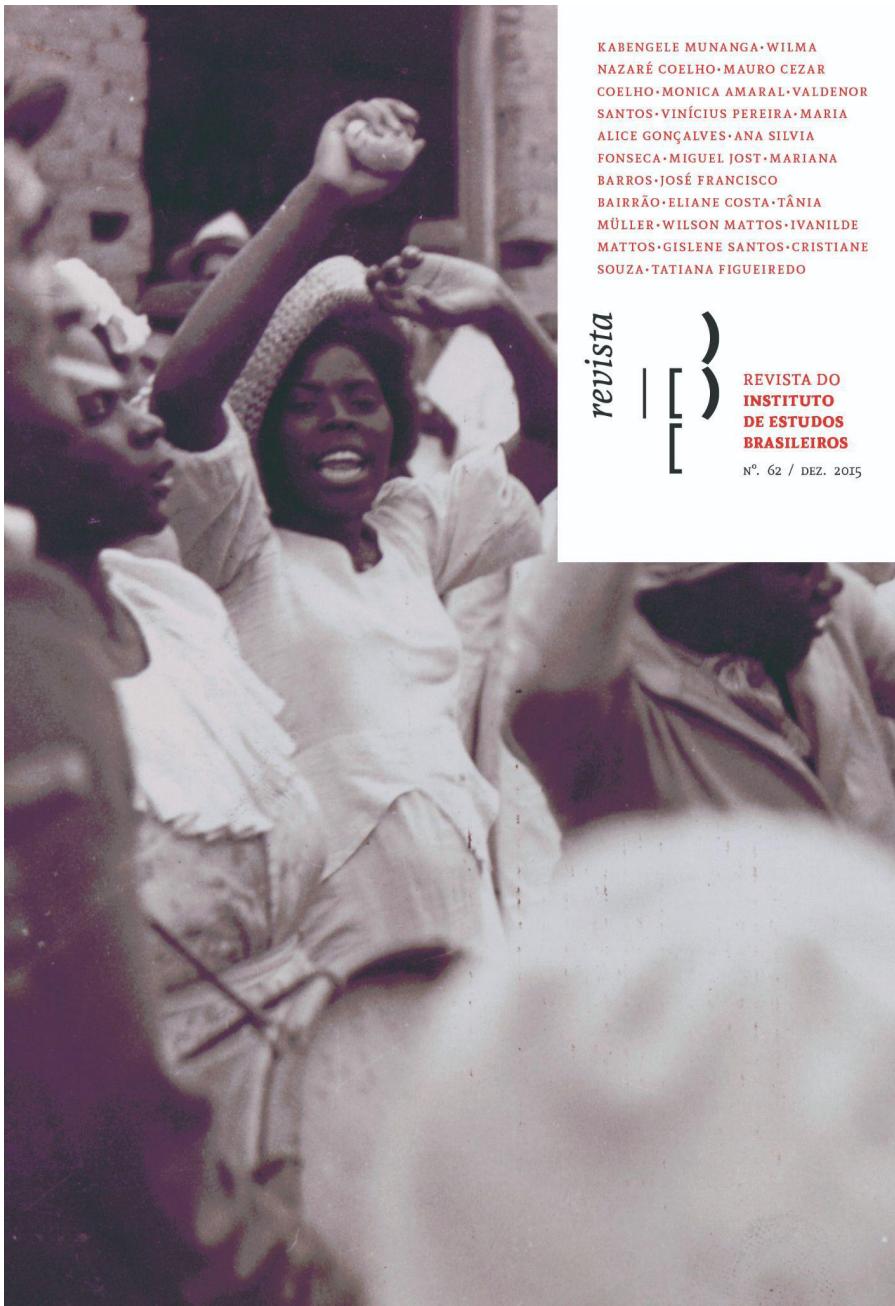
Figures 6 and 7 - On the left, portrait of Luiz Gama published in the article “Centenario de Luiz Gama: o Brasil comemora hoje o primeiro centenário do nascimento do illustre abolicionista” (IEB/USP Archive, Mário de Andrade Fund, MA-R020-05); on the right, excerpt from the newspaper article “Os direitos humanos, a luta de Luís Gama” (IEB/USP Archive, Ernani Silva Bruno Fund, ESB (75A) I-II4)

LIBRARY ROOM

A space centered on Luiz Gama. Two of the rare copies of the 1859 first edition of the poetry book *Primeiras trovas burlescas de Getulino*, written by Luiz Gama, are part of the IEB Library's collection and are on display in this game room. The article “Human rights: Luiz Gama's struggle”, by Ernani Silva Bruno, is also there, and is part of the Ernani Silva Bruno Fund in the IEB's collection. There is also an exhibition of a seminar held by the IEB, “Luiz Gama at the IEB and the BBM”, in which Professor Lígia Ferreira talks about the works of the abolitionist poet in conversation with Professor Marcos Antonio de Moraes.

ARCHIVE ROOM

Room dedicated to André Rebouças. Among other texts, there is the Diary of André Rebouças published during the Paraguayan War in May 1866.



KABENGELE MUNANGA·WILMA
NAZARÉ COELHO·MAURO CEZAR
COELHO·MONICA AMARAL·VALDENOR
SANTOS·VINÍCIUS PEREIRA·MARIA
ALICE GONÇALVES·ANA SILVIA
FONSECA·MIGUEL JOST·MARIANA
BARROS·JOSÉ FRANCISCO
BAIRRÃO·ELIANE COSTA·TÂNIA
MÜLLER·WILSON MATTOS·IVANILDE
MATTOS·GISLENE SANTOS·CRISTIANE
SOUZA·TATIANA FIGUEIREDO

revista
| [] }
REVISTA DO
INSTITUTO
DE ESTUDOS
BRASILEIROS
Nº. 62 / DEZ. 2015

Figure 8 - Samba de rua (detail). [1937]. IEB/USP Archive, Mário de Andrade Fund. Cover of *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* n. 62

BLACK WOMEN ROOM

Here we have Vanderli Custódio, a professor at the IEB who, after a long career studying water resources, retired in 2018. Through excerpts from the video *Café expresso*, she discusses globalization and the fragmentation of society and the renewal of universities by peripheral intellectuals. Carolina Maria de Jesus is featured in a video produced by the São Paulo State Research Foundation (Fapesp), in which IEB post-doc Elena Pajaro Peres talks about the writer's life and work. Chica Barroso appears in Mariana Ananias' podcast "Chica Barroso: uma violeira negra no sertão oitocentista".

MÁRIO DE ANDRADE ROOM

Mário de Andrade traveled around Brazil collecting material on different Brazilian cultural expressions. In the game you get to know the route of one of the ethnographic trips he made around Brazil. Mário de Andrade, director of São Paulo's Department of Culture in the 1930s, planned the celebrations for the 50th anniversary of the abolition of slavery in Pauliceia and in the country's capital. To find out more about this story, the game shows the podcast "As comemorações do Cinquentenário da Abolição planejadas por Mário de Andrade", by Angela T. Grillo. You can also learn about the Mário de Andrade House in this room through the film directed by Professor Telê Ancona Lopez and Luiz Bargmann, which shows Mário de Andrade's residence at Rua Lopes Chaves, 546, in Barra Funda, São Paulo. With archive images, films, photographs and pieces from his collection of art, books and records, a glimpse is offered of the writer's home. Mário was curious about the many elements of Brazilian cultures, including cuisine. The seminar "Stomach hunger for Brazil: Mário de Andrade and Brazilian cuisine" is also presented, in a tasty discussion with Professor Marcos Antonio de Moraes, Viviane Aguiar, Claude Guy Papavero, Jakeline Fernandes Cunha and Paula de Oliveira Feliciano.

MACHADO DE ASSIS ROOM

Here, we present information about the author, one of the greatest figures in Brazilian literature, along with excerpts from the *Livros da Fuvest* video, available on the USP YouTube Channel. According to Professor Thaís Toshimitsu, the book *Memórias Póstumas de Brás Cubas* explores the contradictions of 19th-century Brazilian society: a society that was both slave-owning and, at the same time, capitalist and a defender of liberal ideas. These excerpts, along with much more, can be found in this room, alongside photographs from the IEB Archives.

AFRICAN AND BLACK HISTORY ROOM

Here you can explore the thinking of Kabengele Munanga, a Brazilian-Congolese anthropologist and professor who specializes in the anthropology of the Afro-Brazilian population, focusing on the issue of racism in Brazilian society. Texts such as "Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje?", published in *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* n. 62, 2015, are presented, as well as the story of this professor and intellectual in the TV USP program *Trajetórias*.

MILTON SANTOS ROOM

In this space, you can learn a little about the internationally renowned geographer Milton de Almeida Santos who produced groundbreaking work on the concept of space and the relationship between the individual and capitalism including his career, work and personal archive with the podcast "Milton Santos: um intelectual inovador e surpreendente, falando a partir da geografia", produced by Professor Jaime Tadeu Oliva.

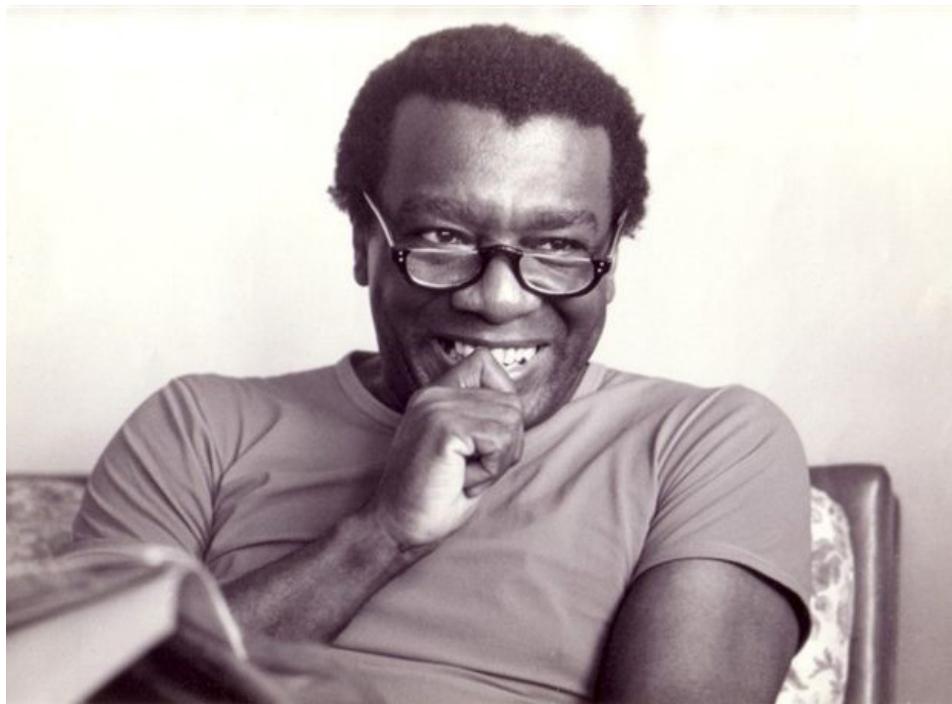


Figure 9 - Milton Santos, 1977 (IEB/USP Archive, Milton Santos Fund)

The room also contains clippings from the article "Aspectos da produção teórica e da organização do arquivo de documentos do geógrafo Milton Santos", published in the *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* by researcher Flavia Grimm,

which presents the author's contribution to geographical theory based on the systematization of his personal archive.

That's the end of the nine rooms. There may well be dozens or hundreds of other rooms and studies of other rich IEB collections that can be added to the game at any time – there is no shortage of ideas. Encouraging culture among teenagers through the IEB's collections is a promising way to enrich learning and cultivate an appreciation of Brazil's cultural diversity. With interactive and reflective approaches, we can transform teaching into a meaningful and impactful experience.



Figure 10 - Creation of personalized QR Codes within IEB Minecraft, with the possibility of including new media such as videos, podcasts, texts, audios, among many others

Finally, it's important to note that when the players start the game, they choose their character. Upon reaching the main entrance of the IEB, they receive instructions to explore the previously hidden rooms, familiarize themselves with the building and interact with the available collections. They will find these nine themed rooms, where are hidden codes that allow them to access the IEB *website* and see the full pages of the collection in question, unraveling a playful and thought-provoking puzzle. To take part, it is necessary to have the game installed. To do this, a server has been created where players can meet virtually at the IEB and interact with the building, the works or each other. One of the distinguishing features of Minecraft and the virtual reality dimension is the multiplatform integration that brings players together. It can be accessed via PC, using Windows 11 and earlier versions, Apple devices, with their Mac versions, and even the Linux platform in a Java edition. It is also possible on simple cell phones. Multiplatform does not end there: it also brings together Sony through its Playstation Vita, PS3, PS4, PS5 and PS5 Pro video game

consoles, as well as Nintendo, with Switch, Switch Lite, 3DS and WiiU consoles and, of course, Microsoft's own consoles, such as the XBOX and its X, S, One and 360 variations. It is also possible to access it via the latest handhelds, such as Rog Ally, Steam Deck and Legion Go. The version chosen for the game was Bedrock, which covers more than half of the platforms on the market, making it possible to expand the player audience.

The launch of the game during the Feira USP e as Profissões 2021 was successfully achieved, through collaborative work at no cost to USP, meeting the deadline set for the development of the graphic part of the game and curating the content to be promoted, which made it possible to publicize the Institute in its aspects of innovative architecture and the collection as heritage.



Figure 11 - IEB's entrance into the game. Photo: Reproduction

A seminar with developers and curators was held to publicize the development of the project from the initial idea, the challenges, the completion and future prospects. Being able to read the collection from a cross-cutting theme (namely the issue of the cultural influence of Afro-Brazilians), and not just those already known from the collection's holders, made it possible to recognize and value the richness of the IEB's artistic and documentary heritage, as well as to pay tribute to the researchers who make use of it and publish the results of their research in articles, podcasts and webinars made available as a form of entertainment for players. In addition to the collections in question, all the research work of IEB professors¹⁰ was taken into account, many of whom are cited in the game, in the different collections.

¹⁰ IEB professors: Alexandre de Freitas Barbosa, Ana Paula Cavalcanti Simioni, Fernando Paixão, Flávia Camargo Toni, Inês Cordeiro Gouveia, Jaime Tadeu Oliva, Luciana Suarez Galvão, Luiz Armando Bagolin, Marcos Antonio de Moraes, Monica Duarte Dantas, Paulo Teixeira Iumatti, Stelio Alessandro Marras, Walter Garcia, Antônio Dimas, Dulcilia Helena Schroeder Buitoni, Telê Ancona Lopez and Walnice Nogueira Galvão.

From September 3rd to October 13th, 2021, the game had more than 100 interactions and visits per day, totaling around 3,000 visits each month. This number grew steadily over time as access continued to increase. These statistics are still manual, as the system itself does not allow a clear view of access control. There is the prospect of growth from the conversation we had with the Municipal Department of Educationⁱⁱ, which took place in 2022, in which we discussed the dissemination to schools through the Minecraft Education edition, which will considerably expand access to the system.

It was therefore 40 weeks of gestation with different phases and 10 people who made an incredible contribution to the realization of the product. The game is flexible and adaptable, allowing for constant updates and interaction between participants. It reinforces the idea of future collaborative curatorships with society so that new themes can be explored and the collection can be seen from different angles and by different audiences.

I was recently invited to participate in the Games for Change Türkiye Festival in Istanbul in December 2024, at Bahçeşehir Üniversitesi (BAU), to disseminate the Institute's experience in creating IEB Minecraft. In our view, this invitation highlights the significance of the initiative and recognizes the value of such tools in sharing collections with a global, diverse audience, extending beyond mere entertainment.

Visit, get to know and explore is the initial call of IEB Minecraft (2021), so that everyone feels encouraged to embark on the adventure of unveiling the Institute's collection, helping it to fulfill its social function of studying the Brazilian reality.

COMPARATIVE OVERVIEW - PHYSICAL SPACE / VIRTUAL SPACE

In the following figures, we present a comparison between photographs of the Institute's physical environments and their corresponding representations within IEB Minecraft. All images are from the author's personal archive.

ⁱⁱ Conversation between the team and Daniela Harumi Hikawa, general coordinator of the Municipal Department of Education /SME/Coped.

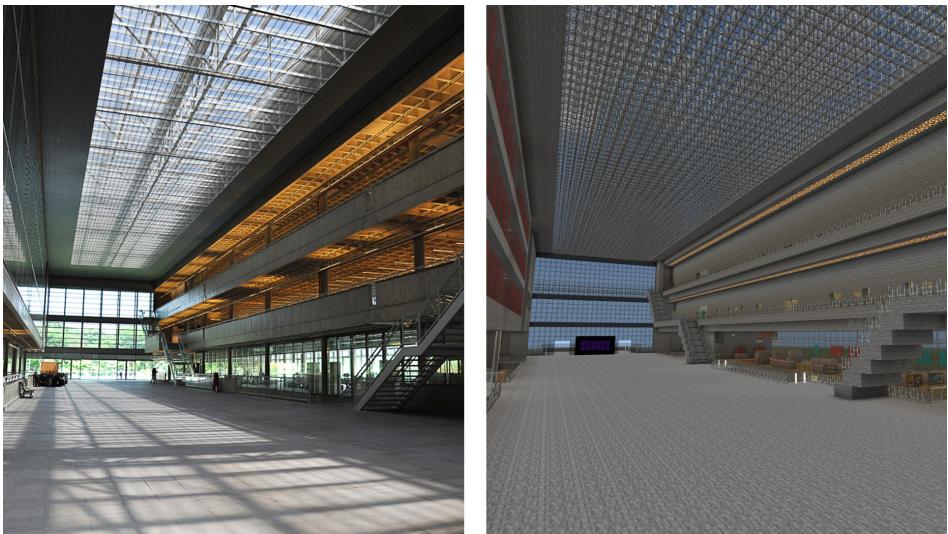


Figure 12 - Real internal space and in-game space



Figure 13 - Real external space (István Jancsó Auditorium) and inside the game

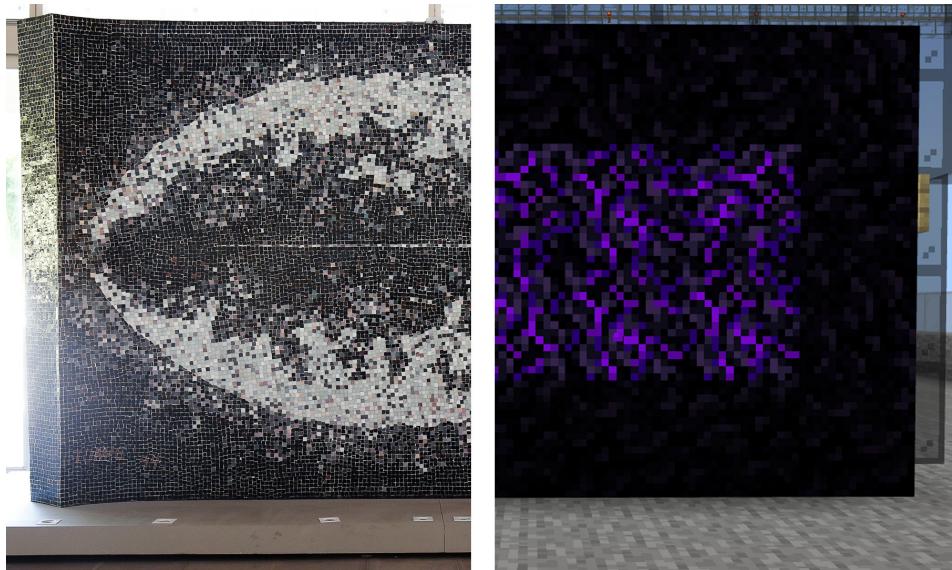


Figure 14 - Glass tablet mosaic by artist Tomie Ohtake and the work reproduced in the game



Figure 15 - Real library and space created within the game simulating a library

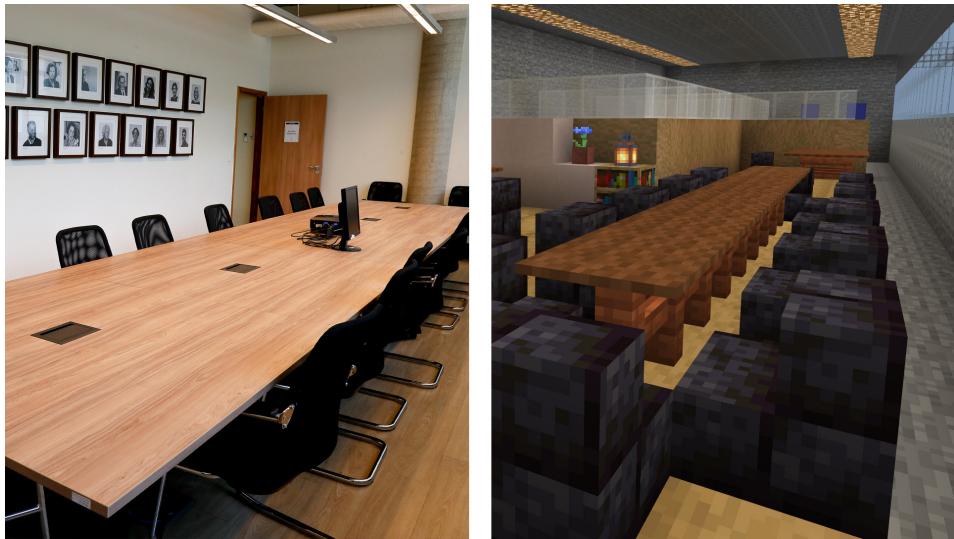


Figure 16 - Real meeting room and in-game space

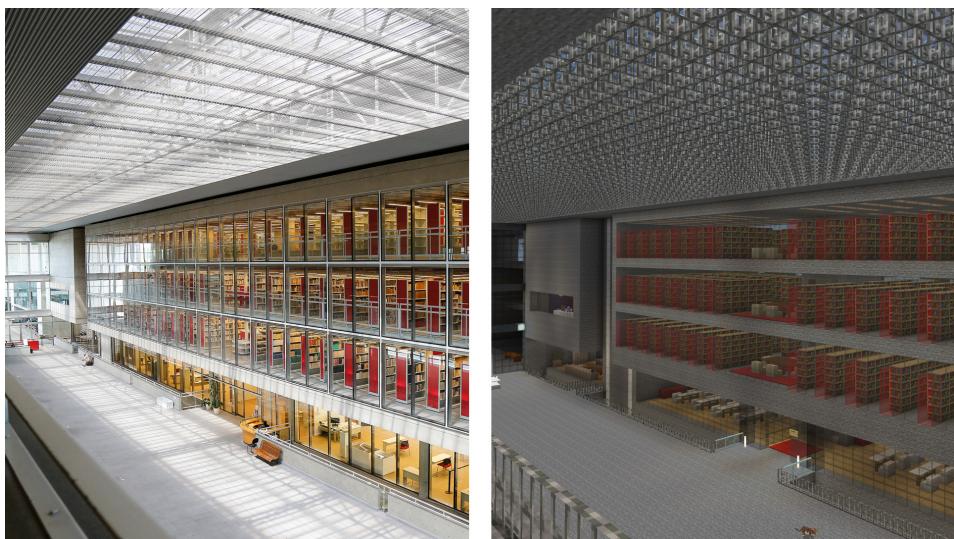


Figure 17 - Panoramic view of the real central space and in-game space from the same perspective

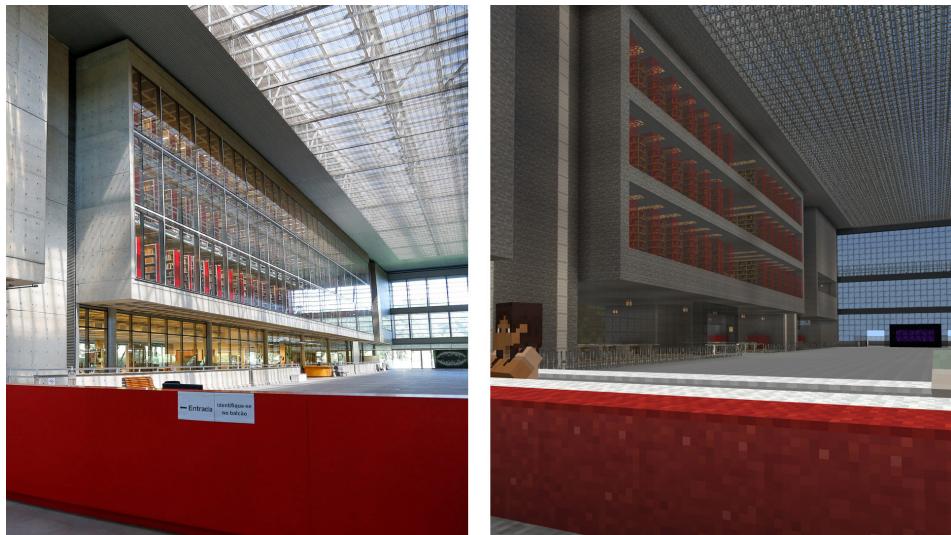


Figure 18 - Real IEB reception and virtual reception inside IEB Minecraft

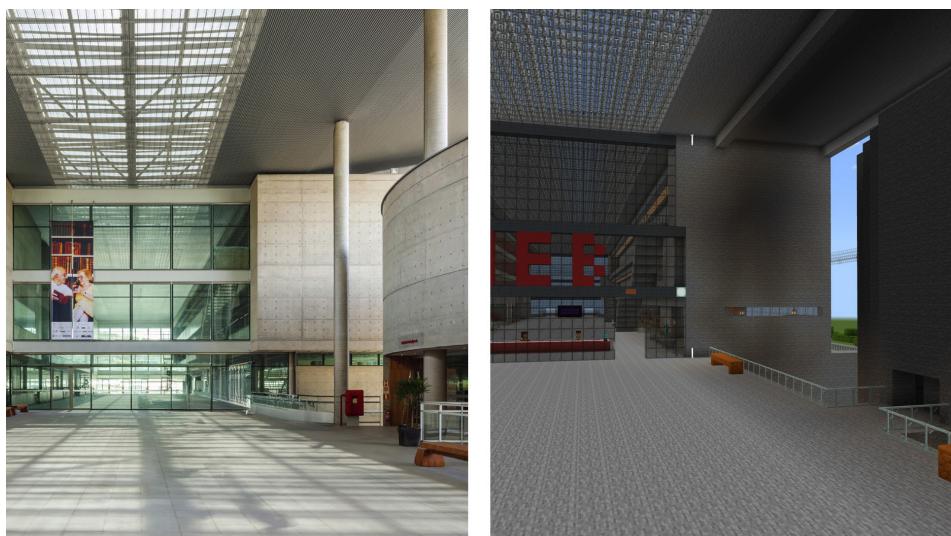


Figure 19 - Central space of Espaço Brasiliiana/IEB and virtual space in the game

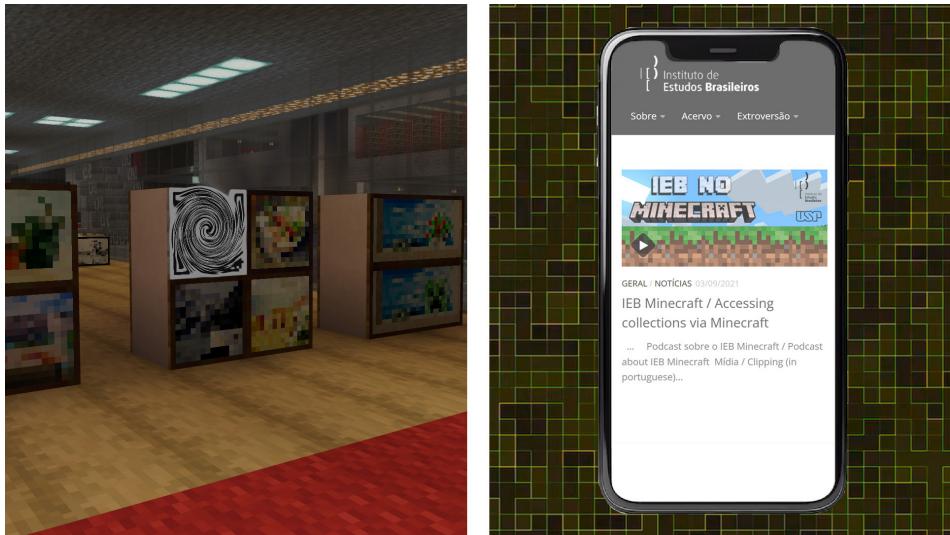


Figure 20 - Distorted QR code (as it can only be accessed within the game) and mobile access to the contents of the collections

SOBRE O AUTOR

PEDRO B. DE MENESSES BOLLE is head of the Scientific Division at the Instituto de Estudos Brasileiros of Universidade de São Paulo (IEB/USP), journalist, systems analyst, Games for Change juror since 2020 and creator of the IEB Minecraft game.
 pedrobm@usp.br
<https://orcid.org/0000-0003-3800-9046>

REFERENCES

- AMOS, Evan. *The history of video games*: a photographic journey through the consoles. Volume 2. 1. ed. São Paulo: Editora Europa, 2020.
- BRAY, B.; MCCLASKEY, K. *How to personalize learning*: a practical guide for getting started and going deeper. Thousand Oaks: Corwin, 2016.
- COX, Alex. The history of Minecraft – the best selling PC game ever. TechRadar, September 4, 2020. Available at: <https://www.techradar.com/news/the-history-of-minecraft>. Accessed on: October 31, 2024.
- CRUZ, Adriana. Atividades da edição virtual da Feira USP e as Profissões foram vistas mais de um milhão de vezes... *Jornal da USP*, 22 de setembro de 2020. Available at: <https://e.usp.br/rig>. Accessed on: October 31, 2024.

- DOSSIÊ História e Culturas Afro-brasileiras. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, Brasil, n. 62, 2015, p. 20-207. Available at: <https://www.revistas.usp.br/rieb/issue/view/8151>. Accessed on: October 31, 2024.
- FEIRA USP E AS PROFISSÕES. Universidade de São Paulo. Pró-Reitoria de Cultura e Extensão, s.d. Available at: <https://e.usp.br/rij>. Accessed on: October 30, 2024.
- GAMES for Change Türkiye Festival. Available at: <https://turkiye.gamesforchange.org>. Accessed on: Oct. 2024.
- GOLDBERG, Daniel, LARSSON, Linus. *Minecraft: the unlikely tale of Markus “Notch” Persson and the game that changed everything*. 2. ed. New York: Seven Stories Press, 2013.
- IEB - Instituto de Estudos Brasileiros. Available at: <https://www.rieb.usp.br/>. Accessed on: Oct. 2024.
- IEBINARY. IEB webinars website, s. d. Available at <https://www.rieb.usp.br/iebinario>. Accessed on: October 30, 2024.
- IEB Minecraft. Accessing collections via Minecraft. September 2021. Available at: <https://www.rieb.usp.br/minecraft>. Accessed on: Oct. 2024.
- KAPP, Karl M. *The gamification of learning and instruction: game-based methods and strategies for training and education*. San Francisco: Pfeiffer, 2012.
- UNITED Nations Brazil. Sustainable Development Goals in Brazil. s. d. Available at: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Accessed on: Oct. 2024.
- OLIVA, Jaime Tadeu; MORAES, Marcos Antonio de; MARRAS, Stelio. Editorial. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 62, 2015, p. 15-16. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i62p15-16>.
- PINK, Daniel H. *Drive: the surprising truth about what motivates us*. New York: Riverhead Books, 2009.
- IEB PODCAST. Spotify website with IEB Podcasts, n.d. Available at: <https://podcasters.spotify.com/pod/show/difusieb>. Accessed on: October 30, 2024.
- NEEDLER, Matthew; SOUTHAM, Phil. *Minecraft: construction handbook – an Official Mojang Book*. 2. ed. New York: Scholastic, 2015.
- SHELDON, Lee. *The multiplayer classroom: designing coursework as a game*. Boston, MA: Cengage Learning, 2012.

DAVID, ermine. *No
café – terraço (Veneza)*
atribuído a), s.d –
gravura em metal sobre
papel, 12,6 x 07,8 cm.
Coleção Mário
de Andrade,
Coleção
de Artes
Visuais,
IEB/USP,
código
MA-0527

DOCUMENTAÇÃO ·
DOCUMENTS)

Incursões no Fundo Milton Santos no acervo do IEB: a fotografia de Adalgisa Umbelina de Almeida Santos

[*Incursions on the Milton Santos Fund in the IEB collection: the photography of Adalgisa Umbelina de Almeida Santos*]

Maurício Costa de Carvalho¹

RESUMO • Identificar uma fotografia de Adalgisa Umbelina de Almeida Santos, mãe do geógrafo e intelectual negro Milton Santos, em meio ao complexo e volumoso Fundo Milton Santos, parte do acervo arquivístico do IEB, pode suscitar muitas questões. Partindo da busca por entender qual seria o lugar dessa imagem em um conjunto documental marcado principalmente pelos grandes temas que compõem o projeto intelectual do geógrafo, podemos trazer à tona desde elementos não tão visíveis das trajetórias de intelectuais negros até indagações sobre onde estão os negros no pensamento brasileiro e sua representação em instituições como o próprio IEB.

• **PALAVRAS-CHAVE** • Milton Santos; documentos originais; intelectuais negros.

ABSTRACT • Finding a photograph of Adalgisa Umbelina de Almeida Santos, mother of the geographer and black intellectual Milton Santos, amid the complex and voluminous Milton Santos Fund, part of the IEB's archival collection, can raise many questions. Starting from the search to understand what would be the place of this image in a documental set marked mainly by the major themes that make up the geographer's intellectual project, we can bring to light not so visible elements of the trajectories of black intellectuals and questions about where black people are in Brazilian thought or the history that is told in institutions such as the IEB itself.

• **KEYWORDS** • Milton Santos; original documents; black intellectuals.

Recebido em 30 de agosto de 2024

Aprovado em 23 de setembro de 2024

CARVALHO, Maurício Costa de. Incursões no Fundo Milton Santos no acervo do IEB: a fotografia de Adalgisa Umbelina de Almeida Santos. *Rev. Inst. Estud. Bras.* (São Paulo), n. 89, 2024, e10708.



Seção: Documentação

DOI: 10.11606/2316901X.n89.2024.e10708

¹ Instituto Federal de São Paulo (IFSP, Registro, SP, Brasil).

Neste texto apresento e analiso a fotografia de Adalgisa Umbelina de Almeida Santos (Figura 1), que integra o Fundo Milton Santos, sob guarda do Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP). Buscarei aqui suscitar questões relacionadas, por exemplo, à preservação da memória negra e à importância das relações familiares na história do renomado geógrafo e de outros intelectuais negros.

Milton Almeida dos Santos foi um destacado intelectual cujo legado é composto de uma vasta obra acadêmica que abrange 40 livros, cerca de 380 artigos em periódicos científicos, artigos e trabalhos de editoria jornalística, entrevistas, prefácios, apresentações, entre outras publicações. Professor emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), Santos foi, ainda, professor do ensino básico, correspondente e editor do jornal *A Tarde*, de Salvador, onde publicou mais de uma centena de artigos. Também contribuiu como articulista e colunista para outros veículos da grande imprensa como *Folha de S. Paulo* e *Correio Brasiliense*. Ocupou cargos públicos e administrativos de grande relevância. Foi diretor da Imprensa Oficial da Bahia (1959-1961), chefe da Casa Civil da Presidência da República no Estado da Bahia (1961), presidente da Fundação Comissão de Planejamento Econômico do Estado da Bahia (1962-1964) e membro da Comissão Especial eleita pela Assembleia Constituinte do Estado da Bahia, encarregada de redigir um anteprojeto de Constituição Estadual (1989). Como professor e pesquisador, lecionou em universidades da França, Estados Unidos, Canadá, Peru, Venezuela e Tanzânia, além de brasileiras. Nesses países também exerceu outras atividades políticas e acadêmicas, tendo sido, entre elas, consultor das Nações Unidas, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da Organização dos Estados Americanos (OEA) e das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e dos governos da Argélia e Guiné-Bissau. Falecido em 2001, teve papel destacado na história do pensamento brasileiro, promovendo um intenso diálogo entre seu campo disciplinar, a geografia, outras ciências sociais e também com a física e a filosofia, discutindo e incorporando elementos das principais correntes intelectuais do século XX.

Considerando que no referido acervo há poucos itens relacionados a temas e objetos da vida privada do titular, tratar do lugar da fotografia de Adalgisa nesse contexto documental permite-nos abrir questões relacionadas à salvaguarda da memória negra e à importância das relações familiares na história de Milton e dos intelectuais negros;

às estratégias de consagração (ABREU, 1996) no Brasil; ao contexto pós-escravidão; aos estratagemas racistas de poder, entre tantos outros temas.



Figura 1 – Adalgisa Umbelina de Almeida Santos, s. d., autoria desconhecida.
Fundo Milton Santos, Arquivo IEB/USP (em catalogação)

Sabe-se que Adalgisa Santos nasceu em Salvador em 21 de agosto de 1901, filha de Nicolau Tolentino de Sant'Anna e Luiza da França Almeida Sant'Anna, ambos professores do Centro Operário de Salvador, associação de trabalhadores que, criada em 1893 por pessoas negras dedicadas às artes e ofícios manuais, chegou a ter cerca de 5 mil membros e tinha o objetivo de influenciar na política local a favor de seus associados, que podiam ser pretos, mestiços ou brancos (CONCEIÇÃO, 2016, p. 58). Além de professor, o pai de Adalgisa era sócio benemérito e honorário do Centro, posição ocupada comumente por trabalhadores qualificados, com direitos sociais e políticos plenos (CONCEIÇÃO, 2016, p. 58).

Herdeira daquela família que tinha na educação um eixo de afirmação de seu lugar na sociedade baiana, Adalgisa formou-se professora primária na Escola Normal da Bahia, em Salvador, onde também havia se formado seu futuro marido e pai de seus três filhos, Francisco Irineu dos Santos. Como parte de um itinerário comum na carreira de professores baianos da época, Adalgisa e Francisco foram dar aulas no interior, na cidade de Brotas de Macaúbas, na região da Chapada Diamantina, onde nasceu Milton, o primogênito do casal, em 1926, um ano após terem se mudado para aquela cidade por influência do irmão de Adalgisa, o advogado Agenor Sant'Anna. Mudaram-se posteriormente para Ubaitaba (antiga Itapira, na chamada Zona do Cacau) em 1927 e para Alcobaça, no litoral sul do estado, onde ficaram entre 1930 e 1936 e onde nasceram os outros dois filhos de Adalgisa e Francisco: Nailton e Yeda. Em 1937 Milton Santos, com 10 anos, vai estudar em um internato no Instituto Baiano de Ensino, em Salvador, deixando assim a casa dos pais, que continuariam vivendo em Alcobaça até 1940, quando se mudam daquela cidade, passando ainda pelos municípios de Alagoinhas e Catu até retornarem para a capital, em 1946. Adalgisa Santos faleceu em 1962, aos 61 anos de idade.

A doação de materiais que ajudam a contar essa história e vieram a compor o Fundo Milton Santos no IEB foi feita em três etapas, nos anos de 2010, 2012 e 2014. A imagem de Adalgisa à qual nos referimos neste texto compõe o conjunto de documentos, objetos pessoais e uma biblioteca que se encontravam em sua residência familiar na Estrada da Rainha, em Salvador, doado no ano de 2014, fazendo parte de uma quantidade importante de componentes que estão em fase de processamento documental no IEB. O volume total do acervo, formado principalmente pela biblioteca pessoal do geógrafo, documentos e materiais tridimensionais, é estimado em 60 mil itens (GRIMM; OLIVA, 2022) e está entre os maiores conjuntos sob a guarda do Instituto atualmente. Além do volume notável, trata-se de um acervo bastante complexo também por sua diversidade, abrangendo documentos e materiais de pesquisa que remetem desde à juventude a até o final de sua vida. Além dos itens transferidos da Bahia, constam, como dito, materiais de outras duas entradas anteriores. Da primeira, a mais volumosa, realizada em 2010, foram transferidos de seu apartamento em São Paulo sua biblioteca pessoal, na qual constavam todas as publicações de autoria de Santos – livros, artigos, revistas, entrevistas e publicações em jornais –, bem como diversos outros materiais de estudo. Na segunda entrada, realizada em 2012, transferiram-se documentos e objetos que estavam em seu apartamento e outros que se encontravam em suas salas de trabalho na Universidade de São Paulo – estes últimos também estão em processamento documental (GRIMM;

OLIVA, 2022). Sistematizado por grandes temas de pesquisa, categorias, conceitos internos e externos à geografia, teoria e método, os materiais em geral refletem um arquivo *de trabalho*, representando fundamentalmente a trajetória da formulação das ideias do autor em suas etapas de pesquisa, evidenciando o preparo minucioso envolvido na apresentação de suas elaborações e dialogando diretamente com a sua obra, seu projeto intelectual. Os temas particulares, objetos e documentos privados são minoritários no conjunto de seu acervo.

Diante do volume e da importância desse “mar de documentos” – muitos dos quais inclusive “documentos-monumentos” (LE GOFF, 1990) –, surge uma primeira questão: qual o lugar da fotografia de Adalgisa Santos e sua relação com o conjunto desse acervo? Talvez descrever brevemente o processo por meio do qual tive contato com essa foto dê pistas sobre isso.

Tenho trabalhado com o Fundo Milton Santos no Arquivo do IEB em função de uma pesquisa de doutoramento que desenvolvo sobre o pensamento político do geógrafo, focada no período em que esteve exilado, entre 1964 e 1977, sobre o qual há um número menor de documentos no acervo. Em um dos dias de trabalho tive acesso a um material de um período diferente do estipulado em minha pesquisa, dessa vez em uma caixa com documentos ainda em fase de processamento, referentes à retirada realizada na residência da Estrada da Rainha, em Salvador.



Figura 2 – Recibo de pagamento da joia de entrada de Francisco Irineu dos Santos, pai do geógrafo, na Sociedade Protectora dos Desvalidos.
Fundo Milton Santos, Arquivo IEB/USP (em catalogação)

A caixa continha um envelope de papel kraft onde se lia “Documentos pessoais” escrito com caneta esferográfica. Dentro do envelope estavam alguns materiais de arquivos da família. Entre eles figuravam documentos de Yeda de Almeida Santos (cadastro de pessoa física e cartão de saúde), um pedaço de papel com o número da carteira de identidade de Nailton e outro com o número de seu certificado de alistamento militar. De Francisco Irineu dos Santos havia uma foto 3 x 4, uma foto de documento maior, seu cartão de identidade de servidor público, um recibo do empenho de uma joia no valor de 12 mil réis para sua entrada como sócio na Sociedade Protectora dos Desvalidos (Figura 2)² e seu título eleitoral (Figura 3). Neste último, com data de 23 de janeiro de 1918, vale notar que, além de constar sua instrução secundária e sua profissão de alfaiate à época, também há um alto nível de detalhamento de características físicas: “Im 64 cent.”, “cútis parda”, “cabelos e bigodes pretos”, “barba rapada”, “olhos castanhos” e uma descrição de cicatriz na mão esquerda.

Os demais documentos da caixa em sua maioria eram de Adalgisa. Um título eleitoral de 17 de março de 1933, onde se observam: a) seus registros de votação em pleitos de 1933, 1934 e provavelmente 1935 (o número não está totalmente legível); b) sua filiação a Nicolau Tolentino de Sant’anna (não aparece o nome da mãe); c) data de nascimento (21 de agosto de 1901) e idade (32 anos); d) profissão de professora primária; e foto 3 x 4. Havia também outros documentos referentes a Adalgisa como outro título eleitoral, de 1958, uma caderneta de contribuinte Montepio dos Funcionários Públicos da Bahia (onde, entre outras informações se vê o nome do esposo, data de casamento em 19 de agosto de 1925, idade e nome de “filha e filhos legítimos”) e, inclusive, um pedaço de papel com um convite pela alma de Adalgiza [sic] Umbelina de Almeida Santos em cuja assinatura parece estar escrito Nilton (?) Santos (Figura 4).

² Segundo Conceição (2016, p. 61), a Sociedade Protetora dos Desvalidos, entre outras iniciativas, colhia fundos para a compra de cartas de alforrias de pessoas escravizadas.



Figura 3 – Título eleitoral de Francisco Irineu dos Santos. Fundo Milton Santos, Arquivo IEB/USP (em catalogação)

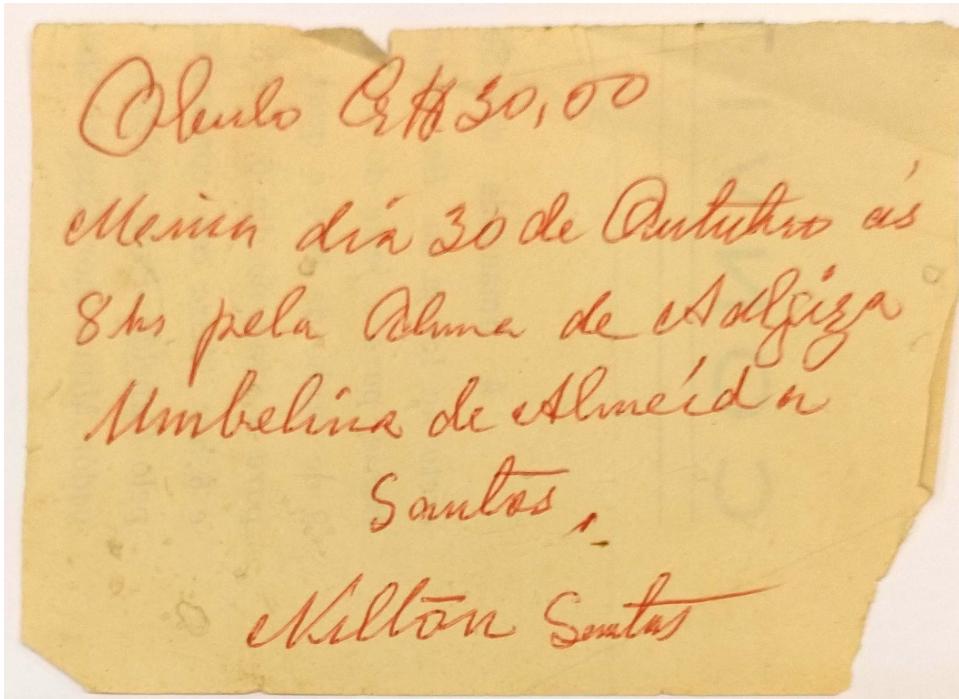


Figura 4 – Nota sobre a missa pela alma de Adalgisa Umbelina de Almeida Santos. Fundo Milton Santos, Arquivo IEB/USP (em catalogação)

Junto a esses documentos – nos quais as informações e as fotos pareciam ter um sentido de organização da vida familiar –, está a imagem de Adalgisa Santos (Figura 1) que escolhemos destacar aqui, que parece destoar do conjunto contido naquela caixa e, talvez por isso, foi impactante assim que a vi.

Experimentando pensar na morfologia do objeto (MENESES, 2003), verifica-se que se trata de uma fotografia tirada possivelmente em um tamanho 9 x 15 cm em um material já bastante envelhecido. A imagem está manchada pelo tempo e com as bordas desgastadas. O formato da foto permanece preservado, embora ela já esteja um tanto amassada. Em corte vertical, Adalgisa aparece em pé, posando, apoiada com uma mão em um arranjo floral e tendo uma bolsa pequena escura na outra. Aparentando ter entre 20 e 30 anos, com cabelos penteados, está vestindo uma roupa clara com botões, saia abaixo dos joelhos, sapato fechado, usando colar, brincos e relógio. Ao fundo há uma parede denotando uma locação interior, uma janela e uma cortina grande no lado esquerdo da imagem.

Como primeira impressão, dadas as disparidades de perfil entre documentos pessoais e as características da imagem de Adalgisa, é possível pensar que essa foto está fora de lugar. Sem descartar a hipótese de que a imagem posada com aqueles atributos fosse também uma exigência ou padrão para algum documento oficial, não me parecia algo que estivesse dentro dos mesmos critérios dos documentos outros que ali estão guardados, parecendo um registro mais típico de álbuns de família. É possível que, de fato, a imagem estivesse apenas fora do que poderia ser de fato o

“seu lugar”, tendo em vista que há álbuns e diversas fotografias de família dentro do acervo oriundo da Estrada da Rainha na Bahia?

Para além das percepções, é possível tratar o “fora do lugar” como um tema de pesquisa também de forma mais ampla, buscando investigar como a ausência ou o mínimo de informações disponíveis pode ser um sinal do papel secundário com que a vida familiar de Milton Santos foi tratada durante todo o percurso de sua vida a partir da história contada pela reunião de seus arquivos *post mortem*. É importante considerar que a ausência desses aspectos pode estar associada com o fato de se tratar de um intelectual negro. O “pensamento brasileiro” está associado a gerações de intelectuais brancos cultuados como parte da “elite nacional” ou como “intérpretes do Brasil” (OLIVA, 2021), destacando objetivamente um corte estético e histórico geral que, não raro, reflete conhecimentos acumulados por suas heranças (inclusive intelectuais) familiares. É mais comum encontrar registros diversos, históricos e fotográficos de suas famílias e de sua participação em espaços públicos e de poder. Tendo em vista que as fotografias são, ao mesmo tempo, fatos sociais e produtos ideológicos que constroem identidades muitas vezes por meio da linhagem familiar, esses registros de um momento histórico evidenciam também as linguagens, comportamentos e códigos como elementos fundamentais do *habitus* (BOURDIEU, 2012).

Cabe indagar qual o lugar das famílias de intelectuais negros nessa história. Quando falamos da linhagem familiar de Milton Santos é possível perceber, principalmente do lado materno, relações sociais baseadas em camadas médias ilustradas da sociedade baiana na época. Segundo o próprio geógrafo:

Eu me recordo, neste tempo, de minha mãe contando as festas que meus avós costumavam dar – os saraus, as reuniões musicais, literárias, que eram muito comuns em uma classe média que não era abastada, era uma classe média com algumas posses, algumas propriedades, um cotidiano seguro, mas sobretudo com uma base cultural importante. (SANTOS, 1989, p. 172).

É possível notar que a formação educacional-cultural foi um elemento de distinção social da família de Adalgisa. Sua formação na Escola Normal, em regime de externato, nos primeiros anos da década de 1920, permitiu que tivesse contato com um currículo excepcional para mulheres negras da época³. Para as estudantes mulheres havia ainda aulas de prendas domésticas e costura. Tal formação, além de permitir a Adalgisa a ocupação de um cargo como professora do ensino primário, também possibilitou que ela agregasse à renda da família proventos advindos de trabalho de comerciante, professora particular e costureira (CONCEIÇÃO, 2016, p. 69). Por seu turno, Francisco Irineu, formado igualmente na Escola Normal e tendo trabalhado também como alfaiate, profissão distintiva à época, representou uma

³ Tal currículo abrangia, segundo Fernando Conceição (2016, p. 61) “física, química, desenho, geometria, álgebra, trigonometria, língua francesa, gramática portuguesa – compreendendo o conhecimento teórico da prosódia, etimologia, sintaxe e ortografia; análise etimológica, exercício de escrita ditada, leitura de prosa e verso e recitação; pedagogia e metodologia”.

ascensão social ainda maior, tendo em vista que seus pais gozavam de situação mais humilde, trabalhando pós-abolição da escravatura como agricultores e vendedores ambulantes de verduras e frutas. Segundo recordações de Milton, em entrevista publicada em 1996, “até hoje o cheiro de salsa me faz lembrar de minha avó, que me visitava no internato, pé no chão, com o balaio, depois que acabava de vender” (CONCEIÇÃO, 2016, p. 59).

De acordo com Silva (2010, p. 49), havia um cuidado dos pais e avós de Milton Santos para que o passado de vítimas da escravidão não fosse determinante para sua formação, buscando na educação e no grau de formação escolar – e, poderíamos acrescentar, no associativismo social, político, cultural e negro, principalmente dos avós maternos – “a qualificação [que] o afastaria da possibilidade de ser um negro sem lugar na sociedade”.

[...] as famílias eram muito cuidadosas com esse não olhar para trás, o que era uma forma de facilitar a promoção. Um dos resultados é que a gente ignora muito do passado, embora no meu caso a origem, pelo menos pelo lado materno, era um signo distintivo porque eram pessoas que tinham peso na vida política e mesmo social da cidade. (SANTOS apud LEITE, 2007, p. 27).

O silenciamento e a falta do “olhar para trás” em relação às suas origens são questões eloquentes quando tratamos da memória negra. O “sem lugar” dessa história, mesmo quando se trata da imagem que se relaciona a uma figura que rompeu diversos obstáculos para alcançar uma posição social relevante em seu local, como é o caso de Adalgisa, é elemento de grande evidência. Pode, inclusive, possibilitar estudos comparativos com trajetórias canônicas brancas do pensamento brasileiro. Nesse sentido, ao tratar da descolonização do conhecimento, Grada Kilomba (2019, p. 56) assevera:

A rainha é uma metáfora interessante. É uma metáfora do poder e também da ideia de que certos corpos pertencem a determinados lugares: uma rainha pertence naturalmente ao palácio “do conhecimento”, ao contrário da plebe, que não pode jamais alcançar uma posição de realeza. A plebe está encerrada em seus corpos subordinados. Tal hierarquia introduz uma dinâmica na qual a *negritude* significa não somente “inferioridade”, mas também “*estar fora do lugar*” enquanto a branquitude significa “*estar no lugar*” e, portanto, “superioridade”. Dizem-me que estou fora do lugar, porque em sua fantasia eu não posso ser a rainha, mas apenas a plebeia [...]. No racismo, corpos *negros* são construídos como corpos impróprios, como corpos que estão “*fora do lugar*” e, por essa razão, corpos que não podem pertencer. Corpos brancos, ao contrário, são construídos como próprios, são corpos que estão “no lugar”, “em casa”, corpos que sempre pertencem.

A fotografia de Adalgisa Santos, que deve ter por volta de um século de existência, possibilita pensar sobre o contexto de produção e guarda do documento, que ainda está por se investigar. Tirada em um contexto onde os ecos da escravidão negra no Brasil eram muito recentes e imagens com as características da que aqui tratamos

como eixo de análise eram raras entre pessoas negras e, especialmente entre as mulheres negras, o silêncio é ainda mais gritante.

Neste presente cenário ainda bastante comum em que os lugares, eventos e instituições de memória seguem marcados por “silenciamentos, hierarquização, domesticação e invisibilização da história afrodiáspórica” (MAGALHÃES, 2022, p. 21), podemos nos perguntar: quantas serão as pessoas negras presentes no acervo do IEB e em outras instituições de memória? Em quais condições essa memória é salvaguardada? Se partirmos da consideração feita por Meneses (2003, p. 150) de que as fotos – ou elas como parte de séries iconográficas – não devem constituir elas mesmas o objeto de pesquisa em si – visto que o objeto de pesquisa é a sociedade –, entendemos que imagens como a que encontramos (por uma escolha de caixa contendo materiais diferentes dos pesquisados anteriormente na sala de consulta do Arquivo) podem contribuir para apontar problemas dos nossos modos de salvaguardar as memórias, da nossa produção acadêmica, da nossa formação socioespacial marcadamente escravista e colonial e, enfim, das nossas histórias.

SOBRE O AUTOR

MAURÍCIO COSTA DE CARVALHO é professor do Instituto Federal de São Paulo (IFSP) e doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/Unicamp). mauriciocostacarvalho@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0008-0984-9314>

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina. *A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- CONCEIÇÃO, Fernando. *Milton Santos, uma biografia (percurso em construção)*. Salvador: Edição do Autor, 2016.
- GRIMM, Flavia; OLIVA, Jaime Tadeu. Milton Santos: um arquivo vivo para os estudos brasileiros. In: ARROYO, Mónica; SILVA, Adriana M. Bernardes (Org.). *Instabilidade dos territórios: por uma leitura crítica da conjuntura a partir de Milton Santos*. São Paulo: FFLCH/USP, 2022, p. 31-46.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: LE GOFF, Jacques. *História e memória*. São Paulo: Campinas. Editora da Unicamp, 1990, p. 535-549.

- LEITE, Maria Ângela Faggin Pereira (Org.). *Milton Santos*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2007. (Coleção Encontros).
- MAGALHÃES, Aline Monteiro. Da diáspora africana no Museu Histórico Nacional: um estudo sobre as exposições entre 1980 e 2020. *Anais do Museu Paulista*, v. 30, 2022, p. 1-29.
- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A fotografia como documento – Robert Capa e o miliciano abatido na Espanha: sugestões para um estudo histórico. *Tempo*, n. 14, jan.-jun. 2003, p. 131-151.
- OLIVA, Jaime Tadeu. É possível o objeto Brasil?. In: PAIXÃO, Fernando; TONI, Flávia Camargo (Org.). *Estudos brasileiros em 3 tempos: 1822-1922-2022: Pensar o Brasil: desafios e reflexões*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2021, p. II-86.
- SANTOS, Milton. (1989). Trajetória revista. In: LEITE, Maria Ângela (Org.). *Milton Santos*. Rio de Janeiro: Beco da Azougue, 2007. (Coleção Encontros).
- SILVA, Maria Auxiliadora da. Milton Santos: a trajetória de um mestre. *Scripta Nova: Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*, El ciudadano, la globalización y la geografía. Homenaje a Milton Santos. Universidad de Barcelona, v. VI, n. 124, 30 de sept. 2002. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-124.htm>. Acesso em: 28 jul. 2023.

CAPITAL DO BRASIL

THIAGO DO NASCIMENTO GODOY

32/11/12 AA (Ex. 1)
1965

A RENOMEAÇÃO DO BRAZIL: A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE NACIONAL PELA ORTOGRAFIA



RESENHAS • BOOK REVIEWS)

A história do Brasil contada por meio do seu próprio nome

[*The history of Brazil told through its own name*

GODOY, Thiago do Nascimento. *A renomeação do Brazil: a construção de uma identidade nacional pela ortografia*. Campinas: Ofícios Terrestres, 2023.

Marcus Dores^x

RESUMO • O livro *A renomeação do Brazil: a construção de uma identidade nacional pela ortografia*, por meio de um retorno ao período da Proclamação da República, apresenta questões sobre a grafia do nome “Brasil” ~ “Brazil”. Mais do que mera questão ortográfica, as reflexões sobre essa temática refletiam, naquela época, a busca por uma nova identidade nacional e pela inserção do país no mundo moderno. Para além de trabalhos da área da história, a fundamentação teórica do livro é marcada por trabalhos importantes da história das ideias linguísticas e da história social do português do Brasil. • **PALAVRAS-CHAVE** • Ortografia; identidade nacional; história social da língua portuguesa. • **ABSTRACT** • The book *A renomeação do Brazil: a construção*

de uma identidade nacional pela ortografia (“The renaming of Brazil: the construction of a national identity through spelling”) revisits the period of the Proclamation of the Republic and raises questions about the spelling of the name “Brasil” ~ “Brazil”. More than just a question of spelling, the reflections on this issue at the time reflected the search for a new national identity and the country’s insertion into the modern world. In addition to works in the field of history, the book’s theoretical foundation is marked by important works from the history of linguistic ideas and the social history of Brazilian Portuguese. • **KEYWORDS** • Orthography; national identity; social history of the Portuguese language.

Recebido em 20 de março de 2024

Aprovado em 25 de março de 2024

DORES, Marcus. A história do Brasil contada por meio do seu próprio nome. *Rev. Inst. Estud. Bras.* (São Paulo), n. 89, 2024, e10691.



Seção: Resenha

DOI: 10.11606/2316901X.n89.2024.e10691

^x Universidade de Évora (UÉvora, Évora, Portugal).

Ao chegarem às costas brasileiras, [...] os portugueses eram o novo Adão. A cada lugar conferiram um nome – atividade propriamente adâmica – e a sucessão de nomes era também a crônica de uma gênese que se confundia com a mesma viagem. (Cunha, 2012, p. 8).

Por meio da nomeação, coisas e identidades (de pessoas e de lugares) são criadas. Em se tratando de nomes próprios – aqueles que carregam um traço de definição muito maior que os nomes comuns –, uma questão que inquieta muita gente, sobretudo no Brasil, é como pode ser a grafia desse grupo de palavras. Nesse âmbito, *A renomeação do Brazil: a construção de uma identidade nacional pela ortografia traz*, nas linhas e entrelinhas, o olhar de um jovem pesquisador sobre o topônimo Brasil e as suas alterações ortográficas ao longo do tempo.

Em se tratando da ortografia (traduzindo do grego antigo, “escrita correta”) da língua portuguesa, há que se destacar que só podemos falar de ortografia oficial a partir do século XX. Antes disso, o que encontramos são sistemas gráficos mais ou menos comuns, ou seja, com níveis de uso e de disseminação diferentes por toda a esfera lusófona. Precisamente em 1910, após anos de estudos e reflexões, o governo português, de forma unilateral, propôs um sistema ortográfico oficial único e simplificado. Posteriormente, os outros países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) adotaram (mesmo que não na totalidade) as rubricas desse acordo. A norma que temos vigente atualmente já perdeu de vista essas discussões do século XX, mas também é fruto de acordos e desacordos.

O livro de Thiago Godoy, que parte da história social do português do Brasil para explicar algumas questões de variação e mudança ortográfica, é fruto da dissertação de mestrado defendida, em 2021, por ele na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Atualmente, ele é investigador de doutoramento em Linguística na Unicamp e gestor do perfil Questão de Linguagem (PROF. MANGA, s. d.) no Instagram, que conta com mais de 170k seguidores.

Com quase uma página de texto a cada mil seguidores no perfil Questão de

Linguagem, Thiago Godoy dividiu sua obra em oito² esclarecedores e encyclopédicos capítulos. Isso porque cada capítulo apresenta, de forma articulada, informações independentes que convergem para a construção global do livro. Segundo o próprio autor, o seu objetivo principal é “compreender não especificamente a ortografia de um topônimo, mas investigar as questões e circunstâncias que envolveram essa escolha ortográfica” (p. 18).

O capítulo 2 – que aparece após a “Introdução” da obra – é intitulado “Uma polêmica acadêmica” e traz pontos de vista de diferentes autores sobre a grafia do endônimo (ou autônimo para alguns) Brasil. Thiago Godoy faz uma espécie de estado da arte sobre esse assunto e compartilha com o seu leitor resenhas de textos importantes publicados no início do século XX.

Na sequência o autor aborda a história da ortografia portuguesa desde a sua origem até o século XIX. Para isso, ele vai consultar obras seminais da área, como os trabalhos de Gladstone Chaves de Melo, que contextualizam a polêmica sobre a grafia do nome “Brasil”. Godoy também analisa, no capítulo “A questão ortográfica na língua portuguesa”, alguns textos que apontam para a variação ortográfica característica do século XIX e a solução proposta por Gonçalves Viana em Portugal.

O quarto capítulo, “Companheiros sul-americanos”, levanta as reformas ortográficas que aconteceram na América Latina durante o século XIX. Por meio da bibliografia de Gonçalves Viana, Thiago Godoy faz análises das mudanças que aconteceram em diferentes países, destacando personagens importantes como Andrés Bello, Juan García del Río, Miguel Lemos, Paranhos da Silva e Rodolfo Lenz. Ao analisar as propostas de reforma ortográfica de algumas ex-colônias e de antigas metrópoles, o autor contribui para uma melhor compreensão das relações de poder e da construção de identidades nacionais nesse período.

Intitulado “A caminho de uma reforma brasileira”, no capítulo cinco é apresentado o papel fundamental que a Academia Brasileira de Letras (ABL) teve nas discussões sobre a ortografia da língua portuguesa (sobretudo no Brasil). Para nos fazer entender melhor o contexto histórico e os protagonistas envolvidos, Godoy investiga os símbolos nacionais e as disputas ideológicas que permeavam a sociedade brasileira nos primeiros anos da República.

“Nacionalismos conflitantes” – o sexto capítulo do livro – aborda a proposta de reforma ortográfica da ABL de 1907, elaborada por Medeiros e Albuquerque, que gerou debates e reações dentro e fora da Academia, revelando a disputa entre duas propostas nacionalistas que competiram pela hegemonia na língua portuguesa. A análise – que aborda também textos humorísticos da época para tentar captar como a sociedade estava se posicionando sobre essas questões – revela que, para além de projetos ortográficos distintos, os nacionalismos divergiam na visão de língua e de identidade nacional.

O sétimo capítulo, “A questão ortográfica na língua portuguesa”, mostra como a reforma ortográfica da ABL dividiu a opinião pública entre os “reformistas” e os “antirreformistas” e também explora, trazendo informações sobre a Revolta da Vacina de 1904, como o Estado fez uso do discurso científico para tentar legitimar a

² Exclui-se dessa contagem a “Introdução”, que na obra é numerada como capítulo 1.

reforma. A linguagem é utilizada com o intuito de dar legitimidade e de mobilizar a sociedade, revelando, assim, diferentes visões sobre a língua, a identidade nacional e sobre o papel do Estado diante dessas questões.

Com o objetivo de considerar as reações que os cientistas portugueses tiveram em relação à reforma ortográfica brasileira de 1907, o capítulo “Estaca zero” demonstra que, embora alguns tivessem tecido elogios à proposta, outros, como Cândido de Figueiredo e Gonçalves Viana, criticam-na por considerá-la pouco científica. Assim, a primeira tentativa de conciliar as reformas ortográficas do Brasil e de Portugal, por meio da criação de um texto comum, não obteve sucesso. Isso também aconteceu com tentativas posteriores dessa década.

O último capítulo, que tem um título bastante poético, “Nada do que foi será”, analisa o papel da urbanização que ocorreu nas primeiras décadas do século XX e o surgimento de novas figuras que influenciaram algumas escolhas ortográficas. Analisando também os primeiros acordos e “desacordos” ortográficos entre Brasil e Portugal entre 1915 e 1931, com foco na grafia do nome “Brasil”, Godoy demonstra como as mudanças sociais e políticas de cada época influenciaram (e ainda influenciam) a ortografia da língua portuguesa no/do Brasil.

Como se pode perceber, o livro *A renomeação do Brazil: a construção de uma identidade nacional pela ortografia* é uma obra encyclopédica sobre o topônimo “Brasil”, sobre alguns acordos ortográficos de língua portuguesa e sobre a história social que permeia essas questões. Além disso, qual a importância desse livro?

A fim de compreender um pouco sobre as diferenças linguísticas existentes entre as comunidades falantes de língua portuguesa, podemos considerar a perspectiva do relativismo linguístico. Essa corrente de pensamento, defendida por Sapir ([1949]2017) e Whorf (1956), propõe que as línguas divergem porque refletem diferentes visões de mundo. Dessa forma, cada língua modela a maneira como seus falantes percebem e categorizam a realidade, criando, assim, variações no léxico, na gramática e em outras estruturas.

Desde o século XVI, com a chegada das caravelas portuguesas em terras povoadas pelos povos originários, a língua trazida pelos nossos colonizadores se instalou em nosso território (claro que de forma nada pacífica), deixando testemunhos em documentos de diversos gêneros. É esse português, fruto de séculos de transformações, de adaptações e de muitos contatos, que se torna foco de estudo para quem deseja fazer história da língua portuguesa do Brasil.

Ao ler a obra *A renomeação do Brazil: a construção de uma identidade nacional pela ortografia*, atentos às diversas fases da ortografia de língua portuguesa e às diferentes leis que tentaram normatizar esse aspecto, podemos nos questionar se a língua pode ser regulada por um decreto e qual o nível de controle que um decreto pode ter sobre determinada língua. Fato é que, no Brasil pós-Proclamação da República, todas as tentativas de regulamentação ortográfica foram marcadas por ideais nacionalistas que estavam borbulhando nesse período.

Sobre o nome “Brasil”, é válido reconhecer que, antes de ser um mero nome, ele se entrelaça com a história e com a identidade do povo brasileiro. Isso porque, segundo Dick (1990, p. 4), “o topônimo não é algo estranho ou alheio ao contexto histórico-político da comunidade. Sua carga significativa guarda estreita ligação com

o solo, o clima, a vegetação abundante ou pobre e as próprias feições culturais de uma região em suas diversas manifestações de vida". Por toda a obra, fica muito claro que a grafia do nome "Brasil" passou por diferentes alterações ao longo do tempo. Desde a sua origem com o termo tupi³ "ibirapitanga" ou "pau-brasil", passando pela adaptação portuguesa "Brazil" até a forma atual "Brasil", a grafia do nome está diretamente relacionada com a própria história deste país continental.

Outra informação relevante é que entre os diferentes elementos que são mobilizados na construção daquilo que chamamos de identidade nacional está a língua. Prova disso é que desde 2003, por meio da *Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial*, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) reconhece as línguas como patrimônio cultural imaterial. A obra que aqui resenhamos vai totalmente ao encontro dessa proposta de reconhecimento que, ano passado, completou 20 anos de publicação pela Unesco.

Por fim, é verdade que Thiago Godoy não escreve em sua obra ideias novas. Afinal, o que chamamos de "novo" muitas vezes é apenas um "renovado", algo já dito ou experimentado por outros em diferentes contextos e tempos. As informações do passado, por motivos variados, chegam até nós por meio de registros feitos por aqueles que dedicaram tempo para documentar, cada um em sua época e maneira, suas "verdades" e "novidades". Julgamos que a principal novidade desse livro está no fato de estabelecer uma historiografia do assunto de forma bastante completa – que muito bem relaciona fontes primárias e secundárias – por meio de uma linguagem, ao mesmo tempo, científica e acessível.

SOBRE O AUTOR

MARCUS DORES é doutor em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo, doutorando em Linguística na Universidade de Évora (UÉvora, FCT UI/BD/151220/2021), pesquisador integrado do Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades (CIDEHUS/UÉvora), membro da Cátedra Unesco em Patrimônio Imaterial e Saber-Fazer Tradicional e editor-chefe da *Revista LaborHistórico* (UFRJ).

marcusdiores@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-9742-0903>

³ Há que se destacar, no entanto, que a noção de país (Estado) é intrinsecamente eurocêntrica e surgiu no período da Revolução Francesa. Assim, os povos originários brasileiros não se organizavam geograficamente de modo a reconhecer a totalidade territorial, ora mais ora menos unificado (do ponto de vista histórico), do que hoje conhecemos como Brasil.

REFERÊNCIAS

- CUNHA, Manuela Carneiro da. *Índios no Brasil: história, direitos e cidadania*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *Toponímia e antropônímia no Brasil: coletânea de estudos*. 2. ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1990.
- PROF. MANGA. Thiago (Manga) Godoy. Questão de linguagem (professor de português). Instagram: @ qlinguagem. Disponível em: <https://www.instagram.com/qlinguagem>. Acesso em: mar. 2024.
- SAPIR, Edward. (1949). *Cultura, linguagem e personalidade*. São Paulo: Perspectiva, 2017.
- UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial*. Paris, 17 de outubro de 2003. (Tradução feita pelo Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 2006). Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/13254opor.pdf>. Acesso em: mar. 2024.
- WHORF, Benjamin Lee. *Language, thought, and reality. Selected writings of Benjamin Lee Whorf*. Ed.: John B. Carroll. Cambridge, MA: The MIT Press, 1956.

revista



**REVISTA DO
INSTITUTO
DE ESTUDOS
BRASILEIROS**

**CRITÉRIOS PARA PUBLICAÇÃO
E ORIENTAÇÕES AOS AUTORES***



*As normas e orientações atualizadas podem ser
acessadas no link abaixo / The updated standards and
guidelines can be accessed at the link below:

<http://www.ieb.usp.br/rieb>